

Da Lusitânia a Portugal. Concepções do Espaço e do Poder das Raízes Clássicas à Tradição Humanista

Orlando Miguel Pina Gonçalves Martins da Gama

Tese de Doutoramento em História

Dezembro de 2019

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em História, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana
Isabel Buescu

Agradecimentos

A Tese de Doutoramento que agora se apresenta resulta de um longo caminho de investigação, percorrendo várias etapas. A cada uma associam-se vários nomes e contributos que não podemos deixar de mencionar.

As minhas primeiras palavras vão, no entanto, para a Professora Doutora Ana Isabel Buescu, orientadora desta tese, a quem agradeço a disponibilidade para a acompanhar. Não tendo feito a formação de Licenciatura e Mestrado na FCSH, apenas conhecia a Professora Doutora Ana Isabel Buescu dos seus estudos sobre os séculos XV e XVI, em Portugal. Aí cheguei, por mão de um saudoso nome da historiografia nacional, a quem presto a minha homenagem e agradecimento público, o Professor Doutor Joaquim Romero Magalhães, que havia arguido a minha dissertação de Mestrado e co-orientou, nos primeiros anos, com a Professora Doutora Ana Isabel Buescu, esta Tese de Doutoramento. Fui surpreendido com uma receptividade e adesão excepcionais ao complexo tema que propunha (mas também às diversas mutações que foi sofrendo) e uma confiança contagiante. Ao longo dos anos, e apesar das dificuldades com que a investigação se deparava, recebi da Professora Ana Isabel, múltiplas sugestões, um estímulo constante, um conhecimento extraordinário, leituras e comentários atentos e assertivos do que ia sendo produzido, para além de palavras de amizade e compreensão, equilíbrio este que tentei utilizar no enriquecimento do trabalho. Espero poder retribuir com amizade o que generosamente me proporcionou.

Numa primeira fase, destacam-se os Professores Doutores António Borges Coelho e António Augusto Marques de Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde havia concluído a Licenciatura e o Mestrado em História Moderna, que me incentivaram a continuar acompanhando-me e convidando-me a participar em diversos projectos de investigação (Centro de História e Cátedra Alberto Benveniste). No entanto, o despontar para o estudo da sobrevivência da ideia de Lusitânia na relação com a identidade portuguesa teve como responsável o Professor João Carlos Garcia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com quem, desde 1998, tenho o privilégio de partilhar muitas reflexões e dúvidas, assim como uma inestimável amizade, podendo

usufruir da sua imensa sabedoria. Com ele, e a seu convite, participei no projecto da Biblioteca Nacional de Portugal e da omissão Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que deu origem a uma exposição e a um catálogo com estudos científicos (2001) - *Imagens Cartográficas do Brasil na Historiografia Setecentista*, in *A Nova Lusitânia. Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Também com o Professor Doutor João Carlos Garcia, a Professora Doutora Suzanne Daveau, e o Professor Doutor Amílcar Guerra, se concretizou o projecto do Centro de História da Universidade de Lisboa, que deu origem à publicação da edição crítica da *Descrição do Reino de Portugal* de Duarte Nunes do Leão (2002), coordenado pelo Professor Doutor António Borges Coelho. Desde essa altura o Professor João Carlos Garcia tem incentivado substancialmente a minha investigação e amparado muitos dos seus possíveis desvios e desânimos.

À Professora Doutora Ana Maria Sánchez Tarrío, do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, devo o estímulo, a disponibilidade e as profícuas indicações que conseguiu transmitir num único encontro que agendámos.

Ao Dr. António Carvalho, director do Museu Nacional de Arqueologia, agradeço a sua amizade e disponibilidade.

Agradeço, também, a amizade e a colaboração académica da Professora Doutora Alexandra Soares Rodrigues, do Departamento de Português da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

Ao Dr. Mário Silva, doutorando do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, destaco a colaboração na tradução do Latim.

Tenho também muito a agradecer a todos os funcionários de instituições públicas a que recorri, pela sua competência e disponibilidade, lembrando as mais frequentadas - Bibliotecas Nacionais de Portugal e Espanha, Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Biblioteca da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

Uma palavra de reconhecimento a todos os colegas do Departamento de Ciências Sociais e das sucessivas Direcções da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, onde nos últimos dezoito anos tenho leccionado.

Finalmente, as últimas (primeiras) palavras vão para a minha querida família - em particular, os meus pais e irmã - porque sempre acreditaram e apoiaram. À "outra" família, de fortes laços, que esteve sempre lá... - sem ordem, porque todos estão no mesmo

patamar - Maria José Almeida, Cíntia Mendes, Ana Catarina Bravo de Sousa, José Cruz,
João Maia. Sem vocês não faria sentido.

Lisboa, 10 de Agosto de 2019

Da Lusitânia a Portugal. Concepções do Espaço e do Poder das Raízes Clássicas à Tradição Humanista.

Orlando Miguel Pina Gonçalves Martins da Gama

RESUMO

O presente estudo tem como objectivo proceder, num amplo arco cronológico e numa singular concepção de espaço e poder, a uma indagação em torno dos processos de criação, invenção, construção e pervivência de um *topos* - a Lusitânia/lusitanos - que se constitui como matéria estruturante da configuração identitária do território e do corpo social português. Investigação que consideramos inovadora ao intentar preencher os vários campos e formas da sua manifestação, passando pela expressiva diversidade da formação etimológica e filológica, a prolixidade semântica e conceptual, as diversas e intrincadas enunciações (trans)discursivas, a observação de processos de composição política, social, geográfica e identitária, enfim, o que terá permitido a perenidade desde a sua formulação geográfico-étnica administrativa (corónimo e etnónimo) até se sedimentar como figura memorial, nominal e alegórica (epónimo), de relevante valor constitutivo para Portugal.

Para o efeito, introduzimos vários períodos subsequentes, numa diacronia que pretendeu acompanhar e fazer emergir as coerências nessa representação do tema. Desde o substrato pré-romano, às fontes clássicas, divididas em contextos específicos (República e Império), prosseguindo para as possibilidades de manutenção do *topos* numa fase de transição memorial, na adjudicação a uma construção erudita da configuração de unidade portuguesa, nas primeiras fontes medievais. Assistimos, depois, à evolução pela cronística tardo-medieval que sugere a posterior continuidade e compromisso, consumado no século XVI com André de Resende, da identificação entre Portugal e a Lusitânia.

Por conseguinte, perfila-se o exame da sobrevivência do que designaríamos um mito/ideia - duplicidade expressiva que se sustenta por um lado, do carácter

proeminentemente mitológico da identidade hispânica (mas também europeia) e, por outro, da intensa dualidade do binómio unidade/diversidade do panorama histórico peninsular que percorre o transcurso da Antiguidade, passando pela medievalidade e culminando no período moderno e que se revê consistentemente nas suas percepções e representações intelectuais, configurando, paralelamente, o peso da componente ideológica na construção do espaço. Mitos e ideias que se vinculam muito pelas mãos de uma elite cultural e política, o que também diz muito do que nos forma, identifica e conduz nos caminhos do tempo. Enfim, propomos um ensaio que versa sobre uma relação de tensão entre tradição e inovação, num determinado corpo social, matéria coincidente com o que se pretende que seja a formação da “alma” de uma nação, que se reconhece nessa inquietação como forma de se identificar e de se dar a conhecer.

Palavras-Chave: Espaço, Poder, Lusitânia, Transdiscurso, Identidade

ABSTRACT

This study aims to proceed, in a wide chronological arc and in a singular conception of space and power, to inquire about the processes of creation, invention, construction and survival of a *topos* - the Lusitania / Lusitanian - that constitutes as matter structure of the identity configuration of the Portuguese territory and social body. Research that we consider innovative in trying to fill the various fields and forms of its manifestation, passing by the expressive diversity of etymological and philological formation, the semantic and conceptual prolixity, the diverse and intricate (trans) discursive utterances, the observation of processes of political composition, social, geographical and identity, in short, which will have allowed the perpetuity from its administrative geographic-ethnic formulation (coronymous and ethnonymous) to sediment as memorial, nominal and allegorical (eponymous) figure, of relevant constitutive value for Portugal.

To this end, we introduced several subsequent periods, in a diachrony that intended to accompany and bring out the coherences in this representation of the theme. From the pre-Roman substrate, to the classical sources, divided into specific contexts (Republic and Empire), continuing to the possibilities of maintaining the tops in a memorial transition phase, in the award to a scholarly construction of the Portuguese unit configuration, in the first medieval sources. Then we see the evolution by the late medieval chronistic that suggests the subsequent continuity and commitment, accomplished in the 16th century with André de Resende, of the identification between Portugal and Lusitania.

Therefore, we examine the survival of what we would call a myth / idea - the expressive duplicity sustained on the one hand by the prominently mythological character of Hispanic (but also European) identity and, on the other, by the intense duality of the binomial unity / diversity of the peninsular historical panorama that goes through the course of Antiquity, through medieval times and culminating in the modern period and which is consistently revised in its perceptions and intellectual representations, configuring, in parallel, the weight of the ideological component in the construction of space. Myths and ideas that are closely linked by the hands of a cultural and political elite, which also tells much of what shapes us, identifies and leads us in the ways of time. Finally, we propose an essay that deals with a relationship of tension between tradition

and innovation in a given social body, a matter that coincides with what is intended to be the formation of the “soul” of a nation, which is recognized in this concern as a way of identify and make themselves known.

Keywords: Space, Power, Lusitania, Transdiscourse, Identity

Índice

Siglas e Abreviaturas de Autores e Obras	xi
I – Ensaio sobre a Génese de um Tema	1
1 – Introdução	2
2 – A Produção Textual e a Semântica dos Conceitos. Dos Fundamentos da Lusitânia. Memória, Identidade, Nação – Etimologias de um Anacronismo?	21
II – A Memória do Espaço no Espaço da Memória	51
1 – Unidades e Diversidades em torno da Lusitânia	52
2 – Entre a Etimologia e a Filologia - Breves notas para um percurso	62
3 – Das origens da Lusitânia como <i>topos</i> discursivo	73
3.1 – Textos e Contextos I	82
3.1.1 – Para uma genealogia do <i>topos</i> - o Período Pré-Romano	82
3.1.2 – A Lusitânia entre a <i>Iberia</i> e a <i>Hispania</i> ?	95
3.1.3 – Entre o <i>mos maiorum</i> e a <i>sophia</i> : para uma hermenêutica da diacronia e da leitura do <i>topos</i> nas fontes clássicas	101
3.2 – Textos e Contextos II	111
3.2.1 – A Lusitânia em Discurso - Reflexões em torno da arquitectura dos textos	111
3.2.2 – A Lusitânia em Transdiscurso - entre a representação e a identidade no período da República Romana	128
3.2.3 – A invenção de uma identidade lusitana e o Império Romano	155
III – A Lusitânia Memorial. Primórdios da Construção Erudita de uma Representação de Unidade Portuguesa	210
1 – Confluências (con)textuais: o clássico situado	211
2 – A Filologia das Origens - Entre as Conquistas Territoriais	

e a Legitimação Discursiva: a Historiografia Peninsular da Analística à Cronística	222
IV – A Lusitânia e o Paradigma Clássico - No caminho do Humanismo e do Epílogo de um Transdiscurso.....	242
1 – Dos Fundamentos da Continuidade	243
2 – Entre o Pretexto e o Texto – o Ser e o Parecer na Representação da Primeira Cronística Hispânica - os argumentos	247
3 – Da Lusitânia na <i>Primera Crónica General de España</i> e na <i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i> : exemplos de um discurso fundacional pré-moderno?	257
4 – A <i>Crónica de 1419</i> e o incessível compromisso entre Portugal e a Lusitânia	269
5 – A Afirmção da Modernidade - Espaço, Poder e Memória	281
6 – O Espaço e o Poder no Portugal Moderno: Simbiose	299
6.1 – A Alteridade do Poder. Espaço e Discurso.	302
7 – A <i>Lusitania</i> na Memória Humanista Hispânica: Metamorfoses de um Conceito, entre a <i>Discordia</i> e a <i>Plenitudo Imperii</i>	322
8 – A Memória do Espaço no Discurso Político do Humanismo - a Lusitânia e o Império Ultramarino Português	348
9 – A Caminho do Rigor: a Tradição e a Disforia Discursiva entre a Historiografia e Geografia	365
10 – O humanismo eborense de André de Resende e a definitiva celebração das núpcias entre Portugal e a Lusitânia	376
Epílogo ou Antelóquio Final	422
Fontes e Bibliografia	438

Siglas e Abreviaturas de Autores e Obras

<i>Acenh.</i>	<i>Chronicas dos Senhores Reis de Portugal</i>	Cristóvão Rodrigues Acenheiro, <i>Chronicas dos Senhores Reis de Portugal</i>
<i>ACMASCC</i>	<i>Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra</i>	António Cruz, <i>Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra</i>
<i>ADA</i>	<i>Annales D. Alfonsi</i>	Monica Blöcker-Walter, <i>Alfons I. Von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeit</i>
<i>APV</i>	<i>Annales Portucalenses Veteres</i>	<i>Annales Portucalenses Veteres</i>
<i>Anacephaleosis</i>	<i>Alphonsi de Carthagera Episcopi Burgensis. Regum Hispanorum, Romanorum Imperatorum, Summorum Pontificum, necnon Regum Francorum Anacephalaeosis</i>	Alfonso Garcia de Santa María (Alfonso de Cartagena), <i>Alphonsi de Carthagera Episcopi Burgensis. Regum Hispanorum, Romanorum Imperatorum, Summorum Pontificum, necnon Regum Francorum Anacephalaeosis</i>
<i>App, Bell. Civ</i>	<i>Appianus Bella Civilia</i>	Apiano, <i>Guerras Civis</i>
<i>App, Iber</i>	<i>Appianus Iberica</i>	Apiano, <i>Sobre Iberia</i>
<i>Artemid.</i>	<i>Artemidoro</i>	<i>Geographoumena</i>
<i>Athen.</i>	<i>Athenaeus</i>	Ateneo, <i>Deipnosophistae</i>
<i>Avien.</i>	<i>Avienus</i>	Avieno, <i>Ora Maritima</i>
<i>Dion</i>	<i>Dion Cassius</i>	Dion Cassius, <i>Roman History</i>
<i>C5</i>	<i>Crónica de Cinco Reis de Portugal</i>	<i>Crónica de Cinco Reis de Portugal</i> , ed. Artur de Magalhães Basto
<i>C7</i>	<i>Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal</i>	<i>Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal</i> , ed. Carlos da Silva Tarouca
<i>C1344</i>	<i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i>	<i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i> , ed. Luís Filipe Lindley Cintra

<i>CI419</i>	<i>Crónica de Portugal de 1419</i>	<i>Crónica de Portugal de 1419</i> , ed. Adelino de Almeida Calado
<i>CAI</i>	<i>Cronica Adefonsi Imperatoris</i>	<i>Cronica Adefonsi Imperatoris</i> , ed. y estudio de Luis Sanchez Belda
<i>CG</i>	<i>Chronica Gothorum</i>	<i>Chronica Gothorum, Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque as quintumdecimum</i> , ed. de Alexandre Herculano
<i>CGE</i>	<i>Primera Crónica General de España Que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba Bajo Sancho IV en 1289</i>	<i>Primera Crónica General de España Que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba Bajo Sancho IV en 1289</i> , ed. Ramón Menéndez Pidal
<i>CDG</i>	<i>Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques por Duarte Galvão</i>	Duarte Galvão, <i>Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques por Duarte Galvão</i>
<i>Caes. bell. civ.</i>	<i>Caesar de bello civili</i>	Júlio César, <i>Guerra Civil</i>
<i>Caes. bell. Hisp.</i>	<i>Caesar de bello Hispaniae</i>	Júlio César, <i>Guerra de Hispania</i>
<i>Cic.</i>	<i>Cicero</i>	Marcus Tullius Cicero, <i>De Officiis</i>
<i>Cr. Sil.</i>	<i>Cronica Silense</i>	<i>Historia Silense</i>
<i>DRP</i>	<i>Descrição do Reino de Portugal</i>	Duarte Nunes do Leão, <i>Descrição do Reino de Portugal</i>
<i>De Republica</i>	<i>De Republica Gubernanda per Regem</i>	Diogo Lopes Rebelo, <i>De Republica Gubernanda per Regem</i>
<i>Diod.</i>	<i>Diodorus Siculus</i>	Diodoro Sículo, <i>Biblioteca Historica</i>
<i>Eutr.</i>	<i>Eutropius</i>	Flavius Eutropius, <i>Breviarium historiae Romanae</i>
<i>FHA</i>	<i>Fontes Hispaniae Antiquae</i>	<i>Fontes Hispaniae Antiquae</i> , ed. de A. Schulten
<i>FMHP</i>	<i>Fontes Medievais da História de Portugal</i>	Alfredo Pimenta, <i>Fontes Medievais da História de Portugal</i>
<i>Flor.</i>	<i>Florus</i>	Lucio Anneo Florus, <i>Epitomae de Tito Livio Bellorum Omnium Annorum DCC Libri II</i>

<i>Hisp.</i>	<i>Hispaniae Chorographia</i>	Cláudio Mário Aretino, <i>Hispaniae Chorographia</i>
<i>Herod.</i>	<i>Herodotus</i>	Herodotus, <i>The Histories</i>
<i>Iust.</i>	<i>Iustinus</i>	Marco Júnio Justino, <i>Historiae Philippicae</i>
<i>LQAL</i>	<i>Libri Quattuor De Antiquitatibus Lusitaniae</i>	André de Resende, <i>Libri Quattuor De Antiquitatibus Lusitaniae</i>
<i>Liv.</i>	<i>Titus Livius</i>	Tito Lívio, <i>Ab Urbe Condita</i>
<i>Liv. Per.</i>	<i>Titus Livius, Periochae</i>	<i>Titi Livi Periochae</i>
<i>Fragm.</i>	<i>Titus Livius, Fragmenta</i>	<i>Titi Livi Fragmenta</i>
<i>Per. Oxy.</i>	<i>Titus Livius, Periochae Oxyrhynçi</i>	<i>Titi Livi Periochae</i>
<i>Mel.</i>	<i>Pomponius Mela</i>	Pomponio Mela, <i>De Chorographia</i> ,
<i>N.H.</i>	<i>Plinius Maior, Naturalis Historia</i>	Plínio-o-Velho, <i>Naturalis Historia</i>
<i>Obseq.</i>	<i>Iulius Obsequens</i>	Iulius Obsequens, <i>Liber Prodigious</i>
<i>Otho</i>	<i>Suetonius Tranquillus, Otho</i>	Suetonius, <i>The Lives of the Twelve Caesars</i>
<i>PMP</i>	<i>Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum</i>	<i>Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum</i> , ed. de Alexandre Herculano
<i>Paral.</i>	<i>Paralipomenon Hispaniae Libri Decem</i>	Joan Margarit i Pau, <i>Paralipomenon Hispaniae Libri Decem</i>
<i>Plut. Alex.</i>	<i>Plutarchus, Alexander</i>	Plutarco, <i>Vidas Paralelas</i>
<i>Plut. Aem.</i>	<i>Plutarchus, Aemilius</i>	Plutarco, <i>Vidas Paralelas</i>
<i>Plut. Sert.</i>	<i>Plutarchus, Sertorius</i>	Plutarco, <i>Vidas Paralelas</i>
<i>Plut. Cat.</i>	<i>Plutarchus, Cato</i>	Plutarco, <i>Vidas Paralelas</i>
<i>Plut. Ces.</i>	<i>Plutarchus, Caesar</i>	Plutarco, <i>Vidas Paralelas</i>
<i>Pol.</i>	<i>Polibius</i>	Políbio, <i>Histórias</i>
<i>Ptol. Geog.</i>	<i>Ptolemaios, Geographiké hyphégesis</i>	<i>Ptolemaeus, Geography</i>
<i>Reb. Hisp.</i>	<i>De Rebus Hispaniae Memorabilibus libri I-V</i>	Lúcio Maríneo Sículo, <i>De Rebus Hispaniae Memorabilibus libri I-V</i>
<i>Sol.</i>	<i>Solino</i>	Solino, <i>Collectanea rerum memorabilium (Polyhistor)</i>
<i>Str.</i>	<i>Strabon</i>	Estrabão, <i>Geografia. Livro III.</i>
<i>THA</i>	<i>Testimoniae Hispaniae Antiquae</i>	<i>Testimoniae Hispaniae Antiquae</i> , ed. de D. Plácido y J. Mangas

I

Ensaio sobre a Génese de um Tema

1 - Introdução

A invocação da Lusitânia no tempo longo da História nacional, particularmente através de processos narrativos e simbólicos, remete para uma produção discursiva de autonomização, individualização e legitimação social e política do território português, mormente face aos elementos externos a esse espaço.

Como se desenvolve esse processo? Em que fontes se invoca e regista o tema? Que filiações se estabelecem e donde procede? Quais os contextos que o enformam? A particularidade e originalidade de um tópico como este é que não podemos omitir o seu carácter nominal, memorial e alegórico fazendo-nos, necessariamente, mergulhar num passado legitimador onde radicam a essência da teia explicativa e os vectores de transmissão e recepção que veio a adquirir. Trata-se, pois, da análise de uma pervivência ideológica e não há nenhuma outra que com ela tenha concorrido até hoje com tão firme persistência. Decurso este tão sem fundamento histórico concreto pois, na realidade, nunca fomos, como país e nação, essa mesma Lusitânia cuja existência podemos efectivamente encontrar no quadro político-administrativo do Império Romano¹.

¹ A Lusitânia, expressão que configura a metonímia de *Hispania Vltior Lusitania*, correspondeu, historicamente, a uma região étnica cuja fundação como circunscrição provincial, dentro do império romano, em 27 a.C., é referida pelo historiador e consul romano Díon Cássio (c. 155/163-164 - após 229 d.C.) — “His [Augustus] professed motive in this was that the senate might fearlessly enjoy the finest portion of the empire, while he himself had the hardships and the dangers; but his real purpose was that by this arrangement the senators will be unarmed and unprepared for battle, while he alone had arms and maintained soldiers. Africa, Numidia, Asia, Greece with Epirus, the Dalmatian and Macedonian districts, Sicily, Crete and the Cyrenaic portion of Libya, Bithynia with Pontus which adjoined it, Sardinia and Baetica were held to belong to the people and the senate; while to Caesar belonged the remainder of Spain, — that is, the district of Tarraco and Lusitania, — and all the Gauls, — that is, Gallia Narbonensis, Gallia Lugdunensis, Aquitania, and Belgica, both the natives themselves and the aliens among them.” (Livro LIII, 12, publ. Carey, E. & Foster, H. B. (1917), vol. VI, 220-221.). No entanto, esta cronologia tem vindo a ser discutida pela historiografia contemporânea e o debate, que inclui a data de fundação da capital da província lusitana, *Augusta Emerita* (Mérida), em 25 a.C., reporta a questões significativas que serão contextualizadas em capítulo posterior. A este propósito, Cf. Fabião (1992, 228-243), Alarcão (2002, 31-33), Le Roux (2015, 92-97).

Por conseguinte, perfila-se o exame da sobrevivência do que designaríamos um mito/ideia - duplicidade expressiva que se sustenta por um lado, do carácter proeminentemente mitológico da identidade hispânica (mas também europeia) e, por outro, da intensa dualidade do binómio unidade/diversidade do panorama histórico peninsular² que percorre o transcurso da Antiguidade, passando pela medievalidade e culminando no período moderno e que se revê consistentemente nas suas percepções e representações intelectuais, configurando, paralelamente, o peso da componente ideológica na construção do espaço. Mitos e ideias que se vinculam muito pelas mãos de uma elite cultural e política, o que também diz muito do que nos forma, identifica e conduz nos caminhos do tempo. Enfim, propomos um ensaio que versa sobre uma relação de tensão entre tradição e inovação, num determinado corpo social, matéria coincidente com o que se pretende que seja a formação da “alma” de uma nação, que se reconhece nessa inquietação como forma de se identificar e de se dar a conhecer. Saliente-se que o reconhecimento e manejo das relações de tensão desta natureza (tradição vs. inovação) tem sido muito trabalhada pelo discurso histórico contemporâneo, como fundamento essencial da inteligibilidade e do entendimento dos conteúdos sobre os quais se debruça, que tem como matéria-prima primordial o fluir diacrónico. Precisamente, não subalternizando essa natural dialéctica que se impõe a quem pretende perceber a intrincada realidade dos fenómenos no tempo e no espaço, sustentamos que, entre outros factores, a originalidade do trabalho agora apresentado assenta em processos que elevam essa reflexão a novos patamares de questionamento e de dúvidas resultando na procura de um novo entendimento condicionado pela condição de longevidade temporal e de valor identitário do tema.

Na verdade, entendemos que a formação de uma nação é um facto humano e social complexo e não provém de uma suposta e contestável herança étnica, nem de qualquer fatalidade geográfica, nem sequer da decisão casual de um líder; tudo isto poderá entrar na sua explicação mas cada facto isolado é insuficiente para explicar a constituição de um grupo humano que toma, paulatinamente, consciência de si próprio e se define também

² Adeline Rucquoi salienta que a diversidade é a principal característica da história da Península Ibérica no período que vai do século VI ao século XVI. Para tal, invoca a permanência de uma pluralidade de registos vivenciais, em vários patamares da configuração histórica do corpo social peninsular, no seio de uma entidade que é difícil de precisar no terreno mas que apesar de tudo tem existência - a *Hispania*. Nesse sentido, salienta os múltiplos elementos que coexistem em diacronia e sincronia, passando pela complexa e relevante história política e social das várias regiões hispânicas e pela sucessiva passagem de identidades étnicas. Rucquoi (1993, 7-15).

por oposição a grupos vizinhos. No caso português as condições necessárias à constituição deste grupo social podem situar-se em finais do século IX através da reocupação política dos territórios situados ao sul do rio Minho, pelos cristãos que se haviam concentrado a Norte, nas Astúrias, na sequência das investidas muçulmanas. Esta entidade em formação, que está situada no coração do antigo reino suevo, foi, ao tempo do reinado de Afonso III das Astúrias (866-910), reorganizada em torno de Portucale³. Mas para que se forme essa dinâmica constitutiva e estruturante como um facto social relevante não podemos ter em conta apenas os mecanismos de produção da ordem política e militar coevos. Estes são subsidiários de um tempo longo de invenção e produção do espaço, vertido em território, e de uma substancial maturação ideológica, cujo substrato fundante e estruturante se situa na Antiguidade - processo altamente complexo, cujos trâmites conferem sentido à acção imediata e conjuntural do momento, revelando-se intrínseca à natureza de muitos destes acontecimentos e permitindo que estes adquiram legitimidade e coerência e, por isso, ocorram e se sustentem.

É neste contexto que situamos a temática da presente tese. Como atrás afirmámos, a Lusitânia é uma figura nominal e alegórica que, por essa condição, serve os interesses de quem a ela recorre. Ora, também por isso, é um índice fundamental de individualidade do seu autor/utilizador/recriador, permitindo contextualmente perceber e analisar não só linhas de afirmação identitária de uma futura formulação nacional portuguesa mas também conformidades intelectuais e culturais no seu exercício. Por outro lado, da mesma maneira, presta-se a sustentar afinidades transdiscursivas que remetem para leituras e interpretações compatíveis da realidade que os enforma (autores) - ainda que a sua utilização não seja idêntica, nem na forma nem no conteúdo. Terá sido, porventura, esta proximidade semântica e conceptual⁴, assente num sólido imaginário memorial, portador das marcas da continuidade diacrónica, que permitiu a sua perenidade e que nos obriga a configurar um longo percurso de atenta indagação e de particular singularidade. Como teremos oportunidade de ver, a Lusitânia, complexa entidade étnico-espacial, fixada nas composições discursivas primordiais da cultura grega e romana, vê-se imediatamente

³ David (1947, XI). Reportamo-nos à acção dos condes enviados por este rei, nomeadamente ao papel protagonista de Vímara Peres no povoamento do Porto, na sua condição de 1º conde de Portucale, posteriormente tendo-se aqui fixado em Guimarães, entre Porto e Braga; revelando o valor da geografia e da memória dos antigos centros onde residiam as autoridades, sobretudo as religiosas e militares, na orientação e fixação dos processos de recuperação e apropriação do espaço e do poder. Cf. Mattoso (1992, 466-467).

⁴ Cf. *infra*. Abordaremos a heterogeneidade do seu emprego e concepções, evidenciados quer pela variedade do registo do próprio signo, quer pela riqueza semiótica da sua expressão.

envolvida numa configuração que promove expressivamente a sua determinação como conceito historiográfico a par da vertente operativa que recrudesce do seu estatuto adquirido no quadro político-administrativo do império romano. Neste longo transcurso, nasce, inventa-se, recria-se, qual fénix virtuosa, e mantém-se como referente discursivo e simbólico, oscilando entre uma dimensão memorial e uma função político-jurisdicional, bipolaridade que lhe potencia o valor e sustenta a longevidade, até à sua profusão no Humanismo - percurso extraordinário de resistência e pervivência que, ao contrário de outras figuras ou signos posteriores, constantes do ideário nacional português, enxertadas no contexto temporal do acto fundacional do país, remetem mormente para o conteúdo simbólico-religioso (e.g as Chagas de Cristo ou o Anjo Custódio de Portugal).

Na verdade, constatamos que assim que se liberta, paulatinamente, da sua carga administrativa e político-territorial de origem, a Lusitânia corporiza exponencialmente a sua feição ideológico-historiográfica e o seu uso pulveriza-se, diversifica-se, ainda que conservando substantivamente as marcas das leituras e interpretações preliminares e antecedentes. Desde as primeiras fontes escritas que lhe dedicam atenção (séc.s II-I a.C.) é patente uma natural e idiossincrática adjudicação do tema para a prefiguração geográfica do relato dos acontecimentos e para uma expressiva representação do *outro* (autóctone) na visão do *mesmo* (portador de cultura externa). Não sem se recolherem a uma significativa representação vinculada pelas leituras primordiais que mergulham na cultura helénica (séc.s V-III a.C.) que acomodam as vicissitudes da presença de culturas e leituras diversas (autóctones, fenícios, púnicos, gregos). Como resultado a própria coronímia peninsular apresenta-se a uma radical mudança identitária - da *Iberia* à *Hispania*. Mas, desde logo, durante a longa permanência romana na Península, seja no transcurso da República (séc. II-I a.C.) ou na afirmação do Império (desde 27 a.C.), a par do desenvolvimento humano, das comunicações e das cidades, da economia, da cultura, a riqueza do tema em análise obriga a ponderar outras vertentes, nomeadamente o seu enquadramento humano/étnico, a sua compleição mítica e fabulosa, a imponderabilidade e fluência dos seus pretensos limites, a determinação de um perfil identitário singular e determinante⁵. No seguimento da diacronia, paralelamente, vamos assistindo, mais tarde (séc.s III-V d.C.), ao preenchimento do vazio deixado pela decadência da força romana e da sua falta de atenção para com a periférica Península, resultantes num longo processo

⁵ A única cuja designação de substrato étnico aponta à nomenclatura da própria formação provincial e administrativa, por oposição às restantes cuja raiz denota o aporte da geografia física (*Baetica*) e urbana (*Tarraconensis*).

de fechamento e regresso a uma vivência mais conservadora e rústica, sacudidas por sucessivas vagas de invasores externos. À Lusitânia caberá protagonizar um significativo lastro memorial discursivo onde cabem, a par da referência a um ténue estatuto político, as dimensões simbólicas, agora de profecia bíblica, na relação com a presença de prodígios e fenómenos naturais extraordinários ou ainda como um centro de segurança e de reserva da memória e tradição cristãs (Idácio de Chaves, séc. V d.C.) - sucessivas representações que percorrem os discursos e que se prolongam pela fixação dos textos que invocam a presença do *outro*, primeiro o bárbaro, depois também o muçulmano, e o vizinho hispânico, sendo este o lastro que será depositado na verve humanista. Mas mesmo aqui verificamos algumas flutuações da sua utilização até porque a própria presença árabe não foi imune a esta figura e dela se aproveitou para cingir e legitimar a sua actuação, que como veremos, aproveita a organização espacial romana e aponta, desta forma, para uma significativa legitimação do seu poder. Por sua vez, os primeiros registos medievais, quer através da analística ou da incipiente fixação narrativa da preliminar cronística/hagiografia, definem estratégias discursivas diversas, no que diz respeito ao que virá a ser Portugal, enquanto país - a configuração lusitana, coincidente com o eixo Norte/Sul, remete para fronteiras consentâneas com o palco dos acontecimentos que envolvem o confronto a Sul com os muçulmanos mas também a Este com os reinos cristãos vizinhos em formação. Já nas crónicas peninsulares posteriores, é frequente apresentar-se o rio Douro como zona limítrofe para a definição da fronteira norte da antiga província romana, apontando já para a área central, entre as bacias do Tejo e do Guadiana, como centro fulcral dessa formação, a par dos interesses régios coevos. Ao longo do período medieval e dos primeiros séculos da construção do país e da nacionalidade, o índice discursivo de que temos vindo a falar, surge escrupuloso e parcimonioso, em contextos situados, acompanhando a profusão exuberante dos termos Portugal/portugueses - os cronistas nacionais ou a própria documentação régia assim o demonstram⁶.

É precisamente a este quadro fundador e avoengo que se reportará o Humanismo português, em toda a sua diversidade. Nele assentam todas as suas premissas, legitimações, validações e invocações - quer os silêncios do tema no discurso nortenho do dr. João de Barros, onde a Lusitânia já não serve os interesses regionais, quer a sua

⁶ A cronística medieval apresenta já, claramente, como índice de invocação espacial, o termo Portugal tornando-se mais residual o recurso à formulação Lusitânia.

pervivência exultante no que podemos chamar o círculo de Évora, onde emerge o protagonismo de André de Resende mas também as manifestações do tema em Duarte Nunes do Leão ou Fr. Bernardo de Brito. Associada a esta formulação está o dirimir de leituras e construções/invenções de uma intensa produção discursiva peninsular, historiográfica e política, que envolvem vários actores e discursos - de Afonso X às *Crónicas de 1344* e de *1419*, de Lúcio Maríneo Sículo a Florião do Ocampo, de Gaspar Barreiros a João Vaseu, entre outros. Nomes e produções discursivas, peões e cavalos, que jogam o multíscio xadrez do combate ideológico-político dos reis e rainhas do seu tempo, mobilizando o tempo antigo e o respectivo lastro memorial, compondo, num tabuleiro o mosaico em que a primazia, a glória e a vitória estão reservadas para o mais competente xeque-mate erudito que prove e sustente a maior antiguidade e dignidade fundacional. O próprio tratamento e reprodução que estas fontes têm nestes autores remetem para uma visão dirigida e reflectida, longe da isenção metodológica que o discurso científico da actualidade preconiza. Ou seja, não é possível entender a verdadeira dimensão e a tessitura intelectual da apropriação da Lusitânia sem a sua efectiva adjudicação ao contexto de origem. Não por um mero exercício cénico de racionalidade da pesquisa mas porque precisamente seria afectada, falsa e imprecisa a não consideração desta perspectiva de investigação. A exigência do tratamento do tema e a prática contextualizada da produção discursiva também o impõem.

Aliás, a própria definição das estratégias e dos interesses dos reinos peninsulares, verificada mormente no período moderno e manifestada na sua produção discursiva narrativa, iconográfica e cartográfica mas também política e administrativa, também se socorre da Lusitânia para registar e publicitar uma ou outra visão/versão da realidade. Por essa mesma razão, também a privilegiaremos em capítulo próprio, numa outra perspectiva de abordagem para além dos textos da historiografia, pretendendo complementar e fundamentar, através de uma análise fina e situada, os alicerces do pensamento político e da teoria do Estado e do valor do espaço, ao qual se recolhe o inexorável peso e valor do império ultramarino, assim como algumas manifestações da prática política e administrativa significativas para o estudo em causa. Estes fenómenos, entenda-se, já produzidos em escala espacial e geográfica exponencialmente aumentada, pela repercussão naqueles campos da presença hispânica (e europeia) fora do recorte continental de origem, condicionará as opções e orientações políticas, submergidas por interesses económicos e, por conseguinte, as concepções e as leituras do espaço e do

poder. Diversidade de usos, unidade de sentido - a construção firme de uma identidade colectiva, substrato de uma almejada coesão de um determinado corpo social. Ou seja, como teremos ocasião de ver, uma Lusitânia que se constrói e reconstrói ao sabor das conveniências individuais e condicionamentos ideológicos dos compositores dos textos e/ou das políticas régias.

Como se constituem estas ocorrências? Em que moldes se constroem? Em que bases radicam a sua composição? Enfim, voltando à questão central desta tese: como se processa histórica e ideologicamente a associação entre Portugal e a Lusitânia? Estas indagações conduzem-nos a determinadas opções de análise.

Entendemos que tudo é válido, no estrito limite a que a cientificidade e o rigor obrigam, para podermos entender o registo do tema e do passado em análise pois, como faz notar José Mattoso, os historiadores/autores medievais – e não se provou, até agora, o contrário em relação aos da Antiguidade ou aos da época moderna - não hesitavam em alterar a narrativa dos acontecimentos para melhor atingirem os seus objectivos⁷. A complexidade da pesquisa exige respostas competentes e adequadas, sendo para nós evidente que a matéria em apreciação está nos textos mas também nos seus interstícios, ou seja, no sentido que se lhes dá, e até nos seus silêncios. As fontes são o meio mais próximo dos acontecimentos e permitem reflectir sobre o significado que tinham para os seus autores, para o meio social e político em que se inseriam, e cujos valores sustentavam. Conscientes de que o relatado nos discursos conta mais do que os factos e os actos, o que estava em causa em cada um deles e no uso que deles se fazia. Por isso não negamos ser necessário, como refere José Mattoso, preencher lacunas com raciocínios dedutivos, informações indirectas e hipóteses explicativas - a narrativa possível, tentame de explicação e de interpretação, que não se pode confundir com a verdade histórica.

Sabendo das limitações lacunares que o uso destes registos implica, recorreremos a outras formas de abordagem que julgamos fecundas e legítimas. Senão vejamos. Para uma correcta interpretação dos significados e valores do tema em causa, somos forçados a lidar com uma organização e concepção mental, social e económica, bem distantes da nossa na actualidade, que enformam a produção discursiva das épocas em causa. Sendo

⁷ José Mattoso (2012), 9.

para nós claro que esta última se assume como significativa manifestação dessa mesma realidade, procuramos o permanente equilíbrio entre o que já conhecemos, cientificamente apreensível e condensado nos aportes estruturais e conjunturais dos estudos conhecidos, e a novidade, que pode ser, simplesmente, uma nova perspectiva sobre a leitura manifestada da realidade coeva, levando-nos a procurar novas soluções de abordagem.

Tal situação convidou-nos a adoptar formulações conceptuais de base antropológica, mormente da antropologia política⁸ e cultural. O estudo destes fenómenos, de natureza mental e simbólica, deve ser enquadrado em sistemas de análise que contemplem ciclos de tempo longo, que privilegiem o seu fundamento essencial, revelando os indícios significativos e a reconstituição dos processos evolutivos. Por essa razão, a harmonização adaptada de propostas teóricas oriundas da antropologia política e cultural permite considerar, na coerência abrangente dos seus modelos, as estruturas, os mecanismos e as funções da dinâmica de formação de um corpo social e das suas manifestações sob a forma da cultura escrita e imagética. Assim, a informação dos/nos textos ganha um novo sentido, numa dinâmica relacional que se apoia e legitima mutuamente. Deles emanam outros significados que apontam para a forma de organização dos grupos de interesse, da formação e construção das identidades comunitárias/locais, da prática de exercício dos poderes e das manifestações do poder simbólico.

As realidades construídas com que, maioritariamente, lidamos – os textos – impõem, ainda, a concorrência de uma pluralidade de factores, cuja harmonia possibilita a operacionalidade explicativa. Entre eles a medição e avaliação de contexto nos índices de frequência da linguagem - uso de termos específicos como *Lusitânia/lusitanos*, *Portugal/portugueses*, comparados com conceitos similares ou antagónicos, tais como *Hispania*, *natio*, *Iberia*; a sistematização dos procedimentos e decisões de que são exemplo a proliferação do tabelionato como indicador da difusão da cultura escrita ou a criação e evolução do cargo de cronista-mor e o seu peso na constelação dos oficiais régios⁹; a análise da teia de produção e recepção e dos mecanismos de exposição e

⁸ Com preocupações similares, em contexto de análise diverso, veja-se o estudo de José Mattoso, (1987), “Da comunidade primitiva ao município. O exemplo de Alfaiates”, in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, 35-48.

⁹ Bem demonstrado, para o período em causa, por Bernardo Sá Nogueira, originalmente em tese de doutoramento (apresentada em 1996) e publicada, em 2008, sob o título *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal: Génese e Implantação 1212-1279*.

legitimação discursiva; a observação das concepções e das práticas; a aferição do jogo entre tradição e inovação; enfim, a constatação dos enredos vivenciais que ajudaram a fundar, moldar e resolver. Sempre atentos ao facto de que os textos são, para além disso, um complexo e extenso repositório, frequentemente com dimensões antológicas, de conceitos, noções operatórias e palavras de várias origens, usos e tempos. Certos da necessidade de identificar a prolixidade da sua semântica e, como tal, justificar e entender, sempre que possível, a aplicação e eventual legitimidade interpretativa fornecida pelas leituras de substratos narrativos posteriores. O inverso também será verdade – com isto questionamos a dimensão histórica dos conceitos/palavras, a sua importância em contextos discursivos (nomeadamente os historiográficos) específicos, e a sua possível aplicação retrospectiva. Um exemplo desta última questão é o uso da noção de “nação” para períodos anteriores aos séculos XVIII/XIX¹⁰.

Sendo assim, optaremos por apresentar os textos que formam o nosso *corpus* e a sua análise sob a forma de uma sucessão cronológica, e em cada momento que precede o seu escrutínio, de forma a obter uma sequência de conjunturas cujo encadeamento se torne, ele próprio, factor principal de inteligibilidade. Apesar de tudo, reconhecemos que dificilmente conseguimos dar-lhes uma unidade que seria desejável. Justaposição de leituras, em composições autónomas, em esforço de permanente tradução cujo encadeamento proposto deve funcionar como produtor de sentido.

Há, ainda, um conjunto de aspectos que devem merecer a nossa ponderação. Remetem-nos para um patamar que diríamos intermédio entre os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o nosso trabalho e a análise contextualizada da informação recolhida – proporemos, à frente neste estudo, uma reflexão que nos conduza pelas circunstâncias e significados que produzem as sociedades e o Homem, na sua condição essencial. Desse campo farão parte questões pertinentes e por vezes de difícil delimitação como a relação do passado com a memória, a convivência destas comunidades com a construção das identidades e com a génese e desenvolvimento da nação e da consciência nacional. Para já, conduzimos o leitor/a a outro tipo de questões.

¹⁰A leitura diacrónica do fenómeno tem levado a dissensões na sua interpretação, contando com posições, que adiante analisaremos, que invocam uma dimensão processual e fenomenológica – é o caso de Anthony Smith e Josep Llobera, ou uma versão modernista e globalizante – o caso de Eric Hobsbawm, Ernest Gellner ou Benedict Anderson.

Um dos primeiros indícios processuais a que remete a expressão da Lusitânia/lusitanos aponta o próprio valor do passado. É notória a premente necessidade, comum a todo este arco temporal, desde a Antiguidade Clássica até ao Humanismo renascentista, de procurar uma coerência, uma explicação e uma validação do presente não na época da fixação do discurso mas no passado, fazendo dos textos o lugar privilegiado de memória. A historiografia e os seus arautos simbolizam e beneficiam do palco singular deste fenómeno, sendo que o próprio texto vive, na sua essência, da oportunidade da citação, da afirmação da autoridade pretérita, enfim do legado factual e discursivo legitimadores. Ora, tais factos demonstram que, neste caso (mas não será o único), quão artificiais são as balizas temporais que delimitam as épocas e são produzidas *a posteriori*, por sucessivas leituras do passado, o que sempre ajuda a explicar os fenómenos e os contextos. Se atentarmos facilmente percebemos o peso que assumiram estas barreiras¹¹. Tais circunstâncias podem e devem, em nossa opinião, ser matizadas por abordagens de continuidade que nos digam da profundidade e da verdadeira essência do ocorrido que, no seu natural fluir, não se gerou por força de qualquer fronteira cronológica mas sim pela sucessão contextualizada dos factos. É esta a linha de pensamento e de interpelação que privilegiaremos.

Sendo assim, a ideia de Lusitânia, enquanto eixo temático fundamental desta tese, encontra-se num ponto de intersecção entre os sujeitos da história, a escrita da história e os usos da história. Na verdade, na nossa perspectiva, esta questão não se circunscreve a um *corpus* documental particular, a uma instituição ou mesmo a uma época específicas. É, pois, como veremos, com esforço redobrado e com um sentimento de incisão cirúrgica, que optamos por determinar balizas, particularmente as de natureza temporal. Na necessidade, porém, de provermos a inteligibilidade do nosso trabalho, estabeleceremos, ainda nesta introdução, os limites temporais desta tese, sendo que a análise assenta na averiguação das origens da Lusitânia e da sua configuração diacrónica até ao Humanismo, onde pontuarão as leituras remissivas significativas. Entendemos, pois, como justificado e cientificamente legitimado que o peso de cada época surja com igual importância - as raízes e os frutos, o antes e o depois.

Esta prática não se revela plenamente inovadora, pois tem sido considerada em outras abordagens e faz parte, em nossa opinião, de um procedimento metodológico pertinente, desde que devidamente justificado. O legado cultural, monumental e

¹¹ Patente no próprio sistema contemporâneo de organização pedagógica e académica destas matérias.

documental, bem como o passado histórico da Península Ibérica, foram reivindicados como apanágio quase exclusivo de historiadores, arqueólogos, historiadores da arte e antropólogos que, por manifesta afirmação dos seus procedimentos, encontravam, para o que aqui nos interessa, nos textos e documentos (do latim *fons*, no sentido diverso de causa, origem, princípio) da Antiguidade ao Renascimento, a matéria do seu labor. Durante todo o século XX, sobretudo na segunda metade, a filologia interessou-se pelos textos históricos, o que veio trazer uma nova interpretação das fontes, retemperando a sua leitura, cuidando da sua idiossincrasia e salientando novos contornos contextuais procedentes da análise, entre outras questões, da linhagística transdiscursiva e da afinação da sua linguagem. O resultado foi uma redefinição dos procedimentos de exploração, com a abertura de novos campos de análise semântica e lexical que apuram a interpretação, o cruzamento de leituras de natureza histórica e linguística, as múltiplas propostas de *stemma* 's de filiação textual, a descoberta de novas possibilidades de investigação mas, acima de tudo, a publicação de fontes que até aí se encontravam inéditas nos arquivos e nas bibliotecas - dinâmicas que se manifestam em ambos os lados da fronteira política interna ibérica.

Mesmo correndo o risco de não referir todos os que integram este panorama, para o caso português, e no âmbito do nosso trabalho, salientemos os nomes de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Leite de Vasconcelos, Luis Filipe Lindley Cintra, Américo da Costa Ramalho, José V. de Pina Martins, Maria Leonor Carvalhão Buescu, Raul Rosado Fernandes, Ana María Sánchez Tarrío, apenas para citar os que no domínio estrito da filologia se evidenciam, não percorrendo o contributo dos trabalhos no âmbito recente das literaturas e culturas românicas; para o caso espanhol, além dos nomes fundadores dos estudos filológicos, Marcelino Menéndez Pelayo e Ramón Menéndez Pidal, citem-se Garcia Villada, F. Santos Coco, B. Sanchez Alonso, M. Gómez Moreno, J. Gil Fernández, J. Campos, J. Fernández Valverde, E. Falque, C. Rodriguez Alonso, L. Charlo Brea, A. Maya Sánchez, A. Ubieto Arteta, J. Prelog, José Luis Moralejo, Juan Ignacio Ruiz de la Peña, Y. Bonnaz, Manuel C. Díaz y Díaz, José Eduardo López Pereira¹².

Nestas circunstâncias, impõe-se, desde logo, uma breve exposição sobre o equilíbrio entre o enquadramento teórico-metodológico suposto e proposto, permitindo ao leitor considerar se o percurso escolhido invoca alguma coerência nos princípios e

¹² Para o caso espanhol V. Pereira, “Prólogo”, Astray (1996, 7-9).

métodos adoptados e qual o interesse do resultado obtido. Não pautamos o nosso percurso pela exclusividade de nenhum procedimento afecto a uma determinada postura ou linha de acção teórica e metodológica, mas procuramos conjugar o que consideramos profícuo, tornando-se, como tal, em nossa perspectiva, necessário. Na realidade, excluímos um ponto de vista historicista e uma utilização ideológica da história e, para evitá-lo, não partilhamos ortodoxias nem fidelidades unilaterais em termos metodológicos e conceptuais. Aliás, porque o próprio tema central do trabalho encerra em si virtualidades e idiossincrasias suficientes para sustentar um comportamento prudente e a observância de um espírito aberto que suporte uma análise rigorosa e objectiva.

Recorremos a abordagens científicas pluridisciplinares que possam contribuir para o desenvolvimento de leituras o mais completas possível do que aqui estudamos. Numa primeira fase do trabalho, encaramos como necessário ultrapassar a leitura tradicional e simplista de que o espaço e o poder, enquanto conceitos estruturantes do pensamento, estariam apenas num patamar isolado do próprio conteúdo discursivo, embora reconhecidamente modelando e sustentando as suas premissas. Pretendemos, por isso, examinar como é que estas duas categorias são efectivamente tratadas nos campos referidos. Na verdade, a complexa semântica dos conceitos e as manifestações da(s) mentalidade(s) vigentes sugerem não só a análise do espaço como realidade física ou do poder político como prática institucional, mas também a sua leitura num plano que invoca a estrutura do próprio pensamento, enfim, a forma de ler espacial e politicamente a realidade.

Implica, no primeiro caso, compreender a forma como a apreensão espacial da realidade é feita num dado momento e num dado território. Como é que os discursos ajudam a construir e legitimar estes conceitos? que limites sugerem? que variedades semânticas encerram? que relação entre os textos e a realidade geográfica e política? como se relacionam a ideia de espaço e o modo de conceber/exercer efectivamente, para o período considerado, os poderes políticos? Estas são algumas das questões que se colocam no âmbito do estudo da mentalidade e da estrutura de ideias que subjazem à "espacialização do real". Aliás, este fenómeno discursivo tem referentes na conjuntura política e aparece comprometido com as práticas administrativas da época, lembrando o problema das centralidades políticas e religiosas construídas (é o caso de Mérida na Lusitânia imperial romana e de Madrid, na Hispânia moderna), das suas ligações viárias,

dos problemas de definição de fronteiras ou, internamente, da definição de limites, precedências e imagem de eficácia das circunscrições administrativas.

Entendemos que a realidade espacial que, mais tarde, no período da Baixa Idade Média e da modernidade, servirá de base física à tentativa de construção do Estado pode (e deve) ser analisada não só como âmbito da validade da sua ordem jurídica, ou como elemento estruturante dessa entidade, mas também e por isso mesmo, como representação, logo, passível de integração em esquemas intelectivos e explicativos, nomeadamente ideológicos e eruditos, em variadíssimas conotações políticas. A análise vai das concepções dos autores às suas fontes, do processo de transdiscursividade e da circulação das ideias ao da recepção pela sociedade da época.

Sendo assim, pretende-se que o estudo da relação espaço-poder político, processo em evidência no seio do Estado em estruturação, domínio específico da história política, vá ao encontro da história das ideias, das mentalidades e das representações pela abordagem do fenómeno ao nível dos discursos.

Neste contexto verifica-se ainda que, entre os objectos tratados, ressalta a recuperação ideológica de temáticas discursivas, cuja escolha, longe de inocente, assume vertentes estratégicas de prometida eficácia. A sua adopção tem, na nossa leitura, um peso significativo, sendo que, para a cronologia apresentada, o recurso regular à vetusta concepção de Lusitânia, na inevitável alternância com a paralela “nova” ideia de Portugal, determina um protagonismo e uma evolução expressivas no campo da definição da relação espaço/poder. Como tal, numa segunda fase, pretende-se analisar o uso de ambos os termos, na sua frequência, contexto e acepção, pois constituem-se como sinais evidentes de que o processo de configuração de uma imagem (discursiva ou figurativa) do país é complexo e acompanha a difícil e variada conjuntura do Estado em formação, no jogo dos poderes em presença e, em última análise, das primeiras manifestações de uma invocada comparência do espírito de nação.

Por fim, pretendemos associar de forma sintética e apenas ilustrativa, paralelamente à temática central da Lusitânia narrativa, a alteridade construída pela cartografia e pela iconografia, a avaliação dos públicos e da eficácia pretendida, sendo ainda o momento adequado para se convocar a natureza e o modo de relação com outras formas de corporização da *natio*.

Sendo assim, embora o território privilegiado de análise seja o de Portugal, devidamente enquadrado na matriz identitária da Península Ibérica, o nosso objectivo primordial consiste no estabelecimento de linhas de transdiscursividade e o escrutínio das verdadeiras origens da Lusitânia na relação com o espaço que virá a ser (e depois será efectivamente) o país - para isso necessitamos de desconstruir as múltiplas leituras sobre esse tema. Na verdade, não conhecemos semelhante abordagem no panorama interpretativo do processo de edificação da identidade portuguesa.

Quanto às fontes utilizadas, mais do que a extensão quantitativa, privilegiamos a variabilidade do seu teor e dos respectivos contextos de formulação. Optamos, no entanto, por assinalar alguns momentos mais significativos do processo de criação transdiscursiva, além das obras que adiante referiremos, por se constituírem como demarcações temporais não limitativas. As raízes do tema, que escolhemos como caminho de investigação, contemplam o escrutínio da produção discursiva historiográfica, como já evocámos, e percorre o arco temporal que se inicia na Antiguidade Clássica, reduto fundamental e fundacional da representação matricial da Lusitânia que será alvo de atenta indagação. Em seguida, por razões de economia de tempo e espaço, não analisaremos o transcurso da Antiguidade tardia e Alta Idade Média (séc.s III-VIII). Reconhecemos, naturalmente, a importância deste período e dos seus autores/transdiscursos, como Eusébio de Cesareia, Idácio de Chaves, Paulo Orósio, Isidoro de Sevilha, entre outros, mas a nossa intenção é, estabelecidos os alicerces que resultam do passado clássico, compreender de forma cirúrgica e localizada (tempo, contexto e discursos) onde e de que forma este lastro entronca na invocação das primeiras manifestações da nacionalidade portuguesa. Este desígnio obriga-nos a prescrutar a analítica e cronística medievais, culminando no espelho transdiscursivo que constitui a representação identitária moderna e humanista em contexto pleno de erudito combate ideológico-político, agora já consignado à figura do Estado e do poder em estruturação. Paralelamente, numa leitura que julgamos inovadora, iremos acompanhando o jogo da polémica com a produção discursiva castelhana, nomeadamente no campo da historiografia. É que este *topos* e a sua enunciação/configuração estava no âmago da construção identitária dos reinos peninsulares e servia uma expressiva configuração de espaço e poder, consignada ao estabelecimento de uma tradição fundadora e legitimadora das soberanias políticas.

Por essas razões, as datas que orientam o trabalho assumem-se, pelo que dissemos, como referências simbólicas facilmente transponíveis. Um exemplo. Para o humanismo

consideramos *a quo*, a data de 1481, como destacada no processo que opõe a visão portuguesa e castelhana na disputa sobre a antiguidade e legitimidade genealógica de cada reino, com recurso à apropriação de diferentes leituras da Lusitânia - em véspera das calendas de Setembro, ocasião em que é proferida a *Oração de Obediência* de D. João II ao Papa Sisto IV, pronunciada por Garcia de Menezes – momento e documento fundamentais pois são a expressão internacional assumida, publica e publicitada, de um sentimento de identidade, cujos contornos de afirmação assumem particular relevância. Instrumento discursivo de uma estratégia de poder, afirmada na expressão linguística (latim), no intuito da mensagem e na forma diplomática da sua cristalização, que escolhe o palco externo, com abundante recurso à fórmula historiográfica, para alicerçar a legitimidade e a individualidade do reino. Não obstante, propomos uma atrevida anterioridade (que recua aos registos cronísticos de Afonso X, em 1269 e às Crónicas de 1344 e 1419) no recurso a este índice mas principalmente na vinculação de uma arquitectura de discurso e na perpetuação da tradição clássica acomodada, por exemplo no léxico temático, que, precisamente o Humanismo dos séculos XV e XVI recuperará no seu transdiscurso. Por sua vez, 1610, apresenta-se como a data da publicação da *Descrição do Reino de Portugal* de Duarte Nunes do Leão, e limite considerado nesta tese, porquanto configura uma fronteira marcante de passagem para um discurso geográfico que assume de forma explícita a nomenclatura coeva do corpo político da nação. O percurso é longo mas significativo nas suas manifestações, com uma linha orientadora que revela o fundamento e a coerência do tópico, em convenientes mas distintos exercícios transdiscursivos¹³.

A nossa observância é ao tema da Lusitânia e este é de uma riqueza imensa, pois presta-se à averiguação dos mais variados processos de construção da consciência

¹³ Os marcos cronológicos aqui indicados são, por outro lado, dotados de significativa relevância histórica mais alargada o que lhes confere, para o tema desta tese, maior expressividade. Nesse sentido, Joaquim Romero Magalhães faz notar, em 1481, a profunda alteração política com o início do reinado de D. João II e com o verdadeiro lançamento da construção do Estado Moderno em Portugal, ao que se junta a cada vez mais pujante dinâmica ultramarina com o estabelecimento permanente na costa ocidental de África (S. Jorge da Mina) e a consequente possibilidade das novas rotas do Cabo e do Brasil (1992, 8-9). E se, na verdade, o século XVI é longo e apresenta mudanças profundas, o período em que vive Duarte Nunes do Leão corresponde a um ponto de viragem que, após a morte de Filipe III, em 1621, e a afirmação do poder do Conde Duque de Olivares, projecta o início do fim do sonho da unidade hispânica, os inúmeros problemas financeiros, a crise estrutural do Mediterrâneo e a afirmação definitiva do eixo atlântico nos interesses mercantis, aponta uma nova orientação política e de afirmação identitária em que o espaço (neste quadro cada vez mais consubstanciando o metropolitano e o ultramarino) e o poder, em intensa simbiose, se assumem como protagonistas. Adiante veremos como estes processos se traduzem na representação da Lusitânia.

nacional, permitindo reflectir sobre diversas questões que consideramos, nesse âmbito, fundamentais. Vejamos.

Em primeiro lugar, esta abordagem torna possível explicar e descobrir formas efectivas da relação entre o poder (mormente o político) e o território que ele domina, define e transforma - a expressão territorial e espacial do tema. Não se trata, naturalmente, da definição de práticas administrativas ou da imposição de normas legislativas por quem exerce o poder mas sim de entender a leitura e a representação que o espaço tem para este, numa consciente construção ideológica, capaz de exercer domínio¹⁴. A utilização deste recurso (na forma e no conteúdo) remete para a definição de limites (face ao *outro*, provinciais, nacionais) mas também para o estabelecimento de balizas internas, pois o poder não se exerce de maneira igual e uniforme em todo o território, elemento constitutivo primordial em todas entidades políticas do Antigo Regime (medievais e modernas) - mecanismo de conformação ideológica cujo uso revela estratégias impostas pelas condições contextuais e conjunturais que importa considerar.

Em segundo lugar, essa abordagem permite compreender e enunciar as diversas manifestações do poder político, particularmente no sentido da sua unificação/centralização, e da sua relação com os outros poderes (internos e externos) - a expressão do poder. Tema que torna possível compreender as variáveis de dominação e a forma como se faz a captação de recursos para esse efeito; aquilatar os múltiplos patamares de afirmação e legitimação em que os poderes vão assentando e definindo o seu desempenho: quer nos seus instrumentos, seja a construção narrativa, a iconografia, a cartografia, quer nas áreas de actuação, na política, na guerra, na diplomacia, ou ainda nos seus mecanismos, recorrendo à memória, à emoção, à propaganda ideológica. Desta forma, representa-se, paulatinamente, no tempo longo, a construção de uma cultura nacional de fundo erudito, com o aparecimento de referências, símbolos e a propugnação de um imaginário colectivo, processos que são paralelos e proporcionais à afirmação da eficácia política e administrativa do poder, sobretudo régio - quer como pólo que condiciona a maior parte da difusão de informação e comunicação, quer como agente de definição e implantação, em todo o território, de um sistema administrativo, burocrático,

¹⁴ No sentido dado por Bourdieu (1989, *passim*).

fiscal e judicial centralizados, processo que sabemos ter de ser inscrito na longa duração, e que foi um dos “motores” da construção de um Estado Moderno.

Em terceiro lugar, esta análise possibilita verificar da complexidade e da profundidade dos substratos em que se situam estas problemáticas pois os mecanismos de identidade, de memória e de uso do passado são, sem dúvida, cruciais mas profundamente significativos e difusos. O recurso ao tema da Lusitânia deve, ainda, ser integrado num âmbito de prolixidade semântica - mais do que o sentido territorial e geográfico, alguns textos e outros instrumentos deixam antever uma dimensão psicologizante de afirmação da esfera de responsabilidade e de governo. Como se tratasse de um processo natural, de uma legitimação inerente, do que verdadeiramente compete a quem exerce o poder. Como veremos, a própria maleabilidade e variabilidade do significante e do significado, na expressão textual do termo Lusitânia, permitem deixar esse espaço para a sua integração em afirmações de valor simbólico. Progressivamente, quando se cita a Lusitânia nos textos historiográficos, nem sempre se remete apenas para um espaço físico (território) mas também se invoca e preenche o seu sentido simbólico, muito mais vasto, de tudo aquilo que “nos” diz respeito: do espaço ao poder, do individual ao colectivo, da responsabilidade à legitimidade, do político ao espiritual/religioso. Mais do que o termo Portugal, que se torna maioritário, a Lusitânia carrega todos estes sentidos, sendo, por isso, em nossa opinião, um dos primordiais e dos mais robustos índices da consciência colectiva nacional portuguesa - daí a sua invocada perenidade.

Em quarto lugar, sabendo que durante este tempo longo (da Antiguidade Clássica ao Humanismo) as “Histórias” e a prática historiográfica tratam invariavelmente, entre outros assuntos, de acontecimentos da História Bíblica e convocam igualmente, com frequência, a História e a mitologia clássicas, o índice em causa (Lusitânia) permite perceber a função específica atribuída a estas menções (mito-ideia) na construção do edifício narrativo e simbólico. Revela-se, pois, a sua utilidade legitimadora, na definição e caracterização de um sistema de inteligibilidade do texto e na necessidade de refundir aquelas abordagens em favor do próprio discurso e dos seus criadores, promotores e até receptores/leitores.

Por fim, em quinto lugar, esta pesquisa permite entender que a geografia mental destes homens é muito diferente da actual. Na verdade, durante o império romano¹⁵ e boa

¹⁵ Como exemplo veja-se a perspectiva sobre a presença humana e o itinerário romano de *Augusta Emerita* a *Olisipo*, defendida na tese de doutoramento de Maria José Almeida (2017).

parte do período medieval, apesar dos esforços dos poderes em estabelecer balizas territoriais para o seu exercício efectivo e legitimado, aquilo que, cremos, realmente vigorava era uma “geografia das pessoas”, em que os limites eram verdadeiramente considerados pela presença humana como marca visível e possível da organização, gestão e composição espacial. Só o aparecimento incipiente do Estado e das marcas de centralização precursoras é que vem dotar o espaço de uma geografia administrativa onde o *limes* passa em zonas inóspitas, mas nunca superando a presença humana que, aliás, defendia e proporcionava uma geografia fiscal que sustentava essa máquina. Será esta a razão pela qual logo, na origem, se manifestam a indefinição precisa dos limites provinciais romanos.

Esta indefinição foi transmitida para a geografia mental posterior, sendo que, justificadamente, os autores até ao Humanismo colocam a Lusitânia no mapa dos seus interesses e não no da exactidão das referências cartográficas futuras, nada devendo à organização territorial absoluta que o espaço no período moderno preconiza. Associando-se a esta questão está o facto de que os textos medievais e renascentistas apresentam, essencialmente, duas abordagens/leituras em termos de escala, que ultrapassam a actual visão do espaço das fronteiras de qualquer das formações políticas ibéricas: por um lado, o infinitamente grande, num mundo representado à escala do registado e conhecido a cada época, o mundo dos deuses-homens, o dos impérios (romano, visigodo), onde cabem a teogonia bíblica e a mitologia fundadora e identitária e o seu transcurso para o mundo coevo; por outro lado, o infinitamente pequeno, trazido pela revelação do espaço estratégico do discurso, no sentido do palco e cenário dos interesses e constrangimentos do autor/recriador da narrativa, pontuado pela proporção dos pequenos grupos, famílias, e mais tarde pela definição de escalas coincidentes com a do poder régio tendencialmente centralizado e do ordenamento do(s) reino(s).

Por estas razões torna-se necessário criar uma rede de análise e aplicar um escrutínio mais criterioso e fino em que o próprio facto de as fontes revelarem silêncios e ausências no que diz respeito à invocação da Lusitânia pode ser entendido como significativo. Não podemos esquecer, a este propósito, que muitos dos textos que nos chegaram são cópias posteriores, elas próprias criadas e formuladas em contextos

ideológicos e diferentes, onde já predominava a matriz da geografia administrativa de divisão em comarcas, julgados ou regiões¹⁶.

Nesta abordagem, dificilmente nos libertamos da produção discursiva e imagética criada *pelo* e *para* o próprio poder. Mas mesmo conscientes de que lidamos com *uma* perspectiva e representação contextual da realidade, não podemos negar a tessitura idiossincrática dos factos, devendo respeitar a sua origem e evolução, evitando cair em interpretações tendenciosas ou distorcidas. Se assim for, respeitaremos a sua condição. Pelo contrário, este é um dos casos que evidencia, em nossa opinião, uma riqueza de propostas de análise ou não fosse a ideia de Lusitânia uma possibilidade de aportar a um quadro de entendimento da formação da dinâmica nacional, fazendo recuar as suas reais origens a um legado primordial e contínuo que se revela estruturante nas representações posteriores mas que ganhou tal projecção que saiu do “conforto” das suas raízes e entrou no nosso imaginário colectivo.

¹⁶ Situação bem patente na tradução quatrocentista da *Vita S. Theotonii* que adiante analisaremos.

2 - A Produção Textual e a Semântica dos Conceitos. Dos Fundamentos da Lusitânia. Memória, Identidade, Nação – Etimologias de um Anacronismo?

"Une nation est une âme, un principe spirituel. Deux choses qui, à vrai dire, n'en font qu'une, constituent cette âme, ce principe spirituel. L'une est dans le passé, l'autre dans le présent. L'une est la possession en commun d'un riche legs de souvenirs; l'autre est le consentement actuel, le désir de vivre ensemble, la volonté de continuer à faire valoir l'héritage qu'on a reçu indivis." Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?*, Sorbonne, [1882], 50.

"Filha do tempo, a verdade é-o também do espaço geográfico." Jacques Le Goff, *Os Intelectuais na Idade Média*, [s.d.], 33.

Estabelecidas as linhas orientadoras desta tese estamos em condições de invocar a pertinência e a estrita necessidade de reflectirmos sobre os usos do passado na relação com a formação da identidade nacional portuguesa. Este início de percurso é, no entanto, um primeiro esforço, para abrir um caminho de suporte, inteligibilidade, fundamento e enquadramento de uma análise de outra envergadura que permitirá escrutinar processos de relação entre memória, história e narrativa. Por estas razões, o que aqui se apresenta, quer pela dimensão e tempo disponíveis, quer pelo contexto da sua produção, deve ser entendido mais como um “guião” prévio e provisório de questões, temáticas e problemas a identificar do que aduções, definições ou respostas a prover.

Como temos referido, a ideia de Lusitânia, e a evolução do seu conteúdo expressivo em contexto histórico, conforma a existência de uma representação da unidade "nacional", remetendo para o processo de construção erudita das identidades geográficas e espaciais nas mais variadas escalas. Desde a concepção herdada, assente na recuperação da visão clássica, ela própria digerida pela medievalidade, ao assumir de novas leituras desse velho tema nas estratégicas palavras do humanista André de Resende (*Libri*

Quattuor De Antiquitatibus Lusitaniae, 1593) para depois se colocar, paulatina mas decisivamente, a tónica numa *Nova Lusitania* (de Francisco de Brito Freire, 1675) fora de portas. Assim, o tema encerra potencialidades de análise que ultrapassam a dimensão meramente política e ideológica, assumindo-se como estruturante na definição genérica de um perfil identitário e emocional de grande abrangência.

O que agora se apresenta surge, pois, como resultado de uma sistemática investigação no campo da produção textual historiográfica e geográfica/corográfica sobre a Lusitânia como elemento estruturador de uma identidade, no amplo arco cronológico aqui considerado. Será precisamente em torno deste campo que a investigação se desenvolverá, partindo do pressuposto fundamental, traduzido na historiografia actual, de que os discursos, enquanto produção intelectualizada, devem ser lidos como formas de construção/representação e não com entidades objectivas¹⁷.

Grande parte desta produção textual conhece, necessariamente, diferenciadas construções, consoante os objectivos, o contexto e os agentes que a compõem, no quadro da justificação e legitimação de poderes e de formas de representação dos campos político e geográfico. Ressalta, desde logo, a inevitabilidade de analisar os mecanismos de construção identitária e as respectivas tendências e função representados nos objectos simbólicos e narrativos (*latu sensu*) a que se recorre para conseguir tais intentos. Embora poucos estudos tenham completado este ciclo de intervenção global e interpretativo da identidade para o caso português¹⁸, convém salientar, completando o que já afirmámos, que o sentido da sua importância reside nas novas perspectivas de análise e na pertinência do objecto tratado.

¹⁷ Fundamentada no pressuposto que a história cultural e das mentalidades tem por objectivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos se constrói, se pensa e se lê a realidade social. Essa categorização e classificação produzem discursos que não são neutros mas que evidenciam estratégias, práticas e reflexões significativas. Cumprindo as linhas do pensamento e da teoria social contemporânea de Émile Durkheim e Marcel Mauss, vários e diferenciados contributos assumem particular importância para o debate. Salientemos o papel precursor de Ernst Cassirer (1953). Mas a discussão em torno das práticas e modalidades de leitura, das lutas de representações e da força estruturante e constitutiva de identidades, onde as várias formas de discurso assumem protagonismo, revelaram novas abordagens. Tal é visível na leitura hermenêutica de Paul Ricoeur (1976, 1985) e na teoria do texto de Michel Foucault (1997a, 1997b.). Mais recentemente são fundamentais as antologias de Roger Chartier (1988) e de Peter Burke (1992). Por último, uma referência a uma linha de interpretação diferenciada, mas fecunda, encarando o texto histórico como artefacto literário em Hayden White (1994); neste caso, como visão de conjunto para o discurso historiográfico, veja-se a recente publicação de um número temático da Revista *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n. 6 (2018).

¹⁸ Adiante, neste capítulo, assinalaremos os trabalhos mais relevantes para este contexto.

Como tal, a questão da Lusitânia, como a concebemos na nossa investigação, não surge desgarrada, mas sim como um eixo temático central, e um índice fulcral de constatação, análise e avaliação de um debate mais amplo sobre a origem, a constituição, a definição, a relação e a legitimação entre memória, identidade e nação. Faremos, em seguida, um breve balanço historiográfico sobre a produção que consideramos mais relevante sobre estes conceitos e matérias, lançando os fundamentos expressivos da Lusitânia.

A Lusitânia começa por se definir, historicamente, como designação regional - determinando a sua futura e primordial forma na memória nacional - com a organização administrativa romana (séc. I a.C.) e, posteriormente, numa solução de continuidade, com a ocupação sueva e visigótica (séc. V d.C.). Desta problemática se ocuparam, no panorama nacional, de forma cimeira, Alexandre Herculano¹⁹, José Leite de Vasconcelos²⁰, Pedro de Azevedo²¹, Jorge Alarcão²², Torquato de Sousa Soares²³, António José Saraiva²⁴, Amílcar Guerra²⁵, e, para citar o estudo mais abrangente, Carlos Fabião e José Mattoso²⁶.

Não faremos aqui a exploração e explicitação sobre a complexa e abundante discussão acerca dos factores que giram em torno das origens da nacionalidade, nomeadamente o da permanência/alteração de estruturas político-administrativas e da sua evolução, no quadro relacional da geografia física e humana e das características socio-culturais do ocidente peninsular²⁷. Aliás, porque várias dimensões foram já exploradas e assumiram protagonismo em todo este debate. Questões essas que não deixam de constituir um suporte fundamental de inteligibilidade e de enquadramento que ajuda a melhor compreender o significado e o valor do tema em análise. Saliente-se, no entanto, que estas leituras, embora de grande importância, constituem, para a perspectiva que nos interessa explorar nesta tese, apenas um primeiro e acessório patamar. Como já

¹⁹ Alexandre Herculano, *História de Portugal*, ed. de José Mattoso, 4 vol.s, Lisboa, Bertrand, 1980-1983.

²⁰ J. Leite de Vasconcelos (1988), *Religiões da Lusitânia [1897]*, 3 vol.s, Lisboa, INCM.

²¹ Pedro de Azevedo (1922), *O nome Lusitania em romance*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

²² Jorge Alarcão (1988a), *Roman Portugal*, 3 vol.s, Waminster, Aris & Phillips. E ainda, (2002) *O Domínio Romano em Portugal*, (trad. do 1º vol.), Mem-Martins, Europa-América.

²³ Torquato de Sousa Soares (1962), *Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras.

²⁴ António José Saraiva (1982), *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, Livro I, Lisboa, Bertrand, pp. 13-42.

²⁵ Amílcar Guerra (1995), *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, Edições Colibri.

²⁶ Carlos Fabião e José Matoso (1992), *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. I, *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

²⁷ Estas questões surgirão como substrato explicativo no capítulo sobre a “Memória do Espaço”.

afirmámos, nunca se procedeu a uma investigação sistemática, sustentada e contextualizada acerca da Lusitânia enquanto objecto de análise. Na verdade, as interpretações variam entre o estudo das circunstanciais condições das origens de Portugal ao tempo da presença romana e da sua organização político-administrativa e/ou cultural/etnográfica – caso dos autores citados - ou as esporádicas alusões à sua inclusão em contextos discursivos posteriores – onde são da maior relevância os estudos de Martim de Albuquerque²⁸, Orlando Ribeiro²⁹, complementados pelas interpretações de José Mattoso³⁰ e pelas análises de João Carlos Garcia³¹.

Ora, a análise situada e crítica desta literatura, conjugada e confrontada com a leitura das fontes, impõe, ainda, a necessidade de posicionarmos o eixo temático num contexto relacional e de suporte teórico e conceptual mais amplo e consistente. Como tal, surge, ainda, uma outra escala de leitura e de inteligibilidade que ajudará a contextualizar e a definir a sua relevância. Atentemos.

A relação do passado com a memória não é, de todo, pacífica. Não existe sequer uma condição de linearidade e de espontaneidade entre o vivido e o registado, na forma como cada comunidade, em qualquer época, se concebe e se identifica. No entanto, não sendo o local nem o momento para explorar a vasta literatura sobre o assunto³², impõem-se algumas considerações que permitam, neste momento, situar a nossa perspectiva e enquadrar a nossa interpretação.

Numa primeira aproximação devemos acentuar que a memória, fenómeno complexo em cuja génese pontuam múltiplos factores, não é um estado e muito menos apresenta uma condição estática. É um processo, sempre em construção, dinâmico, à semelhança da configuração da própria ciência, genericamente falando, que dela frequentemente se apropria; embora o inverso também se verifique. Aliás, trata-se de uma situação compatível com as palavras de Paul Ricoeur que lhe aponta uma pretensão e uma

²⁸ (1974) *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*, Lisboa, ed. Autor.

²⁹ Orlando Ribeiro (1986), particularmente em - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* [1945], 4ª ed., Lisboa, Sá da Costa. (2001) *A formação de Portugal*, Lisboa, ICALP, [1987]. *Introduções Geográficas (...)*, 2ª ed., 2001.

³⁰ José Mattoso (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva. E em (1988) *Identificação de um País*, 3ª ed., 2 vol.s, Lisboa, Estampa.

³¹ João Carlos Garcia (1986), *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 109-110. E particularmente em (1995) *As Fronteiras da Lusitânia nos Finais do Século XVI*, sep. *Miscellanea Rosae*, Budapeste, Mundus Press, pp. 137-153.

³² Certo é o interesse e a proximidade com que o termo *memória* percorre as reflexões mais ou menos conceptualizadas, à semelhança do termo *identidade*, que vão da psicologia à história, passando pela sociologia, das neurociências à biologia.

ambição – a de ser fiel ao *passado*³³. Diríamos tratar-se de um parentesco genético, numa linguagem figurativa da antropologia social, casamento tumultuoso, de força e ímpeto, que o *passado* abusa da memória mas também nem sempre esta lhe é fiel... Pelo meio, encontramos o *presente* – no sentido de qualquer corte diacrónico onde esteja sediada a análise -, qual filho manipulador que se serve e é servido neste ímpar jogo familiar, e onde podemos tentar apurar todas as instâncias de uso e representação do *passado*. Particularmente feliz é a expressão recente de Enzo Traverso, ao afirmar que a memória corresponde às “representações colectivas do passado tal como se formam no presente”³⁴.

Uma outra reflexão destaca a memória num jogo relacional em que a história e o seu registo historiográfico são os outros protagonistas. A este propósito, invocando a importância preliminar dos campos em análise, podemos questionar, à semelhança de Ricoeur, se a memória é verdadeiramente *matricial*³⁵, ou seja, assumindo-se como um referente da história e como garantia da relação de representação entre o presente e o passado. Mais do que encontrar, neste momento, uma resposta assertiva para este problema, parece-nos importante salientar um aspecto fundamental. Se atentarmos no contexto em que se desenvolve este fenómeno, concluiremos que nesta relação a memória é “subjugada” pela sua própria condição histórica. Ou seja, por ela própria ter uma história, uma temporalidade situada, um percurso detectável. Não fosse tal facto uma evidência e certamente não seriam necessárias a reflexão e o considerável número de páginas que diversos autores dedicam à condição da memória. Tal é particularmente visível nos estudos de Jacques Le Goff³⁶, Paul Ricoeur³⁷ ou, muito recentemente, do

³³ (2000, 26). Na verdade, o entendimento que o historiador faz do passado dificilmente se desliga dos apelos do presente, podendo mesmo dizer-se que o rumo da contemporaneidade ajuda a definir o sentido do passado: de facto, a actualização constante do passado no presente e a sua projecção no futuro, fazem do conhecimento histórico um instrumento de extrema importância na definição dos valores, dos comportamentos, da identidade colectiva, em suma, na configuração da “alma do povo” (Cunha, 1991, 227).

³⁴ (2012, 18). Por essa mesma razão o autor afirma que a memória se conjuga sempre no presente (p. 18). Campo de intensas trocas - o do passado e do presente com a memória – em abordagem que visa actualizar a visão do uso público do passado e com uma nítida preocupação em definir uma linguagem e concepções consistentes. Tal é o caso da eminente recusa da assimilação entre memória e memorialismo (*uma determinada* visão do passado). No entanto, a fórmula não é nova, já tendo sido utilizada em outras aproximações ao tema. Veja-se, a título de exemplo, a fundamental contribuição dada pela visão coordenada por Yithzhak Hen e Matthew Innes (2000). A este propósito convém lembrar o estudo de caso inovador, quer em termos metodológicos, quer de conteúdo, de Patrick J. Geary, (1996).

³⁵ Paul Ricoeur, *op. cit.*, 106. Neste aspecto em particular, Traverso não tem dúvidas de que existe uma condição de dependência, postulando que “a história nasce, portanto, da memória, libertando-se desta ao colocar o passado à distância, ao considerá-lo, segundo a expressão de Oakeshott, como «um passado em si»”, *op. cit.*, 21-22.

³⁶ Le Goff, 1988, 105-177.

³⁷ Paul Ricoeur, *op. cit.*, toda a parte I, 25-163.

próprio Enzo Traverso³⁸. Afinal, a memória é “vítima” da sua própria essência – a de ser uma representação e a de ter um carácter eminentemente social. E esta sua condição é, sem dúvida, uma das dimensões cruciais para o historiador. Não será isso que verificamos na produção textual sobre a Lusitânia, adiante analisada?

Tal contexto leva-nos a ponderar uma outra dimensão do fenómeno. A memória, manifestação e expressão privilegiada do humano, assume-se como operação intelectual³⁹ e é, por essa mesma razão, uma representação⁴⁰. Como tal, começa por ser uma realidade para a sociedade que a produz. Esta construção implica, necessariamente, selecção e triagem, e uma relação vinculativa com o próprio esquecimento. Por sua vez, surge corporizada em instrumentos de maior ou menor eficácia na teia de relações sociais, nomeadamente em algumas instituições. É, ainda, como sustenta Bourdieu, o palco privilegiado para o surgimento e legitimação do poder simbólico e de referenciais que rapidamente assumem funções constitutivas, geradoras e de suporte do corpo social⁴¹. Quase arrogando-se em funções de *metamemória*⁴².

Remetemos, aqui, para a noção operatória de “memória social”, e da sua criação, transmissão, legitimação e conservação, cuja expressão precursora surge, na moderna historiografia, no estudo fundamental do sociólogo da escola de Émile Durkheim, Maurice Halbwachs⁴³. Este tema é, aliás, mais recentemente invocado em 1989, por Paul

³⁸ Enzo Traverso, *op. cit.*, *passim*.

³⁹ Pierre Janet afirmava mesmo que por isso a memória “inventou o passado e até o tempo”, *Apud* Godinho, 1991, 22.

⁴⁰ A este propósito, remetemos para a aceção de Roger Chartier, 1988, particularmente, 13-67.

⁴¹ Recorremos à perspectiva de Pierre Bourdieu, que reflecte sobre a importância, a força assertiva e o poder do simbólico. Numa outra perspectiva a memória, associada à construção do processo identitário da nação e do Estado, também assume, em Pierre Bourdieu, um papel fundamental. A identidade nacional, como caso particular desta problemática mais vasta e transversal, encerra em si várias dimensões que importa ter em conta. Uma componente essencial encontra-se no facto de em si se inscrever a acção esperada por parte dos agentes que constituem a comunidade. Quer isto dizer que o que podemos entender como identidade de uma nação, construção sedimentada ainda que em constante reajustamento, se afirma porque produz sentido e assegura o consenso do grupo relativamente ao sentido produzido. Vista de outra forma, pode também dizer-se que a identidade nacional se constitui como lugar de disputa desse “poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (Bourdieu, 1989, p.174). A configuração da identidade que prevalecerá, será então aquela que o grupo melhor colocado imporá como legítima. A sua visão (di/visão) do mundo, conservar-se-á tanto mais quanto mais eficazmente conseguir tornar natural, evidente, a construção simbólica em que se sustenta (Cunha, 1991, 223). Veja-se particularmente em Bourdieu, 1994. Sobre o assunto veja-se ainda o estudo de José Manuel Sobral, 2005, 1-30.

⁴² Candau, 1998, 115, *apud*, Sobral, 2006, 8.

⁴³ O termo utilizado pelo autor é “*mémoire collective*”, corporizado, aliás, na sua edição de 1950, mas cuja expressão tem sido questionada. Nem sempre a memória social será, na interpretação de alguns, sinónimo de memória colectiva, como é patente na obra clássica *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, PUF, 1925 (ed. recente, Albin Michel, 1994), desenvolvido em *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, 1950 (ed. crítica por Gérard Namer, Albin Michel, 1997). Este facto tem, para nós em particular nesta tese, uma

Connerton, numa nova leitura do texto mencionado, acentuando uma concepção de memória social numa interpretação performativa complementar. Por sua vez, em 1992, James Fentress e Chris Wickham ensaiam uma visão que, partindo de alicerces teóricos similares, segue para uma leitura crítica de dimensão histórico-antropológica⁴⁴. Este debate, independentemente das posições assumidas, cristaliza a memória como uma produção colectiva, dinâmica e multiforme mas sempre coincidente e persistente com as matrizes sociais e culturais da sua origem, dimensão que, como sublinhámos acima, é fundamental para o historiador. De tal forma que, à semelhança da caracterização que, em 1895, Durkheim faz a noção de “facto social”, podemos aduzir-lhe um carácter quase normativo de generalidade, coercividade e exterioridade⁴⁵.

Por fim, convém salientar duas últimas considerações sobre a questão da memória. Por um lado, pelo que foi dito, facilmente se entende que esta é uma operação que pode assumir uma expressão escrita ou não escrita. Esta contestação abre caminho a considerar um vasto leque de manifestações, cuja pertinência assume particular relevância para o período moderno, com particular visibilidade em instrumentos gráficos (iconografia e cartografia). Evidentemente, numa acepção semântica antropológica que frequentemente tem sido utilizada no campo da historiografia contemporânea, acreditamos que a memória é sempre *discurso/transdiscurso*⁴⁶ - tanto na sua produção escrita, simbólica, imagética ou oral⁴⁷.

Por último, queremos notar que a memória recorre a metabolismos inscritos automaticamente na expressão social e vivencial do grupo em causa, mas também se manifesta em pressupostos de intencionalidade, com intuito de preservar, transmitir, legitimar. Sabendo que o passado não é percebido de igual maneira por todos os

importância fundamental. Nesse sentido, utilizamos a fórmula perpetuada pela releitura de Fentress e Wickham, 1994.

⁴⁴ Tradução portuguesa, 1994, especialmente o capítulo 4, 177-210.

⁴⁵ 1991, 29-39.

⁴⁶ *Transdiscurso* conceito operado a partir de Saussure, que aponta novas formas de abordar os fenómenos de linguagem. Saussure, assume-se, ele próprio como uma origem, como um discurso fundador e invoca a perene capacidade de um texto se recriar. Foucault acentua esta posição transdiscursiva, ao ver na ordem do discurso essa capacidade de se reconstituir, dialogar e multiplicar, de ser matriz de uma herança. Ou seja, não é *interdiscurso* (relação entre discursos de natureza diferente) nem *pluridiscorso* (mesmo discurso em modos diferentes) mas a releitura, recriação, nova representação de autores/textos predecessores.

⁴⁷ Jacques Le Goff e Paul Ricoeur haviam já alertado para esta dimensão da memória. Ambos utilizaram expressões que identificam com fenómenos de “oralidade e escrita” (v. Le Goff, *op. cit.*, 115-130; ou Ricoeur, *op. cit.*, 209-230, *passim*). Por sua vez, para o caso português, José Manuel Sobral, numa abordagem que radica claramente nestes dois autores, utiliza a oposição “dimensão discursiva e não discursiva” (*op. cit.*, pp. 4-5). Precisão terminológica que não partilhamos pois consideramos a abrangência do termo “discurso” como inclusiva das expressões escrita e oral. Toda a escrita é discurso mas nem todo o discurso é escrita.

membros de uma sociedade, prevalecendo ditames do meio social e cultural e da conjuntura política e económica, arriscaríamos falar, para o caso vertente de análise historiográfica, não de *um* mas de *vários* passados, tantos quantas as leituras que dele se fizeram. Evoquemos a mesma contingência aplicada à escrita actual da história, por Luís Filipe Thomaz e Jorge Alves, ao afirmarem a memória selectiva em função “dos interesses dominantes no presente”⁴⁸. Por isso mesmo, o discurso historiográfico assume um protagonismo particular e segundo Ana Isabel Buescu, é “um índice fundamental e de eficaz cristalização, da constituição da memória histórica de um grupo social, de uma comunidade, de uma nação”⁴⁹. Com estes quatro patamares, aqui expostos de forma sucinta, pretendemos iniciar, estruturar e fundamentar o desenho do percurso de uma ideia cuja expressão constitui a metáfora perene da memória de um povo e de uma nação – a Lusitânia.

Neste contexto, facilmente se percebe que à reflexão sobre a memória e o passado se junte a da identidade⁵⁰ e dos usos/funcionalidades do discurso historiográfico. A premissa é, aqui, de ordem matemática: não há identidade sem memória⁵¹. Mas para a compreensão desta, sob a forma de representação narrativa, não podemos, ainda, ignorar o seu valor enquanto manifestação ideológica⁵², sendo que, por outro lado, a sua funcionalidade tem sido veementemente apontada no sentido do uso e veículo de poder, particularmente o político. A historiografia poderá ser, pois, uma das múltiplas formas de o poder se expressar e manifestar, enfim, de, completando o círculo, constituir-se em essência do que se entende por identidade.

Chegados a este ponto, precisamos de conferir inteligibilidade e sustentabilidade à nossa perspectiva de abordagem, dado que, pela contingência particular do tema e pela ousadia do arco temporal a que recorreremos, necessitamos, cremos, de um sólido suporte

⁴⁸ 1991, 81.

⁴⁹ 2000, 13.

⁵⁰ Não obstante a considerável bibliografia transdisciplinar em torno da questão da identidade, remetemos, num contexto de análise não historiográfica, para a conceptualização dos vínculos de integração espacial, temporal e social postulados por León Grinberg e Rebeca Grinberg, 1998. e ainda para uma visão transversal, correlacional e muito completa do problema em Linda Alcoff e Eduardo Mendieta, 2003.

⁵¹ Também a bibliografia sobre o fenómeno da identidade na relação com a constituição do discurso histórico é extensa e prolixa e, como tal, seria impossível mencioná-la neste contexto. Apenas referenciaremos, por incluírem aspectos de particular interesse para esta abordagem, as perspectivas diferentes, mas complementares, dos estudos de Martim Albuquerque, 1974.; José Mattoso, em vários estudos e artigos, salientando-se, pela proximidade temporal e pela qualidade da síntese (1998); José Manuel Sobral, *op. cit.*, e ainda, recentemente, 2012. Como referências incontornáveis, para além das que já referimos, está a visão modelar francesa, na qual realçamos dois autores nem sempre coincidentes mas de leitura obrigatória – Braudel (1986); Pierre Nora (1997, coord).

⁵² Ana Isabel Buescu, *ibidem*.

conceptual e teórico. Sendo assim, do que falamos - quando nos referimos à questão da identidade? - e particularmente quando a associamos ao índice de análise discursiva a que corresponde a formulação da Lusitânia? como integrar esta manifestação numa linha diacrónica tão longa e diversa? de que potencialidades e limites dispomos para esta abordagem?

Nas últimas décadas a reflexão sobre a matéria da *identidade* assumiu um evidente protagonismo, proporcional às constantes exortações que provêm das profundas e agitadas dinâmicas da configuração política, social, diplomática e económica mundial contemporâneas⁵³, levando a múltiplas acepções para este significante. Desde a consideração das afinidades relacionais, às filiações e às formas de pertença a um determinado grupo, passando pelas experiências de comunidade e de conexão, ou as auto-identificações e as auto-representações, individuais ou colectivas, o termo encontra-se nos mais variados planos de acepção e de observação, nem sempre consistentes entre si.

Apesar de estarmos conscientes da profusão analítica do conceito, o nosso intuito é o de captar o modo como os autores e os actores, no lapso de tempo considerado, atribuíram significado a si próprios e aos demais, através das suas concepções de espaço e poder, considerando ainda o modo como se diferenciavam uns dos outros, tanto individual quanto colectivamente, focando a atenção, de forma particular, na sua expressão discursiva (narrativa, iconográfica). Na verdade, o discurso cria e organiza a diferença, produzindo identidades que se consolidam em processos individuais e colectivos e se expressam por meio de funções simbólicas, textos e contextos – quase como um metadiscurso sobre vivências e/ou memórias históricas⁵⁴. Essas narrativas ajudam a formatar identidades e a orientar as acções humanas. Se é comumente aceite que a identidade, sobretudo a de cariz colectiva e nacional, é negociada através de práticas em que são mobilizados repertórios de símbolos, discursos e significados adequados a cada momento da sua produção⁵⁵, não deixamos de verificar que os estudos concretos

⁵³ Para uma panorâmica geral desta problemática, dada a vastidão da bibliografia, V. Marcos, D., Iñurritegui, J.M. & Cardim, P. (2015), Gleason, P. (1983), Belissa, M. et al. (org.) (2005), Chun, A. (2006), Jenkins, R. (2008). Para o caso português saliente-se o caso de Eduardo Lourenço (1990) e José Manuel Sobral (2003, 2010, 2012).

⁵⁴ Moreno, 2014, 8.

⁵⁵ Saliente-se o confronto entre estratégias de memória e a prática discursiva no estudo de M. Lane Bruner (2002). Do ponto de vista da sociologia, interessa-nos destacar o entendimento dos processos identitários na relação entre o indivíduo e o grupo onde este se insere, envolvendo a interação social, os afectos, a autoestima e os jogos de poder. Nesse contexto a identidade é uma categoria social discursivamente construída, expressa e entendida por diferentes linguagens: escritas, corporais, gestuais, imagéticas. Aliás, não surgem desfasados os processos de identidade pessoal e social, pois a integração do indivíduo/actor

sobre o respectivo contexto que envolve o tema desta tese são consideravelmente escassos⁵⁶.

Pois bem, tentaremos demonstrar que falar da Lusitânia como *topos* narrativo é apelar a uma retórica de identidade pois, como veremos, quer seja considerada a fase etnológica-histórica ou a fase memorial e dada a inexistência de registos próprios dos lusitanos⁵⁷, o olhar que se apresenta ao leitor de hoje, sobre essa mesma realidade, é sempre o de um *mesmo* sobre um *outro*⁵⁸. O que implica dizer que a leitura e interpretação deste espaço surgem naturalmente enquadradas pelos interesses individuais de quem produz o texto e aí encontra, nessa sua representação do território, o motivo e a resposta para as suas indagações; ainda que cumprindo objectivos de criar uma imagem do território e/ou relatar a condição dos seus habitantes, comuns a grande parte dos textos que versam sobre este assunto, independentemente do momento em que são elaborados. Esta marcante duplicidade correlativa, matriz de uma forma de representação discursiva, constitui-se como a resposta face ao desconhecido e à condição geográfica limite da *Iberia* (*Hispania* romana) quer se trate da construção narrativa⁵⁹ da Lusitânia na primordial literatura grega, quer na tradição romana. Na verdade, tanto a descrição do território como a notação do perfil e acontecimentos atinentes aos seus habitantes surgem frequentemente acompanhadas de leituras que valorizam factos extraordinários, o que vai

social em conjuntos mais vastos (processo de identificação) ou a diferenciação e autonomia, fixadas socialmente através de fronteiras (processo de identização (Tap, P. 1986, 12 *Apud*, Pinto, 1991, 218), constituem fenómenos complexos, onde se inscreve quer o sentido que o indivíduo/grupo faz de si próprio, quer o sentido que atribui aos que o cercam. É nesta relação entre identidade e diferenciação que a estrutura simbólica de cada um se cria e afirma (Cunha, 1991, 222).

⁵⁶ Aponte-se a singularidade da inversão proporcional entre a evidente notoriedade do tópico da Lusitânia na construção identitária da nacionalidade portuguesa e a falta quase sistemática de estudos particulares sobre este assunto. Exceptuam-se, embora essencialmente para o período clássico da ocupação romana da Península, as análises que adiante citamos de Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Jorge Alarcão e na historiografia espanhola, de Luciano Pérez Vilatela e dos investigadores que preenchem os ciclos das Mesas Redondas sobre a Lusitânia romana.

⁵⁷ À excepção das lacunares informações retiradas de algumas inscrições em língua lusitana estudadas mais recentemente por José Cardim Ribeiro (2015, 34-39).

⁵⁸ Aliás, é assim que interpretamos o título de um artigo de Amílcar Guerra (2015, 24-33), “*O Olhar do Outro: Lusitânia pré-romana*”, onde o autor explora a realidade da Lusitânia e dos lusitanos, antes da presença romana mas lembrando precisamente que a entrada deste povo na História só se faz com o início da conquista romana, sendo que pouco sabemos do período anterior.

⁵⁹ Entendemos a *construção* não necessariamente como *invenção* deliberada ou *deturpação* mas como *representação* na categorização que é atribuída por Roger Chartier (1988, 13-28). O relatado nas fontes não nos leva ao acontecer do passado mas à visão, representação que os autores dos discursos concluíam do que estava a acontecer. Os textos analisados nesta tese são, no essencial, representações ou percepções da realidade, adaptadas não só ao contexto social e cultural de quem produz o discurso, mas também aos seus destinatários e sempre teremos como uma referência crítica a ideia fundamental de que o modo como os produtores das fontes liam os factos e as sociedades não é estudá-los em si mesmos (Albuquerque, 2014, 42-43).

ajudando a compor uma idealização identitária, que facilmente digere aspectos menos positivos, e que destaca o valor deste tema e lhe proporciona a pertinência e a credibilidade que o recurso, em épocas posteriores, vem a demonstrar.

O interesse, nutrido de estratégia e/ou simples curiosidade, que desperta em todos os que a ele se dedicam, possibilita sempre, em nossa opinião, uma apreciação, no seio das categorias mentais de quem escreve, da substância em que assenta a sua própria identidade, permitindo, por sua vez, a criação de um processo de individualização do espaço, pelo conhecimento e imagem que dele transmite, que perdurará por muito tempo. Porque estas narrativas apresentam-se como manifestações de uma escrita de autor, carregadas das vicissitudes do seu tempo e do seu espaço, versando sobre um território que não tem visão própria registada, esses registos surgem-nos *in obliquo* como a sua expressão identitária. À semelhança do que acontece com o discurso político e de poder, cuja ““predição”/enunciação tem funções práticas pois visam obter determinados efeitos sociais, condicionando a existência ou inexistência do que enunciam”⁶⁰, também os textos aqui trabalhados cumprem funções identitárias estruturantes pois assumem a “missão” de construir uma representação do território que se tornará sedimentada em várias formas e tipos de enunciação e que representará no futuro discurso (medieval e moderno) o passado que legitima o presente. No entanto estamos conscientes dos limites que esta leitura nos impõe pela impossibilidade de compreender, neste caso, a relação entre *identidade* e *identificação*: a primeira diz respeito a uma construção nascida dentro da realidade de um grupo, a segunda da realidade produzida numa representação que, por sua vez, surge no seguimento de contactos ou leituras externas. O que resta, para o nosso caso, é que a identidade deste território/tema tem como base a identificação⁶¹. Estes fenómenos terão especial relevância, como veremos, na posterior formação da individualidade portuguesa, em transcurros que se evidenciam de múltiplas formas e que, chegados ao Humanismo, revitalizando o tema, concebem a forma que nos foi directamente legada⁶².

⁶⁰ Bourdieu, 1982, 150.

⁶¹ Revela-se, a este propósito, particularmente interessante a forma como Pedro Albuquerque tratou desta questão na sua dissertação de Doutoramento sobre os Tartessos na Península Ibérica e a construção da sua identidade a partir dos registos escritos e da informação arqueológica (2014).

⁶² Não deixa de ser curioso e significativo a quantidade de designações de entidades colectivas e particulares, de serviços, de transportes, de referências linguísticas (v.g., luso-descendente) que persistem nos dias de hoje. Vale a pena atentar nas palavras de Eduardo Lourenço: “infelizmente (ou felizmente) esta relação subjectiva connosco, esta interiorização cultural de uma *imagem positiva*, e mesmo privilegiada de nós mesmos enquanto *puro passado*, ou memória ainda viva dela nos vestígios artísticos ou literários (Jerónimos, *Lusíadas*, cronistas, arte barroca), não só nos garante um presente digno dela, como exerce sobre esse presente uma função ambígua. Por um lado, subtrai os portugueses à consciência deprimida que

Vejamos, sucintamente, alguns aspectos que suportam o exame da Lusitânia numa perspectiva de enquadramento de uma retórica da identidade, enquadrada pela diacronia.

As abordagens sociológica e antropológica mais recentes tendem a apontar para uma produção social da identidade marcada “por uma vocação eminentemente relacional” (Pinto, 1991, 218), relegando para segundo plano a tradicional dimensão essencialista⁶³. Tal postura condicionou a formulação deste conceito, evidenciando que o termo identidade é, hoje, um conceito de utilização generalizada nos vários ramos das Ciências Sociais mas também de outras áreas do saber, facto que confere complexidade à sua definição⁶⁴. Para o que aqui nos interessa, importa salientar que, decorrente dessa natureza

teriam de si sem esse passado; por outro, impede-os de investir na sua vida real, no seu presente, uma energia e uma ambição que sempre parecerão medíocres comparadas com as do século de esplendor, ou pelo menos, de dinamismo excepcional. (...) A aventura marítima e colonizadora dos Portugueses não tem símile na Europa moderna e por isso o nosso poeta nacional preferiu compará-la à da Roma Antiga. (...) Esta outra dimensão da realidade portuguesa alterou profundamente – e na aparência para sempre – a maneira de ser e o *ser mesmo* do que nós chamamos Portugal. Nem a língua – da mesma raiz e tão próxima –, nem a religião ou religiosidade, igualmente as mesmas, nem sensibilidade ou costumes, por diferentes que sejam nas suas semelhanças, nos separam do resto da Espanha mais do que a particular versão de uma aventura marítima e colonial, paralela à de Espanha, mas que nos deixou uma outra *memória* dela, e com ela uma outra identidade. (...) Ao contrário de Espanha que é «múltipla» na sua relação consigo mesma, Portugal é, por assim dizer, excessivamente uno. (...) Portugal, o de ontem e ainda mais o de hoje, não teve nunca, nem tem propriamente, *problemas de identidade* (...) serão antes problemas de *superidentidade*. A nova imagem de Portugal – refiro-me menos à que os *outros* têm de nós mesmos que àquela que *nos acompanha* na nossa acção e presença dentro de nós e no mundo – não altera em nada a estrutura da *hiperidentidade* que desde pelo menos o século XVI nos caracteriza.” (1990, 11-12, 18-19, 22).

⁶³ José Madureira Pinto lembra, a este propósito, o desenho de identidades perdidas, nebulosas, que conduziram a profecias e carregavam a determinação essencial de um grupo/povo. No mesmo sentido se pronunciaram Marcos, D., Iñurritegui, J.M., & Cardim, P. (2015, 14) - pelo facto de comungarmos desta interpretação e postura metodológica, transcrevemos na íntegra: “(...) tem-se igualmente em conta que os sentimentos de pertença comportavam, por vezes, uma determinada carga emocional. É precisamente essa carga emocional que subjaz a manifestações identitárias de base religiosa, ou ao que habitualmente se designa de ‘sentimento nacional’ ou ‘consciência nacional’, expressões que possuem, por vezes, uma determinada conotação essencialista e supõem uma certa passividade do sujeito. (...) Em vez disso, procura-se captar o «jogo» entre a auto-identificação e a categorização levada a cabo pelos demais. Por outras palavras, privilegia-se um entendimento relacional das atribuições identitárias, procurando-se captar a capacidade dos actores, de todos eles, para agir sobre essas categorias, para as transformar e para as co-produzir. Tem-se em conta a subjectividade situacional, ou seja, os contextos onde ocorrem as várias atribuições identitárias, a fim de compreender a percepção que as pessoas tinham daquilo que elas eram, da sua posição social e do modo como deviam actuar. Além disso, essas auto-percepções são vistas em constante interação com as percepções dos outros, já que se reconhece que as categorizações, as identificações e as representações produzidas pelos demais eram fundamentais para a maneira como as pessoas se concebiam a si próprias. Em suma, encara-se a identidade como um fenómeno plural, processual, interactivo e produto de múltiplos discursos, os quais, frequentemente, interagiram – e competiram – entre si”.

⁶⁴ Deriva do latim *identitate*, significa “o que é idêntico”, “no mesmo sentido”. Da Lógica (por exemplo, distinção entre a identidade numérica e identidade específica), à Matemática (por exemplo, a distinção entre a identidade e equação), passando naturalmente pelas Ciências Humanas: identidade pessoal (Psicologia), identidade jurídica (Direito), identidade cultural e identidade nacional (Antropologia, Sociologia e História), v. Carvalho, 1999, 727. Etimologicamente e numa asserção mais propriamente ontológica, a essência do ser, aquilo que permanece. Todavia, o termo precisamente pelo seu sentido globalizante, sobreviveu para lá dessa raiz essencialista, que apenas manteve na dimensão de vivência espiritual e religiosa ou de inculcação ideológica, como instrumento de domínio político. Para Manuel Castells (1999,

constitutiva e conformativa inerente ao conceito, sobressai, antes de mais, uma relação entre *o mesmo* (o produtor do discurso e as suas categorias mentais) e *o outro* (os lusitanos/a Lusitânia), como centro de uma problemática da identidade, quer seja na visão do grego ou romano face à realidade geográfica e humana da Península, quer seja na leitura memorial deste espaço interpretada pela elite letrada e pelos corpos sociais das entidades políticas que, entretanto, vão surgindo posteriormente. Até porque, mesmo reconhecendo à formulação identitária, que pretendemos imprimir como matriz de interpretação desta análise, um certo carácter de contingência, na condição de adscrita ao contexto socio-cultural de origem dos produtores do discurso, em situação conjunturalmente definida, devemos frisar que não é facilmente revogável, já que o que tende a ocorrer, é a reprodução de uma determinada estrutura simbólica. Na verdade, considerados a função e o valor dos textos, as habituais práticas transdiscursivas e o seu carácter matricial na elaboração identitária, ao revelarem uma relação de alteridade significativa (expressão na Antiguidade – fase etnológica-histórica e memorial) mas também uma finalidade reconstitutiva e estruturante (expressão da medievalidade ao Humanismo - fase memorial), consideramos estar perante uma significativa enunciação simbólica.

A este propósito, é pertinente o entendimento de Pierre Bourdieu ao invocar (e citemos um pouco longamente)

“o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e deste modo a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer ignorado como arbitrário (...). O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (1989, 14-15)⁶⁵.

26), a identidade funciona como um “processo de construção de significado” que se serve de diversas matérias-primas fornecidas pela história, geografia, biologia, pela memória colectiva, pelos aparatos de poder, etc.

⁶⁵ Sublinhado do autor. Adaptamos aqui, com as devidas reservas, o pensamento de Bourdieu na sua consideração pelo carácter estruturante dos sistemas simbólicos, particularmente como instrumentos de conhecimento e de comunicação, “poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem

Curiosamente, saliente-se a homogeneidade de uma prática dos sucessivos produtores dos discursos aqui tratados, no longo fio do tempo, e no que respeita, concretamente, a esta temática: o *outro* sempre funcionou mais como pretexto do que como interlocutor válido para o *mesmo* – ou seja, ajudando mais a definir o estatuto deste do que surgindo como verdadeiro protagonista. Relação desigual entre estas duas entidades, expressa em diversos aspectos, seja quando esse *mesmo* manifesta, através do seu poder e assumpta superioridade, pela acção político-militar e/ou pela representação discursiva, a intenção de domínio daquele *outro* (v.g. na relação dos impérios e dos seus protagonistas e agentes políticos, económicos, intelectuais da Antiguidade – grega e romana - com a Ibéria autóctone), seja quando este se transfigura para aquele, integrando agora a essência do *mesmo* por oposição a novos *outros*: i) quer como arquétipo memorial (na Antiguidade Tardia, pela desagregação do modelo romano e pela presença do elemento “bárbaro”, na Alta Idade Média, pelo confronto entre cristãos e muçulmanos, durante a medievallidade, pela produção política e discursiva de fronteiras identitárias entre reinos hispânicos, ou mais tarde, nos séculos XV e XVI, pela problemática relação portuguesa com Castela/*Hispania* e na sua afirmação no panorama internacional e ultramarino); ii) quer pelo conhecimento estratégico que representa - de que são exemplo os textos de reconhecimento geográfico e de produção historiográfica que o tomam como *topos* face ao *outro* sincrónico; iii) quer pelo capital simbólico que protagoniza - no peso que assume na afirmação de um *mesmo* postulando-se, inversamente, agora sim, a sua valorização. Lembremos, a este propósito, quando a Lusitânia era o *outro*, o enaltecimento das forças de resistência lusitana funciona como mecanismo de engrandecer a acção de Roma na Península Ibérica; ou, durante o período moderno, em que a legitimação da identidade portuguesa no panorama internacional, nomeadamente

gnoseológica”, cumprindo funções políticas, de domínio (“instrumentos de dominação”). Nesse sentido, ao considerar-se o poder simbólico como modelador do real, do “sentido imediato do mundo”, aponte-se a relevância da sua função social, tornando possível um consenso, legitimação e reprodução que vão de encontro às necessidades da formulação identitária. Veja-se, a este propósito, o *working paper* publicado pelo ICS, de José Manuel Sobral (2005) atendendo às possíveis relações entre os trabalhos do sociólogo francês e o estudo da identidade nacional. Considerando o caso da formulação identitária portuguesa Luís Cunha afirma, também baseado na interpretação das teorias do autor francês: “Na verdade, o reconhecimento de uma História; a partilha dos mesmos valores ou a concordância quanto aos traços específicos da nação, constituem elementos relativamente estáveis ao longo do tempo. Pensando concretamente no caso português, é possível constatar a permanência de algumas ideias-chave, em torno das quais a identidade nacional se foi sustentando. O reconhecimento e aceitação desses valores funciona como legitimação das práticas e da di/visão do mundo.” (1991, 23-24). Sobre o assunto, v. Sobral (2003, 1114, 1116).

face a Espanha (*o outro*), faz-se à custa da recuperação memorial do mito lusitano (agora lido como parte integrante da essência de *um mesmo* que é Portugal). Sempre em processos em que, vorazmente, se apaga *o outro* e se proporciona revivificá-lo pela existência e pelas matrizes de pensamento do *mesmo*.

Por conseguinte, compreende-se que ora na condição de *outro*, ora incorporando um *mesmo*, a Lusitânia seja sempre marginal na sua expressão, até chegarmos à intensa exaltação demonstrada por um certo Humanismo português. Constatamos, ainda, que a construção das identidades alimenta-se sempre de necessárias alteridades, o que, no caso do tema em estudo nesta tese, se apresenta(rá), julgamos, como evidente, revelando-se a singularidade da sua pervivência.

Daí advém um terceiro fundamento: entendemos que a identidade não se constitui como uma criação inata⁶⁶ mas reproduz-se numa dinâmica socialmente construída, arquitectada na espessura do tempo e abdicando de uma perspectiva reducionista que coloque os actores sociais numa posição passiva. Tal afirmação é ainda reveladora do carácter relacional e processual das atribuições identitárias, bem como das disputas e do papel co-produtor dos intervenientes nesse decurso. Esta realidade torna-se mais concreta, como já afirmámos, à medida que avançamos na diacronia do tempo e a nossa análise permite pensar as comunidades humanas como associações paulatinamente mais coesas e cingidas pelas concepções e exercício do poder⁶⁷, que postulam a unificação e criação de uma verdadeira consciência nacional; mas não deixa de ser verdade que, independentemente do tempo e do espaço a que nos reportemos, estes são, verdadeiramente, categorias inexoráveis na definição da identidade. Ora, numa ordem identitária, “fonte de significado e experiência de um povo” (Castells, 1999, 22), o corpo social estrutura-se, legitima-se e sustenta-se precisamente no tempo e no espaço. Por sua vez, a maneira como usamos e lemos o espaço e o território provê de sentido o quotidiano do ser humano, “unindo-se à memória e agindo expressivamente na construção da identidade” (Ferreira, 2010, 117)⁶⁸. Como tal, a vivência num território reforça as

⁶⁶ Se bem que a capacidade de sociabilização radique de forma idiossincrática na natureza humana.

⁶⁷ A possibilidade e a capacidade dos agentes sociais para agir, para transformar, manipular e para co-produzir as identidades vai aumentando na proporção da sólida formação do corpo social e da sua coesão. As categorias então formadas, particularmente no campo político, tornam-se expressão visível, por exemplo, através da prática institucional e da expressão projectada e vivenciada do poder. Por outro lado, como a auto-percepção (mesmo à escala do reino) vive da relação com o *outro* então a sua leitura e entendimento, no caso da medievalidade e da modernidade, terá como principal factor o que está para além das fronteiras do território nacional.

⁶⁸ A autora reforça a leitura desta problemática invocando que “é no *lugar* [itálico nosso] que as relações são concretizadas, em tempos diferenciados, o uso ganha uma significação especial, porque o indivíduo se

identidades e sustenta as comunidades, independentemente das escalas a que nos reportemos, cujo sucesso só depende da coesão que deriva da qualidade dos promotores desse corpo social (poder, solidariedades múltiplas) e dos mecanismos que estão ao seu alcance para promover essa adesão. O espaço e o território permitem um conjunto de referências e símbolos aos que lá vivem e que são percebidos pelos seus utilizadores e visitantes, influenciando comportamentos e criando sentido.

Podemos, pois conjecturar, à luz credibilizante das fontes de cada época, o que terá constituído, neste vínculo intemporal, a relação das comunidades peninsulares com o seu espaço mas também o que outros leram nela. A questão da identidade vai além do lugar de fixação de cada indivíduo/comunidade, pois integra também interações com os outros lugares (lugares exteriores), quer estejamos a tentar perceber o vínculo das populações com o seu território - processos para os quais o contributo da Arqueologia se torna imprescindível - ou a interpretação que dele se faz pela sua leitura narrativa. O espaço assume aqui uma verdadeira dimensão simbólica até porque um dos elementos integrantes da relação dos grupos sociais com o processo de construção das identidades corresponde à definição de um território e de “fronteiras territoriais” que remetem, frequentemente, para a relação harmónica com as suas raízes (*Ibidem*, 219-220). Mesmo forçados à deslocalização, os grupos humanos mantêm essa necessidade de conferir uma particular relação com o território, estabelecendo sentimentos de pertença (pela necessidade de retorno ou pela reprodução de práticas memoriais), fundados em imaginários identitários que classificam e valorizam (positiva ou negativamente) o espaço de referência.

No caso da Lusitânia, não estando providos de informação cabal sobre a visão que os autóctones possuíam em tempos mais recuados, podemos, no entanto, produzir análise etnológica⁶⁹ e recorrer à informação arqueológica que pouco a pouco se vai disponibilizando⁷⁰. Significativas serão as leituras de confronto, produzidas em textos que percorrem todo o arco temporal considerado e que nos deixam perceber como um índice de referência espaço-administrativo se transforma numa prolífica matriz de produção discursiva com usos e significados diversos. Até porque a identidade, como vemos,

vai identificando com o lugar nas suas formas de uso, e desta maneira produz-se uma identidade entre indivíduo e lugar através das relações sociais que são estabelecidas no quotidiano”.

⁶⁹ De que o estudo de Luciano Pérez Vilatela (2000) é um exemplo.

⁷⁰ Em Portugal, salientem-se os trabalhos de António Carvalho e Maria José de Almeida na Quinta das Longas (Alentejo), ou de Jorge Alarcão, na zona centro do actual território português.

também se constrói em função das condições espaciais e temporais de cada corpo social, e da sua expressão vivencial e intelectual.

Por último, o território peninsular enfrenta de uma circunstância que foi sempre estruturante na sua identidade e na leitura que dele se fez, influenciando, já durante a formação das entidades políticas que se constituirão em nacionalidades (da Alta Idade Média em diante), a própria auto-percepção dos seus habitantes – reportamo-nos à sua condição de periferia⁷¹. Recorrendo ao olhar de um geógrafo, e postulando a nossa condição natural, vivemos, reproduzimo-nos, identificamo-nos e orientamo-nos na superfície da Terra⁷². Mais importante para a nossa abordagem, é que, a partir desse contexto, contruímos, através da experiência e do que nos foi transmitido, uma imagem do ambiente que nos rodeia. A nossa acção sobre o mundo e a sua transformação são dinamizadas em função da sua percepção, pois cada indivíduo dispõe de um conjunto de representações sem as quais não poderia interagir com o meio e com o corpo social em que se insere.

Ora, desde os tempos mais recuados das culturas grega e romana que podemos antever o manifesto interesse pela representação do mundo e pela descrição do espaço habitado, sendo que os gregos, em termos estritamente analíticos, distinguiram a *topografia* (condições do relevo), da *corografia* (retrato das regiões sem as situar no contexto terrestre) e da *geografia* (esforço de apreensão global da diversidade da Terra)⁷³. No seu estatuto de periférico face a qualquer destas entidades e, dessa forma, comungando das habituais formulações mitológicas sobre a sua origem, função e representação, o território da Península desenvolve uma especial atracção que se revela perene na produção discursiva. Sendo assim, encontramos traduzida para a dimensão geográfica (*centro - periferia*), a correlação do que atrás vimos para a dimensão relacional (*o mesmo – o outro*)⁷⁴; quer seja na fase etnológica-histórica ou memorial, preenchendo requisitos de relato geográfico e/ou corográfico e confinados ao espaço da Lusitânia. Não se tratando, evidentemente, da apreensão de uma disciplina científica, no sentido que hoje lhe imputamos, e preenchendo mais os requisitos de uma lógica de género literário, não

⁷¹ Trataremos esta questão, de forma mais pormenorizada e relacionando com a formação do *corpus* tratado, mais à frente, no capítulo sobre a “Memória do Espaço”.

⁷² Claval, 2006, 20.

⁷³ *Idem*, 23, 25, 28.

⁷⁴ Na consideração do modelo centro-periferia para o entendimento das construções sociais e culturais e como modelo de adaptação da abordagem espacial ao modelo sociológico é um clássico o estudo Edward Shills (1992 [1974]). Para uma visão global e resumida da percepção do espaço nos principais autores da Antropologia e Sociologia contemporâneas v. Filomena Silvano (2001).

deixa de ser singular a importância que estas visões geográficas representam para o mundo de então⁷⁵, ajudando definitivamente a estabelecer uma ordem identitária que se revê nesse jogo de duplicidade⁷⁶.

Intimamente associado à nossa investigação está, pois, o objecto historiográfico “nação”, sempre redimensionado na estreita relação com a memória, a identidade e o discurso historiográfico. Realidade que se corporiza e densifica nos tempos modernos mas que não surge *ex nihilo*, deixando antever que se configura através de um processo susceptível de se estudar historicamente. Nesse sentido, José Mattoso reforça o âmbito da nação como uma forma que sofreu avanços e recuos, passando por transformações profundas mas salientando o seu carácter fenomenológico, pois não é dada à partida, como se de um arquétipo divino se tratasse⁷⁷. Por sua vez José Manuel Sobral assinala a vinculação entre os fenómenos de *nação* e *nacionalismo* com a História, detectando-a em dois planos: por serem fenómenos de carácter histórico – têm uma história; pela importância do recurso à história, na sua formulação e expressão, como argumento fundador e legitimador⁷⁸. Pautada por diversas interpretações quer em contexto português, quer no *forum* internacional⁷⁹, a questão surge como indispensável para

⁷⁵ Só o desenvolvimento de uma geografia científica, suportada pelo conhecimento seguro da realidade física, apoiada no desenvolvimento tecnológico, que os séculos XVI e XVII iniciam, é que permite conjugar e substituir as imagens deturpadas, enviesadas ou manipuladas que muitas percepções individuais ou colectivas ajudaram a construir no passado - espécie de geografias autocentradas e mapas mentais adulterados.

⁷⁶ Não se reduz a matéria sucinta o perscrutar da relação (em forma, conteúdo e matéria) entre a História e Geografia, ciências afins desde sempre, cumprindo o sentido matricial e comunicante das referências que sempre nos orientam: o espaço e o tempo. Não nos deteremos sobre este assunto. Apenas lembramos a formulação da geografia histórica ou das incursões de historiadores em campo geográfico – alguns, pelo peso intelectual que detêm, significativamente bem ousados, como Lucien Febvre em *A terra e a evolução humana. Introdução geográfica à história* (1991 [1922]); ou ainda, oriundos de outra área (Literatura), o caso de Paule Petitier sobre a análise da geografia na obra de Michelet (*La Géographie de Michelet. Territoire et modèles naturels dans les premières oeuvres de Michelet* (1997).

⁷⁷ 1992, 14.

⁷⁸ A a este propósito cita Jürgen Habermas (*Conciencia histórica e e identidade postradicional*, 1989, 91) “[...] para poder dar forma e servir de futuro a uma identidade colectiva o encadeamento da vida linguístico-cultural tem de ser tornado presente em termos capazes de fundarem sentido. *E só a construção narrativa de um devir histórico dotado de um sentido adequado ao próprio colectivo* pode fornecer perspectivas de futuro orientadoras da acção e cobrir a necessidade de afirmação e auto-afirmação” (sublinhado nosso) (Sobral, 1996, 15-16).

⁷⁹ Para o caso português, com uma análise das diversas linhas de interpretação do fenómeno e algumas questões problemáticas, vejam-se os artigos já citados de José Manuel Sobral, e particularmente, *Nações e Nacionalismo. Algumas Teorias Recentes sobre a sua Gênese e Persistência na Europa (Occidental) e o caso Português*, in *Inforgéo*, Lisboa, ICS, 1996, pp. 13-41.; trabalho continuado e desenvolvido em “A Formação das Nações e o Nacionalismo: Os Paradigmas Explicativos e o caso Português”, *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165, Lisboa, ICS, 2003, pp. 1093-1126. No panorama internacional a bibliografia sobre identidade e nação é extensa e prolixa, provida de múltiplas opiniões e leituras, cujo grau de importância para o debate geral e para o tema central da nossa tese é muito variável, sendo incomportável, neste

entendermos as condições desse mesmo debate e as posições em confronto. Os termos da discussão são variados e estendem-se, transversal e diacronicamente, em múltiplas abordagens e autores. Como tal, não nos ocuparemos propriamente do que caracteriza a nação, o que a corporiza ou quais os fundamentos (ou não) da sua ancestralidade. Também não procuraremos designar os trâmites concretos do nacionalismo. Apenas visamos reflectir sobre de algumas questões e autores que fundamentam as opções conceptuais e teóricas desta tese⁸⁰.

Mas a que nos referimos, quando falamos de nação, de nacionalismo ou de consciência nacional? E em que medida e com que limites estes conceitos atravessam a nossa reflexão e análise? De um lado, o debate em torno da nação e do nacionalismo é fruto de uma reflexão que se inicia, de forma sistemática, ao longo dos séculos XIX e XX em torno das origens, condições e particularidades daquilo que melhor manifesta a condição de gregaridade e de formação do corpo social português. Sérgio Campos de Matos, invocando essa discussão afirma “o tema da formação de Portugal foi tratado em múltiplas perspectivas, tendo em conta, não raro, a questão das origens étnicas dos Portugueses, a autonomização do Estado no século XII, o território, a construção da nação e a sua continuidade no tempo. A frequente indiferenciação entre os conceitos de pátria, Estado e nação, que se observa na historiografia oitocentista (com raras excepções como as de Herculano e Oliveira Martins), contribuiu para a mescla daquelas questões que hoje são consideradas de um modo distinto.” (2002, 124)⁸¹. Este enquadramento de uma

contexto, a sua listagem e avaliação. No entanto, apontem-se os nomes, e a extensa obra de Eric Hobsbawm, Guy Hermet, Anthony Smith, Ernst Gellner, Benedict Anderson, Josep Llobera, Patrick J. Geary, entre outros.

⁸⁰ Da intensa relação entre identidade e nacionalismo, particularmente focando o domínio da história das ideias e das suas manifestações, devemos mencionar os estudos clássicos de Hans Kohn, *the Idea of Nationalism: a Study in its Origins and Background*, New York, The Macmillan Company, 1944. e Frederick Hertz, *Nationalism in History and Politics: A Psychology and Sociology of National Sentiment and Nationalism* [1944], London, Routledge & Kegan Paul, 1966.

⁸¹ Pese embora o interesse, intensidade, variedade e importância de temas como os movimentos intelectuais, políticos e sociais que rodeiam, neste período, o desenvolvimento e afirmação das teorias iberistas, as questões coloniais, o papel de Portugal na diplomacia internacional e a formação de uma historiografia contemporânea a favor ou contra a recuperação de um certo *lusitanismo*, não cabe aqui a exploração destes assuntos. Embora a reflexão sobre a identidade nacional portuguesa não se tenha aprofundado como noutras nações europeias, esta temática nunca deixou de estar presente na historiografia e na literatura e desenvolveu-se de múltiplas formas após a queda do Império, em 1974-75. Sobre este período, a bibliografia e os conteúdos são vastos, contemplando desde a relação entre História e a identidade nacional, à apreciação das várias teses em confronto, o determinismo étnico, a consciência histórica, à exploração de alguns conceitos (ex. iberismo) e do imaginário político e popular. Salientem-se, para um panorama geral da questão, os estudos historiográficos de Sérgio Campos de Matos (1990, 1998, 2002, 2007, 2008), Maria da Conceição Meireles Pereira (1995, 2010) e a tese de doutoramento de Paulo Bruno Ferreira (2016), *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908 - 1931)*; e ainda, numa outra perspectiva, a visão de um antropólogo, João Leal (2000, 2001, 2006).

conjuntura específica mobilizou distintos pensadores, cientistas e políticos portugueses e promoveu a simbiose, notável para o que nos interessa, entre uma dimensão essencialista *do que somos* com o recurso protagonista da Lusitânia. E não se pense que tal inquietação foi apanágio exclusivo de uma identidade peninsular a braços com alterações vertiginosas do seu corpo político e social. Tal cenário também ocorre um pouco por toda a Europa. Leiam-se as palavras de Ernest Renan que abrem, na epígrafe, este capítulo e, para o efeito, adicionemos uma outra passagem do seu texto - “Une nation est un principe spirituel, résultant des complications profondes de l'histoire, une famille spirituelle, non un groupe déterminé par la configuration du sol. Nous venons de voir ce qui ne suffit pas à créer un tel principe spirituel : la race, la langue, les intérêts, l'affinité religieuse, la géographie, les nécessités militaires” ([1882], 49) - e teremos uma singular ideia dos termos do debate e do seu carácter difuso naquele período. Apesar de, surpreendentemente, contrariar os principais argumentos utilizados na sua época, para a leitura, interpretação e afirmação do que constitui a base de formação das nações (Moreno, 2014, 13-14).

Para ele, a nação não seria fruto da raça, da religião, da língua, da geografia, nem das necessidades militares, mas sim de uma proposta mais complexa e algo contraditória pois combina duas teorias aparentemente antagónicas: por um lado, enraíza a identidade colectiva no fundamento de um passado comum ao mesmo tempo que, por outro lado, esquecendo a violência originária de todas as nações, insiste na liberdade desse colectivo para escolher o seu destino, ou seja, viver em comunidade, tornando-se “uma alma, um princípio espiritual”. Mas que dizer do facto de, ainda hoje, num momento de crise da identidade europeia, se constatar a manipulação política e ideológica de uma pseudo-história que serve os intentos de xenofobia e de nacionalismo exacerbado conscientes?⁸² No entanto, o reconhecimento destas questões, mesmo que não examinadas com pormenor aqui, serve-nos para manter uma posição, tanto quanto possível, equidistante dos extremos para onde muita desta discussão resvalou. Estes factos, surgidos em

⁸² Patrick J. Geary fala deste tipo de ideologias que se apoderam da história e a pervertem para sua própria justificação (2008, 18-19). E um dos equívocos mais significativos é o facto de considerarem os povos europeus como unidades culturais e sociais distintas, estáveis e objectivamente identificáveis, que se distinguem dos outros pela língua, pela religião, pelos costume e pelo carácter nacional, características estas que seriam imutáveis – formadas num período remoto da história ou até com uma identidade étnica que se selou na Idade Média, por exemplo. Estas formulações esquecem, segundo este autor, os povos europeus têm como marca fundamental o serem mutáveis, complexos e dinâmicos, sendo as migrações um factor inexorável desde sempre. Josep Llobera fala ainda dos perigos que o nacionalismo, enquanto ideologia manipulada, representa para os colectivos humanos, pairando desde há muito na Europa, e que quando se formam são uma força social com vida própria, que toma conta das massas de um país (2000, X, 147).

contextos tão recentes, relacionados com a ideia de nação e que envolvem questões de identidade e memória, cingidos pela leitura e interpretação do passado, levaram-nos a considerar, com maior evidência, o cuidado que devemos colocar no tratamento desta temática para não correremos o risco de adoptarmos posições ideologicamente comprometidas ou de nos associarmos, mesmo que involuntariamente, a visões inquinadas ou manipulações intelectuais⁸³. Reconhecemos que, talvez, para nós, a nação/nacionalismo seja o objecto mais problemático, quanto mais não seja por uma evidente incompatibilidade entre a sua formação, no panorama histórico português e o arco temporal que contemplamos nesta tese. Adiante, neste trabalho, na análise situada do conceito de Lusitânia, concretizaremos estas circunstâncias.

Toda esta composição remete, por outro lado, para o exame e operacionalização de conceitos que têm vindo, eles próprios, a ser alvo de apreciação nas últimas décadas. O contexto em que emergem os discursos em torno de um desses conceitos - a nação - coincide com essa percepção da modernidade marcada pela globalização, pela aceleração das mudanças e por transformações estruturais intensas. De facto, a literatura sobre nações e nacionalismo tem estado dividida em dois tipos de abordagem principais. De um lado estão aqueles (Anderson, 2005; Gellner, 1993; Hobsbawm, 1996) que, de uma forma geral, concordam com a ideia de que as nações são fenómenos recentes e um produto dos tempos modernos, e fundamentalmente diferentes de outras formações sociais prévias. De outro lado estão aqueles que adoptam uma abordagem mais etnicista-simbólica e histórica (Hutchinson, 1994; Jenkins, 1995; May, 2001; Smith, 2003, 2006)⁸⁴. Mais do que uma implicação de discutíveis argumentos étnicos na formação das identidades nacionais, queremos realçar, neste último grupo, a que se juntam Josep Llobera (2000) e José António Maravall (1964), uma visão mais construcionista da nação e da identidade, apelando ao uso de modelos mais flexíveis e abertos, onde a nação é uma forma de organização colectiva baseada nalgum tipo de continuidade histórica. Mesmo que não encontremos consenso entre estes autores sobre o momento da sua génese – ainda assim, assentando num paradigma de explicação mais processual. Seja numa visão romântica e imemorial de muitos nacionalistas que consideram as nações como algo objectivo e um facto permanente da história, na visão dos modernistas, que encaram as nações como algo

⁸³ A nação, a identidade e as suas expressões quer na forma (um certo nacionalismo politicamente e ideologicamente manipulado) quer no conteúdo (a figura do herói ou a relação com o passado – ex. Lusitanos), continuam a ser poderosas armas de articulação e coesão no colectivo actual.

⁸⁴ Almeida (2004, 150). José Manuel Sobral, partindo da leitura mais pormenorizada de Anthony Smith, refere a existência de quatro campos em que se dividem estas leituras do conceito (2003, 1095).

construído, inventado ou imaginado, ou, numa abordagem etnicista-simbólica, mais flexível, intermediária entre as abordagens primordialista e modernista, uma questão central na literatura diz respeito à nação enquanto polo de afiliação de identidade e mobilização⁸⁵.

Na sequência destas considerações delimitamos, em seguida, o quadro teórico em nos movemos, que tem consequências na forma como instrumentalizamos estes conceitos. Não só porque a consciência nacional e a ideia de nação não são factos universais e inatos⁸⁶ mas também porque, em nossa opinião, esta última corresponde a um estágio processual de elaboração da consciência colectiva, onde pontuam a partilha de uma dimensão histórica comum e a plural e diversa manifestação de comportamentos de unidade. No entanto, consideramos necessário, desde já, definirmos, problematizando, aquilo que, em muitas das reflexões sobre a temática, se confunde e se sobrepõe. Senão vejamos.

Nação, consciência nacional e nacionalismo não são, na nossa perspectiva, uma mesma realidade, embora se complementem - aquela primeira corresponde à entidade, à ideia, algo não objectivamente comensurável, à semelhança do conceito sociológico e antropológico de “família”, mas que pressupõe uma manifesta elaboração intelectual e conceptual que, por via da *consciência colectiva* - consciência nacional - dos elementos que a integram adquire uma força social inusitada e real. Por sua vez o nacionalismo engloba todos os factos e manifestações que, girando em torno dessa mesma entidade, a perpetuam, a legitimam e a sustentam, quer sobre a forma essencial das suas realizações no tempo e no espaço, quer como fenómenos construídos de maior ou menor carga ideológica.

Encarada desta forma, a nação, entidade que corporiza *uma* identidade nacional, depende, como tal, daquilo que considerarmos, na interpretação que dela formulamos, fazer parte da sua constituição. Contudo, não se trata de uma arbitrariedade, mas afirma o seu carácter plástico sem perder o sentido de objectividade e rigor que a retórica científica impõe, podendo assumir, consoante a realidade a que nos reportamos, configurações diferenciadas. Não é por acaso que quase todos os autores que abordam o tema acabam por ter necessidade de definir as condições conceptuais e as orientações

⁸⁵ *Idem, ibidem.*

⁸⁶ Tal é o sentido da afirmação de Claude-Gilbert Dubois em “Mythologies des Origines et Identité Nationale”, in *Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, p. 43.

intelectuais do seu discurso. Anthony Smith, um dos mais eminentes protagonistas desta discussão, ainda em 2001 sentia necessidade de configurar conceitos e justificar a sua operacionalidade⁸⁷. Por outro lado, a natureza processual da sua constituição e a sua dimensão fenomenológica assumem vital importância para a sua caracterização, contribuindo para surpreender linhas constitutivas de longa duração, na mesma proporção dos processos identitários que lhe dão forma⁸⁸.

Por esta mesma razão, consideramos oportuna a conjugação de leituras e interpretações que têm surgido, no seio do debate, aparentemente como antagónicas e inconciliáveis. Nesse sentido, julgamos necessário não só reconhecer e confrontar as posições conhecidas e as suas repercussões, como faz José Manuel Sobral (2003), mas também reler e operacionalizar esses mesmos contributos, por forma a melhor compreender todos estes fenómenos. Prossigamos para duas visões consolidadas, na autoria e no conteúdo, com a virtualidade de serem particularmente fecundas e pertinentes para o nosso eixo temático. Uma primeira, que invoca uma incidência interpretativa diferenciada. Não negando a insistência, justa por sinal, de convocar comumente e quase exclusivamente as teses de Anthony Smith para uma leitura étnica das origens da nação, interpretação que aposta sobretudo em salientar a sua dimensão simbólica, patente, por exemplo, na pertinência da comparação entre esta e a ideia de comunhão de cidadãos⁸⁹. O carácter construído mas fundamental, quase sagrado, dos laços que constituem a teia que sustenta esta entidade remete para uma dimensão intemporal e permite contextualizar as mais diversas manifestações do nacionalismo que giram à sua volta. A este propósito Josep Llobera salienta a ideia de nação como comunidade cultural, particularmente valorizada a partir do período moderno e com um substrato simbólico tão vigoroso, “quase sagrado” só comparável à religião e dela herdando, no sentido laico, o fundamento de fidelidade e coesão⁹⁰. Torna-se, ainda, mais fácil compreender o seu perfil perene e sustentável, e a eficácia concreta da sua presença. Nesta perspectiva, não será mais fácil entender a razão por que a nação se configura em torno de um qualquer elemento aglutinador (o rei, o Estado, o poder), cuja força simbólica seja reconhecida

⁸⁷ Neste caso com uma abordagem assumidamente esquemática que aponta o carácter pedagógico da análise. Smith, trad. portuguesa, 2006, 15-36.

⁸⁸ Josep Llobera refere-se à identidade nacional como um fenómeno e à nação como um produto, ambos de *longue durée* (sublinhado do autor), (2000, XIV, 3).

⁸⁹ Veja-se o desenvolvimento desta teoria em Anthony Smith, *Chosen Peoples: Sacred Sources of National Identity*, Oxford, Oxford University Press, 2003; e em *Nacionalismo (...)* (2006), pp. 207-213.

⁹⁰ 2000, XII.

como legítima? Por outro lado, melhor se entende a razão pela qual as primeiras manifestações de identidade nacional possam recuar temporalmente, girando em torno de representações que se situam entre o real e o imaginário – é o caso da vinculação corrente da história mítica da descendência lusa e da própria figura alegórica e discursiva da Lusitânia, como veremos.

Ora estes fundamentos remetem para um segundo aspecto. Na forma (ideia), e no conteúdo essencial, a nação não é, pois, uma construção dinâmica, processual e imaginada? Esta questão vai, ainda, de encontro a uma outra leitura do problema. Firmemente divulgado por Benedict Anderson⁹¹, o postulado que reclama o sentido forjado daquela entidade - ideia com a qual concordamos - está, no entanto, preenchida com o sentido temporal que o autor lhe atribuiu⁹². Contudo, atendo-nos à categoria em si e à sua capacidade de se tornar uma noção operatória, podemos desligá-la da sua configuração de modernidade⁹³ e considerá-la uma prestação precisa e consistente para entendermos o carácter arquitectado da nação, cuja essência assenta numa edificação intelectual.

Sendo assim, contornando o sentido habitual das interpretações sobre as teses de Anderson, a ideia de *comunidade imaginada* parece-nos profícua e adapta-se ao caso português por duas vias: quer pela dimensão impessoal e anónima daqueles que constituem a massa populacional (corpo social), perpetuada nos discursos e na simbólica, desde os primórdios, e que, sob inspiração "divina" dos que a conduzem, formam o destino inelutável da nação; quer pela própria origem e vinculação dessas ideias,

⁹¹ Veja-se, em particular, Anderson, 2005, 31-57.

⁹² Comprometendo o aparecimento da nação com a modernidade, particularmente com o Iluminismo e as sociedades resultantes do pós-Revolução Francesa, Anderson estabelece, desse ponto de vista uma necessária proporcionalidade entre a consciência colectiva de massas e a estruturação de um corpo social. Como ponto de viragem nesse processo entre o antes e o depois da nação aponta três factores; José Manuel Sobral resume-os, consistentemente, da seguinte forma: "A nação é, assim, ao mesmo tempo herdeira do passado e uma realidade nova (Anderson, 1986 [1983], pp. 17-28). A própria possibilidade de imaginar a nação surgiu quando «três concepções culturais fundamentais» deixaram de possuir um carácter axiomático que se impunha à mente humana. Por outras palavras, quando uma linguagem sagrada — como o latim — deixou de ser vista como inseparável da própria verdade religiosa, abrindo assim a possibilidade de a mensagem religiosa ser expressa por outras línguas, o que terá lugar com a Reforma. O «destronamento» do latim contribuiu, entretanto, para a erosão da comunidade sagrada da cristandade. Quando se pôs em causa o carácter natural de sociedades organizadas em torno de «centros elevados» que as dominavam — soberanos separados da sua comunidade e com algum atributo sagrado, cosmológico-divino. Por outras palavras, quando a figura do monarca foi aproximada do comum — o que permitiria a imaginação de uma fraternidade colectiva. E quando se substituiu uma concepção da temporalidade, que não distinguia entre cosmologia e história, por uma dessacralizada, produto do impacto das descobertas científicas." (2003, 1100).

⁹³ Associada ao aparecimento da imprensa e da comunicação de massas, e ao término de concepções culturais fundamentais da história da civilização ocidental.

propagadas por aqueles que, segundo o autor, num outro momento da história da Europa, também seriam catalizadores das nações⁹⁴ - realmente é sobretudo o clero que, durante um longo período da história nacional, em íntima relação com o poder político, irá deter e propagar o sentido primordial da comunidade, através de representações intelectualizadas, nomeadamente nos discursos historiográficos.

Neste quadro, queremos ainda afirmar que comungamos, genericamente, da leitura feita para o caso português por José Manuel Sobral. No entanto, precisamente na linha da nossa investigação, como adiante teremos oportunidade de demonstrar, somos levados a reapreciar a sua cronologia. Na verdade, se cremos que a emergência da nação, enquanto comunidade, é processual e decorre desde o período medieval, com uma consistência notável, também consideramos que a manifestação da consciência nacional não surge apenas em contexto de comunicação de massa. Ao tempo (épocas medieval e moderna), como postulámos, os detentores do conhecimento e da propaganda ideológica situavam-se próximos dos círculos de poder e pertenciam maioritariamente ao clero. As suas formulações, se bem que num contexto erudito, construíram as bases do pensamento e da expressão identitária do conjunto da nação⁹⁵.

Ora, a esse propósito importa referir que, ao contrário do que é afirmado por Sobral (1996, 38; 2012, 48), os portugueses não são apenas associados ao lusitanos desde os finais do século XV mas, digerindo e consolidando algumas propostas interpretativas da analítica do século VIII, passando por quase todo o registo historiográfico medieval, antes de ser consumado pelo Humanismo quinhentista, surgem já, definitivamente associados a esta entidade desde, pelo menos, o século XII, ou seja, desde a fundação do reino. Na realidade, como veremos, a representação coeva do primeiro monarca português, D. Afonso Henriques, apresenta-se já sustentada na legitimidade transdiscursiva em análise e ideologicamente comprometida com a matriz lusitana.

⁹⁴ Referimo-nos à divisão da extensa *comunidade imaginada* cristã suportada e legitimada, durante séculos, pela Igreja Católica e que contribuiu, ela própria, pela sua desagregação, na época moderna, enquanto unidade consistente (Reforma) de língua comum (latim), para promover e acelerar os processos de identificação e consciencialização nacionais.

⁹⁵ Segundo J. Huizinga (1984, 107) a *natio* era um termo mais corrente na Idade Média do que *patria*. O sentido inicial daquele era a referência ao local de nascimento mas com sentido mais vasto que *gens* ou *populus*, juntando a tribo, a língua e a região num único conceito – ou seja quer isto dizer que as emoções ligadas a *natio* eram as mesmas quer se tratasse de um grupo grande ou pequeno, estabelecendo coesão mormente face a inimigos externos ao grupo. Sobre o assunto ver ainda Mattoso, 1998, 29-30; Llobera, 2000, 81-82.

Desta forma, a ideia de nação incorpora componentes distintos, nomeadamente provenientes de tempos diversos e recuados (ex. da Antiguidade) e, enquanto legado da Idade Média, é usada para indicar a disparidade de elementos históricos, tanto culturais como políticos, que se combinaram para deixar uma marca, mesmo que inconsciente, na mentalidade colectiva de um grupo. Como salienta Josep Llobera, quando se tenta negar esta perspectiva, a dimensão cultural da nação e a sua historicidade ficam obscurecidas, dado que se nega a anterioridade do conceito, ao apostar-se exclusivamente na sua dimensão moderna, e provocando um “truísmo, ou seja, abandonar, por esta razão, toda a pesquisa do processo da formação e das formas de identidade nacional durante aquele período é uma boa receita pra obter um hiato sociológico” (2000, 3).

Aliás, não podemos negar a existência de outros aspectos, porventura menos visíveis mas que devem ser realçados no processo de modelação da nação medieval. Por um lado, está ainda tão enraizada a noção da Idade Média como um período de uma certa obscuridade que antecede a momentos fulgurantes da civilização europeia que a hipótese de estabelecer verdadeiras continuidades de longo espectro se torna particularmente desconfortável para a nossa periodização histórica. Por outro lado, há uma significativa relação entre os processos imaginários e ideológicos nesta longa duração que permite encontrar raízes medievais nas identidades nacionais que se forjam na época moderna. Mas também que não se entenda o desenvolvimento político medieval sem se atentar na sua dependência face a instituições (reais ou imaginadas) do Império Romano, mormente a partir da sua cristianização, o que permite a ideia de uma “atração mítica sobre a mentalidade medieval, actuando como um ideal ao qual a realidade devia aspirar”⁹⁶. Por último, vale a pena referir outras facetas deste processo que sustentam a nossa perspectiva: quer seja a importância das fronteiras territoriais nos estados em formação e afirmação perante múltiplos inimigos; a proliferação dos mitos de descendência legitimadores; a criação e adopção de procedimentos rituais e de símbolos de identidade (ex. bandeiras, santuários e registos hagiográficos); a produção de discursos memoriais e de legitimação linhagística; a formação da onomástica territorial, nomeadamente associada ao espaço nacional.

No entanto, concordamos com a ideia de que a consciência social de grande escala associada ao conceito de nação, tal como a concebemos hoje, só surge em épocas muito próximas de nós: quando a nação se torna sujeito da sua própria história e se concebe

⁹⁶ Llobera, 2000, 5.

independentemente do rei⁹⁷ - especialmente a partir do século XVII, no seio da definitiva emergência institucional e ideológica do Estado moderno. No campo teórico, os pensadores dos séculos XVI e XVII vão preparando o caminho para a afirmação destas noções de forma mais estruturada, através das concepções de separação e origem do poder e de “pacto social”. Nunca esquecendo, como afirmámos, que é possível apontar antecedentes variados da formação de uma limitada, porque socialmente cingida, consciência nacional precisamente no campo de um corpo social e de um território que começa a estar sujeito a um poder político soberano, através de minorias cultas e ligadas a esse poder central; as mesmas que produzem a sua história e a elevam a um patamar de necessidade colectiva e identidade exaltante. Manifestações que percorrem a Idade Média e que, conjugadas com o carácter sistemático e uniforme que a época moderna imprime a outras dimensões e expressões culturais e ideológicas da noção de pertença - o Estado como pólo privilegiado de difusão e condicionamento da informação e a implantação paulatina de um sistema administrativo, burocrático, fiscal e judicial à escala do país - permitem criar as condições para a eclosão e sustentação do sentimento nacional.

Que fique claro, pois, que não nos preocupa averiguar o enigmático e controverso problema da origem da Nação ou do Poder e do Estado. Não nos revemos nessa condição e indagação. Até porque consideramos que nem sempre esses fenómenos se anunciam por factos e momentos definidos e consentâneos em todos os patamares da vivência de um corpo social⁹⁸. Interessa-nos, sim, reconstituir os processos pelo meio dos quais se foram constituindo e evoluíram historicamente. Daí que tenhamos optado por contemplar uma breve reflexão sobre a simbiose entre espaço e poder, aduzindo a concepção teórica e conceptual e a prática do exercício do poder no Portugal do século XVI, visando compreender a factualidade e contexto destes fenómenos e, dessa forma, averiguar da importância do jogo entre espaço metropolitano/ultramarino, permitindo entender o contexto, a pertinência e a oportunidade actuante dos discursos analisados, não obstante o seu recurso a mecanismos eruditos que nos parecem anacrónicos. Tal opção obriga-nos a repensar essa leitura, de modo a considerar que as interpretações eruditas dos humanistas (e anteriores), nomeadamente no tocante à representação do espaço e da Lusitânia, não seriam meras exposições de uma vã retórica da *vanitas* intelectual, mas

⁹⁷ Mattoso, 1992, 15.

⁹⁸ Entre a extensa bibliografia de sociologia política, apontem-se os trabalhos de Norbert Elias, pela relação que estabelece com a tessitura histórica, v.g. Elias, 1987; 1989-1990. Ainda sobre este autor e a sua relação com o progresso do conhecimento histórico contemporâneo, v. Bethencourt (2017, 11-36).

teriam repercussão na configuração e legitimação do poder, porquanto se inscrevem em mecanismos ideologicamente aceites. Não nos parece, também por tudo isto, despidendo utilizar o termo nação ou nacional mesmo que deslocalizados no seu tempo original, desde que se reporte e advirta o leitor para o teor do seu conteúdo em cada época, espaço ou contexto.

Ora, o carácter incipiente da consciência nacional nos primeiros três séculos da existência de Portugal permite que, perante o dilema apresentado por Vitorino Magalhães Godinho⁹⁹, não hesitemos em optar pelo peso fundamental da força da tradição e do apego ao património, como dinamizadores do motor social e legitimadores dos propósitos comuns, fundados num porvir de permanente renascimento do passado. Quase como se o presente, lugar do efémero, apenas se justificasse pela competência com que respeita e renova o pretérito.

Até porque, na leitura de Jacques le Goff, é aí, nesse tempo, que mais do que nunca, entre a atracção do passado, os tempos míticos do Paraíso e a procura do momento *prérogatif*, no sentido do futuro, se procura exprimir o intemporal, vivendo-se num constante anacronismo, ao ponto do autor se questionar “n’est-ce pas plutôt le présent qui est mangé par le passé, car seul celui-ci donne son sens, sa signification au présent ?”¹⁰⁰

Nesse contexto não deixa de ser expressiva a maneira como surgiram as diversas formas que a dimensão interpretativa do tema foi revestindo. Para isso será necessário averiguar os factores que entraram na sua composição, os autores que lhe deram forma escrita e o público a que se destinava. A “memória da nação” foi-se constituindo muito mais através desses processos que do conhecimento consciente e verdadeiro dos factos históricos, situados no tempo e no espaço¹⁰¹. Dotada de uma intensa e significativa dimensão interpretativa que agora se inicia, legitimada e valorizada pela acumulação sequencial de substratos narrativos diversos, a memória nacional não se faz apenas pela conotação exacerbada dos seus protagonistas mas também pela ligação da *estória* destes com a dos outros exteriores à comunidade e ao território que, paulatinamente, se vão formando. Será mesmo possível anunciar a natureza “transcendental” da nação, sustentada numa teia narrativa que vincula consecutivamente a ordem mítica do relatado, por essa via cada vez mais justificada. O facto de querermos separar história e mito não

⁹⁹ 2004, VIII-IX.

¹⁰⁰ Le Goff, 1988, 49. No mesmo sentido, se pronuncia Matthew Innes na sua conclusiva introdução - “Introduction: using the past, interpreting the present, influencing the future”, 2000, 1-8.

¹⁰¹ Mattoso, 2012, 13-14.

quer dizer que não se misturem, mesmo na produção historiográfica que se pretende mais científica¹⁰². Sendo assim, estão criadas as condições que justificam a convivência e mútua abonação entre códigos de leitura da realidade espacial e temporal que à partida pareciam incompatíveis – entre a objectiva configuração territorial e o espaço narrativo e simbólico; entre a positividade do fluxo diacrónico e a harmoniosa sincronia alegórica dos tempos diversos.

Afinal, nesta “arqueologia da nação”¹⁰³, podemos ainda perceber o papel fundador deste expressivo paralelismo entre o narrativo-simbólico e o real-objectivo e antever quais os factores de união mais significativos. As considerações tecidas sobre a relação do passado com a memória, da íntima relação com o surgimento e consolidação da nação, a par das manifestações discursivas, imagéticas e iconográficas que constituem o objecto do presente trabalho de investigação conduzem a interpretações e terminologia que suportam, no seu conjunto, a abordagem que aqui postulamos, no estrito rigor que exige a adaptação a quadros vivenciais e de pensamento cronologicamente localizados e, por isso, cuidadosamente protegidos de uma leitura anacrónica. De resto, antecipando já uma das conclusões do nosso trabalho, podemos afirmar que a produção discursiva da época medieval preenche os prolegómenos da emergência nacional¹⁰⁴ – a complexa construção dos liames entre território e comunidade humana – valorizando não tanto factores étnicos ou linguísticos mas, significativamente, encarecendo o sentido estratégico e necessário do político e o carácter emocional e virtuoso da fé. Terreno fértil para uma intensa comunhão com a história e a memória.

Por fim, acreditamos que a forma como escrevemos não é um artifício formal mas limita, absorve, enfim consubstancia o que é escrito – formando a essência da ideia. Daí que a eficácia, o valor e o significado dos conteúdos se encontrem inelutavelmente ligados ao corpo de texto que os materializa. Se assim o pensamos, levando-nos a questionar esse

¹⁰² *Idem, Ibidem.*

¹⁰³ Expressão literal, remetendo para a reflexão do conceito e da sua complexa composição semântica, que não pretendemos filiar em qualquer posição teórica datada. Pese embora a analogia de significantes com outros produtos e momentos da produção ensaística e historiográfica. Nomeadamente com o texto fundamental de Michel Foucault (2005), *A Arqueologia do Saber* [1969] – verdadeira ontologia da relação entre os discursos, o poder e a condição social do ser humano. Noutro patamar situamos a feliz expressão que intitulam os dois volumes das Actas de um Colóquio realizado em Lisboa no ano de 1988 – *Arqueologia do Estado, I^{as} Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII* – apontando mais no sentido da definição do político e da sua expressão concreta, e não tanto no apuramento específico das dinâmicas da identidade e do poder que imputamos ao invocarmos a “nação”.

¹⁰⁴ Já Vitorino Magalhães Godinho, (*op. cit.*, 2004, IX-XIII.), delimita o conceito de nação para a actualidade pelo seu território em união com a população, cujos laços de solidariedade e os ritos de pertença se orientam por variáveis étnicas, linguísticas ou religiosas.

dilema nos textos de outros, outrora produzidos, possamos nós encontrar e transmitir o equilíbrio e clareza necessárias nas linhas que se seguem.

II

A Memória do Espaço no Espaço da Memória.

1 - Unidades e Diversidades em torno da Lusitânia

“Mal desembarcámos em Southampton que um espesso nevoeiro envolveu terra e mar. Começou a chover, e as ruas da sórdida cidade encheram-se de fumaça e lama. Que clima! Que mudança! Senti-me gelar a um tempo, em corpo e alma. Acenda-se uma boa fogueira, desçam-se os transparentes, e que não entre aqui esse ambiente de chumbo. Ah! *Saudades! Saudades profundas* daquele sereno azul do céu da formosa Lusitânia!”

Catherine Charlotte Jackson, *Fair Lusitania* [1874],
Trad. de Camilo Castelo Branco, ed. 2007, 225.

O carácter emocional que sobressai das palavras de *Lady Jackson*, uma distinta viajante inglesa que percorre Portugal entre Julho e Outubro de 1873¹⁰⁵, consignando à nação que visitara um impressionante relato onde evidencia *uma* identidade multissecular, poderiam, guardadas as devidas distâncias impostas, na rigorosa prudência hermenêutica, pela separação de mais de vinte séculos e pela respectiva tessitura contextual e expressiva de cada momento/autor, conjugar-se com o trecho de Ateneu de Náucratis atribuído ao historiador grego Políbio, que adiante leremos na epígrafe do sub-capítulo que se segue.

Pese embora a natureza diversa destes dois textos, cumpre notar que ambos apontam para uma substância comum. Por um lado, valorizando a importância dada ao registo discursivo dos factos atinentes a essa *entidade* - Lusitânia -, pela consciência da importância da sua constituição em identidade, constituindo-se (e alimentando-se) da memória. Por outro lado, paralelamente, evidenciam um fundamento vivencial e experiencial para o relatado, como fonte privilegiada da sua elaboração. Por último, como

¹⁰⁵ A obra, que teve tradução portuguesa, volvidos três anos da sua publicação em Londres, pelo célebre escritor português, profundo conhecedor das narrativas dos viajantes estrangeiros no país, insere-se num intenso movimento de literatura de viagens, com recurso a conhecimentos etnográficos. Também aqui, em contexto das relações de Portugal com Inglaterra no século XIX, se privilegia uma escrita de identidade, relacionando o *Eu* e o *Outro*. Veja-se o prefácio de Maria Zulmira Castanheira, XI-XXV. Esta é também a altura em que, em Portugal, se manifestam as controvérsias que já referimos a propósito do conceito de *nação*, em torno das teses Lusitanistas (entre outros, Teófilo Braga) e anti-Lusitanistas (é o caso de Alexandre Herculano).

teremos oportunidade de ver, invocam uma vocação idílica nos conteúdos da descrição que configura a continuidade de um registo discursivo mitográfico sobre a Lusitânia.

Nestas circunstâncias, tomando estes exemplos e levando em linha de conta as concepções aduzidas nos capítulos anteriores, facilmente se entende que não concebemos a memória e a identidade sem a associação perene e idiossincrática às noções de tempo e de espaço¹⁰⁶. Ora, neste capítulo pretendemos enfatizar uma outra dimensão desta pesquisa – estas últimas noções são elas próprias processuais e dinâmicas quanto mais não seja, no confronto, em última instância, com a sua própria condição. Dito de outra forma, o tempo e o espaço, quer enquanto categorias de pensamento, quer como moldura vivencial do ser humano - seja através do fluir do tempo interpretado como diacronia, seja como configuração do espaço expresso na leitura geográfica e territorial - também têm uma história, e como tal, podem-se reproduzir como memória.

Como temos vindo a afirmar, esta tese pretende valorizar, embora não exaustivamente, a relação entre memória e espaço/território como mecanismo de consolidação identitária – uma análise da memória de *um* espaço no espaço da memória¹⁰⁷. A sua designação já foi, previamente, declarada – a Lusitânia – mas a sua representação nesta trama remete para questões mais complexas que condicionam, fundamentam, contextualizam e permitem a inteligibilidade da sua essência, do seu percurso e da pertinência do enfoque que estamos a privilegiar. Vejamos, então, esses aspectos, para depois, num sub-capítulo seguinte, convocarmos as fontes que compõem as primeiras expressões discursivas significativas do tema, contribuindo com uma leitura crítica e procurando ir mais além de uma mera compilação de textos que referem uma entidade - com isto pretendemos acrescentar outros temas de debate que revelam a complexidade da interpretação¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Como nos diz Luciano Pérez Vilatela, não se pode historiar sem o recurso à cronologia e à geografia sendo que qualquer abordagem filosófica elementar nos mostra o categórico que representam o tempo e o espaço na condição e vivência humanas (2000a, 19).

¹⁰⁷ Privilegiando-se, na produção discursiva, por coerência com o quadro teórico estabelecido, o registo historiográfico.

¹⁰⁸ No seguimento do que afirmámos não pretendemos fazer uma abordagem exaustiva de todas as referências e conteúdos deste percurso diacrónico. Salientaremos e contextualizaremos aqueles momentos que, justificadamente, consideramos mais relevantes. Nesta linha, daremos pontualmente conta, para cada tema e período, das fontes e bibliografia de suporte, complementando o que já entretanto estabelecemos como uma interpretação do estado da arte desta temática. Naturalmente que num período tão longo como o que aqui é considerado nesta tese, temos consciência que muita coisa ficará por abordar mas justificamos as nossas opções: i) apoiamos deliberadamente as leituras que propõem uma ideia de continuidade histórica efectiva e concreta em muitos aspectos da vivência e mundividência peninsular ao longo deste transcurso; ii) não consideramos períodos intermédios, ou seja, *tranches* da diacronia cuja identidade contextual depende do período antecedente ou subsequente, reconhecendo, pois, a devida “personalidade” e originalidade a cada momento mas salientando, nas matérias que nos interessam, os registos de

Desde logo, porque desejamos surpreender uma dinâmica cronológica (arco temporal descrito) e uma concepção de espaço que não se coadunam com “modelos”, aprioristicamente fixados, de imobilidade territorial, político-administrativa e mental. A investigação actual tem demonstrado, com especial acuidade, que a ocupação humana da Península Ibérica e a realidade das suas mobilizações colectivas, relacionais, político-institucionais, de circulação de pessoas e brassagem ideias, enfim da sua expressão intelectual (seja como objecto ou como origem da produção), em qualquer época vai muito além de paradigmas acronológicos e moldes globalizantes¹⁰⁹. Esta postura vai de encontro ao acontecer dos factos e à revelação dos conceitos, por intermédio de uma análise fina, seleccionada, que será justificada pela abordagem mais genérica da bibliografia citada e pelo escrutínio primordial e original das fontes. Sempre com uma pergunta complexa de base: em que moldes se deu o processo de sobrevivência do conceito de Lusitânia e qual o sentido que lhe é conferido, posteriormente à sua formação, pelas leituras e interpretações registadas nos discursos entre a Antiguidade Clássica e o Humanismo? Doutra forma, como se constitui a Lusitânia enquanto índice discursivo e ideológico?

A produção historiográfica das últimas décadas revela uma flagrante insuficiência no tratamento desta temática, no que diz respeito a esse hiato temporal mas também uma incapacidade para lidar com o fenómeno de transdiscursividade, pela excessiva compartimentação dos períodos cronológicos a que os investigadores frequentemente se sujeitam. Felizmente vamos encontrando, pontualmente, extraordinários ensaios contrários a esta tendência, patentes em estudos singulares, que sobressaem precisamente pela sua originalidade e pela ousadia da abordagem. Citem-se, para o nosso caso, quatro

continuidade; iii) temos utilizado, propositadamente, a expressão “arco cronológico” pois propomos uma viagem entre a fundação do tema na época clássica até à sua recuperação humanista (também ela de teor classicista), sem perder o fio condutor que permite a sua pervivência.

¹⁰⁹ Para o período que vai da presença Fenícia à decadência do Império Romano, os mais recentes estudos sobre a mobilidade e interacção das populações, sobre a sua composição e identidade étnica, sobre os processos de conquista e relacionamento entre povos, a sua representação e concepção do espaço, as fidelidades identitárias que se construía, contando com o fundamental contributo da arqueologia, têm demonstrado que muitas das rígidas compartimentações e leituras que sobre estes processos durante décadas se haviam enraizado não têm validade real. (v.g. Marques, 2009; Pérez Vilatela 2000a, 2000b, 2003; Carvalho, 2010; Albuquerque, 2014; Fabião & Guerra, 1992, 1998; Guerra, 2010, 2015; Le Roux, 2006, 2007, 2010, 2015). Também para períodos posteriores, a renovação de interpretações sobre a mundividência peninsular se manifesta neste sentido. Durante a presença muçulmana e a identidade moçárabe ver os trabalhos de Rucquoi, 1993; Guichard, 2000; Rei, 2007; Fernandes, 2016. Para o período medieval os trabalhos sobre as manifestações e concretizações do poder, as singularidades identitárias e a concepção do espaço em Mattoso (1985; 1987b; 1988; 1992; 1993; 1998; 2011), Boissilier (2000), Sousa, (2009), Krus (1994), entre outros; para o período moderno, os trabalhos de Hespanha (1994, 2003), Buescu (2008), Curto (2007).

exemplos marcantes. Um primeiro, protagonizado pelos arqueólogos classicistas Carlos Fabião e Amílcar Guerra numa exemplar abordagem da figura de Viriato, quer na “Genealogia de um Mito” (1992, 9-23), quer “Em torno da iconografia de um mito” (1998, 33-79); um segundo momento, personificado em Maria Helena da Rocha Pereira, reconhecida especialista em estudos clássicos que se lança numa incursão à medievalidade e modernidade, estudando o mito de Viriato “Entre a História e a lenda” (2010, 11-24); um terceiro exemplo, de Aires Augusto Nascimento, que vai no sentido inverso em termos de especialidade académica, pssuindo formação em Filologia Clássica, especializou-se em Literatura Latina medieval, e se propõe estudar os ecos transdiscursivos do mito de Hércules na historiografia medieval hispânica (*Humanitas*, 1995, 671-684); por fim, uma abordagem pioneira na leitura dos clássicos, proporcionada por uma reputada classicista arqueóloga e epigrafista, Alícia Maria Canto, que procede a uma revisão literária e historiográfica do mito homérico do vento *Zephyrus* e das éguas de *Olisipo*, na Ibéria, introduzindo uma interessante ponte com hipóteses de investigação na área da genómica (2010, 165-208).

Para além destes casos, o restante e estreito panorama da abordagem historiográfica em torno da temática central da nossa tese apresenta-se na modulação restritiva das especialidades académicas tradicionais. Para o primeiro período da Antiguidade pré-romana e romana ibéricas, matriciais na leitura e transdiscursividade posteriores e no que toca à área lusitana, além dos títulos e autores que mencionámos no capítulo anterior, salientam-se as obras clássicas de Schulten, quer sobre Viriato (1940), quer sobre a geografia e etnografia antiga da Península Ibérica (2 vols., 1958-1959); de Gundel igualmente sobre o caudilho lusitano (1968); de Bosch-Gimpera, sobre a etnologia ibérica (1932); de García Y Bellido sobre as colónias romanas da província da Lusitania (1958); de António Tovar sobre formulação de uma língua lusitana (1985). Neste quadro a figura de Adolf Schulten ganhou uma projecção particular pelo facto de entre 1922 e 1959 (vol.s I-VI e VIII-IX) ter publicado, em colaboração com Pere Bosch-Gimpera as *Fontes Hispaniae Antiquae*, um extenso repositório de recuperação de fontes, que vão do século VI a.C. aos primeiros registos visigodos e bizantinos (século VI d.C.), incluindo uma edição da *Ora Maritima* de Avieno (vol. I), da *Geografia da Iberia* (vol. VI) de Estrabão e de descrições da península ibérica de Pompónio Mela, Plínio-o-Velho, e Cláudio Ptolomeu (vol. VII, 1987, da responsabilidade de Virgílio Bejarano e prólogo de Juan Maluquer de Motes).

Trabalho de fôlego, com o mérito de concentrar muitas fontes dispersas mas que, ao optar por um critério de apresentação estritamente cronológico, acompanhando os factos ocorridos nesse longo período - nomeadamente as diferentes fases das guerras lusitânicas – acaba por fragmentar em múltiplas remissões, cada uma das fontes publicadas, obscurecendo a leitura e privando o leitor de uma visão consubstanciada e contextualizada do conjunto de registos de cada uma delas. Por outro lado, esta proposta assim editada carrega uma dimensão muito pessoal do próprio editor e da sua visão sobre a história ibérica deste período.

A historiografia actual¹¹⁰ tem aprendido a lidar com parcimónia e com a devida cautela com estes registos, sendo que alguns autores têm encontrado muitas contradições na extensa bibliografia produzida por Schulten e até autênticas manipulações que envolvem o seu comprometimento político e ético, debilitando a objectividade e o rigor das suas concepções territoriais e étnicas¹¹¹. A revisão das posições longamente enraizadas surpreende outros autores, como António Tovar, cuja escolha do termo “lusitano” para designar a língua transmitida na inscrição do Cabeço das Fráguas mereceu pertinentes reparos sobre a sua origem e extensão no que toca à definição de uma identidade que corresponde mais à própria concepção de geografia dos povos pré-romanos do que à realidade existente¹¹².

Na renovação historiográfica e interpretativa destes fenómenos, Luciano Pérez Vilatela (2000a) deu um contributo essencial para um ponto de viragem na leitura e representação da Lusitânia e dos lusitanos ao centrar a sua atenção na história e na

¹¹⁰ Vejam-se as referências principais na nota anterior.

¹¹¹ Luciano Pérez Vilatela, na sua tese de doutoramento [1994] (2000a), apontara diversas interpretações erróneas do investigador alemão, sendo que algumas deturpavam o sentido das fontes e a sua correlação (v.g., 22, 23, 28, 30), posteriormente (2003), centrando-se na leitura que Políbio faz da administração territorial cartaginesa encontra muitas incongruências nas concepções apresentadas nas obras de Schulten, sendo aí particularmente violento, ao afirmar que se deu muito crédito às suas “imposturas” e “mistificações”, revelando uma “«sagacidad» étnica” (32-33) que ia de encontro aos interesses que pretendia defender no que toca à relação dos povos; aponta, igualmente a sua inválida leitura da presença dos Tartessos (10-13). Aliás, atente-se na acutilância desta passagem: “De lo que se puede dudar es de la deontología y competencia profesional de Schulten. Aquí no hay «Mastianos del reino tartesio», ni «Oretanos iberos» opuestos a «Oretani Germani». No los hay porque lo que dice el texto griego es lo traducido en la versión castellana y porque no se diría así en griego, si se quisiese decir lo que Schulten pretende que diga. Si se quiere obtener un gentilicio en lengua helénica se utiliza un sufijo muy productivo (que también existe en el castellano moderno) y sistemático: el sufijo -ikos, de modo que si el texto dijese *Orêtes iberikoí* no habría duda de la afirmación de Schulten.” (31-32). Mais recentemente, Pedro Albuquerque (2014) numa tese de doutoramento sobre a identidade dos Tartessos, avança também com um conjunto de observações que negam as leituras situadas de Schulten, a quem acusa de alterar passagens e acrescentar termos a lacunas para servir os seus interesses de investigação (pp. 43-44, 97-98, sobre o fim dos Tartessos, p. 127), seguindo de perto Martí-Aguilar, (2005b, 2008, 2009, 2010), Cruz Andreotti, G. (1987) e de Moreno Arrastio, F.J. (2007).

¹¹² Guerra (2010), especialmente 92-96.

etnologia desta entidade. No entanto, a limitação do seu estudo, quanto ao que nos diz respeito, assenta numa cronologia para o período anterior à presença romana seguindo até ao limite do início da época imperial fundada em 27 a.C. por Augusto. Por outro lado, Carlos Fabião e Amílcar Guerra, convergem o seu trabalho numa Lusitânia de contornos étnicos e/ou geográficos que se insere, consistentemente, no contexto político e militar da ocupação romana, eventualmente concedendo nessa perspectiva (Guerra, 2010) um espaço para a formulação conceptual desta entidade.

É, pois, neste contexto que para já nos movemos. Mas como se pode perceber, o caminho está por trilhar. Vamos, então, estabelecer uma malha de análise ainda mais fina, suscitando outros aspectos para que estejamos consistentemente amparados neste percurso. Advirta-se o leitor que o que adiante afirmamos constitui, na forma como as questões se levantam e no conteúdo e argumentos do seu desenvolvimento, ponderação matricial e fundamental também para o entendimento da formulação da Lusitânia como índice discursivo para épocas posteriores à que aqui nos remetemos.

Os lusitanos constituíam, *de facto*, um possível colectivo étnico paleohispânico¹¹³, autónomos em termos políticos e jurídicos¹¹⁴, que aparentemente teriam passado despercebidos aos primeiros registos discursivos de geógrafos e historiadores gregos sobre a Península Ibérica. O seu nascimento para a História – na voz *lysitanoi*¹¹⁵ – advém, exclusivamente, da presença romana em território peninsular cujos contornos merecem a nossa particular atenção. Na verdade, verifica-se que só por uma sinédoque cómoda, ou talvez estratégica, se tenha aplicado o designativo a todos os célticos do Sudoeste que viviam para lá da primeira fronteira estabelecida por Cipião, *o Africano*, na bacia do *Betis* (Guadalquivir)¹¹⁶. Na tradição dos registos dos cosmógrafos e nautas gregos sempre figurara, naquela zona, a etnia dos celtas (*Keltai*, *Keltoi*)¹¹⁷, que aliás parece ter permanecido como etnónimo em autores posteriores como Políbio¹¹⁸. De um lado e de outro (Celtas e Lusitanos) parecem haver razões para esta aproximação, apesar da

¹¹³ A sua existência está sobejamente atestada quer no registo arqueológico, quer no registo documental. Veja-se a extensa bibliografia mencionada em Schulten, (1958-1959) e, mais recentemente em Pérez Vilatela (2000a).

¹¹⁴ Apiano, *Iber.*, 56

¹¹⁵ Guerra (2010, 84), opta pela versão latina *lusitani*.

¹¹⁶ Pérez Vilatela (2000b, pp. 73-74). Referimo-nos à batalha (208 a.C.) que opôs Cipião a Asdrúbal, obrigando à retirada das tropas do general cartaginês desta bacia fluvial estratégica e culminando, dois anos depois, na famosa batalha de Ilipa que deu a vitória romana sobre todo aquele contingente militar.

¹¹⁷ *Id.*, *Ibid.*, referências em textos de Heródoto, Éforo, Timeo, Aristóteles, Diodóro da Sicília, entre outros.

¹¹⁸ “Los turdetanos deben la prosperidade de su país, así como los celtas, por su proximidade y su afinidad con ellos, a su sociabilidad ya su carácter pacífico”. *Pol.*, XXXIV, 9, 3.

reconhecida identidade diferenciada entre os dois grupos¹¹⁹. No caso dos celtas hispânicos são dos colectivos mais antigos desta grande etnia europeia e, estabelecidos no Sudoeste, enriqueceram a sua cultura material com aportes fenícios e com proximidade aos celtiberos, ou seja, apresentam-se como portadores de uma miscigenação étnico-cultural. Não seria, por isso, estranho esse contacto com os lusitanos. Carlos Fabião invoca, com base numa célebre e controversa afirmação de Plínio (*HN*, 3, 13), a vinda dos célticos meridionais, descendentes dos celtiberos, da Lusitânia e reporta uma das mais surpreendentes realidades da geografia dos povos de raiz indo-europeia da Ibéria, salientando estas migrações e o estatuto das duas maiores forças peninsulares (lusitanos e celtiberos)¹²⁰.

No caso dos lusitanos, na situação anterior à ocupação romana, a sua localização no oeste peninsular era feita em duas áreas diversas: por um lado, na zona sudoeste onde há muitos indícios de uma presença forte mas nítidas influências tartéssicas e com elevado grau de celtização a partir da celtibéria; por outro lado, uma outra zona, a norte do rio Tejo sem as influências do primeiro grupo, sendo que aparentemente ainda abarca a zona norte do Douro onde se verifica uma cultura castreja de grande personalidade étnica¹²¹. Acrescem, no caso dos lusitanos, mais dois factores para entendermos a possível utilização da sua designação étnica como aglutinadora na leitura dos textos. Em primeiro lugar, apesar dos autores clássicos referirem a presença de tribos lusitanas no extremo sudoeste do actual território português, é provável que o limite meridional extravasasse a fronteira do Tejo, estendendo-se na direcção da província de Cáceres e abarcando a zona actual do nordeste alentejano¹²², aproximando-os no sentido leste, para a linha de fronteira referida na altura do conflito. Em segundo lugar, é conhecido o carácter aguerrido dos lusitanos, não só nas relações com os povos vizinhos mas também, como veremos, nas constantes alusões dos autores clássicos, à sua intensa e forte resistência à presença romana¹²³.

¹¹⁹ O estudo mais recente e exaustivo da relação entre celtas, celtiberos e lusitanos foi desenvolvido na tese de doutoramento de Luciano Pérez Viltela (2000a), 95-238.

¹²⁰ Fabião (1992), 165, 169, 176-178.

¹²¹ Pérez Vilatela (2000a), pp. 278-279; Fabião (1992), 190-191, 201.

¹²² Fabião (1992), 169, 181-185.

¹²³ Estrabão designa-a a maior nação de todas as ibéricas a norte do Tejo (*Str.* III, 3, 3). Jorge Alarcão terá proposto uma hipótese para este belicismo dos *lusitani* baseado numa característica do perfil identitário do grupo e na sua necessidade de afirmação perante os outros grupos, associando-se este carácter a um registo comportamental de valorização da valentia e poder e não tanto a uma mera necessidade económica (2001), 338-342. Independentemente do sentido que encontramos nesta marca do colectivo étnico, todos os autores contemporâneos, baseados na leitura dos clássicos, conferem este atributo. Carlos Fabião designa-a mesmo de “poderosa nação lusitana” (1992), 169.

Ponderados estes factos, talvez melhor se entenda por que razão os lusitanos, noção mais flexível e plural na sua formação, puderam ser associados aos celtas – estes com um conceito mais particular¹²⁴, e aglutinar, na visão do *mesmo* face ao *outro*, os povos a norte do Tejo, incluindo aqueles que não se reconheciam como celtas a sul do Douro. Tal facto constitui a possibilidade de associar o grupo do sudoeste, de forte presença lusitana, onde, aliás, se formará a província criada por Augusto. Veremos, pois, adiante como os textos tratam esta questão. Por último, e talvez mais importante para considerações futuras desta investigação, registe-se que o facto de o etnónimo ter surgido por uma sinédoque, abarcando o todo pela parte, parece ter marcado indelevelmente a sua condição identitária e semântica. Também, na mesma medida, num outro momento que assinalaremos, os *lusitani*, conformarão-se-ão com os portugueses e com uma identidade cuja própria delimitação territorial não se coaduna com a do colectivo da Antiguidade.

Mas a que espaço geográfico corresponde este etnónimo? Ou, posto de outra forma, de que modo podemos estabelecer e adjudicar limites territoriais para o âmbito de poder dos *lysitanoi*? Será mesmo legítimo questionar a existência de limites territoriais para este étnico? Desde logo, tendo em conta o que acima dissemos sobre a sua condição etnicamente permeável, a dimensão composta e complexa da sua identidade, o seu carácter aguerrido e errático¹²⁵, facilmente se entende a dificuldade em atribuir-lhe, nas possibilidades que os primeiros contactos o permitiam, um território perfeitamente definido. Aliás, esta situação não é descontextualizada pois o que prevalece até à afirmação substantiva dos Estados Modernos e das correspondentes identidades nacionais de forma plenamente consciente – processo que só ocorre na maioria das formações políticas europeias durante os séculos XVII e XVIII – é, como já tivemos oportunidade de afirmar, uma geografia das pessoas. Ou seja, os limites de exploração económica e de estabelecimento humano criam as verdadeiras fronteiras e as primordiais manifestações de sentido de posse e de pertença, para além de fomentar constitutivas formas de expressão de identidade e solidariedade¹²⁶.

¹²⁴ Pérez Vilatela, *Ibid.*

¹²⁵ Aliás, o surpreendente dinamismo das correntes de deslocação humana para o período romano foi estudado por Haley (1991) e, concretamente para o caso da Lusitânia, durante o período imperial, ver artigo de Martineau & Tranoy (2000), 229-239.

¹²⁶ Entendemos que as análises que impõem à leitura do passado versões rigorosas de exercício espacial de poder(es) devem ser matizadas por entendimentos situados e contextualizados, questão a que nem sempre a historiografia contemporânea soube dar resposta. Um dos exemplos mais recorrentes aporta à questão dos sucessivos armamentos de vastas áreas e em diversos momentos da diacronia da Península Ibérica e não apenas o que comumente remetemos para o momento do processo de reconquista cristã que ocorre entre os séculos VIII e XIII. Apesar de actualmente descredibilizadas pelos estudos mais recentes que ajudaram a equilibrar estas visões mais radicais, só as podemos entender pela aplicação anacrónica da visão

Deste ponto de vista, remetendo a nossa perspectiva para o espaço ocupado por todos aqueles que fazem parte do colectivo étnico, podemos afirmar que não estamos em presença de um território com configuração fixa e inalterada ao longo da sua existência. Acresce ainda que, mesmo depois de criada a província administrativa por Augusto, a sua definição territorial sofreu algumas alterações, sendo que a circunscrição inicial difere substancialmente da que encontramos, por exemplo, na era Cristã¹²⁷. Aliás, numa outra perspectiva, nem sequer encontramos uma matriz estável de representação e configuração nas leituras que dela se fizeram ao longo da sua fase etnológico-histórica e, posteriormente, memorial, no arco temporal que privilegiamos, e isso é particularmente original no que toca aos conteúdos discursivos destas fontes. Teremos oportunidade de perceber que estas alterações ao espaço em causa são, fundamentalmente da ordem da interpretação geográfica mas também administrativa e, *maxime*, ideológica – no sentido da relação processual que se vai construindo com o território, configurando nexos de identidade e modos de valorização -, ajudando a construir uma imagem algo confusa desse corónimo. Assim, nesta fase, convidamos o leitor a repensar a ideia que persiste sobre o mundo lusitano na fase pré-romana e romana, frequentemente concebido como uma unidade estável e homogénea do ponto de vista territorial, étnico e cultural. Além disso, perante o que afirmámos, deveremos questionar o postulado da relativa permanência no tempo dessa realidade, pelo menos desde as Guerras Lusitanas até à criação da província¹²⁸.

Estes pressupostos obrigam-nos a estabelecer distintas fases da evolução desta entidade, com correspondência a diferentes momentos da cronologia, como forma de melhor se entender a natureza dos problemas que em cada momento se enfrentam.

Propomos, então, três fases para a nossa análise: *uma primeira etapa*, que designamos de *etnológico-histórica*, que compreende o arco temporal que vai do prelúdio de uma Lusitânia pré-romana (séc. III a.C.) até ao séc. II/III d.C. quando se começa a anunciar profundas alterações internas coincidentes com o início da Antiguidade Tardia¹²⁹ – longo transcurso, é certo, revelando contextos diversos mas, como veremos, com uma continuidade e intensidade singular na proposta efectiva de sobrevivência deste

contemporânea de territórios definidos pelo rigor mensurável e na consubstanciação dos seus alocantes, cujas áreas inabitadas *forçosamente* permitem um contínuo espacial. Sobre a identidade e autonomia na Lusitânia no contexto romano, D'Encarnação (2011, 65-77).

¹²⁷ Pérez Vilatela (2000b), 80-81.

¹²⁸ Guerra (2010), 81-82.

¹²⁹ Sobre o debate em torno da periodização que delimita, entre os séculos III e IV o Baixo Império e o início da Antiguidade Tardia, v. Tente, C. & De Man (2016, 377-379).

conceito espacial/territorial e animada pelas sucessivas leituras e representações que dele se vão fazendo – contempla uma primeira etapa pré-romana e romana republicana com evidente peso da dimensão etnológica¹³⁰ e militar; e uma segunda etapa romana imperial com definição da província administrativa, iniciando a verdadeira fase histórica (de 27 a.C. até ao séc. II d.C.); *uma segunda etapa*, que corresponde, inicialmente, à *transição* para a fase memorial, com a presença muçulmana e início da reconquista cristã (séc.s VIII-X) e com sequência na analística e as fontes cronísticas (séc.s XI-XIV) em que convocaremos os testemunhos que permitam perceber o nexos fundacional entre Lusitânia e Portugal; *uma terceira etapa*, que apelidamos de *memorial*, onde a Lusitânia já não tem presença efectiva do ponto de vista administrativo-territorial mas que recrudescer como construção erudita, representação ideológica e simbólica – reflectida, interpretada na dinâmica produzida pelo mundo novo das Descobertas e nas manifestações do Humanismo (séc.s XV-XVI).

Observemos, desde já, os primeiros contornos etimológicos e filológicos que compõem os conceitos em análise.

¹³⁰ Utilizamos, propositadamente, a expressão no sentido utilizado pela antropologia francesa (*ethnologie*) – abordagem ampla que inclui múltiplas perspectivas de análise da condição vivencial, cultural e social de um povo, relevando da sua manifestação metodológica e processual de descrição (*ethnographie*) - para podermos correctamente ler e interpretar as múltiplas formas e conteúdos que os autores tratados enunciam. Numa outra perspectiva, instrumentalizando os conceitos, tornando-os noções operatórias adequadas aos contextos diacrónicos e discursivos da época, Olmo (2004, 25-29) e Moret (2004, 39-40).

2 - Entre a Etimologia e a Filologia - Breves notas para um percurso

Tratando-se de um signo – *Lusitania* - com múltiplos significados, seja no tempo diacrónico como sincrónico, torna-se possível considerá-lo como um designativo, de cuja raiz se construiu um topónimo/corónimo¹³¹ e um etnónimo, mas também como um conceito¹³². Desta forma, podemos estabelecer os vários momentos de uma coronímia¹³³, que acompanha a evolução cronológica através da sua remissão para os usos e discursos que dele se fizeram mas também solicita as leituras que, sobre essa matéria, a investigação contemporânea tem produzido. A este propósito, neste último patamar, os consensos ainda estão longe de ser alcançados. Se a definição do termo, na sua acepção estritamente administrativa (pós-27 a.C.), não constitui palco de divergências, dado que a informação nos chega por via da sua “institucionalização” no quadro territorial de poder do império romano e da consequente afirmação da sua presença, já no que toca ao período pré-romano o panorama não se afigura tão pacífico.

Ultrapassada alguma historiografia de contornos dirigidos e de perspectivas manipuladas, até à década de 60 do século XX, o debate hoje centra-se numa leitura que tenta fazer coincidir os recortes étnicos com os territoriais. Destaca-se uma concepção mais ampla, correspondendo, genericamente, ao Ocidente peninsular, isto é, à fachada atlântica até ao rio Douro, em alguns autores extensível até ao extremo Noroeste - o que é equivalente, para muitos que pretenderam manter uma visão essencialista, ao território hoje português¹³⁴; nesta visão ampliada do conceito a nível geográfico, sem no entanto remeter os limites ao extremo noroeste, distingue-se, no debate, o trabalho incontornável de Pérez Vilatela (2000a; 2000b), implicando um alargamento substancial do conceito

¹³¹ No sentido de um nome designativo de continente, país, região, pátria, estado, província, divisão administrativa qualquer (abrangido pela toponímia ou geonímia).

¹³² No artigo de Amílcar Guerra (2010) que temos vindo a citar e que agora seguimos de perto, o etnónimo e corónimo são tratados como se de conceitos se tratassem; ou seja, uma ideia, representação abstracta de uma realidade cuja unidade semântica, vertida em símbolo mental, revela: i) o carácter construído do signifiante e do significado, ii) a sua capacidade de mobilização de mecanismos explicativos, iii) a sua importância na definição do que pretende nomear, iv) o valor intrínseco que lhe permite ser maleável no seu uso – e daí a necessidade de se definir.

¹³³ Como um estudo da etimologia e semântica do corónimo.

¹³⁴ Não podemos esquecer o contributo para este debate dado pelos trabalhos de Torquato de Sousa Soares (1962; 1970).

pelo menos a boa parte da antiga Bética durante uma determinada fase inicial da conquista romana, partindo de uma postura crítica face às fontes, às “Guerras Lusitânicas” e à figura de Viriato. Por sua vez, no outro lado do debate, outra concepção, de sentido restrito, que se aplicaria apenas a uma parte, correspondente à região que se situaria a norte do rio Tejo, tendo como defensores Jorge Alarcão (2001) e João Luís Vaz (2009), o primeiro a defender uma coincidência de território étnico com a realidade linguística transmitida pelas inscrições “em língua lusitana” (295), o segundo, na mesma linha, precisando um espaço compreendendo aproximadamente o território dos actuais distritos de Viseu, Guarda, Castelo Branco e Portalegre, a que se juntaria uma parte das províncias de Salamanca e Cáceres (23-24)¹³⁵. Na verdade, parece-nos que, mais uma vez, considerados os argumentos de ambos os lados, não podemos omitir o valor situado e contextualizado das fontes disponíveis e reforçar a ideia que os conceitos de territorialidade e pertença e identidade devem ser matizados a cada época considerada – dos protagonistas e dos seus observadores/relatores; o *outro* e o *mesmo*.

Também no que toca ao conceito e à coronímia para os períodos de *transição* e *memorial*, importa salientar, como veremos, que a historiografia contemporânea tem interpretado uma falsa estabilidade e imobilidade nesta sobrevivência, remetendo este índice de análise para uma aceção estritamente simbólica e residual. Também aqui, mais à frente pretendemos equacionar estas representações¹³⁶.

Por fim, resta-nos, ainda, a questão da etimologia propriamente dita. Mas também aqui o cenário não é, de todo, tranquilo. Se, com os trabalhos mais recentes, que temos vindo a citar¹³⁷, parece que chegámos a um patamar de melhor entendimento, mesmo assim o quadro geral não se isenta de algumas contradições e divergências. Não é este o lugar para discutir nem sequer dirimir e convocar todas as posições que sobre este assunto já se afirmaram¹³⁸. No entanto, é fundamental apresentar algumas notas para definirmos a posição que aqui adoptamos e continuarmos a identificar as linhas fundamentais da nossa abordagem assim como assegurarmos a opção de análise ponderada e situada das fontes, no estrito limite e potencialidades que postulámos no enquadramento teórico-

¹³⁵ Guerra (2010, 82-83).

¹³⁶ Saliente-se uma pequena nota publicada por Pedro de Azevedo (1922, 3-13) no *Boletim da Academia das Ciências* que, pese embora a sintética abordagem e a visão parcelar, serve de excepção à regra pela intenção de perscrutar a “*Lusitânia* em romance”.

¹³⁷ Particularmente Pérez Vilatela 2000a, 2000b, 2003; Fabião e Guerra, 1998; Guerra, 2010, 2015; Guerra e Fabião, 1992.

¹³⁸ A investigação de Pérez Vilatela (2000a, 90-95) conduz-nos particularmente pelos complexos caminhos e debates protagonizados pelos autores que sobre esta matéria se debruçaram, avançando as leituras das fontes (ou a falta delas...) em que se basearam.

conceptual; por conseguinte, no domínio da interpretação dessas fontes, apelar para a forma como o tema foi sendo tratado, questionando-se o lastro memorial que persiste e permitirá a sua recuperação em contexto medieval e moderno.

Parece consensual a origem céltica da raiz *Lus-*¹³⁹ com base nos sólidos argumentos apresentados por António Mendes Correia (1924, 319), embora reconhecendo o que já dissemos sobre a complexidade do aporte étnico em que se deve compreender o colectivo que corporiza o etnónimo *lusitani*¹⁴⁰. Por outro lado, quanto ao sufixo as opiniões parecem mais contrastadas¹⁴¹ mas é também esta questão que, independentemente da posição adoptada por cada autor, nos remete para considerações que são particulares e, em nossa opinião, significativas para esta reflexão, em conjunto com a formação do significante (aglutinação) – condição única e mais um argumento para explicar as dificuldades de precisão na delimitação territorial do etnónimo e para invocar o carácter construídos destas designações. De facto, partindo da rigorosa análise de Faust (1966), Amílcar Guerra (2010, 84-85) aponta para uma formação do etnónimo/corónimo que correspondem precisamente a uma formação típica da língua latina, em *-itani/-etani*, com ampla difusão em todo o âmbito mediterrâneo e com cerca de uma centena de exemplos documentados na Península Ibérica. Faz ainda notar que por via da regra, este conjunto de etnónimos se forma sobre a realidade toponímica local, obtendo-se deste modo os derivados com que se identificam os seus habitantes. Por isso, o repertório onomástico deste conjunto corresponde essencialmente a indicações de *origo*, ou pelo menos a realidades cujo nome derivada de uma localidade conhecida, geralmente terminados *-i*. Ora, aqui se manifesta primeira e significativa natureza singular desta etimologia: segundo Faust (1966, 14)¹⁴², o caso de *Lusitani* demonstra uma clara excepção a esta regra em dois aspectos distintos: em primeiro lugar na circunstância de designar uma entidade étnica de âmbito mais abrangente, ao contrário dos restantes, que se reportam apenas a uma “cidade” e seu território; em segundo lugar por não se vincular

¹³⁹ Voltaremos a esta questão quando abordarmos a *Ora Maritima* de Avieno.

¹⁴⁰ Pérez Vilatela (*Id.*, 91, 279) refere outros autores que terão seguido o investigador português, tal como M. Peris (1926) e Albertos Firmat (1966), e desenvolve a sua leitura em torno desta asserção: “la más plausible y la damos prácticamente como comprobada por intensa confrontación.”. Por sua vez, já Leite de Vasconcellos (1897 [1988], vol. I, XXVIII-XXX), apresentara, anteriormente, uma filiação, embora não muito consistente e um pouco atrapalhada, entre a etimologia *lusitani* e *lusones*, sendo este último o nome de uma tribo celtibéria – permitindo o estabelecimento do tema *Lus* – ao qual seria adicionado o sufixo *-ones* ou *-itani*.

¹⁴¹ Ver síntese em Pérez Vilatela (*Id.*, 94-95).

¹⁴² *Apud* Guerra (2010, 84).

a qualquer topónimo conhecido¹⁴³. Se a estas considerações juntarmos as que resultam das ponderações de Schmoll (1959, 71)¹⁴⁴ sobre a busca infrutífera de encontrar um topónimo *Lusi* (como raiz) na Lusitânia que ajude a explicar a formação do etnónimo – encontrando, sim, em vários pontos do Oeste hispânico, essa fórmula como antropónimo e propondo a sua reconstrução na base do étnico *Lusites* sobre um antropónimo *Lus(i)us* – gera-se um novo quadro de entendimento que vem consolidar a leitura de que comungamos. A compleição peculiar destas designações e da sua formação etimológica e filológica leva-nos a acentuar, até a arqueologia, eventualmente, mostrar o contrário, o seu pendor construído, manipulado e tardio, mesmo que assentando em formulações que tenham uma base autóctone, como é o caso da derivação do sufixo, argumento que Pérez Vilatela consistentemente apresenta.

Sendo assim, neste quadro de explicação da origem e formação do etnónimo e do corónimo importa registar, para o que aqui nos interessa, duas leituras. Se por um lado, sabemos que este colectivo étnico existe e contribui para a sua referenciação etnómica, pois a própria etimologia o prova, confrontamo-nos com uma designação final registada em termos históricos (*lusitani/Lusitania*) que é artificial, porque construída e atribuída, reportando-se neste processo de formação etimológica a condição excepcional do caso lusitano. Por outro lado, como verificou Pérez Vilatela (2000a, 277), seguido por Amílcar Guerra (2010, 85-87.), existe uma correlação entre a evolução etimológica e semântica das designações e a progressão da presença romana no território peninsular, ou seja, em última análise aproximando a coronímia de uma geografia política e militar¹⁴⁵. Mais interessante ainda é verificar que os textos clássicos, que versam em grego ou em latim

¹⁴³ Argumenta, ainda, a este propósito, Amílcar Guerra “Esta eventual dupla *luis / Lusitania* faria recordar um processo de formação que poderia encontrar um paralelo no exemplo norte-africano de *Mauretania / Mauritania* que identificaria a região dos *Mauri*. Neste caso o derivado tem na base afinal já um nome étnico o que poderá eventualmente justificar a passagem para segundo plano do elemento intermédio **Mauritanus*. Este conjunto onomástico dos nomes em *-etani / -itani*, distribui-se, na Península Ibérica, fundamentalmente pela área levantina e meridional, claramente associado aos territórios em que a presença romana foi mais recuada. Parece, por isso, que estas formações onomásticas acompanham essencialmente o processo da conquista romana numa fase mais recuada, mas encontram-se ausentes nos territórios que só mais tardiamente passaram a integrar o território submetido. Esta constatação afigura-se não apenas válida no contexto hispânico, mas igualmente no âmbito de outras regiões, como se pode facilmente constatar pela simples observação do mapa de distribuição deste conjunto (v. Faust, 1966, Karte IX). No território português atestam-se estas formações no sul (*Aranditani* e *Cilibitani*) e no vale do Tejo, onde se registam os *Scallabitani* e *Igaeditani*, nomes que se situam no limite do que se considera tradicionalmente o mundo lusitano. Ao contrário, constata-se a sua completa ausência no noroeste e em toda a área setentrional onde a conquista romana chegou mais tardiamente” (*Id.*, 85).

¹⁴⁴ *Apud*, Pérez Vilatela (2000a, 90-91).

¹⁴⁵ Segundo este autor, uma vez que o movimento expansionista de Roma no extremo ocidente se orienta em primeiro lugar de este para oeste e, por fim, de norte para sul, essa circunstância determina igualmente a progressão semântica dos termos em causa.

sobre esta realidade peninsular, apresentam permanentes equívocos e contradições sobre estes conceitos, porque, apesar de acompanharem e descreverem o processo de conquista e instalação romana, sugerem um olhar exterior (*o mesmo*), e veiculam, com frequência, uma formulação etimológica que não compreende a evolução dos termos – a diferença entre a ideia/conceito territorial do tempo em que se produz o discurso e as acepções mais antigas, preconizando, a nosso ver, uma expressiva simbiose entre espaço e memória¹⁴⁶.

Neste quadro problemático e de reflexão consideramos conveniente abordarmos aqui as primeiras referências históricas a este *topos*, registadas nas *Histórias* de Políbio¹⁴⁷. Desde logo convém notar que esta formulação nos chega por via do grego, com uma nota significativa que não tem sido devidamente destacada. De facto, o radical - Λυσιτανι -

¹⁴⁶ Neste ponto o artigo de Amílcar Guerra, baseado na proposta mais extensa de Pérez Vilatela, remete o leitor para quatro fases que determinam a estabilização do conceito, com a constituição da província da Lusitânia. Embora reconhecendo que é uma proposta redutora (86), avança com essa leitura: uma fase antiga, das primeiras referências ao conceito; uma fase de transição, correspondendo ao período após a morte de Viriato e ao fim das guerras lusitânicas (c. de 139-136 a.C.); uma fase avançada, relativa aos relatos do período final da república romana e à figura de Júlio César (c. 59-53 a.C.), cujo registo seria importante para a imagem territorial posterior da historiografia moderna; por fim, a criação efectiva da província romana, por volta de 27 a.C. Se por um lado, devemos salientar a mutabilidade e complexidade dos processos que rodeiam a vinculação etnómica e coronómica pois permitem esta divisão em quatro fases, tendo subjacente uma interpretação da historiografia actual sobre o ponto de vista dos autores e de um alegado progressivo conhecimento geográfico, proporcional ao melhor conhecimento que o avanço romano no terreno vai proporcionando. Por outro lado, não desconsiderando a vantagem de sistematizar e ordenar estas referências, o texto de Amílcar Guerra suscita, nesta matéria, algumas questões. Particularmente em dois pontos. Um primeiro, no que toca à remissão da designação para tempos mais tardios (84-85) na evolução da presença romana. Antes de mais, em vários momentos o autor refere que outras fórmulas teriam surgido em “tempos mais antigos” sem, no entanto, precisar o que entende por tal cronologia. Mas devemos precisamente questionar essa questão dado que é o próprio investigador que postula ser dessa inconclusiva época a utilização dos sufixos terminados em - *etani*/ - *itani*, dando como exemplo os *Scallabitani* e os *Igaeditani*; ora não pertence a esta relação etimológica a formação de *Lusitani*? Mais, não será uma contradição factual, cronológica e geográfica dizê-lo se, como bem sabemos o vale do Tejo é, para estes últimos, pelo menos, uma zona de fronteira e também o local de permanência daqueles primeiros? Se aqueles teriam formação etnómica “em tempos antigos” obviamente que os lusitanos não estariam fora dessa cronologia de formação. Acresce que a presença romana na península inicia-se com o desembarque em *Emporion* em 218 a.C (Carvalho, 2010, 7) o que poderemos considerar, talvez, os ditos “tempos mais antigos”, até ao início das guerras lusitânicas (196 a.C.) (Schulten, 1935, 195.) - o que implica quase de certeza pelo menos a formação do etnónimo - decorrem apenas cerca de vinte anos e demonstra a espantosa progressão territorial dos romanos na Península. Mas a dúvida na clareza dos argumentos fica ainda patente noutra questão. As quatro fases propostas podem induzir o leitor mais incauto em erro, ao julgar, como efectivamente acontece, que se tratam de períodos subsequentes na diacronia e consistentes com os discursos produzidos em cada momento. Mas na verdade, aquilo que Amílcar Guerra pretende é estabelecer um quadro de evolução da leitura territorial/geográfica da Lusitânia – ou seja, da construção do conceito, desde a fase mais antiga até à fase administrativa. Certamente não ajuda na compreensão o recurso, para cada fase, de fontes díspares e não coerentes em termos temporais. Tal situação poderá mesmo, em nossa opinião, comprometer a validade e legitimidade da sua leitura em termos cronológicos. Basta dizer que para a fase mais antiga apresenta como fonte Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita*, dos anos 20 do século I a.C.); na fase de transição, volta atrás na cronologia e utiliza Artemidoro (c. 100 a.C.) juntamente com Plutarco (dois séculos posterior – 46 d.C. - 120 d.C.); por fim, para a fase avançada do conceito baseia-se em Dion Cássio (155-229 d.C.) e em Caio Cássio Longino (85 a.C. – 42 a.C.).

¹⁴⁷ Adiante retornaremos ao contexto e conteúdos das citações da Lusitânia em Políbio. Por ora, interessa apontar o seu carácter primacial e a interpretação que podemos fazer das suas variantes lexicais, como sinal da etimologia do tema.

dos lexemas *Lusitania* (corónimo) e *lusitanoi* (etnónimo) é hoje em dia, pelas normas em vigor¹⁴⁸, transliterado para Lysitani-. No entanto, durante muitos séculos, o latim estabeleceu uma transcrição em Lusitani-, talvez por via da semelhança da grafia do *ípsilon* minúsculo grego e da sua componente fonética¹⁴⁹, o que terá permitido a manutenção de ambas as formas e alternância do seu registo consoante o contexto e os autores. Por outro lado, os dois lexemas que detêm este radical nas apresentações polibianas exibem, nas quatro citações que podemos ver no texto, variações morfológicas em caso, dado que as palavras *Lusitania* e *Lusitanoi* se apresentam em funções sintáticas diferentes¹⁵⁰. Ora, na sequência do que temos observado, o que nos diz esta primeira referência documental? Que valor podem ter as ocorrências das apresentações polibianas para uma interpretação da etimologia e do conceito em análise, para além de fornecer alguma informação sobre o contexto de produção do discurso? Atentemos¹⁵¹.

O corónimo Λυσιτανια, ας (Lysitania, as) é nome da primeira declinação de tema em α puro, pois o radical termina em <ι>. No entanto, por vezes a *koinê* helenística usa os morfemas de caso dos nomes em α misto nos nomes em α puro. Daí que ocorra a possibilidade de Λυσιτανή (Lysitanê). Mas trata-se do mesmo lexema, o que muda é a realização formal do paradigma flexional. É o que ocorre na forma registada Λυσιτανήν (X, 7, 4-5) (Lysitanên) que se encontra em acusativo do singular, sendo, neste caso, um acusativo de extensão (neste caso de espaço) referindo-se à posição topográfica de Asdrúbal. Seguem-se as ocorrências Λυσιτανίας (XXXIV, 8, 1); Λυσιτανίαν (XXXIV, 8, 4) (Lysitanian), também realizações do corónimo. O primeiro (Λυσιτανίας) corresponde à atualização do corónimo Λυσιτανια (Lysitania) no caso genitivo do singular, especificamente o designado genitivo absoluto. O segundo (Λυσιτανίαν) corresponde à atualização em acusativo do singular do mesmo lexema. Este registo é feito numa leitura *a posteriori* pertencente a Ateneu de Náucratis (século II d. C.) e remete para a parte do texto em que se refere à Lusitânia. Por último, regista-se a fórmula Λυσιτανούς (XXXV, 2, 2) (Lysitanous), forma de palavra correspondente ao único etnónimo assinalado – o

¹⁴⁸ Para o caso do grego estão normalizados os sistemas de transliteração ONU/ELOT (1987), e ISO 843 a partir do sistema nacional grego de transliteração ELOT 743 (1982).

¹⁴⁹ Sendo uma das sete vogais do alfabeto grego tem a sua pronúncia semelhante a um *u* do francês, como "tu". Hoje em dia, no que concerne à transliteração, o <υ> representa-se no alfabeto latino por <y>, se for vogal. Se for glide, translitera-se com <u>. É glide se formar ditongo com uma vogal.

¹⁵⁰ Λυσιτανήν (X, 7, 4-5); Λυσιτανίας (XXXIV, 8, 1); Λυσιτανίαν (XXXIV, 8, 4); Λυσιτανούς (XXXV, 2, 2).

¹⁵¹ Agradecemos o contributo para a discussão desta questão dado pela Professora Doutora Alexandra Soares Rodrigues (Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança), que nos orientou nestas aduções da gramática e expressão gregas.

lexema Λυσιτανοί (Lysitanoi), que ocorre na forma de acusativo (plural) e pertence à 2.^a conjugação, sendo um acusativo de extensão, referindo-se ao episódio das guerras celtibéricas em que o comandante Marco Cláudio Marcelo liderara uma expedição contra os lusitanos, tomando de assalto a cidade de Nertóbriga.

Uma primeira conclusão é reveladora da anterioridade e da cristalização do radical de ambos os lexemas. Não contrariando, antes prosseguindo, o que atrás afirmámos sobre a sua possível origem e raiz, percebemos que pouco tempo depois da entrada dos romanos na Península tal facto está consumado, o que nos pode levar a reflectir sobre essa mesma formação. Tendo em conta que os livros III a XXXV terão sido, provavelmente, escritos depois de 146 a. C.¹⁵² e certamente posteriores ao início das referidas guerras lusitano-celtibéricas (154 a. C.)¹⁵³, transparece que a identificação do território e de um povo (povos?) se recolhe nestas locuções helénicas, que corresponderão à adaptação grega da expressão latina *Lusitania/lusitani*, mesmo ainda antes da sua fixação como designação de uma entidade administrativa e étnica no contexto da presença romana (27 a. C.).

Um segundo aspecto prende-se com as alegadas diferenças no registo do lexema que, poderiam segundo Pérez Vilatela¹⁵⁴, significar uma evolução da leitura espacial, na sequência de um melhor conhecimento do território por parte de Políbio. Tal interpretação baseia-se na diferença que opõe a *Lysitanê* do Livro X à *Lysitania* do livro XXXIV, sinal de utilização de fontes diversas na redacção do texto, no primeiro caso uma fórmula genérica e sem precisão, no segundo o conhecimento efectivo do território, fruto da experiência de Políbio. Com o que acima afirmámos sobre os lexemas polibianos, esta leitura deixa de fazer sentido.

Dito isto, podemos concluir, que os termos são, sem dúvida, vocábulos cristalizados por via do latim¹⁵⁵ mas remetendo para uma complexa etimologia. De resto ficam-nos, ainda, algumas inquietações: i) se é certo que, como vimos, o primeiro registo documentado do tema pertence a Políbio, poder-se-á aceitar a hipótese de uma evolução terminológica dentro do próprio discurso, proposta por Pérez Vilatela? Não cremos, como afirmámos pelos argumentos acima expostos mas, acima de tudo, interessa-nos destacar que essas aparentes incongruências são, certamente, um sinal claro do modo como estes textos eram produzidos, considerados o carácter fenomenológico da sua redacção, o valor

¹⁵² Cf. argumentos em Díaz Tejera (1981, 21, *Intr. in Pol.*).

¹⁵³ Cf. Pérez Vilatela (2000a, 23).

¹⁵⁴ 2000a, 21, 22, 28-30.

¹⁵⁵ Faust (66), Moret (2006), Guerra (2010).

da experiência pessoal, o contexto do autor e as fontes a que recorre e ainda os objectivos que o norteia, factos que nos deixam muitas incertezas; ii) sabendo da forma como o texto nos chegou aos dias de hoje não podemos ignorar uma outra possibilidade: a circunstância de apenas termos acesso à totalidade do texto polibiano até ao Livro V, sendo o resto reconstituído a partir de fragmentos, e sendo o Livro XXXIV, na passagem que nos interessa, recuperado a partir de Ateneu de Náucratis (século II d. C.)¹⁵⁶, altura em que o termo latino *Lusitania* estava perfeitamente enraizado na literatura da época, leva-nos a ponderar sobre o efectivo rigor e fidelidade da sua apresentação no texto helénico deste autor; iii) como vimos atrás, na possibilidade de uma etimologia que se coaduna com a associação a etnónimo e/ou topónimo indígenas, as ocorrências no texto de Políbio deverão sempre ser equacionadas no quadro das eventuais fontes utilizadas e da sua natureza (périplos, fontes orais, experiência pessoal?). Significativamente este autor revela uma atenção particular a esta situação pois considerava que a utilização de corónimos e etnónimos indígenas deveria ser feita com muita cautela, dado que a acumulação de nomes bárbaros, desprovidos de significado para os gregos, tornou o seu uso “confuso e incompreensível”¹⁵⁷.

Este panorama justifica, em boa medida, e torna inevitável reportar um último contexto que, no limite, remeteria para uma eventual menção do tema lusitano, substancialmente mais antiga registada no texto de Rufo Festo Avieno (séc. IV d. C.), *Ora Maritima*. Obra extensa, com mais de 700 versos, Avieno percorre as costas desde o golfo da Biscaia até ao golfo de Leão referindo múltiplos pormenores descritivos do território e do seu mosaico étnico (v. g. Estrimnios, Cempsos, Sefes, Dráganos, Lucis) –

¹⁵⁶ *Athen.*, liv. VII, 302c; VIII, 331.

¹⁵⁷ “Y deberemos decir no los nombres mismos de parajes, ríos y ciudades, como hacen algunos historiadores que suponen que esta práctica ya es totalmente suficiente para dar un conocimiento claro de las cosas. Estoy convencido de que, si se trata de lugares conocidos, la mención de los nombres ayuda no poco a la memoria. Pero si se trata de lugares desconocidos, su mención desnuda equivale a la pronunciación de palabras sin significado, que penetran en el oído, pero no hallan soporte en la mente: no se puede relacionar lo dicho con algo conocido, y la exposición resulta confusa e incomprensible. Por lo cual hay que presentar algún método que posibilite a los que hablan de lugares desconocidos llevar a sus oyentes, en la medida de lo posible, a nociones verdaderas y conocidas. El conocimiento primero y principal, común a todos los hombres, es la distribución y ordenamiento del espacio que nos rodea. Todos, incluso las personas de menos luces, conocemos el Norte, el Sur, el Este y el Oeste. El segundo conocimiento es aquel por el cual repartimos, en relación con los puntos señalados, los lugares de la tierra: los situamos siempre, por una referencia mental, en uno de aquellos puntos, y así llegamos a nociones familiares referidas a lugares desconocidos y jamás vistos. Establecido esto acerca de la tierra en su totalidad, lo lógico será llevar a nuestros lectores al conocimiento del mundo hoy habitado, distribuyéndolo según estos principios. Lo dividimos en tres partes y le damos tres nombres. La primera parte del mundo se llama Asia, la segunda África y la tercera Europa. Estas partes vienen limitadas por el río Tanais, por el Nilo y por la entrada de las columnas de Hércules.” *Pol.*, III, 36, 1-5; 37, 1-4.

texto complexo, com muitos anacronismos e suscitando bastantes dúvidas, tem provocado um intenso debate historiográfico¹⁵⁸. Do conjunto de reflexões possíveis e dos termos desta controvérsia interessa-nos destacar, sumariamente, dois aspectos que assumem especial importância pela sua qualidade dilucidativa na interpretação do discurso, mas também por protagonizarem expressões transdiscursivas que veremos consistentemente em outras formulações narrativas, justificando a diacronia e os conteúdos da proposta de análise que apresentamos no capítulo seguinte.

Por um lado, a configuração do discurso e dos seus *parâmetros de representação*, reflectidos na problemática das fontes e na proposta de geografia que nos oferece; por outro lado, a natureza do texto considerada a realidade histórica a que se reporta. O poema refere a consulta de “velhas páginas”, “escritos dos antigos” (versos 10 e 17) e outras fontes onde ressaltam Hecateu de Mileto, Cílix de Carianda, Heródoto de Túrrios e Tucídides (versos 47-50). Mas a crítica textual e o debate têm-se centrado em torno da(s) fonte(s) constitutivas da sua filiação matricial, sendo unânime a teoria que a *Ora Maritima* tem o seu fundamento em périplos anteriores, seja, como defendeu Schulten, o de Eutímenes de Marsella (séc. VI a. C), ou Blázquez, o do cartaginês Himilcão (séc. VI/V a. C) ou ainda a combinação de vários autores e épocas (Berthelot). Considera-se, pois, a presença de dados e fontes de inegável antiguidade, que distariam cerca de dez séculos do momento da sua redacção. Neste quadro à proposta de interpretação da geografia física e humana aportam os referentes antigos desde as colunas de Hércules, à importância de Gadir e do reino dos Tartessos, assim como a povos que fazem parte dos movimentos de primeira e segunda vaga de migrações indo-europeias¹⁵⁹. Os Cempsos e os Sefes (verso 195) na linha das tribos indo-europeias, introdutoras da metalurgia do ferro, estabelecidas, desde o séc. VI a. C. nos vales do Douro e Tejo (Sefes) e no Alto Alentejo (Cempsos). É precisamente neste contexto que surge a alegada referência aos lusitanos:

¹⁵⁸ Não nos ocuparemos desta questão remetendo para os estudos mais recentes que, no seu conjunto, apontam as posições da polémica, a sua evolução e os contributos mais significativos e actuais. v. Fabião (1992, 153-157), Plácido D., Mangas, J. (1994, 11-30, *Intr. in THA*), Pérez Vilatela (2000a, 90-91), Suarez Piñeiro (2002, 9-26). Lembramos apenas que o destaque deste texto é favorecido, desde logo, pela edição autónoma e singular de Adolf Schulten nas *Fontes Hispaniae Antiquae* I, *Avieno, 'Ora Maritima'*, 1922 (Barcelona 1955), replicada no projecto dos *Testimonia Hispaniae Antiqua*, que lhe dedica seu primeiro volume (1994).

¹⁵⁹ Fabião (*ibidem*, 156-157).

“*Propter hos pernix Lucis Draganumque proles sub
niuoso maxime septentrione conlocauerant larem.*” (versos 197-
198).

Esta proximidade do “rápido”¹⁶⁰ Lusis (Lysis?) aos Dráganos, com referentes nas altas montanhas nevadas, faz precisamente supor uma etnia cujo território não se estendia até ao litoral. Apesar das dificuldades suscitadas pela fixação do termo¹⁶¹, dadas as incertezas das transcrições e do desconhecimento da fonte original, registamos a dúvida sobre a certeza deste nexos¹⁶². Afinal, já invocámos as dificuldades de interpretação, na mesma linha dos problemas que temos vindo a observar para outras leituras sobre a transdiscursividade em longos arcos temporais e a falta dos registos originais que colocam sérias reservas à análise, compreensão e fixação de terminologia e conceitos, considerando-se ainda as variações de transcrição e transliteração que ocorrem com frequência entre textos.

No que toca à natureza do texto, temos de registar, por um lado, o sincretismo de géneros, dada a espontaneidade com que a estrutura poética parece acolher a crueza e objectividade descritiva dos relatos de periegeses. Por outro lado, destaque-se que o recurso a determinadas fontes desta ordem (nomeadamente os périplos helénicos) remete para uma peculiar representação da realidade coeva, que parece invocar uma naturalidade e legitimidade depositadas na informação veiculada por essas leituras arcaicas numa altura em que o conhecimento geográfico e humano da Península estabelecera já outros referentes. Na verdade, assistimos à persistência de linhas de continuidade, que não se esgotarão neste ciclo temporal, particularmente no domínio das representações discursivas sobre o espaço e sobre os grupos humanos, em consequência de dois sistemas civilizacionais e culturais fortes e idiossincráticos (helénico e latino), com linguagens próprias, avultando as intensas influências gregas que se verificam na mundividência romana, pese embora, neste caso, já nos reportarmos a um período tardio do império.

¹⁶⁰ Estrabão (*Str.*, 3, 3, 6) coincide neste ponto ao caracterizar os lusitanos como ágeis e ligeiros.

¹⁶¹ Pérez Vilatela (2000a, 91) suscita a dúvida e apresenta a possibilidade das leituras de alteração do pergaminho e das interpolações transdiscursivas que permitem a corrupção do lexema *Lucis* numa grafia em *Lusis*. Perante a dúvida este autor considera mais seguro manter a raiz *Luc* que surge generosamente no Noroeste peninsular. Amílcar Guerra (2010, 86) afirma mesmo que, na possibilidade da confirmação deste nexos “acentuava-se o carácter excepcional da formação *Lusitanus*, uma vez que corresponderia a uma designação de uma entidade étnica que derivaria de um apelativo com essa mesma função. E a partir deste, por sua vez, se forma o nome da região que lhe corresponde, que assume uma forma feminina, *Lusitania*.”

¹⁶² No entanto, como vimos atrás, guardado o cuidado sobre a corrupção do lexema (v. nota anterior) esta formação aproxima-se estreitamente da raiz celta *Lus* que se apresenta como provável substrato etnómico do lexema.

Neste sentido interessa-nos destacar o facto de o autor revelar uma particular concepção e um gosto arcaizante, onde se valoriza singularmente o legado do passado para a legitimação e renovação do presente, em especial no seio das oligarquias senatoriais pagãs, às quais pertencia Avieno, e face à inexorável expansão e afirmação do cristianismo.

Desta forma, tudo aponta para que estejamos em presença de um longo, complexo e incerto processo de formação etimológica, que parece marcar indelevelmente o conceito, a sua múltipla compleição e a variedade dos significados que transporta até ao período moderno, onde, aliás, a análise do signo é um dos temas caros aos humanistas que a ele se dedicam. Até porque, a sua identidade histórica, radicada no império romano, revela bem esse atribulado começo. A esse propósito lembramos as sugestivas afirmações de Patrick Le Roux¹⁶³ ao lembrar que "a província romana da Lusitânia podia não ter existido. Nem o seu nome nem a sua extensão estavam inscritos no curso da história romana". Dois factos não desprezáveis acompanham esta ideia. Em primeiro, como postulámos na abertura deste trabalho, o nome Lusitânia é um termo que, como vimos, com manifesta anterioridade diacrónica, configurará a metonímia de *Hispania Vltior Lusitania*, distinguindo-se da outra província a *Hispania Vltior Baetica*. Ou seja, a sua identificação, apesar de sobressair face a outras entidades coronímicais, toponímicas ou étnicas, surge enquadrada por factores de ordem político-administrativo e militares e numa escala relacional que invoca a *Hispania* (ou *Iberia* dos gregos) e a sua localização descentrada face ao eixo de leitura do *mesmo*. Em segundo lugar é significativo que essa formação identitária romana, acompanhando precisamente as reflexões atrás expostas sobre a formação e evolução inicial do conceito, corresponda historicamente a uma região étnica dado que, por oposição, a sua congénere administrativa (*Baetica*) recolha a uma noção geográfica fluvial (*Baetis*, actual Guadalquivir).

Impõe-se, pois, avaliar de que modo esta leitura de escala peninsular deixa um lastro interpretativo na configuração desta entidade.

¹⁶³ 2015, 92.

3 - Das origens da Lusitânia como *topos* discursivo

“Cuando trata de la prosperidad de la Lusitania — este país forma parte de Iberia, llamada por los romanos Hispania — en el libro trigesimocuarto de sus Historias, Polibio de Megalopolis dice que allí, debido a la bondad de su aire, tanto los animales como los hombres son muy prolíficos y que los frutos del campo jamás se corrompen.”

Athenaios, VIII, 330e

Se, como afirmámos, a Lusitânia e os lusitanos só surgem efectivamente para a História com a presença romana na Península Ibérica, há um conjunto de condições prévias que condicionarão a sua leitura e das quais será plena credora até ao período moderno, como intentaremos demonstrar. Uma parte desse conjunto de condições surge na sequência das considerações anteriormente tecidas em torno do tema e das nossas opções sobre os textos e a sua organização neste trabalho, sendo, agora, necessário reflectirmos e ajustarmos as *modalidades de abordagem* e os *critérios de análise*.

Quando se trata de coligir e interpretar dados para um enquadramento significativo sobre a futura Lusitânia para um período tão precoce (anterior às primeiras referências datáveis nos textos de Políbio), entendemos que devemos harmonizar essas informações com uma escala diferente – o conjunto da Ibéria – prosseguindo dois pressupostos. Permitimos, por um lado, o estabelecimento de um contexto e de uma teia explicativa mais consistente, que acompanha o desenvolvimento da relação dos povos autóctones com as diversas culturas exógenas deixando antever uma visão do ocidente peninsular que estabelece matrizes de representação duradoras e, por outro lado, propicia o enquadramento e filiação genética do carácter incipiente, fragmentário, impreciso, contraditório, superficial e parcial destas primeiras impressões que, paradoxalmente, não desaparecerá por completo quando se sai deste quadro cronológico inicial, como teremos oportunidade de ver adiante. Será, então, legítimo deixarmos, desde já, algumas questões: será possível construir uma imagem coerente e significativa da Lusitânia em períodos

mais recentes (ex. Humanismo) quando as fontes coetâneas da sua configuração demonstram estas características? Será que tais condições perduram e influenciam a apropriação do tema na forma e/ou no conteúdo? Averiguaremos, a seu tempo, se existem respostas para estas inquietações¹⁶⁴.

Podemos, desde já, pelo que fica dito, conjecturar dois pontos prévios. Um de ordem formal, atinente às condições de produção, recepção e interpretação. Devemos ter sempre presente que as fontes primárias e as leituras que delas se fizeram (como a nossa própria aqui vertida) têm em comum o de serem representações condicionadas e influenciadas pelas circunstâncias históricas e pelos questionários formulados sobre o registo em causa. Assim, quando falamos de Lusitânia/lusitanos, pronunciamos duas designações que receberam muitos significados diferentes, ou seja, falamos do filtro de cada olhar. Na verdade, tendencialmente, as fontes escritas são instrumentos de trabalho que estão muito sujeitos a manipulação. Quando utilizamos um texto, não podemos desligá-lo totalmente do contexto da obra (quando este, efectivamente, existe no sentido de ser apreensível) e muito menos do autor que o produziu e das suas circunstâncias históricas. A análise de um texto implica a selecção das suas partes, implica descontextualizá-lo parcialmente para que responda às questões que lhe colocamos, até porque, ao contrário do que muitas vezes se pensa, estes discursos não são autoridades inquestionáveis. Nesta reflexão, quando nos reportamos à matéria desta investigação falamos também de *parâmetros de representação*. As fontes consultadas são absolutamente silenciosas em relação aos critérios que justificavam a individualização desta entidade, mas inspiram interrogações que devem ser tidas em linha de conta quando se pretende utilizá-las como ferramenta de análise de uma comunidade representada. Assim, quando as fontes referem os lusitanos, fornecem dados para reconstituir a História do colectivo representado? Ou para definir a História que determina ou condiciona o pensamento de um autor e/ou de uma comunidade/contexto? Ou ambas? Haverá espaço para reflectir a identidade de uma comunidade peninsular e a sua transformação (auto-identificação do *outro*)¹⁶⁵? Ou apenas os mecanismos que outra sociedade, distante no

¹⁶⁴ Para o caso da Ibéria e no período que vai da influência fenícia e grega até à presença romana, Cruz Andreotti não hesita em considerar que “los escuetos datos adquieren una importancia cualitativa transcendental” (2004a, 37).

¹⁶⁵ Segundo Alarcão (2001, 293-349; reafirmado em 2007, 11-12, que aqui citamos), seguindo os conhecimentos que a antropologia cultural nos proporciona, em paralelo com a investigação histórica e embora reconhecendo a natural condição de criação/invenção romana no tocante aos lusitanos/Lusitânia, parece haver condições para admitir que este povo tinha “uma consciência da sua identidade e se pensavam e relacionavam como um “povo” ou uma “etnia”. A própria resistência que ofereceram aos Romanos é

espaço ou no tempo, criou para a identificar (interpretação do *mesmo*)? Seja como for, os *parâmetros de representação* têm a particularidade de distorcer a realidade observável, ou melhor, de revelar mais o pensamento de quem representa do que de quem é representado¹⁶⁶. Tal constatação impõe um especial cuidado, incitando-nos a alcançar estritamente as questões que os próprios textos suscitam. Podemos, enfim, colocar as interrogações de outra forma: de que falavam as fontes quando falavam de Lusitânia/lusitanos? De que modo se expressavam? Em que tópicos se detinham?

Sendo assim, um outro ponto que merece a nossa atenção diz respeito a questões de relevo na análise de conteúdo discursivo para esta primeira fase da nossa abordagem mas que têm sequência nas etapas seguintes. Podemos, então, antecipar índices fundamentais que norteiam a nossa leitura: i) a fixação dos designativos (etnónimo/corónimo); ii) a indagação dos processos de leitura do sistema de localização geográfica e dinâmica étnica e territorial; iii) a eventual alusão a processos de contacto/relação com entidades étnicas vizinhas. Por fim, enquadrando os aspectos anteriores, podemos deixar a interrogação, se existe uma relação exponencial entre a fixação do conhecimento geográfico e etnográfico nos discursos produzidos e a evolução diacrónica.

A primeira consideração que se oferece em torno das *modalidades de abordagem* dos textos, aponta, neste caso, para a sua *origem*, revelando naturezas e contextos muito diversificados e correspondendo, não raras vezes, a pequenos fragmentos cuja identidade discursiva equivale, frequentemente, a breves alusões (ou mesmo paráfrases) feitas por autores posteriores¹⁶⁷. Por sua vez, este fenómeno de transdiscursividade que, como vimos, corresponde a uma prática intemporal da construção narrativa, promovida também pela necessidade de autenticação e legitimação proporcionada pela *autorictas* pretérita, obriga

difficilmente explicável sem esse sentimento de unidade. Não terá sido a guerra contra os Romanos que criou tal unidade, ainda que tenha certamente reforçado uma identidade já existente".

¹⁶⁶ Albuquerque (2014, 337).

¹⁶⁷ Neste quadro inscreve-se, entre muito exemplos que poderiam ser contemplados no arco temporal (séc. V a.C.- V d.C.) e que percorre a influência grega e romana, a descrição de certas partes do território peninsular por Píteas de Marselha que terá feito um périplo pelas costas do noroeste europeu, contornando as ilhas britânicas e de cuja obra *Περὶ τοῦ Ὠκεανοῦ* (*Sobre o Oceano* (c. 330-320 a.C.)) apenas temos notícia pelas interpolações de Eratóstenes de Cirene (276-194 a.C.), reconhecido como fundador da geografia científica, por sua vez muito utilizado na obra de Estrabão. Cruz Andreotti (2004a), Prontera (2006), 15-29. Identificar e traçar linhas de relação destes fenómenos torna-se muitas vezes uma tarefa hercúlea, senão mesmo impossível na sua totalidade, pois a tentativa de integrá-los com rigor no contexto geral de uma obra nunca pode desvalorizar as possíveis transformações do original por parte de quem transmite a informação e faz uso dessas fontes.

assim a cautela redobrada no compulsar dos textos, impondo muita prudência na altura de extrair conclusões.

Nesse sentido, uma segunda modalidade de abordagem textual, dizendo respeito à sua *selecção e manejo*, remete para a necessidade de uma indispensável contextualização¹⁶⁸ que não pode ir além dos limites do momento em que cada autor produz o seu discurso e, evidentemente, das fontes que ele próprio utiliza.

Por fim, como resultado de ambas as modalidades, descritas determina-se uma terceira circunstância no uso dos textos, atinente à sua *composição* – as dificuldades em lidar com a índole estratigráfica dos discursos é acentuada pelo facto de os autores nem sempre fazerem uma gestão dos conteúdos em processos de continuidade por substituição mas sim por justaposição. Tal facto é particularmente visível nas abordagens de carácter étnico e geográfico em existe a possibilidade de somar denominações, extensões e ubiquações de um conceito (seja Ibéria ou Lusitânia)¹⁶⁹ num mesmo texto/autor, transformando a geografia e o quadro humano em produtos carregados de historicidade, mais do que invocando uma verdadeira geografia descritiva¹⁷⁰.

¹⁶⁸ O que nem sempre tem correspondido a uma prática nos estudos e na utilização das fontes de cada período histórico.

¹⁶⁹ Por exemplo, seguindo um conhecido passo da Geografia de Estrabão (c. 64 a.C. – 24 d.C.), onde o autor refere os vários nomes atribuídos à Ibéria, podemos precisamente observar esta preocupação em reflectir sobre um conceito coronímico, revelando uma particular e significativa consciência da sua historicidade e da sua contingência, o que induz a sua condição volátil e estratégica, consoante os interesses de quem a utiliza; já a formação do seu discurso aparenta ser uma mistura indiscriminada de diferentes e até contrapostas ubiquações para o mesmo conceito geográfico mas revela-se uma justaposição de leituras. Impõe-se, pois, que se atente nas suas palavras: “É certo que alguns afirmam estar este território [Ibéria] dividido em quatro partes, como já dissemos, enquanto outros falam em cinco. Não é possível, neste assunto, mostrar uma grande precisão, por causa das mudanças [havidas] e da falta de renome destes lugares. De facto, é nos territórios bem conhecidos e bem reputados que se conhecem as migrações, tal como as divisões do território, as mudanças dos nomes e qualquer outra coisa semelhante que exista. São assuntos que estão sempre a ser repetidos por muitos, principalmente Gregos, que se tornaram, de todos, os que mais falam sobre estas coisas. Mas, no que respeita a territórios bárbaros, afastados, pequenos e dispersos, as referências existentes não são seguras nem abundantes – e quanto mais distantes estão dos Gregos mais aumenta o desconhecimento. Pelo seu lado, os historiadores romanos imitam os gregos, mas não vão muito mais longe. De facto, aquilo que dizem, traduzem-no dos Gregos e não mostram muita vontade de saber. Assim, sempre que no trabalho daqueles há um vazio de informação, não é muito o que é completado por estes, pelo menos no que respeita aos nomes, já que, quanto aos mais conhecidos, são, na grande maioria, nomes gregos. Assim, foi dado o nome de Ibéria, por parte dos autores antigos, a todo o território para lá do Ródano e do istmo delimitado pelos golfos Galácticos, mas os autores de agora colocam-lhe como limite os Pirenéus e dizem que são sinónimas as próprias designações Ibéria e Hispânia; [...] apenas designavam assim a região para lá do Ibero. Outros, ainda antes, chamavam a estes mesmos povos, que não se distribuíam por um território muito grande, Igletas, como afirma Asclepiades de Mirleia. Os Romanos, por seu lado, chamaram a esta região, indiferentemente, Ibéria ou Hispânia; a uma parte deram-lhe o nome de ulterior, à outra de citerior. Mas vão fazendo estas divisões ora de uma maneira ora de outra, pois adaptam a sua governação às circunstâncias.” (*Str.*, III, 4.19).

¹⁷⁰ Cruz Andreotti (2004a, 39) considera que estas características podem-se revelar particularmente tortuosas do ponto de vista da sua análise e invocam a complexidade histórica destas temáticas.

No que respeita aos *critérios de análise*, reportamo-nos a breves considerações transversais a vários autores/contextos que somatizam as condições que permitiram justificar e definir as nossas opções de pesquisa e distinguir, situar, valorizar e interpretar os discursos e os seus conteúdos. Antes de mais, num primeiro patamar, importa recordar as reflexões que atrás fizemos em torno da essência dualista e exógena da produção discursiva (o *mesmo/o outro*), numa retórica da identidade, reportando-nos ao critério *parâmetros de representação* das fontes utilizadas. Estas são, como afirmámos, *representações* ou *percepções* da realidade, adaptadas não só ao contexto social e cultural de quem produz o discurso, mas também aos seus destinatários¹⁷¹. Sendo assim, parece evidente que, pelo menos numa primeira fase, a representação da Lusitânia e dos lusitanos (e previamente de outras zonas da Ibéria) na documentação escrita apresenta problemas por vezes insuperáveis. A maioria das informações disponíveis para este primeiro período analisado e no que toca à escala peninsular, não provêm de discursos elaborados neste território, mas trata-se de observações produzidas por entidades externas que, directa ou indirectamente, conceberam uma realidade observada, imaginada, ou sobre a qual ouviram falar. Em última instância seremos obrigados a ter sempre presente que a história das representações dessa realidade não pode confundir-se com a história do território/povo que se pretende representar, dependendo, essencialmente, dos interesses gregos e, posteriormente, romanos, na Península Ibérica, enfim, no essencial, do percurso histórico do observador/relator e dos focos da sua atenção, no que diz respeito ao Ocidente e à sua etnografia.

Estas asserções levam-nos a um segundo patamar nos critérios de análise – o da objectividade dos discursos, relacionado com estas dificuldades inerentes à natureza de uma documentação susceptível de ser analisada a partir de esquemas de geografia e etnografia antiga daqueles que estão fora e centrados noutra forma de ler e interpretar o mundo conhecido. Adiante, no lugar do ensaio sobre os textos, voltaremos a esta questão e destrincharemos algumas das suas particularidades mas destaquesmos, neste momento,

¹⁷¹ Como nos diz J. Sanmartín (1994, 227) "Las fuentes literarias [...] no nos llevan al acontecer pasado, sino a los sentidos que nuestros ante-pasados creían descubrir en el acontecer." (*apud* Albuquerque, 2014, 42, 93). Outros autores, na mesma linha de pensamento invocam outras expressões tal como a "retórica da alteridade" (Hartog, 1991; Gray, 2002) ou a "estética da percepção" (García Quintela, 2009, p. 73) como questões que também importa ter em linha de conta para levar a efeito uma leitura crítica das informações que chegaram até nós sobre a Península Ibérica. No entanto estas interpretações devem ser enquadradas numa reflexão mais vasta e diacronicamente anterior onde entram os campos da teoria da literatura, os estudos de antropologia histórica e de hermenêutica – como síntese vejam-se os trabalhos de Roger Chartier (particularmente em *A História Cultural entre Práticas e Representações* (1988, 13-67)); Peter Burke (em *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica* (1992)); Robert Holub (1989) (coord.). *Teoria della Ricezione* e Paul Ricoeur (em *Teoria da Interpretação* (1999 [1976])).

que o manejo destas fontes implica, em nosso entender, a tentativa de exame do sistema de valores, esquemas de intelecção e conceitos que presidem à elaboração destas composições¹⁷².

Um terceiro patamar dos critérios de análise está directamente relacionado com a primeira (origem) e terceira (composição) modalidades de abordagem antes descritas – trata-se de considerar a natureza dos textos. Esta é uma questão complexa, dado que envolve na sua discussão dois substratos de questões com um fundo comum mas distanciadas por um enorme hiato temporal que pode, quando não caucionadas as opções, provocar flagrantes anacronismos. De um lado, ao tempo da produção das fontes, quer seja sobre a influência grega ou romana, ou mesmo mais tarde, nas obras narrativas do cristianismo (ex. Santo Agostinho, Idácio de Chaves ou Eusébio de Cesareia), o elevado grau de transdiscursividade que temos vindo a afirmar, a residual autoconsciência (quando existe) dos autores sobre a natureza do seu trabalho e o modo como a informação é utilizada e apresentada, evidencia, por vezes, uma mistura de géneros literários numa mesma obra (p. ex., o uso dos Poemas Homéricos na obra de Estrabão¹⁷³). Uma vez que o tipo de texto não é estático e permite também inovação por parte do autor, onde também pode ser valorizada a importância da retórica por exemplo na formação do discurso histórico, esta análise revela-se muito complexa.

Por outro lado, no extremo oposto da diacronia, os séculos XIX e XX, cultivando o gosto pela indexação positivista, demonstram uma longa tradição de debate e de propostas para estabelecer classificações dos textos antigos com base em critérios estilísticos, metodológicos, ou mesmo no que se considera uma validação e legitimação correctas na perspectiva da leitura científica actual¹⁷⁴. Não raro os critérios de

¹⁷² Já atrás analisámos, numa primeira abordagem, o conceito de Lusitânia e lusitanos mas contemplaremos uma continuidade desta temática na análise dos textos. Temos noção que poderíamos acrescentar outros conceitos a esta apreciação (ex. *ethnos*, *polis*) que complementaríamos e ajudariam a precisar e objectivar o tema da nossa tese. No entanto, a economia de tempo e de espaço, assim como o facto de estarmos perante um estudo de confronto entre a Antiguidade e um período posterior (Humanismo) levaram-nos a deixar essa possibilidade para trabalhos futuros e a apoiarmo-nos na bibliografia disponível que eventualmente complemente esta necessidade. É o caso da investigação para os Tartessos por Albuquerque (2009, 2013, 2014) ou para os Iberos por Cruz Andreotti (2002, 2004a, 2004b).

¹⁷³ *Str.*, III, 3.2.13.

¹⁷⁴ Como salienta Marques (2008, 140-141) “Note-se que assim Tucídides seria encarado por muitos como o “pai da história científica” - história essa baseada nos padrões metodológicos positivistas do século XIX - e assim tomado como definidor de um certo padrão de validade e relevância aplicado a historiadores de todo o resto da Antiguidade. Ou também, em termos estilísticos, a valorização da “Idade de Ouro” da língua latina certamente legitimou muito mais o estudo, por exemplo, de Salústio em detrimento de autores do Baixo Império, como Dión Cássio - um autor com pouquíssima bibliografia – e Amiano Marcelino, sobre quem a ênfase dos poucos estudos recai geralmente em aspectos militares e no governo do imperador Juliano”. Faz-se ainda notar que na maior parte da bibliografia específica sobre os historiadores antigos, a definição da historiografia antiga não tem sido apresentada através de grandes reflexões teóricas, sendo

agrupamento e/ou apresentação de autores, particularmente os da historiografia, seguem uma definição mais baseada nos conceitos contemporâneos do que nos conceitos antigos sobre o que se deveria entender como uma obra histórica. Esta diversidade de questões e de leituras possíveis tem implicações na interpretação das referências à Lusitânia, assinaladas e comentadas nos próximos sub-capítulos, embora seja, por isso, mais conveniente centrar a análise nos objectivos do discurso e não tanto em critérios de distinção que podem não fazer sentido para as obras da Antiguidade.

Ora um quarto patamar dos critérios de análise está estreitamente relacionado com o anterior e com a segunda modalidade de abordagem dos textos (selecção e manejo) e prende-se, precisamente, com os objectivos dos discursos. É evidente que as considerações sobre esta matéria deverão acompanhar cada autor/texto pois estão intimamente relacionadas com o contexto de produção, o público a que se destina, os conteúdos e conceitos que se privilegiam e a própria natureza e carácter das suas fontes. No entanto, importa destacar que independentemente do que pode ser extraído a este respeito em cada testemunho narrativo, esta questão remete sempre, por um lado, para as concepções e o quadro mental do autor, que procura traduzir determinados aspectos (positivos ou negativos) de uma pretensa realidade etnográfica e/ou geográfica ou assinalar as diferenças entre o seu mundo e outros mundos e, por outro lado, para o facto de tais objectivos condicionarem o conteúdo das informações transmitidas. Ao mesmo tempo reflectem um conjunto de ideias destinadas a construir, através da percepção do *outro*, a identidade da sociedade na (e para a) qual o discurso é produzido mas também, por extensão e dada a inexistência da visão contrária (autóctone), da identidade da sociedade/espço objecto.

Por último, um quinto patamar dos critérios de análise aponta já para a metodologia utilizada e para a forma e disposição que consagramos na nossa tese – o critério da diacronia. Perante o que fica dito sobre o processo de transdiscursividade e a diversidade, importância e complexidade dos contextos de produção este padrão revelou-

muito comum encontrar textos que enumeram as características individuais de cada historiador latino numa sucessão cronológica padrão. Aponta-se o facto do debate ser antigo, se considerarmos a classificação em sub-géneros dos textos e temas, de Felix Jacoby dos fragmentos de historiadores gregos na compilação *Die Fragmente der griechischen Historiker*, de 1923. No entanto, se tal divisão foi a base para as reflexões posteriores sobre os objetivos e formas da historiografia grega, não foi seguida nas compilações de fragmentos dos historiadores latinos. A clássica *Historicorum Romanorum Fragmenta*, de Peter Hermann (1883) ou ainda as compilações mais recentes como a de Chassignet (2003; 2004) ainda apresentam uma disposição cronológica e mais conservadora dos fragmentos. A este respeito vejam-se as interessantes interpretações de John Marincola (1999) focado exclusivamente nas diversas formas de apresentação destes mecanismos.

se, mesmo que discutível e imperfeito, o mais adequado. Na verdade, pode ser interpretado como um critério simplista e redutor, na medida em que transmite uma imagem de homogeneidade que não corresponde à complexidade do panorama geral da documentação escrita. Pese embora o facto de ao invocarmos e darmos a conhecer ao leitor/a e de reconhecermos a suas limitações e potencialidades, permite-nos assumir essa opção com alguma satisfação.

A diversidade de contextos literários, históricos e geográficos em que Lusitânia/lusitanos é referido, o aproveitamento de conteúdos e a profusa intertextualidade, as frequentes dificuldades na precisão sobre as datas de produção, os modos de circulação, a origem e fidedignidade das informações, particularmente para os períodos mais recuados são pontos que dificultam esta leitura sequencial dos registos. Por sua vez, tal não impede uma breve análise do percurso destes conceitos nos textos, considerando, sobretudo, as circunstâncias e os contextos da sua elaboração. Propositadamente, o tema afasta-se de uma leitura que pretenda analisar a comunidade representada e aproxima-se dos processos que influenciaram os discursos dos observadores. Esta perspectiva é útil para assinalar o modo como Lusitânia/lusitanos têm sentido num determinado discurso, bem como as consequências do contexto e da forma no conteúdo destas referências. Ou seja, sendo os registos, como atrás vimos, representações que se produzem no horizonte mental e cultural do autor torna-se, quando possível concretizar, um terreno fértil para análise dos critérios e razões que presidiram à citação e individualização do tema. Desta forma, ainda permite, nesta linha diacrónica, reconhecer o valor hermenêutico do contexto, o que nem sempre acontece nos estudos que versam sobre este tipo de abordagem.

Consideradas todas estas reflexões, esperamos estar em melhores condições para compreender e justificar o que atrás dissemos sobre a condição permeável e complexa da identidade étnica deste colectivo a par de uma relativa e imprecisa dimensão territorial, factores de peso que moldaram as primordiais impressões produzidas pelo *mesmo* sobre esse *outro*. Daí que na altura dos primeiros contactos e do conhecimento que chegava sobre essas realidades, na formação da designação que lhe foi atribuída funcionasse o mecanismo de apreensão provocado pela natureza indefinida da sua matriz étnica, aliás, pouco importante para os romanos a não ser pelo interesse em permitir a possibilidade de trato e domínio, ao que se associava um território particularmente vasto e indeterminado, cuja variabilidade, ambiguidade e imprecisão se colhe do conjunto de discursos que sobre ele versam. Deve ter-se sempre presente que o termo *Lusitani* é uma criação romana e

que a ideia de um território chamado *Lusitania* nunca chegou a consolidar-se antes da criação tardia de uma província romana com esse nome, se bem que, como atrás afirmámos, defendemos e justificámos, já estivesse claramente cristalizado no seu percurso filológico como corónimo e etnónimo. Veremos, pois, a importância destes factores para a construção identitária de uma Lusitânia *memorial*.

Por fim, desejamos ainda esclarecer uma possível objecção. Tratando-se de uma entidade étnica e territorial, com substrato histórico-cronológico, poder-se-á argumentar da importância de utilizar eventuais registos arqueológicos que complementassem as leituras dos discursos. Três razões negam esta possibilidade – a nossa falta de formação nessa área que nos impede de ter uma leitura substancial e rigorosa desses conteúdos; ainda o facto de ser claramente insuficiente a informação que nos chega por essa via e sobre este tema em específico¹⁷⁵; por último, porque é nossa opção assumir uma análise que privilegie o registo de produção discursiva e o consequente processo da sua adjudicação a matéria geradora de marcas de identidade, apesar do seu eminente e inerente conteúdo geográfico-territorial. Como diz com autoridade Pérez Vilatela “que non sea una paradoja o un atrevimiento reivindicar a Tito Livio, Polibio o Posidonio, para estudiar la Historia antigua: las excavaciones raramente nos dan el nombre de la etnia que habitó um yacimiento” (2000a, 20).

¹⁷⁵ Esta limitação tem sido salientada por diversos autores, v. Guerra (2010, 82).

3.1 - Textos e Contextos I

3.1.1 - Para uma genealogia do *topos* - o Período Pré-Romano

Como temos vindo a demonstrar, não é nosso propósito reduzir a construção da identidade a uma forma de gestão do corpo social exclusivamente através de um qualquer aparelho estruturado, institucional e a um conjunto definido e pré-concebido de referências ideológicas. A identidade é, também, credora de um processo civilizacional e cultural que é pontuado por vários indícios cuja origem ou natureza podem nem sequer ser totalmente consensuais. Ora, para uma competente percepção da complexidade do substrato que fundamentará a relação identitária Lusitânia/Portugal, considerámos necessário tomar a opção de fazer recuar a reflexão sobre o eixo temático desta tese a um período onde ainda não subjazem quaisquer menções sobre a matéria em causa. Por essa razão, nas linhas seguintes começamos por ponderar e reflectir sobre alguns aspectos que julgamos caucionar esta proposta de abordagem. No caso da Lusitânia/lusitanos, vão surgindo alguns sinais discursivos preliminares, no transcurso de uma diacronia que se apresenta longa e com múltiplas composições, que, no nosso entender, permitirão interpretar as alusões, configurações e, eventualmente, o próprio protagonismo do tema. Esta condição possibilitará a construção, definição e fixação das suas características identitárias, que se perpetuam ou mesmo serão reconfiguradas no corpo social que com ele se identificará, passando a estar inscritos na sua ordem formal e existencial.

Como tem vindo a ser salientado, tratando-se de um tema (Lusitânia) cuja essência releva da sua condição espacial e étnica, sobressai que a sua configuração e caracterização estão inseridas e dependem de um conjunto territorial mais vasto, com marcas (históricas, culturais e geográficas) distintivas face ao conjunto do espaço europeu – a Península Ibérica. Não obstante a sua tardia e exógena criação, o seu perfil identitário começa a traçar-se muito tempo antes, no decurso dos contactos com o mundo mediterrânico (fenícios e gregos)¹⁷⁶. As regiões do Sul e Oriente da Península Ibérica conhecem

¹⁷⁶ Na primeira metade do século VIII a.C. os fenícios de Tiro começam a instalar-se nas costas meridionais da Península e só cerca de dois séculos depois os gregos, samitas e focenses estabelecem os primeiros

profundos e intensos contactos com esta zona desde a Idade do Bronze em contraste com as restantes regiões. Sabemos, também, da existência de precoces relações comerciais romanas com a região oriental da Península, ainda que seja de mitigar o exagero das notícias fornecidas por alguns autores clássicos que relatam as suas riquezas mineiras¹⁷⁷. É este o cenário inicial que nos ocupa e através do qual intentaremos demonstrar que as condições de origem, criação e evolução do processo de invenção de uma geografia da Península condicionará a configuração e leitura posterior do seu espaço, das suas demarcações, das suas regiões e dos seus habitantes¹⁷⁸. De onde surgem as primeiras informações sobre este território? Qual a sua natureza e o seu carácter? De que forma influenciam os discursos e as interpretações posteriores?

Uma das mais antigas referências documentais relativas à Península Ibérica está registada no notável texto de Heródoto de Halicarnasso (c. 484-425 a.C.), em lacunares

contactos com as comunidades indígenas dessa área. Tal ter-se-á traduzido numa influência mediterrânica nestas populações, contribuindo com o cunho específico da sua civilização, sendo que o posterior processo de romanização e o consequente enquadramento da Península nessa ampla realidade supra-regional que foi o Império não representa mais do que o culminar de um longo processo de assimilação cultural e civilizacional. Fabião (1992), 80-81.

¹⁷⁷ Carvalho (2010), 9. Veja-se Fabião, 1992, 77-201 - embora datada continua a ser, para este território, uma excelente síntese de todo o período que vai do Bronze Final (séc. VIII a.C.) passando pelas I e II Idades do Ferro até ao início da romanização (século III a.C.) - referindo-se quer às movimentações populacionais centro-europeias para ocidente com repercussões na zona este da Península e depois, lentamente, pela Meseta até ao litoral atlântico, quer as influências orientalizantes das zonas meridionais, ligados aos contactos com a bacia do Mediterrâneo, com marcas na zona do meio-dia e levante peninsulares, aliás, onde floresce um importante reino indígena – dos Tartessos – que manteve contactos com navegadores fenícios e gregos, *idem*, 82.

¹⁷⁸ Os estudos sobre o território da Península durante o período que percorre o arco temporal do pré-romano à Antiguidade tardia experimentou um considerável avanço nas últimas duas décadas, sendo acompanhado pela multiplicação de escavações arqueológicas quer em Portugal, quer em Espanha. Tal situação tem permitido avançar aspectos como a definição dos espaços territoriais, a organização socio-económica, a sua estrutura de poder, para além da especulação teórica ou da mera descrição cultural. Por sua vez, a arqueologia avança mais lentamente como já havia notado Fabião (1992, 80, *passim*) e, mais recentemente, Andreotti (2004a, 35-37), fruto da própria natureza fragmentária e dispersa dos dados e das dificuldades objectivas do seu estudo e enquadramento. Embora vasta nesta área faltam visões de conjunto e de síntese. A bibliografia é muito extensa mas não podemos deixar de destacar, Cruz Andreotti (2002, 2004a) sobre os diversos espaços ibéricos e a tradição das fontes latinas; Cruz Andreotti, Le Roux, Moret (2006) (eds.), 2 vol.s, actas de um congresso subordinado ao tema da construção e invenção de uma geografia da Península; Le Roux (2010) panorâmica geral do período romano; e Lowe (2009) na mesma escala de abordagem; Santos Yanguas, Torregaray Pagola (2003), sobre o período republicano do domínio romano e Políbio; Garcia Y Bellido (1960) numa visão clássica sobre a evolução da Ibéria e a sua colonização a partir do exterior; Marcotte (2000, 2006) versando a produção e discurso geográfico gregos sobre a Península; Prontera (2006) sobre cartografia helenística; Salinas de Frias (1999) sobre Políbio e Estrabão; Cabrera Bonet, Olmos, Sanmartí (coord.) (2000), sobre a presença grega em Espanha; Gómez Espelosín, Pérez Largacha, Vallejo Girvés (1995), da imagem da Ibéria na Antiguidade Clássica; Garcia Alonso (2006), cobrindo o período das guerras Púnicas; na mesma linha, extensiva à implantação romana Brandão, Oliveira (2015) (coord.); Guzmán Guerra, Gómez Espelosín, Guzmán Gárate (2007), sobre os mitos e a construção da Ibéria.

alusões¹⁷⁹, quer de índole política ou etnográfica, relativas aos Cinetes¹⁸⁰ ou ao celebrado reino dos Tartessos¹⁸¹, quer no que toca à sua configuração geográfica, concretamente às famosas colunas de Hércules (estreito de Gibraltar)¹⁸². Sendo esta a primeira alusão

¹⁷⁹ Herod. *Histórias*, I, 163, sobre a chegada dos focenses, vindos da Ásia Menor, a terras peninsulares diz-nos este autor. “Estos focos fueron los primeros griegos que hicieron largas travesías por mar, y fueron ellos los que descubrieron el Adriático, Tirrenia, Iberia y Tartessos. Y navegaban, no en naves de carga, sino en naves de guerra de cincuenta remos. Una vez llegados a Tartessos se ganaron la amistad del rey de los tartesios, cuyo nombre era Argantonio, que ejerció el poder durante ochenta años, y vivió en total ciento veinte.”; ainda outras referências à Ibéria em II, 33; IV, 49-152.

¹⁸⁰ Esta designação poderá corresponder, à semelhança dos lusitanos, a um etnónimo identificador de um povo que deixou vários vestígios de inscrições em escrita do sudoeste – na relação com o registo de “Conii” que se associa ao designativo dos textos – Cinetes ou Cunetes. Os autores clássicos denominam, nesta fórmula, algumas populações do sul do actual território português, até ao Guadiana, para lá do qual começavam os Tartessos, apontada como uma comunidade de forte cariz mediterrâneo, na linha da cultura orientalizante (Fabião, 1992, 139, 154, 167, 176). A sua importância releva, para nós, da sua localização, do perfil cultural e relacional que parece patentear no mosaico dos povos meridionais da Península mas também do facto de, a par com os lusitanos, se apresentar como um dos vestígios presentes no momento em que surge uma nova geografia étnica (século III a.C.) correspondente às movimentações das comunidades provocada pela entrada de povos de origem continental (designando-se o início da II Idade do Ferro), a mesma organização que os romanos vieram encontrar quando da sua chegada. O mesmo contexto é invocado noutra fonte – a *Ora Maritima*, de Avieno.

¹⁸¹ Esta é a primeira entidade política peninsular mencionada em fontes escritas, com um território que começava na bacia do Guadiana e provavelmente abarcava a zona do Guadalquivir mas com ligações terrestres ao golfo do Tejo. Sobre a sua identidade discursiva, histórica e arqueológica há uma vastíssima bibliografia, pelo que destaquemos, apenas mais recentemente, os trabalhos de M.A. Martí-Aguilar (2005, 2007, 2009, 2010), e de Pedro Albuquerque (2008, 2009, 2013) e particularmente (2014), *Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Estudo comparativo*. 2 vol.s, tese de doutoramento, Faculdade de Letras de Lisboa. Estes trabalhos ajudaram a desconstruir e a interpretar o papel desta entidade, levando-nos a ponderar quer a sua dimensão discursiva construída na Antiguidade, quer o percurso e análise da forma Ταρτησ(σ)ός que parece indicar tratar-se de uma adaptação helénica (Villar, 1995, p. 245) que designa um hidrónimo, um topónimo ou um corónimo (38). Sobre a alusão desta entidade nos textos afirma Pedro de Albuquerque: “(...) em relação à produção literária grega. Os textos que tivemos oportunidade de ver até este momento são, igualmente, vagos no que diz respeito ao significado do conceito de Tartessos e, em muitos casos, são transmitidos através de menções indirectas. No entanto, é possível afirmar que as tradições que começam a integrar esta entidade no seu discurso surgem em finais do séc. VII a.C., sob a forma de poemas como o de Estesícoro (Gerioneida), em particular num texto transmitido por Estrabão (III, 2.1): o poeta localizou o nascimento de Gérion nas nascentes do rio Tartessos (fr. 184 PMG) associando-o a Ἐρῶθεια e à Península Ibérica. O facto de Hecateu (*Arr.*, An. 16, 5 - 6) apresentar uma alternativa à localização assinalada por Estesícoro é um reflexo da importância deste relato e das dúvidas que este suscitou noutros contextos. (...) As referências a Tartessos ganham novas formas e conteúdos a partir do domínio romano na Península Ibérica. Este originou vários interesses e novos tipos de discurso que respondem a este período histórico, incidindo sobre os povos conquistados. Parte da produção escrita inscrita neste processo é responsável pela transmissão de textos (i.e., os chamados fragmentos) de autores anteriores (entre outros exemplos, Estesícoro, Anacreonte e Éforo em Estrabão), bem como de uma imagem histórica da qual não se sabe com exactidão a origem.” (131, 134). Enfim “a imagem que as fontes escritas transmitem sobre Tartessos não é uniforme: pode ser um rio (Estesícoro), uma região (Anacreonte? Hecateu, Heródoto) ou um emporion (Anacreonte? Heródoto). Nota-se, no entanto, que a partir de finais do séc. V a.C., estes textos começam a assinalar um etnónimo (Heródoto, Herodoro, Teopompo e Éforo).” (Albuquerque, 2013, 637). No entanto, para o nosso trabalho compete realçar que embora este povo tenha tido uma existência real interessar-nos-á realçar a dimensão mítica que o envolve.

¹⁸² A referência, nestes termos, à passagem do Mediterrâneo ao Atlântico, respeitando o novo sentido de expansão das grandes civilizações da Antiguidade, é fundada no mito de Hércules, um dos mais célebres heróis gregos, de quem Hércules herda quase todas as lendas (Schmidt, 1995, 136-140), nomeadamente a dos Doze Trabalhos. Na verdade, esta construção ideológica que confere aos acidentes topográficos uma identidade compatível com o mito, sob a forma de epónimo, foi reproduzida, em transdiscurso, ao longo de toda a literatura que atendeu a esta zona da Europa. A sua invocação e interpretação, à semelhança do que

explícita a este território na literatura grega, tem a virtualidade de concentrar um conjunto de menções que são referenciais privilegiados de toda a história peninsular desde a Antiguidade até ao período Humanista. Diríamos que permite a criação de um guião de análise que percorre todos os campos que nos interessa explorar, no acompanhamento desta linha que permitirá situar e compreender as posteriores alusões à Lusitânia.

O registo das informações sobre a Península denota características próprias, consentâneas com a dotação de uma natureza mítica e com a localização excêntrica do território. Desde logo sobressai a magia do nome “Tartessos” que percorre a literatura antiga e moderna¹⁸³, carregando a marca de menção fundadora, e através do que já nos é permitido concluir, por tudo quanto hoje sabemos, da forma como se foram estabelecendo os contactos e os processos do seu registo. Apesar das fórmulas mais completas e contextualizadas se conjugarem na voz de Heródoto¹⁸⁴, a projecção de uma outra imagem do Ocidente surge previamente em fragmentos que pertencem a Hecateu de Mileto, do último quartel do séc. VI a.C., onde se percebem fenómenos de rearticulação territorial de espaços étnicos fragmentados¹⁸⁵ pois parece reproduzir a ideia de que Tartessos (como corónimo) é uma região, na qual se integram cidades. Paulatinamente ergue-se uma imagem da Ibéria a partir de tradições surgidas de um sincretismo de efabulações e de

acontecerá com a Lusitânia, de quem foi pretenso fundador, acompanha as vicissitudes da produção dos discursos, quer no período medieval (V. o artigo de Aires do Nascimento (1995) sobre a evolução deste mito, 671-684.) quer durante o humanismo. No entanto, esta formulação não é linear pois ainda no império romano, durante a segunda metade do século I (d.C.), já o mito era reinterpretado por Plínio-o-Velho – *Ce bras de l'Océan dont nous parlons a 15.000 pas de long et 5.000 de large, du bourg Mellaria, en Espagne, au promontoire Blanc, en Afrique, suivant Turranius Gracillis, qui naquit dans le voisinage. Tite-Live et Cornélius Népos en ont évalué la moindre largeur à 5.000 pas, la plus grande à 10.000. C'est par une ouverture aussi resserrée que se développe l'immense étendue de ces eaux. Et la profondeur ne vient pas diminuer la merveille : en effet, des lignes nombreuses de hauts fonds blanchissants épouvantent les navires : aussi plusieurs ont-ils nommé ce lieu le Seuil de la mer intérieure. A l'endroit le plus rétréci s'élèvent des deux côtés des montagnes qui resserrent le détroit, Abila en Afrique, Calpé en Europe, limites des travaux d'Hercule. Les habitants les nomment Colonnes de ce dieu, et pensent que percées elles laissèrent pénétrer des mers contenues jusqu'alors, et qu'ainsi fut changée la face de la nature.* (NH, Lib. III, 3-4). Visão manipulada pela dimensão de origem na denominação atribuída pelo autor aos próprios habitantes, branqueando o processo de aculturação e a leitura helenocêntrica que caracteriza estas formulações, apesar de, não negando a figura mítica, cercear as funções destes acidentes orográficos numa tentativa de leitura científica e mensurável do território.

¹⁸³ Sobre a relação entre esta entidade e a sua construção mítica tem percorrido um longo percurso ente a obra de Adolf Schulten e os contributos mais recentes (v. supra, n. 178, particularmente em Martí-Aguilar, M.A. (2005a). Neste contexto e na actualidade o debate continua intenso e aceso, nomeadamente na reflexão e ligação histórica entre Tartessos e a construção mitológica de uma Atlântida, citada por Platão, tal como demonstram os artigos recentes de González (2017), Díaz-Montexano (2018), Garrido (2019), Guarde-Paz (2019).

¹⁸⁴ Heródoto representa uma tendência para a observação/representação do presente que, para além da descrição geográfica, os costumes e elementos do passado das comunidades que observou (ou sobre as quais recolheu informações). A acção de ver com os próprios olhos, ou *autopsia* (αὐτοψία), é um elemento constante na elaboração das sua *Histórias* e um ponto de partida para o tratamento e valorização das informações e da figura do viajante (Albuquerque, 2014, 132).

¹⁸⁵ Cruz Andreotti (2004a, 37).

testemunhos directos (*in situ*) procedentes de várias origens, entre os quais se destacam o famoso périplo massaliota do mesmo século que estará na base do texto posterior de Avieno e também as navegações de Colaios, originário da ilha de Samos¹⁸⁶, utilizado na narrativa herodotiana, que lhe atribui o estatuto de primeiro a chegar a estes remotos confins.

Parece claro que, em dado momento, terá havido um grupo de indivíduos que possuíam um nível de conhecimentos muito maior por terem participado em viagens e terem percorrido rotas (marítimas e quiçá terrestres) até ao reino tartesso, mas a sua reduzida ou incompetente capacidade de aceder a meios literários e/ou o seu desinteresse por divulgar questões de índole prática ou estratégica, fez com que muita dessa informação tivesse, certamente, permanecido em círculos de interesse restritos, talvez ligados ao mundo do comércio. Tal situação terá comprometido consideravelmente o possível impacto social da sua autoridade no tema, na hora da sua transmissão¹⁸⁷.

Por outro lado, a distância de tartesso às comunidades gregas mais próximas com expressão nos meios literários – Sicília e sul de Itália¹⁸⁸ - e a relativa brevidade nos contactos, que parecem ter-se desvanecido ou interrompido a partir de meados do século V a.C., favoreceram o processo de mitificação desta entidade¹⁸⁹. Segundo Albuquerque (2014, 124) as características deste relato de Heródoto não permitem valorizá-lo em excesso como informação histórica e independentemente de ter, ou não, sido feita uma viagem que chegou a Tartessos, inscrevem-se nesta tradição oral alguns traços que marcam a elaboração de outras sequências narrativas (ex. *Odisseia* de Homero) sendo possível (tal como para o texto de Estesícoro, *Gerioneida*), analisar este registo como o

¹⁸⁶ A transdiscursividade destes testemunhos remete ainda para a poesia de Anacreonte citado por Estrabão (Str. III, 2.14), poeta que viveu em Samos (536-522 a.C.) e terá precisamente vertido para texto a imagem resultante das navegações de Colaios a Tartessos. Para o assunto v. Albuquerque (*ibidem*, 130-131).

¹⁸⁷ Daí a importância que Heródoto dá à experiência da observação presente, tal como se lê sobre o relato dos Sâmios. (*Herod.*, IV, 152). A mesma postura terá, mais tarde, Políbio.

¹⁸⁸ Guzmán Guerra, *et alia* (2007, 87-89).

¹⁸⁹ Segundo Heródoto, os gregos nunca estabeleceram uma colónia permanente nesta zona da Europa. Fabião (1992, 114-119) caracteriza este reino como uma referência mítica, porque o pouco sabemos se deve a autores gregos que pouco conheciam; mitificada por ser a mais antiga entidade histórica e desde longa data se fizeram “desesperados” esforços para a estudar e identificar – foi o caso de Adolf Schulten. Na verdade, os contactos privilegiados parecem ter ocorrido com os fenícios que estabeleceram Gadir (actual Cádiz) e em Toscanos (junto à actual Málaga) importantes entrepostos comerciais e coloniais mas cuja decadência, nos inícios do século VI a.C., poderá ter arrastado tartessos que dependia do comércio com aquele povo. (Fabião, *ibidem*, 124-129). Talvez por isso, segundo Heródoto, o rei tartesso Argantónio terá convidado os gregos a estabelecerem-se na região.

produto de um imaginário colectivo que pretende enaltecer um antepassado que, outrora, franqueou as barreiras das fronteiras do mundo habitado¹⁹⁰.

Outro campo revelado pela narrativa de Heródoto, remete para o interesse que este território terá despertado nos escritores da Antiguidade. E se a miríade das suas alusões é pautada pelos contextos, conjuntural e diacronicamente localizados, de observação por não autóctones sobressai a sua condição de limite ocidental da οἰκουμένη (*oikouménē*)¹⁹¹ na visão helenocêntrica. Esta condição, diríamos, condicionou toda a leitura e representação deste espaço ao longo de muitos séculos, em todas as áreas da actividade humana, sendo que, ainda hoje, facilmente encontramos exemplos de uma historiografia, de uma literatura, de uma concepção de prática científica ou mesmo de um posicionamento estratégico e diplomático que assenta o seu enfoque na situação periférica da Península¹⁹².

Desse ponto de vista, a literatura greco-latina foi construindo uma imagem estereotipada do extremo ocidente, onde se identificam recorrentemente alguns tópicos

¹⁹⁰ Nesta questão o relato do autor de Halicarnasso revela-se particularmente significativo pois, correspondendo a um período cronológico recuado, em que os contactos e o conhecimento da Península eram ainda relativamente incipientes, faz sobressair uma imagem do território parcial e fragmentada facto que, em nossa opinião, ajuda a valorizar os aspectos que individualiza e referencia. Poder-se-á conjecturar, pelo cotejo com os autores que utiliza como fonte, que a frequência e o tratamento dados a estes aspectos correspondem a pormenores que sobressaiem num cenário de incapacidade para obter informações consistentes e rigorosas. Aliás, o próprio autor refere expressamente que se desconhecem os limites ocidentais (*Herod.* III, 115) e orientais (IV, 45) do mundo conhecido, sendo que o seu relato baseia-se em testemunhos orais, uns explícitos (I, 163; IV, 152), outros implícitos (II, 33; IV, 49).

¹⁹¹ O sentido original de *oikouménē* reporta ao “mundo desabitado”. No entanto alterações semânticas do termo, paralelas ao enraizamento dos impérios da Antiguidade, reconhecido nas obras dos autores gregos, nomeadamente de Heródoto, Estrabão ou Ptolomeu, foram determinantes para a sua fixação posterior. Terão sido as conquistas de Alexandre, o *Grande*, a despertar um novo sentido para o termo, denotando não só o respectivo alargamento do horizonte geográfico (incluindo o Médio Oriente e parte da Ásia), como também novas facetas sociais, políticas e étnicas. Cf. Galinsky, 2005, 341-343. O termo terá sido reconvertido, passando, pois, a incluir o oposto - o mundo dominado e civilizado. Nesse sentido a *Iberia* dos gregos (ou *Hispania* dos romanos) permite o feliz encontro destas duas realidades: um mundo pleno de potencialidades para domínio e povoamento, assim como uma localização privilegiada para o controlo das comunicações e transacções marítimas, tão importante para o exercício de poder com propensão talassocrática.

¹⁹² Muitos seriam os exemplos que poderíamos citar em todos estes campos – atendo-nos ao primeiro caso, e bem perto de nós na diacronia do tempo, uma historiografia centrada na visão factual das conquistas e das invasões peninsulares, privilegiando o político, de que a produção nacionalista é disso exemplo (v.g. o lusitanismo dos séculos XIX-XX de, entre outros, Teófilo Braga); para o último caso a necessidade da existência de configurações institucionais públicas, com participação dos Estados e dos Governos, que encontramos na Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa (CRPM) que foi fundada em Saint Malo (Bretanha), em Junho de 1973 e que ainda hoje realiza reuniões ao mais alto nível na Europa, onde concentra a participação de cerca de 150 regiões de 28 países e representa cerca de 200 milhões de habitantes. Em comum neste grupo uma perspectiva concreta de geografia política direccionada para o centro do subcontinente europeu, núcleo de poder e desenvolvimento, por oposição à sua situação geográfica que, aliás, por óbvias razões da geografia física, impõe a importância da condição marítima; ou seja periférico=costeiro. Aliás, também já anteriormente nos referimos à relação prolífica, em particular no caso português, entre centro-periferia do ponto de vista da formulação identitária.

como “fim do mundo”, “terra ignota”, “lugar de prodígios” e “sítio de barbárie”. Estas imagens, primeiramente forjadas em âmbito helenístico, persistiram como lugares-comuns da literatura até à Antiguidade tardia. Não podemos esquecer que os primeiros contactos ter-se-ão feito através do recorte litoral do território, considerada a sua integração no mundo mediterrânico mas definitivamente associado ao mar imenso, o Oceano (Atlântico)¹⁹³, o que permitiu a harmonização com os horizontes talassocráticos dos poderes em presença (fenícios, cartagineses, gregos e romanos). Também não será por acaso que aos registos que temos vindo a enunciar associados à narrativa herodotiana (Hecateu, Eratóstenes, Colaio de Samos) se juntem a fórmula de roteiro costeiro, sob a forma de périplos – o que esteve na base de Rufo Festo Avieno mas também a já citada obra de Píteas, originário da mesma cidade, a actual Marselha, onde parece que se acumula um aparente e crescente conhecimento das costas atlânticas¹⁹⁴. Mas esta posição liminar e periférica¹⁹⁵ da Península implicava muitas conotações¹⁹⁶ nomeadamente uma

¹⁹³ Também o Oceano Atlântico assumirá uma das referências na configuração da Lusitânia em fontes clássicas, não obstante a tradição discursiva e, principalmente, a leitura e interpretação descontextualizada que a historiografia posterior lhe confere, misturando épocas e autores, num perfil ultra-periférico e vincadamente *interior*. Para uma leitura inovadora, que desconstrói as teses em debate v. Fabião, (2009-53-74).

¹⁹⁴ A expansão focense parece ter sido feita a partir dos séc.s VII-VI a. C., com objectivos fundamentalmente comerciais e originou a fundação de Massália que viria a ser o seu principal centro no Mediterrâneo ocidental. Provavelmente pouco tempo depois terá sido fundada outra colónia massaliota, *Emporion*, na Península Ibérica (Fabião, 1992, 158-159), local onde, em 218 a.C. se deu o desembarque romano. Por essa razão o domínio do Golfo de Leão teve um peso fundamental mesmo nas relações comerciais com etruscos e cartagineses, com especial importância dos metais preciosos e do estanho. De tal forma que na visão do geógrafo Eratóstenes, (citado por Estrabão, *Str.*, II 1.40, 41) é citada a *Ligystiké* - “terra de Ligures” ou “Ligústica” (e não Ibéria), significativamente recorrendo a um etnónimo que tradicionalmente designava o litoral, fazendo referência à sua integração naquele Golfo e à sua independência cartográfica a partir da fissura pirenaica, quando por outro lado era consciente da sua extensão (e de sua peninsularidade) seguindo possivelmente Píteas (Cruz Andreotti, 2004, 38)

¹⁹⁵ Como vimos no capítulo anterior em que tratámos da identidade, do espaço e da memória, actualmente concebemos a periferia, no sentido espacial, como extensão de um centro, e com frequência, acumula valorativamente e sociologicamente o sentido de negatividade, privação, dependência, limitação. Tal contrasta com a percepção e multiplicidade de leituras que os discursos que versam sobre a *Iberia* revelam. Na verdade, à luz do conhecimento histórico sobre o estatuto da Península até poderíamos questionar se a *esta* periferia interessaria a relação com um qualquer centro. Mas o que nos ficou, numa fase histórica (memorial) foi a periferia fazer seu um discurso que o centro sobre ele produziu.

¹⁹⁶ Segundo Cruz Andreotti (1991a, 53, *apud* Albuquerque (2009, 100-103)), do ponto de vista literário o Ocidente parece ser representado como um espaço que pode ser monstruoso, escatológico e “utópico”, com o denominador comum associado à noção de *fronteira* para lá do qual surge o desconhecido ou mesmo o lugar da imortalidade. Monstruoso, bem representado no mito de Herácles e no seu 10º trabalho onde se registam os confrontos com os monstros e autóctones; escatológico, exemplificado pelo espaço de recompensa que os deuses dão aos heróis deslocando-os para um local imaginário onde vivem sem as preocupações do quotidiano, ou pelas particularidades geográficas e mitificação do espaço, paralela a uma geografia sagrada – função simbólica do “extremo” na atribuição significativa ao Promontório Sacro (Sagres – integrado na Lusitânia e considerado o ponto mais ocidental da terra habitada) ou através das descrições de fenómenos solares extraordinários – o sol aumenta consideravelmente para Estrabão (*Str.*, III, 1.5) (cem vezes para Artemidoro), soltando um silvo quando se põe (Guerra, 2015, 25); utópico, pela vertente *mirabilia* como se tratasse de um mito do Eldorado (Guerra, *ibidem*, 26-28) onde pontuam fenómenos extraordinários como as éguas fecundadas pelos ventos favónios (tópico cuja primeira

imagem mais arcaica de um orbe circular rodeado por um imenso rio no que terá sido o primeiro modelo visual do mundo difundido pela poesia épica¹⁹⁷. Neste campo destaca-se a possibilidade de associação entre uma geografia dos Poemas Homéricos (*Odisseia*) e a Península Ibérica, ajudando a radicar esta leitura mitológica nas raízes da produção discursiva grega, se bem que as interpretações mais recentes parecem assinalar que não existem indícios de vinculação geográfica entre a topografia infernal (Hades), nem sequer que o(s) autor(es) tivessem conhecimento remoto da existência deste território¹⁹⁸.

Ora, é inegável que o ponto que une as duas realidades referidas (Poemas Homéricos e Península Ibérica) se encontra, significativamente, na imagem e na importância do Oceano¹⁹⁹, tenebroso, remoto, desconhecido, nebuloso, misterioso, profundo, confluyente, imenso, limite, inacessível, mítico. Momento para assinalarmos um outro campo revelado na citada passagem de Heródoto - entre o Oceano e o seu valor simbólico assistimos, nos textos, a formulações que correspondem à criação de uma geografia mítica²⁰⁰, paralela e em natural simbiose com a enunciação de dados que associamos à geografia física e humana. E a Península Ibérica, na condição que temos vindo a descrever, é um terreno fértil para esta simbiose. Antes de mais, porque aí os próprios mitos reivindicam origens diferenciadas na sua elaboração e transmissão,

referência é Varrão mas continuado, entre outros, em Virgílio, Columela, Plínio-o-Velho, Pomponio Mela, Justino; ver sobre este assunto o estudo de Canto (2009, 165-218)), ou a imagem opulenta de um Tejo aurífero (v.g. Catulo, *Metamorfoses* de Ovídio (2.251)).

¹⁹⁷ Também Heródoto (*Herod.*, IV, 45), questionando a origem do nome *Europa*, revela a incerteza se esta não será totalmente rodeada de água. No entanto, questiona a vetusta ideia de um orbe totalmente cercado pelo Oceano, por falta de provas apresentadas pelos gregos que habitavam no Ponto (*ibidem*, 8).

¹⁹⁸ Guzmán Guerra, *et alia* (2007, 15-24). Albuquerque (2014, 94-98) explora a questão salientando que as paisagens descritas nos poemas desempenham um papel fundamental na narrativa produzindo-se uma imagem que oscila entre espaços ricos e habitados por semideuses e monstros. Estas passagens reflectem uma mensagem transmitida ao longo de todo o poema sobre o comportamento humano em terras limites (Hartog, 1996; Albuquerque, 2010) mas aquilo que os dados permitem concluir é que o uso da poesia homérica na análise da Proto-história peninsular deve ser encarado com muita cautela, sobretudo quando se trata de referências ao Ocidente e aos confins do mundo habitado. Aliás, não podemos omitir que esta estratégica relação fora já definida e defendida, por vezes intensamente, nos textos da Antiguidade. Veja-se o caso de Estrabão que tenta provar que o poeta conhecera o Atlântico e alargara até os mares do Ocidente o teatro de parte dos seus heróis (*Str.*, IV, 4).

¹⁹⁹ V.g. as passagens *Odisseia*, IV, 563-568; X, 507-515; XI, 11-19; XXIV, 9-14.

²⁰⁰ O mito serve para dotar de sentido a realidade visível e palpável. A sua função é ordenadora, estruturante e nobilitante conduzindo, segundo Roland Barthes à subversão da história em natureza, da contingência em eternidade (Barthes, 1984, 120, 198, 209). Nos discursos que percorrem todo este arco temporal a narrativa historiográfica não radica naturalmente na imposição da objectividade que os séculos XIX-XX sugerem. O sentido do presente vai sendo definido através do apelo ao passado e é nessa medida que importa olhar aqui a história como construção, eventualmente afastada do ideal de objectividade, mas capaz de servir e legitimar determinados discursos sobre o real. No período aqui considerado, em que o mito e a história ainda se confundem, harmonizam-se e adequam-se as palavras e o pensamento antropológico de Claude Lévi-Strauss, guardadas as distâncias e os referentes temporais do discurso: "Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a História substitui a Mitologia e desempenha a mesma função (...) assegurar com alto grau de certeza - a certeza completa é obviamente impossível -, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado", Lévi-Strauss (1985, 63).

apontando-se a inequívoca filiação mediterrânica na alegoria da fundação de Habis, neto ilegítimo do rei tartéssico Gárgoris²⁰¹ por contraposição com o mito do vento Zéfiro (ou Favónio), que fecundava as éguas de certa região da Lusitânia, com uma provável origem na mitologia indo-europeia. Embora ambos veiculados pelos autores greco-latinos revelam, na perspectiva de Carlos Fabião (1992, 79-80), precisamente a dualidade civilizacional e cultural do extremo ocidente peninsular na primeira metade do primeiro milénio a. C., com uma região meridional mediterraneizada e outra setentrional mais permeável às influências centro-europeias. Esta polaridade nas leituras do espaço irá manter-se e, de certa maneira, caucionar a visão maniqueísta que estabelece uma fronteira entre tudo aquilo que tem origem ou íntima ligação ao mundo do observador e as realidades descritas que raramente se inscrevem na matriz civilizacional daquele²⁰². Por outro lado, do mesmo modo que tartessos recolhe este mito fundacional, também reproduz fenómenos humanos de extraordinária índole, como a longevidade de Argantónio, rei tartesso, referido por Heródoto e que e como vimos, terá reinado oitenta anos e vivido cento e vinte. Tal permite também verificar de que modo a representação desta entidade adquire contornos fantasiosos, em particular no contexto focense na segunda metade do séc. V a.C..

A estes exemplos poderíamos acrescentar outros, pois a narrativa mitológica acolhe outras figuras e fabulações. É o caso de Gérion²⁰³, último personagem a entrar em cena na ficção primacial tartéssica descrita, neste caso mencionado por Justino como directo sucessor de Habis e Gárgoris. Este personagem surge, ainda, associado ao mais

²⁰¹ Significativo o facto de esta narrativa estar associada à fundação do reino dos Tartessos e à sua posterior reconstrução mítica. O historiador Justino (séc. II d.C.) terá transcrito a história a partir de um texto anterior do gaulês Trogo Pompeu. Tem-se interpretado a possibilidade desta história comportar algumas incidências efectivas e históricas na repartição social tartéssica nomeadamente a divisão da sociedade em dois grupos por Habis, a aristocracia e a plebe com funções diferenciadas. Tal configuração parece corresponder à divisão inicial entre dois povos – Túrdulos e Turdetanos, entretanto miscigenados - referidos pelos autores clássicos na região ocidental da Andaluzia em finais do séc. I a. C., os quais se podem entender como descendentes dos tartéssicos, *cf.* os aspectos do mito em Fabião (*ibidem*, 114-115, 168).

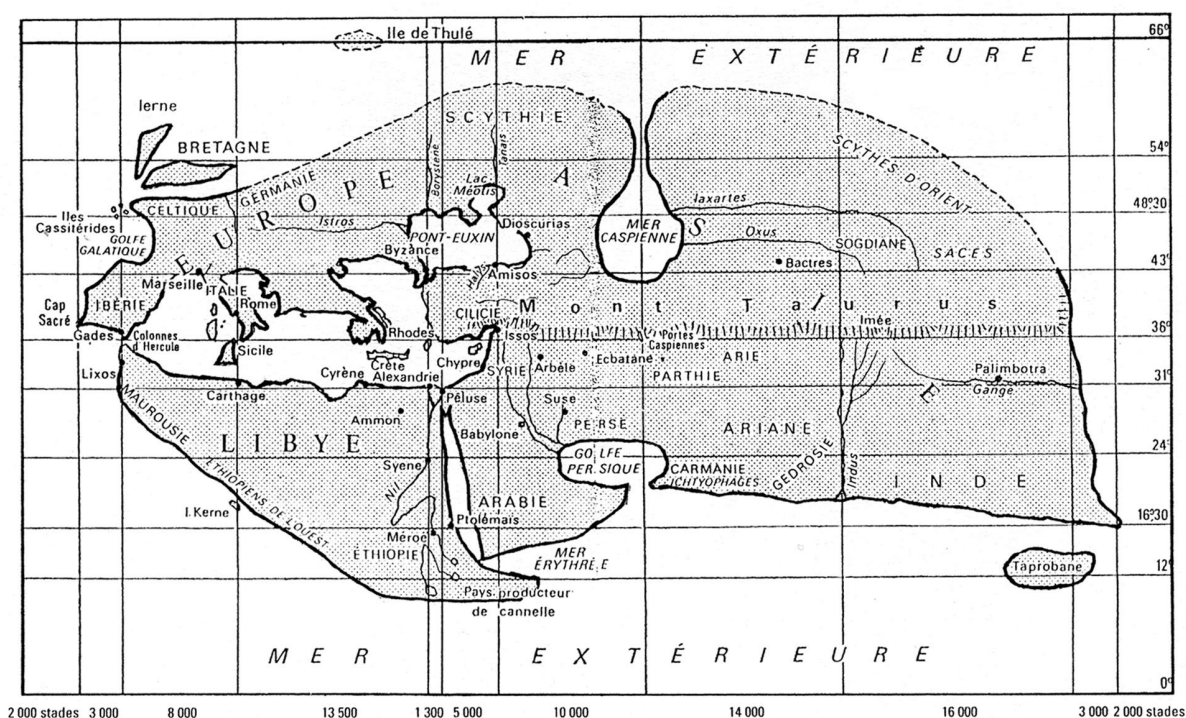
²⁰² Como salienta Cruz Andreotti (2004a, 48-49), numa possível associação entre cinetes e os “curetes”, sobre os quais havia reinado Gárgoris e Habis em Tartessos, segundo Justino (*epit.* 44.4): mesmo aceitando a perspectiva evemerizante deste autor, o mito justifica a dimensão excepcional e o grau de civilização deste povo e da zona de influência posterior onde se situa a Turdetânia, por oposição ao nível de barbárie de outras zonas ibéricas. Justino escreve, como se sabe, num dos momentos de expansão e apogeu do império romano e a utilização do mito releva do recurso à divindade para a defesa e legitimação dos modelos sociais e políticos vigentes. Do mesmo modo que, servindo-se da formulação efabulada anterior e adscrita ao território peninsular, paradoxalmente se serve desse recurso para elevar a civilização exógena e as filiações históricas nesse espaço, perante a manifesta barbárie do *outro*. Adiante também analisaremos o texto de Justino.

²⁰³ O monstro tricéfalo, vítima de Hércules, no seu 10º trabalho, é associado pelo poeta siciliano Estesícoro, na sua obra *Gerioneida*, nos princípios do século VI a.C., ao extremo peninsular. Sobre o mito e sua importância na definição da memória ibérica Guzmán Guerra (2007, 28, 89, *passim*).

abrangente, estruturante e multifacetado mito já referido – o de Héracles (Hércules). O mesmo que deu nome a um dos pontos mais emblemáticos da topografia peninsular e da percepção geográfica grega e romana: as colunas de Hércules (conotado com o estreito de Gibraltar)²⁰⁴. Esta menção remete para o limite físico e simbólico do mundo habitado e é reputada como referência paradigmática para a localização do espaço e profusamente recriada e utilizada até ao período moderno e ao Humanismo na formulação narrativa²⁰⁵. A sua anterioridade e notoriedade, compatíveis com esta união entre o mito e o real, converteu-a em referência, juntamente com a latitude de Massália, sustentando os fundamentos da primeira imagem cartográfica da Ibéria, tida como a “corcunda da Europa” (*kyrtoma*), por Eratóstenes, baseado no périplo de Píteas e divulgado no texto de Estrabão.

²⁰⁴ Frequentemente associada a esta referência geográfica-mítica surge a menção à famosa cidade de Gades (Gadir, actual Cádiz) que terá sido um dos mais antigos estabelecimentos tírios e o mais ocidental, situação compatível com o enquadramento que temos vindo a definir para a Península. Compreende-se, neste contexto, a importância desta cidade na gramática de invenção de uma geografia ibérica. Tal encontra-se justificado em dois aspectos. Um primeiro, que associa Gades ao limite da *oikouménē* e, significativamente, associada à primeira referência discursiva expressa da designação geográfica da *Europa*. Curiosamente essa associação surge enquadrada num texto grego do género poético – as *Odes Triunfais, Nemeias*, de Píndaro (518 - 444 a. C.) – onde se lê: “Mais on ne peut franchir Gadès; au-delà sont les ténèbres. Ramène ta nef vers le continent, ramène-la vers l’Europe; suivre jusqu’au bout l’histoire des enfants d’Éaque est pour moi une chose impossible” (*Nem.* IV, 69-72, *apud*, Rocha Pereira (2015)). Um segundo aspecto reporta-se às múltiplas referências a esta cidade nos textos dos autores clássicos que versam sobre a Península, destacando-se, para o que temos vindo a salientar, as várias menções de Estrabão (que lhe dedica uma parte do seu texto – *Str.*, III, 5.3-11.) nomeadamente: “ De entre o conjunto de relatos acerca da fundação de Gades, os Gaditanos recordam um certo oráculo que, segundo dizem, surgiu entre os Tírios e lhes ordenava que enviassem uma colónia para as Colunas de Héracles. Aqueles que foram enviados para fazer o reconhecimento, quando lhes apareceu o estreito de Calpe, acreditando que os promontórios que desenhavam o estreito eram os limites do mundo habitado e da expedição de Héracles, e que estas eram as colunas designadas pelo oráculo, detiveram-se num lugar para cá do estreito, no qual agora se encontra a cidade dos Exitanos. (...), Os que chegaram na terceira missão fundaram Gades e ergueram o templo na parte oriental da ilha, enquanto a cidade ficava na parte ocidental. Por causa disto, parece a uns que os promontórios do estreito são as Colunas, a outros que é Gades, a outros ainda que elas ficam mais para diante, para lá de Gades.” (*ibidem*, 5.5, continuando depois com uma extensa descrição das leituras de vários autores sobre a posição das Colunas de Héracles.). De qualquer forma, Gades continuará a ser dos principais centros urbanos ibéricos ao longo de muitos séculos, sendo descrita por este geógrafo, como rica e famosa em todo o Mediterrâneo, nomeadamente pelo domínio (até ao séc. I a. C.) das rotas do estanho setentrional, baseada na sua posição e privilegiada relação com o Oceano, ou seja, no segredo das rotas do Atlântico (Fabião, 1992, 168).

²⁰⁵ Muitas outras divindades e personagens míticas recolhem à Península, como Cronos ou Atlas. Para a análise do território como lugar de desterro e de outras invocações mitológicas, Guzmán Guerra (*ibidem*, 31-55).



O mappamundi de Eratóstenes na reconstrução de G. AUJAC (2001), p. 81, *apud* Prontera (2006, 27)

Dois autores que já referimos e a quem se atribui a fundação de uma nova geografia científica²⁰⁶ que, como temos vindo a salientar, mantém a relação com outras formas literárias de ler o espaço e que, apesar de tudo, não será isenta de críticas dilacerantes, particularmente pela falta de conhecimento *in situ*, por parte daqueles que desenvolveram os seus discursos com base na experiência e conhecimento pessoal da Península – Políbio, Artemidoro e Posidónio.

Na verdade, as exigências especulativas e científicas, mais do que as resultantes da experiência do conhecimento no terreno, são, primordialmente, a base do pensamento

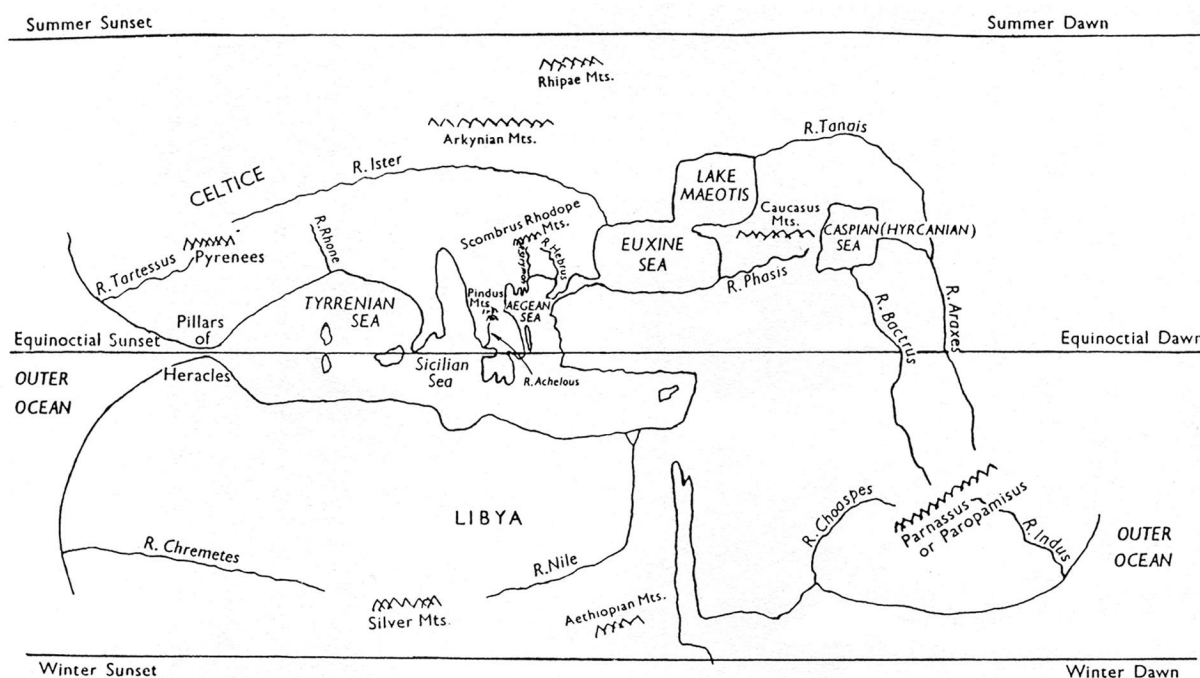
²⁰⁶ A partir da leitura da incontornável obra de Pedech (1976) Maria Helena Rocha Pereira destaca, este período da história helénica, da seguinte forma: “Et nous arrivons ainsi à un moment historique plein de conséquences, celui de la formation de l’empire d’Alexandre, à la suite duquel se formera une autre conception du monde. S’il est vrai que jusque-là on pouvait tracer les débuts de la géographie descriptive depuis Hécatée, Hérodote, Ctésias et Ephore, voire ceux de la géographie physique et de l’environnement, depuis le traité hippocratique *Des airs, des eaux, des lieux* et depuis Aristote dans sa *Météorologie*, c’est surtout à partir de la fin du IV^e siècle av. J.-C. qu’on peut parler d’une géographie nouvelle. D’abord, grâce au voyage de Pythéas de Marseille au-delà de Gibraltar et jusqu’au nord de l’Europe (quoique, sa *Description de la Terre* étant perdue, la portée et l’étendue de ses découvertes ait été matière à discussion depuis l’Antiquité; l’historien grec Polybe, par exemple, rejette tout ce qu’il dit sur l’Europe du Nord-Ouest).” (2015, 188).

geográfico e das primeiras representações cartográficas do mundo antigo²⁰⁷. No entanto, sobressai, neste processo, a importância da prática da geografia náutica que ajudara a configurar uma imagem mais precisa e um conhecimento efectivo do Mediterrâneo, horizonte geográfico dos povos da sua bacia e em que o êxito grego é, apenas, o resultado, a aprendizagem e a continuação de um longo e difícil processo de percepção do espaço, onde pontuam outros povos anteriores como os fenícios. Esta vertente vivencial e intelectual propensa à dimensão marítima, potenciada pelo referido enquadramento talassocrático de relações de poder (político, económico e cultural) e de identidade destas comunidades, projecta a validade de uma vocação universal que se transmite na produção discursiva e na imagética, patente no facto de se procurar conhecer a totalidade do mundo habitado, independentemente do contexto de fragmentação e das circunstâncias políticas de cada momento. As mudanças político-militares e o exercício dos poderes vão-se reflectindo neste tipo de abordagem e contextualizam significativamente a sua produção, orientação e recepção; no entanto, não temos dados suficientes para este período anterior a Políbio que nos permitam assegurar a intensidade e as reais condições desta relação. O que podemos verificar é a progressiva valorização e discussão, pelos geógrafos, dos dados empíricos fornecidos pelos périplos e itinerários onde se ensaia a localização de povos, a formulação identitária através da ponderação étnica e toponímica, e a própria tentativa, poucas vezes conseguida e rigorosa, de fazer corresponder estes dados a posições astronómicas. Tentando indicar os pontos essenciais deste contexto problemático onde inserimos a tentativa de delineação e configuração helenística da Ibéria, ressalta pois este cenário de uma ciência geográfica em embrião, definindo ainda o seu campo de acção e a sua matriz teórico-prática, demonstrando uma clara indefinição dos seus objectivos, o que, aliás, permite valorizar os aspectos que se desenham na sua expressão discursiva. Sejam, como vimos, as referências geográficas recorrentes para a ubicação do espaço, os aspectos formais do discurso, a escala que preside à descrição²⁰⁸, e as diversas e sucessivas leituras do território²⁰⁹.

²⁰⁷ A valorização e o peso da leitura teórica visível na aplicação da astronomia matemática à cartografia condiciona a formação do pensamento geográfico na cultura helénica e será mais concisamente regulada e harmonizada com a *praxis* a partir de Cláudio Ptolomeu. Prontera (2015, 15-16).

²⁰⁸ A descoberta da peninsularidade da Ibéria individualizada, do ponto de vista geográfico, e mais completa na sua diversidade física e humana, só chegará mais tarde, durante o período presença e ocupação romana. Neste período promove-se, numa linguagem actual, uma escala regional, inicialmente cingida ao litoral, acompanhando a diacronia dos acontecimentos, do processo de conhecimento do território e os referentes de medição (v.g. Colunas de Hércules).

²⁰⁹ Francesco Prontera analisa e destaca, precisamente nesta perspectiva, os contributos para a definição de uma cartografia ibérica no pensamento de Aristóteles, Eratóstenes e Hiparco. Nestes autores sobressai o papel referencial das Colunas de Hércules mas também, como vimos, em Eratóstenes, pela primeira vez,



Carta da terra habitada segundo Aristóteles (da H. D. P. LEE, *Aristotle*, VII: *Meteorologica*, The Loeb Class. Library 1952), *apud* Prontera (2006, 26)

Nesse sentido, as colunas de Hércules²¹⁰ e o reino dos tartessos são duas referências geográficas e etnológicas que ajudam a desenhar este mundo longínquo e que

outro acidente do litoral mais a oeste, o Promontório Sacro. Assumem também importância nestes textos a alusão significativa a uma extensa e setentrional zona Céltica e a identificação dos Pirinéus, que não se apresentam na sua orientação natural de barreira face ao resto espaço europeu e, por conseguinte, não contribuem para a leitura de uma Ibéria como Península individualizada. (*Idem*, 17-29).

²¹⁰ A figura de Hércules percorre o imaginário peninsular e a sua conotação, que acabámos sucintamente de explorar, não se esgota neste acidente geográfico e continuará a enquadrar leituras do território e dos seus extremos. Significativamente o seu nome está associado à edificação de um farol numa outra zona que constituirá, posteriormente, um limite setentrional e igualmente associado ao Oceano – a famosa Torre de Hércules, que se tornará o símbolo da cidade de *Brigantium* (actual Corunha). Embora desconheçamos a data exacta da construção da Torre, sabemos que terá sido compreendida entre o século I e princípios do século II d. C. Na verdade, é no século II a. C. que se denota uma crescente intensificação das relações comerciais com o noroeste peninsular a que a expedição de Décimo Júnio Bruto (138 a. C.), penetrando na região galaica, veio solidificar. Toda esta zona converteu-se num território fundamental na navegação do Atlântico para norte e na conquista de Britânia e o porto de *Brigantium* num dos principais pontos em que se refugiaram as armadas romanas, justificando a construção do farol, pois desde Gibraltar (as Colunas) até ao cabo *Finisterra* os navios navegavam paralelos à costa. Note-se que este imaginário é de tal forma vinculativo que sobressai neste recurso à sua identidade e surge, por exemplo associado à iconografia de moeda (meios-torneses) cunhada no reinado de D. Fernando I de Portugal na cidade da Corunha, entre 1369 e 1371. Como nos diz Rui Centeno sobre esta cunhagem “o tipo monetário com a Torre de Hércules é ainda da maior importância pela raridade da representação iconográfica do farol romano em período tão recuado. Aliás, tratar-se-á da segunda representação iconográfica mais antiga do farol corunhês, a seguir ao desenho que aparece no códice com o *mapa-mundi* do Beato do Burgo de Osma, datado de 1086, mas com a vantagem do desenho do tipo monetário fernandino apresentar o monumento de forma bem mais detalhada, em época bem anterior ao seu restauro em 1793 e, naturalmente, a diversas intervenções de reparação e manutenção que sofreu durante os mais de quatrocentos anos que separam os dois acontecimentos.” (2016, 468). Veja-se a bibliografia sobre este farol (478-479).

se associam aos relatos das viagens de descoberta e colonização dos povos mediterrâneos. Neste sentido, os pérípros helénicos protagonizam uma fórmula de base, a partir dos contactos com este território que estes primeiros autores aproveitam como fontes para a construção de um discurso mais elaborado - Hecateu, Heródoto e, depois, Políbio.

Não cabe, nesta tese, explorar as possibilidades de análise das projecções discursivas e inter-textuais destes primeiros relatos²¹¹ mas compete-nos perceber como se foi construindo uma imagem do território e, a ele associado e adaptado, uma tradição e um discurso fundacional que se reflectem no imaginário posterior.

3.1.2 - A Lusitânia entre a *Iberia* e a *Hispania*?

Tendo em conta que falámos do período pré-romano, das suas características na percepção, configuração e construção discursiva da Península, percebemos que a designação de um território quer seja como topónimo ou como corónimo (e o mesmo se poderá dizer para os etnónimos) assume uma importância fundamental no desenho do espaço, e nesta complexa relação entre identidade, poder e discurso que nos tem ocupado desde o início desta tese²¹². A presença dos sucessivos povos nesta fase (fenícios,

²¹¹ Uma visão abrangente encontra-se em Cruz Andreotti (2002). “Iberia e iberos en las fuentes histórico-geográficas griegas: una propuesta de análisis”, Mainake 24, 153-180. E em *idem* (2004b): “Una contribución a la etnogénesis ibérica desde la literatura antigua: a propósito de la geografía de iberia y los iberos”, in Candau, J., González, F., Ponce, F. & Cruz Andreotti, (eds.), Historia y Mito. El pasado legendario como fuente de autoridad. Málaga: CEDMA, págs. 241-276.

²¹² Apesar de tudo temos noção que o uso da toponímia/coronímia e etnonímia para induzir processos de identidade autóctone é bastante problemático por tudo o que temos vindo a afirmar. Seja pela ausência de elementos que permitam definir com rigor a cronologia da designação de um lugar ou de um povo, mas também pelo facto de se assistir a uma transmissão tardia (frequentemente por via do Grego e do Latim) destes nomes seja, ainda, pelo evidente desconhecimento das línguas faladas na Península Ibérica antes da chegada dos Romanos. Como nos diz Pedro Albuquerque (2014, 41): “Qualquer língua é o reflexo de um complexo e inabarcável percurso histórico em permanente transformação. É por este motivo que, hoje, a língua portuguesa tem um conjunto importante de palavras e topónimos de origem árabe que não afectam a identidade daqueles que a utilizam.”. Mas lembramos que o nosso objectivo não se coaduna com a configuração e cristalização da identidade dos povos autóctones mas sim com os processos, designadamente discursivos, de transmissão identitária do conceito que radica na designação toponímica/coronímica e etnómica da Lusitânia. Ou seja, ocupando-nos da difusão e sedimentação de uma representação discursiva e de uma imagem histórica constitutiva. Já do ponto de vista da etnonímia e da identidade dos povos autóctones já referimos as cautelas que devemos ter – no entanto sobre esta questão Francisco Prontera (2003, n. 10, 116) afirma: “la designación onomástica griega constituye una representación parcial y unilateral de la etnicidad antigua. No obstante, con todos sus límites, esta es la única ventana abierta sobre la identidad de los ‘otros’ pueblos, y más cuando éstos no han desarrollado una forma de organización

cartagineses, gregos e posteriormente romanos) faz-se sentir de forma decisiva no campo da terminologia e da linguagem. O acto de *nomear* configura a atribuição de identidade e é uma forma de apropriação dessa realidade espacial, convertendo o território em conhecimento e, por consequência, domesticando-o; do mesmo modo que a inserção de pontos de referência, como as Colunas de Hércules ou justamente, no sentido de *limes*, o Oceano, permite a sua inserção no mundo habitado, criando condições para o estabelecimento de estratégias de domínio. Por circunstâncias históricas e documentais que são sobejamente conhecidas, o resultado destas influências chega-nos maioritariamente por via grega e romana, sendo que quase todos os topónimos, de um modo ou outro, passaram pelo crivo helénico. Seja por processos de criação original, seja por translação de nomes gregos já existentes para outras zonas de contacto²¹³, ou ainda pela transcrição e/ou adaptação de formulações indígenas²¹⁴, tendo nós já analisado o caso da etimologia de *Lusitania/lusitani*.

No entanto, nesta tese não nos interessa tanto acentuar os aspectos concretos da geografia histórica mas interpretar estas designações na sua qualidade de produtos literários, ou seja a sua transdiscursividade, os contextos de utilização, a relação significante/significado, conscientes da possibilidade do seu valor constitutivo e estruturante na formação das próprias identidades (espaciais, étnicas) a que se reportam. As fontes são, neste quadro, os cenários privilegiados para a verificação destas problemáticas e a percepção das fórmulas, configurações e reflexões sobre estas matérias. As palavras de Cruz Andreotti são, aqui particularmente incisivas, pelo que as reproduzimos na íntegra

“Un análisis puramente descriptivo limita enormemente las posibilidades del texto. Pero, por el contrario, en el marco de un pensamiento geográfico donde el nombre dado a un lugar encierra en sí mismo el conjunto de circunstancias que trae consigo (y que le configuran su identidad), los términos encierran mucho más que la simple denominación que nosotros assumimos

política y de comunicación (la escritura) tal que su autorepresentación sea legible de cualquier forma sin que tengamos que recurrir a la mirada de los griegos” (*apud* Cruz Andreotti, 2004a, n.11, 38).

²¹³ Pierre Moret a este propósito aborda o paralelismo entre los topónimos de Ibéria descritos por Hecateu e os da região do Ponto na zona oriental do Mediterrâneo (Moret, 2006, 49-50).

²¹⁴ Tal é o caso do topónimo Gadir (actual Cádiz), transcrito a partir do fenício para o grego Gadeira. Para esta etimologia ver Sanmartín (1994, p. 234) e Marti-Aguilar (2007, p. 481); ou da invenção do termo celtiberia/celtibérios composto por um etnónimo e um corónimo, v. a importância desta designação nas realidades étnicas peninsulares, os fundamentos da identidade e o protagonismo deste colectivo, que designou um conjunto de conflitos marcantes (guerras celtibéricas) em Cruz Andreotti (2004a, 40-41 e respectiva bibliografia).

de manera convencional. [...] Son espacios políticos (en el sentido más amplio del término) de realidades históricas diversas y em consecuencia susceptibles de ir cambiando en su dimensión geográfica. Habría que ver si tales espacios políticos son definidos –y aquí está la importancia de la cuestión desde nuestro punto de vista– a partir de la más que previsible confluencia de componentes exógenos y endógenos; habrá que ver, por tanto, si su resultado es simplemente una escueta simplificación terminológica tras un debate erudito, o además esconde un horizonte histórico en el que las dinámicas de las comunidades más las derivadas de los impulsos coloniales / conquistadores han influido en un cambio de configuración socio-geográfica que es el que recoge la fuente.” (2004a, 39-40).

Da mesma forma que vimos para a Lusitânia e precisamente no seu enquadramento, tendo em conta o recuar da diacronia que temos prosseguido, podemos antever matéria de problematização análoga e não menos significativa para esta tese, neste caso para uma escala de contexto correspondente à designação do território peninsular na nomeação dos corónimos *Ibéria/Hispania*.

O nome *Ibéria* (Ἰβηρία) é bastante revelador de toda esta problemática por já se encontrar nos discursos que antecederam o total reconhecimento da configuração do território peninsular, denotando uma percepção geográfica parcial. Surge na forma grega, independentemente da sua origem estar ou não num topónimo local referindo-se a um rio *Iber*²¹⁵. Também não sabemos com precisão o momento em que foi criado, já que apenas temos como primeira alusão atestada em meados do séc. V a. C., na passagem de Heródoto acima comentada²¹⁶, sendo ainda possível que a expressão tenha sido utilizada no texto de Hecateu (séc. VI a. C.) mas, dadas as circunstâncias da transmissão textual e do que nos chegou, não podemos assegurar esta menção²¹⁷. Coloca-se então aqui uma

²¹⁵ Conotado com o rio Ebro. A discussão manteve-se acesa em torno da origem do étimo e da sua adscrição a um ponto geográfico no território. Pérez Vilatela (1993, 36) a partir da leitura de Beltrán Martínez (1960) nota que a maioria dos autores antigos aponta o *Iber* do Mediterrâneo peninsular, o Ebro, como gerador do etnónimo: Plínio-o-Velho (*NH*, III, 21); Justino (XLIV, 1, 2) que remonta a Trogo Pompeu; Solino (23, 8); Estéfano Bizantino em Constantino Porfirogéneta (*de adm. imp.* 23 III, 110 Bekker); Quinto Curcio (10, 1, 17); Amiano Marcelino (XXIII, 6, 21) e Charax de Pérgamo (FGrH IIA, 483 fr. 3). Do ponto de vista do corónimo manifesta-se em desfavor da teoria de García Y Bellido (1967) e de Domínguez Monedero (1982) sobre a relação etimológica com o rio *Hiberus* do sudoeste, argumentando que o termo é utilizado por gregos mas é de origem local, como firmemente advoga: “El nivel actual de investigación filológica permite reforzar la teoría tradicional de que *Iber* es vocablo indígena. La teoría del origen griego no es nueva, la sostuvieron, con el importante matiz de ser vocablo de substrato, Schuchardt y Battisti, entre otros pero, Philippon, Fletcher, Álvarez Delgado y Tovar, entre otros, han mantenido que se trata de un nombre indígena. Un reciente hallazgo de Caspe muestra en escritura y lengua indígena el vocablo *Iber*.” (*idem*, 40).

²¹⁶ *Herod.*, I, 163.

²¹⁷ Seguimos aqui a Guzmán Guerra *et alia* (2007, 108-115) e Moret (2006, 42-44).

outra questão: a percepção e identificação do espaço pela correspondência entre o corónimo e a extensão do território que abarca. Como vimos, neste autor aparece uma distinção entre duas realidades geográficas diferentes na leitura grega (tartessos e Iberia), ou seja o flanco mediterrânico, a que se soma o actual litoral meridional francês²¹⁸, a que se acrescenta um espaço ulterior muito mais indefinido em que habitariam os celtas ocupando toda a ampla região do litoral oceânico. Sendo assim, a aplicação inicial do corónimo é muito discutível, mantendo-se nessa condição pelo menos até Políbio²¹⁹ em pleno século II a. C.. Este apresenta a mesma leitura que o historiador de Halicarnasso mas deixa em aberto uma possível extensão da designação ao resto da Península²²⁰, à qual é o primeiro a atribuir uma individualidade territorial, ao introduzir a delimitação pelos Pireneus.

“El resto de Europa, que discurre desde dichos montes hasta poniente y hasta las columnas de Hércules, está rodeado por el Mediterráneo y el Mar Exterior; la parte que se extiende a lo largo del Mediterráneo hasta las columnas de Hércules se llama Ibéria. La parte que se extiende a lo largo del Mar Exterior, llamado también el Gran Mar, no tiene aún una denominación común porque ha sido explorada sólo recientemente; está habitada en su totalidad por tribus bárbaras muy numerosas, de las que daremos razón en una sección posterior.”²²¹

Só com Artemidoro, cuja obra terá terminado por volta de 100 a. C.²²², e posteriormente com a *Geografia* de Estrabão e na História de Apiano, o termo Ibéria passa a englobar todo o território Peninsular, a par do correspondente latino *Hispania*.

Neste caso, *Hispania* também colhe uma possível origem não latina, radicada numa fórmula fenícia associada às noções de “ilha”/“península”, “norte”/“costa dos metais”²²³. Neste caso, o conceito de *Iberia* irá sendo substituído por este último mas não

²¹⁸ Pérez Vilatela, baseado na interpretação de Heródoto, Éforo e Avieno e Estrabão aponta a zona “a partir do Ródano”, ou seja a futura Occitania. (*idem*, 33-36).

²¹⁹ Marcotte (2006, 32-33); Guzmán Guerra *et alia* (2007, 111).

²²⁰ Aliás, que inclui a totalidade da Ibéria numa fase avançada da sua redacção, os livros XXXIV e XXXV.

²²¹ *Pol.*, III, 37, 10-11.

²²² Pérez Vilatela (2000a, 31). No entanto, mesmo neste autor a matriz mediterrânica do corónimo sobrepõe-se com uma percepção significativa que invoca o território entre os Pirinéus e Gadeira a que se juntam os “sectores do interior” – “Depuis les monts Pyrénéens jusqu’à la région de Gadeira et aux secteurs de l’intérieur, tout le pays s’appelle aussi bien Ibérie qu’Hispanie; il a été subdivisé par les Romains en deux provinces, etc.” Artemid. Ephes, *Geographoumena*, fr. 21, *apud* Marcotte (2006, 33).

²²³ Denotado no recurso a /y/ (“península”, “ilha”, “costa”), associada a špn/ špl. Esta sequência consonântica aplica-se também ao *Monte Saphon* concordando em termos de significado associado ao Norte. A composição do nome (‘y - špān - ya) pode ser explicada a partir da língua fenícia, identificando-se também nos textos hebraicos do AT. A desinência -ya, por seu turno, é comum em Grego e Latim para

se trata de uma substituição absoluta e inequívoca, até porque, como vemos, perduram e são citados nos mesmos textos. Aquele primeiro termo, de tradição grega, remete para usos e contextos de aplicação muito variados, como que invocando a sua impossibilidade efectiva de poder dominar uma geografia política e cultural dispersa, complexa e mal conhecida. Curiosamente, a emergência do termo *Hispania*, anterior à hegemonia romana na Península, demonstra um limiar político de progressiva adequação da península a um poder ocupante, dotado de uma forte capacidade de dissuasão e negociação militares²²⁴.

Na realidade, quando consideramos as formações e a evolução dos topónimos e etnónimos do extremo Ocidente Peninsular, desde Hecateu até Políbio, sobressai, nas fontes, um significativo empobrecimento dos conhecimentos sobre o território, durante os séculos IV e III a. C., consonantes com a manutenção de uma imagem mítica²²⁵. Esta situação contrastaria com o conhecimento real dos gregos que efectivamente frequentavam a Península, assistindo-se a esta construção erudita nos textos reveladora de um empobrecimento lexical, em parte devido à perda de contacto (e interesse?) com essas fontes de informação directamente ligadas ao ocidente e, por outra parte, pelo peso crescente dos elementos efabulados não raras vezes resultantes da sua transposição Este-Oeste²²⁶. Este cenário é o que irá encontrar Políbio, quando na sua descrição da Ibéria *sive* Hispânia, encontra insolvidas as contradições entre textos e autores, a parcialidade na percepção do espaço, a incompatibilidade entre o descrito e as realidades no terreno e a natureza da construção narrativa helénica anterior, confrontada, agora, com a massa de informação provinda da presença e conquista romana deste território.

designar uma região. O elemento *spān/ spy* pode remeter para o trabalho de metais. Assim, a tradução por "ilha/ costa dos metais" ou "onde se trabalham metais" seria uma alternativa a "ilha/ costa do Norte". cf. Cunchillos (2000, p. 218-224) *apud* Albuquerque (2014, 39-40).

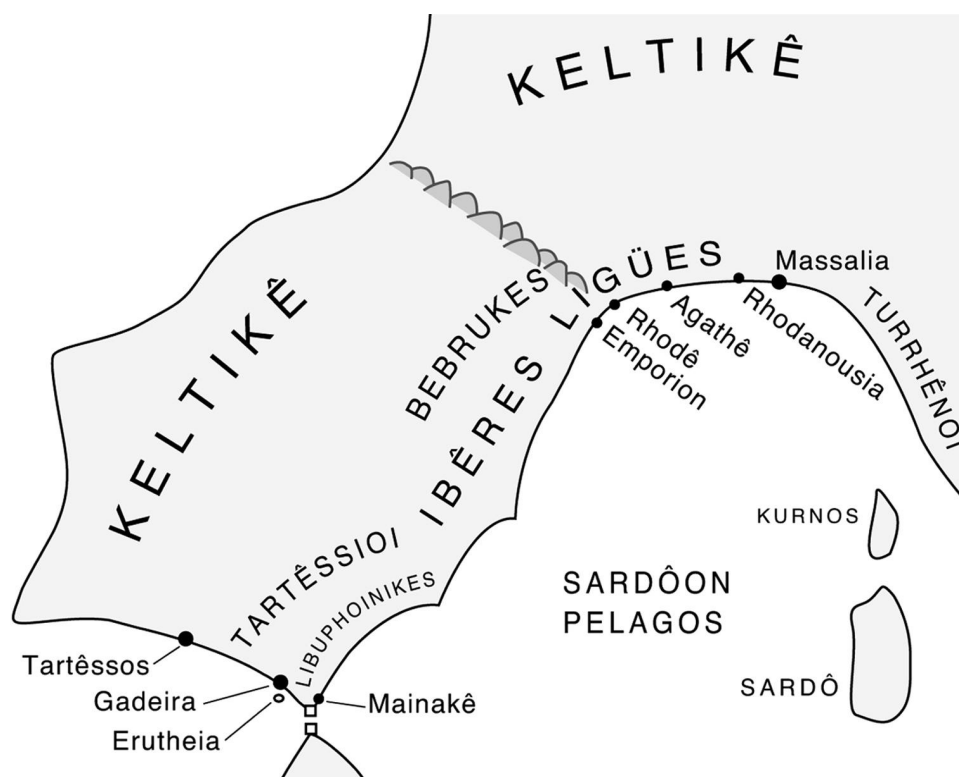
²²⁴ Carvalho (2010, 10).

²²⁵ A este propósito v. o sugestivo estudo de Moret (2006, 36-76).

²²⁶ Há que ponderar um cenário eventualmente diferente, caso tivéssemos conservado mais documentação, nomeadamente os périplos de época helenística. Por outro lado, a existência de simetrias e correspondência, numa leitura mítica, entre os extremos do mundo parece ter sido um dos fundamentos da geografia e etnografia helenística, beneficiando da leitura arcaica que dividia o mundo habitado em dois eixos correspondentes a quatro partes simétricas, nos sentidos Norte-Sul, Este-Oeste, sendo os contrários periféricos ligados pelo anel exterior que se acreditava ser o rio Oceano. No caso do eixo Este-Oeste há uma transferência particularmente significativa e produtiva na leitura e identificação dos espaços, fazendo corresponder uma homonímia entre a área da Ásia Menor e a Ibéria. Moret, (*idem*, 54, 70). No entanto, dada a anterioridade do termo *Iberia*, no caso da Península, face à sua correspondente aplicação oriental, que só foi conhecida a partir da terrestre guerra mitidrática (66 a. C.), quando os exércitos de Pompeio penetraram no Cáucaso, parece que esta designação constitui um caso único no amplo *dossier* da toponímia grega ibérica, com uma linha de transferência provada no sentido Este-Oeste, tal como é salientado por Guzmán Guerra *et alia* (2007, 110-111).

Noms géographiques attribués à l'Ibérie, d'Hécatee à Polybe. Les noms sont classés approximativement du nord-est (en haut) au sud-ouest (en bas), et pour Hécatee par ordre alphabétique au sein de chaque regroupement ethnique. Hécatee: FGrH 1, fr. 38-52 et THA IIa, n° 23 (sauf les fr. d et i, dont l'attribution à Hécatee est conjecturale). Hérodore: FGrH 31, fr. 2a et FOWLER, R. (2000): 234. Pseudo-Scylax: GGM, I: 15-17 et THA IIb : 447-450. Pseudo-Scymnos: éd. MARCOTTE, D. (2002). Polybe: éd. BÜTTNER-WOBST (Leipzig, 1882-1904). J'exclus Mastia Tarseion (PLB., III 24.2) pour les raisons exposées dans MORET, P. (2002). Apud, Moret, 2006, 43.

No mapa (v. *infra*) podemos perceber que estamos em presença de uma geografia física cuja matriz assenta num referente étnico/humano, corresponde ao pormenor do mapa apresentado anteriormente, de Eratóstenes.



Localização esquemática de povos e cidades mencionadas por Pseudo-Scymnos. Mapa baseado em dados de Eratóstenes, reconstituído por Aujac, 2001. Apud Moret, (2006, 71).

3.1.3 - Entre o *mos maiorum* e a *sophia*: para uma hermenêutica da diacronia e da leitura do *topos* nas fontes clássicas

Situemo-nos. Desde logo, impõe-se uma breve explicação adicional ao que fomos formulando sobre as opções, fundamentos e métodos da nossa análise: neste capítulo não pretendemos abordar extensivamente cada autor ou obra. Seria fastidioso, despropositado e pouco original²²⁷. Verificamos que o tratamento das fontes e o discurso sobre os autores clássicos medeia frequentemente entre a vertiginosa sucessão diacrónica sem um sentido

²²⁷ Veja-se o que afirmámos na atrás, nota 108.

definido como é frequente nos *FHA* editados por Adolf Schulten ou um fabuloso sincretismo temporal que mistura, sob o pretexto de um tema específico, autores e leituras de épocas muito diversas, com remissões permanentes para fontes, estudos posteriores e interpretações que deixam o leitor/a num cruzamento sem sinalética. Dá-se ainda o caso que, para o tema em apreço, dispomos, como já afirmámos, de poucos recursos, sendo que aquele que se nos apresenta para este período com maior ênfase - Pérez Viltela (2000a) - também oferece uma leitura parcialmente limitada. Desde logo porque a sua abordagem se cinge a um período muito localizado (do período pré-romano do século II a. C. contemplando a época republicana até ao período imperial, exclusive) a que acresce o facto de se propor realizar um trabalho de geografia étnica, submetido a uma sequência cronológica. Ora este intento surge-nos discutível na sua concretização. Assim, para estudar a posição geográfica dos lusitanos no seu assentamento pré-romano declara examinar apenas fontes do período pré-imperial afirmando mesmo que não o faz, como é habitual nos outros autores, pelo recurso a textos posteriores por mais claros que possam parecer. Mas é um facto que omite Catão ou Júlio César enquanto fonte para este período e apresenta extensivamente Apiano e Estrabão, tal como a leitura de Plínio ou a da tradição latina sobre a guerra lusitana - todos relatos posteriores ao intervalo de tempo considerado, ainda que pretensamente ponderados apenas como base de comparação, o que não impede que se possa afirmar que contradiz, efectivamente, a cronologia proposta pelo próprio autor²²⁸. Por outro lado, o seu enfoque é o da análise histórica e etnológica dos lusitanos (daí o subtítulo da sua tese), descobrindo nos textos os argumentos e as composições que permitem escrever a história da Lusitânia e da presença romana no espaço peninsular, enfoque que não nos orienta neste trabalho.

Observamos, pois, um vazio latente e significativo na matéria que nos ocupa, dado desconhecermos qualquer estudo que, no âmbito da nossa investigação, proceda a um escrutínio da história da representação da Lusitânia na sua manifestação discursiva, ou seja, da sua interpretação como índice de valor expressivo que permitirá a sua configuração como fenómeno identitário. Estamos confiantes que só há um modo de contornar esta questão: visitar estas (e outras) fontes, alargando a diacronia até ao Baixo Império, dada a sua importância no contexto da formulação identitária memorial posterior, nomeadamente durante o transcurso humanista. Como tal, para cada período

²²⁸ Pérez Vilatela (2000a, 19).

cronológico considerado cingimo-nos a esse contexto, organizando a nossa abordagem pelos temas e características que sobressaem desses discursos.

Reportamo-nos a um primeiro conjunto de textos que forma o *corpus* desta tese onde se incluem as *Histórias* de Políbio de Megalopolis, Catão o Censor, a *Geographoumena* de Artemidoro de Éfeso, a *História* de Posidônio de Apameia, a *Guerra Civil* de Júlio César e a *Biblioteca Histórica* de Diodoro Sículo, o *De Officiis* de Marco Túlio Cícero e as *Historiae Phillipicae totius mundi origines terrae situs* de Cneu Trogo Pompeu em Marco Juniano Justino (Justino Frontino) através da sua *Historiarum Philippicarum libri XLIV*, configurando um arco temporal que percorre o último quartel do séc. II a. C. até c. de 30 a. C., na charneira da passagem de Caio Octaviano a Augusto e ao estabelecimento da primeira fase institucional do Império. Período que, em termos histórico-contextuais, *latu sensu*, cobre a Segunda²²⁹ e Terceira Guerras Púnicas (218-201 a.C./149-146 a.C.)²³⁰, cruzando-se com a conquista romana da Península Ibérica e os conflitos que daí resultaram nas denominadas guerras Celtibérico-Lusitanas²³¹, e uma longa fase de convulsões internas de Roma, conhecido como o período das Guerras Cívicas, onde se inclui a Guerra Sertoriana (80-72 a.C) e que terminam no assassinato de Júlio César em 44 a.C.²³².

Durante este longo hiato de tempo a Península Ibérica é palco de uma exploração lenta, evolutiva, que se vai intensificando à medida que os interesses se conjugam neste mosaico conjuntural. A presença de Roma entre 218 e 206 a. C. (tomada de Gades) teve como único objectivo impedir a ambição hegemónica de Cartago neste território.

²²⁹ A bibliografia sobre esta temática é vastíssima. No entanto, sobre esta etapa do controlo púnico do sul e levante da Ibéria, antecedendo a expansão e domínio romanos e com consequências directas na Lusitânia, v. os trabalhos de Eduardo Sánchez Moreno, especialmente em Sánchez Moreno, E., García Riaza, E., (2012, 1249-1260).

²³⁰ As “Guerras Púnicas” opuseram Roma a Cartago (cidade do Norte de África) e configuraram uma disputa cerrada pelo domínio do Mediterrâneo. Um dos conflitos mais prolongados do mundo antigo em três etapas: a Primeira Guerra Púnica sucedeu entre 264 e 241 a. C. e centrou-se sobretudo na Sicília, a Segunda em Itália e a Terceira circunscreveu-se a uma pequena região do Norte de África. Foram um marco importantíssimo na história de Roma que lhe permitiu passar, em 118 anos de uma potência exclusivamente itálica a uma posição de domínio de toda a bacia do Mediterrâneo, avançando, a passos largos, para a criação de um império. A consciência do seu imenso potencial terá incitado a escrever a sua própria história, num dos conflitos mais bem documentados do mundo antigo, se bem que numa perspectiva exclusivamente grega ou romana, não havendo nenhuma narrativa que nos forneça o ponto de vista cartaginês ou autóctone peninsular dos acontecimentos (Monteiro, 2015, 145-147).

²³¹ As três fases consideradas da Guerra Celtibera decorrem entre 181 e 133 a.C. (tomada de Numância); já os primeiros conflitos com os lusitanos iniciam-se por volta de 194 a.C. com um período tradicionalmente considerado como Guerra Lusitana entre 155-138 a.C. (v. Fabião 1992, 203-228).

²³² Sobre este período, destaquem-se os estudos de Sánchez Moreno, E. (2002, 2017), Santos Yanguas, N. (1982, 1983) e Pina Polo, F. (2009).

Tomando em linha de conta o valor económico da Península e não obstante a necessidade de fazer frente a algumas sublevações de grupos indígenas é notório um manifesto interesse²³³. No entanto, esta provincialização revelou-se incapaz de providenciar um domínio eficiente e estável. Na verdade, embora mantendo uma presença constante, existe, ao longo deste intervalo, uma flutuação no investimento aplicado, pois os factos da política romana ao nível da *Vrbs* marcaram bastante as opções romanas em território peninsular e em muitas ocasiões a própria problemática hispânica acabaria por influenciar as carências sociais, económicas e militares – especialmente estas últimas – que vinham assolando Roma. Não pretendemos, naturalmente, fazer a história deste período sobre a qual há uma vastíssima bibliografia que, entre obras gerais e específicas, focam estes aspectos. Apenas adiante iremos realçar algumas questões de contexto que parecem ter tido influência na visão e leitura do espaço e na respectiva construção e representação do território. As perguntas que se impõem são: como é que esta conjuntura, que conhecemos através das próprias fontes, se relacionam com a produção dos textos e em que medida estes revelam a realidade peninsular e, *maxime*, da Lusitânia? Será que existe uma proporcionalidade entre esse interesse e organização romanos e a representação discursiva do território?

Refira-se, desde já, que nenhuma das unidades discursivas compulsadas neste primeiro *corpus* versa especialmente sobre os lusitanos ou a Lusitânia e, coerente com o perfil periférico da Península que atrás mencionámos, também nenhuma se dedica exclusivamente a esta. Roma não descobriu a Península e durante muito tempo prevaleceu a ideia dos périplos com substratos míticos e da terra rica em metais, estabelecida pela herança dos conhecimentos geográficos gregos²³⁴. Os textos são, nesta matéria, esparsos, fragmentários e dão-nos uma visão pouco consistente. Tal cenário assenta em duas ordens de razões: quer porque, em certos casos, chegou-nos apenas parte da totalidade da obra sendo que muitos dos fragmentos foram recuperados por meio do transdiscurso (Políbio, Artemidoro, Diodoro), quer pelas condições de produção, pela própria natureza do texto e os seus objectivos.

²³³ Um dos claros sinais é a intenção de proceder de forma a administrar e regular esse território – a partir do envio de dois governadores pretorianos –em 197 a. C., quando os *comitia centuriata* desse ano elegem Semprónio Tuditano e M. Hélvio como governadores, respectivamente, para a *Citerior* e a *Vltior*.

²³⁴ Le Roux (2006, 117).

Um dos primeiros tópicos estruturantes para este primeiro período que temos vindo a abordar está relacionado com o título deste capítulo. Este é significativo sob vários pontos de vista: i) porque condensa uma das questões mais marcantes nesta análise - a relação entre a cultura romana e a cultura helénica, ii) porque essa relação condiciona de múltiplas maneiras a produção cultural, discursiva, a interpretação geográfica e a leitura do espaço, a difusão do conhecimento, a fixação dos textos (em termos linguísticos, etimológicos e filológicos), enfim o olhar sobre *o outro*, ou seja, aspectos de substancial importância para a nossa pesquisa; iii) porque a recuperação destas ideias²³⁵ assume aqui uma notável metáfora instrumentalizada pela nossa análise: uma cultura romana que sofre ou aproveita a influência da helenização?²³⁶ E afinal este é um paradoxo extraordinário que sublima os factos e os contextos que observamos - a cultura romana exprimindo como um dos seus princípios axiológicos o *mos maiorum*, observância dos costumes e tradições dos antepassados, parece especificamente fundir-se com outros dois valores, a *Gloria e Honor*²³⁷ dado que afinal assume a acção prática, da conquista e da reprodução da máquina política e militar; por sua vez, a cultura grega da *sophia*, que devia ser a da formação e da acção sobre o outro, transformando-o, recolhe-se, nessa intenção, ao papel e à importância do discurso e da palavra pois é pelas letras, pelas narrativas, por essa língua que muito dos acontecimentos romanos da acção ficam registados e se influencia, forma, transforma, modela o *outro* - quer aquele que, ao tempo dos acontecimentos, aceita e promove a cultura helénica como matriz do conhecimento e educação (v.g. a família dos Cipiões²³⁸), quer aquele que, ao tempo, vê a sua cultura e

²³⁵ Resultantes da leitura de Maria Helena da Rocha Pereira (1984, 50).

²³⁶ Segundo Francisco Oliveira (2015, 269): "o fenómeno da helenização não impede a proclamação da originalidade da cultura romana, a qual, utilizando a imagética da cristalografia, contra as leis da química, absorveu a cultura grega sem perder a sua forma, fenómeno inesperado a que se chama pseudomorfose, por o resultado ser contrário ao resultado mais esperado e que canonicamente seria o verdadeiro, a alteração da forma. A originalidade de Roma é, pois, a capacidade de sintetizar outras culturas sem perda de identidade, e isso foi o que a *Vrbe* aprendeu a fazer desde as origens, como sociedade que sempre foi aberta e que transformou essa abertura em capacidade de assimilação, incorporação e tolerância, em instrumento de dominação e aceitação do seu poderio".

²³⁷ Rocha Pereira (*ibidem*, 331).

²³⁸ Este grupo, partidários assumidos de um intenso filelenismo, gira em torno de um grupo de amigos que gravitavam à volta de Lúcio Cipião Emiliano (185-129, que recebeu o cognome de *Africanus Minor*, por ter tido um papel fundamental no termo da Terceira Guerra Púnica e na tomada de Cartago em 146 a.C.) o comediógrafo Terêncio, o filósofo Panécio, o historiador Políbio, o cientista e também filósofo Posidónio, o sábio Lélío, os jovens oradores e juristas Fúrio Filo e Rútílio Rufo, o satirista Lucílio. Na verdade, esta família vinha de uma longa descendência de protagonistas que percorrem os séculos III a I a.C., desde Lúcio Cornélio Cipião Barbado triunfador da Lucânia na Terceira Guerra Samnita e cônsul em 298, até Públio Cornélio Cipião, filho de Cipião-o-Africano que derrotou Aníbal em Zama, e pai adoptivo do dito Lúcio Cipião. Ora terá sido na sequência da Batalha de Pidna, em 168 a.C. que este terá escolhido, entre os reféns aqueus deportados da Grécia, Políbio para que tomasse conta da sua educação. Tácito (*Anais* II.59.2) refere mesmo que a helenização também se manifestava nos costumes desta elite pois em plena Guerra

identidade por essa via estabelecida, interpretada, lida e registada; quer nós próprios, que hoje utilizamos essa narrativa heurísticamente como fonte.

Esta relação entre a cultura helénica e romana tem uma expressão particular e vinculativa na arquitectura e nos conteúdos da produção discursiva, nomeadamente no campo da historiografia e do conhecimento geográfico, como temos vindo a salientar. Basta notar que deste primeiro grupo de textos e autores apenas Catão e Júlio César apresentam uma identidade romana e uma obra com natureza específica, escrita em latim - os restantes têm as suas raízes na cultura grega e escrevem nessa língua. Tal facto poderia, à partida, ser irrelevante não fosse um claro e expressivo sinal da situação que ocorria nesta fase da cultura romana com repercussões estruturais e matriciais na produção discursiva posterior - implica a importante distinção entre a tradição historiográfica estritamente característica de Roma, com temas, ênfases, estilo e identificação com a literatura latina, e a produção de autores que viveram no mundo romano mas escreviam em grego²³⁹.

E se é um facto que não podemos imputar à literatura histórica e geográfica grega a capacidade de produzir um modelo de história política nacional para si *mesmos*, não deixa de ser verdade que o aplicaram, replicando os seus métodos, a *outras* entidades políticas²⁴⁰. Mentalmente comprometidos com uma visão fragmentária do espaço de exercício dos poderes, os historiadores gregos encontrarão nas outras formações políticas, nomeadamente a romana, uma excepcional matéria de análise (mesmo que crítica) e de concretização efectiva de um dos valores mais desejados da civilização mediterrânica que constitui, precisamente, o processo de afirmação e domínio deste espaço.

Por outro lado, na linha do seu posicionamento de observação exógena e de contactos com outras culturas, acompanhando a longa evolução da talassocracia grega e das várias fases da expansão política, militar e comercial helénica, assistimos à

Púnica Cipião vestia-se à grega e segundo Plutarco frequentava palestras e teatros. *Idem, ibidem*, 48-52. Oliveira (2015, 270-271).

²³⁹ Marques (2008, 141). Desde os autores gregos que viviam no mundo romano (Políbio, Dioniso de Halicarnasso, Díon Cássio, Herodiano etc.), a outros que viviam no Império Romano mas não eram nem gregos nem romanos (especialmente Flávio Josefo) e ainda os primeiros historiadores romanos, como Fábio Pictor, que se baseavam nos padrões gregos e recorrendo à língua grega para escrever história, mas que representam o início da tradição historiográfica estritamente latina.

²⁴⁰ Segundo Arnaldo Momigliano (2004, 120, 128, 130-133) "pela simples razão de que [os gregos] nunca estiveram politicamente unificados"; sendo muito mais fácil para eles escrever sobre o Egipto ou sobre a Babilónia como entidades políticas. Das únicas tentativas de escrever a história da nação grega desde a sua origem, protagonizada no fim do séc. IV a.C. por Éforo, resultou uma visão universal, acolhendo factos não gregos, que permitiu a Políbio não o considerar nessa qualidade. Esta função de recriação de um discurso nacional será apanágio dos historiadores romanos, particularmente de Tito Lívio, cuja influência, como veremos, é marcante no discurso humanista.

transposição para os discursos de substância assinalável de conteúdos dessa natureza e, nessa medida, uma valorização da presença narrativa do *outro* (geográfico, étnico, cultural) - consumados inicialmente em periegeses e périplos²⁴¹, mas também em discursos mais elaborados como a narrativa histórica e contemporânea dos acontecimentos. Na circunstância de valorizarem o modelo de leitura política nacional e o exame da realidade exterior, saliente-se uma singular consequência que, certamente, condicionará, a leitura destes autores: mesmo quando historiam ou interpretam o espaço, atendo-se à expansão romana, tendem a ver os grupos humanos observados/relatados como pertencentes a pretensas unidades étnicas interpretadas a partir da comunhão de proximidades territoriais e/ou marcas culturais e perfis comportamentais²⁴². Por outro lado, por estas mesmas características, a tradição historiográfica grega apontava para uma valorização fundamental do registo etnográfico²⁴³, compondo-se as primeiras e incipientes alusões e descrições de povos, localizações e culturas, enfim tentames de classificação de regiões e de grupos humanos. De tal forma esta perspectiva será marcante que será através da língua grega latinizada que nos chega o lexema *ethnicus*, provindo do radical grego antigo *ethnos*²⁴⁴. Também não será por acaso que a estes discursos greco-latinos aportam mecanismos de interpretação, identificação e semantização nas designações coronímicadas e etnonímicadas e de orientação geográfica que valorizam a

²⁴¹ Sobre estas práticas no contexto grego diz-nos Suárez Piñeiro (2002, 10): "surgieron géneros literarios como la periégesis y el periplo. La periégesis incluía descripciones de elementos geográficos de la costa y de las regiones del interior, junto con aspectos de tipo etnográfico o mítico; el periplo, más ligado en su origen a los manuales náuticos, recogía datos relativos a la experiencia práctica del navegante."

²⁴² Cruz Andreotti (2004a, 37) refere a dificuldade que o investigador tem, hoje em dia, em apurar o perfil étnico dos povos autóctones da Península Ibérica, dada a dimensão aglutinante das designações etnómicadas utilizadas pelos autores gregos e romanos: " – para la mayoría de los casos los historiadores y geógrafos greco-romanos usan de un término étnico aglutinante de grupos menores (conocidos o no); vocablo asumido por lo que tiene de reconocible y por consiguiente de simplificador, de manera que constituye un obstáculo objetivo para cualquier estudio etnogenético. Siempre quedará la duda razonable de qué hay detrás de un 'étnico', si una realidad histórica aunque sea parcialmente apprehendida o resumida, o simplemente su materialización y simplificación historiográfica".

²⁴³ Momigliano refere-se mesmo a uma "enorme literatura etnográfica grega" (*ibidem*, 128).

²⁴⁴ Esta formação etimológica perdurará, como se sabe, até hoje. O termo *ethnicus* tomará, no latim medieval, o sentido de "pagão" (Zumthor, 1993, 21, 146) e ligar-se-á, na mesma linha imagética que esteve na origem da formação inicial (ou seja, a leitura do *outro*, fora do padrão do *mesmo*), à descrição do "bárbaro", "periférico". Justifica-se, neste contexto lembrar que a mesma raiz esteve na origem e designação da conhecida obra *Ethniká* (Εθνικά) de Estevão de Bizâncio, um dicionário de nomes geográficos datada do século VI e muito utilizada no período medieval. A ela se ligam, como veremos adiante, a transmissão do texto de Artemidoro, no que toca à Península Ibérica e à Lusitânia, recolhida por sua vez no *De administrando imperio* do erudito imperador bizantino Constantino VII Porfirogeneta (905-959) (cf. Moret, 2010, 114). Também se encontram neste extenso repositório outras referências à Lusitânia, baseadas em autores antigos. Sobre esta obra consulte-se a tese de doutoramento de Marc Bouiron. *L'Épitomé des Ethniques de Stéphane de Byzance comme source historique : l'exemple de l'Europe occidentale*. Thèse de Doctorat en Archéologie et Préhistoire. Université Nice Sophia Antipolis, 2014.

lateralidade (este-oeste) - como atrás vimos no que toca ao peso crescente e à qualidade dos elementos efabulados nos textos eruditos²⁴⁵.

Estas particularidades do modelo historiográfico helénico - a atenção e aprofundamento da história política/nacional e a dimensão etnográfica - parecem ter tido, de alguma forma, dois arautos precursores na figura de Timeu de Taormina (Sicília, c. 350 a.C - 260 a.C.) e de Fábio Pictor (Roma, c. 250 a.C. - finais séc. III - inícios do séc. II a.C.), ambos citados de forma diferenciada no texto fundador de Políbio. Timeu, exilado político que viveu a maior parte da sua vida em Atenas, terá escrito uma obra de cerca de 38 livros sobre a História da Sicília mas contemplando o conjunto de Itália, Gália, Ibéria e Líbia, sendo que, no que concerne a estas regiões, restringiu-se precisamente à geografia e à etnografia, seguindo o exemplo de Heródoto. Para esse efeito, segundo Arnaldo Momigliano, viajava, entrevistava os naturais de cada região e citava documentos originais - terá sido a informação que ele conseguiu obter a partir de relatos de nativos de *Lavinium*²⁴⁶ que lhe permitiu registar alguns dos acontecimentos relativos à história de Roma²⁴⁷. Aliás, cumprindo os requisitos que afirmámos, este terá sido um dos seus temas iniciais, no quadro de sua pesquisa etnográfica, pois talvez a ela se tenha dedicado nos primeiros livros de sua obra entretanto perdidos. Acresce uma outra obra dedicada à guerra e vitória romanas contra Pirro, sendo o primeiro a registar e a perceber o novo papel protagonista que Roma assumiu no Mediterrâneo ocidental. Tal imagem contrasta fortemente com a que dele transmite Políbio²⁴⁸, e se é um facto que este autor não aparece muito citado nos textos sobre a história política de Roma, também não deixa de ser verdade que é convocado e utilizado por Varrão e Cícero²⁴⁹. Já Fábio Pictor é considerado o mais antigo historiador romano, pertencente a um ramo destacado de uma grande família romana, a *gens* Fábia²⁵⁰, que reclamava ser descendente do mítico Herácles, e terá tido um percurso de vida coincidente com o que se esperava da

²⁴⁵ V. supra nota 181.

²⁴⁶ Cidade mítica, cuja fundação é atribuída a Eneias, actual Pratica di Mare, a cerca de 50 kms de Roma.

²⁴⁷ Fr. 59 in Jacoby, *apud* Momigliano 2004, 143-144.

²⁴⁸ Políbio apresenta, no livro XII das suas *Histórias*, uma série de argumentos que visam discutir as falhas metodológicas dos seus predecessores. Timeu é um dos seus principais visados. Sobre esta matéria em particular ver o estudo de Sebastiani (2010).

²⁴⁹ Momigliano, *ibidem*. Segundo este autor a sua obra tornou-se "um marco". De qualquer forma, Walbank (1972, 50, 52-53) assinala, de forma perspicaz, as possíveis razões para o ataque de Políbio - os pretensos erros de Timeu e, numa vertente pessoal, o facto de este ser primeiro grande historiador grego de Roma, reputação almejada por aquele. Sendo o recurso à polémica um procedimento recorrente na historiografia antiga e um meio fundamental de legitimação do discurso histórico, Políbio terá recorrido a esta prática de forma persistente.

²⁵⁰ Momigliano (2004, 129).

aristocracia da época. Significativo o facto de ter combatido contra os gauleses entre os anos 225-223 a.C., tendo mesmo comandado uma guarnição de uma campanha contra os Lígures²⁵¹, fazendo-o testemunha ocular e participativa dos acontecimentos à semelhança do que, como vimos, Heródoto e, posteriormente, Políbio consideram ser um procedimento de legitimidade e autoridade na produção discursiva. O seu contexto de escrita é, já, o da Segunda Guerra Púnica e o da entrada das tropas romanas na Península Ibérica, sinais de uma outra situação geopolítica no Mediterrâneo em que Roma se transforma no centro e ponto nevrálgico do ocidente, protagonista de um novo cenário. Sintomático do que temos vindo a analisar é o facto de ter escrito a sua obra sobre a História Romana em grego²⁵².

A influência helénica transparece ainda no recurso ao modelo historiográfico grego, podendo-se considerar que pelos seus gostos antiquários, pelas suas anedotas, na descrição de cerimónias religiosas, na curiosidade pela evolução dos costumes, nos apontamentos autobiográficos e no interesse pelos números, pertence à escola de Timeu²⁵³. Ora, sendo a sua preocupação as origens de Roma e os seus sucessos contemporâneos produz um discurso baseado precisamente na conciliação da tradição dos registos e costumes romanos, no seu passado imemorial (*mos maiorum*), com o foco político do interesse historiográfico grego (*sophia*): utilizou os *Annales Pontificum*²⁵⁴ e

²⁵¹ Bancalari Molina (1995, 77) que seguimos nesta abordagem.

²⁵² Segundo Bancalari Molina (1995, 77-78), a obra intitular-se-ia *Gesta Romanorum* mas perdeu-se no seu conjunto e só conhecemos alguns fragmentos registados essencialmente por Políbio, Tito Lívio, Dionísio de Halicarnasso e Plutarco. Quanto ao facto de escrever em grego, enquanto historiador romano, Momigliano (141-143) apresenta os dados do debate que sobre esta questão se levantou na historiografia actual, apresentando os argumentos em campo e conclui, afirmando que no séc. III a.C. o grego era a língua oficial da civilização desde a Judeia até à Ibéria e todos os que intentavam escrever história faziam-no nessa língua. Mais do que nunca os gregos escreviam a respeito de outras nações, e as outras nações, por sua vez, seriam estimuladas a escreverem a respeito de sua história em grego e de acordo com os padrões gregos. Lembra que Maneto terá escrito a história do Egipto e Beroso a da Babilónia, ambas em grego, sendo que depois os judeus terão promovido uma tradução grega da Bíblia. Mas lembramos que a importância da cultura helénica ultrapassa os limites temporais que aqui contemplamos e chegam de forma muito evidente aos alvares da modernidade europeia. Paul Zumthor (1993, 235-236, 238-239), analisando os trajectos da civilização mediterrânica e da sua cultura, salienta a importância das relações com o Império Bizantino até ao século VII e a manutenção de pequenas colónias gregas (os "Sírios") espalhadas por todo o ocidente; Roma acolherá muitas comunidades de monges de rito oriental que tem uma forte influência sobre a hagiografia latina durante séculos e a própria língua grega mantém-se viva em muitos mosteiros medievais, como Saint-Denis. Para a nossa tese interessa, ainda, destacar que a Península Ibérica mantém viva essa tradição em particular por via das comunidades monásticas e pelas trocas culturais acentuadas a partir do século XII, nomeadamente no domínio científico com os trabalhos das equipas de tradução toledanas sob os auspícios de Afonso X. Processos que incluíam a passagem para latim (ao tempo de D. Raimundo de Toledo) e castelhano (sob Afonso X) de textos árabes eles próprios frequentemente adaptados do grego antigo.

²⁵³ Nesta leitura concordam significativamente Momigliano (62) e Bancalari Molina (82-83).

²⁵⁴ Até à segunda metade do séc. II a.C., momento em que Roma deixa de ser uma potência peninsular para se tornar uma potência mediterrânica, assistimos a um despoletar do interesse por fixar e registar a sua própria história. Até esse momento a tradição histórica romana assumia essencialmente as formas de

outras fontes romanas a par do seu interesse pelas fontes e assuntos que faziam de Roma o catalisador da actualidade histórica. Como tal, recorre a instrumentos diversos, nomeadamente à sua experiência política, às instituições, às leis e aos conhecimentos geográficos, potenciando a sua qualidade de militar e senador - reconhece, ainda, tal como o fará Políbio, o valor da *autopsia* e o testemunho directo de personagens contemporâneos. Neste quadro sobressaem as informações em torno dos acontecimentos militares e políticos, da descrição de costumes, de práticas religiosas, de relatos históricos com uma perspectiva moral e pragmática, introduzindo memórias autobiográficas e *memorialia*²⁵⁵. A sua obra vai determinar a raiz e o modelo para toda a historiografia latina posterior, dado ser uma história com características eminentemente políticas, segundo Arnaldo Momigliano²⁵⁶, "inventando a história nacional para o Ocidente latino" e criando a forma de expressão da consciência nacional, que teve um expoente no séc. I d.C. com Tito Lívio. Os produtores de discursos latinos sobre a história romana que se seguem, como Catão ou Júlio César, participarão directamente nos acontecimentos e nas instituições políticas e militares da *Vrbe*, pertencerão à sua elite dirigente e conciliarão, redigindo em latim, o discurso historiográfico com a história política contemporânea.

Annales Pontificum (Anais dos Pontífices) e de *Carmina Convivalia* (cantos de banquete). Neste último caso tratava-se de cantos e poesias de inspiração heróica, sobre os mitos e lendas das origens de Roma, referidos por Catão e Cícero - estariam já em desuso nesta época. Quanto aos *Annales* assumiram um maior protagonismo, tendo sido fonte de Fábio Pictor - desde o séc. IV que uma das tarefas dos pontífices máximos era proceder ao registo dos principais acontecimentos anuais da *Vrbe*, sendo expostos em tábuas (*tabula*) ao público na porta da sua residência. Esta forma de redacção continuará até c. 130 a.C. quando o Pontífice Mucio Escévola abandona, abruptamente, esta prática. Com Augusto recompilaram-se os registos e comentários, sendo editados, aparentemente não sem acrescentos, manipulações e falsificações, em 80 livros, sob o título de *Annales Maximi*. Cf. Bancalari Molina (1995, 75-76, 82); sobre a influência destes registos em Fábio Pictor v. Momigliani (2004, especialmente 134-141). Como estudo aprofundado na diacronia do registo historiográfico ver a publicação dos fragmentos em Chassignet (2003, 2004) e os trabalhos de Ana Mayorgas Rodríguez, especialmente a sua tese de doutoramento (2007a), *La memoria de Roma. Oralidad, escritura e historia en la República romana*, e em (2007b) *Antes de la historia: Anaes Máximos, escritura y memoria*. Como veremos, este tipo de registo estabelecerá uma tradição de modelo historiográfico que, ao contrário do que aparenta a sua substituição por discursos mais elaborados durante as épocas republicana e imperial romana, será recuperada em alguns autores do período imperial romano e na Alta Idade Média peninsular, precisamente um contexto de pervivência da ideia de *Lusitania*.

²⁵⁵ Bancalari Molina (1995, 80-81).

²⁵⁶ 2004, 154-155.

3.2 - Textos e Contextos II

3.2.1 - A Lusitânia em Discurso - Reflexões em torno da arquitectura dos textos

Estabelecido o substrato discursivo e contextual no qual assenta o nosso *corpus* de textos inicial, aprofundemos, de seguida, a nossa leitura das fontes, precedendo-a os pressupostos da sua análise. Considerar os contextos histórico/diacrónico e geográfico sobre o quais se produz o *corpus* de fontes a que recorreremos impõe que tenhamos neste local algumas ponderações, sob a forma de dúvidas e questões que levam o leitor/a ao entendimento dos aspectos que orientam esta análise. Qual a relevância destes contextos na produção discursiva? como se expressa esta relação entre texto e realidade? de que modo as fontes revelam o transcurso do fluir dos acontecimentos e o espaço geográfico real a que se remetem? em que medida os discursos contribuem, em cada momento, para o conhecimento (geográfico/humano) da Península Ibérica e da Lusitânia? Na nossa opinião estas inquietações são fundamentais para quem pretende situar e interpretar os textos em causa e, por consequência, a sua relevância como lastro memorial e edificante no plano da leitura e representação transdiscursiva do tema que nos ocupa. No entanto, as possíveis respostas têm sido providas das mais variadas formas e nem sempre com a necessária assertividade e rigorosa observação.

Como temos vindo a salientar, estas fontes do período clássico têm sido alvo de uma particular atenção no último século e meio, em alguns casos com múltiplas edições, uma extensíssima bibliografia e intensos debates que contemplam vários aspectos da sua forma e do seu conteúdo²⁵⁷. A leitura da *Iberia/Hispania* concorre nesse panorama, particularmente a partir da referida obra de Schulten²⁵⁸. Deve, ainda, afirmar-se que o enfoque da produção bibliográfica se tem situado essencialmente num patamar de

²⁵⁷ Entre a bibliografia que temos vindo a citar, merecem destaque os trabalhos de Patrick Le Roux (2006, 117-134) e de Gonzalo Cruz Andreotti (2002, 2004a, 2004b, 2004c, 2006) como excepção pela forma de abordagem, tentando relacionar o contexto histórico e de produção com as concepções de espaço vertidas nos textos.

²⁵⁸ Nas *FHA* (1922-1047, 6 vol.s) e em (1958-59), *Geografía y etnografía antiguas de la Península Ibérica*, 2 vols., Madrid.

utilização destas fontes para a adução dos factos que compõem a própria história da península, dos seus ocupantes e conquistadores, coordenando diversas diacronias e/ou sincronias em torno dos acontecimentos e das figuras que marcaram esse processo. Três questões ganham, quanto a nós, particular relevo neste cenário. Por um lado, como já salientámos, perante a forma como se conservaram, transmitiram e se fixaram as fontes primárias de que dispomos, ao que se junta o facto de muitas nos chegarem em estado fragmentário e por via do transdiscurso, manifesta-se, frequentemente, uma relevante dificuldade em precisar a natureza, a amplitude e os conteúdos informativos de cada obra/autor. Tal situação tem levado a afirmações imponderadas e incongruências nas leituras posteriores que delas se fizeram²⁵⁹. Por outro lado, como consequência destas condições e independentemente da vertente fenomenológica, imediata e contingente do relato de muitas destas fontes²⁶⁰, prevalece o seu carácter predominantemente memorial no que diz respeito ao tratamento de matérias de ordem histórica e também geográfica/descritiva²⁶¹. Estas asserções, projectadas nos autores do período imperial²⁶², acabam por atribuir-lhes o papel protagonista de fontes primordiais, mas também o que implica dizer tardias, no que toca ao relato de factos relativos a determinados assuntos/épocas/espacos. Tal facto não tem impedido o seu uso e abuso, muitas das vezes sem um efectivo aparato crítico de leitura e de contexto, para o apuramento actual desses mesmos factos, que na altura em que foram invocados nessas fontes eram já do foro memorial e histórico, por via transdiscursiva. Implica, pois, que o seu manejo seja feito

²⁵⁹ Disso são exemplo as afirmações de que Políbio é contraditório na concepção de Ibéria ou de Lusitânia (v. Cruz Andreotti, 2006, 83-84) ou ainda a impossibilidade deste autor para lidar com a figura de Viriato ou o episódio de D. Junio Bruto, por questões de cronologia biográfica quando sabemos que vive até c. de 120 a.C., ou seja, data muito posterior a estes acontecimentos, e baseado no argumento ser intenção de outros autores continuarem o seu relato a partir de 147 a.C. (Posidónio) ou de 145 a.C. (Diodoro). v. Pérez Vilatela (2000a, 42). Acresce o facto de Pérez Vilatela admitir que Políbio não terá igualmente escrito sobre a guerra numantina (133 a.C.) (26), apesar de haver autores que o defendem (é o caso de Cuntz (1902) ou mesmo de Díaz Tejera (1972), *apud idem*, 23), para além de também invocar questões que rodeiam o problema da conservação e transmissão dos fragmentos e dos livros finais da obra polibiana onde reconhece a eventual prática de censura e a impossibilidade de obtermos nestas matérias resultados esclarecedores (27). O assunto parece assim, ficar em aberto.

²⁶⁰ Os autores assumem uma postura que acompanha, na sua maioria, o relato dos acontecimentos contemporâneos ou relativamente recentes. No caso do período republicano - Políbio começa a narração, por volta de 220/219 a.C., que seria o ponto mais remoto de que podia ter informação fidedigna; Posidónio escreve sobre os acontecimentos da guerra celtibérico-lusitana (c. 146 a.C.), pouco mais de dez anos antes do seu nascimento (c. 135 a.C.); ou ainda Diodoro (c. 90 a.C. - 30 a.C.) que, significativamente, continuando o trabalho sobre estas guerras é o que, nesta matéria, mais recua pois começa o relato em 145 a.C. mas terá continuado até ao fim da República.

²⁶¹ Recordamos que a construção discursiva e retórica clássica tendia a afirmar a sua legitimação e validação fundamentalmente através do recurso ao passado e, nesse jogo intelectual, a valorizar e/ou menosprezar os predecessores que sobre essas matérias se debruçaram.

²⁶² V.g., Tito Lívio, Apiano ou Estrabão.

com especial cautela, dada a natural manipulação, valorização/menosprezo, adulteração e adaptação à época da redacção (particularmente no campo da leitura e interpretação do espaço e território) que o transdiscurso permite e favorece. Por último, a terceira questão associa-se a uma vertente de interpretação que não tem sido, em nossa opinião, devidamente valorizada - a singular e sincrética natureza dos textos que, como já dissemos, não se compadecem com os esquemas e critérios de catalogação e rigor temático-científico da actualidade, implica que a sua leitura não possa ir além do que o autor pretendia realmente relatar. É por isso uma imprudência esperar ou inferir uma inaptidão dos textos para darem informações de carácter geográfico (topográfico, orográfico, hidrográfico) ou coronímico quando o seu intuito é o de relatar, por exemplo, a história da luta romana contra as forças adversas e que conduziram ao domínio do Mediterrâneo como em Políbio²⁶³.

Quanto a nós, pelo que atrás dissémos, não importa particularmente a perspectiva de utilizar os textos para construir a história da Península²⁶⁴ mas tão somente utilizá-los, de uma forma que julgamos inovadora, retrovertida, ou seja, como e de que forma a história da Península e da Lusitânia aí relatadas acompanham a arquitectura, a construção e os objectivos dos textos/autores e o processo de transdiscursividade que permite a formulação e a invenção de práticas identitárias. Por isso, realçaremos apenas alguns aspectos do contexto que envolve a produção deste *corpus*, aqueles que julgamos acompanhar precisamente a produção, arquitectura, natureza, objectivos e opções dos textos/autores.

²⁶³ A secundarização dos contextos e da realidade que enforma os factos e os textos promove leituras que, pese embora a validade e interesse particular da visão de conjunto de cada um dos estudos sobre estas matérias, são desadequadas e frequentemente anacrónicas. Nem mesmo os autores mais conceituados neste campo de investigação se isentam deste reparo. Basta lembrar, a este propósito o que afirma Patrick Le Roux (2006, 119 e 121), surpreendido com a omissão de uma geografia em Apiano ou com a falta de protagonismo que Políbio confere a uma geografia dos acontecimentos na narração (ainda que, como sabemos, o livro XXXIV seria totalmente dedicado à geografia descritiva), ou ainda quando postula que os relevos e rios não influem directamente na narração das expedições, ou, por fim, quando nota que César que não tem uma estratégia militar baseada em cartas e mapas. Do mesmo modo, Manuel Salinas de Frias (2006, 167) salienta que o contributo das guerras sertorianas para ampliar conhecimentos de ordem geográfica foi bastante pobre. Cabe-nos perguntar se: i) estamos hoje cabalmente informados de todas as relações entre as acções do terreno e a produção discursiva/autores? ii) será suposto que todas as acções militares da época tivessem essa missão? iii) não será possível que não transpareçam das fontes tal como hoje as recepçamos mas que na realidade tenham existido tais contributos? Afinal o próprio Salinas de Frias reconhecia no início do seu estudo que havia muitas dificuldades em estudar este período pela dimensão tardia das fontes que a ela se referem (ou seja numa época em que a geografia ibérica já estaria mais conhecida e regularizada do ponto de vista territorial e administrativo) e pela dificuldade de estabelecer as linhas de fontes originais e primogénitas (*idem*, 153).

²⁶⁴ Cf. *supra*, início do capítulo sobre a fase pré-romana e republicana.

Porventura, um dos aspectos mais importantes que confirma a pertinência desta linha de abordagem encontra-se na proximidade entre o campo de produção discursiva e o evoluir dos acontecimentos, pois sabemos que existe uma íntima relação entre a conjuntura que projecta o poder de Roma no Mediterrâneo, o seu *modus faciendi* e a configuração de uma historiografia romana²⁶⁵. Foram, portanto, as circunstâncias históricas que fizeram emergir a realidade peninsular, o seu espaço e os empreendimentos territoriais que aí se vão modelando, as suas condições oro-hidrográficas, o seu mosaico humano, enfim a colocá-la no âmbito e na agenda da *oikouménē*. Do mesmo modo, foi este o contexto que desencadeia uma notável produção discursiva que, assentando num modelo helenístico se vai reproduzindo e adaptando à nova realidade política, social e cultural liderada pela *Vrbs*²⁶⁶.

Nesta perspectiva, sobressaem, quanto a nós, alguns factos ocorridos no período das três Guerras Púnicas pois, como salienta João Gouveia Monteiro²⁶⁷, "Cartago impunha-se como uma cidade riquíssima, controlando o comércio no Mediterrâneo ocidental e dominando as costas de África e da Hispânia, assim como as ilhas da Sicília, da Sardenha e da Córsega" e, desde o início da década de 230 a.C., vinha concentrando a sua acção na Península Ibérica. Aqui os Barcas construíram uma espécie de principado semi-independente, assente num exército bem preparado e leal à sua família, que governava em proveito próprio mas sem nunca perder de vista a ideia de uma desforra sobre os Romanos. Aníbal Barca desejava constituir, na Ibéria, um exército capaz de o realizar e para isso havia tratado de reunir homens de diversas origens incluindo muitos Iberos, Lusitanos e Celtiberos. Esta situação terá provocado Roma que observava com apreensão o expansionismo púnico nessa zona e procurava impor-lhe limites, levando ao desembarque das tropas romanas em *Emporion* no ano de 218 a.C.. Sendo assim, como é

²⁶⁵ Ideia recorrente nos autores que se têm debruçado sobre este período, v.g., Bancalari Molina (1995, 75-76); Le Roux (2006, 117-119); Amílcar Guerra (2010, *passim*, 2015b, 202); Zechini (2016, 11-12).

²⁶⁶ Segundo Le Roux (2006, 117), os romanos tiveram um papel preponderante dos contactos, à exploração e à construção do espaço peninsular, apesar de considerar que, na realidade demonstraram um desinteresse efectivo pelo território, pois verificar-se-ia que apenas assumiam essa atenção quando as "circunstâncias e os acontecimentos" os obrigavam, nomeadamente a luta pelo poder no Mediterrâneo. No entanto, parecem-nos que "circunstâncias e os acontecimentos" representam estritamente e exactamente essa condição e na avaliação histórica de um determinado passado formam, num complexo mais vasto, aquilo que chamamos *conjuntura*. Sendo assim não concordamos totalmente com esta visão redutora da secundarização da Península no seio da política romana - os acontecimentos que descrevemos comprovam-no, dentro, obviamente, dos limites que a época impõe. Se não fosse assim, não se entenderiam, entre outros factos, as acções militares, o esforço administrativo de apropriação do espaço, as decisões que puseram a Península no palco de lutas internas (Sertório, Pompeu, César), ou mesmo a visão romanocêntrica a seguir exposta.

²⁶⁷ 2015, 148, 163.

sabido, a Península veio a ser o cenário principal de um destes confrontos (Segunda Guerra Púnica).

Radicando num período anterior, como adiante veremos, que reporta a uma linha de tradição historiográfica e geográfica helénica no que toca à leitura espacial e humana mas agora potenciada pelos quadros de confronto que resultam das três fases deste conflito, com continuidade posterior nas guerras celtibérico-lusitanas e sertoriana, nasce e vem a fixar-se um modo de interpretar e registar o espaço peninsular, que a ele adaptado nas suas mais variadas particularidades, desde a sua condição limite e periférica às centralidades que o tornarão protagonista²⁶⁸, cria uma representação enraizada e consolidada dos/nos discursos. Embora apresentando variantes que descreveremos na natureza, arquitectura dos textos e na representação do território em causa, este modo de leitura do espaço afigura-se transversal e comum a todos eles. Mas que factores conjunturais são esses que justificam e complementam as nossas reflexões e o posicionamento anteriormente definidos face aos *índices fundamentais de leitura*, às *modalidades de abordagem* e aos *critérios de análise*²⁶⁹? Dividimo-los, para efeitos de breve exame, em cinco campos interdependentes, que para melhor entendimento apresentamos assumidamente como credores de uma esquematização teórico-científica actual: i) geografia física; ii) geografia económica iii) geografia humana; iv) factor etnológico; v) organização político-administrativa.

Pelo que temos vindo a explicar, facilmente se entende que o que dá sentido à existência histórica e geográfica da Ibéria, neste período, é o contexto que envolve a sua participação no quadro da conquista romana ao tempo da presença bárcida. Como vimos anteriormente, determinara-se um substrato inicial e estruturante que corresponde a uma representação resultante, por um lado, da experiência e registos da geografia náutica helénica²⁷⁰, que marcam indelevelmente as primeiras impressões da configuração do Mediterrâneo e das costas marítimas da Ibéria, com sérias incursões na costa atlântica, e por outro lado, também nos textos mais elaborados de natureza geográfica e

²⁶⁸ Disso são exemplo profícuo, para este período, a segunda Guerra Púnica, as Guerras Celtibérico-lusitanas, o conflito sertoriano e o influxo hispânico da Guerra Civil protagonizada por César e Pompeu.

²⁶⁹ V. capítulo *Das origens da Lusitânia como Topos discursivo*.

²⁷⁰ Atrás salientámos as colunas de Hércules e o reino dos tartessos como duas referências geográficas e etnográficas que desenham este mundo longínquo e que se associam aos relatos das viagens de descoberta e colonização dos povos mediterrâneos. Terá sido precisamente um navegante grego, Coleo de Samos, o primeiro a cruzar as colunas e a deparar-se com uma nova moldura política e humana (tartessos). Ou seja, serão os périplos náuticos a protagonizar estes primeiros tempos de contacto que os autores de outra natureza contemplam como fontes e aproveitam para a construção de um discurso mais elaborado (Heródoto e, depois, Políbio).

historiográfica (v. g. Heródoto e Eratóstenes)²⁷¹. Nessa fase, os registos apresentaram características peculiares que conformaram a forma inicial da percepção do espaço peninsular e que agora são moldados pela evolução conjuntural, denunciando as matrizes fundamentais pelas quais passa a ser representado. Nesse sentido, se considerarmos a "interacção púnica na Ibéria", para utilizarmos uma expressão de Eduardo Sánchez Moreno e de Enrique García Riaza²⁷², com maior incidência no período 237-206 a.C., em que o Sudoeste e Levante peninsular aparecem como área de rectaguarda, espaço de refúgio e região susceptível de proporcionar novos recursos humanos e económicos face à presença romana, entendemos como esta fase foi crucial para a evolução histórica das comunidades indígenas, por via da sua integração, pela primeira vez, nos esquemas administrativos de uma potência talassocrática. Através do poder militar²⁷³ e de mecanismos de actuação político-diplomática, a presença cartaginesa fomentou a relação com os líderes indígenas, mormente os lusitanos, o que terá permitido o acesso a uma mais eficaz exploração económica e à tentativa de ampliação do domínio para o interior. Como consequência criaram-se as condições para posteriores dinâmicas de integração, correspondentes à *koiné* helenístico-romana, o que permitiria entender a atitude lusitana frente à expansão da potência itálica, a sua linguagem diplomática, a sua estratégia e táctica militares, assim como alguns aspectos da organização administrativa local²⁷⁴. Neste cenário, a realidade oro-geográfica emerge e assume uma importância fundamental, escorada pelo significado político-militar e económico, alterando, ampliando e

²⁷¹ Fundamental para o conhecimento do espaço foi, ainda, a obra de Éforo de Cime (ca. 400 a.C.-330 a.C.), que entre o relato que invoca persas, gregos e sicilianos refere os celtas (*Keltoi*) que ocupariam praticamente toda a Península até *Gadir* - aliás, autor designado por Políbio como o único historiador universal autêntico da Antiguidade e posteriormente muito utilizado por Diodoro Sículo e citado extensivamente por Estrabão. Será, aliás durante este mesmo período que se verifica um crescimento exponencial de conhecimentos topográficos e etnográficos, com o Oriente a beneficiar das conquistas de Alexandre Magno e o Ocidente a merecer uma exploração intensiva por viajantes como Píteas. Do mesmo período são as descrições do denominado *Pseudo-Scymnos*, que identifica grande parte do território como *Keltikē*, fazendo referência aos *Tartēssioi* e aos iberos (*Ibēres*) misturados no Noroeste com os lígures. Esta leitura do espaço transmite a noção de que não existia a barreira dos Pirenéus como fronteira entre etnias e povos. Marín Martínez (2012, 447-449)

²⁷² 2012, 1249.

²⁷³ Os púnicos mantinham, desde 237, uma contínua guerra contra os célticos do Sudoeste, os lusitanos meridionais estritos - confirmado pela contínua menção (Liv. XXII, 20, 9; Pol. X, 7, 4-5) de pelo menos 1/3 dos exércitos na Lusitânia, perto do Oceano e junto a Gades. Ver o estudo de Pérez Vilatela (2003, 7-42) em que se analisa este período a partir da administração territorial cartaginesa da Ibéria e das informações veiculadas por Políbio.

²⁷⁴ Concretamente para o caso lusitano ver o estudo supracitado de Sánchez Moreno & García Riaza (2012). Esta interacção, embora relativamente breve, terá sido bastante invasiva e marcante para os povos considerados. Segundo Blázquez (*apud* Pérez Vilatela, 2003, 42), no momento em que os romanos vencem em definitivo as forças púnicas, em 202, depois de Zama, a Ibéria «estaba cansada de la explotación de los cartagineses».

fundamentando a imagem tradicional ibérica da ecumene antiga que inicialmente se reportava fundamentalmente ao registo dos contornos marítimos e regiões costeiras. O desejo de melhor conhecer o espaço, reconhecendo-o, mas também assimilando-o e vertendo-o em território fazem sobressair as regiões internas, desenhar as bacias fluviais e emergir os montes²⁷⁵.

Não podemos esquecer que a visão do espaço ibérico estava longe de ser uniforme e completa²⁷⁶ e que as particularidades da geografia física assumiam protagonismo em virtude da sua importância como fronteiras de conflito e de leitura de áreas étnicas, no desenho de vias de comunicação e penetração, na concentração populacional, na estratégia de conhecimento e domínio da costa e dos territórios peninsulares internos, no escoamento e exploração de riqueza - no caso do relevo e das bacias hidrográficas. Num primeiro momento, a par da importância referencial dos Pirinéus e das escassas referências a montanhas interiores – Idúbeda e Oróspeda que servem como limites que marcam o *hinterland* peninsular em torno da Celtibéria e da Lusitânia²⁷⁷ - no tocante à

²⁷⁵ Francisco Prontera (2006, 24-25) assinala a importância da nova imagem da Ibéria na carta do mundo conhecido e invoca a descoberta dos Pirinéus como dorsal que se estende do Mediterrâneo ao Oceano, configuração que encontramos em Políbio, Artemidoro, Estrabão e Agripa/Plínio (Moret, 2012, 36) mas que está longe das referências ao mesmo acidente de relevo em leituras anteriores, tal como Aristóteles ou Eratóstenes. Essa imagem mais adequada à realidade geográfica real terá sido precisamente um êxito e uma consequência da guerra bárcida e da conquista romana. Esse novo elemento diagramático condicionou o desenho da Europa ocidental, onde os sistemas oro-hidrográficos foram esquematizados em linhas paralelas e ortogonais face à orientação distorcida dos Pirinéus.

²⁷⁶ Cruz Andreotti (2004a, 39) fornece, a este propósito uma síntese sugestiva que acompanha a diacronia deste período: "Así, disponemos primero de una Iberia previsiblemente reducida al espacio masaliota-ampuritano, cuya realidad nace al calor de la colonización griega en torno al Golfo de León; posteriormente, colegimos la existencia de otra limitada al ámbito del Íber (nucleada alrededor de los ilergetes) – ¿cronológicamente entre el Tratado del Ebro y finales de la Segunda Guerra Púnica?– y contemporánea a una Hispania “más acá” del citado río, aquella zona de influencia masaliota, la aliada de Roma y obviamente sin definir hasta la llegada de Escipión; finalmente - ¿tras la división provincial?; ¿tras las guerras Celtibero-Lusitanas?- una y otra se equiparan en un mismo término –territorio, aunque persisten otras denominaciones– divisiones según “las circunstancias” siguiendo la afirmación de Estrabón (¿la conventual?; ¿las divisiones provinciales instauradas por Augusto?)"

²⁷⁷ Cruz Andreotti (2004a, 41, 43; 2006, 89).

orografia, assomam duas bacias hidrográficas - o Ebro²⁷⁸ e o Betis²⁷⁹ (actual Guadalquivir) - que, pelas razões descritas, são cenário de conflitos ou mesmo servem de designativo de batalhas ou acordos. A acção romana em torno dos grandes eixos de penetração inicial (Turdetânia/Betis e Ebro) parece ir construindo realidades mais homogéneas que a conquista vem confirmar e consolidar²⁸⁰. A eles associam-se outros eixos modeladores e referenciais que participam no papel de limite e de estratégia impostos pela configuração dos grupos étnicos e pelos diversos conflitos que percorrem todo o período aqui considerado. Falamos do protagonismo que se inicia nesta fase com o Guadiana a desempenhar também uma função identitária com a região étnica Túrdula e a sua carga mítica mas principalmente o curso do Tejo²⁸¹ e, posteriormente, o vale do

²⁷⁸ O vale do Ebro esteve no centro do início do conflito da Segunda Guerra Púnica pois em 226 a. C., o senado romano, talvez preocupado com a sua velha aliada Massália (Marselha), impôs a Asdrúbal a promessa de não se expandir para além desse rio (tratado do Ebro) mas ideia de Aníbal consistia em invadir a Itália por terra, a partir da Ibéria, atravessando rio Ebro (Monteiro, 2015, 164). Por sua vez, a entrada romana na Península faz-se por *Emporion*, a norte, situada quase na base dos referidos montes, assegurando-se um controlo a partir de Nordeste. Neste contexto surge a batalha do Ebro (217 a.C.) (Sánchez Moreno & García Riaza, 2012, 1252). Outros momentos deste conflito envolvendo esta fronteira poderiam aqui ser citados, nomeadamente a derrota e morte dos primeiros elementos da famosa família dos Cipíões, em 211, (Gneu Cornélio Cipião e seu irmão Públio) e o facto de pôr em causa a continuidade destas operações mais para sul, apesar de progressos até terras turdetanas, o que obrigou ao recuo das posições romanas até àquele mesmo rio (Guerra, 2015, 220). Também por estas razões, ao nível dos discursos, por exemplo para Políbio o Ebro surge sem dúvidas na sua localização e na sua condição de fronteira (Cruz Andreotti, 2004a, 42, 43).

²⁷⁹ A zona meridional do sudoeste foi um território estratégico, assumindo importância nas campanhas militares entre púnicos e romanos, servindo de tampão para a defesa e conquista do vale do Betis. (Sánchez Moreno & García Riaza, 2012, 1251). Também aí se desenrolaram os acontecimentos que levaram à expulsão definitiva dos opositores de Roma, em 206 a.C., na referida batalha de Ilipa. Por outro lado, toda esta zona, ligada também ao Anas (Guadiana), se encontra relacionada com a presença turdetana e com a sua imagem valorizada de forma qualitativa e quantitativa como paradigma da civilização e cultura que se aproximará dos padrões romanos, segundo Estrabão: apresentando uma economia urbana agrícola e comercial desenvolvida (*Str.* III 2.1; 2.3), e um passado esplendoroso por via dos já citados Tartessos (*idem*, III 2.11) (Cruz Andreotti, 2004a, 49).

²⁸⁰ Cruz Andreotti (2006, 90).

²⁸¹ Este eixo parece assumir importância vital quer pela sua relação com a região dos célticos meridionais-lusitanos, quer pelo valor estratégico que assume no seio das forças púnicas. Segundo Tito Lívio (*Liv.*, 27, 20), em 209 a.C. as forças cartaginesas estavam organizadas em três comandos territoriais sendo que o primeiro ocupava precisamente a zona desde o litoral atlântico e o curso inferior do Tejo sob as ordens de Asdrúbal Giscão, enquanto o segundo controlava o Estreito e o vale do Guadalquivir sob o comando de Magão Barca, e o terceiro no litoral mediterrâneo sob as ordens de Asdrúbal Barca (Sánchez Moreno & García Riaza, 2012, 1254-1255). Posteriormente, esta bacia fluvial também se salientou pelo seu valor nas campanhas de Catão, o Censor, destinadas a consolidar a linha do Tejo, com ataques aos Carpetanos e seus aliados, que culminam com a tomada de *Toletum* (*Liv.* 35, 22, 5), e confrontos com os Lusitanos na Baixa Andaluzia ou ainda na definição de espaço de identidade étnica quando Apiano se refere a Cauceno, chefe dos Lusitanos «do outro lado do Tejo» (*App., Hisp.*, 57) (*Apud* Guerra, 2015b, 222, 224).

Douro, em contexto das guerras celtibérico-lusitanas²⁸² e do conflito sertoriano²⁸³, ambos relatados numa arquitectura discursiva que demonstra tratar-se de conflitos/confrontos de forças cuja essência do seu desenrolar remete para as matrizes espaciais de entendimento. Extraordinárias palavras de Estrabão que sintetizam esta ideia - "Una región posee confines bien claros cuando es posible individualizarla gracias a los ríos, los montes o el mar, o está ocupada por un pueblo o un conjunto de pueblos, y cuando se puede definir la extensión y la forma" (*Str.* II 1.30).

Desta forma, podemos assinalar uma produtiva simbiose entre conjuntura histórica, geografia física e produção de identidade territorial dado que, pelo que sabemos, a contínua acção romana no terreno acompanha as linhas orográficas e as bacias fluviais como matéria sensível nos horizontes determinantes da progressão e recuos das forças em presença²⁸⁴. Tal permite, por outro lado, uma leitura topográfica da paisagem geográfica que se repercute na forma e na actualidade coeva do registo discursivo, autorizando, por exemplo, que Políbio desconfie de qualquer informação que não esteja devidamente confirmada e valorize a sua *autopsia* (confrontação com a experiência pessoal no terreno) assim como apenas considere válido o que é historicamente substancial e demonstrável, ou seja uma "geografia dos militares"²⁸⁵. Esta nova topografia tem a sua correspondente na emergência e formação de uma toponímia e etnonímia que, partindo de uma tradição grega notável, convive agora com um substancial aumento de informação de todo tipo e origem, fruto da actividade militar romana, e que se repercute nos discursos históricos e

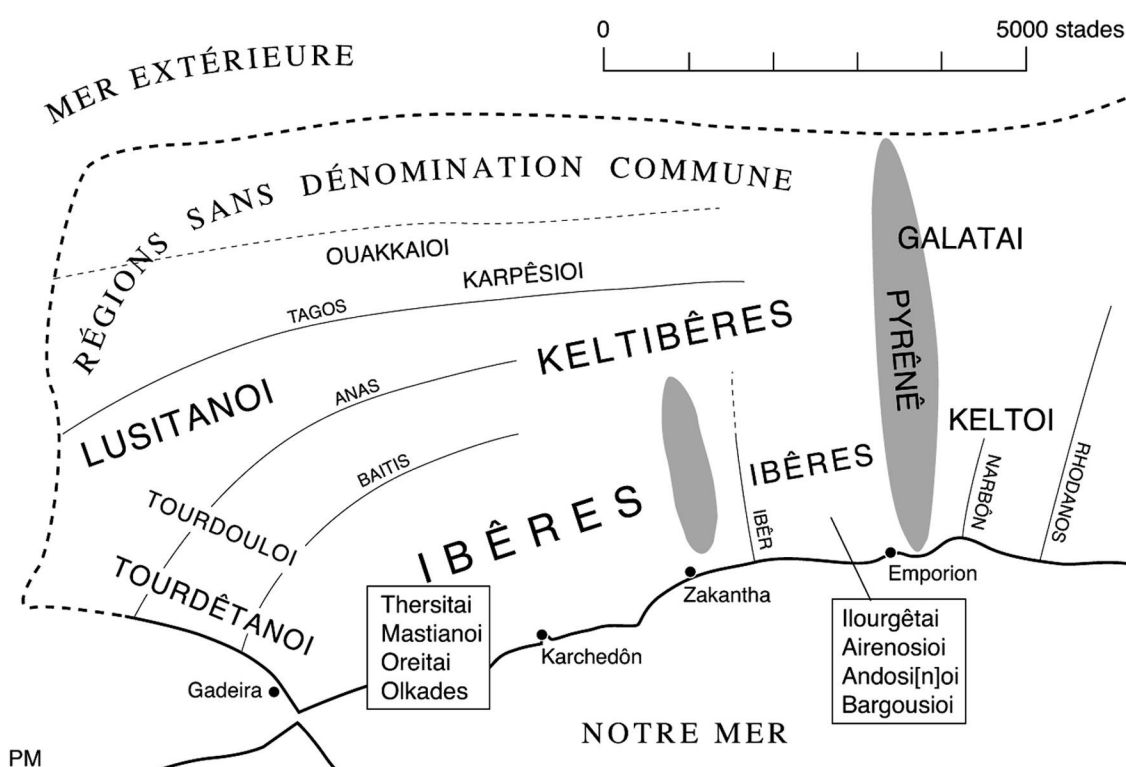
²⁸² Saliente-se que, para além da consideração destas bacias como eixos estruturantes na vertebração do espaço e definição de territórios de conquista no período entre 181 e 133 a.C. (guerra celtibera) e 155-138 a.C. (guerra lusitana), aparecem com especial importância e protagonismo numa fase posterior, também considerada, por Sánchez Moreno (2017, 60, 61, 64, 68), como uma nova etapa daqueles conflitos, entre 114 e 93 a.C. Aqui, questiona-se a tradicional ideia da pacificação generalizada do interior peninsular até à linha do Douro, considerando-se que "el valle del Duero representara una frontera determinante (Cadiou 2007, 51; Cadiou, Moret 2009)" mas que o Tejo, no seu curso médio e final, constituiria uma espécie de "buffer zone" fora do controlo romano, que só se viria a confirmar com maior concretização no domínio urbano e fiscal da província, precisamente com o Douro como *limes*, a partir da pretura de César (61 a.C.). Sendo assim, as Guerras Púnicas tornaram Roma a força dominante no Mediterrâneo, que, a partir de 146 a. C., já dispunha de seis províncias ultramarinas – Sicília, Sardenha e Córsega, Hispânia Citerior, Hispânia Ulterior e África (Monteiro, 2015, 188-189) que certamente pretendia gerir de acordo com os valores e princípios de organização político-administrativa dominantes.

²⁸³ Neste último conflito, o cenário do Ebro volta a estar particularmente visível em diversos momentos entre 77 e 75 a.C., nomeadamente com os protagonistas Perpena e Pompeu. Sobre o assunto ver Pina Polo (2009, 226-229).

²⁸⁴ Cruz Andreotti (2006, 88-89) já havia notado que ao papel cartográfico determinante do Ebro numa fase preliminar (guerra anibálica) se juntarão outros rios que sustentam o desenho geográfico da Ibéria - Tejo, Guadiana e Guadalquivir - que têm ainda a virtualidade de surgir, no único relato que acompanha estes acontecimentos - de Políbio -, como forma de delinear longitudinalmente a Península (à volta de 6000/8000 estádios) dado que se encontravam, na concepção deste autor, a correr perpendicularmente aos Pirenéus, função que o curso do Ebro não permitia por se encontrar paralelo a este relevo.

²⁸⁵ *Idem*, 82.

geográficos, frequentemente de maneira caótica e contraditória, não impedindo que paulatinamente se fixe e cristalize uma nova toponímia e etnonímia mais precisa e menos helenizada²⁸⁶. Por sua vez, através da observação dessa mesma toponímia, nomeadamente em Políbio, podemos perceber a importância do registo oro-hidrográfico e dos aglomerados urbanos neste quadro de geografia político-militar.



Reconstituição hipotética da Ibéria de Políbio, a partir das descrições e das indicações de distância dos livros III e XXXIV, em MORET, P. (2003) nos quadrados, os nomes de povos iberos mencionados no livro III. Apud, Moret (2006, 73).

²⁸⁶ Pierre Moret (2006, 44-45), denota que, a este propósito, é quase impossível estabelecer um quadro geográfico coerente da Hispânia a partir do texto de Tito Lívio.

Assim, nas representações do território, mormente as discursivas que aqui analisamos, assistimos à apresentação de um léxico descritivo próprio, assente nos mesmos parâmetros - destacam-se rios, apontam-se montes, assinalam-se acidentes geográficos com fundo mítico-real (cabos - sacro, colunas de héracles), localizam-se e descrevem-se cidades, dinamizam-se regiões/grupos étnicos. A par dos topónimos e etnónimos, indícios do reconhecimento e da socialização do espaço, afirmam-se corónimos coadjuvantes de realidades sociais singulares e de projectos de poder ou domínio, particularidade conivente com o surgimento e afirmação da entidade *Lusitania*.

Na contingência significativa desta apropriação e leitura do espaço físico, avultam manifestos interesses económicos, particularmente a exploração de minérios, que justificam e sustentam boa parte das opções e comportamentos dos actores em presença e que, por essa razão, também se constituem em factor decisivo e constitutivo da construção, invenção e identidade espacio-territorial²⁸⁷, assim como em recurso manifesto dos conteúdos da produção discursiva. Os cartagineses, pela sua parte, terão acedido a metal precioso em quantidade suficiente para financiar o conflito e para recrutar um elevado número de guerreiros tribais²⁸⁸, ao mesmo tempo que o posterior controlo romano dos principais recursos e minas, assim como dos contextos envoltentes - vales fluviais e linhas de comunicação e transporte - permitem perceber o jogo das forças e a gestão das acções no terreno²⁸⁹. Como consequência, Roma foi obtendo uma eficiente capacidade no domínio fiscal e na exploração mineira o que lhe permitiu colher proventos de dimensão inédita²⁹⁰.

Não conflituantes com estes dois factores, antes paralelos e catalisadores da sua dinâmica e ponderação, surgem a geografia humana, a dimensão etnológica e a organização político-administrativa. Entre a abundante informação e variadas interpretações que poderemos retirar das fontes e da bibliografia, interessa-nos, nestes três campos, reflectir sobre duas questões que consideramos relevantes, caracterizam esta conjuntura e que preconizamos terem especial pertinência na construção, conformação e representação discursiva do espaço peninsular.

²⁸⁷ Para a análise do interesse económico e mineiro da Península neste período ver, entre uma extensa bibliografia, Alonso-Núñez (2010, 7-8), W. Dahlheim (1977, 77-110) e Orejas, A. & Sánchez-Palencia, J. (2002, 581-599).

²⁸⁸ Monteiro (2015, 165).

²⁸⁹ Segundo Amílcar Guerra (2015b, 207), uma outra vertente da estratégia militar romana residiu, precisamente, no ataque a uma das grandes fontes de rendimento dos Cartagineses: os recursos mineiros.

²⁹⁰ *Idem*, 222-223.

A primeira questão aponta para a importância das cidades e de outras formas de comunidade humanas na *invenção de uma geografia da Península*²⁹¹. É evidente que nem todas estas configurações seriam da mesma tipologia, escala e função mas de qualquer forma, essa é uma das fórmulas cardeais sobre a qual se constrói a geografia humana²⁹², e consequentemente, a produção narrativa que encontra nessa matéria uma matriz de descrição e organização do espaço. Também a acção militar e política, coerente e harmonizada com a visão e *forma mentis* do conquistador e das forças em presença (púnica/helénico-romana) - civilizações mediterrânicas da *poleis/polis/urbs* - colhe nesta "*geografia das pessoas*". E se é comumente reconhecido o carácter preponderantemente urbano da cultura, política e administração romanas, não podemos descurar a sua precocidade púnica²⁹³, porquanto se constata a grande amplitude e o carácter vincadamente territorial da conquista cartaginesa de Ibéria pelos generais/governadores da família Barca, onde se destaca toda a faixa meridional e insular, estabelecidos desde *Gades* a *Ebussus* (Ibiza) pelo litoral mediterrânico. Até à presença bárcida a influência e controlo sobre os espaços urbanos parece ter sido diminuta mas a conquista em menos de vinte anos (237-219 a.C.) trouxe substanciais alterações²⁹⁴, pois havia uma homogeneidade na administração territorial, com diferenças entre etnias e cidades²⁹⁵.

Não admira, portanto, que as circunstâncias que relevam do cenário de conflito que opõe as duas forças talassocráticas que temos vindo a expor e a continuidade

²⁹¹ Para usarmos a feliz expressão que deu título a um colóquio e respectivas actas - *La invención de una Geografía de la Península Ibérica*. I. La época republicana. II. La época Imperial. Actas del Coloquio Internacional na Casa de Velázquez, 2005.

²⁹² A outra é a da escala étnica que também aqui é considerada.

²⁹³ Vejam-se os contributos de Pérez Vilatela (2003) e Sánchez Moreno & García Riaza (2012) que seguimos nesta questão.

²⁹⁴ Pérez Vilatela (2003, 11-12). Nesta perspectiva nota-se o carácter excepcional desta influência pela sua natureza política pois Cartago tinha um "peculiar régimen de gobierno aristocrático y timocrático, con una importante presencia de la asamblea popular y con la suficiente garantía de fidelidad a su constitución ancestral como para ser considerado uno de los regímenes «modélicos» por parte del exquisito Aristóteles" (*Idem*, 13); mas acompanhado de um exercício do poder e relevância simbólica e futura visível na magnanimidade de Aníbal pois "los opuestos al poder de Cartago no fueron tratados con tanta benevolencia, con algunas excepciones: la inexplicable pre- servación de Emporion y su territorio por parte de Aníbal, pese a saber que los focenses occidentales, organizados en torno a Massália, habían sido contumaces enemigos del predominio cartaginés".

²⁹⁵ Pérez Vilatela (*idem*, 14-15) resume a importância peculiar deste mosaico humano e urbano, em quatro pontos, entre outros, que nos interessam e nos revelam a complexidade e valor desta matriz de organização do espaço; atribuímos a cada um destes aspectos a seguinte categorização: valor simbólico, origem, hierarquização, estatuto/direitos: i) eram as cidades que tinham a maior diferenciação e privilégios; ii) eram privilegiadas as cidades dos líbio-fenícias, assim como as fundações estritamente cartaginesas (Bárcidas), como *Akra Leuke* ou *Carthago Nova*; iii) c) havia cidades mais «adictas» que outras, v.g. *Astapa*, e que se supõe que receberam um tratamento mais favorável por parte da administração cartaginesa; iv) aquelas que cunharam moeda no período Bárcida, como *Ebesus*, *Gadir*, ou *Qart Hadasht*, tinham algum privilégio especial para o fazer.

conjuntural da conquista e presença romana na Península, vá de encontro a esta dinâmica e interpretação do espaço. O que ressalta dos textos e da realidade que se conhece sobre todo este hiato temporal sugere que as realidades topográficas que invocámos decorrentes do reconhecimento da geografia física (relevo, bacias fluviais), formam, naturalmente, um conjunto de informações e factos que ajudam a construir a representação deste espaço mas servindo como cenário contingente e significativo²⁹⁶ porquanto enquadra outra ordem de leitura: a da realidade humana. Não obstante esta singularidade, durante os séculos II e I a.C. os acontecimentos que envolvem a Ibéria/Hispania não parecem carecer de uma estratégia apoiada numa visão de conjunto e/ou adaptada a um programa sistemático de conquista e objectivos de defesa. Tudo parece fluir ao sabor da contingência, como se se desenrolasse uma lista de comunidades/cidades e agrupamentos étnicos, situados e alinhados no fluxo dos acontecimentos, em eixos Norte-Sul, Oeste-Este, que se vão completando ou reconquistando conforme o avanço no terreno e as possibilidades de contactos, sem uma verdadeira percepção territorial e delimitada do espaço.

Dadas estas circunstâncias, em que a prática de contactos e de conquista se desenvolve por contiguidade e avaliação contingente dos passos seguintes a dar, temos que a fixação e integração estratégica do espaço peninsular no domínio romano reporta, independentemente da inexistência de uma verdadeira cultura geográfica, por um lado, à racionalidade e concepção que vão formando Roma (Senado/*imperatores*), os seus debates e o papel ainda incipiente dos seus delegados de poder (militares ou administrativos - pretoriais/governadores) e, por outro lado, à importância do factor humano, que sustentará a relevância dos contactos, disposição e fixação de determinados núcleos urbanos e/ou áreas étnicas.

Porventura só desta forma podemos entender que, tal como já havia notado Cruz Andreotti²⁹⁷, os limites e as fronteiras de um *ethnos* ou uma *polis* resultam da projecção da sua capacidade de organização político-militar, o que tem por consequência, diríamos, a tradução e o influxo das condições de contacto, de apropriação e de reconhecimento

²⁹⁶ Todavia não parecem influenciar directamente o fluir da narração ou a condução das guerras do ponto de vista de constituírem um projecto de conhecimento estratégico e previamente estabelecido por forma a ser encarado como um saber estruturado, planificado, metódico, como se uma disciplina geográfica propriamente dita se tratasse, o que aliás seria anacrónico. Segundo Le Roux, essas realidades geográficas estão, por exemplo, presentes no momento da relação dos factos e da invocação dos triunfos perante o Senado e o povo, em que o inventário dos lugares, dos povos, das cidades servem a legitimação dos actos e a validade do esforço e das dificuldades. Disso são exemplo os *Fasti Triumphales* (2006, 121, 122).

²⁹⁷ 2004a, 37.

efectivos na forma e conteúdos da representação discursiva. Até porque o mosaico humano, organizado em diversos modelos de comunidades, apresenta preponderantemente, como vimos, evidentes sinais de continuidade. Basta lembrar a importância que as cidades desempenham no desenho destas proximidades e dos próprios conflitos dos séculos II e I a.C. - por exemplo, a sobrevivência de elementos púnicos (culturais, linguísticos, socioeconómicos e demográficos) é patente nas cidades da Bética pelo menos até à época de Augusto, segundo o que podemos ver em Estrabão²⁹⁸.

Ora, é precisamente neste cenário que surge a segunda questão relevante para os três campos acima descritos e, particularmente, para a matéria desta tese. Partindo da importância dos contactos com estas realidades e do pressuposto de um determinado grau de sofisticação dos lusitanos num plano de hierarquização e complexidade do seu contexto socio-territorial, esta segunda questão, intimamente relacionada com a primeira, aponta para uma necessária desmistificação da imagem deste povo, que entendemos, quer numa dimensão comportamental (o papel de Viriato, a participação activa nos conflitos púnicos e a imagem de resistência) quer no substrato político-cultural (o contacto com as cidades, a diplomacia, a concepção de "amigo dos romanos"). A abordagem historiográfica das últimas duas décadas tem ajudado a desconstruir e a interpretar, dentro do possível, o papel dos lusitanos no seio destes conflitos, a sua índole e o seu perfil socio-político, assim como da figura principal que os lidera, mormente a personagem Viriato²⁹⁹.

Como já referimos, de acordo com a interpretação historiográfica actual, e como nos diz Sánchez Moreno³⁰⁰, longe de representar um conjunto étnico politicamente unificado, os lusitanos são uma construção supraétnica que reúne um conglomerado de subgrupos e comunidades políticas com distinta articulação e insuficientemente

²⁹⁸ Str. 3, 2, 12, *apud* Sánchez Moreno & García Riaza (2012, 1252-1253). São ainda destacadas, aqui, o papel das cidades de *Gadir*, *Carthago Nova* e dos enclaves estratégicos do vale do Guadalquivir. Neste caso sobressai, "na área meridional peninsular, a contumácia de Astapa – "siempre fiel a los cartagineses", en palabras de Livio (28, 22, 1) y Apiano (Iber., 33) –, la proclividad inicial de Cástulo (*coniuncta societate Poenis*, Liv., 24, 41, 7) y la resistencia de las ciudades del régulo Attenes en el contexto de la batalla de Ilipa en el 207 a.C. (Liv., 28, 15, 14-15) (*ibidem*, 1253-1254) - como resultado da política púnica de atracção das elites locais. Aliás, os elementos filo-púnicos do sul peninsular durante a época bárcida não parecem ter desaparecido absolutamente após a sua derrota (206 a.C.) e manteve-se uma clara atitude de resistência contra Roma o que se parece manifestar na participação activa do meio-dia hispano na sublevação de 197-195 a.C., na qual, segundo Tito Lívio (33, 21, 8), participam cidades como Carmo, liderada por Luxínio, ou as 17 *oppida* de Culchas, régulos com um forte papel nestas acções (*Ibidem*).

²⁹⁹ Entre a bibliografia já citada, também contemplando a reformulação desta tradição e o questionamento histórico e agora fundamentado da imagem de bandoleiros e de latrocínio, destaquem-se Amílcar Guerra e Carlos Fabião (1992, 1998), Paulo Farnhouse Alberto (1996), Maria Helena da Rocha Pereira (2004), Sánchez Moreno (2012, particularmente a bibliografia citada na nota 13, 1256; 2015-2016, 2017).

³⁰⁰ 2017, 61-62. Nesta sequência seguimos a Alarcão (2001 *passim*, 2002, 15-16) Sánchez Moreno & García Riaza (2012), Sánchez Moreno (2017).

conhecidos, cujos padrões de povoamento e indicadores arqueológicos revelam tratar-se de comunidades consideravelmente complexas e dirigidas por aristocracias guerreiras e clientelares, que mantêm redes políticas e económicas a grande distância e se articulam, desde o séc. III a.C., em torno de *oppida* ou lugares-centrais fortemente amuralhados, que dominam territórios políticos hierarquizados e organizados, mais ou menos vastos. Sendo assim, segundo Jorge Alarcão, provavelmente os lusitanos não eram um *populus* mas talvez um conjunto de *populi* habitantes da Beira Interior e que posteriormente os romanos converteram em *civitates*³⁰¹, aliás os mesmos que são mencionados, na sua maioria, na inscrição da ponte de Alcântara, CIL II 760³⁰² - povos de origem indo-europeia, pré-célticos, como claramente se demonstra pela língua visível em raras inscrições da época romana³⁰³. Viviam da pastorícia e do saque, descendo com frequência às terras a sul do Tejo ao vale do Guadalquivir³⁰⁴. A recorrente imagem nas fontes da sua extraordinária resistência, acompanhada pelas conhecidas acções do seu líder Viriato na composição das guerras lusitânicas, devem remeter, quanto a nós, para um contexto anterior que potencia essa consignação temperamental e organizacional, que terá conseguido fazer frente aos exércitos romanos.

Esse contexto prévio está claramente associado à presença e influência púnica³⁰⁵, de tal forma marcante, que terá levado Amílcar Guerra a notar que essa resistência lusitana começa a ter um representante na figura de *Púnico*, "um nome sugestivo" adjectivado por este autor, parecendo estranho que fosse este a designação de uma personagem lusitana, pelo se deve admitir que o apelativo corresponderia a uma origem étnica, atribuível a um chefe militar, cartaginês, em cuja experiência e saber militar a entidade hispânica confiava, contextualizadas pelo partilha de interesses na oposição aos romanos³⁰⁶. Ora, é sobejamente conhecido o facto de os lusitanos estarem envolvidos nos

³⁰¹ Alarcão (2002, 15-16); postula ainda que se fossem um *populus* teriam sido convertidos em *civitas* como os *Igaeditani*, os *Tapori*, os *Lancienses Oppidani* ou *Transcudani*, os *Aravi*, e outros dessa mesma zona.

³⁰² Para as excepções ao grupo lusitano, nomeadamente as citadas no texto de Plínio, v. *idem, ibidem*.

³⁰³ Corominas, 1976, 363-385, *apud* Alarcão, 16, 201.

³⁰⁴ Segundo Tito Lívio, Aníbal teria recrutado mercenários lusitanos para a sua campanha da península itálica, com a promessa do saque, 21, 43, 8, *in FHA*, III, p. 53, *Apud* Alarcão, pp. 17, 201. Lívio é uma das fontes mais proveitosas para este período dos primeiros confrontos - particularmente no período entre 194 e 155 a.C., apesar de entre 179 e 155 a.C. os relatos são inexistentes devido à falta dos livros deste autor. O período mais intenso que se conhece das guerras situa-se entre 155 e 136 a.C. Para este período as principais fontes são Diodoro, Apiano, Orósio e Florus, *FHA*, vol. IV. Nesta fase dos confrontos ressalta a figura de Viriato. Sobre a o seu papel e a sua liderança dos lusitanos, v. Schulten, 1927; Gundel, 1970: Alarcão, 2002.

³⁰⁵ Para Sánchez Moreno & García Riaza (2012, 1256) "la figura de Viriato parece próxima a la de un rey de la periferia turdetana imbuido de rasgos púnico-helenísticos, al menos en el cénit de su poder, coincidiendo con su reconocimiento como *amicus populi Romani* por el senado romano (140 a.C.)".

³⁰⁶ Guerra (2015b, 224).

conflitos peninsulares, aliando-se frequentemente ao poder púnico³⁰⁷, quer sob a forma de acordos, quer sob a forma de mercenários ou integrantes das suas hostes. Determina-se, assim, uma primeira etapa da resistência lusitânica, que transparece, por exemplo, na representação discursiva polibiana. Em seguida, perante o evoluir dos acontecimentos, este grupo étnico assumirá um papel protagonista e autónomo, adjudicando-se uma forte componente de oposição, força, coragem e defesa face aos avanços romanos, marcas que surgem previamente traduzidas nos textos de Posidónio e Diodoro Sículo, onde também, mais uma vez, se revelam a importância das cidades³⁰⁸.

Este modelo de geografia militar do conflito lusitano, associado à oro-hidrografia, tem, aliás, continuidade no período das guerras sertorianas³⁰⁹. Associado à sua acção está, pois, o substrato político-cultural que tem de ser repensado à luz da leitura crítica das fontes e da relação com as forças em presença. Nesse sentido, segundo Sánchez Moreno³¹⁰ a reabilitação dos lusitanos deve passar pela definitiva superação do seu primitivismo político e bélico, que tem a marca secular da tradição bibliográfica, pois não seriam isentos de tecido urbano - embora com padrões diferenciados das cidades ibéricas meridionais - nem desarticulados institucionalmente, mesmo tendo em conta a unitária artificialidade do étnico, nem sequer se situariam à margem da *koiné* púnico-helenística,

³⁰⁷ A título de exemplo, Monteiro (2015, 164-165) faz notar que, segundo as fontes, no final da primavera de 218 a. C., tendo deixado o seu irmão Asdrúbal à frente da província cartaginesa da Hispânia, Aníbal Barca partiu de *Nova Carthago* com um exército de mais de 100 000 homens (c. 90 000 peões e 12 000 cavaleiros) e 37 elefantes. A maior parte destes homens, de diversas nacionalidades, provinha da península hispânica, incluindo muitos Iberos, Lusitanos e Celtiberos.

³⁰⁸ Guerra (2015b, 224-225) relata estes acontecimentos e contextura de forma clara: "Só em 145, com a chegada do cônsul Fábio Máximo, foi possível obter alguns sucessos militares e reduzir a instabilidade. Mas quando o exército consular retirou, os Lusitanos alargaram a sua influência a muitas cidades e territórios meridionais, até à Bastetânia. Depois do sucesso de Viriato contra Quíncio, governador da Citerior, em *Ituci* (143) e da derrota de L. Metelo (142), o exército consular, comandado por Q. Fábio Máximo Serviliano (141-140), procurou atacar os apoios de Viriato, inicialmente com bastante sucesso, mas seguindo-se uma derrota em Erisane, cidade que se toma como pátria do caudilho lusitano. Este, desejoso da paz, aproveitou o momento para celebrar um pacto, tornando-se deste modo «amigo dos romanos» (*App., Hisp.*, 69). O tratado foi, contudo, recusado pelo sucessor de Serviliano que, como sublinha Apiano, era o seu próprio irmão, Q. Servílio Cepião, autorizando o senado que este provocasse o inimigo «secretamente» (*App., Hisp.*, 70). Reacendeu-se o conflito e o general romano tomou Arsa, obrigando os Lusitanos e o seu chefe a empreenderem uma fuga para a Carpetânia. Torna-se claro que Viriato foi sendo empurrado progressivamente para norte e já não possuía grande apoio, pelo que se viu obrigado a negociar"; e acrescenta, com base nestes factos, que "não deixa de causar alguma perplexidade a quem, seguindo a interpretação tradicional de que Viriato e os lusitanos teriam a sua origem no centro de Portugal, busquem refúgio num território tão distante. Há naturalmente, que afastar qualquer ligação entre Viriato e a Serra da Estrela, sem sustento em qualquer informação fiável (Guerra & Fabião, 1992 14-16)", para além de que "alguns aa. (v. g. Schulten 1937, 119, contra García Moreno, 1989, 38) identificam com Arsa, centro de operações lusitano em vários conflitos subsequentes".

³⁰⁹ A guerra sertoriana, processo que se filia nas Guerras Cívicas, revela a importância quer das cidades, quer das bacias fluviais na geografia do conflito. Para uma análise dos acontecimentos e das cidades envolvidas ao longo deste processo, v. Pina Polo (2009, esp. 226-229), Mantas (2015, 352-359) e Morais (2015, 367-370). Para uma geografia das guerras sertorianas, Salinas de Frías (2006, 153-174).

³¹⁰ 2017, 62.

devendo-se questionar o seu suposto bandoleirismo endémico³¹¹. Aliás, este autor afirma mesmo

"Si la lectura de los acontecimientos del 140 a.C. permite abandonar definitivamente una imagen *naïf* o primitivista del movimiento viriático, el estudio de las áreas de influencia lusitana en estos años apunta, igualmente, a un mundo complejo, directamente relacionable con el fenómeno urbano. En la actualidad, se reconoce casi unánimemente una relación con las élites meridionales, tanto de las Beturias céltica y túrdula como del valle del Betis y del Algarve, un mundo de ciudades (sólo en el relato de la paz de Serviliano se alude a nueve) sobre el que únicamente pudieron cimentarse influencias a través de una sofisticada estructura de control político-militar. Tal nivel de "complejidad lusitana" no surge espontáneamente, ni parece haber sido fruto de un mero desarrollo local y aislado. Desde nuestro punto de vista, ha de tener un antecedente, que debe buscarse en la etapa bárquida, una época de aprendizaje en la que las élites lusitanas habrían recibido una primera aculturación por contacto"³¹².

Ou seja, um cenário em que circulam e contactam diversos agentes, formas e linhas de acção, onde pontuam em simultâneo os confrontos, as alianças, a colaboração, a dissensão, enfim, colocando celtiberos, lusitanos, romanos e púnicos no mesmo patamar de actuação. Ressalta, ainda, neste enquadramento conjuntural que o factor etnológico assume uma importância vital pois surge como matriz de avaliação, relação, comunicação e assimilação do *outro*, permitindo a sua integração numa dinâmica de exercício de poder simbólico e de sociabilidade produzidas pelo *mesmo* e autorizando a construção de uma "reconhecida" representação identitária daquele³¹³.

³¹¹ V. Sánchez Moreno, 2015-2016.

³¹² Sánchez Moreno & García Riaza (2012, 1250-1251).

³¹³ Particularidade que se entende dada situação de assimilação e integração de práticas sociopolíticas sofisticadas. Tal situação é justificada pelo enquadramento conjuntural que se apresenta evolutivamente ao longo do período considerado. Veja-se, a este propósito, o que nos dizem Sánchez Moreno & García Riaza (2012, 1255): ""No debe desestimarse sin embargo el papel activo desempeñado por el elemento indígena lusitano, significado en sus estructuras de poder – en plena ebullición política y dinamización étnica debido a la presión exterior – y sustanciado en la potencialidad que sus bases humanas, económicas y territoriales sirven a las estrategias expansionistas de ambas potencias mediterráneas. Ello convierte a las comunidades locales – trátase de ciudades-estado, etnias o confederaciones lideradas por figuras como Viriato – en interlocutores dinámicos, en agentes modeladores también en la interacción y especialmente protagonistas en el proceso de integración en la órbita helenístico-romana. Resultado de todo ello son observables una serie de paralelismos en los comportamientos – coetáneos o diacrónicos – de los interlocutores púnicos, romanos y lusitanos, fundamentalmente, aunque no sólo, en las esferas del poder y la guerra. La trayectoria coincidente de Aníbal, Escipión Africano y Viriato en el manejo de estrategias de dominio y adhesión

3.2.2 - A Lusitânia em Transdiscurso - entre a representação e a identidade no período da República Romana

Considerados, desta forma, os cinco campos analisados, estamos em condições de melhor integrar, interpretar e dar a conhecer ao leitor/a alguns outros sinais da conjuntura que envolvem a projecção e singularidade lusitana no quadro da Península, assim como identificar, situar e compreender as suas representações transdiscursivas - nessa ordem do discurso que detém a capacidade de se reconstituir pela releitura e recriação, dotando o objecto da sua narrativa de substancial carácter identitário. Na sequência do que atrás fomos enunciando sobre as condições de relação entre textos e conjuntura, tendo em conta a importância do quadro de afirmação do poder romano no Mediterrâneo, podemos desde já destacar que, neste primeiro grupo de textos (até ao período do estabelecimento do Império), avulta uma singularidade - a maioria (cinco autores: Políbio³¹⁴, Catão, Artemidoro, Posidónio e Júlio César; contra três: Diodoro Sículo, Cícero e Trogo Pompeu em Justino) representa bem esta actualidade dos acontecimentos, o valor da experiência - *autopsia* de Políbio³¹⁵ -, pois assentam a sua narrativa na prática pessoal e passagem pelo território peninsular. Este facto contrastará com a maioria dos discursos posteriores, cuja ordem estruturante de representação e de escrita determina a dimensão memorial e transdiscursiva dos eventos iniciais que marcaram esta conjuntura.

O primeiro relato que referencia a Lusitânia está, por sinal, enquadrado no referido extenso confronto civilizacional, militar e de poder pelo domínio de um espaço

constituye un interesante indicador de las sinergias político-militares que caracterizan el horizonte de la expansión púnica y romana en el Mediterráneo occidental."

³¹⁴ Cf. itinerário e cronologia da passagem de Políbio pela Iberia em Pérez Vilatela (2000a, 23-28), com base em Díaz Tejera, 1972, XXXVI.

³¹⁵ Como nota Pedech (1964, 555-560) e Cruz Andreotti (2006, 82), as fontes de Políbio, são as que procedem da experiência e relatos das campanhas militares de Aníbal, das fontes púnicas no terreno, da epigrafia, do recurso a Sileno, Sósilos ou Fábio Pictor para os assuntos da Segunda Guerra Púnica (*Pol.* III, 13, 5), da consulta de correspondência privada dos Cipião (*Pol.* X, 9, 3), das entrevistas com testemunhas oculares (*Pol.* III, 48, 12), da viagem que realizou entre 154 e 150 a.C., assistindo à campanha de Licínio Lúculo e que o levaria a terras levantinas e meridionais e ao interior até à Lusitânia (*Pol.* III, 5, 1; IX, 25, 4) ou ainda, da investigação sobre documentação original, nomeadamente os tratados romano-cartagineses (*Pol.* III, 22).

(Mediterrâneo) e incitada pelo potencial romano no contexto das guerras púnicas. No entanto, como nos lembra Maria Helena da Rocha Pereira³¹⁶ "à data provável da composição desta obra, a Península Itálica estava conquistada, a Hispânica em parte submetida, a Macedónia vencida e, no mesmo ano de 146 a.C., Corinto e Cartago foram destruídas" e, acrescentaríamos, já haviam começado as guerras lusitanas (154 a.C.). De facto, as *Histórias* de Políbio³¹⁷ apontam directamente para um quadro datado (do "Círculo dos Cipiões") que, como atrás descortinámos, lança a primeira representação discursiva da Ibéria *cum Lusitania* - onde aliás, como tivemos oportunidade de observar, ficou registada pela primeira vez e definitivamente fixada a coronímia e etnonímia deste território, por sinal transmitida em grego. Nessa ordem, o megalopolitano representa uma perspectiva que une a factologia romana *quase* jornalística coeva com a geografia e tradição discursiva antiga³¹⁸ - age com uma razão mais profunda, sintetizadas nas palavras de Francisco Prontera: "la funzione politica assegnata al sapere geografico, che egli mette al servizio della conoscenza storica"³¹⁹. É, pois, o primeiro exemplo de uma história verdadeiramente universal, não apenas centrada numa região ou *polis*, postulando que a função do seu trabalho não seria o deleite mas sim o pragmatismo e a utilidade da narrativa³²⁰. De facto, em várias passagens da sua obra³²¹ critica os antecessores, focando a sua atenção na metodologia que utilizavam (ex. Timeu e Eratóstenes e a sua geografia

³¹⁶ 2015, 237.

³¹⁷ Bastos (2007, 48) resume a obra desta forma: "Ao seu término, era composta de quarenta livros, sendo trinta e nove deles a narrativa propriamente dita e o último um índice póstumo. Entretanto, o plano original de Políbio era um pouco menor: mostrar em trinta livros como se deu a escalada de Roma como a maior potência do Mediterrâneo, de 220 a 168 a.C. Os dois primeiros livros formam um prelúdio da narrativa principal e contêm o relato da Primeira Guerra Púnica, quando Roma desafiou Cartago pela primeira vez e conquistou a Sicília, estabelecendo-se também como potência marítima. O livro 29 fecharia a narrativa original com a derrota de Perseu e o fim do império macedónico. Porém, os acontecimentos posteriores e a terceira Guerra Púnica fizeram Políbio mudar de planos, e ele reescreveu o início do terceiro livro para justificar a adição de mais dez novos livros, cobrindo assim os anos de 168 a 146 a.C., até a destruição de Corinto e de Cartago. Infelizmente, assim como quase todos os outros textos da Antiguidade, a obra de Políbio chegou até nós em estado incompleto – de facto, estima-se que apenas um terço do texto tenha sobrevivido. Temos hoje completos apenas os livros 1 ao 5, com o livro 6 quase completo, metade do livro 12 e fragmentos diversos de alguns dos outros livros".

³¹⁸ Ou seja, faz da sua presença testemunhal e do relato da contemporaneidade o valor intrínseco e acrescido do seu discurso. No terreno o que vale é a evidência da força e do poder romanos. Mas o contemporâneo e presencial suplanta o relato do passado apenas pela sua actualidade. A sua legitimação continuará lá, nessa reserva anterior da moralidade, do pretérito credibilizante, dos mitos fundacionais, do conceito de bárbaro, da leitura comparativa entre modelos sociais e políticos, da matriz de leitura do *outro* pelo *ver* do *mesmo*. Este presente tenta anular aqueles que no passado recente ainda têm influência e eram próximos rivais deste novo poder - os púnicos na esfera da acção militar e política; Timeu e Eratóstenes, no âmbito do discurso e da validade do pensamento. Para análise mais profunda da relação entre a geografia e o saber polibiano, na sua relação com a tradição helenística e com as representações anteriores da península Ibérica, v. Cruz Andreotti (2003, 185-227).

³¹⁹ Prontera (2006, 23).

³²⁰ A conquista da Ibéria surge nos seguintes livros: VIII 38; IX 11; X 2-20, 34-40; XI 24-33.

³²¹ Nomeadamente *Pol.* XII, *passim*.

de gabinete), no recurso e abuso do maravilhoso ou da ficção (ex. Timeu e as discussões sobre a utilização de Homero, da teoria dos climas)³²² ou, particularmente, na sua interpretação geográfica (limites e territórios, orientação, povos, cidades e riquezas)³²³.

Ora reside na questão geográfica um dos aspectos considerados estruturantes da autoridade do historiador, segundo Políbio³²⁴, pois na definição preliminar do seu projecto afirma "el tema sobre el que intentamos tratar es un único hecho y un único espectáculo, es decir, cómo, cuándo y por qué todas las partes conocidas del mundo conocido han caído bajo la dominación romana."³²⁵ Diríamos, pois, que esta condição ajuda a salientar e a definir a natureza do seu texto que medeia entre o discurso historiográfico e a geografia descritiva³²⁶. Para Moret³²⁷ com Políbio a descrição geográfica muda, aliás, de natureza baseando-se num conhecimento autêntico dos espaços. Como tal, a geometrização do espaço por ele descrito, como já salientámos, decorre da contingência empírica do momento no evoluir dos acontecimentos e, por essa razão surge desligada de uma eventual imposição de coordenadas e lógica geográficas³²⁸. Assinalamos aqui a aparente "contradição"³²⁹, resultante da interpretação de muitos autores da historiografia recente que temos vindo a citar - Pierre Moret, Gonzalo Cruz Andreotti, Patrick Le Roux, Francisco Prontera - ao realçarem e acentuarem o facto do conhecimento geográfico e dos seus métodos representar uma base inconsistente, contingencial, situacional, e de lenta progressão na gestão da conquista, administração e organização dos territórios controlados pelos romanos³³⁰. Também nós já invocámos este facto que resulta patente da sequência dos acontecimentos coevos no terreno.

³²² Fruto da sua época e da brassagem de conhecimentos, o próprio Políbio, continua a veicular uma imagem frequentemente credora de aspectos ficcionais e míticos - adiante veremos que a Lusitânia e a sua descrição enquadra-se nesta mesma linha. Não lhe atribuímos a qualidade de contradição dado que a dimensão mítica conviverá pacificamente, como se sabe, em aspectos singulares, com o discurso dito científico e objectivo, até bem tarde na cultura discursiva e imagética.

³²³ Cruz Andreotti (2006, 77-78).

³²⁴ Os outros dois serão a pesquisa documental e a experiência política e militar. Bastos (2007, 51-52).

³²⁵ *Pol.* III, 4-5.

³²⁶ Não é este o modelo que encontraremos em boa parte dos textos do humanismo quando se trata de definir a história e a geografia dos países?

³²⁷ 2006, 68.

³²⁸ Prontera (*idem*, 24-25). Para este autor não interessa a geografia mas sim a *corografia*, no sentido da posição dos lugares, das distâncias, acompanhando a geografia político-militar e distanciando-se, nesta matéria, de Eratóstenes. Por sua vez, a cartografia de Ptolomeu baseou-se nas representações de Políbio, Estrabão e de outros geógrafos latinos.

³²⁹ Le Roux (2006, 245).

³³⁰ Vários autores têm-se debruçado sobre a função, natureza e finalidade da geografia em Políbio, considerado como um autor paradigmático e precursor na renovação deste conhecimento e na afirmação da representação do espaço na cultura clássica. Atentos a uma excessiva sobrevalorização do seu papel (Cruz Andreotti, 2006, 77-78). Embora a sua obra não seja a mais acarinhada e citada nos períodos históricos posteriores (Humanismo), talvez devido à sua escrita e rigor demasiadamente *técnicos*, não podemos deixar

Mas se, na verdade, essa situação parece incompatível com a referida importância da geografia na arquitectura do discurso e na estruturação sequencial do relato polibianos e dos outros autores deste primeiro grupo, quanto a nós, essa questão é um falso equívoco por duas razões: i) é precisamente por não existir um conhecimento geográfico prévio e estratégico que o espaço/território assumem um valor acrescido e um capital estruturante, patente nos discursos, na medida em que é o próprio contacto, a movimentação no terreno, a conquista, o pretense domínio que revelam o cenário e constroem/inventam/adaptam esse espaço/território; ii) nesse sentido, acompanhando a conjuntura e a factologia política-militar, são também os próprios textos que assumem uma função constitutiva, delineadora e divulgadora da representação geográfica e, por extensão, da modelação identitária desse espaço/território, que por via da transdiscursividade e das suas inerentes estabilizações e/ou alterações, vão ajudando a sedimentar e a fixar uma determinada concepção e imagem. Mais ainda, na circunstância do espaço/território serem forjados pelo contacto de terreno e no fluir das operações, com os naturais avanços e recuos, tal conduziu a duas relevantes e marcantes consequências: i) favoreceu e valorizou uma invenção "regional" do território, consideradas as áreas e as escalas espaciais dos acontecimentos e as suas referências - sejam, por exemplo, as zonas de resistência (lusitanos/Lusitânia; celtiberos/Celtibéria)³³¹ ou de conquista (as expedições localizadas como a de D. Junio Bruto no que virá a ser a *Callaecia*) ou ainda o já citado papel das bacias hidrográficas, dos montes, das cidades ou de acidentes geográficos como as colunas de Hércules ou o Promontório Sacro³³²; ii) promoveu uma representação discursiva conforme a esse contexto onde sobressaem esses mesmos padrões e escalas, numa geografia que, não assentando em anacrónicas formulações de pureza científico-disciplinar, aponta para critérios de distinção e identificação étnicos, culturais, topográficos e históricos. Enfim, desta forma, harmoniza-se substancialmente a acção político-militar no terreno com a produção do relato que versa sobre ela.

de notar que a sua arquitectura de discurso, a metodologia utilizada, o léxico temático e os próprios conteúdos, sobrevivem consistentemente, em diferentes ponderações, nas obras que se seguem, nomeadamente Posidónio, Diodoro, Tito Lívio, Estrabão, Ptolomeu, entre outros, v. os trabalhos reunidos em Santos & Torregaray, (eds.) (2000).

³³¹ Este é o contexto que explica a aparição em cena da Lusitânia e da Turdetânia no texto, num processo de construção e pacificação (Cruz Andreotti, 2006, 88), assim acompanhando, sem contradições, a evolução e alargamento do termo *Iberia* à escala peninsular (que será *Hispania*), ampliando a sua identidade geográfica coronímica proporcionalmente à sucessão das novas situações histórico-conjunturais, define *Iberia*, *Celtiberia* e *Lusitania*.

³³² Daí a importância de se fixarem distâncias e medições que paulatinamente se vão estabelecendo, permitindo a ligação entre essas áreas/regiões/marcas, e que encontrarão em Agripa um precursor ou em Estrabão, que fundamenta e estrutura o seu discurso nessas matrizes.

Estas circunstâncias levam Políbio a criar uma nova perspectiva, pois se a história em curso apela para uma escala de geografia ecuménica³³³, a sua representação, acompanhando a expansão romana, invoca uma escala regional - geografia regional "táctica" - em que espaços regionais ou locais mudam os seus limites e dimensões em virtude das circunstâncias históricas que lhes vão dando sentido³³⁴. Aos olhos de Políbio, esses espaços coincidem com territórios, mesmo que imprecisos e dinâmicos, porque mutantes, de divisões e identidade étnica³³⁵. Como vimos no capítulo anterior, a vontade ordenadora e dominadora produz a aglutinação de elementos étnicos, por vezes em grandes grupos - sendo o caso dos lusitanos - e estes, consoante a sua disposição no espaço e a projecção da sua influência, determinam as articulações, identificação e identidade do território³³⁶ - enfim, retomamos a ideia que a realidade descrita no relato invoca a escala do transcurso histórico³³⁷. Destacam-se, ainda, em consonância com os factores que descrevemos anteriormente e a par da geografia humana, a oro-hidrografia e os espaços

³³³ Diz-nos Políbio dos motivos e objectivos da sua obra (*Pol.* I, 1, 5). "En efecto ¿puede haber algún hombre tan necio y negligente que no se interese en conocer cómo y por qué género de constitución política fue derrotado casi todo el universo en cincuenta y tres años no cumplidos, y cayó bajo el imperio indiscutido de los romanos? Se puede comprobar que antes esto no había ocurrido así».

³³⁴ Cruz Andreotti (2004a, 43; 2006, 81).

³³⁵ Saliente-se que é neste contexto que Políbio também se posiciona como herdeiro de uma visão própria da *Koiné* helenístico-romana, na distinção entre o civilizado e o bárbaro. Como salienta Marín Martínez (2012, 452-453), na narração polibiana da Guerra dos Mercenários ou Guerra Líbica surge, de forma indirecta, a associação aos conceitos de bárbaro e barbárie, pela menção aos contingentes autóctones (íberos; baleáricos) no seio as tropas cartaginesas. Segundo González Rodríguez, 2003, 143; Hall, 1989; Levy, 1984, pp. 5-14, *apud, ibidem*, os gregos designavam o estrangeiro como βαρβαροί, e só depois da luta com os tradicionais rivais persas que o vocábulo adquire um sentido pejorativo, passando a denominar o inimigo. No entanto, estes conceitos não são definidos de forma directa por Políbio, que recorre a leituras e descrições sobre o desfasamento e distância entre os seus comportamentos e o das tropas romanas. E se não deixa de mencionar a traição como sua característica (*Pol.* XI, 19, 3), também não deixa de se surpreender com a sua força, orgulho, ânimo, determinação militar, valentia, persistência e até boa organização e, em alguns casos, um certo grau de sofisticação política e urbana, tal como se sugere na descrição dos túrdulos, celtiberos (*Pol.* XXXV, 2, 5) ou da "guerra do fogo" *pyrinos polemos*, que o "deslumbra" (Pérez Vilatela, 2000, 27): "La guerra que estalló entre romanos y celtiberos se llamó guerra de fuego [...] los combates los dirimía la noche, pues los soldados, llevados por su coraje, resistían tenazmente y no querían ceder en el cuerpo a cuerpo por extenuados que estuvieran, sino que, desde su huida, se revolvían y empezaban de nuevo (*Pol.* XXXV, 1, 1-5), cena também repetida em Diodoro (*Diod.* XXXI, 40).

³³⁶ Pédech (1964, 577) faz notar que Políbio descreve três regiões peninsulares: a área mediterrânica desde as Colunas de Hércules até aos Pireneus (Íberos); a região da Lusitânia e a Turdetânia; e a meseta povoada pelos Celtiberos.

³³⁷ Sobre os vários grupos étnicos que surgem na narrativa polibiana, v. os trabalhos reunidos em Santos & Torregaray, (eds.) (2000), Pérez Vilatela (2000a, 2003), Cruz Andreotti (2004a), Marín Martínez (2012). Entre os povos indígenas refere, por exemplo, os *Ilourgêtai*, *Bargousioi*, *Airenosioi* e os *Andosinoi*, todos submetidos por Aníbal na sua campanha no Ebro (*Pol.* III, 35, 2). No entanto, parece apenas destacar os Íberos, Lusitanos, Turdetanos e Celtiberos. É possível, segundo as intenções patentes no seu texto (*Pol.*, III, 37, 11), que uma descrição das etnias acompanhasse a descrição geográfica, que constaria do Liv. XXXIV e do qual apenas temos fragmentos.

urbanos³³⁸, como cenários da narrativa mas também, segundo a nossa leitura, pela novidade dos conhecimentos, contribuindo de forma vinculativa para a construção, invenção e identificação de um território "novo", que serve o propósito de evidenciar o seu objectivo fundamental: explicar a hegemonia e a glória do poder de Roma. Ao mesmo tempo, na avaliação do poder cartaginês, elevando e reconhecendo a sua organização e modo de actuação³³⁹, sublimando assim a vitória romana, Políbio refere-se ao facto da resistência púnica se alicerçar nas alianças com "régulos" e "*basilei*" indígenas³⁴⁰.

É por estas razões que as alusões à Lusitânia e aos lusitanos, se bem que fragmentárias e reduzidas, não deixam de ser significativas, ajudando a estruturar uma representação e função que perdurará - não só porque Políbio é fonte de transdiscursividade em autores posteriores até ao Humanismo mas também pelo carácter fundacional e estruturante destas primeiras interpretações que criarão uma imagem sedimentada e sobre a qual outras construções se edificarão. Na questão da corónimia, por nós já anteriormente analisada, importa acentuar que Políbio aplicava um critério habitual na geo-etnografia helenística³⁴¹ que era a de encontrar e utilizar a designação mais comum e aceite por todos para que pudesse abarcar um território mais amplo e homogéneo possível³⁴². Retomemos as referências polibianas do capítulo "Entre a Etimologia e a Filologia - Breves notas para um percurso", agora integradas num outro esquema explicativo, este que temos vindo a expor e solicitamos ao leitor/a que se remeta, em paralelo, às considerações sobre os corónimos aí expendidas. Recordemos a forma registada Λυσιτανήν (X, 7, 4-5) (Lysitanên) - um acusativo de extensão (neste caso de espaço) referindo-se à posição topográfica de Asdrúbal - ou seja, tratando-se de um corónimo e destaquemos algumas notas: i) esta menção está integrada numa extensa relação dos factos que envolvem a figura de Públio Cornélio Cipião e da sua acção na Iberia (X, 2, 1-6), atribuindo-lhe características de excepção na política, na arte militar e

³³⁸ O próprio autor, asseverando a importância destes factores assumindo um a determinada linha de pensamento afirma "El estilo genealógico, cautiva a los que escuchan por puro gusto; el tratamiento de colonias, de fundaciones de ciudades y de parentescos, que Éforo escribe ininterrumpidamente, atraen a los curiosos y a aquellos a quienes les da por las tradiciones antiguas; mientras que el que estudia la política se interesa por los hechos de los pueblos, ciudades y monarcas. Por esto, nosotros, al preocuparnos solo de estos últimos temas, los únicos que tratamos en esta obra, nos acomodamos a un único tipo de público; lo he dicho ya. Hemos dispuesto una lectura poco placentera para la mayoría de los lectores (*Pol.* IX, 1, 4-5). Sobre estes aspectos, reconhecendo-se que Políbio considera a importância dos núcleos urbanos como realidades vertebradoras do mundo autóctone v. Cruz Andreotti (2004a, 37-44; 2006, 84).

³³⁹ Que como vimos, tem prolongamento nas práticas de domínio e de diplomacia romanas.

³⁴⁰ *Pol.* II, 1, 5.

³⁴¹ Cruz Andreotti (2006, 83).

³⁴² *Pol.* III, 57, 2-3.

na estratégia pois "a Escipión le salía todo según sus cálculos" (X, 35, 4), invocando-se a genética familiar que já tivera um papel muito activo na Península (X, 4, 5); ii) a par da função legitimadora do registo memorial assistimos, ainda, à formulação religiosa e mítica, de remate telúrico, pois o protagonista é comparado a Licurgo (X, 2, 8), o legislador e associado ao cumprimento da profecia de Neptuno sobre a vitória dos romanos; iii) sendo assim, Cipião

"(...) reunió a sus tropas y las exhortaba a que no se alarmaran por la derrota anterior, puesto que los romanos jamás habían sido vencidos por la potencia de los cartagineses, sino por la traición de los celtíberos, y también por la temeridad de los dos generales romanos, que se habían separado demasiado uno del otro, fiados en la alianza con aquellos de quienes he hecho mención" (*Pol.*, X, 6, 1-3)

denotando Políbio a traição como característica indígena; iv) e, ao indagar sobre a posição das forças inimigas verifica que

"pudo enterarse de que las fuerzas de los cartagineses se habían dividido en tres grupos: Magón estaba más allá de las columnas de Heracles, entre el pueblo llamado de los conios; Asdrúbal, hijo de Gescón, estaba en Lusitania, en la desembocadura de un río³⁴³, y el segundo Asdrúbal asediaba una ciudad en la región de los carpetanos; los tres se encontraban a más de diez días de marcha de Cartagena³⁴⁴" (*Pol.* X, 7, 4-5)

ou seja, recolhendo as matrizes de referência que temos vindo a salientar e situando a Lusitânia como o lugar que acolhia a força de resistência, na figura do general e tropas

³⁴³ Erradamente considerou-se, nesta passagem, o rio Tejo. Pérez Vilatela (2000a, 21; 2000b, 77) desconstruiu este erro pois a associação ao nome geográfico e a um território concreto do curso do Tejo, na forma Τάγος, se deve a uma conjectura de Schweighäuser (1789-1795), seguida, entre outros, por Schulten, v. (Guerra 2010, 87). Interessante o facto deste erro localizado simbolizar e representar, em nossa opinião, uma sintomática discrepância e flutuação no que toca à definição concreta dos limites da Lusitânia, assunto que tem ocupado muitas páginas desde os próprios autores clássicos até às investigações actuais, passando também pelos argumentos humanistas que versam sobre o tema. Quase como se a Lusitânia carregasse esta marca que permite a sua localização consoante os interesses de quem produz o discurso/imagem.

³⁴⁴ Pérez Vilatela (2003, 25) a este propósito afirma " los púnicos mantenían desde 237 una ininterrumpida guerra contra los célticos del SW hispánico, los lusitanos meridionales estrictos: esto se comprueba por la continua mención de, al menos un tercio de las fuerzas púnicas en Hispania en Lusitania, el Océano, las cercanías de Gades (...): Liv. XXVI, 19, 20: Asdrúbal el de Giscón hiberna en 210/209 «hacia el Océano y Gades»; Liv. XXVIII, 20, 2 y ss.: éste mismo y Magón, proveniente de «Hispania Ulterior» se unen a Asdrúbal II Barca en 208; Liv. XXVIII, 2, 13: «huye» Asdrúbal el de Giscón hasta «el Océano y Gades» en 207".

cartaginesas, ao poder de Roma. Sinal de uma marca que persistirá na figura dos próprios lusitanos e que constituirá um sintomático perfil identitário que se poderá observar nas construções e representações memoriais que se arquitectarão no futuro.

As ocorrências Λυσιτανίας (XXXIV, 8, 1); Λυσιτανίαν (XXXIV, 8, 4) (Lysitanias), também corónimos, em âmbito de fragmentos recolhidos por Ateneo e Estrabão, inserem-se em contexto singular pois corresponderiam a uma extensa descrição geográfica que enquadraria todo o relato de Políbio, caucionando a importância deste factor para a construção discursiva. Apontemos também alguns aspectos fundamentais que ressaltam da sua leitura: i) o contexto das citações está caucionado por fragmentos do texto polibiano onde parecem destacar-se as reflexões sobre a formulação, a importância, os temas e os precursores do conhecimento geográfico - desde logo recorrendo ao conhecimento de um conjunto de instrumentos e mecanismos de representação onde se apontam o uso de figuras geométricas, diagramas, estudos matemáticos e medições³⁴⁵ que confirmam a importância da relação entre escalas - do ecuménico ao regional; ii) neste transcurso invocam-se os périplos helénicos, nomeadamente de Píteas mas também Eratóstenes e Dicearco; iii) convivendo pacificamente com esta dimensão técnico-científica, surgem as alusões aos relatos e análise do fundo mítico, nomeadamente as viagens de Ulisses e o relato de Homero (XXXIV, 2-3); iv) a Lusitânia surge, concreta e aparentemente, destacada do conjunto da Hispânia, em trecho próprio e atestando uma eventual particular atenção³⁴⁶; v) pela qualidade e substância do relato atinente a este "país" (Lusitânia) da *Hispania*, mas também dos seus habitantes e da qualidade da sua vida e produtos, credores de uma afirmativa imagem idílica, quase mítica, transcrevemos a totalidade da passagem

"Polibio de Megalopolis, en el libro trigesimocuarto de sus Historias, trata de aquella parte de España llamada Lusitania, y dice que allí hay unos robles, nacidos debajo del agua, cuyas bellotas alimentan a los atunes. No erraría, pues, quien llamara a los atunes cerdos marinos. (Ateneo, VII 302e.). Cuenta Polibio que estas bellotas llegan hasta Italia, teniendo en cuenta, además, puntualiza, que también Cerdeña las produce, país más próximo a Italia. (Estrab., III 2, 7, C 145.). Cuando trata de la prosperidad de la Lusitania —este país forma parte de Iberia, llamada por los

³⁴⁵ *Pol.* XXXIV, 5-7 (Em Estrabão); v., ainda, Cruz Andreotti (2006, 79-80). Destacam-se os referentes fundamentais tais como os acidentes geográficos (colunas de Hércules), as bacias hidrográficas (ex. Guadiana e Betis) e os núcleos urbanos (ex. Gades e Cartagena).

³⁴⁶ A Turdetânia também se destaca mas insere-se, no fluxo do relato, num trecho mais vasto que tem por escala a *Hispania* (XXXIV, 9, 1-4) e onde pontuam os vacceos (*ibidem*, 13).

romanos Hispania — en el libro trigesimocuarto de sus Historias, Políbio de Megalopolis dice que allí, debido a la bondad de su aire, tanto los animales como los hombres son muy prolíficos y que los frutos del campo jamás se corrompen. Las rosas, las violetas blancas, los espárragos y otros vegetales por el estilo sólo dejan de darse durante tres meses; en cuanto a la pesca comestible, tanto por su calidad como por su cantidad y su aspecto verdaderamente apetitoso supera en mucho a la que se produce en nuestras costas. Un medimno siciliano de cebada cuesta un dracma, uno de trigo nueve óbolos alejandrinos. Una metreta de vino vale un dracma, y un cordero pequeño o una liebre lo mismo. El precio de un carnero es tres o cuatro óbolos. Un cerdo cebado que arroje un peso de cien minas vale cinco dracmas, una oveja dos. El talento de higos se vende a tres óbolos, un ternero a cinco dracmas y un buey apto para el yugo a diez. Las carnes de los animales salvajes se venden a precios ínfimos, con frecuencia se regalan o se utilizan para intercambios, (Aten., VIII 330e.)." (*Pol.*, XXXIV, 8, 1-10).

Lusitânia que se remete, segundo Pérez Vilatela³⁴⁷, a uma possível extensa zona centro e meridional, corroborada pela última alusão do texto polibiano - a fórmula Λυσιτανούς (XXXV, 2, 2) (Lysitanous), lexema correspondente ao único etnónimo assinalado - Λυσιτανοι (Lysitanoi) referindo-se ao episódio das guerras celtibéricas em que o comandante Marco Cláudio Marcelo liderara uma expedição contra os lusitanos, tomando de assalto a cidade de Nertóbriga. Em síntese, Políbio marca irremediavelmente a representação do território hispânico e lusitano, surgindo como um precursor de outros autores do período clássico, que a ele retornam com frequência, dada a importância e valor testemunhal, e relevância do período em causa na afirmação de Roma, criando um modelo de corografia que persistirá, com variantes, até ao Humanismo - nas esparsas referências vislumbramos uma *Lusitania maior*³⁴⁸, com território impreciso, em processo de construção e conquista mas já com um significativo esboço do seu perfil.

Ora no quadro da presença romana na Hispânia e como temos exposto, segundo Le Roux, não é por ganhos no terreno mas por controlo pragmático de populações, mais ou menos organizadas e susceptíveis de ser integradas que se faz o controlo territorial do espaço³⁴⁹. O texto de Políbio demonstrara-o com grande acuidade. Na verdade, o primeiro

³⁴⁷ 2000a, 28-29.

³⁴⁸ Cruz Andreotti (2006, 88).

³⁴⁹ Sem a presença de uma consciência geográfica prévia mas através do conhecimento empírico, avança, citando *Florus* (I, 33.5) a consciência que ao tempo já havia destas dificuldades: a conquista tinha um

encontro registado entre lusitanos e romanos data de 194 a.C. quando aqueles regressavam de um saque à Bética e foram atacados por Públio Cornélio Cipião, sendo derrotados, numa expressiva coincidência, precisamente em *Ilipa* (Alcalá del Rio), uma cidade de significativa memória no registo da Segunda Guerra Púnica. Não obstante o desenrolar dos confrontos e a sequência apresentada pelo relato dos vários autores que se constituem como fonte para todo este processo, e que temos vindo a citar, verificamos que existem, ainda, alguns aspectos que não foram devidamente salientados e que julgamos de particular importância para a condição identitária do território e para a relevância deste étnico.

Por um lado, registamos um longo período de encontros/confrontos, acordos, tréguas, traições (séc.s II e I a.C.) que fizeram deste povo e dos seus líderes, particularmente da figura de Viriato, um dos principais focos do interesse e temáticas discursivas, por vezes diminuindo e secundarizando outras reconhecidas presenças no palco político e étnico ibérico; por outro lado, uma análise mais apurada dos contextos militares e estratégicos revelam que muitas das campanhas de Viriato, partindo do actual território português se desenrolam em território onde nascerão, séculos mais tarde, os reinos peninsulares pertencentes à coroa Espanhola³⁵⁰; por fim, o já citado carácter aguerrido e determinado destas populações acentua uma marca que, como veremos, perdura no perfil desenhado do povo português e no seu sentido de iniciativa e de coragem. Do lado romano, as opções e as estratégias, embora objectivamente circunstanciais, vão revelando uma progressiva consistência mas que igualmente aponta para uma consciência do valor dos protagonistas e dos poderes em jogo - tal revela-se no quadro da gestão do território pois os cargos dirigentes foram inicialmente entregues a pretores. Em 145 a.C., em plenas guerras lusitanas, o Senado romano nomeou o cônsul Quinto Fábio Máximo Emiliano, irmão de Cipião Africano, para o governo da Ulterior o que comprova, mesmo sem os efeitos desejados, a intenção de concentrar maior atenção e forças militares na guerra hispânica e eventualmente proceder a reformas administrativas e políticas, revendo tratados e alianças. Nos confrontos entre Viriato e o precônsul Fábio Máximo Serviliano (141-140 a.C.) Viriato aceitou tréguas, mesmo

carácter descontínuo e sem comando unificado (*non continuo nec cohaerenter*), ao que acresce a resistência celtibera e lusitana, sendo que, como afirmámos Roma e o Senado agiam e decidiam de forma contingente. Le Roux, (2006, 122-123).

³⁵⁰ V. o quadro das campanhas de Viriato, segundo Gundel, reproduzido em Alarcão, (2002, p. 21).

estando em posição vencedora, e foi-lhe reconhecida a independência das terras e o título de *amicus populi Romani* ³⁵¹.

É precisamente neste contexto que surge uma fugaz mas significativa menção ao povo lusitano, pela voz de Marco Pórcio Catão (234-129 a.C.)³⁵². A sua longa vida política passou pela Península, para onde foi eleito cônsul em 195 a.C. e onde terá desenvolvido uma actividade marcante pela sua organização, persistência, dureza mas também dignidade³⁵³, tendo-se destacado a sua acção no domínio fiscal e da exploração mineira o que permitiu a Roma colher proventos de dimensão inédita³⁵⁴. Por outro lado, representando bem o que atrás expusemos sobre a relação entre a cultura helénica e romana, mantém uma forte influência daquela mas é considerado pela sua obra *Origens*³⁵⁵

³⁵¹ Apiano, 67-69, in *FHA*, IV, pp. 117-122, *apud* Alarcão, 2002, pp. 19, 21, 201. Em 139 a.C., a morte, à traição de Viriato, pelos emissários que enviara a Q. Servílio Cipião, sucessor de Serviliano, Áudax, Ditalco e Minuro, provocou o fim abrupto deste período de confrontos. Apesar de ainda tomarem Tautalo como chefe, os lusitanos acabaram por aceitar a paz, em condições que não parecem ter sido humilhantes, com cedência de terras e de uma cidade. A cidade a que se refere Diodoro (33, 1, 3, *Apud*, Alarcão, p. 22) foi inicialmente identificada com Valência de Alcântara (Espanha) mas a crítica recente aponta uma localização nordeste do Alentejo, ver Le Roux, 1982, pp. 36-37. Só nesta data aparecem as primeiras referências dos autores gregos e latinos ao povo Calaico, situado a norte do Douro, junto ao Atlântico, por terem chegado a essa zona os ataques de Cipião.

³⁵² Político e escritor de reconhecida tradição familiar romana, fez uma brilhante carreira percorrendo um consistente *cursus honorum* começando como tribuno em 214 a.C., questor em 204 a.C., pretor em 198 a.C., cônsul em 195 a.C. e, finalmente, censor em 184 a.C. Ficou conhecido como Catão, o *Velho*, Catão, o *Censor* ou Catão *Sapiente*, dadas as suas qualidades que Plínio e Aulo Gélíio destacam.

³⁵³ Na sequência da primeira divisão provincial peninsular (197 a.C.) e perante a revolta dos povos do Norte peninsular (196 a.C.) Catão consegue debelar a insurreição e ter-se-á também esforçado por atrair a atenção de Roma pela Hispânia. Dá início a uma estratégia que transformou as províncias peninsulares numa etapa eficaz para quem aspirasse ao consulado.

³⁵⁴ Guerra (2015, 222-223). A política Catoniana apoiou-se em diversos mecanismos e ferramentas que seriam estruturantes da actuação romana no espaço ibérico tais como a iniciativa de fomentar de pactos com as cidades, a regulamentação dos critérios e procedimentos de rendição e submissão de povos e, mais tarde, também a instalação de novos enclaves urbanos para controlar o território.

³⁵⁵ Escrita em 7 livros onde explica a origem da latina e itálica da Roma primitiva. Bancalari Molina (1995, 80). Não será, certamente, por acaso que Lívio, que tanto elogia este personagem, que a tem na sua *Ab Vrbe Condita*, como obra de referência. A título de exemplo, vejamos as seguintes passagens engrandecedoras e elucidativas das *Periochae* livianas, onde se dá o contexto da citação sobre os lusitanos: "2 - Catón partió hacia Hispania y con una guerra que comenzó en Ampurias pacificó la Hispania citerior." (Liv. 34, anos 195-193 a.C.); "8 - Marco Porcio Catón triunfó sobre Hispania." (*ibidem*); "5 - Los censores Lucio Valerio Flaco y Marco Porcio Catón, el hombre más notable tanto en las artes de la guerra como en las de la paz, apartaron del senado a Lucio Quincio Flaminio, hermano de Tito, porque, cuando ocupaba como cónsul la provincia de la Galia, a ruegos del cartaginés Filipo, famoso prostituto querido suyo, había matado a un galo por su propia mano, o bien porque, según la versión de algunos, a ruegos de una ramera placentina de la que estaba perdidamente enamorado había decapitado con el hacha a uno de los condenados; 6 - Se conserva aún el discurso de Marco Catón contra él." (Liv. 139, anos 187-182 a.C.); "2 - Entre Marco Porcio Catón y Escipión Nasica, el primero de ellos tenido por el hombre más sabio de la ciudad y el segundo, a su vez, considerado también el mejor por el senado, hubo un choque de opiniones: Catón aconsejaba la guerra y la eliminación y destrucción de Cartago, y Nasica lo contrario" (Liv. 49, anos 149-148 a.C.); "16 - Catón, hombre de lengua bastante proclive a la censura (...)" (*Ibidem*); 17 - Cuando el tribuno de la plebe Lucio Escribonio hizo público un proyecto de ley proponiendo que se devolviera la libertad a los lusitanos que, después de rendirse poniéndose bajo la protección del pueblo romano, habían sido vendidos para la

o precursor, quase um século depois de Fábio Pictor, da história escrita especificamente na língua latina³⁵⁶. Nesse sentido, Francisco Oliveira³⁵⁷ concede-lhe a função de abrir a porta a uma série de historiadores de tradição analística (Lúcio Calpúrnio Pisão, Lúcio Cássio Hémina, Gneu Gélío e Célio Antipater; este, mais monográfico, versou a II Guerra Púnica). Por todo este contexto, e tendo em conta que a sua invocação hodierna para o caso lusitano é quase inexistente³⁵⁸, trazemo-la à colação. Dado que o governo da Hispânia, longe de estar pacificado no final da sua vida, era certamente do interesse de Catão, no exercício da sua actividade de censor, no último ano da sua vida (em 149 a.C. com 85 anos), acusou violentamente Sulpício Galba em nome dos lusitanos³⁵⁹. Político de reconhecida verticalidade e muito incisivo nas suas intervenções, certamente compenetrado das virtudes romanas da *Clementia*, *Iustitia* e *Pietas*³⁶⁰, Catão critica a conhecida acção de Galba quando surpreende e ataca, à traição, os lusitanos depois de os atrair com promessa de acordo³⁶¹.

Galia por Servio Galba, Marco Catón apoyó la propuesta con toda energía; 18 - Se conserva su discurso, incluido en sus propios Annales." (*Ibidem*).

³⁵⁶ Bastos (2008, 143).

³⁵⁷ 2015, 294.

³⁵⁸ Nem Pérez Vilatela (2000a) nem Amílcar Guerra (2010) o citam neste contexto, confirmando o que postulámos da sua orientação para uma leitura dos textos que provejam significativas informações sobre história da própria Lusitânia/lusitanos e não da sua representação discursiva.

³⁵⁹ Publicado por Heinrich Meyer, *Oratorum romanorum fragmenta ab Appio inde Caeco et M. Porcio Catone usque ad Q. Aurelium Symmachum*, Turici, typis Orelli, Fuesslini et sociorum, 1832, 58-59; 106-107 na citação de Aulo Gélío 13, 24; 1, 2; e na citação de Tito Lívio, *Liv., Par.*, XLIX. Também publicado por Enrica Malcovati, *Oratorum Romanorum Fragmenta*, Torino: Paravia, 1955, fragm.s 196-199 (79-80).

³⁶⁰ Já Maria Helena da Rocha Pereira denota este aspecto a propósito de um outro discurso de Catão, também do mesmo teor - *Discurso a favor dos Ródios* (Rocha Pereira, 1984, 358-359).

³⁶¹ A notícia do texto que nos chega por Tito Lívio (*Liv., Par.*, XLIX): "*Cum L. Scribonius tr. pl. rogationem promulgasset, ut Lusitani, qui in fidem populo R. dediti ab Servio Galba in Galliam venissent, in libertatem restituerentur, M. Cato acerrime suasit. (Exstat oratio in Annalibus ipsius inclusa.) Q. Fulvius Nobilior ei, saepe ab eo in senatu laceratus, respondit pro Galba; ipse quoque Galba cum se damnari videret, complexus duos filios praetextatos et Sulpicii Galli filium, cuius tutor erat, ita miserabiliter pro se locutus est ut rogatio antiquaretur. (Exstant tres orationes eius, duae adversus Libonem tr. pl. rogationemque eius habitae de Lusitanis, una contra L. Cornelium Cethegum, in qua Lusitanos prope se castra habentis caesos fatetur, quod compertum habuerit, equo atque homine suo ritu immolatis per speciem pacis adoriri exercitum suum in animo habuisse.)*". Trad. em *livius.org*: Cuando Lucio Escríbonio, un tribuno de la plebe, propuso una ley para que los lusitanos, que se habían rendido al pueblo romano pero habían sido vendidos [como esclavos] por Servio [Sulpicio] Galba en la Galia, fuesen liberados, Marco Porcio Catón le apoyó enérgicamente (su discurso aún existe y está incluido en sus Anales). Quinto Fulvio Nobilior, que a menudo había sido atacado por Catón en el Senado, habló a favor de Galba; y el propio Galba, viendo que estaba a punto de ser condenado, abrazando a sus dos hijos pequeños y al de Sulpicio Galo, que estaba a su cuidado, se hizo tan digno de lástima en su defensa que el caso fue sobreseído. (Tres de sus discursos aún existen: dos contra el tribuno Libo en el caso de la Lusitania, y uno contra Lucio Cornelio Cetego, en el que admite que durante una tregua masacró a los lusitanos cerca de su campamento porque, como explica, descubrió que habían sacrificado un hombre y un caballo, lo que de acuerdo con su costumbre significaba que se preparaban para atacar)."

As lutas continuaram durante anos, provando o espírito aguerrido e insubmisso dos lusitanos. O interessante é notar que o cenário de guerra altera-se e desloca-se cada vez mais para ocidente e para a zona meridional e norte da península, ou seja, centrando-se no território actualmente português³⁶². Note-se um factor fundamental deste quadro: durante dezenas de anos, desde as primeiras campanhas, passando pelas iniciativas de Décimo Júnio Bruto Calaico³⁶³ (138-137 a.C.) ou da permanência de Sertório na Lusitânia (75-74 a.C.)³⁶⁴, nunca se conseguiu uma efectiva ocupação militar, ou seja, um domínio real, da região entre Douro e Tejo - mesmo as campanhas de Júlio César (nomeado governador da Ulterior em 61 a.C.), aparentam mais manter a tranquilidade, destruindo as tropas indígenas, do que a ocupar esse território. No entanto, também estes acontecimentos são reveladores, em nossa opinião, das circunstâncias estruturais e conjunturais que temos vindo a descrever como atinentes à forma como a Hispânia foi integrada na esfera romana. O referido episódio de D. Júnio Bruto e a sua expedição revela que o interesse não era conquistar tudo e depressa, independentemente de não obedecer a qualquer lógica geográfica. Nem sequer as fontes revelam qualquer medida administrativa na sequência desta acção³⁶⁵. Mas tal não impede a proeminência dos tentames de apropriação, pela organização, do espaço que estaria já patente na criação das duas províncias em 197 a. C.

Na realidade, reafirmamos, a verdadeira questão é o que representa esta apropriação e gestão do espaço sob o domínio romano deste período - trata-se da apropriação de comunidades, cidades, enfim das pessoas. Além disso, esta expedição tem duas vertentes que queremos destacar pois são sinais do valor simbólico e de poder que o espaço comportava/carregava: i) mesmo sem uma geografia que defina previamente a estratégia militar e política, o espaço e a sua representação territorial constituem um factor estruturante do exercício do poder e da identidade: o cognome triunfal de *Brutus* passou a integrar a sua acção no terreno - o Calaico - marcando a entrada propriamente dita da *Callaecia* na órbita romana; ii) manifesta ainda, no sentido que temos vindo a imprimir a esta investigação, o peso determinante que tem o lastro memorial e a tradição mítica na leitura, interpretação e invenção do espaço - as imagens narrativas que as fontes vão traduzindo vinculam uma representação perene e estruturante que percorre todo o mundo

³⁶² cf. a sucessão de acontecimentos em Alarcão (*ibidem*, pp. 22-30).

³⁶³ Esta expedição está relatada em Apiano (*App, Iber.* 72) e Estrabão (*Str.* III, 3, 2). Terá sido a primeira viagem atestada pelas fontes a esta região, após o relato do Périplo de Píteas, v. Marcotte, 2006, 32.

³⁶⁴ Sobre este período, temos também como fontes Plutarco e Salústio, v. *FHA*, IV.

³⁶⁵ Seguimos, nesta sequência, a Le Roux (2006, 124-125).

clássico e projectam-se no Humanismo renascentista posterior, transferindo-se desde o início para a mentalidade popular: a chegada das tropas romanas ao rio Lima, conhecido por *Lethe*, terá suscitado um medo incontável, negando-se a atravessá-lo, pela sua homonomia com o rio mítico do reino dos mortos que provocava a perda total de memória a quem o cruzasse³⁶⁶. Foi necessário o general passar primeiro a bacia fluvial, empunhando as insígnias romanas e com tal valor que este sucesso permitiu a D. Junio Bruto ser catapultado para a fama, num acto heróico, similar ao da travessia do Rubicão por Júlio César. Recorrência mítica em autores de uma época em que a representação da Hispânia estaria já geográfica e administrativamente mais estabilizada.

Como sabemos, e escusamo-nos a pormenorizar numa perspectiva de história *événementielle*³⁶⁷, em todo este hiato temporal os lusitanos situaram-se num patamar de resistência, com um historial de difícil relação e territorialização. Como atrás assinalámos, não só pelas vicissitudes das campanhas de Viriato, pela referida imagem de incursões, algumas em grande distância, e latrocínio generalizado, fazendo com que o surgimento e introdução desta entidade no domínio romano se faça muito lentamente, com avanços e recuos, e a entrada em cena de outras personagens (ex. Sertório ou César) faça questionar as intenções, objectivos e real valor e concepção deste étnico e espaços a ele adscritos. Por exemplo, Le Roux³⁶⁸, faz notar que não se consegue perceber até que ponto esta entidade e espaço lusitanos pareceram a Sertório estratégicos no conflito que protagoniza, utilizando-os pela sua localização ulterior/recuada e de difícil acesso para o adversário. No entanto, um pormenor interessante revela o peso e valor deste étnico no desenho do conflito. Por um lado, Floro afirma que a opção de Sertório responde a um pedido dos lusitanos, remetendo para os contactos, diplomacia e jogos de poder que envolvem todos os actores deste quadro num mesmo plano e não tanto numa hierarquia de subjugados e conquistadores. Estando esta imagem em harmonia com o que afirmámos sobre o estatuto e natureza dos contactos com lusitanos desde o período púnico e

³⁶⁶ Guzmán Guerra *et alia* (2007, 30-31).

³⁶⁷ Se bem que reconheçamos o paradoxo residente nesta constatação que temos vindo a expor: a história inicial da presença romana, do exercício do seu poder e da sua força, dos contactos estabelecidos, da organização administrativa obedece a uma lógica do contingente, ao nível do fluir dos acontecimentos. Por esse facto, poderíamos fazer coincidir estritamente os dados e o relato desses acontecimentos com a projecção das identidades territoriais e étnicas sem que conseguíssemos produzir uma interpretação mais elaborada e estrutural. Ora é precisamente porque não existe um plano prévio, uma geografia de suporte, uma representação preconcebida que, desse fluir contingente surge uma extraordinária possibilidade de afirmação de realidades e entidades, construção e invenção do espaço, interpretação territorial, enfim expressiva manifestação étnica e identitária que sustenta, no caso da Lusitânia, a sua perenidade e relevância. Para uma visão mais completa da conjuntura e diacronia v. Alarcão (2002); Fabião (1992).

³⁶⁸ *Ibidem*, 125.

interpretada e consubstanciada na leitura já citada de Sánchez Moreno & García Ríaza³⁶⁹ sobre o pacto de 140 a.C. com Viriato e o título de *amicus populi romani*. Por outro lado, mesmo que o desenrolar dos acontecimentos não tenha sido exactamente como relata Floro e não tenha existido nenhum pedido feito pelos lusitanos, pelo menos a leitura da fonte da época permite concluir sobre a importância do factor de distinção étnica e o valor destes contactos. Por último, ainda conseguimos perceber outra dimensão no protagonismo e territorialização lusitana - com este pedido de Sertório³⁷⁰ e, consequentemente, por sua culpa, os lusitanos, credores da referida imagem de resistência e força, ressurgem activos no palco das guerras e da gestão do espaço.

Do ponto de vista dos textos mas principalmente da configuração da Lusitânia, este hiato temporal corresponde àquilo que Amílcar Guerra chama uma "Fase de Transição"³⁷¹ afirmando que "Artemidoro é tradicionalmente envolvido na relação dos autores que nesta fase se referem especificamente". De facto, este cidadão de Éfeso³⁷², do qual pouco se sabe³⁷³, terá tido o seu apogeu como geógrafo por volta de 104-101 a.C. altura em que produz a sua *Geographoumena*, composta por 11 livros, o segundo dos quais dedicado à Península Ibérica³⁷⁴. Na história da geografia Artemidoro terá sido um dos primeiros, após Políbio, a fazer uma viagem de exploração após a nova situação geoestratégica da Hispânia no seio do império romano. Restam alguns fragmentos que nos chegaram, como atrás afirmámos, por via do *De administrando imperio* do erudito imperador bizantino Constantino VII Porfirogeneta (905-959)³⁷⁵ que por sua vez haviam recolhido na conhecida obra *Ethniká* (Ἐθνικά) de Estevão de Bizâncio, um dicionário de nomes geográficos datada do século VI e muito utilizada no período medieval. Mais recentemente a divulgação de um papiro em que esse mesmo excerto vinha transcrito com alterações pontuais e se acrescentava uma nova referência (col. IV, 13-14; col. V, 5-6; Gallazzi, Kramer, Settis 2008, 219-220)³⁷⁶ trouxe uma intensa polémica com vários

³⁶⁹ 2012, 1250-1251.

³⁷⁰ Segundo Le Roux demonstrativo que a tradição negava a existência de uma guerra civil (*ibidem*).

³⁷¹ 2010, 89.

³⁷² Que desde 133 a.C. pertencia ao império romano.

³⁷³ Cf. informações sobre a biografia e um levantamento da bibliografia biográfica em Kramer (2006, 97, n. 3).

³⁷⁴ Segundo Moret (2012, 9) "D'après les indications contenues dans P.Artemid., ce voyage doit se situer entre 137 (date de la campagne de D. Iunius Brutus contre les *Callaeci*) et 108 (construction de la tour de Cépion à l'embouchure du Guadalquivir), comme le proposent de façon convaincante les éditeurs du papyrus (Gallazzi et al., P.Artemid., p. 102 sq)".

³⁷⁵ Moret (2010, 114).

³⁷⁶ Guerra (2010, 89).

autores envolvidos sobre a questão da autenticidade³⁷⁷. O texto do papiro, traduzido, é o seguinte³⁷⁸

"Elle (*scil.* L'Ibérie) a été divisée par les Romains en deux provinces. Fait partie de la première province la région qui s'étend tout entière des monts Pyrénées jusqu'à la Nouvelle Carthage, jusqu'à Kastolôn et jusqu'aux sources du Bétis; font partie de l'autre province les territoires qui s'étendent jusqu'à Gadeira et toute l'étendue de la Lusitanie". (*P. Artemid.*, IV, 5-14).

Ultrapassadas as questões de forma, provada por radio-carbono a data do papiro no intervalo de 40 a.C.-130 d.C., ficam-nos alguns aspectos do texto relativo à Lusitânia e aos outros excertos concernentes à Hispânia³⁷⁹: i) o valor da experiência pessoal do geógrafo, a arquitectura (périplo), natureza (geografia) e objectivo estratégico do conteúdo do texto e o interesse demonstrado remetem, mais uma vez, para a simbiose entre a cultura helénica e romana que já estava, neste particular, bem sedimentada; ii) invoca de forma mais incisiva a questão territorial do conceito de Lusitânia, convocando-a para o protagonismo de se constituir referência de medição e limite na gestão provincial - Pérez Vilatela³⁸⁰ faz notar que Gades e Lusitânia são aqui entendidos como os extremos ocidentais do domínio romano e o geógrafo apresenta uma melhoria global ao que se supõe ser a medição de Eratóstenes, mas as palavras de Pierre Moret³⁸¹ são bem mais significativas por isso merecem ser integralmente reproduzidas: "L'évocation de la Lusitanie aux lignes 13 et 14 de la colonne IV du papyrus n'est pas une mention isolée et autosuffisante. (...) Non seulement elle en fait partie, mais elle en constitue même l'un des éléments de base: on n'a pas assez remarqué que la Lusitanie est la seule entité ethnico-géographique qui soit nommée et qui joue un rôle structurant dans la perigraphe de l'Ibérie"; iii) a dimensão territorial da Lusitânia de Artemidoro está, naturalmente, mais consistente com o avanço do domínio romano mas também do conhecimento geográfico e do território, situação que seguirá o seu curso e terá um arauto maior em

³⁷⁷ Sobre o assunto, longamente explicado, v. Moret (2010, 113-118).

³⁷⁸ Moret (2010, 114).

³⁷⁹ O texto, escrito em grego, pode ser lido, com tradução, em Kramer (2006, 99-101) acompanhado dos quadros com o levantamento das costas marítimas, rios e cidades de referência da Península e resultantes do périplo do geógrafo.

³⁸⁰ 2000a, 33, 35.

³⁸¹ 2010, 123.

Estrabão que, por sinal, parece não valorizar propositadamente esta fonte³⁸²; iv) apesar de tudo, o seu valor parece ser mais topográfico do que matemático - ou seja, revelador de uma configuração descritiva (indo ao encontro do que nos interessa) e representação do território que além das medições³⁸³, que neste trabalho não aprofundamos, apontam para uma possível interpretação do espaço - enfim, como temos vindo a afirmar, do uso, argumentação, apropriação e composição desses mesmos índices de leitura como factores de construção discursiva que apelam à invenção da identidade territorial; v) traz-nos, também necessariamente, a representação discursiva da Lusitânia integrada na escala hispânica, numa evolução singular e num relato de teor geográfico, sendo interessante a sua relação com os outros espaços e territórios em construção³⁸⁴ - por um lado, nas estações costeiras e pontos de referência encontramos, significativamente, a habitual matriz da representação oro-hidrográfica e as desembocaduras dos rios, os núcleos urbanos (*polis*), os acidentes geográficos costeiros (cabos, portos), as referências de navegação (torres) e até a valorização mítica (o rio *Lethe* ou *Obleuion* - Lima), tudo , agora, mais sedimentado e rigorosamente comensurado³⁸⁵; por outro, pela existência anexa de um mapa no papiro, representação pouco clara mas que parece apontar para uma representação típica romana (*itineraria picta*), parecendo as delineações dos agrimensores, onde ressaltam linhas paralelas que até podem significar possíveis vias romanas³⁸⁶; vi) enfim, pela descrição do geógrafo, detectamos uma notória influência da representação geográfica de Políbio³⁸⁷, numa concepção que agora já toma a totalidade

³⁸² Pérez Vilatela, *ibidem*, 31. Também se faz notar que esta fonte é utilizada por Plínio, que a coteja com as medições de Agripa, que fez as medições oficiais do império, cerca de cinquenta anos mais tarde. Moret (2010, 119) resume assim a configuração da Lusitânia: "Artémidore témoigne donc d'un moment d'expansion maximale du concept géographique de Lusitanie, postérieur à la Lusitanie d'entre Guadiana et Tage des guerres du milieu du IIe siècle, et antérieur à la Lusitanie recadrée autour d'Emerita de l'administration augustéenne. (...) nous sommes en présence d'une construction exo-ethnique dans laquelle l'officier supérieur, suivi par l'administrateur et en dernier lieu par le géographe, choisit (ou invente) et déplace arbitrairement un nom imposé de l'extérieur". Para uma mais completa visão da relação entre Artemidoro com Políbio, Estrabão com influência de Posidónio e Plínio onde se entrem as concepções de Agripa e Varrão, v. Moret (2012, 29-35 e respectiva cartografia).

³⁸³ Aquilo que permite delimitar com maior ou menor rigor os limites dos territórios, tema recorrente nas reflexões e discussões diacrónicas até à actualidade, passando pelos autores do Humanismo e que remetem ao formato do espaço.

³⁸⁴ Será o caso da referência aos Ártabros e promontório com o mesmo nome, considerado o limite norte da faixa ocidental da Península, junto ao Oceano, posteriormente identificado com promontório *Nerium* ou *Celticum*. v. Moret (2012, 40). Esta menção, juntamente com a concepção e extensão do território lusitano em Artemidoro, que', como nos diz Pérez Vilatela (2000a, 37) "es un ámbito coincidente con el de Polibio, ampliada quizá por el Norte, según el curso de la presión romana" estarão, como intentaremos demonstrar adiante, na base de uma representação do mesmo território em Estrabão (*Str.*, III, 3, 3).

³⁸⁵ Kramer (2006, 104); Moret (2012, 26).

³⁸⁶ Para uma análise mais aprofundada da leitura da Península e do mapa em Artemidoro, v. Moret (2012, 33-84), Kramer (*ibidem*, 105-110).

³⁸⁷ Kramer (*ibidem*, 109).

do espaço peninsular que, pela primeira vez, no sincretismo helénico-romano apresenta uma sinonímia entre *Iberia* e *Hispania* mas continua a lembrar que a leitura regional, em construção, justifica que possa continuar, no caso da Lusitânia, a ser manipulada e utilizada, como um conceito dinâmico nos esquemas argumentativos de cada autor e do respectivo contexto de produção³⁸⁸.

Recorde-se, ainda, neste hiato temporal, um outro autor - Posidónio de Apameia (c. 135/133 a.C.- c. 62 a.C.) - que também se terá debruçado sobre a *Hispania*, embora a sua obra se tenha praticamente perdido e o que nos chegou está em estado fragmentado ou provém da transdiscursividade através de Diodoro e de Estrabão, sendo que neste último caso resulta muito difícil separar o pensamento de ambos³⁸⁹. A sua incursão pela história é reconhecida e assumidamente entroncada em Políbio, de quem se assume continuador historiográfico³⁹⁰, com a intenção de continuar o seu relato, em cinquenta e dois volumes, a partir de 146 a.C. até ao triunfo de Pompeu e outros factos dessa época (c. 80 a. C.), acompanhando os acontecimentos coevos da expansão romana e centrando-se assim, para o caso hispânico, nas guerras lusitanas e na figura de Viriato³⁹¹. Por outro lado, ao contrário da maioria dos geógrafos helénicos, também viajou bastante e a cronologia da sua viagem à *Iberia* oscila entre 101 e 91 a.C, tendo permanecido durante alguns meses em Gades estudando as marés³⁹². Do que, hoje em dia, conhecemos da sua produção discursiva, interessa-nos destacar três aspectos, todos em linha com as formulações que temos vindo expor. Um primeiro, que se recolhe à configuração de Lusitânia, que já detecta o uso coronímico em dois sentidos: uma Lusitânia dos confins do Oeste peninsular até ao norte, zona limite de um outro povo (ártabros), prévia à ocupação romana³⁹³; uma outra Lusitânia que se delimita com o próprio contexto do

³⁸⁸ Como nota Guerra (2010,90) "A principal característica desta fase evolutiva do conceito é o seu alargamento acompanhando o processo de consolidação do domínio romano nesta região. Este período prolonga-se até ao final das Guerras Sertorianas. Nas primeiras operações militares no ocidente hispânico parece manter-se uma associação dos lusitanos a estas terras meridionais, na sequência do que se verificara no período dos conflitos contra Viriato. No entanto, o desenvolvimento do conflito sertoriano permite associar esta entidade a um âmbito territorial substancialmente diferente, em consequência dos próprios progressos da conquista romana".

³⁸⁹ Seguimos aqui a Pérez Vilatela (2000a, 37-43).

³⁹⁰ *Dion*, XXXVII, 53.

³⁹¹ Relato que transparece por sua vez em Diodoro que recolhe e continua Posidónio também a partir de 145 a.C. Pérez Vilatela (2000a, 42).

³⁹² *Ibidem*, 39. Terá escrito um tratado de título "*Sobre o Oceano*", revelador da importância que assumia a questão marítima e o estudo dos confins da *oikumene*. Sobre a influência na visão geográfica estraboniana v. *ibidem*, 40-41.

³⁹³ Baseado na leitura que dele faz Estrabão (*Str.*, III, 2, 9)

domínio romano do momento em que escreve, que já exclui as Cassitérides³⁹⁴ - ou seja, como bem nota Pèrez Vilatela³⁹⁵, evitando chamar lusitanos a todos os que não estão submetidos ao poder de Roma³⁹⁶. De qualquer forma, sempre considerando o território lusitano estendido numa extensa faixa desde o cabo de S. Vicente até aos ártabros³⁹⁷. Um segundo aspecto remete para o perfil etnográfico do discurso posidoniano, que aliás tem sérias repercussões na fixação do texto do mesmo teor em Diodoro. Parece haver um manifesto interesse (estratégico?) em perceber a dimensão étnica dos povos na relação com o seu território. Nesse sentido não só diferencia os lusitanos dos ártabros e dos vacceos como parece acentuar a sua sofisticação e valor pela descrição da sua valentia, destreza física, formando "notáveis exércitos" e que, apesar do saque, ultrapassavam todas as dificuldades e perigos, fazendo com que a força romana não conseguisse impedir o seu protagonismo³⁹⁸ - resulta quer a não inclusão no conceito de "bárbaros"³⁹⁹ quer a imagem de Viriato de Posidónio em Diodoro que adiante apontaremos. Um último aspecto que não tem sido devidamente realçado relaciona-se com o valor económico que enquadra o território lusitano, do interesse do poder romano e que invoca a prodigalidade e riqueza que serviu para sustentar os exércitos, os mais fortes soldados, "muitas guerras importantes", enfim o "engrandecimento" dos cartagineses que outrora dominaram a Iberia⁴⁰⁰.

Os quatro últimos testemunhos que versam sobre a Lusitânia, considerados neste ponto da presente tese, são, em nossa opinião, de valor e maneiras diversas, exemplos significativos da tessitura explicativa que temos vindo a expor e que traçam com firmeza o perfil identitário desta formação narrativa. Desde logo, porque representam a simbiose

³⁹⁴ Baseado na leitura que dele faz Diodoro (*Diod.*, V, 38).

³⁹⁵ 2000a, 41-42. Daí que Estrabão, ao acrescentar uma Lusitânia com limite sul no Tejo e o Oceano a oeste e norte se reporte a dados administrativos romanos do séc. I a.C.

³⁹⁶ Certamente não serão alheios a este facto o esforço romano dispendido nas lutas de resistência lusitânica, o valor simbólico do seu domínio para a glória romana, a importância que este território assumia nesta conjuntura.

³⁹⁷ Por sua vez, no processo de transdiscursividade, segundo Bertrand, A. (1997, 108-111, apud Le Roux, 2006, 119, n. 9), a concepção espacial de Posidónio terá sido lida e utilizada pelo autor que a seguir referiremos, Júlio César.

³⁹⁸ *Diod.* V, 34. "Los más valientes de los iberos son los llamados lusitanos (...) y formando notables ejércitos recorren iberia y amontonan riquezas por medio del robo" (*FHA*, II, 243-244). Segundo Momigliano (1984, apud Pèrez Vilatela, *ibidem*, 39, n. 339) para Posidónio estes povos não eram selvagens, nem incultos mas sim povos que ensinaram os romanos.

³⁹⁹ *Estr.*, 9. "El estaño (...) y se produce tanto en la región de los bárbaros que habitan allende Lusitania como en las islas Casitérides (...)" (*FHA*, II, 249-250).

⁴⁰⁰ *Diod.*, V, 38. "Siendo muy admirables estas minas, lo son más todavía porque su explotación es muy antigua (...). E em muitos sítios aparece estanho, "havendo muchas minas de estaño más arriba de Lusitania, en las islas situadas en frente de Iberia, en el Océano, que por esto se llamam Casitérides". (*FHA*, II, 246).

e essencial entre o património cultural helénico modelador e interpretativo, já idiossincraticamente digerido, e uma leitura e representação assumidamente latinas, integradas no contexto pleno da *romani potestas*. Mas também: porque apelam à oportunidade e relevância do tema em análise ao convocá-lo para o relato e contexto dos acontecimentos coevos, pela voz de um dos seus mais notáveis protagonistas (Júlio César); porque cristalizam, alegorizam e ornamentam determinados aspectos do seu perfil, constituindo-os matéria de ponderação em contextos de reflexão política e filosófico-literária do essencialismo da condição humana (Cícero); e, ainda, porque ajudam a inculcar e a fixar, na sequência do que temos visto, nesta fase que diríamos de transição para um contexto de produção discursiva imperial, uma arquitectura de discurso, um modelo de interpretação, um expressivo léxico temático, enfim, um legado que persistirá nos períodos/autores posteriores (Diodoro e Trogo Pompeu em Marco Juniano Justino).

As fontes não proporcionam muitas informações sobre a Hispânia no período compreendido entre o final da guerra sertoriana e o começo da guerra civil, ou seja, entre los anos 71 y 49 a.C.⁴⁰¹. A partir de 56 a. C., César ficou com a província da Gália, Pompeu obteve as duas Hispânias, e Crasso a Síria. Como consequência assistimos às lutas intestinas, em clima de guerra civil, pela posse e domínio das Hispânias. Entre César e Pompeu ou seus descendentes, com os lusitanos a participarem, em ambas as facções consoante os cenários mais favoráveis⁴⁰². César morre em 44 a.C. no entanto todo este período terá contribuído para a romanização da Lusitânia e parece ter começado o processo de municipalização da Hispânia⁴⁰³ - as facções em oposição e a sua necessidade

⁴⁰¹ Pina Polo (2009, 229-230). Este autor resume de forma esclarecedora este hiato de tempo: "En los años 61-60 fue César quien se encargó del gobierno de la Hispania Vltior. Durante su mandato dirigió una campaña militar contra los lusitanos. Las fuentes adversas a César le atribuyen la responsabilidad del conflicto, en su afán por obtener la gloria militar que le permitiera aspirar a su vuelta al consulado, como así sucedió. La tradición más común habla sin embargo de las depredaciones llevadas a cabo por los lusitanos contra otros pueblos hispanos, que habrían solicitado por ello ayuda al gobernador romano (*Plut. Caes.* 11-12; *Suet. Iul.* 18; *App. BC.* 2, 8). Casio Dión ha transmitido los detalles de la campaña militar, que incluyó la orden a los lusitanos que habitaban en la región del *mons Herminius*, es decir, en la Sierra de Estrella, de trasladarse a la llanura para evitar sus expediciones en busca de botín (*Dio Cass.* 37, 52-53). César logró vencer a los insurgentes y no solo llegó con sus tropas hasta el Duero, sino que traspasó este límite de la provincia persiguiendo a los huidos. De hecho, alcanzó el límite noroccidental de Hispania llegando hasta *Brigantium* y sometiendo a su paso a los galaicos. De esta manera, César celebró un gran triunfo a su regreso a Roma y fue elegido cónsul, por primera vez, para el año 59." Para as guerras entre Pompeu e César e as consequências da Guerra Civil, *ibidem*, 230-235.

⁴⁰² As fontes, segundo Alarcão (2002, 27), são *Caesar*; *De Bello Alexandrino*; *Valério Máximo*; *Bellum Hispaniense*; *Dion Cássio*; *Cícero*, in *FHA*, V.

⁴⁰³ Fabião (1992, 228-236).

de incorporar homens terá levado esmorecer de antigos ódios e ao atenuar de diferenças - incorporação frequentemente acompanhada da concessão de cidadania a título individual: a luta contra os romanos tornou-se certamente a luta de lusitanos associados a facções romanas contra outras da mesma origem, convivência e conveniência que quebra fronteiras e acentua a proximidade. Ora, a crise das instituições da república romana que ocupou todo o séc. I a.C. deu origem à guerra civil, à ditadura de Júlio César e às alterações institucionais que marcam o início do Principado de Augusto. É, pois, a circunstância que faz sobressair a referência liminar à Lusitânia que se encontra no I volume da *Guerra Civil* que relata este hiato temporal⁴⁰⁴

"A la llegada de Vibulio Rufo, al cual se ha indicado que Pompeyo había enviado a Hispania, Afranio, Petreyo y Varrón, legados de Pompeyo, de los que el primero ocupaba con tres legiones la Hispania Citerior, Petreyo con dos legiones la Ulterior desde el desfiladero de Cazlona hasta el río Anas, y Varrón, también con dos legiones, la Lusitania y el territorio de los vetones desde el Anas, reparten éstos sus funciones, de modo que Petreyo se dirija con todas sus tropas desde Lusitania, por el territorio de los vetones a reunirse con Afranio y que Varrón guarde con sus legiones toda la Hispania Ulterior. Tomada esta determinación, Petreyo exige a toda Lusitania jinetes y tropas auxiliares, Afranio hace lo mismo con los celtíberos, cántabros y todos los bárbaros que habitan en la costa del Océano." (*Caes. Bell. Civ.*, 38, 2-4)⁴⁰⁵.

Associemos, então, algumas notas reveladoras da sua composição, integradas e em linha com o que expusemos sobre os factores conjunturais: i) ressalta a relevância da geografia

⁴⁰⁴ Os estudos de Pèrez Vilatela (2000a) e Amílcar Guerra (2010) são totalmente omissos quanto ao influxo desta fonte na interpretação da Lusitânia. Ames, C. & Leoni, A. (2013, 13) explicam desta forma esta fonte: "Lamentablemente se ha conservado poco de los numerosos escritos que la tradición ha atribuido a Julio César. Se han perdido poemas, discursos, cartas, una polémica contra Catón y un escrito gramatical sobre la analogía y sólo se han conservado siete libros sobre sus campañas en la Galia (59-52 a.C.) y tres libros sobre la guerra civil, que relatan los enfrentamientos con Pompeyo (49-48 a.C.). Al poco tiempo del asesinato de César apareció una especie de "edición completa" redactada con materiales de César y de sus colaboradores. Esta edición contenía los ya mencionados comentarios y la continuación, escritos por diferentes autores (*commentarii de bello alexandrino, africo, hispaniensi*)."

⁴⁰⁵ A esta referência junta-se outra que Amílcar Guerra (2010, 90) destaca e que resulta numa das imagens mais marcantes que fixam a topografia lusitana: "*De bel. Alex.* (48), Q. Cássio Longino, legado de César na Ulterior, força os Meidubrigenses a colocarem-se em fuga, *cum in Lusitania Meidobrigam oppidum montemque Herminium expugnasset*.", consagrando a associação dos lusitanos ao território situado entre o Tejo e Douro, e fornecendo à "historiografia posterior a referência concreta à ligação desse povo às montanhas, quase sempre referidas de forma vaga. Foi precisamente esta indicação específica que a tradição interpretou como o ponto de origem e de refúgio dos lusitanos nas variadas movimentações militares contra os romanos e que acabou por se confundir com aquilo que por vezes se tomou como o núcleo central da "Lusitânia propriamente dita".

física, singularizada como cenário mas também descrição indigitando a importância estratégica dos sistemas oro-hidrográficos⁴⁰⁶, em toda a narrativa, apontando agora, mais consistentemente face às épocas/fontes anteriores, para o seu papel na configuração de uma geografia política e administrativa⁴⁰⁷, assim como nos itinerários político-militares que subjazem à dinâmica e ao fluir dos acontecimentos⁴⁰⁸; ii) do mesmo modo, projecta-se o significado da geografia humana, particularizada na ponderação dos núcleos urbanos em todo o contexto descrito - quer seja no papel activo nos conflitos, estratégico-militar ou económico das cidades⁴⁰⁹; ou na importância da atribuição de determinado estatuto político-administrativo no período cesariano⁴¹⁰ - para dotar antigos centros de administração e estabelecimento romanos ou para assegurar controlo territorial e populacional; iii) verifica-se o estabelecimento de um sólido programa de organização

⁴⁰⁶ A título de exemplo assinala-se a importância do Guadalquivir e do seu comércio, na relação com os espaços urbanos e seu estatuto administrativo - no caso, paralela à função de *Hispalis*, como bem demonstrou Martínez Mera, J. (1998, 328). Ou ainda como afirma Valverde, L. (2016, 90): "Se puede comprobar fácilmente que César instaló sus colonias mayormente en el sur de Hispania, en el valle del Guadalquivir, en donde los pompeyanos habían tenido un mayor apoyo, por lo que éste las habría castigado desposeyéndoles de su tierra en donde instaló sus colonias, aunque no hay que olvidar que esta zona es la más fértil de la Península, siendo su suelo lo que más atraería a los inmigrantes". O mesmo se aplica à exploração de minérios, pois a Hispania era, para Roma, uma fonte importante de abastecimento, sendo que as minas alcançaram a sua maior produção no séc. II d.C., centradas na exploração de prata (segundo Curchin, *apud* Martínez Mera, J. (1998, 329-331)). Também se explica, pelos conflitos, a diminuição da exploração das minas de prata e ferro de Castulo na Sierra Morena, desde meados do século I a.C., mas logo substituídas por uma região alternativa, a Betúria, explicação que estaria sustentada, segundo Alicia Canto (*apud ibidem*, 330) por uma política colonizadora de César muito próxima das minas desta região e pelo desenvolvimento da zona mineira junto de *Carthago Nova*.

⁴⁰⁷ V. Le Roux (2006, 125).

⁴⁰⁸ Como demonstra Perea Yébenes, S., (2017), acerca das propostas de itinerários realizados por César e o jovem Octaviano (futuro Augusto) em território hispânico; v. especialmente o mapa da pág. 102. Le Roux (*ibidem*, 119), referindo-se ao *De Bello Gallico* já havia notado que César estruturara a sua narrativa numa concepção de espaço em que "ses divisions demeurent approximatives et se réfèrent aux grands fleuves comme à des lignes remarquables servant, de façon lâche, à classer les peuplements de part et d'autre de leur cours".

⁴⁰⁹ Cf. o papel e a lista das cidades que entram no conflito entre César e Pompeu em Martínez Mera, J. (1998, 319-332). Numa perspectiva dessa função, de acordo com o estatuto administrativo das cidades v. Valverde, L. (2016, 96-109).

⁴¹⁰ Trata-se da atribuição de estatuto de *colonia*, por oposição ao de outras matrizes (ex. *municipio*). A questão coloca-se desta forma, segundo Valverde, L. (2016, 85-88): "De un modo general, se ha contrapuesto que si bien el establecimiento de una colonia suponía un castigo para los indígenas, el de un municipio (sea de carácter romano o latino) era una recompensa. De esta forma, se ha considerado que las colonias de César (o más bien, de sus sucesores inmediatos) fueron establecidas sobre antiguas poblaciones que habrían apoyado de una forma decidida la causa de la *gens* Pompeia (mediante la confiscación de tierras a sus partidarios, lo que constituye una incuestionable punición), y viceversa, las que obtuvieron un estatuto privilegiado, habrían sido favorables a César (...) llevó a cabo una profunda transformación político-social en gran parte de Hispania, sobre todo en la Bética. De esta manera, se crearon varias colonias, directamente por el Dictador o por sus sucesores inmediatos, como: *Corduba*, *Hasta*, *Hispalis*, *Urso*. Por el contrario, en la Hispania Citerior sólo *Tarraco* (Tarragona, prov. Tarragona), *Celsa* (Velilla de Ebro, prov. Zaragoza), *Ilici* (Elche, prov. Alicante) y *Carthago Nova* (Cartagena, prov. Murcia) alcanzaron el rango de colonias. La arqueología ha comprobado en todos los casos que las colonias cesarianas de la Bética y la Citerior no son fundaciones *ex novo*, sino que se levantan sobre lugares anteriormente habitados." Para o caso de elevação a *municipio* no contexto dos e pós conflitos v. 90-95.

territorial e político-administrativo, onde o rigor da gestão do espaço encontra um terreno favorável à sua aplicação⁴¹¹, com consequências para a Hispânia Ulterior⁴¹² e, concretamente, para a Lusitânia⁴¹³, onde não será despidiendo salientar os poderes de que César foi investido, como ditador - ex. a *lex Aemilia de dictatore creando* (49 a.C.) e a *lex de dictatore creando* (48 a.C.) e outras até à atribuição da perpetuidade - que contemplam a possibilidade de criação de colónias o que só vem atestar, em nossa opinião, no panorama das atribuições jurídicas no exercício da *potestas*, o papel de destaque e o valor que o espaço/território e a sua "invenção"/"criação" detêm. Mas os testemunhos mais recentes deste *corpus* que nos chegaram mais completos, talvez por essa razão modelando, de forma mais incisiva, a representação posterior da Lusitânia/lusitanos, encontram-se em Diodoro Sículo e Trogo Pompeu em Marco Juniano Justino.

Diodoro⁴¹⁴ escreveu, na linha de Políbio ou de Posidónio, uma obra de história universal, em 40 volumes, em grego, revelando ainda, o peso desta língua na fixação e transmissão do saber historiográfico - a *Biblioteca Historica*⁴¹⁵ - que se inicia com a

⁴¹¹ O que, aliás, explica que essa política tenha sido continuada pelos seus sucessores.

⁴¹² Diz-nos, ainda, Valverde (*ibidem*): "En este sentido, como señala Ventura, no ha de extrañar que se atribuya al gobernador de la Hispania Ulterior, C. Asinio Polión (cos. 40 a.C.), las fundaciones coloniales de *Hasta*, *Hispalis*, *Urso*, *Ucubi* y *Corduba*. La onomástica con la que se bautizó a las anteriores poblaciones resulta, vista como un conjunto propio, significativa y programática, como puede observarse en los apelativos de estas comunidades: *Regia*, *Romula Iulia*, *Genetiva Iulia*, *Claritas Iulia* y *Patricia* respectivamente. *Regia* por las aspiraciones monárquicas de César, o más bien en honor a su madre, perteneciente a la familia de los *Marcii Reges*, *Romula* y *Genetiva* en referencia a los antepasados de la *gens Iulia*, saga que inició el mismísimo fundador de la ciudad de Roma; *Claritas* y *Patricia* por ser aquél (Rómulo) el creador de las instituciones del Senado y el Patriciado (*Liv.* 1, 8, 1-2). De igual modo, la distribución geográfica de estas poblaciones parece cuidadosamente estudiada, pues sobre el mapa se disponen de forma equilibrada, a intervalos regulares, a lo largo de las feraces campiñas situadas en la orilla izquierda del río *Baetis*, desde *Corduba* hasta el mar".

⁴¹³ *Ibidem*, 91-93, 95: "En cambio, los establecimientos lusitanos: *Colonia Metellinensis* (Medellín, prov. Badajoz) (*Plin. NH* 4, 117), *Colonia Norbensis Caesarina* o *Norba Caesarina* (Cáceres, prov. Cáceres) (*Plin. NH* 4, 117) y *Scallabis Praesidium Iulium* (Santarém, dist. Santarém) (*Plin. NH* 4, 117), fuesen creados o sólo proyectados por César, tenían como misión fundamental vigilar a las tribus indígenas todavía independientes o a las recientemente sometidas, es decir, una finalidad militar (...). También pudieran ser *praesidia* creados por César, convertidos en colonias por Augusto (...) Mucho más interesante es la existencia de un numeroso grupo de ciudades, casi todas incluidas en la provincia de la Ulterior, en número de veintisiete, citadas por Plinio, que ostentaban una serie de apelativos característicos, fenómeno único en el Imperio. Se ha considerado que la presencia de estos epítetos señalaba la concesión de un estatuto privilegiado a estas poblaciones, cuyos cognomina parecen fecharse, como término ante quem, en el año 27 a.C, si se tiene en cuenta la no presencia de la palabra *Augusta/um*. (...) Más difícil sería determinar el tipo de estatuto que tenían: colonias o municipios de derecho latino. (...) En definitiva, según nuestra óptica, sería Augusto el responsable de la concesión a gran escala del *ius Latii* en Hispania y, por ello, de la mayor parte (por no decir de todas) de las poblaciones citadas por Plinio".

⁴¹⁴ Sabe-se ser originário de Agírio, na Sicília (daí o apelido) mas pouco mais se conhece, não se podendo deduzir que tenha estado na Península.

⁴¹⁵ Só se conservam os livros I-V, do XI ao XX e fragmentos dos restantes.

criação do mundo pelos deuses, passando pela história grega e pelo período helenístico até ao consulado de César no ano 60-59 a. C.. Para além da dimensão telúrica que mantém o registo mítico na estruturação da diacronia do relato⁴¹⁶, o que ressalta desde logo é o título que apela, na natureza do discurso, para o seu teor e, por conseguinte, para os mecanismos e concepção da legitimidade discursiva - atrás vimos a sua importância para a transmissão do texto posidoniano, mas assumidamente o seu objectivo é compendiar os relatos fidedignos dos que o precederam⁴¹⁷ - os dois historiadores citados mas também, nessa linha, Heródoto, Timeu, Fábio Pictor e Éforo, entre outros⁴¹⁸. Esta posição é acompanhada, como em Heródoto ou Políbio, por uma escala ecuménica - incluía a Europa e a Ásia. Ora, o livro V recolhe, nessa matéria, uma organização espacial que contempla as ilhas mediterrânicas e toda a zona limite oeste (Ibéria, Céltica, Bretanha), conferindo um lugar de destaque à geografia, à corografia (descrição local) e à etnografia (geografia humana)⁴¹⁹. Nesse contexto, a Hispânia surgiria associada aos Livros V, XXV e XXXIII⁴²⁰. As menções do livro V já as analisámos quando nos referimos a Posidónio, sendo que aqui apenas realçamos dois pontos: i) bastará analisar a súpula dos subcapítulos do Livro V para percebermos o seu eixo temático e os aspectos que valoriza, num efectivo trabalho precursor de etnografia, mesclado com a mitografia, valorizando o conhecimento estratégico das comunidades humanas, costumes e tradições, social, organização militar, vivência religiosa, tudo em perfeita simbiose com o espaço/território e as suas riquezas - a corografia

"(...) 16. Descripción de Ibiza. 17. Las Gimnesias o Baleares. Costumbres de sus habitantes. 18. Bodas y enterramientos. Los honderos baleares. 19. La isla afortunada.

⁴¹⁶ Bastaria observar, por exemplo, o livro V, onde se introduz a Hispânia.

⁴¹⁷ Diodoro caracteriza o seu trabalho de *syntaxis* o *pragmateia* ('composição' ou 'obra'), *Diod.*, introd., 9.

⁴¹⁸ Contabilizam-se mais de 50 nomes de historiadores e geógrafos, sendo comprovado a sua dependência directa de Políbio, aliás a quem segue na crítica a Timeu (*Diod.*, V, 1-4), Éforo e, no caso hispânico, ainda Posidónio. Pérez Vilatela (2000a, 42-43); Parreu Alasà (2001), *Introd.*, 24-25.

⁴¹⁹ Para uma análise mais aprofundada do plano e composição da obra assim como da transmissão textual, v. Parreu Alasà (2001), *Introd.*, 14-22.

⁴²⁰ Segundo Muñoz Martín, M. (1976) e José María Blázquez (Academia Real de História, <http://dbe.rah.es/biografias/15358/diodoro-siculo>) o resumo desta intervenção é o seguinte: "actuación de Heracles en Occidente; llegada de los argonautas a Cádiz; establecimiento de los sicanos en Hispania; descripción de las Islas Baleares; de una isla del Océano; los mercenarios iberos en el ejército cartaginés, que actuaron en Sicilia y en el ejército griego de Dionisio; participación de los mercenarios iberos en Grecia; embajada de iberos a Alejandro Magno; plan de Alejandro Magno para hacer una expedición a Hispania; intervención de los iberos entre los mercenarios insurrectos del 241 al 238 a. C. en Cartago. Diodoro es fuente fundamental para la actuación de Amílcar, de Asdrúbal y de Aníbal en Hispania y para las guerras lusitanas. Su fuente debió ser Polibio, y en la descripción de las minas hispanas, Polibio o Posidonio."

20. Los fenicios y la exploración del Océano. Fundación de Cádiz. Llegan a la isla afortunada. 21. Descripción de Britania. 22. El estaño de Britania. 23. El ámbar y el mito de la muerte de Faetonte. 24. Pueblos de Europa Occidental. Nombres de Galia. Gálatas, hijo de Heracles. 25. Población, clima e hidrografía de la Galia. 26. Los vientos y el frío. Las bebidas de los galos y el comercio del vino. 27. El oro de Galia. 28. Idiosincrasia de los galos. 29. Costumbres de los galos en la guerra. 30. Indumentaria y armas de los galos. 31. Aspecto y carácter de los galos. Importancia de bardos, druidas y adivinos. Ares respeta a las Musas. 32. Distinción entre celtas y galos. Mujeres e hijos. Carácter salvaje de los galos. Sexualidad. 33. Origen de los celtiberos. Indumentaria y armas. Prácticas de guerra y otras costumbres. 34. Hospitalidad de los celtiberos. Su alimentación. Los vácceos. Armamento y costumbres de los lusitanos. Su resistencia frente a los romanos. 35. La plata de Iberia y los Pirineos. El comercio fenicio. 36. Explotación de las minas de Iberia. 37. Diferencia entre las minas españolas y las del Ática. Los «tornillos» de Arquímedes. 38. Padecimientos de los esclavos de las minas. Los cartagineses financian sus ejércitos con las minas de Iberia. Las minas de estaño. 39. Los ligures. La aspereza de su tierra. Sus costumbres y carácter. 40. Los etruscos. Su tierra y sus costumbres. (...)» (*Diod.*, V).

ii) na estreita relação com o ponto anterior, Diodoro, no Livro XXXIII, dedicando a sua atenção às guerras lusitanas, evidencia uma imagem discursiva matricial do étnico e do seu líder, Viriato - convertido no paradigma do "bom selvagem"⁴²¹, entroncando esse *outro* numa imagem literária forte, conotada com a resistência mas portador de virtudes e de um carácter que aporta à matriz de leitura do *mesmo*, valorizando-se a sua liberdade, equitatividade, simplicidade, humildade, sobriedade, bom-senso, desprezo pelas riquezas, e reconhecidas capacidades de inteligência prática seguindo os ensinamentos da natureza e assinalando-se as mudanças qualitativas no seu percurso⁴²², enfim marcas que determinam um grau de excepcionalidade que alimentarão uma extensíssima e riquíssima produção discursiva e imagética que não cabe analisar nesta tese⁴²³.

⁴²¹ Seguimos aqui Muñoz Martín, M. (1976, 94-110), Pèrez Vilatela (2000a, 42-43, que segue de perto o autor anterior) e Alberto (1996, *passim*).

⁴²² *Diod.*, XXXIII, 1, 1-5; 4; 5; 7, 1-5; 12; 14, 15, 21.

⁴²³ Relembrem-se os trabalhos fundamentais de Guerra & Fabião (1992) e Fabião & Guerra (1998), neste último, atenção particular para a publicação modernizada dos textos de Apiano e Diodoro (65-68).

Duas últimas menções⁴²⁴ completam este primeiro grupo do *corpus* compulsado. Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) reconhecido como político brilhante mas também dos maiores oradores e pensadores políticos romanos, refere, precisamente no *De Officiis*, a figura de Viriato, num contexto de reflexão em torno dos valores morais (obediência e equidade) e código de conduta (estrito cumprimento de regras) que podem existir no seio de grupos que têm a reputação de praticar o latrocínio, tornando-se, no seu caso, motivo de grande poder, glória e valor militar, resistindo aos exércitos romanos:

"(...) *quin etiam leges latronum esse dicuntur, quibus pareant, quas observent. Itaque propter aequabilem praedae partitionem et Bardulis Illyrius latro, de quo est apud Theopompum, magnas opes habuit et multo maiores Viriathus Lusitanus; cui quidem etiam exercitus nostri imperatoresque cesserunt; quem C. Laelius, is qui Sapiens usurpatur, praetor fregit et comminuit ferocitatemque eius ita repressit, ut facile bellum reliquis traderet*" (Cic. II, 40)⁴²⁵.

Fazendo a ponte com o grupo de textos seguinte, Cneu Trogo Pompeu foi um historiador galo-romano do século I a.C., que terá escrito, na linha de outros autores já referido, uma extensa obra historiográfica de 44 volumes - *Historiae Phillipicae totius mundi origines terrae situs* - que não chegaram aos dias de hoje a não ser pela recolha do seu texto em Marco Juniano Justino (Justino Frontino), historiador romano do século II⁴²⁶ - através da sua *Historiarum Philippicarum libri XLIV*. Projecto concretizado pela publicação da totalidade dos volumes, segundo Justino⁴²⁷ com a virtualidade de se impor na língua latina por oposição à forte herança helénica nestas matérias⁴²⁸. Escrita,

⁴²⁴ Também ausentes, nesta perspectiva, nos trabalhos de Pèrez Vilatela ou de Amílcar Guerra.

⁴²⁵ "Why, they say that robbers even have a code of laws to observe and obey. And so, because of his impartial division of booty, Bardulis, the Illyrian bandit, of whom we read in Theopompus, acquired great power, Viriathus, of Lusitania, much greater. He actually defied even our armies and generals. But Gaius Laelius—the one surnamed “the Wise”—in his praetorship crushed his power, reduced him to terms, and so checked his intrepid daring, that he left to his successors an easy conquest."

⁴²⁶ O prólogo do texto ter-se-á conservado em Plínio, sendo que o relato remete para o período de César Augusto.

⁴²⁷ *Iust.*, Praef., 4.

⁴²⁸ "*Cum multi ex Romanis etiam consularis dignitatis uiri res Romanas Graeco peregrinoque sermone in historiam contulissent, seu aemulatione gloriae siue uarietate et nouitate operis delectatus uir priscae eloquentiae, Trogius Pompeius, Graecas et totius orbis historias Latino sermone composuit, ut, cum nostra Graece, Graeca quoque nostra lingua legi possent: prorsus rem magni et animi et corporis adgressus*" (*ibidem*, 1); "Alors que beaucoup de Romains, et même des hommes de dignité consulaire, avaient composé en réunissant les faits et gestes des Romains une histoire dans une langue étrangère, le grec, un homme d'une éloquence antique, Trogue Pompée, soit pour rivaliser de gloire avec eux, soit parce que la diversité et la nouveauté de la tâche lui plaisaient, composa en langue latine une histoire de la Grèce et du monde entier, afin que, comme ce qui nous concernait pouvait être lu en grec, ce qui concernait les Grecs pût être

provavelmente, já durante o Império de Augusto⁴²⁹, revela uma extraordinária síntese discursiva do que temos exposto sobre a arquitetura⁴³⁰, natureza⁴³¹ e expressivo léxico temático: das características da geografia física⁴³², às riquezas minerais e naturais e ao clima⁴³³; do étnico ao perfil humano (físico, mental/comportamental, espiritual)⁴³⁴, onde não falta a referência destacada em unidade própria, a Viriato⁴³⁵; da diacronia histórica que entronca na visão mítica e arcaizante (*Habis* e Tartessos)⁴³⁶, passando pela presença cartaginesa⁴³⁷ e teleologicamente apontada ao triunfo militar romano hispânico, politicamente administrativamente consumado nas províncias e, curiosamente, resumido à Lusitânia e à Galiza⁴³⁸.

lu également dans notre langue: il s'attaque là, à coup sûr, à une entreprise qui demandait beaucoup de talent et de vigueur."

⁴²⁹ Assim termina o Liv. XLIV, dedicado à Hispânia: "*cum interea Romani missis in Hispaniam Scipionibus primo Poenos provincia expulerunt, postea cum ipsis Hispanis grauius bella gesserunt. Nec prius perdomitae provinciae iugum Hispani accipere potuerunt, quam Caesar Augustus perdomito orbe uictoria ad eos arma transtulit populumque barbarum ac ferum legibus ad cultiorem uitam usum traductum in formam provinciae redegit.*" (*Iust.*, XLIV, 7-8); "Pendant ce temps, les Romains, ayant envoyé les Scipions en Espagne, chassèrent d'abord les Puniens de la province, ensuite ils firent de grandes guerres contre les Espagnols eux-mêmes. Et les Espagnols ne purent accepter l'état de soumission de province entièrement pacifiée avant que César Auguste, ayant entièrement pacifié le monde entier, ne tourne contre eux ses armes victorieuses et ne réduise au statut de province ce peuple barbare et sauvage, amené à un mode de vie plus civilisé".

⁴³⁰ Destacando, por autonomia discursiva, no conjunto dos XLIV livros e correspondendo, na valorização do espaço/território, ao Liv. XLIV, a Hispânia apresenta-se narrativamente estruturada na seguinte sequência: La péninsule ibérique, Géographie et ressources naturelles de l'Espagne, 1,1—Les habitants de l'Espagne, 2,1—Viriato, 2,7—La Lusitanie et la Galice, 3,1—Histoire d'Habis, 4,1—Les Baléares 4,14—Les Carthaginois en Espagne, 5,1.

⁴³¹ Perfeita simbiose entre a historiografia e a geografia descritiva.

⁴³² (*Iust.*, XLIV, 1, 1-3) Situada entre a Gália e África, menor em escala, delimitada pelos Pireneus e pelo Oceano.

⁴³³ (*Iust.*, XLIV, 1, 4-10) de clima ameno, providencia uma fertilidade superior aos outros territórios que a limitam, apontando-se distâncias, revela-se a sua salubridade para a boa saúde; acolhe, ainda rios não tumultuosos, onde abunda o ouro, terras de produção mineira, sendo a mais rica em zarcão (minium), produção de trigo, vinho, mel e azeite, e, como não poderia deixar de ser num relato tão idílico, os famosos cavalos velozes e as éguas fecundadas pelo vento (*ibidem*, 3, 1) - de tal forma rica que sendo autosuficiente ainda fornece Roma.

⁴³⁴ (*Iust.*, XLIV, 2, 1-6) preparados para a privação e as dificuldades, preferem a guerra a repouso mas sempre fiéis às suas tradições e origens, ágil e velozes, fazem festas em momentos próprios e, aprendendo com os romanos, tomam banho em água quente (!).

⁴³⁵ (*Iust.*, XLIV, 2, 7-8) dotado dos mecanismos de validação do *mesmo*, terá sido eleito como chefe por sufrágio popular e, desafiando o rosário da glória, admite-o como portador de virtudes grandiosas assim como de continência e humildade, nunca mudando a sua imagem ou comportamento seja nos modos, vestuário ou alimentação.

⁴³⁶ (*Iust.*, XLIV, 4, 1-16) relata a história de *Habis* e do fabuloso reino dos Tartessos, no desfile habitual de nomes e personalidades: dos Curetes a Gárgoris, de Gérion ao romanizado Hércules (Heracles).

⁴³⁷ (*Iust.*, XLIV, 5, 1-8).

⁴³⁸ Não se conhecendo as fontes de Trogo Pompeu mas que seriam, na sua maioria de origem grega, segundo Alonso Núñez (1992, 16), e reconhecendo-se uma notória transdiscursividade com Posidônio, em particular no que toca ao clima, também se poderá levantar a hipótese deste *Laus Hispaniae*, como também veremos em Estrabão e Pompônio Mela, também eles credores do mesmo autor Posidônio, ser da própria autoria do epitomador, Justino, para agradar ao seu imperador Adriano. v. Cascón Dorado, (2017, 56).

3.2.3 - A invenção de uma identidade lusitana e o Império Romano

“Una región posee confines bien claros cuando es posible individualizarla gracias a los ríos, los montes o el mar, o está ocupada por un pueblo o un conjunto de pueblos, y cuando se puede definir la extensión y la forma”

Estrabão, *Str.*, II 1.30.

Aportamos ao contexto que remete para a conquista romana da Península concluída por Augusto que dominou finalmente a Calécia, a Astúria e a Cantábria. O próprio Augusto ter-se-á estabelecido em Tarraco no fim do ano de 27 a.C., conduzindo pessoalmente a campanha. Terminada a guerra, parte dos exércitos foi licenciada e os veteranos estabelecidos em *Augusta Emerita* ou *Iulia Augusta Emerita*, cuja fundação foi confiada a Carísio, em 25 a.C.⁴³⁹ e que representa uma das maiores iniciativas do imperador, escolhendo um local *ex-nihilo*, permitindo o melhor controlo do centro urbano e evitando conflitos entre colonos e as comunidades étnicas pré-estabelecidas⁴⁴⁰. Apesar de tudo, o noroeste da Península não estava totalmente controlado e há notícias de campanhas entre 24 e 19 a.C.⁴⁴¹.

⁴³⁹ Sobre a discussão em torno da data de fundação desta Colónia, v. Le Roux (1982, 54-57), Alarcão, (2002, 31-32). De notar que qualquer das datas possíveis apontadas por Alarcão (26-25 a.C.; 22 a.C.; 19 a.C.) relaciona a fundação da província da Lusitânia com a anexação ou organização ou pacificação do noroeste peninsular - *Callaecia, Asturia Cantabria*, ou fundação dos novos centros urbanos *Bracara Augusta, Lucus Augusti, Asturica Augusta* (Astorga); ou ainda com a estadia de Augusto na Hispânia (16-13 a.C.).

⁴⁴⁰ Posteriormente, no Humanismo a problemática da Lusitânia também acompanha esta dimensão da "artificialidade" da construção de uma capitalidade/centro, nessa altura, em sentido inverso, tentando-se minorar a representação erudita, diminuindo-se o valor desta capital, por oposição a novas centralidades "inventadas", como é o caso de Lisboa, para o caso português ou Madrid (também edificada *ex-nihilo*) para o caso espanhol.

⁴⁴¹ Alarcão, 27-28. Em comum *Bracara Augusta, Pax Iulia, Scallabis, Emerita Augusta* - Colónias, fundadas (César ou Augusto) *ex nihilo* ou com pouca expressão mas com forte componente militar romana de apoio a acção em zonas bem definidas, e serviram de apoio a uma política de poder e organização do território. Atente-se nas características de cada uma delas e no sistema que delineam para organizar o espaço que virá a ser português. Ver mapa em Alarcão (40) onde ressaltam os centros urbanos referidos. Ainda podemos perceber, na explicação do processo de constituição de *Bracara Augusta* dado por este autor, o sentido de importância que a cidade vem a adquirir (54-58).

Nesta sequência e por fim, deixamos algumas notas sobre a história política, administrativa, militar e o quadro geográfico peninsular, seguindo de perto a sequência apresentada por Jorge Alarcão⁴⁴² e Carlos Fabião⁴⁴³, que nos permitem perceber a forma como a Lusitânia se destaca e autonomiza, criando um terreno fértil para a leitura e interpretação da representação discursiva e para a adução das condições onde assentarão as projecções identitárias futuras. Diz-nos Jorge Alarcão que estando concluídas as operações militares no Noroeste, Augusto entendeu estarem criadas as condições para uma reforma político-administrativa da zona ocidental da Península onde ressaltam a criação da província da Lusitânia, a delimitação de *civitates*, a urbanização das cidades capitais, a criação de um programa de rede viária e a promoção económica da região. Um factor preponderante parece ter sido o facto da Lusitânia ter ficado na dependência directa do imperador, ao contrário da Bética que ficou sob a alçada do Senado e da qual, pela divisão dos limites estabelecidos, nenhuma parcela pertencia ao actual território português.

Esta situação também ajudará a estabelecer uma imagem futura de separação e autonomia da Lusitânia, na sua pretensa relação com Portugal. Até porque, numa primeira fase, até cerca de 13 a.C., a Lusitânia corresponderia quase à totalidade do território português, sendo que uma reorganização provincial fixou o seu limite setentrional precisamente numa bacia fluvial - o Douro - passando a região norte a pertencer à Tarraconense⁴⁴⁴. Mais ainda, as características da Lusitânia faziam desta província uma das mais variadas, com uma zona meridional e litoral urbanizada há muito tempo, e uma zona interior mais ligada ao mundo continental e cultural da meseta. Aliás, este período parece igualmente coincidir com outra das importantes concretizações da administração

⁴⁴² 2002, 28-41.

⁴⁴³ 1992, 228-287.

⁴⁴⁴ Sobre os limites do território provincial desta época, em Plínio, Pompónio Mela e Estrabão, v. Alarcão, 32-33. Na verdade, segundo Plínio (IV, 118), e Estrabão (III, 4, 20) inicialmente a Lusitânia incluía os territórios do noroeste (*Callaecia* e *Asturia*): situação ainda corrigida durante Augusto que terá traçado o limite no rio Douro. Quanto aos limites a sul parece ter coincido com os actuais limites de Portugal; sabemos que as fronteiras iam ainda até quase à cidade de Toledo e incluíam Salamanca; o Guadiana era fronteira com a Bética, aliás confirmado por Plínio (III, 1, 6; IV, 22, 115) e Pompónio Mela (II, 87) mas resta saber se constituía fronteira com a Tarraconense. Para o caso do Douro, segundo o confronto de autores e dos vestígios arqueológicos e epigráficos, Alarcão adianta a hipótese do Douro limitar a Lusitânia a norte desde a sua foz até à confluência com o Tua, eventualmente até à confluência do Tuela e do Rabaçal, sendo que depois haveria uma raia seca até ao ponto em que as águas do Tormes se lançam no rio Douro voltando este rio a ser o limite até à sua confluência com o Esla - ou seja, podemos concluir admitindo uma parte do actual território português a norte do Douro, nomeadamente uma parte da terra quente transmontana (antes de Mirandela).

romana - a criação dos *conventus iuridici*⁴⁴⁵. Estes tinham um substrato jurisdicional resultante da actividade de carácter jurídico, consubstanciada na prática do exercício da justiça pelo governador da província em várias cidades - desde a época republicana que a prática de reunir o *conventus* está amplamente documentada. Só posteriormente esta fórmula implica uma realidade física, incluindo uma capital, onde igualmente se praticava o culto religioso ao Poder de Roma, associando-se esta mudança à estabilidade da fixação provincial e, por conseguinte, de uma maior capacidade de controlo territorial e humano das regiões.

À Lusitânia caberiam três *conventus* e respectivas capitais: Emeritense/Augusta Emerita, Ecalabitanos/Scallabis (Santarém), Pacense/Pax Iulia (Beja)⁴⁴⁶. A reorganização administrativa do actual território português no tempo de Augusto inclui (por ordem lógica mas não cronológica) a criação da província, definição e reajustamento de fronteiras, fundação de novos centros urbanos e urbanização das *oppida* existentes, a delimitação dos *territoria* das diferentes *civitates*. Esta última, feita e materializada, pelo menos na zona entre Tejo e Douro, por meio de padrões de pedra os *termini augustales*. Testemunham uma política sistemática de definição de fronteiras e de *civitates*. Segue-se, em alguns casos (como *Egitania* ou *Igaeditana*) que algumas foram elevadas a *municipium*, atribuição feita no tempo de Vespasiano que conferia o usufruto do direito latino às cidades peninsulares. Os onze povos mencionados na famosa inscrição da ponte de Alcântara são designados com o título de *municipia*. Por outro lado, como os povos nela mencionados não estão ordenados por ordem alfabética ou político-administrativa, estão-no por ordem geográfica⁴⁴⁷.

Estas circunstâncias dão, quanto a nós, uma visão fundamental da *forma mentis* dos seus contemporâneos e dos objectivos destes monumentos: i) a definição do *territorium* e sua identidade étnica e política era fundamental para o estabelecimento de concepções mais alargadas, comuns e partilhadas de espaço; ii) o sistema de leitura do espaço cedia perante o exercício territorial do poder e da matriz étnica, por sua vez delimitados por padrões visíveis (*terminus*); iii) os eixos viários, mesmo os de longo curso

⁴⁴⁵ Fabião, 236-240. A discussão sobre a origem desta fórmula, consoante os autores ora pendia para a dinastia dos Júlios-Cláudios, ora para a política territorial e provincial de Vespasiano (69-79 d.C.), fundador da dinastia Flávia, mas um documento epigráfico galego veio demonstrar a sua anterioridade.

⁴⁴⁶ A maior parte das capitais correspondiam a colónias, reforçando a dimensão de centralidade e exercício do poder por parte de Roma, *Idem*, 240.

⁴⁴⁷ Alarcão (2002, 35-39). A saber, todos municípios que se sucedem de sul para norte - *Igaeditani, Lancienses Oppidani, Taponi, Interannienses, Coilarni, Lancienses Transcudani, Aravi, Meidubrigenses, Arabrigenses, Paesures e Banienses*. Alarcão, 2002, pp. 36, 41, 44. Para todos as *civitates* da Hispânia ver o mapa de Alarcão, p. 40 e respectivas interpretações e leituras, pp. 35-58.

(que aliás a ponte servia), projectam e fundem, numa outra escala de domínio e de identidade, aquilo que se vive e constrói no seio de cada *territorium*; iv) a rede viária e a sua projecção revelam-se muito mais do que simples vias de comunicação de pessoas e bens pois cristalizam a essência do domínio, corporizam a estratégia de poder e validam o processo identitário; v) a escrita e o registo memorial monumental assumem um carácter propiciatório, taumatúrgico, exponencial, legitimador de construção dos poderes, das teias das suas relações, da produção dos espaços, enfim, da essência da vida social; vi) prefiguram os limites da construção do espaço e da estratégia de poder de épocas posteriores - tal é o caso da definição de limites da *civitas* com capital na actual Viseu (dos *Interannienses*) onde parecem igualmente convergir os limites das três dioceses da Alta Idade Média - Viseu, Lamego e Calábria⁴⁴⁸.

Na região entre Tejo e Douro, junto daquela primeira bacia fluvial, apontam-se três *civitates*: *Felicitas Iulia Olisipo*, *Scallabis Praesidium Iullium*, *Sellium*. A primeira, com capital em Lisboa, recebeu o título de *municipium* como declara Plínio (IV, 117)⁴⁴⁹; *Scalabis* foi *colonia* - de notar a importância dos acidentes orográficos ou geográficos para definir fronteiras - não se conhecendo o seu limite ocidental pela falta de qualquer destes acidentes; *Sellium* corresponde a Tomar e foi também municipalizada em cronologia que se ignora. Do ponto de vista da gestão do espaço: uma parte oriental do Alentejo (à volta da actual Elvas), fazia parte do *territorium* de *Augusta Emerita*; não sabemos bem os limites pois não se encontraram quaisquer *termini* mas sabemos que a *Augusta Emerita* foi atribuída a tribo Papíria, diferente das tribos das *civitates* luso-romanas contíguas *Ebora* na Galéria e os de *Ammaia* na Quirina; ora as inscrições funerárias de Estremoz, Veiros, Elvas e Alandroal são da tribo Papíria⁴⁵⁰.

⁴⁴⁸ Albuquerque, 1962, p. 219, *apud*, Alarcão, 2002, pp. 39, 204.

⁴⁴⁹ Alarcão, 48.

⁴⁵⁰ As cidades de Portugal que pertenceram à tribo Galéria foram *Olisipo*, *Salacia*, *Ebora*, *Pax Iulia*, *Myrtilis* e talvez *Ossonoba*. (*Idem*, 204-205). É claro que Augusto inscreveu nesta tribo as cidades desta zona às quais concedeu a *Latinitas* (ou *Latium Vetus*) mas não sabemos se César seguiu o mesmo princípio. Fora da Península foi apenas concedida a *Lugdunum* como colónia e a *Thysdrus* que parece ter recebido o estatuto municipal no séc. II d.C. Como tal, segundo o autor, não existe um critério seguro de relação entre pertença a uma tribo e o estatuto municipal. Mas, pelo menos, no que nos interessa, parece ser claro uma homogeneidade e um consenso no que toca à relação territorial e espacial destas cidades, na definição de um espaço que mais tarde ganhará consistência do ponto de vista da unidade política e administrativa; talvez até a rede viária ajude também a unir estes pontos e a dar uma identidade forte e marcada. Está formado o bloco além Tejo e consumada a matriz da sua unidade. Por sua vez, também o território do actual Algarve parece estar em linha de definição se bem que, no contexto dos seus limites marítimos e terrestres, afirmando uma outra unidade que aliás se manterá autónoma, por muitos séculos, mesmo na titulação régia. Atente-se que a cidade de *Pax Iulia* (Beja) é uma fundação *ex nihilo*, num ponto onde não havia nenhum povoado pré-romano - talvez fundada por César e o título de colónia de Augusto. Ora esta é um pontos fundamentais da rede viária que vinha de *Ebora* (p. 49).

No Alentejo há oito *civitates* perfeitamente identificadas - *Ammaia*, *Ebora Liberalitas Iulia*, *Pax Iulia*, *Salacia*, *Mirobriga*, *Arucci*, *Aritium Vetus* e *Myrtilis*⁴⁵¹. Destacam-se algumas questões, para além das que se prendem com o seu estatuto ou localização e limites: i) *Salacia* chamada *Urbs Imperatoria* e a sua importância; ii) *Mirobriga* é uma cidade abandonada e deserta nas cercanias de Santiago do Cacém, provavelmente municipalizada com os Flávios; iii) a definição de limites de *Aritium Vetus*, na ausência de acidentes geográficos, talvez seja feita pela estrada de *Scallabis a Abelterium* (Alter do Chão); *Myrtilis*, na margem do Guadiana, chamou-se *Iulia Myrtilis* (conforme testemunha Ptolomeu) foi já muito importante na época das guerras civis entre César e os filhos de Pompeu, pois L. Apuleio Deciano cunhou aí moeda em 45 a.C; iv) há uma lista dos núcleos urbanos apresentada por Ptolomeu⁴⁵², que é muito mais extensa - talvez nem todos sejam em território actualmente português; v) o Itinerário de Antonino aumenta ainda mais o quadro; vi) os lugares mencionados por Plínio (IV, 116-118) são menos mas todos confirmados por Ptolomeu⁴⁵³; vii) interessante notar que Plínio apenas cita as capitais das *civitates*, todas analisadas por Alarcão, excluindo *Balsa e Ossonoba* (Tavira e Faro) no Algarve - o que revela um fundamento, mais uma vez, da singularidade na unidade provincial - e *Ammaia*, *Aritium* e *Arucci* - estas últimas, pelo facto de terem sido constituídas no tempo de Calígula, Cláudio e Nero, tendo Plínio utilizado fonte da época de Augusto⁴⁵⁴. Todas estas constatações permitem perceber o contexto e a importância do transcurso na comparação de fontes, ajudando a vincular as ideias, conceitos e identidades nelas representados, para além de invocar a importância da moldura humana, mormente de uma invenção de uma geografia estratégica de poder assente no papel das *civitates* e da municipalização, parâmetros de representação do espaço e do discurso.

Feita a passagem para o período imperial romano e, consequentemente, para alterações que se revelarão perenes na configuração da Lusitânia, quer no seu estatuto territorial no seio do Império, quer na definição de limites, resta saber se estas mudanças se reflectem na representação discursiva sobre a Lusitânia/lusitanos. Será que existem alterações na natureza e arquitectura dos discursos? Haverá consequências para o léxico

⁴⁵¹ *Idem*, 49-53.

⁴⁵² Alarcão compara com outras fontes no apêndice II, pp. 219-226.

⁴⁵³ *Idem*, 51-52.

⁴⁵⁴ Segundo Tranoy, 1981, *apud* Alarcão, 2002, pp. 52, 205.

temático? Surgirão novos modos de ler o espaço? De que forma os discursos revelam as novas fronteiras administrativas e a sua organização interna⁴⁵⁵ e qual a sua importância como fonte de localização/identidade do território? Até que ponto poderemos ter uma imagem estabilizada e uniforme destas realidades, de acordo com a nova fórmula estatutária? Atentemos no *corpus* de autores/textos e, seguindo uma leitura diacrónica, tentemos de forma detalhada encontrar algumas possíveis respostas. Antes de mais não podemos omitir que, à semelhança do que temos visto até aqui, a invocação da Lusitânia/lusitanos surge plenamente integrada e em estrita dependência da advocação de outra escala espacial - a *Iberia* ou *Hispania*. De facto, entre historiadores e geógrafos compõe-se uma representação todavia consistente e singular de valorização multicausal do território lusitano e do étnico que o corporiza.

Se bem que possamos fazer, como veremos, pontuais incursões em outras fontes, analisaremos Tito Lívio, em *Ab Vrbe Condita*, em *Periochae*, em *Periochae Oxyrhyncei*, em *Fragmenta* e em *Iulius Obsequens, Liber Prodigious*; a Estrabão, em *Geographiké*; Pompónio Mela, em *De Chorographia*; Plínio-o-Velho, em *Naturalis Historia*; Plutarco, em *Vidas Paralelas*; Tácito, em *Annales* e em *Historiae*; Suetónio Tranquilo, em *Otho*; Ptolomeu, em *Geographiké Hyphégesis*; Apiano de Alexandria, em *Bella Civilia/Iberica*; Floro (Florus), em *Epitome de Tito Livio bellorum omnium annorum DCC*; Dion Cássio, em *Historia Romana* e Solino, em *Collectanea rerum memorabilium/Polyhistor*. Desde já, à semelhança da análise para o período republicano, destes autores apenas três (Pompónio Mela, Plínio-o-Velho, Floro) são naturais ou estiveram na Hispânia por oposição aos outros oito autores que escreveram estritamente em processo transdiscursivo, partindo de outras fontes (Tito Lívio, Estrabão, Plutarco, Tácito, Ptolomeu, Apiano, Dion Cássio, Solino).

Um dos primeiros testemunhos deste período de transição entre a República e o Império surge pela pena de um dos mais influentes historiadores da Antiguidade, com uma realização impressionante em tamanho e abrangência, tornando-se posteriormente um clássico e influenciando a produção discursiva nestas matérias até ao século XVIII - Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.)⁴⁵⁶. Não deixa de ser eloquente o facto de este primeiro autor,

⁴⁵⁵ Por exemplo determinada pela criação de uma centralidade interna através da criação, *ex nihilo*, da capital *Augusta Emerita*. Sobre a fundação desta colónia a bibliografia é vasta e o debate intenso, v. Canto (1989, 149-205; 1990, 28-297), Marcos (2011, 1-16).

⁴⁵⁶ Tito Lívio nasceu e morreu em *Patavium* (Pádua). O seu tempo é o das guerras civis que assolaram a Península Itálica antes e depois da morte de Júlio César, e que se encerraram com a vitória de Otávio, futuro

tão marcante, se posicionar na melhor linha do legado analístico e de produção de memória⁴⁵⁷, conferindo particular importância a uma instrumentalização e valorização no uso estratégico do passado. Desse ponto de vista, Lívio parece assumir, com particular acuidade, a personificação da ideia, por nós transmitida anteriormente na definição do quadro conceptual desta tese, que o passado serve-se da memória e esta nem sempre lhe é fiel. O seu esforço, apresentado no Prefácio, vai além do habitual reconhecimento, que já vimos nortear o trabalho de Políbio, em invocar os feitos gloriosos e a vitória do "povo que está à cabeça da terra". O seu desejo é fazer da escrita um manual de ensinamentos que possam fazer cumprir a estrita observância dos costumes ancestrais — o *mos maiorum* romano - perante as dificuldades e urgência do seu tempo⁴⁵⁸. O passado assume um papel estruturante como recondicionador do presente e revela-se a preocupação em transmitir um modelo de comportamento social que expressaria, sobretudo, a *uirtus* da sociedade romana, particularmente dos seus agentes de poder⁴⁵⁹, origem e objectivo do discurso. Tal justifica a introdução e a reflexão, em vários momentos do texto, da panóplia de virtudes romanas, ideais vertebradores da produção social⁴⁶⁰ - *virtus, religio, pietas, fides, iustitia, clementia, libertas, concordia, moderatio, modestia e disciplina* - numa relação que conjuga eficazmente a produção de memória, a retórica e o poder. Neste contexto, não só ganham especial significado a arquitectura do discurso e o léxico temático a que

imperador Augusto, na Batalha de Actium (31 a.C.). Talvez esse tenha sido o motivo de Tito Lívio não ter estudado na Grécia, como era comum entre os romanos cultos. Entretanto, estabeleceu-se em Roma por volta de 30 a.C. e conseguiu adquirir grande prestígio junto de Augusto, sendo nomeado preceptor do jovem Cláudio, futuro imperador. Nos últimos quarenta anos de sua vida dedicou-se à narrativa da História de Roma, desde a sua fundação até o ano de 9 d.C. numa extensa obra composta por 142 livros, dos quais apenas 35 chegaram até nós. No Baixo Império publicou-se uma epítome da sua obra, cuja autoria se desconhece (Floro?) - *Periochae*. A influência de Lívio foi imediata tendo repercussões, entre outros, em Aurélio Vítor, Cassiodoro, Eutrópio, Festo, Floro, e Jerónimo Osório, v. Silva (2015, 91). Para uma análise da obra e sùmula da extensíssima bibliografia sobre este autor v. Marques (2007) e Zechinni (2016, 130-138, 143); sobre a influência posterior v. Momigliano (2004).

⁴⁵⁷ Entre as suas fontes citadas nominalmente estão Políbio e Marco Pórcio Catão, num registo mais elaborado da história romana com especial incidência no relato sobre a Península Ibérica mas também seguindo uma perspectiva de transmissão que assentava no substrato da analística, para um contexto mais geral, segue a Fábio Pictor, Cíncio Alimento, Lúcio Calpúrnio Pisão ou Valério Antias, entre outros. v. Collares (2010, 72) e Martínez Gázquez (2004, 177-178).

⁴⁵⁸ "Lo que el conocimiento de la historia tiene de particularmente sano y provechoso es el captar las lecciones de toda clase de ejemplos que aparecen a la luz de la obra; de ahí se ha de asumir lo imitable para el individuo y para la nación, de ahí lo que se debe evitar, vergonzoso por sus orígenes o por sus resultados. Por lo demás, o me ciega el cariño a la tarea que he emprendido, o nunca hubo Estado alguno más grande ni más íntegro ni más rico en buenos ejemplos; ni en pueblo alguno fue tan tardía la penetración de la codicia y el lujo, ni el culto a la pobreza y a la austeridad fue tan intenso y duradero: hasta tal extremo que cuanto menos medios había, menor era la ambición; últimamente, las riquezas han desatado la avaricia, y la abundancia de placeres el deseo de perderse uno mismo y perderlo todo entre lujo y desenfreno" (*Liv., Praef.*).

⁴⁵⁹ Silva (2015, 100).

⁴⁶⁰ Ángel Sierra (2007, 63-82).

recorre como também justifica a sua representação da Lusitânia e dos lusitanos. No primeiro caso, os livros apresentam uma organização cronológica em que o espaço e a sua descrição vão surgindo à medida que a escala do império também aumenta e proporciona a entrada de novos territórios no quadro do poder romano e dos conflitos que se vão sucedendo⁴⁶¹. Por outro lado, essa arquitectura narrativa é nutrida do léxico temático habitual que vai evoluindo ao longo da obra, sempre orientado pela sucessão dos acontecimentos e devidamente espacializada numa matriz oro-hidrográfica e humana (comunidades cívicas, mormente as cidades)⁴⁶² : i) aponta-se o quadro histórico e etnográfico de Cartago, caucionando o valor do inimigo que faz engrandecer a acção de Roma⁴⁶³; ii) sobressai a descrição inicial da terra hispana, pobre e de pouco proveito para os actores em cena⁴⁶⁴; iii) procede à invocação da temática mítica e religiosa que teria abonado o objectivo romano face ao poder púnico nesse território⁴⁶⁵; após a vitória sobre este último, já destaca o valor das minas de prata e ferro peninsulares⁴⁶⁶; iv) por fim, realça vários aspectos de uma etnografia dos povos hispanos⁴⁶⁷.

Sendo assim, não é despidendo que a ampla Lusitânia de Lívio, integrada nesse transcurso expositivo, recolha a indefinição e volatilidade que encontramos na tradição discursiva anterior - em Políbio ou Posidónio - e sirva os intentos de uma construção

⁴⁶¹ Confirma-se, da Introdução (33-42): "Los libros dei XVI al XX (264-219 a. C) contenían el relato de la primera guerra púnica (264-241 a. C., libros XVI-XIX) y los veintidós años intermedios hasta el comienzo de la segunda (241-219 a. C., libro XX). Las períocas conservan indicios de que el avance de la expansión romana era el hilo argumental del relato (da introdução, 32) La tercera década (libros XXI-XXX) contiene los 18 años de la segunda guerra púnica (218-201 a. C.). Libros LIII-LXX (145-92 a. C.): Junto al relato de algunas guerras menores (Viriato, Numancia, Yugurta, Cimbrios) incluían el de la agitación social promovida por los Gracos, hasta el tribunado de Livio Druso. Libros LXXI-CVIII (91-50 a. C.): Desde los comienzos de *bellum Italicum* —Guerra Social, o de los aliados— hasta el final de la guerra de las Galias. En el interior del grupo formado por los libros LXXI-CVIII, las períocas destacan el éxito de Pompeyo contra Sertorio en España (libro XCVI) y su triunfo sobre Mitridates (CIII), y el excursus etnográfico antepuesto a las campañas de César en Germania (CIV). (...) Seja: I-XV: Desde la fundación de Roma hasta el final de la conquista de Italia; I-V: Desde la fundación de la ciudad al saco de Roma por los galos; VI-XV: La conquista de Italia; VI-X: las guerras samníticas; XI-XV: la guerra contra Pirro; XVI-XXX: Las guerras contra los Cartagineses; XVI-XX: La primera guerra púnica; XXI-XXX: La segunda guerra púnica; XXI-XXV: Aníbal vence a Roma, XXVI-XXX: Roma vence a Aníbal; XXXI-XLV: Las guerras de Oriente; XXXI-XXXV: La guerra contra Filipo V, XXXVI-XL: La guerra contra Antíoco, XLI-XLV: La guerra contra Perseo."

⁴⁶² Como exemplo, precisamente a propósito do território celtibero e lusitano (*Liv.* LIII, 3, anos 143-141 a.C.): "El procónsul Quinto Cecilio Metelo aplastó a los celtíberos, y una buena parte de Lusitania fue reconquistada por el procónsul Quinto Fabio tras ser tomadas por asalto varias ciudades".

⁴⁶³ *Liv.*, XVI-XX.

⁴⁶⁴ *Liv.*, XXI, 43, 8.

⁴⁶⁵ *Liv.* XXVI, 41, 6; 41, 19. v. Martínez Gázquez (2004, 181-182).

⁴⁶⁶ *Liv.* XXXIV, 21, 7.

⁴⁶⁷ Entre os costumes e hábitos, a dureza da sua vida, destaca: o carácter obstinado e aguerrido (*Liv.*, XXII, 21; XXVIII, 12, 11; XXX, 8, 8-9; XXXIV, 13, 6-10, 17; 16, 10); a sua indumentária e práticas diárias de higiene, recreio (*Liv.*, XXI, 27, 5; 47, 5; XXIII, 26, 9); as exéquias (*Liv.*, XXV, 17, 5; XXVIII, 21). V. Martínez Gázquez (2004, 183-188).

identitária, quer peninsular, quer romana, em processo⁴⁶⁸. Por um lado, temos um território associado a características topológicas que virão a constituir um dos traços distintivos essenciais da Lusitânia que passou ao registo memorial e ao imaginário posterior - a sua vastidão, aridez e aspereza, concrecionada nos montes e, certamente, coadunante com o perfil do étnico que o corporiza. Assim, no contexto das primeiras acções contra o domínio cartaginês na Península, recria-se um discurso de Gneu Cornélio Cipião às suas tropas em que se prometem melhores despojos aos soldados romanos, já cansados de perseguir, sem proveito, os rebanhos⁴⁶⁹:

"Después de impresionarlos de esta forma con el espectáculo de unos cuantos pares de combatientes, mandó retirarse a sus hombres, y reuniendolos luego en asamblea dicen que les habló así: «Si esa misma actitud que habéis tenido hace un rato ante el espectáculo de la suerte ajena la tenéis también dentro de poco al sopesar vuestra propia suerte, nuestra victoria es cosa hecha, soldados (...) Por este botín tan espléndido, vamos, pues, empuñad las armas con la benévola ayuda de los dioses. Bastante tiempo lleváis corriendo detrás del ganado en los desolados montes de Lusitania y Celtiberia sin ver ningún pago a tantos trabajos y peligros; ya es hora de que hagáis una campaña abundante y fructífera y recibáis una recompensa cumplida por vuestro trabajo tras recorrer una travesía tan larga por medio de tantos montes y ríos y tantos pueblos en armas" (*Liv.* XXI 43, 8)⁴⁷⁰.

Por outro lado, assente numa leitura excêntrica do centro sobre a periferia da *oikumene*, é atribuído ao território lusitano uma dimensão litoral - assim, sobre Cipião e Asdrúbal assinala:

"Operaciones bélicas en Hispania por mar y tierra. (...) confiando pues lo suficiente también en las tropas de tierra, Escipión avanzó hasta el desfiladero Castulonense. Asdrúbal se replegó hacia Lusitania, más próxima al Océano" (*Liv.* XXII 20, 12)⁴⁷¹.

⁴⁶⁸ Marques (2007b, 21-27).

⁴⁶⁹ V. Guerra (2010, 86).

⁴⁷⁰ Complementado pelas alusões às dificuldades climáticas deste território: "Pero ni siquiera el campamento de invierno de los romanos estaba tranquilo, al andar merodeando por todas partes los jinetes núbidas, y también los celtíberos y lusitanos cuando aquéllos encontraban alguna especial dificultad" (*Liv.*, XXI, 57, 5) ou a uma compleição cerrada do território: "Asdrúbal el de Gísgón marcharía con su ejército al interior de Lusitania, evitando entrar en combate con los romanos" (*Liv.*, XXVII 20, 8).

⁴⁷¹ Outras referências sobre a Lusitânia e lusitanos, em vários momentos da sucessão dos acontecimentos, quase a totalidade revelando as vitórias militares sobre este étnico. Algumas das menções das *Periochae*

Esta perspectiva é confirmada com as posteriores referências, neste e noutros textos analisados, ao carácter excepcional da expedição de Décimo Júnio Bruto ou, ainda de César - em *Liv.* LV, 10 (anos 138-137 a.C.):

"Décimo Junio sometió completamente Lusitania tomando por asalto las ciudades hasta el Océano, y cuando los soldados se negaron a cruzar el río Oblivi6n arrebat6 la enseña al abanderado y 6l mismo la pas6 a la otra orilla, y de este modo los persuadi6 para que cruzaran"; completada em *Liv.* LIX, 20 (anos 133-129 a.C.) "Frente a los y6pidas, el c6nsul Gayo Sempronio al principio sufri6 reveses; al poco, gracias al valor de Décimo Junio Bruto, aqu6l, que había sometido Lusitania, borr6 con una victoria la derrota sufrida".

Por 6ltimo, surgem associadas ao territ6rio as inevit6veis men66es 6 configura666 6tnica⁴⁷² e 6 figura de Viriato que, na sequ6ncia do que vimos em Posid6nio, vincula, por um lado, uma imagem p6blica de valor e prest6gio que s6 com um ex6rcito comandado ao mais alto n6vel se conseguiu afrontar⁴⁷³, paralela a um perfil pessoal que, sobrelevado, 6 permitido surgir associado 6s *virtus* romanas da *autorictas*, *dignitas* e *libertas*⁴⁷⁴.

que saem fora deste 6mbito foram j6 referidas quando analis6mos a obra de Cat6o. V. *Liv.* XXXV 1, 5 y 9; *Liv. Per.*, LII, 8; LIII, 3; LV, 10; LIX, 20; XLVI, 11; XLVIII, 22; XLIX, 17, 20; CIII, 5; *Fragm.*, 91, 22-11; *Per. Oxy.* XXXVII, 6; XLVIII, 83; XLIX, 98; LI, 136; LII, 146; LIII, 167, 170; LIV, 186; LV, 212; *Obsequ.*, 17; 18; 41,3; 42; 44a; 46; 62.

⁴⁷² Em *Liv. Per.* XLI, 3, separa os vacceos dos lusitanos submetidos pelo proconsul Postumio Albino (correspondentes aos anos de 178-173 a.C.). Outra interessante alus6o reporta-se 6 associa66o entre territ6rios diferenciados debaixo do mesmo 6tnico. Referindo-se, no livro dos Prod6gios (*Obsequ.*, 62) ao consulado de Quinto Metelo (ano 60 a.C.) e L6cio Afr6nio informa que "los lusitanos galecos fueron derrotados" - clara remiss6o para uma Lusit6nia mais antiga, da tradi66o de Posid6nio ou Artemidoro, que faz incluir a zona a Norte do rio Douro (at6 ao Oceano?) incluindo a *Callaecia* que, como se sabe, no tempo desta redac66o estariam j6 separadas, pertencendo esta 6ltima 6 Tarraconense. Uma leitura similar encontra-se, como adiante veremos, numa das representa666es da Lusit6nia em Estrab6o.

⁴⁷³ Em *Liv.* LII, 8 (anos 147-144 a.C.) "En Hispania, Viriato, que pas6 primero de pastor a cazador, de cazador a bandido, y al poco tiempo incluso a general de un ej6rcito regular, ocup6 Lusitania entera, e hizo prisionero, tras dispersar a su ej6rcito, al pretor Marco Vetilio; despu6s de 6ste la camp6a del pretor Gayo Plaucio no fue en modo alguno m6s afortunada. Y este enemigo suscit6 tal p6nico que se necesit6 para hacerle frente un ej6rcito y un general de rango consular".

⁴⁷⁴ Em *Liv.* LIV, 8, "Viriato fue asesinado por unos traidores instigados por Servilio Cepi6n, y fue muy llorado por su ej6rcito y enterrado con todos los honores. Fue un gran hombre y un gran general, y durante los catorce a6os que hizo la guerra contra los romanos llev6 las de ganar la mayoria de las veces". Outras refer6ncias a Viriato em *Liv. Per.* LII, 8; LIV, 7, 8; LV, 4; *Per. Oxy.* LII, 149; LIII, 170, 185; LIV, 195, 197; LV, 200; *Obsequ.*, 22, 23.

De outra natureza é o discurso de Estrabão (64/63 a.C. - 24 d.C.⁴⁷⁵), apontando para uma leitura assumidamente geográfica do espaço que compõe o império romano, não obstante, como teremos oportunidade de perceber, os diversos aspectos que o aproximam do transdiscurso liviano, sem que tal tenha sido devidamente evidenciado⁴⁷⁶. Sendo originário da actual Amásia, no Ponto (Turquia), as informações biográficas conhecidas são escassas e decorrem daquilo que o próprio Estrabão vai enunciando ao longo da sua obra - *Geografia*⁴⁷⁷. Destacamos, apenas, alguns dados que se afiguram contextualmente substanciais para a nossa leitura e interpretação desta fonte e particularmente do Livro III, sobre a Ibéria: i) consistentemente radicado na linha de valorização do conhecimento geográfico da cultura e tradição helénicas⁴⁷⁸, escrevendo em grego, com este autor consagra-se uma primeira obra estritamente direccionada para o desenvolvimento desta matéria no tocante ao espaço peninsular, ao qual dedica todo o seu volume III; ii) Estrabão terá realizado algumas viagens pelos territórios da Grécia e Ásia Menor, não havendo conhecimento de que passado pela Península Ibérica, ou seja, recolhendo o seu conhecimento deste território a partir de terceiros; iii) não constituindo um factor limitador, detectamos que o rumo das suas viagens influencia objectivamente a sua arquitectura discursiva, proporciona a legitimação da sua representação espacial⁴⁷⁹

⁴⁷⁵ As datas apontadas não são pacíficas havendo algumas dúvidas apresentadas por Jorge Deserto e Susana Pereira na "Introdução" à publicação da edição da fonte a que recorremos. *Str., Intr.*, 13-18.

⁴⁷⁶ Como adiante veremos, nas fontes referidas pelo autor ou resultantes das análises que sobre o texto se verteram, nem sequer consta esta aproximação. Atente-se na lista das fontes antigas explicitamente utilizadas, *Str.*, 121. Não querendo afirmar peremptoriamente esta linha de transdiscurso, não tendo procedido a uma aturada comparação entre as fontes e tendo em conta que também podemos apontar uma coincidência de fontes anteriores entre os dois autores (ex Políbio, Posidónio), deixamos a hipótese em aberto.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, 13. Remetemos para os dados biográficos e as condições de produção do seu texto para a Introdução que acompanha a recente edição do Liv. III da sua *Geografia* (13-31): "A descrição da Ibéria, motivo do tomo terceiro da Geografia estraboniana, é concebida a partir da perspectiva de um Grego que esteve em Roma entre os reinados de Augusto e de Tibério; Lasserre (1966, 3 *apud Str., Intr.*, 23) propõe a data de 17-18 d. C. para a conclusão do tomo III, com base na menção que é feita no capítulo 3. 3. 8 à determinação de Tibério de estabelecer três legiões na Hispânia." Quanto a nós, nesta questão, consideramos ser necessário associar várias fases e/ou fontes e/ou orientações de escrita ao longo do seu discurso porquanto, como veremos, apresentam-se *nuances* no que diz respeito à representação e configuração da Lusitânia assim como as suas reflexões em torno da questão da capital *Augusta Emerita* remetem para uma leitura muito anterior às datas apontadas para a redacção do texto.

⁴⁷⁸ "Estrabão vive numa época de reconfiguração do mundo e a própria dinâmica daquilo que se consegue apreender da sua vida integra-se nesse movimento de reconfiguração. Um autor de língua grega, educado no mundo grego, profundamente embebido na cultura, na literatura e na filosofia gregas, mas que, ao mesmo tempo, se ajusta, de forma harmoniosa, ao crescente poder e influência de um Império que vai já ocupando a maior parte do mundo conhecido, e que ele elogia e exalta." (*Str., Intr.*, 14)

⁴⁷⁹ Tal como em Políbio e a sua *autopsia*, diz-nos: "não se encontra outra pessoa, nem sequer um único daqueles que escrevem sobre geografia, que tenha viajado muito mais do que as distâncias que acabámos de mencionar" (*Str.*, II, 5, 11).

e convoca a importância dos temas tratados⁴⁸⁰; iv) há uma estreita ligação com os meios políticos e de poder, tendo sido encarregado da educação dos próprios filhos de Pompeu, em Roma⁴⁸¹; v) tal situação reflecte-se nos possíveis destinatários do seu trabalho, tal como em Lívio, pois a obra tem um claro sentido pragmático, de estar ao serviço da formação e orientação cívica e, particularmente de uma determinada elite, a dos homens de acção, que dispõem de poder político e militar⁴⁸². A esse propósito, em *Str.*, I, 1, 22 escreve:

"Em suma, convém que esta minha obra interesse tanto ao homem de estado como ao público em geral, tal como aconteceu com a minha História. E aqui, quando falamos de homem de estado não <nos referimos> a alguém que seja completamente inculto, mas àquele que toma parte do conjunto de estudos habituais no percurso de homens livres e que se dedicam ao saber."

vi) denotando o seu posicionamento interpretativo (centro - Roma), respeitando a visão e tradição do conhecimento helénicos a que atrás aludimos e invocando algum do léxico temático habitual - invocando o sentido de periferia=terra do fim da *oikoumene* e lugar de mitos fundadores e estruturantes -, a Península aparece como a primeira parte a ser descrita no texto, a seguir ao delineamento geral do universo apresentado nos dois primeiros capítulos; vii) não obstante, o seu trabalho, convoca as informações históricas contemporâneas e o fluir diacrónico que explicam a expansão e estabilização do poder romano - a *pax augusta* do seu tempo; vii) o autor amplia os limites do horizonte

⁴⁸⁰ Livros 1-2: Introdução. Apresentação dos princípios e dos propósitos que organizam o trabalho. Crítica dos antecessores; Livro 3: Ibéria; Livro 4: Gália; Britânia; Livros 5-6: Itália; Sicília; Livro 7: Europa do Norte; área situada a sul do Istro; Epiro; Macedónia; Trácia; Livros 8-10: Peloponeso; Grécia do sul e central; ilhas; Livro 11: Ásia; áreas a norte do monte Tauro; Pártia; Média; Arménia; Livros 12-14: Península da Ásia Menor; Livro 15: Índia; Pérsia; Livro 16: Território entre a Pérsia, o Mediterrâneo e o Mar Vermelho; Livro 17: Egipto; Líbia. Um percurso semelhante parece, como veremos, transparecer na *Geografia* de Ptolomeu, com algumas variantes: Ptolomeu inicia o seu périplo pela Britania, território insular face à restante Europa e talvez considerado como vértice da leitura ocidental; por sua vez o geógrafo de Amásia, de acordo com o que norteia o seu discurso, antepõe, no transcurso europeu, Itália face à restante Europa do Norte e Central.

⁴⁸¹ *Str.*, *Intr.*, 13. Neste ponto em particular do seu percurso, revela uma significativa coincidência com Tito Lívio, até porque, em diversos passos da obra Estrabão demonstra acreditar que Augusto era garante de estabilidade e harmonia (*ibidem*, 29).

⁴⁸² Já Jorge Deserto e Susana Pereira (2016, 19) notaram e destacaram que "por isso o autor de Amásia afirma que em larga medida a geografia serve as necessidades da administração do estado (I. 1. 16) e, mais adiante, no mesmo capítulo, diz ainda o seguinte: é, de facto, evidente que toda a geografia prepara os detentores do poder para a acção. Pode ser ainda mais útil nas matérias de grande importância, pois aí o desconhecimento de lugares e de povos, de estradas e de rios, de costumes e de cultos, arrisca-se a causar infortúnios muito mais pesados e dolorosos (*cf.* I, 1, 17)".

geográfico, revendo e alterando fronteiras de outrora, e dando informação diversificada a propósito de regiões mencionadas apresentando, deste modo, afinidades com a geografia herodotiana e misturando, como temos visto ser habitual, geografia, etnografia e história; viii) não é, pois, estranha a projecção da visão do *mesmo* sobre a realidade e o mundo do *outro*, configurando leituras ideológicas, considerada a apreciação parcial que faz dos povos submetidos, considerados mais ou menos bárbaros consoante a sua maior ou menor resistência à cultura e à política romanas⁴⁸³; ix) o liv. III apresenta, como adiante veremos, uma arquitectura discursiva e um léxico temático conhecidos, onde pontuam o relato de circunstâncias históricas (é o caso da menção ao reino dos Tartessos ou ao conflito e poder púnico), a consideração da geografia humana concretizada na expressão do registo étnico e no protagonismo dos núcleos urbanos, a anotação espacial oro-hidrográfico, o destaque das riquezas naturais e minerais e a descrição dos acidentes topográficos (cabos, colunas de Hércules, etc.)⁴⁸⁴; x) as fontes que revela utilizar neste livro III são várias e sugerem, naturalmente, pontes transdiscursivas mas também compõem a possível interpretação da leitura estraboniana sobre a realidade que relata. Assim surgem Políbio⁴⁸⁵, Artemidoro de Éfeso e Posidónio de Apameia⁴⁸⁶, Homero⁴⁸⁷, Ferécides, Heródoto, Éforo, Píteas de

⁴⁸³ Apontando três níveis nos povos peninsulares considera (*Str., Intr.*, 28) "os Turdetanos, por exemplo, habitantes de uma região peninsular próspera (cf. III, 2, 4-6 sqq.), que estabeleceram alianças com os Romanos, progrediram (cf. III, 2, 15): a prosperidade da região veio acompanhada para os Turdetanos do progresso civilizacional e político. Os designados 'montanhese', por seu turno, habitantes do norte peninsular, são apresentados como bárbaros, incivilizados e selvagens (cf. III, 3, 8), porquanto se distribuíam por espaços de acesso mais difícil e viviam em guerras continuadas, tendo-se mostrado mais resistentes à intervenção romana: a persistência de Roma, contudo, torná-los-ia mais civilizados, ainda que os que menos beneficiaram da paz e da permanência dos Romanos fossem mais intratáveis e selvagens (cf. III, 3, 8). A presença romana marca assim, em qualquer caso, um antes e um depois, constituindo-se, segundo Estrabão, como móbil de uma transformação e de um enquadramento progressivo das distantes gentes bárbaras do extremo setentrional do Ocidente europeu num mundo civilizado. Grego/ Romano-bárbaro; civilizado-incivilizado são, portanto, dicotomias que se evidenciam no registo do autor de Amásia".

⁴⁸⁴ Basta consultar e analisar o Índice de Termos Geográficos que acompanha a edição utilizada (2016, 97-119) para ficarmos com uma ideia das matrizes que organizam o texto.

⁴⁸⁵ *Str., Intr.*, 15. Estrabão revela a existência de uma História, em 47 livros, da qual nos restam apenas 19 magros fragmentos, que não permitem qualquer julgamento sustentado. Esta obra teria como propósito relatar os acontecimentos já não cobertos pela obra de Políbio. O próprio Estrabão, em determinado momento (II. 9. 3), afirma que não irá tratar das leis e das instituições dos Partos, porque esse tema já havia sido abordado no sexto livro da sua História. v. Salinas de Frías, (1999).

⁴⁸⁶ Posidónio, o mais próximo da época de Estrabão, terá sido a sua fonte principal, e é citado repetidamente de forma explícita; a par de Políbio e de Artemidoro, autores que também estiveram de facto na Península Ibérica, como Posidónio, pelo que constituíam fontes de primeira mão, é um dos nomes mais referidos ao longo do tomo III e parece ser a voz mais autorizada entre as fontes mencionadas. (*Str., Intr.*, 25-26).

⁴⁸⁷ *Str., Intr.*, 22. O papel de Homero é fundamental em toda a cultura clássica e, com atrás vimos, aponta uma determinante leitura do espaço, constituindo-se como estruturante numa arqueologia fundacional dos discursos posteriores. Não surpreende, por isso, que também Estrabão apresente Homero como o primeiro geógrafo, afirmando em *Str.*, I, 1, 2: "Em primeiro lugar, tanto nós como os nossos antecessores, entre os quais se encontra Hiparco, estamos certos ao afirmar que Homero é o fundador da ciência geográfica, ele que não só ultrapassa todos, os de antigamente e os mais recentes, na excelência da sua poesia, mas também

Marselha, Eratóstenes, Timóstenes, Asclepiades de Mirleia e ainda informações de Aristóteles; ainda de destacar a sua crítica a Eratóstenes e à sua geografia que considera para deleite, sinal do propósito contrário que o move - a instrumentalização do espaço para efeitos formadores e moralizadores, à semelhança do que Tito Lívio tinha feito para o registo historiográfico⁴⁸⁸; xi) para encerrar estas considerações contextuais lembremos o que já referimos a propósito da passagem sobre a designação da Península e de um certo tom crítico face à indiferença romana. Podemos precisamente observar esta preocupação em reflectir sobre um conceito coronímico, revelando uma particular e significativa consciência da sua historicidade e da sua contingência, o que induz a sua condição volátil e estratégica, consoante os interesses de quem a utiliza; já a formação do seu discurso aparenta ser uma mistura indiscriminada de diferentes e até contrapostas ubiquações para o mesmo conceito geográfico mas revela-se uma justaposição de leituras. Impõe-se, pois, que se atente nas suas palavras

“É certo que alguns afirmam estar este território [Ibéria] dividido em quatro partes, como já dissemos, enquanto outros falam em cinco. Não é possível, neste assunto, mostrar uma grande precisão, por causa das mudanças [havidas] e da falta de renome destes lugares. De facto, é nos territórios bem conhecidos e bem reputados que se conhecem as migrações, tal como as divisões do território, as mudanças dos nomes e qualquer outra coisa semelhante que exista. São assuntos que estão sempre a ser repetidos por muitos, principalmente Gregos, que se tornaram, de todos, os que mais falam sobre estas coisas. Mas, no que respeita a territórios bárbaros, afastados, pequenos e dispersos, as referências existentes não são seguras nem abundantes – e quanto mais distantes estão dos Gregos mais aumenta o desconhecimento. Pelo seu lado, os historiadores romanos imitam os gregos, mas não vão muito mais longe. De facto, aquilo que dizem, traduzem-no dos Gregos e não mostram muita vontade de saber. Assim, sempre que no trabalho daqueles há um vazio de informação, não é muito o que é completado por estes, pelo menos no que respeita aos nomes, já que, quanto aos mais conhecidos, são, na grande maioria, nomes gregos. Assim, foi

no seu conhecimento daquilo que diz respeito à vida pública". Ou seja, concede a uma fonte literária tanta credibilidade como a que se atribui a fontes históricas. Em *Str., Intr.*, 33 afirma-se "é que, como sublinha Aujac, "Homère, le poète par excellence, représente-t-il aux yeux de Strabon le savant par excellence, le sage par excellence". Assim, o Poeta, como Estrabão chama a Homero, conhecedor, por exemplo, da prosperidade dos confins da Ibéria e de diversas expedições a esses lugares (e.g. de Ulisses, Diomedes, Eneias), imaginou que os Campos Elísios se situavam nessas paragens (cf. III, 2, 13), elementos que o geógrafo considera fidedignos".

⁴⁸⁸ *Str., Intr.*, 23.

dados o nome de Ibéria, por parte dos autores antigos, a todo o território para lá do Ródano e do istmo delimitado pelos golfos Galácticos, mas os autores de agora colocam-lhe como limite os Pirenéus e dizem que são sinónimas as próprias designações Ibéria e Hispânia; [...] apenas designavam assim a região para lá do Ibero. Outros, ainda antes, chamavam a estes mesmos povos, que não se distribuíam por um território muito grande, Igletas, como afirma Asclepiades de Mirleia. Os Romanos, por seu lado, chamaram a esta região, indiferentemente, Ibéria ou Hispânia; a uma parte deram-lhe o nome de ulterior, à outra de citerior. Mas vão fazendo estas divisões ora de uma maneira ora de outra, pois adaptam a sua governação às circunstâncias.” (Str., III, 4.19).

Destas linhas podemos, pois, destacar: i) a constatação das múltiplas mudanças no território, sua organização e designação; ii) o desejo de rigor e concisão nos dados do discurso fornecidos ao receptor/leitor; iii) a importância e precedência da literatura grega em torno da geografia, ponderados os fenómenos populacionais, as divisões do território, as mudanças dos nomes; iv) as periferias configuram espaços mal conhecidos e menos estudados; v) nestas matérias os romanos copiam os gregos (são a referência) mas sem muito sucesso e demonstram “pouca vontade de saber”; vi) particularmente no caso dos nomes em que os vazios deixados pelos gregos raramente são completados pelos romanos; vii) o nome *Iberia* é grego e os romanos usam indistintamente este ou uma designação por eles criada – *Hispânia*; viii) esta indiferença parece ser um reflexo da (mas também continuamente reflectir-se na) contingência com que os romanos procedem na sua governação daqueles territórios.

Enunciados estes aspectos, foquemo-nos agora, concretamente, na tessitura discursiva de Estrabão e no modo como desenha uma determinada configuração da Lusitânia/lusitanos. Para isso recorreremos, em primeiro lugar, a uma visão geral do capítulo, recolhendo a leitura que dele fizeram Jorge Deserto e Susana Pereira⁴⁸⁹ para depois procedermos à análise detalhada das diversas questões que, assim devidamente contextualizadas na narrativa, quanto a nós, este transdiscurso suscita.

O início do livro III remete para uma descrição dos limites da Ibéria (III, 1, 3), "partindo do litoral, Estrabão concentra-se em seguida no interior e divide a sua descrição da Ibéria em cinco capítulos, sobremodo estruturados de acordo com três linhas costeiras principais. Na verdade, depois de uma panorâmica geral da Península (cf. III, 1, 1-3) e da

⁴⁸⁹ 2016, 29-30.

descrição da costa atlântica meridional, entre o Promontório Sagrado e as Colunas (cf. III, 1, 4-9), no capítulo 1, detém-se, no capítulo 2, no litoral e no interior da Turdetânia, e passa, no capítulo 3, para a costa ocidental e setentrional, incluindo o interior da Lusitânia, assim como os povos do noroeste peninsular; no capítulo 4, ocupa-se da costa mediterrânica, das Colunas até aos Pirenéus, e de povos do interior dessa área; aborda as ilhas no último capítulo do volume. (...). No capítulo 2, que dedica à Turdetânia, indica os seus limites, enumera cidades que a integram, destaca as boas condições de comunicação do território, com rios e estuários navegáveis e com cidades férteis nas suas margens. Sublinha também a prosperidade da região em produtos agrícolas, em gado e em metais, assim como a riqueza da costa, em particular, no que diz respeito à pesca e à salga de peixe. Realça as informações homéricas sobre esta região e refere-se ainda ao estado cultural dos Turdetanos, cujas condições naturais e históricas, associadas a alianças com os Romanos, favoreceram o progresso civilizacional e político. O capítulo 3, dedicado à costa atlântica ocidental, desde o Promontório Sagrado, concede particular relevo à Lusitânia, delimitando este território, indicando as suas dimensões (cf. III, 3, 3) e rios que o atravessam. Faz ainda alusão aos Ártabros, que ocupavam o noroeste extremo da Península, e ao modo de vida selvagem e incivilizado dos habitantes das montanhas do norte da Ibéria em geral, situação que Roma procurou alterar (cf. III, 3, 8)."

Ora, observada a arquitectura do discurso estraboniano e a forma como, para o território considerado, projecta uma representação do conjunto e do equilíbrio entre as diversas partes que o compõem, sobressaem alguns significativos tópicos. Desde logo, pela enfatização civilizacional e cultural do *outro* turdetano, que se apresenta conforme à matriz de interpretação e à *forma mentis* do autor, que afirmando:

"A prosperidade da região veio acompanhada para os Turdetanos do progresso civilizacional e político, e também para os Célticos, devido à sua vizinhança - segundo diz Políbio, por causa do parentesco -, mas para estes em menor escala (pois a maior parte deles continua a viver em aldeias). Contudo, os Turdetanos, e sobretudo os que vivem em redor do Bétis, adoptaram por inteiro o estilo de vida dos Romanos, nem sequer se recordando já da sua própria língua. Na sua maioria, tornaram-se Latinos e receberam Romanos como colonos, de modo que pouco <lhes> falta para serem todos Romanos. E as cidades agora povoadas de forma mista, *Pax Augusta* entre os Célticos, *Augusta Emerita* entre os Túrdulos, *Caesaraugusta* na região dos Celtiberos e algumas outras colónias evidenciam a transformação das mencionadas formas de vida cívica. E todos os Iberos que

adoptaram este modelo são denominados *togati* (entre eles estão também os Celtiberos, que outrora eram considerados como os mais selvagens de todos). É isto o que há a dizer sobre os Turdetanos." (*Str.*, III, 2, 15).

Eloquente e relevante expressão de uma leitura que, assinalando a singularidade do habitual léxico temático, nos confronta com uma primeira ponte para a representação da Lusitânia. Senão vejamos: i) trata-se da menção a populações autóctones que terão recebido colonos romanos, misturando-se com eles e constituindo-se, também por isso, como um dos exemplos estrabonianos de cidades peninsulares que progrediram, em particular a nível civilizacional e político⁴⁹⁰; ii) invoca-se aqui, no seio da valorização da geografia urbana e do estatuto das cidades, a menção a *Augusta Emerita* mas relacionada com o povo turdetano - sendo assim, neste local específico, o registo da sua identificação topográfica assenta na matriz étnica e, como tal, apesar da época tardia da redacção em relação a esta matéria, não apresenta a cidade como capital provincial lusitana⁴⁹¹; iii) sendo assim, levanta-se a hipótese de esta passagem se reportar ao período em torno da divisão administrativa de 27 a.C., permitindo, neste ponto, concordarmos com Pèrez Vilatela⁴⁹², que não refere expressamente este trecho de Estrabão mas remete para Díon Cássio⁴⁹³ sobre Augusto, que finda a guerra de Carísio contra os Astures, decide fundar uma cidade "en Lusitania, que se llamó Emerita Augusta" - também este trecho, quanto a nós revelador, de *uma* (a *sua*, de Díon Cássio) leitura, de *um* (o *seu*) tempo; iv) a questão da *capitalidade* desta cidade é, neste caso, o espelho de realidades de leitura e representação que apontam para dois aspectos, esses sim, revelados por Pèrez Vilatela⁴⁹⁴: por um lado, o estabelecimento de limites e da configuração provincial tem, neste período, um carácter fugaz (porque serão reconfiguradas mais duas vezes até ao fim do século) e diríamos nós, pouco preciso em termos de terreno, proporcionando que a informação fosse confusa e, eventualmente, manipulada entre o antes e depois das divisões administrativas - com consequências na respectiva representação discursiva; por outro lado, os dados administrativos e de codificação espacial e territorial remetem para

⁴⁹⁰ Sobre a importância do estatuto das cidades, das marcas civilizacionais e da expressão etnográfica desta aproximação entre a Turdetânia, a herança tartessa e o antigo povo dos Curetes, v. Cruz Andreotti (2000a, 47-51).

⁴⁹¹ No entanto, está de acordo com a inclusão deste étnico no território lusitano, como aliás surge noutros transdiscursos, nomeadamente na *Geografia* de Ptolomeu.

⁴⁹² 2000a, 76.

⁴⁹³ *Dion*, LIII, 26, 1.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, 65.

matrizes de organização e leitura étnica, ou seja uma matriz de identidade étnico-topográfica - só assim entendemos o que diz o autor sobre o facto estruturante que constitui, nesta época, uma singular geografia regional, ou seja "especificamente, dentro de ella, la división orgánica, es decir "por miembros" del conjunto geográfico"⁴⁹⁵ - referentes fulcrais com um peso determinante, mais do que qualquer mera divisão em partes "arbitrárias", divisões geométricas, administrativas, no discurso estraboniano⁴⁹⁶. A este propósito acresce ainda outra formulação. Quando num trecho seguinte Estrabão afirma:

"O território restante pertence a César. São enviados, em seu nome, dois legados, um com funções pretorianas, o outro com funções consulares. O pretoriano tem consigo um outro legado, para aplicar a justiça aos Lusitanos, que fazem fronteira com a Bética e se estendem até ao rio Douro e à sua foz (de facto, é assim que chamam, no momento presente, especificamente a este território; aí se encontra também *Augusta Emerita*). O que sobra, que é a maior parte da Ibéria, está sob o domínio do governador consular, que tem consigo um exército importante, com três legiões e três legados. Destes, um deles, tendo consigo duas legiões, protege todo o território para lá do Douro, a norte, cujo povo alguns antigamente designavam como Lusitanos, mas a que agora chamam Galaicos." (*Str.*, III, 4, 20).

denota, agora, dois aspectos: i) poucos parágrafos depois do que lemos anteriormente - o que associamos sempre a uma sequência temporal curta mas pode mesmo ser uma outra fase de escrita, uma outra fonte (político-administrativa?) já o território provincial, agora alargado até ao Guadiana, correspondente aos lusitanos (omitindo os turdetanos) reunido sob o comando de um pretor, acolhe *Augusta Emerita*, se bem que, atente-se, ainda não a faz coincidir expressamente com *uma* capital; ii) a matriz de discurso, acolhendo objectivamente uma nova configuração territorial/político-administrativa continua, não obstante, a repousar no mesmo léxico - étnico/humano - pois o que define o espaço/território é o exercício da *postestas* pretoriana sobre os lusitanos confinados aos limites impostos por outra província (Bética) e a uma bacia fluvial (Douro); aliás o mesmo acontece com o território a norte definido pelo povo que outrora fora lusitano e agora galaico.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, 76.

⁴⁹⁶ V. Counillon (2007, 65-80).

Podemos, então legitimamente questionar se, ao tempo da divisão administrativa consumada e tratando-se de uma obra cuja natureza é geográfica, a Lusitânia em Estrabão apresentará fronteiras *precisas* em algum ponto do seu texto ou compõe-se sempre com a remissão para a referência ao registo étnico? Veja-se esta tentativa, a mais próxima de uma possível *precisão* objectiva de delimitar o território

"A norte do Tejo, a Lusitânia é o maior agregado populacional dos Iberos e o combatido durante mais tempo pelos Romanos. Delimitam esta região, do lado Sul, o Tejo; a Oeste e a Norte, o Oceano, e a Este, os Carpetanos, os Vetónios, Vaceios e Galaicos (povos estes conhecidos; os outros, nem vale a pena nomeá-los, devido à sua pequena dimensão e falta de renome); ao contrário dos contemporâneos, porém, alguns chamam-lhes também Lusitanos" (*Str.*, III, 3, 3).

enfim, circunscreve o espaço com o Oceano e o Tejo, serve-se dos pontos cardeais mas também recorre à matriz étnica como paralela e assumidamente legítima e válida na referenciação topográfica. Informação anacrónica que, no apelo do citado étnico, ainda representa uma Lusitânia estendendo-se a Norte. Mas isso não o impede de, vertidas três linhas de texto e, adiante, num assomo de helénico rigor, apurar a dimensão territorial

"Assim, o comprimento da Lusitânia é de três mil estádios [555 Km], mas muito menor é a largura entre o extremo oriental e a costa". (*Str.*, III, 3, 3).

Tentativa louvável mas que, cremos, pouco corresponde a um real esforço de mensuração e precisão geográfica, aliás em harmonia com a pouca atenção, em extensão e qualidade, que o território lhe merece⁴⁹⁷. Antes aponta para um sincretismo transdiscursivo que aproveita dados de outrém mas que, na verdade, para efeitos geodésicos recolhe ao conforto da *objectividade* da geografia humana étnica. Note-se que este é o único trecho em que o limite sul do território lusitano coincide com o Tejo, significativamente associado aos povos a Este que remete para uma aparente referenciação mais antiga. Estamos em crer que esta alusão obriga-nos a recuar a transdiscursividade pelo menos até Artemidoro. Argumentemos: i) nos relatos sobre os galaicos e sobre a campanha que

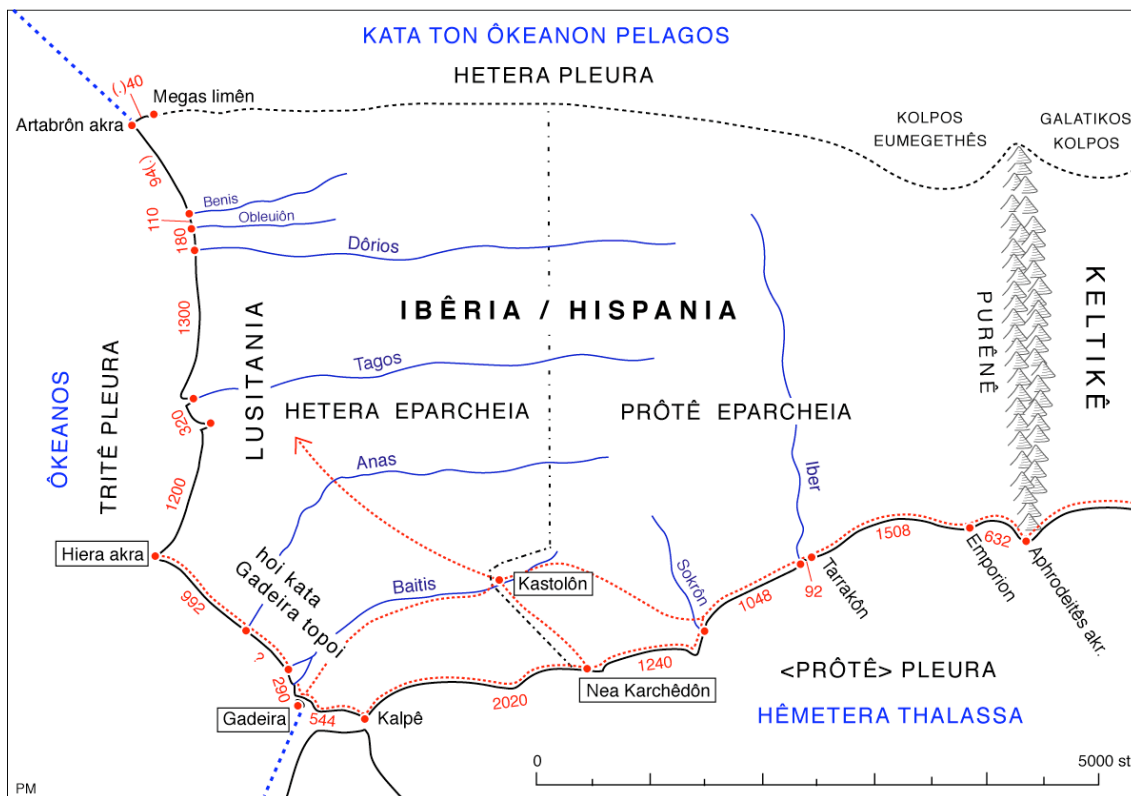
⁴⁹⁷ Diferente, neste aspecto, do esforço de Ptolomeu que adiante observaremos.

sobre eles fez D. Júnio Bruto⁴⁹⁸ nada aponta para uma concepção litoral da sua localização; antes pelo contrário, o espaço envolvente em torno destas menções é o das montanhas⁴⁹⁹ e o do rio *Lethe* que aquele general ultrapassara, com dificuldades acrescidas pela sobrecarga mítica que esta bacia fluvial carregava; ii) tal justifica, então, tal como Estrabão nos revela, uma leitura em que este povo surja no flanco Este face ao corredor que recortava o território lusitano, tal como é descrito na passagem acima transcrita; iii) por sua vez, como atrás referimos, terá sido em torno deste contexto diacrónico ou posteriormente à expedição do general romano que Artemidoro terá realizado a sua viagem à Península - estes factos eram, à época, certamente, da maior actualidade e sobejamente conhecidos; iv) a extensão da Lusitânia em Artemidoro é, como dissemos, a da franca expansão do poder romano mas na realidade, ao invocar, no papiro, a divisão provincial não refere, com exactidão, o limite sul deste território - diz-nos apenas que a *Ulterior* ia do território de Gades por toda a Lusitânia - ou seja, nada impede a localização mais apurada de uma Lusitânia, melhor dizendo, de um território dos lusitanos, focado numa área a partir do Tejo; iv) o limite Norte apresentado por Artemidoro é o Oceano - cartograficamente, na proposta de reconstituição (v. *infra*) refere-se precisamente o promontório ártabro na charneira deste corredor; v) Estrabão não só já remetera para uma invocação do povo com este nome (*Str.*, III, 2, 9), seguindo a Posidónio, também ele transdiscurso de Artemidoro; vi) apresenta uma medição do território Tejo-Norte/Oceano (3000 estádios) - que significativamente coincide com as medições apresentadas na proposta de reconstituição e com a descrição artemidoriana⁵⁰⁰.

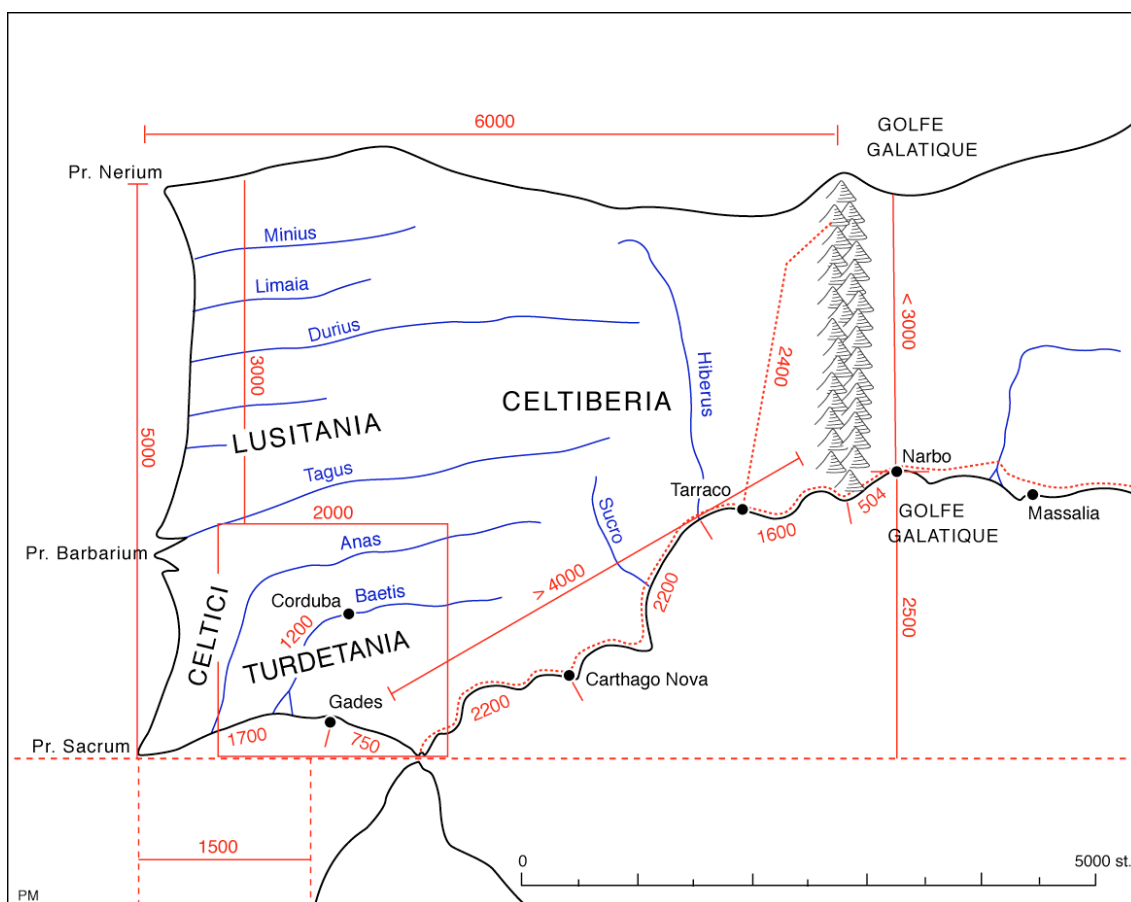
⁴⁹⁸ (*App. Iber.* 72) e Estrabão (*Str.* III, 3, 1; 2; 4; 7).

⁴⁹⁹ *Str.* III, 3, 2; 3, 7; 4, 3, 12, 16, 20.

⁵⁰⁰ Sendo assim somos forçados a discordar de Pierre Moret (2012, 31-33) que, remetendo apenas para a escala de leitura peninsular, afirma "les ressemblances entre la carte de Strabon et celle d'Artémidore sont peu nombreuses et ne portent que sur des détails". Apenas se poderá entender esta afirmação à escala da Península. Como se percebe, o estudo de pormenor parece ir no sentido contrário. A transdiscursividade entre os autores clássicos terá ainda que ser alvo de muita investigação de pormenor. Aliás verificar-se-á uma notória confusão sobre a designação deste acidente geográfico em Plínio (IV, XXII, 113-114) quando afirma que, segundo outros autores, que não identifica, designa-se o *promunturium Magnum* (cabo da Roca) de *promunturium Artabrum* ou *Olisiponense*. Para esta questão v. Amílcar Guerra (1995, 33, 85, 87) e Pilar Ciprès (2016, 97-98).



Proposta de reconstituição dos dados cartográficos de Artemidoro, *in* Moret (2012, 27).



Proposta de reconstituição dos dados cartográficos de Estrabão, *in* Moret (2012, 32).

Outras menções revelam o mesmo léxico étnico para além de denotarem outras significativas particularidades na representação da Lusitânia.

Recorrendo a Posidónio, a uma alusão datada em termos de fontes, leitura e configuração da Lusitânia, que, como vimos, o historiador preconizara, diz-nos Estrabão

"Afirma ainda que o estanho não se encontra à superfície, como os historiadores repetem continuamente, mas que é escavado e produzido entre os bárbaros situados para lá dos Lusitanos e nas Ilhas Cassitérides e é transportado das Ilhas Britânicas para Massília. Mas entre os Ártabros, continua, que são os povos do extremo da Lusitânia, a norte e a ocidente, a terra floresce com prata, estanho e ouro branco (pois é misturado com prata); e a essa terra, os rios arrastam-na; as mulheres, depois de a removerem com as pás, lavam-na em peneiras entrelaçadas [...]. Foi isto, portanto, o que Posidónio disse acerca da exploração do minério." (*Str.*, III, 2, 9).

enfim, destaca a Lusitânia enquadrada pelos pontos cardeais, mas a matriz de referência são os Ártabros, numa alusão à riqueza de minérios.

Adiante, outra menção:

"A esta cidade [Móron], Bruto, denominado o Galaico usou-a como base de operações quando lutou contra os Lusitanos e os submeteu. [...] poderia ter as navegações desimpedidas e o abastecimento dos víveres, de modo que, de entre as cidades em redor do Tejo, são estas as mais poderosas. O rio, por outro lado, é abundante em peixes e está repleto de bivalves. E tendo a sua nascente entre os Celtiberos, corre através de Vetónios, Carpetanos e Lusitanos em direcção ao ocidente equinocial, sendo paralelo até certo ponto ao Anas e ao Bétis, mas afastando-se deles depois, quando se desviam para a costa sul." (*Str.*, III, 3, 1).

Localizada no tempo pela menção a Bruto⁵⁰¹, remete para o rio Tejo como referente fundamental do território, mas os padrões são ainda e sempre étnicos. Relato que se completa com o trecho seguinte

"E os últimos são os Galaicos, que ocupam uma grande parte da zona montanhosa (por isso, ao serem também os mais difíceis de combater, eles próprios deram o sobrenome ao que

⁵⁰¹ Próxima da leitura que dele faz Tito Lívio ou da fonte que ambos utilizaram.

submeteu os Lusitanos e fizeram com que à maior parte dos Lusitanos se chame ainda hoje Galaicos)." (*Str.*, III, 3, 2).

ou ainda

"o Anas, por seu turno, dirige-se para sul, delimitando a terra entre rios que habitam, na sua maior parte, Célticos e alguns dos Lusitanos banidos do outro lado do Tejo pelos Romanos" (*Str.*, III, 1, 6).

Neste caso não podemos deixar de concordar com Gómez Espelosín⁵⁰² sobre, nesta passagem, a configuração da Lusitânia ver-se situada ao sul do Tejo, "donde quedarían reclusos 'algunos' lusitanos", complementada pela alusão à delimitação pelo Guadiana. Segundo Vasco Mantas, no quadro territorial do Império e das mudanças verificadas por volta de 16 a. C., este rio servia realmente de limite entre a Lusitânia e a Bética, não sofrendo nessa questão posteriormente alterações significativas⁵⁰³. Não obstante, deixamos ainda uma outra hipótese de leitura - uma possível transdiscursividade, com remissão para a época logo após as campanhas do séc. II a.C., eventualmente retirado de uma fonte desse período, justificando a visão situada do *mesmo* que narra sobre "o outro lado do Tejo" ainda pouco controlado (ou seja numa perspectiva de Sul para Norte) e em que alguns grupos deste étnico estariam a sul desse rio por factores de coacção, certamente militar, o que aliás, apenas faz ressaltar que o seu lugar "natural" seria a Norte dessa bacia hidrográfica. Repare-se que não se fala em *Lusitânia* mas em *lusitanos* e estes, sendo apenas alguns não fariam, certamente, o núcleo do território. De qualquer forma, mais uma vez, o que em ambas as hipóteses se trata é, realmente, de uma geografia das pessoas.

De tudo o que fica dito, para nós resta uma leitura clara da Lusitânia estraboniana: delimitada por outros étnicos, pontos cardeais, bacias fluviais e o Oceano resulta um território em que o Tejo e o Guadiana surgem, em momentos distintos do texto, como o limite Sul - provavelmente correspondendo à época posterior aos distritos pompeianos da guerra civil e anterior à definitiva provincialização de Augusto (não anterior a 7 a.C., nem

⁵⁰² *et. al.*, 2012: 412-415, *apud Str.*, Índice, 110.

⁵⁰³ 2004, 74.

posterior a 2 a.C.⁵⁰⁴). No geógrafo de Amásia, a sua localização aparece naturalmente a Norte do Tejo confirmado pelos relatos localizados em momentos históricos diferentes que colocaram alguns lusitanos a habitar conjunturalmente a Sul desta bacia hidrográfica (III, 1, 6). As movimentações dos grupos humanos em virtude das sucessivas guerras e conflitos que percorrem todo o período considerado até ao momento deste discurso, as mudanças que se verificavam na mudança para o Império, bem como a pluralidade da composição do étnico lusitano permitem entender as dificuldades em estabelecer uma representação narrativa correspondente a um quadro territorial estabilizado e homogéneo. É dentro destes limites que podemos adiantar uma explicação sobre esta simbiose de geografia física e humana que ajuda a situar estes elementos identificadores do território lusitano. Teríamos, assim, dois substratos cronológicos em Estrabão: i) uma Lusitânia fruto de uma representação mais antiga (III, 2, 9; III, 3, 1; III, 3, 3) onde se inclui a alusão aos povos mencionados, situados a Este do território lusitano e correspondente a um fundo transdiscursivo (Posidónio; Artemidoro?)⁵⁰⁵; ii) uma Lusitânia mais recente (III, 1, 6 ?; III, 4, 20), fruto dos acontecimentos coevos, que exclui os povos mencionados e aponta o limite Norte já não ao Oceano mas ao Douro e a Sul encontra a fronteira com a Bética (Guadiana⁵⁰⁶) devidamente estendida a Este incluindo *Augusta Emerita*⁵⁰⁷. A representação mais actualizada da divisão provincial no texto estraboniano fica, pois, objectivamente reservada para a passagem III, 4, 20. Em nossa opinião, o discurso revela uma tensão latente entre informação memorial recolhida em fontes anteriores e a pertinência da vertiginosa sucessão dos acontecimentos, mormente político-administrativos e militares, seus contemporâneos. Neste caso, podemos perceber como o político se expressa no geográfico. A Lusitânia, pela sua condição de construção e

⁵⁰⁴ Cronologia apresentada por Pèrez Vilatela (2000a, 60, 65). No esquema de divisão administrativa oficial temos, no fim do século I a. C., em torno do início do Império, a passagem da bipartição provincial republicana (*Citerior* e *Uterior* de 197 a.C.) em tripartição (*Citerior Tarraconense*, *Uterior Bética* e *Uterior Lusitania*); segue-se a divisão de Agripa (19-18 a.C.) que uniu a *Asturia* e a *Callaetia* à província lusitana, incorporando a esta o interflúvio Tejo-Guadiana, e, por fim, a definitiva; v. Pèrez Vilatela, (1990, 114-125) e Mantas (2004, 74). No entanto, a data da divisão de Augusto ainda é discutível entre os especialistas podendo ser 25 a.C., data da fundação de Mérida, ou 22 a.C. quando L. Séstio Quirinal Albiniano exerce funções de categoria consular na Península. Sobre esta discussão v. Mantas (2004, 73).

⁵⁰⁵ Discordamos de Pèrez Vilatela (2000a, 69-70) quando postula que esta leitura da Lusitânia não seria provinda de Posidónio, fonte privilegiada, porque para este o território em causa implicava o sudoeste, como vimos; nem sequer proviria de Políbio ou Artemidoro, não apresentando outros argumentos para além do que considera ser a extensão do território lusitano nestes autores.

⁵⁰⁶ Mantas (*ibidem*).

⁵⁰⁷ Talvez ainda não a definitiva de Augusto que excluiu as terras a norte do Douro que passaram para a *Citerior* e ainda implicava as terras a sul do Tejo até ao Guadiana, incluindo a Extremadura espanhola e a área de Salamanca. Pèrez Vilatela (2000a, 65, 69-70).

invenção territorial levada a cabo pelos romanos, é um dos índices discursivos onde se revela significativamente essa tensão⁵⁰⁸.

Por último, resta ainda destacar que, coincidente com a produção de uma geografia descritiva de tradição helénica⁵⁰⁹, no seio de uma abordagem intensamente etnográfica, seguem-se três longas sequências (*Str.*, III, 3, 6-8) que relatam todos os aspectos (materiais, espirituais, físicos, militares, de higiene, alimentação) da vida dos montanheses e "incivilizados" não deixando de reconhecer que os aspectos mais negativos se devem a factores de isolamento e falta de comunicação que a civilização romana parece ir atenuando⁵¹⁰. Tal permite que se considere a obra de Estrabão a fonte geoetnológica mais clara e completa⁵¹¹.

Neste contexto e sequência merece, então, destaque a obra do primeiro geógrafo latino de origem hispânica⁵¹² - Pompónio Mela (séc. I d.C.). Os seus três livros que constituem a *De Chorographia*, são por isso a mais antiga obra geográfica redigida em latim mas, acrescentaríamos, de espírito e matriz helénica - na arquitectura do discurso, na natureza (geográfica/périplo), no léxico temático que vinha sendo apropriado e assumido pelo transdiscurso historiográfico latino. Impõe-se, desde já, uma questão: será que a condição hispânica de Mela se reflecte na sua leitura e representação espacial, mormente na Lusitânia?

A *De Chorographia* é, de facto, um epítome⁵¹³ dividido em três livros, de carácter divulgativo, misturando dados históricos, etnográficos e mitológicos, que não revela ser

⁵⁰⁸ Beltrán Lloris (2007, 148) afirma: "La visión del geógrafo griego, acusadamente antropológica e influida por una perspectiva del espacio en cierto modo hodológica, muestra un conocimiento muy superficial del noroeste peninsular y de muchas regiones del centro y, pese a estar redactada en época de Tiberio, recurre con frecuencia a fuentes de plena época republicana como Polibio o Posidonio y recoge la imagen de una Hispania recién terminada de someter por Roma, en la que presta más atención a los hechos bélicos de la conquista y las guerras civiles que a la fundación de colonias."

⁵⁰⁹ Prontera (2007, 49-63.)

⁵¹⁰ Nesse sentido, noutro passo (*Str.*, III, 4, 5) faz uma única menção ao "bandido" Viriato que, pela primeira vez aparece associado a Sertório, dada a mútua condição de opositores ao poder romano e beneficiando da falta de unidade dos vários povos da Península que, na sua contextura, conseguiram manipular em seu favor. Também aqui Estrabão se aproxima de Tito Lívio (ou da fonte comum a ambos) e da sua descrição dos povos hispânicos. Vasco Mantas (2004, 68) lembra que "as diferenças existentes entre as regiões meridionais e setentrionais da Hispânia foram postas em relevo, nos primeiros tempos do Império, por Estrabão, autor que relacionou com a situação geográfica o maior ou menor grau de desenvolvimento dos povos ibéricos, de acordo, como é natural, com os padrões mediterrânicos greco-latinos".

⁵¹¹ Pérez Vilatela (2000a, 77).

⁵¹² Terá nascido na Bética, em Tingetara, Hispania, e ter-se-á deslocado para Roma, em data incerta. A referência à vitória de Cláudio na *Britania* (44 d.C.) faz supor que terá escrito a obra durante o seu principado. Sobre ao pouco que se sabe da sua biografia, v. Parroni (2007, 13-16) e Romer (2001, 1-4).

⁵¹³ Certamente conhecerá obras de Homero, Políbio, Heródoto, Estrabão, Varrão e outros, dos quais recolheu elementos que lhe serviram para a compilação.

fruto de uma experiência directa ou de viagens mas antes de um trabalho antológico e de selecção de informações referidas por outros autores gregos e latinos, nomeadamente dos périplos helénicos⁵¹⁴. Atentemos, pois, no seu discurso para tentar perceber o seu contributo para a temática que nos ocupa.

Logo após o proémio, o autor divide o mundo em três partes (I, 1-3) que descreve sumariamente e na seguinte ordem narrativa: Ásia (I, 9-12), Europa (I, 13-17) e África (I, 18-20). Todo o resto do vol. I é dedicado ao relato pormenorizado sobre África (I, 22-40) e Ásia (I, 41-106), misturando informações de ordem etnográfica, político-militar e fazendo sobressair as regiões e cidades, num relato sincrético de geografia física e humana, convocando a natureza de uma verdadeira corografia. Por sua vez, o livro II centra-se na Europa, destacando a Trácia, a Macedónia e Grécia, a Itália, Gália de Narbona, a Hispânia e as ilhas do Mediterrâneo. Mas, como afirmámos, ao estilo da tradição dos périplos helénicos⁵¹⁵, o Livro III traduz todas as zonas costeiras iniciando-se nas zonas remotas da Hispânia, passando pela costa da Gália, fazendo excursos etno-descritivos à Germania, Sarmacia, mar Cáspio, Ilhas de Hispania, Índia, Golfo Pérsico, Golfo Árábico, Etiópia e retornando ao Atlântico e suas ilhas com que fecha o relato. Qual, então, a atenção dispensada à Hispânia e, particularmente, à Lusitânia?

No livro II (*Mel.*, II, 77-85) começa por descrever a posição da Península face à Gália, com a habitual alusão aos Pirenéus, única parte do território que não tem ligação ao mar. Configurando uma *Hispania* pela sua condição marítima e posicionando-se de Este para Oeste, inicia o seu transcurso marcado pela ligação continental, sendo narrativamente potencializado pelo de o facto território se ir alargando

"y siendo en donde a ellas se junta, donde está más angosta, poco a poco se va dilatando hacia Nuestro Mar y hacia el Océano" (*Mel.*, II, 78).

Ora, em harmonia com esta leitura, os trechos seguintes radicam numa visão estratégica e sumativa, credora da tradição transdiscursiva anterior que seria necessário interpelar e destacar o que será engrandecedor, misturando o quadro humano e o rol de riquezas naturais,

⁵¹⁴ No entanto, falta-lhe uma dimensão de geografia matemática ou a consignação numérica das distâncias, como surgirá em Ptolomeu.

⁵¹⁵ Já Parroni (2007, 84) havia notado este substrato na formação do texto de Mela.

"Abunda ella de hombres, de caballos, de hierro, de plomo, de cobre, de plata, y de oro también; y es en tanto grado fértil, que si en algunas partes por defecto de las aguas se desmiente a sí misma quedando infructífera, cría a lo menos lino y esparto" (*Mel.*, II, 78).

para logo nomear as três províncias em que se divide o espaço peninsular, de acordo com a actualidade político-administrativa, cuja identidade, consonante com o eixo de referência da leitura, se situa face à zona marítima,

"la Bética y a la Lusitania, con sus costados se opone a nuestro mar por donde mira al mediodía; y al océano por donde mira al septentrión. Divide también a estas provincias el río Anas, y así la Bética puede mirar a los dos mares, por la playa del occidente al Atlántico, y por la del mediodía al Nuestro; la Lusitania sólo al Océano está opuesta, con su costado hacia el septentrión, y con su frente hacia el ocaso". (*Mel.*, II, 79)⁵¹⁶.

ou seja, uma Lusitânia que se identifica nos limites hidrónomos (Anas) e marítimos (Atlântico e Mediterrâneo)⁵¹⁷. Daí que na habitual enumeração das cidades dispostas pela localização dos rios principais (*Mel.*, II, 80-83) a Lusitânia e Bética, claramente pouco desenvolvidas na narrativa, apenas merecem, respectivamente, a alusão a *Augusta Emerita* e a *Carthago*, esta última destacada pelo lastro memorial, em contexto da vitória romana nas Guerras Púnicas apontando-se a sua fundação pelo púnico Asdrúbal. Só noutra parte do relato a propósito das vertebradoras bacias fluviais peninsulares se referem outras cidades, entre elas Lisboa na foz do afamado Tejo, rio aurífero

"Al más próximo del río Anas, porque empezando con dilatada distancia, se va contrayendo con sus lados en punta poco a poco, le dicen el Campo Cuña; al siguiente, el Sagrado; y al que más adelante está, el Grande. En el Cuña se sitúan las ciudades, Mirtyle, Balsa y Ossonoba. En el Sagrado, la ciudad Lacobriga y el puerto de Aníbal. En el Grande, Eborá. Los senos están intermedios, y en el uno se coloca la ciudad de Salatia, y en el otro, la de Ulyssipo y la boca del Tajo, río que cría oro y piedras

⁵¹⁶ Neste passo, ao revelar o Guadiana como fronteira entre a Lusitânia e a Bética, Pompónio Mela aproxima-se da leitura de Plínio-o-Velho denotará. Aliás segundo Arnaud (2007, 25), Mela é citado e constitui uma das fontes de Lívio no seu Liv. I da *N.H.*

⁵¹⁷ Outro trecho complementando esta representação situa-se na entrada do livro III, dedicado às costas remotas de Espanha "La Lusitania empero, de la otra parte del río Anas, por donde mira al piélago Atlántico, al principio se alarga al mar con animoso desnudo; después se reprime, y más aun se recoge y contrae, que la provincia Bética" (*Mel.*, III, 4).

preciosas. Desde estos promontorios, hasta aquella parte que dentro se retira, sale por largo trecho corva la orilla en arco; y en ella son los túrdulos antiguos, y sus ciudades" (*Mel.*, III, 5-6).

Restam as inevitáveis alusões a outras fórmulas de concreção espaço-territorial, às colunas de Hércules, separação de Europa e África, e à cidade de Carteia, que, relembrando a mitologia fundacional ibérica, fora Tartessa

"(...) y los montes Calpe y Abyla, que, como advertimos al principio, se dicen las Columnas de Hércules, hacen vecinas mucho entre si las playas de Europa y África, entrándose ambos al mar muy preeminentes; pero más el Calpe, y casi todo entero. Éste por aquella parte que mira al ocaso, cavado tan admirablemente que, poco menos, tiene abierto un medio lado; todo él, para los que allí entran, queda penetrable, casi tanto espacio hueco, cuanta es la abertura de la misma cueva. Mas adelante está un seno, y en él la ciudad Carteia, otro tiempo (como piensan algunos) llamada Tartesso: hoy es habitada de fenicios, que pasaron de África, y de allí soy yo natural, y de aquella gente"⁵¹⁸. (*Mel.*, II, 84-85).

Ou ainda, percorrendo o habitual léxico mitológico, refere as ilhas e as respectivas efabulações, Gérion e as Eritreias ou as Cassitérides e o chumbo, numa clara influência de Posidónio

"Hacia la Lusitania está la isla Erytheia, que según hemos entendido, habitada fue de Gerión (...) Por donde corresponden a la provincia de los celtas hay otras islas, que porque abundan de plomo, a todas con un nombre las llaman Cassitérides." (*Mel.*, III, 39).

Enfim, Pompónio Mela surge perfeitamente integrado no seu tempo mas revela-se improdutivo, dada a natureza geográfica e corográfica do seu discurso e a promessa da sua origem, na revelação de uma *Hispania* e de uma *Lusitania* que, à data, estaria já plenamente integrada no império romano e administrativamente estabilizada⁵¹⁹. Daí

⁵¹⁸ Sobre o equívoco e a polémica em torno da origem fenícia de Pompónio Mela, tendo em conta esta menção autobiográfica, v. Ferrer Albelda, (2012, 59-74).

⁵¹⁹ Já Pilar Ciprès (2016, 94-95) evidenciou: Con una visión también itineraria, Pomponio Mela antes de hacer el recorrido del orbis –*intra extraque circumvectus orbem*– se detiene en la identificación y descripción general de las distintas partes en las que se divide. En Europa enumera de forma ordenada todas las gentes comenzando por Oriente. Con la excepción de los germanos, utiliza para referirse a ellas corónimos, entre ellos, el de Hispania. Mela describe Hispania como un territorio rodeado por mar salvo

podermos inferir uma simbiose de elementos de actualidade coeva, sinal do que realmente se destacava neste território - apesar de restritos à divisão político-administrativa e à configuração do quadro urbano, escassamente descritos - e a permanência de um substrato de tradição transdiscursiva nos outros índices de descrição do meio natural e de fundo mítico e *mirabilia*. De facto, a dimensão mitológica surge no transcurso discursivo dos autores clássicos mas é plenamente integrada na explicação, porquanto é adscrita aos territórios limite, menos conhecidos e descritos, deslocando essa formulação para mais longe, na proporcionalidade inversa da distância ao centro cultural e civilizacional. Se, por um lado, essa deslocação do registo efabulado permite sublimar e justificar, como se vê neste autor, a acção, presença, investimento e atenção ao território por parte do império romano, por outro lado, nem a sua naturalidade demonstra ter efectivas consequências na diluição desta leitura mitológica, o que revela a força de integração, o poder e o processo de valorização e sedimentação das matrizes helénico-romanas nas populações desses territórios.

Pretendendo apresentar uma obra de outra natureza, mais abrangente e de temática variada, e tendo também marcado presença em território peninsular, surge Plínio-o-Velho (23/24-79 d.C.). Mas desvaneça-se a esperança. De seu nome, Gaio Plínio Secundo esteve na Hispânia, no exercício da procuratela na *Citerior Tarraconense*, não obstante ser evidente o desconhecimento directo sobre a Lusitânia, por contraste com o que revela conhecer daquela outra província⁵²⁰. A sua *Naturalis Historia*, com 37 volumes⁵²¹, terá sido publicada por volta de 77 d.C. (NH, Praef.), revelando um carácter enciclopédico que marcará definitivamente a posterioridade do conhecimento e da cultura europeias. Sinal dos tempos e certamente adequado ao público a que se dirigia e às solicitações do poder, apresenta um transcurso discursivo muito descritivo, com abordagens geográficas detalhadas, menos atenção aos dados etnográficos, consoante as regiões - o que constitui uma novidade mas não se estranha num período de alguma estabilidade na relação com o

donde hace frontera con la Galia. Trata de «dibujar» su forma de modo muy impreciso limitándose a señalar la diferente anchura que ésta presenta, pero sin aportar ninguna medida sobre sus dimensiones".

⁵²⁰ Guerra (1995, 20-21). Não nos ocuparemos, por economia de tempo e espaço, dos aspectos da vida deste autor, remetendo o leitor/a para o estudo de Amílcar Guerra, que aliás seguiremos de perto.

⁵²¹ No que toca ao recurso à fonte, e dado que Amílcar Guerra coligiu e estudou precisamente os dados sobre a Lusitânia em Plínio-o-Velho, seguiremos, para a totalidade do relato, o cotejo entre a edição castelhana e a francesa, traduzidas a partir do latim, sendo que, por essa razão, nas citações providenciamos a numeração da versão latina, confrontando com os passos traduzidos para português pelas passagens citadas por Guerra (1995), como os respectivos comentários ao texto, complementados pelas leituras de Oliveira (1994), Traina (2007) e Beltrán Loris (2007).

quadro humano dos diversos territórios que compõem o Império - e abundantes informações sobre os recursos económicos.

Em harmonia com o projecto de uma ampla mas completa explicação racionalista das coisas da natureza, apoia-se numa vastidão de fontes, de cariz diverso com as quais aparenta manter uma relação dúbia - quer de dependência, pois não se podia (nem queria) libertar do que antes dele fora publicado; quer de algum distanciamento pois propõe-se a fornecer uma visão crítica das matérias. Revela-se, pois, interessante o facto de apresentar sistematicamente os autores que são fonte de cada volume da sua obra, dividindo-os em autores latinos e estrangeiros - as listas são, em alguns casos, muito extensas e têm levado a conjecturas sobre uma falsa erudição de Plínio. Não sabendo, muitas vezes, qual a verdadeira origem das informações⁵²², torna-se manifesto o contraste entre uma obra com evidentes preocupações de acompanhar a realidade contemporânea e o peso, que já destacámos anteriormente, que tem para estas obras a tradição transdiscursiva como mecanismo da sua legitimação. Por estas razões, esta problemática assume particular relevância⁵²³ para a percepção e entendimento da representação temática em análise. Segundo Pascal Arnaud⁵²⁴, Plínio denota a importância das fontes latinas - Agripa e Catão, sempre citados juntos, e Varrão - com particular representatividade dos elementos coevos, sendo que, para o que nos interessa verificar - os livros III e IV -, surgem associados os nomes e a relevância de Políbio e Hecateu⁵²⁵. Observando o esquema apresentado sobre uma leitura global baseado nas fontes do discurso pliniano (v. *infra*) sobressai ainda a projecção de Homero que surge no mesmo patamar que Varrão, Eratóstenes, do monarca africano Juba II e Isidoro de Charax logo seguidos de Artemidoro. Uma relação de testemunhos particularmente variada, em épocas e natureza, que revela um discurso sincrético e o desejo de ser mais fiel à realidade que descreve⁵²⁶.

⁵²² Guerra (1995, 25).

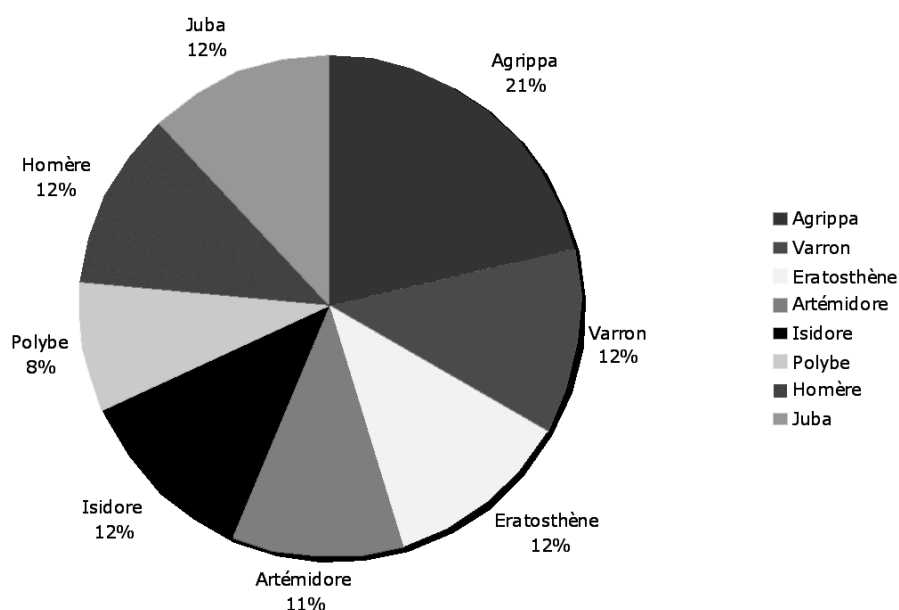
⁵²³ Bastará atentar nos estudos de Francisco Bran Garcia (2010) identificando fontes poéticas como as *Geórgicas* de Virgílio, indicador, como assinalámos, que as fontes são de natureza diversa e remetem para mecanismos de legitimação e práticas discursivas que não se incluem numa classificação moderna ou ainda na repercussão de Plínio como fonte posterior no Renascimento em F. Bran Garcia (2014), sobre o estudo das tábuas astronómicas de Federico Bonaventura ou em Sandra Ramos Maldonado (2013) como instrumento de crestomatia.

⁵²⁴ 2007, 13-26.

⁵²⁵ Assim, o seu método não se limita apenas à recolha da informação disponível, oferecendo uma confrontação com elementos coevos, permitindo-lhe uma representação geográfica onde recorre à selecção de dados e à concreção. Cf. Traina (2007, 105-110).

⁵²⁶ A este propósito Pilar Ciprés (2016, 91) destaca que "al inicio del libro III, Plinio expone el objetivo de sus libros geográficos – la descripción de las tres partes en las que se divide el *orbis terrarum*: Europa, Asia y Africa – y el método que va a seguir para ello, basado en la utilización de diferentes fuentes y en el compromiso de citar a aquellos autores de los que va a obtener su información (*praef.* 21). Su planteamiento no es distinto del seguido por Estrabón y sus predecesores, es decir, construir una descripción del mundo a

Les sources de Pline



As fontes de Plínio, segundo Arnaud (2007, 21).

“Inmediatamente después [de Italia], y exceptuando las fabulosas regiones de la India, debo colocar a Hispania, al menos todo su borde costero; es, en verdad, pobre en parte, pero allí donde es fértil da en abundancia cereales, aceite, vino y caballos y metales de todo género, en lo cual la Galia va a la par; pero Hispania la vence por el esparto de sus regiones desérticas, por la piedra especular, por la belleza de sus colorantes, por su ánimo para el trabajo, por sus fornidos esclavos, por la resistencia de sus hombres y por su vehemente corazón”. (N.H., XXXVII).

Plínio propõe, quanto a nós, uma particular visão da geografia da *oikoumene* dado que confere uma especial atenção à descrição da Península Ibérica, permitindo-lhe que constitua a abertura e o encerramento dos livros III e IV balizando e configurando o

partir de la consulta de otros autores. Para cada sección Plinio declara su decisión de utilizar «al que considere más verosímil» (3.1-2); lo que supone un trabajo previo de selección de fuentes, que se confirma en la expresión *ex exquisitis auctoribus* recogida en el Prefacio (*praef.* 17) y en el listado de autores que ofrece en cada uno de los libros”.

discurso sobre a Europa⁵²⁷. Mais ainda, em harmonia com a sua experiência pessoal na Hispânia⁵²⁸, para além de traduzir o espaço peninsular em função da visão global da Europa, aponta, concretamente, a sua atenção para a Província Tarraconense⁵²⁹, não dedicando nenhuma especial ponderação ao conjunto do território, entrando directamente nas partes que o dividem – as *provinciae*. Assim, à excepção de um tentame tardio (no texto) de descrição geral em que introduz o assunto,

"Desde el promontorio de los Pirineos comienza España, más ceñida en este lugar que la Galia, sino también a sí misma porque como se dijo estrecha su enorme extensión. Por un lado el océano, por el otro el Mar ibérico, los estrechos, como dijimos, en gran medida" (*N.H.*, IV, XX, 110).

e em que, coerentemente, aplica o corónimo na perspectiva da unidade espacial, a Hispania romana surge dividida em três *provinciae* com as respectivas comunidades locais - ou seja, a suma das tres *Hispaniae*⁵³⁰. A própria nomenclatura apela para essa ideia ao utilizar-se, em momentos diferentes do texto, *Hispaniae* ou *Hispania*⁵³¹. Pela primeira vez, no transcurso dos acontecimentos e no contexto de produção narrativa sobre o espaço peninsular, a questão da divisão político-administrativa sugere uma renovada arquitectura do discurso e recolhe a uma estruturante matriz de leitura e representação territorial⁵³². Esta situação tem, aliás, correspondência nas medições territoriais apresentadas que, ao contrário de Estrabão, não se estendem à totalidade da Península mas sim à definição e configuração regional das províncias e às mensurações de

⁵²⁷ *N.H.*, I. I. 5: "Empezamos con Europa, nodriza del pueblo vencedor de todas las naciones y con mucho la más hermosa de las tierras, y con más razón, muchos han hecho de ella merecidamente no un tercio del mundo, sino la mitad, con el orbe dividido en dos partes desde el río Don hasta el estrecho de Cádiz.". Conciliando a descrição geográfica com o motivo maior que lhe dá sentido e justifica a sua oclusão: o ser local de acolhimento do povo que dominou todas as nações - o romano.

⁵²⁸ Guerra (1995, 20-21).

⁵²⁹ Como já notara Pilar Ciprès (2016, 94): "a diferencia de la Bética o Lusitania, que son explicadas en los libros III y IV respectivamente, la descripción de la Tarraconense se desarrolla al inicio del libro III y al final del IV, abriendo y cerrando el discurso sobre Europa", diferenciando-se, neste ponto, de Estrabão ou Pompónio Mela.

⁵³⁰ Tal como surge a propósito das medições apresentadas por Agripa em *N.H.*, IV, XXII, 118: "Como para todas las Españas, las estribaciones de los Pirineos a los demás, haciendo el contorno de su costa de 2.924.000 pasos, otros estiman que son 2.600.000 pasos". Tal contrasta, como vimos, com a visão geral de Estrabão em III.3.

⁵³¹ Guerra (1995, 115) e Pilar Ciprès (*op. cit.*, 94-95).

⁵³² Como temos vindo a observar, este critério apenas parece ter estado mais presente na formulação de Artemidoro. Mesmo no caso de Estrabão este tema surge mais como complemento à descrição etnográfica do que se apresenta como vertebrador do seu discurso.

Agripa⁵³³. Informações estratégicas que são testemunho claro do contexto de produção discursivo mas também dos objectivos de recepção da obra, das ligações aos meios políticos e da premência com que se impõem as transformações da realidade coeva.

É precisamente nesta sequência que surge uma parte da descrição territorial da Lusitânia, talvez aquela que levanta mais dúvidas. Senão vejamos. Segundo Plínio aquela província configura-se a partir do Douro e prolonga-se até ao *Anas* (Guadiana), numa aceção que reporta à delimitação que também encontramos em Estrabão (III, 4, 20)

"Al principio del Durius comienza Lusitania: están los antiguos Túrdulos, los Pésoles, el río Vagía, la ciudad de Talábrica, la ciudad y el río Eminio, las ciudades de Conimbriga, de Colipon y de Eburobricio". (*N.H.*, IV, XXI, 113).

Esta configuração parece estar em harmonia com outras referências do texto pliniano, nomeadamente quando alude ao facto de o rio Douro constituir uma fronteira entre Vetões⁵³⁴ e as Astúrias e entre Galaicos e a Lusitânia, que independentemente da efectiva localização deste último etnónimo⁵³⁵, funciona como um claro contraponto de *Lusitania*

"(...) el río Durius de los más grandes de España y tiene su fuente en tierras de Pelendones, y pasa por Numancia, atraviesa el país de los Arévacos y Vacceos, separa los Vettones de Asturias, y Galaicos de Lusitania, y también actúa como un límite entre los Túrdulos y Bracarense" (*N.H.*, IV, XX, 112).

ou ainda, coerentemente, quando situa os Galaicos no contexto da *Citerior*:

"Luego están los Astures con 22 pueblos, divididos en Augustanos y Transmontanos; con Asturica, su hermosa ciudad; entre ellos los Gigurros, los Pésicos, los Lacienses y los Zoelas (...) y por el mismo estilo son las 24 ciudades⁵³⁶ de Bracarum ciudades con 285.000 cabezas libres, entre los que, además de Bracarense se puede designar, sin cansar al lector, los Bibalos,

⁵³³ Para a *Baetica* (*N.H.*, III, I, 16; II, 17), *Provincia Hispania Citerior* (*N.H.*, III, II, 29). Para uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo e significado destas medições e a influência de Agripa, v. Arnaud (2007, 20-41). Mais problemática parece ser a interpretação correcta dos dados que transmite para a "*Lusitania cum Asturia et Gallaecia*" (*N.H.*, IV, XXII, 118).

⁵³⁴ Sobre a fronteira entre Lusitanos e Vetões, reapreciando o tema, Guerra (2016, 425-437).

⁵³⁵ Sobre a questão da localização e da toponímia em torno deste etnónimo, v. Guerra (1995, 77) baseado em Tranoy (1977, 225-233).

⁵³⁶ *N.H.*, III, III, 28. No texto latino lê-se "*Simili modo Bracarum XXIII civitates* (...)". Amílcar Guerra transcreve, certamente por gralha, "trinta e duas cidades" (1995, 31).

los Celernos, los Galaicos, los Equesos, Límicos y Querquernos" (*N.H.*, III, III, 28)⁵³⁷.

A questão que se levanta vem, então, a propósito do trecho IV, XXII, 118, onde se lê

*"Lusitaniam cum Asturia et Gallaecia patere longitudine DXL, latitudine DXXXVI, Agrippa prodidit. omnes autem Hispaniae a duobus Pyrenaei promunturiis per maria totius orae circuitu |XXVIII|·XXIII colligere existimantur, ab aliis |XXVI|"*⁵³⁸.

Tal tem sido entendido por alguns autores⁵³⁹, como expressão comprovada de que nesta altura a Lusitânia incluiria aqueles dois territórios, numa primeira divisão provincial. No entanto, partindo da leitura de Amílcar Guerra⁵⁴⁰, devemos, desde logo, notar que a partícula *Cum* apresenta, neste caso, um valor copulativo, que aliás, serviria para acentuar mais o termo *Lusitaniam*, que já ocupa uma posição de destaque. Ora, não obstante o facto de o texto ser pouco explícito a esse nível, o autor nota que a indicação dos três corónimos poderia precisamente indicar o contrário: ou seja, não pertencendo à mesma circunscrição administrativa impunha-se, por essa razão, a enunciação integral dos territórios invocados. Mas, quanto a nós, deve-se, ainda, salientar um outro aspecto: torna-se óbvio que o objectivo de Plínio seria ocupar-se de uma descrição, tendo em vista apurar as comensurações de uma ampla extensão espacial - daí a junção destes três territórios, para os quais se apresenta um valor único de comprimento e largura - e que, na sequência do seu relato, assim eficientemente contrasta com os restantes territórios descritos e, particularmente neste trecho, compõe os valores da totalidade do perímetro costeiro da Hispânia⁵⁴¹. Sendo assim, esta passagem é, do nosso ponto de vista, coerente e lógica e permite entender uma separação dos territórios mencionados.

⁵³⁷ Este trecho, segundo Guerra (1995, 64) revela um conhecimento apurado e actualizado dos dados, provavelmente resultado do exercício da procuratela de Plínio na Tarraconense, contrastando com os dados oficiais mas desactualizados para o seu tempo fornecidos em *N.H.*, IV, XX, 118

⁵³⁸ "La Lusitania, junto con Asturias y Galicia, tiene una longitud de 540.000, y 536.000 el ancho, de acuerdo con Agripa. Como para todas las Españas, las estribaciones de los Pirineos a los demás, haciendo el contorno de su costa de 2.924.000 pasos, otros estiman que son 2.600.000 pasos."

⁵³⁹ Nomeadamente por Vasco Gil Mantas (2004, 74), para quem "Plínio, baseando-se em obras de Agripa, refere a inclusão na Lusitânia da Calécia e das Astúrias"; e ainda em outros autores a que se refere Amílcar Guerra (1995, 114).

⁵⁴⁰ *Idem, ididem.*

⁵⁴¹ Amílcar Guerra coloca também a hipótese de haver um "conjunto" entre os três territórios no tocante à produção mineral e a propósito da passagem *N.H.*, XXXIII, 78: "de este modo dicen que las zonas de Asturias, Galicia y Lusitania proporcionan, en un año, veinte mil libras de peso en oro. En esta producción la de Asturias es la mayor parte. No hay en ninguna parte un ejemplo de este tipo de fecundidad, seguido

Ora, a manifesta intenção de elaborar uma descrição da *Hispania* que remete para as fórmulas de ordenação do território e da respectiva geografia humana, no quadro da presença romana, faz com que Plínio providencie uma visão em que a *provincia*, o *conventus* e a organização em *civitates*, *populi* y *oppida*, constituam a sua estrutura básica⁵⁴². Na sequência das já referidas menções⁵⁴³, o espaço peninsular e a Lusitânia, merecem uma atenção e um escrutínio que leva o autor a enumerar e identificar a sua organização político-administrativa⁵⁴⁴, correspondendo a um novo ordenamento espacial baseado na necessidade de governar e administrar os territórios conquistados e o seu contingente humano.

Todavia, ocorrem ainda, em Plínio, outras referências descritivas sobre a Lusitânia, onde se destacam alguns factos significativos que se enquadram na leitura, representação e valorização espacial que temos vindo a analisar ao longo dos últimos dois séculos da presença romana em território peninsular. Por um lado, assente no peso da tradição transdiscursiva, revela-se uma expressão anterior e desactualizada da própria organização provincial e da sua nomenclatura⁵⁴⁵. Essa ocorrência está acomodada na abertura do Livro III e remete para a configuração que presidiu à primeira divisão de 197

durante tantos siglos." Em nossa perspectiva, esta situação não é conflituosa com a separação territorial dado que há provas epigráficas que regiões administrativamente separadas, estão juntas por laços institucionais ou por proximidades financeiras e económicas, demonstrando a artificialidade da invenção, construção e estabelecimento das circunscrições administrativas e a diversidade populacional que caracteriza a província lusitana; v. vários exemplos em Mantas (2004, 75-77).

⁵⁴² Pilar Ciprés (2017, 90).

⁵⁴³ Em *N.H.*, III, III, 28; IV, XX, 112; IV, XXI, 113.

⁵⁴⁴ Que através da informação fornecida ao leitor das medidas específicas do território pelas medições de Agripa, que abaixo mencionaremos (*N.H.*, IV, XXII, 116); quer na apresentação da divisão administrativa e do estatuto jurídico integrador do quadro institucional romano, dos principais núcleos urbanos e da sua geografia humana, em (*N.H.*, IV, XXII, 117-118): "(117) El conjunto de la provincia se divide en tres tribunales, los de Emérita, Pacense y Scalabitano, que contienen en total 45 pueblos, donde hay 5 colonias, un municipio que tiene derecho romano, 3 ciudades con el derecho de los latinos antiguo, y 36 ciudades tributarias: Las colonias son, *Emérita Augusta*, situado en la orilla del río, Anas, la *Metelinense* (*Metellinum*), *Pacensis* (*Pax Iulia*), *Norbensis* (*Norba*) llamada *Caesarina* a la que dependén administrativamente *Castra Servilia* y *Castra Cecilia*; y la quinta es *Scalabis* llamada *Praesidium Iulium*; municipio de ciudadanos disfrutando del derecho romano, *Olisipo*, llamado *Felicitas Iulia*, los ópidos (ciudades) con el derecho de los antiguos latinos: *Ebora*, también llamada *Liberalitas Iulia*. *Myrtilis* y *Salacia*, que ya hemos hablado. (118) Entre los ópidos tributarios, se pueden nombrar sin custo, con el mismo nombre que otros que hemos citado sobre la Betica: el Augustobrigienses, los Aeminienses, los Aranditanos, los Arabricenses, los Balsenses, los Césarobrigenses, los Caperenses, los Caurienses, los Colarnos, los Cilibitanos, los Concordienses, los Elbocoros, los Interamnienses, los Lancienses, los Mirobrigenses, llamados Celtas, los Medubrigenses, llamados *Plumbari*, los Ocelenses Lancienses, los Túrdules, llamados *Bardili* y los Taporos. La Lusitania, junto a Asturias y Galicia, tiene una longitud de 540.000, y 536.000 el ancho, de acuerdo con Agripa. Como para todas las Españas, las estribaciones de los Pirineos a los demás, haciendo el contorno de su costa de 2.924.000 pasos, otros estiman que son 2.600.000 pasos."

⁵⁴⁵ Guerra (1995, 45-46, 52).

a.C., recorrendo a um léxico - a oro-hidrografia⁵⁴⁶ - recorrente na imposição de limites, como temos visto ser habitual em autores anteriores, o que implica várias imprecisões nos termos adjudicados⁵⁴⁷. Por outro lado, o autor denota um particular sincretismo entre matéria geográfica, histórica e mítica, também ele frequente em outros momentos da produção discursiva que temos observado. Vemos, então, desfilar um conjunto de *topoi* que reconhecemos liminarmente nos transdiscursos precursores. Nesses excursos, mesmo que admitindo inquietações e dúvidas, Plínio não se liberta de estar alinhado com projecções temáticas e alusões anteriores, de cariz memorial, e em que a Lusitânia parece surgir com singular notoriedade, certamente fruto da condição extrema, periférica e extraordinária que já vimos estar associada ao seu território e à célebre e diversa condição da sua moldura humana⁵⁴⁸. Ao começar a sua *descriptio orbis* escolhe precisamente, como ponto de partida, uma das mais frequentes referências da representação espacial peninsular - o estreito de Gades e as respectivas elevações - que, de maneira sobranceira, associa a uma crença popular dos trabalhos de Hércules (Colunas de Hércules)⁵⁴⁹. Aí voltará para fechar a descrição da Península invocando a figura do rei lendário tartesso Gérión e o roubo dos rebanhos por Hércules, que por erro se associa às ilhas *Fortunatae contra Lusitaniam*, junto da costa algarvia⁵⁵⁰. E entre a nomeação dos rios que confluem

⁵⁴⁶ Sobre os rios da Lusitânia, nomeadamente o Douro, o Tejo, o Vouga, o Mondego e o Guadiana, v. *N.H.*, IV, XXI, 113; IV, XXII, 114-116.

⁵⁴⁷ *N.H.*, III, I, 6: "El territorio en el Golfo es Hispania o ulterior llamada Bética. Desde el territorio de Murgitano a los Pirineos es la España Citerior o Tarraconensis. La España Ulterior, en su longitud, está dividida en dos provincias: la Bética, y al norte de la Bética, Lusitania, que está separada por el río Anas (...). La Tarraconensis al lado, inclinada a los Pirineos, va a lo largo de la cadena, por el otro lado, se extiende en todo el Mar de Iberia hasta el mar de la Galia, se separa de la Bética y de la Lusitania por el monte Solorius y las montañas Oretanas, Carpetanas, y Astúricas".

⁵⁴⁸ *N.H.*, III, I, 8: "Marco Agripa pensó que toda la costa tenía una población de origen cartaginés, pero desde el río Ana, todo lo que está en el Océano Atlántico eran Bastules y Turdulos. Marcus Terentius Varro asegura que España estaba totalmente poblada de asentamientos íberos, persas, fenicios, cartagineses y Celtas, que el juego (lusus) o Lysas Baco, celebrándose con las bacanales, dió nombre a la Lusitania, y el nombre completo de España deriva de Pan, lugarteniente del Dios. En cuanto a las tradiciones relativas a Pirene, Hércules y Saturno, me parecen fabulosos". Passagem suficiente conhecida sobre a etimologia do nome *Lusitania* e que deu origem, como veremos, a um transdiscurso frutuoso na *argumentatio* humanista. V. Guerra (1995, 58).

⁵⁴⁹ *N.H.*, III, I, 3: "El mundo de la tierra se divide en tres partes, Europa, Asia y África. Nuestro punto de partida es la puesta del sol y el Estrecho de Cádiz, donde el Océano Atlántico, se rompió, provocando la formación de los mares interiores"; *N.H.*, III, I, 4: " Por tan pequeña boca entra la amplia extensión de los mares. Y la profundidad no disminuye la maravilla: de hecho, muchas peñas que blanquean en los vados atemorizan los barcos han llamado a este lugar los albores del mar interior. En la entrada a ambos lados hay dos montañas que ciñen y guardan el Estrecho, en África Abila, y en Europa Calpe, límites del trabajo de Hércules. La gente llama a estas columnas del dios, y creen que rompiéndolo dejó entrar el mar que figura hasta la fecha, y que se ha cambiado la faz de la naturaleza."

⁵⁵⁰ *N.H.*, IV, XXII, 120: "El lado que mira a Hispania, alrededor de 100 pasos, está otra isla de 1.000 pasos de larga, donde estuvo la primera ciudad de Gadis, Éforo de Calcis y Philistides que la llaman Eritea por Timeo y Sileno Aphrodisiae, los indígenas insulares la llaman isla de Juno. Timeo dice que a la mayor se llamaba Cotinusa en su lengua; nosotros los romanos la llamamos Tartesos, los cartagineses Gadir, una palabra que, en la lengua púnica, significa recinto, que se llamaba Eritia, porque los fundadores los tirios

para o território sobressaiem o afamado rio *Lethes*, que na tradição surge, como temos visto, associado ao episódio de D. Júnio Bruto⁵⁵¹ e o Tejo, articulado a Olisipo e às celebradas e céleres éguas que concebiam pelo vento Favónio⁵⁵².

Por último, na sua análise do território lusitano Plínio valoriza, de acordo com a natureza do seu discurso as riquezas minerais⁵⁵³, a produção de produtos como a lã⁵⁵⁴ ou a azeitona⁵⁵⁵ e de plantas de tinturaria⁵⁵⁶.

No cômputo geral, a representação pliniana da Lusitânia parece integrar-se numa ordem discursiva singular que Francisco Beltrán Lloris⁵⁵⁷ estudou, permitindo situá-la no contexto de uma análise geral e estatística da descrição da Hispânia e na relação daquela com as outras províncias peninsulares, conduzindo a conclusões particularmente significativas. Disso são prova vários factos atinentes a esta narrativa: i) revela-se a importância da descrição da Hispânia no conjunto das regiões descritas⁵⁵⁸; ii) permite aquilatar da atenção dada a cada província, nomeadamente as hispânicas, no conjunto das europeias e destacando-se, por razões óbvias, a Tarraconense⁵⁵⁹; iii) reconhecendo-se a falta de uma história autóctone fundacional e matricial para cada região, tarefa que cabe a Roma, sobressai o destaque dado no texto a cada uma dessas províncias associando-se,

decian ser del Mar de Eritro. Algunos creen que estaba habitada por Geriones, y Hércules le robó los rebaños. Hay quienes creen que la isla Geryom es diferente, y que está frente a Lusitania, que lleva el mismo nombre que una situada allí Erytha". Sobre estas ilhas e as menções em Pompónio Mela (III, 39), v. Guerra (1995, 116).

⁵⁵¹ *N.H.*, IV, XXII, 115: "Los errores también se hicieron famosos sobre ríos: 200.000 pasos del Minio hemos debatido anteriormente según Varro, el río que algunos Eminio y otros lo dan en otro lugar y que ellos llaman Limia. Los ancianos lo llaman el río del olvido, y le dijeron muchas fábulas."

⁵⁵² *N.H.*, IV, XXII, 116: "las notables ciudades desde el Tajo: Olisipo (Lisboa) famosa porque sus yeguas conciben con el viento favonio"; VIII, 166; v. Guerra (1995, 37, 119), Fernandes (1985, 139-161) e Canto (2009, 165-217). Ainda a este propósito, sobre o fundamento e importância da relação de Olisipo com os mitos Tartesso e da fundação por Ulisses, v. Fernandes (1983, 53-77).

⁵⁵³ Sendo o livro XXXIII na totalidade dedicado aos metais e minérios, o interesse de Plínio é frequente ao longo dos seus volumes. Sobre a Lusitânia, destaque-se a indicação do Estanho e das ilhas Cassitérides, certamente provida de Posidónio e Diodoro (*N.H.*, IV, XXII, 119). Destacam-se, ainda, na enorme riqueza que a tradição remetia ao território peninsular, as jazidas de chumbo, ferro, cobre, prata e ouro, para além das pedras preciosas. *N.H.*, III, 28; IV, XX, 112; IV, XXII, 115; XXXIII, 78; XXXIV, 156-157; XXXVII, 24, 97, 127.

⁵⁵⁴ *N.H.*, VIII, 191. Guerra (1995, 39, 121).

⁵⁵⁵ *N.H.*, XV, 17. (*ibidem*, 39).

⁵⁵⁶ É o caso da conchinilha *N.H.*, IX, 141; XXII, 3. (*ibidem*, 39, 124; 41, 129).

⁵⁵⁷ Beltrán Lloris, F. (2007, 115-160) que seguimos nesta sequência.

⁵⁵⁸ Após os 84 parágrafos concedidos à actual Itália e dos 58 às províncias gregas e aos antigos reinos helenísticos da Macedónia, Pérgamo, Síria e Egipto, vem a Hispânia com 39 parágrafos, Ásia com 35, Síria com Judeia, Arábia e o Eufrates com 25, Mauritânia, Numídia e África com 31, Ilírico e área danubiana com 14 e finalmente a Gália com 13. (*idem*, 146)

⁵⁵⁹ Em número de parágrafos, com destaque nosso: Tarraconense 18, Egipto 16, Bética 13, Creta e Cirene 13, África 10, Narbonense 8, **Lusitânia** 6, Dalmácia 6, Sicília 6, Cilícia e regiões vizinhas 5, Mauritânia Tingitana 4, Córsega e Sardenha 3, Mauritânia Cesariense 3, Lícia e Panfília 3, Aquitânia 2, Chipre 2, Bitínia 2, Numídia 1, Panónia 1, Bélgica 1, Lugdunense 1, Britânia 1, Nórico 1, Mésia 1, Galácia e Capadócia 1. (*idem*, 146-147).

ainda, ao elevado número de cidades privilegiadas e à importância deste factor na representação do espaço - como se observa na tabela, Plínio revela-se particularmente sensível a estas realidades políticas e reflecte essa condição no seu texto, concedendo mais atenção e extensão narrativa às províncias que contavam com um maior número de colónias e comunidades de cidadãos romanos como era o caso da Bética, da Tarraconense e, em menor medida, da Lusitânia, terras que acabavam de receber de Vespasiano o excepcional privilégio do *ius Latii* (*N. H.*, III, 30), que constituía a maior concessão de direitos cívicos que o mundo romano conheceu entre Augusto⁵⁶⁰ e a *constitutio Antoniniana* de Caracala.

	Colónias	de <i>ciues Romani</i>	con <i>ius Latii</i>	outras (<i>ius Italicum</i> ,...)		Parágrafos em <i>NH</i>
Tarraconense	12	15	20	-	=47	18
Bética	9	10	27	-	=46	16
Narbonense	7	-	30	-	=37	8
África	6	15	1	-	=22	10
Dalmácia	3	7	-	4	=14	6
Lusitânia	5	1	3	-	=9	6
Sicília	5	1	3	-	=9	6

Regiões e respectiva distribuição de estatuto jurídico-administrativo das cidades em Plínio-o-Velho (*N.H.*), segundo Francisco Beltrán Lloris (2007, 146-147).

iv) desta forma, o espaço surge numa leitura fragmentada a que corresponde uma ordem descritiva em função de critérios político-administrativos e estratégicos⁵⁶¹; v) entre os livros III e IV, a descrição das *Hispaniae* surge agrupada em secções, sendo que apenas a Lusitânia, exclusivamente no tocante à sua relação territorial, emerge unitariamente (IV 113-118)⁵⁶²; vi) enfim, esta província apresenta uma austeridade na sua exposição interna

⁵⁶⁰ Sobre a reorganização administrativa de Augusto, v. Bravo Bosch, (2008, 107-137).

⁵⁶¹ *Idem, ibidem*, 125-127.

⁵⁶² *Idem, ibidem*, 127. Correspondendo a um apartado descritivo semelhante ao das outras províncias hispânicas mas uma ordem distinta. *Lusitânia*: Périplo (IV 113-116), Dados numéricos (IV 117), Interior (IV 117-118), Medidas (IV 118); *Bética*: Introdução com dados numéricos (III 7), Périplo (III 7-8) Interior (III 9-15) Medidas (III 16-17), Ilhas (IV 119-120); *Tarraconense*: Introdução com dados numéricos (III 18), Périplo (III 19-22 --- IV 110-112), Interior (III 23-28), Medidas (III 29) Ilhas (III 76-78). v. apêndice em *ibidem*, 156.

assim como contempla vários excursos polémicos sobre questões míticas, sinal revelador da ponderação que merece no discurso pliniano⁵⁶³.

Embora Plínio forneça uma imagem da Hispania que reflecte uma realidade complexa, a natureza e a arquitectura do seu discurso revelam algumas diferenças face ao transdiscurso anterior e proporcionam uma leitura inovadora porquanto se inscreve num projecto de conhecimento enciclopédico mas com uma vertente vincadamente descritiva. Mais do que uma intensa formulação intelectual, a sua produção surge como uma notória expressão de um trabalho de seriação, organização e composição de informação que recebe por via transdiscursiva mas que se pretende enquadrar nos ditames da realidade coeva. Por essa ordem, não revela um especial interesse pela descrição etnográfica. Não descreve apuradamente, como Estrabão e outros autores anteriores⁵⁶⁴, as características dos grupos humanos. Tal será, porventura, o resultado da aplicação do filtro do seu olhar, orientado e direccionado pela gestão administrativa e política do espaço assim também, como salienta Arnaud⁵⁶⁵, pela necessidade imposta por aquela elite social e intelectual para quem o conhecimento geográfico constituía um elemento de distinção.

A pretensa objectividade dos dados fornecidos, a concreção superlativa do espaço, a evidência do poder romano, enfim, os objectivos do seu discurso que apresenta, como vimos, no prefácio, conduzem o autor ao léxico temático habitual que anteriormente definimos e a que nos temos vindo a referir mas com adaptações e inserido numa arquitectura discursiva integrada no seu tempo: daí os seus 37 livros estarem ordenados por temáticas que cobrem desde a história à geografia, dos metais aos recursos naturais, dos animais à medicina. Mas devemos notar que se o registo etnográfico não prevalece, é um facto que a matriz etnómica continua a vertebrar e a persistir na produção do seu

⁵⁶³ *Idem, ibidem*, 140-143. Afirma mesmo: "En este sentido la descripción pliniana del interior lusitano es la menos articulada y la de menor precisión geográfica de las tres peninsulares, pues se limita a mencionar las ciudades jerarquizadas según su condición política, pero sin precisar a qué convento pertenecen ni dar indicaciones geográficas o étnicas que permitan localizarlas mejor, en abierto contraste con su modo de proceder en la Bética y en la Tarraconense. (...) Tampoco hace particular hincapié en las articulaciones étnicas que desempeñan un papel menor". E conclui: "En cualquier caso, todo ello, además de poner de manifiesto ante nuestros ojos la menor calidad de la información que Plinio manejaba a propósito de Lusitania, forzó al naturalista a introducir excursos justificativos - *promunturium Magnum*, *Aeminius flumen* – que hicieron más laboriosa la composición y que tal vez le empujaron a concluir de manera menos cuidadosa y un tanto precipitada esta descripción que no sólo correspondía a la provincia menos importante de Hispania, sino que además cerraba el tratamiento de Europa".

⁵⁶⁴ Pilar Ciprés (2016, 94) já notara que "Las características orográficas y climáticas que contribuyen en Estrabón a definir la diversidad de Iberia están ausentes en Plinio, donde esa información no es necesaria para llevar a cabo una descripción, que no está interesada por las características de la etnografía peninsular".

⁵⁶⁵ 2007, 30-31.

discurso. São os povos que servem, juntamente com as medições do espaço, os sistemas oro-hidrográficos, as divisões administrativas e os núcleos urbanos, para compor e configurar o território. Este ainda se apresenta dividido, marcado, identificado pela presença e diversidade étnica - o que permite que até a definição coronímica e toponímica e as variações do ordenamento espacial tenham, necessariamente, que integrar esse elemento na sua composição.

Mas a Lusitânia e os lusitanos também surgem, durante o período imperial romano, em outros contextos discursivos que servem para construir, modelar e sedimentar a sua representação ou acentuar determinados aspectos da sua configuração. Nesse âmbito destaca-se Plutarco, autor que terá nascido em Queroneia, na Beócia por volta de 45/50 d. C., tendo viajado pela Ásia e pelo Egito por volta de 67 d.C.), viveu algum tempo em Roma e foi sacerdote de Apolo em Delfos em 95. O seu enorme prestígio valeu-lhe a obtenção de direitos de cidadão em Delfos, Atenas e mesmo em Roma⁵⁶⁶. A sua obra *Vidas Paralelas*, constituída por 23 biografias paralelas entre personagens gregos e romanos, situa-se na produção biográfica, à semelhança de Xenofonte, e não propriamente na escrita historiográfica, como aliás, o próprio autor afirma no início da sua biografia de Alexandre, o Grande (Plut. *Alex.* I, 2)⁵⁶⁷. Será evidente que a Lusitânia e os lusitanos comparecem na medida que a vidas destes 46 biografados o solicitam. Nesse cômputo evidencia-se uma menção liminar na biografia de Catão, o *Velho* (Plut. *Cat.* 15, 3) quando refere a forte contestação que esta provocou num discurso contra Galba e as suas acções contra os lusitanos - expressiva pela notoriedade e memória do episódio a que já aludimos quando nos referimos a este personagem e que também mereceu a atenção e o registo em autores posteriores como Tito Lívio. Uma outra menção, reveladora do processo de sedimentação do lastro memorial relacionado com o território e os seus habitantes e do que estes infligiram na afirmação do poder romano, surge a propósito de Júlio César (Plut. *Ces.* 12, 1), relatando que quando da sua entrada na Hispânia a sua principal acção foi a luta e o domínio dos lusitanos e galaicos, utilizando também a via marítima, pelo Oceano, dado que estes povos não eram obedientes a Roma. Mas cabe a Paulo Emílio e a Sertório as remissões que se apresentam mais significativas. Assim, na sequência do fim da Segunda Guerra Púnica, da divisão provincial de 197 a.C.

⁵⁶⁶ V. <https://metahistoria.com>.

⁵⁶⁷ V. Pinheiro (2013, 19-20).

(*Hispania Citerior* e *Hispania Ulterior*) governadas por pretores e das revoltas de 195 e 191 a.C., Paulo Emílio foi enviado para a Ulterior⁵⁶⁸

"Emilio fue enviado como pretor a ésta, no con seis lictores como los pretores, sino con otros tantos además, de manera que la dignidad del cargo fuera consular. Pues bien, venció dos veces en batalla campal a los bárbaros y dio muerte a casi treinta mil; parece que el éxito de su campaña fue muy brillante, porque facilitó la victoria a los soldados con las buenas condiciones del terreno y con el paso de cierto río; conquistó doscientas cincuenta ciudades, que lo recibieron voluntariamente. Cuando dejó la provincia organizada, en paz y con lealtad, regresó a Roma, sin haberse hecho ni una dracma más rico con la campaña." (Plut. *Aem.* 4. 1-4)

Generosa visão de um general e de um político que, pese embora a não menção expressa à Lusitânia ou aos lusitanos remete para a resistência e insurreições que estes protagonizavam assim como para a vitória romana liderada pelo biografado. Harmoniosa leitura que, em tão laudatório encómio, não caberia identificar território ou étnico de tão dolorosa memória que, aliás o autor omite e silencia quando se sabe que Paulo Emílio sofreu uma ostentosa derrota pelos lusitanos em território bastetano e devidamente relatada por Tito Lívio⁵⁶⁹.

Por sua vez, em *Sertório* Plutarco vincula a imagem de um povo que, no jogo diplomático no seio do conflito peninsular, requer a presença de Sertório⁵⁷⁰

"Meditaba adónde se dirigiría desde allí, cuando le llamaron los Lusitanos, brindándole, por medio de embajadores, con el mando; pues hallándose faltos de un general de opinión y de experiencia, que pudieran oponer mal temor que los Romanos les inspiraban, en éste sólo tenían confianza, por haber sabido de los que le habían tratado cuál era su índole;" (Plut. *Sert.*, 10, 1) e "Como le llamasen, pues, los Lusitanos, abandonó el África, y poniéndose al frente de ellos, constituido su general con absoluto imperio, sujetó a su obediencia aquella parte de la España,

⁵⁶⁸ Segundo *Liv.*, XXXV 24, 6.; XXXVII 46, 7.

⁵⁶⁹ *Liv.*, XXXVII, 46, 7-9 relata que as notícias do sucedido na Hispânia terá perturbado as celebrações de vitória de Marcio Acílio sobre Antíoco na Etólia: "La joie en fut troublée par la triste nouvelle d'une défaite éprouvée en Espagne. Dans un combat livré sur le territoire des Bastétans, près de la ville de Lycon, contre les Lusitaniens, le proconsul L. Aemilius avait perdu six mille hommes. Les débris de l'armée, frappés de terreur et refoulés dans leurs retranchements, avaient eu beaucoup de peine à s'y défendre et avaient regagné, à marches forcées, avec toute la précipitation d'une déroute, les terres des alliés. Telles étaient les nouvelles arrivées d'Espagne."

⁵⁷⁰ À semelhança das referências que encontramos em Florus.

uniéndosele los más voluntariamente, a causa, en la mayor parte, de su dulzura y actividad, aunque también usó de artificios para engañarlos y embaucarlos" (Plut. *Sert.*, 11, 1).

ou que, envolvido neste cenário de lutas, apresenta-se vítima e sofrendor, manipulado e, por isso, justificadamente insurrecto

"En Hispania, los Senadores y personas de autoridad que estaban con Sertorio, luego que entraron en alguna confianza de resistir y se les desvaneció el miedo, empezaron a tener celos y necia emulación de su poder. Incitábalos principalmente Perpena, a quien con loca vanidad hacía aspirar al primer mando el lustre de su linaje, y dio principio por sembrar insidiosamente entre sus confidentes estas especies sediciosas: "¿Qué mal Genio es el que se ha apoderado de nosotros para arrojarnos de mal en peor? Nos desdeñábamos de ejecutar, sin salir de nuestras casas, las órdenes de Sila, que lo dominaba todo por mar y por tierra, y por una extraña obcecación, queriendo vivir libres, nos hemos puesto en una voluntaria servidumbre, haciéndonos satélites del destierro de Sertorio; y aunque se nos llama Senado, nombre de que se burlan los que lo oyen, en realidad pasamos por insultos, por mandatos y por trabajos en nada más tolerables que los que sufren los Íberos y Lusitanos." Seducían a los más estos discursos, y aunque no desobedecían abiertamente, por miedo a su poder, bajo mano desgraciaban los negocios y agraviaban a los bárbaros, tratándoles ásperamente de obra y de palabra, como que era de orden de Sertorio; de donde se originaban también rebeliones y alborotos en las ciudades." (Plut. *Sert.*, 25, 1-3).

Também Tácito (c. 56-c. 120)⁵⁷¹, conhecedor dos meandros de poder, nas suas residuais alusões ao território, nos *Anais* (13, 46) e nas *Histórias* (1. 13), traduz e vincula a imagem de uma Lusitânia excêntrica face ao centro do *Imperium*, que serve de destino para afastamento da cena política de uma das suas personagens. O contexto é das intrigas palacianas em torno do amor de Nero pela bela Popeia, mulher de Marco Sálvio Otão (32—69), que fora imperador romano cerca de três meses no ano dos quatro imperadores e que fora nomeado pelo próprio Nero governador da Lusitânia no ano de 58. Ditames da

⁵⁷¹ Gonçalves (2000, 52) resume alguns dados mais significativos da vida de Públio Cornélio Tácito desta forma: "Públio Cornélio Tácito nasceu por volta de 56, tendo atingido o status senatorial no tempo de Vespasiano. Foi questor em 81 e 82, governador da Bretanha sob Domiciano, Pretor em 88, *Consul Suffectus* em 97 e Procônsul da Ásia entre 112 e 116, morrendo por volta de 120, durante o governo de Adriano. Presenciou em plena carreira pública formas e estilos de governo tão diversos do ponto de vista senatorial, como o de Domiciano e o de Trajano"; ainda Marques (2012, 88-100). Para uma análise do papel das províncias e da Hispânia no discurso de Tácito, v. Antón, B. (2006, 86-96).

história coeva, qual novela de interesse público, que também Suetónio Tranquilo quis registar, aportando a Lusitânia como cenário destas intrigas, na sua obra dedicada a Otão (*Otho*, 3).

Sendo assim, no respeitante ao transcurso sobre a Lusitânia e os lusitanos, não sendo por estrita observância, que nos impomos, de prosseguir uma linha diacrónica, Ptolomeu, parece destacar-se deste panorama imediato, e, como veremos, do que se segue, confluindo com uma perspectiva que encontrámos em Estrabão e Pompónio Mela. De facto, Ptolomeu⁵⁷² tem uma importância fundamental no estabelecimento de uma visão mais objectiva e comensurável da representação espacial na Antiguidade, com sérias repercussões na visão posterior, medieval e humanista⁵⁷³, que não cabe aqui explorar⁵⁷⁴. Tendo escrito em grego, assente na tradição científica geográfica helénica mas credor do manancial de informação resultante da expansão e consolidação do império romano⁵⁷⁵ - fundamento, estímulo e justificação estratégica do seu transcurso - este autor posiciona-se no vértice de uma linha de produção textual que valoriza a operacionalidade e sistematização do conhecimento sobre o território conhecido.

Interessa-nos, nesta análise sobre a Lusitânia, apontar algumas especificidades do discurso ptolomaico, particularmente na *Geographiké hyphégesis*⁵⁷⁶ e, dessa forma, compreender a sua singularidade mas também a sua responsabilidade na configuração de uma determinada visão dessa mesma entidade territorial/étnica: i) o título da obra revela claramente o propósito do autor: não se trata de uma *história* ou *introdução* aos limites da *oikoumene*, mas de um *guia*, de um *tratado sobre*, enfim, de directrizes ou instruções

⁵⁷² Ptolomeu (90-168) nasceu em Ptolemaida Hérnia, no Egipto, e foi um dos maiores arautos da escola de Alexandria. Entre as suas obras, destacam-se o *Almagesto* e a *Geographiké hyphégesis* (oito volumes), que somam o conhecimento geográfico greco-romano, incluindo nesta última, coordenadas de latitude e longitude para uma extensa lista de lugares. O seu trabalho foi realizado em meados do séc. II durante os governos dos imperadores Adriano (76-138) e Antonino Pio (86-161), Beltrán Lloris, (2012, 480).

⁵⁷³ Sobre a vida, tradição textual e as repercussões dos trabalhos de Ptolomeu a bibliografia é extensa. V. os trabalhos e respectiva bibliografia em Cattaneo (s.d.), Marcotte (2007, 161-172), Garcia Alonso (2003, 11-28; 2007, 173-177).

⁵⁷⁴ Sugestiva a leitura de Didier Marcotte (2007, 161-162): "Dans la littérature scientifique de l'Antiquité, la Géographie de Ptolémée est une oeuvre unique en son genre par sa tradition. Elle a été régulièrement utilisée et citée jusqu'au coeur du Moyen Âge, dans l'Empire byzantin et dans le monde musulman, sans être restée inconnue de l'Occident latin (...) La Géographie est unique aussi dans sa méthode et par son contenu. Elle ne souffre aucune comparaison possible avec l'oeuvre de Strabon, qui dresse *ad usum principis* un état du monde, commandé par des considérations politiques et conçu comme une synthèse historique totale, ouverte aux faits les plus illustres comme aux réalités les plus modestes, conformément à une tradition qui se réclamait aussi d'Hérodote".

⁵⁷⁵ Garcia Alonso (2007, 173).

⁵⁷⁶ Para o Livro I recorremos à edição francesa de M. L'Abbé, Halma 1828; para os volumes restantes (II-VIII) à edição traduzida para inglês a partir de Karl Nobbe (1843) and Karl Müller (1883). Em ambos os casos por se encontrarem em domínio público.

cuja natureza assenta na ordem geográfica⁵⁷⁷; ii) prosseguindo essa intenção o autor define, claramente, na introdução do liv. I, a diferença entre *geografia* e *chorografia*⁵⁷⁸; iii) para além de revelar a decisiva importância do factor *espaço* na reflexão e na produção discursiva, à semelhança do que fizera Estrabão autonomizando esta vertente de ponderação, Ptolomeu, aprofundando expressivamente esta tendência, aponta, diríamos, para uma incisiva leitura *técnica*⁵⁷⁹; iv) essas indicações do texto, tal como em Agripa nos seus *Commentarii*, baseiam-se na informação dos técnicos de terreno que recolhiam as medições - as *memórias* ou *commentarius* dos *mensores*⁵⁸⁰ - e permitiriam a Ptolomeu cumprir o objectivo de obter dados técnicos precisos para prosseguir as etapas que levassem a uma representação gráfica da *oikoumene*; v) a para desta intenção, a obra apresenta, na sua arquitectura, uma "estrutura binária"⁵⁸¹ assente no facto do liv. I ser dedicado à totalidade do espaço habitado e dos restantes (II-VII) ao desenvolvimento e

⁵⁷⁷ Considerações expendidas em torno de Marcotte (*op. cit.*).

⁵⁷⁸ *Ptol. Geog.*, Liv. I. 1: "La Géographie est la description incitative et représentative de toute la partie connue de la terre, avec ce qui généralement lui appartient. Elle diffère de la Chorographie, en ce que celle-ci considérant les lieux séparément les uns des autres, les expose chacun en particulier, avec l'indication de leurs havres, de leurs villages et des plus petites habitations, des dérivations et des détours des premiers fleuves, des peuples et de semblables détails. L'objet propre de la Géographie est uniquement de montrer la terre dans toute l'étendue qu'on lui connoît, comme elle se comporte tant par sa nature, que par sa position. Elle n'admet que des descriptions générales, telles que celles des golfes, des grandes villes, des nations, des fleuves remarquables, et de tout ce qui mérite le plus d'être rapporté en tout genre".

⁵⁷⁹ Confirma-se na titulação dos 24 capítulos do I volume, dedicado a considerações geodésicas sobre a *oikoumene*: *Ptol. Geog.*, Liv. I. 1 En quoi la Géographie, ou description de la terre, diffère de la Chorographie (ou description par ticulière des lieux). 2 Connoissances préliminaires qu'il faut supposer pour l'étude de la Géographie. 3 Comment par le nombre donné des Stades d'une distance quelconque, en ligne droite, quoique non sous le même méridien, on parvient à connoître le nombre des Stades de la circonférence de la terre, et réciproquement. 4 Les Observations des phénomènes célestes doivent être posées, pour bien décrire la surface terrestre, avant les Relations des voyageurs. 5 Celles de ces Relations qui sont les plus récentes, sont les meilleures, à cause des changemens qui arrivent à la surface de la terre, par succession de temps. 6 De la Description de la terre par Marin de Tyr. 7 Étendue de la partie connue de la terre en latitude, selon Marin, corrigée d'après les observations des phénomènes célestes. 8 Même correction par la mesure des espaces parcourus sur terre. 9 Même correction par les espaces parcourus sur mer. 10 Les Ethiopiens ne doivent pas être supposés plus méridionaux que le parallèle austral qui passe par Méroë. 11 Erreurs du calcul de Marin sur la grandeur de la partie habitée de la terre, en longitude. 12 Correction de la longueur de la partie connue de la terre, d'après les relations des voyageurs. 13 Même correction d'après les diverses courses. 14 De la traversée depuis la Chersonnèse d'or jusqu'à Cattigara. 15 Erreurs de Marin dans l'exposition des particularités locales. 16 Il ignoroit entre autres choses, quelles étoient les limites des contrées. 17 En quoi il est contraire à ce qui est rapporté par ceux de notre temps. 18 Difficulté de faire servir les descriptions de Marin à la représentation de la terre. 19 Combien notre méthode est plus commode pour cette représentation graphique. 20 Défaut de symétrie de la Carte géographique de Marin. 21 Ce qu'il faut observer dans la représentation de la terre sur un plan. 22 Comment il faut décrire la terre sur un globe. 23 Exposition des méridiens et des parallèles tracés dans cette représentation. 24 Méthode pour projeter proportionnellement à une surface sphérique, sur un plan, la partie habitée de la terre."

⁵⁸⁰ Nicolet (1988, 112) *apud* Marcotte (2007, 162-163).

⁵⁸¹ Marcotte (2007, 163): "Mais là s'arrête le parallèle entre les deux entreprises. Chez Ptolémée, en effet, les instructions sont de deux types, conformément à la double intention qui gouverne son ouvrage; elles visent à dresser une carte du monde et à définir les modalités d'un découpage chorographique, consacré par un ensemble de cartes régionales individualisées".

ao detalhe de uma geografia regional - é precisamente nesta última, mas substancial, parte do seu trabalho que se verificam aspectos que entroncam na linha de análise que temos vindo a prosseguir; vi) nesse sentido, a expressão da geografia regional ptolomaica e do seu contributo para a configuração do tema em análise está associada a questões de ordem formal (arquitectura do discurso, ordem narrativa, apartados descritivos) e de conteúdo (léxico temático, listas de dados); vii) a *Geographiké hyphégesis* nesta secção reporta a uma espécie de manual de cartografia assente numa listagem descritiva de lugares com aplicação de nomenclatura técnica - organizados em *periorismoí* (regiões), *perigraphaí* (circunscrições, traços de contorno, *lit.*⁵⁸²), *eparcheíai* (províncias) - que somam oitenta e quatro regiões, trinta e duas na Europa, oito na Líbia e quarenta e quatro na Ásia; viii) a ordem narrativa geral começa na zona ocidental da Europa (Britania) seguindo-se a Hispania e avançando para a Gália, Europa Central, Itália, Grécia passando depois para toda a envolvente do Mediterrâneo (incluindo a zona oriental até ao actual Irão e terminando no Egipto); ix) na *Hispania* (II.4.1) a ordem narrativa norteia-se pela divisão provincial, começando na *Baetica* (II.4.1-II.4.12), segue para a *Lusitania* (II.5.1-II.5.7) e termina na *Tarraconense* (II.6.1-II.6.73)⁵⁸³; x) por sua vez, os apartados descritivos também seguem uma ordem narrativa⁵⁸⁴: primeiro fixam-se os limites⁵⁸⁵, seguem-se os portos, cidades e acidentes geográficos costeiros⁵⁸⁶, os acidentes geográficos e as cidades

⁵⁸² Marcotte (2007, 165).

⁵⁸³ Consideradas as informações para cada província verificamos, por ordem decrescente, um melhor conhecimento e descrição topográfica da Tarraconense, da Bética e por fim da Lusitânia. Esta situação é coerente com a que deparámos em Plínio-o-Velho e tendo em conta a falta de experiência pessoal de Ptolomeu no território peninsular justifica a dificuldades em obter informação mais precisa que construa uma representação e imagem fidedigna do território mais ocidental da Península.

⁵⁸⁴ Marcotte (2007, 166) realça este aspecto para para todas as regiões descritas na obra de Ptolomeu. Para uma análise mais completa das listagens deste autor no que toca à Hispânia v. Alonso Garcia (2003, 85-128; e especialmente 2007, 177-188) e Cardim Ribeiro (2013, 343-379) para o *corpus* toponímico. Para uma síntese da configuração da Lusitânia com base nos dados de Ptolomeu, v. Bianchetti, 2008, 50-51.

⁵⁸⁵ Para a Lusitânia, *Ptol. Geog.*, Liv. II. 5.1: "The southern side of Lusitania is the common boundary with the northern side of Baetica. The northern side links to Tarraconensis along the western part of the Dourius river; The mouth of the river, which flows into the Outer Sea, is at 5°20'. 41°50'; The part of the river where Lusitania begins is at 9°10'. 41°20'; The sources of the river 11°40'. 41°40'; The eastern side also links to Tarraconensis, and joins the above-mentioned end points on the Anas river and the Dourius river."

⁵⁸⁶ Para a Lusitânia, *Ptol. Geog.*, Liv. II. 5.2-5.3: "The western side along the Western Ocean is as follows: After the mouth of the Ana river, the cities of the Turdetani: Balsa 3°40'. 37°45'; Ossonoba 3°00'. 37°50'; Sacred Promontory 2°30'. 38°15'; Callipodos river mouth 5°00'. 39°00'; Salaceia 5°05'. 39°25'; Caitobrix 4°50'. 39°30'; § 5.3 Of the Lusitani: Barbarium Promontory 4°45'. 39°45'; Olisipum 5°10'. 40°15'; Tagus river mouth 5°30'. 40°10'; Point at which it crosses over to Tarraconensis 10°00'. 40°10'; Sources of the river 11°40'. 40°45'; Mountain of the Moon summit 5°00'. 40°40'; Monda river mouth; 5°10'. 40°50'; Vacus river mouth 5°10'. 41°20'; Dourius river mouth 5°20'. 41°50'.

do interior⁵⁸⁷, por último as ilhas que fecham cada secção⁵⁸⁸; xi) consoante as regiões, a nomenclatura reveste-se de uma importância variável consoante a zona descrita, o tamanho do país considerado, o seu grau de romanização ou a antiguidade e transdiscursividade da tradição geográfica a que se reporta - o caso grego e suas ilhas, a Hispânia e Itália são precisamente as zonas que oferecem as nomenclaturas mais ricas⁵⁸⁹; xii) acrescem os detalhes, para cada local, das coordenadas geográficas, fornecida em graus, figurando primeiro as longitudes seguida das latitudes⁵⁹⁰; xiii) esta precisão traduz-se, para o caso hispânico e particularmente lusitano, nas seguintes características do léxico temático das listas de dados fornecidos; xiv) a Hispânia, dividida nas três regiões citadas, surge ordenada por referência à nomenclatura administrativa - *provincia* - claro sinal da sedimentação de uma geografia plenamente romana, ao assumir a principal realidade administrativa imperial como instrumento privilegiado de articulação dos espaços geográficos⁵⁹¹; xv) mas se a subdivisão é político-administrativa, o léxico temático é completado com a ordenação da lista de dados por referência à habitual

⁵⁸⁷ Para a Lusitânia, *Ptol. Geog.*, Liv. II. 5.4-5.7, inicia uma listagem de dados cuja nomenclatura se reporta a uma primeira adjudicação de carácter étnico (três grupos) e depois as cidades associadas a cada grupo: apresenta os Turdetanos (5.4) ocupando a área em torno do Promontório Sagrado com as seguintes cidades, complementando as já referidas em 5.2: "Pax Julia 5°20'. 39°00'; Julia Myrtilis 5°15'. 38°45' "; aos Célticos (5.5), mais para o interior, associa uma lista de 9 menções; aos *Lusitani* (5.6) uma longa lista de menções localizadas no interior (30 referências); ao Vetões (5.7), para Este, agregam-se 11 referências, no interior.

⁵⁸⁸ Para a Lusitânia, *Ptol. Geog.*, Liv. II. 5.7: "An island lying off Lusitania, Londobris 3°00'. 41°00' ".

⁵⁸⁹ Marcotte (2007, 166). Beltrán Lloris (2012, 482) constata: "Desde esta perspectiva, las agrupaciones de ciudades por etnias, frecuentes en la geografía antigua, podrían serle de una cierta utilidad no sólo para estructurar las tablas de ciudades, sino también para poner en relación a éstas entre sí".

⁵⁹⁰ As longitudes são calculadas a partir das Ilhas Afortunadas que se calcula corresponderem ou ao arquipélago dos Açores ou de Cabo Verde, num grande círculo de 60° 30' a Oeste de Alexandria, constituindo assim o meridiano de origem - descrito em *Geog.*, 1.12,10 et 1.4,7; 7.5,13; 8.15,10 et 27,13; as latitudes apresentadas em graus de valor constante aos quais Ptolomeu afecta um princípio equivalente a 500 estádios de 186m, ou seja, 40 milhas romanas por grau, v. *Idem, ibidem*. Essa preocupação já havia sido revelada no Livro I, Cap. II, *Ptol. Geog.* "Tel est en général le précis de ce qui constitue la différence entre un Géographe, et un Chorographe. Maintenant, comme nous nous proposons de décrire avec le plus d'exactitude que nous pourrons la partie habitée de la terre, nous croyons nécessaire de dire avant tout, que la condition préliminaire et fondamentale de cette science, est une histoire des voyages, qui donne la plus grande connoissance possible de la terre, d'a près des relations de gens déjà instruits par l'étude qu'ils en auront faite, et qui ensuite auront parcouru les divers pays qu'ils décrivent. Une autre condition aussi essentielle, c'est que de tous ces mémoires, les uns contiennent des mesures géométriques, et le et les autres des observations astronomiques."; e na consistente afirmação sobre a origem da sua informação quando no Liv. I, Cap. IV acentua: "Les résultats des observations célestes sont préférables aux relations des voyageurs".

⁵⁹¹ A mesma projecção do espaço também já havia sido consignada por Plínio apesar de, neste autor, os recortes administrativos e o estatuto das cidades assumirem um papel primordial ao ponto de se converterem na fonte principal sobre essa matéria para a historiografia e geografia posteriores. v. Beltrán Lloris (2012, 483-487, 488-498) que faz uma apurada comparação entre Plínio e Ptolomeu no que toca à designação e localização dos étnicos em ambas as fontes. Procede ainda à comparação destes dois autores com Estrabão (*ibidem*, 488). Mais interessante, provando o que dissemos sobre a transdiscursividade entre Plínio e Ptolomeu no que respeita à Lusitânia, é a constatação de que, neste caso particular, ao contrário de outras zonas da Hispânia, existe uma coincidência entre o panorama étnico dos dois autores (*ibidem*, 485).

identificação étnica e geográfica (latitudes/longitudes) - ou seja, resultante da consideração ptolomaica sobre a representação deste território e, certamente, da transdiscursividade que a cauciona, apresenta uma inclinação para conciliar, nos limites das possibilidades do seu conhecimento, os dados rigorosos das medições astronómicas com a matriz tradicional, que temos observado ser uma constante no transcurso analisado, de ordenamento, representação e identificação espaço-territorial de base étnica; xvi) associado ao papel vertebrador da identidade étnica, Ptolomeu divide o espaço peninsular entre litoral e interior, sendo que naquele caso, o quadro humano mistura-se com outros dados (portos, cabos, *oppida*, foz dos rios), seguindo o esquema de um périplo, permitindo, ao seguir a enumeração e a ordem do relato, realizar a sua ubicação. Podemos, pois, concluir que Ptolomeu apresenta um critério topográfico e de vizinhança na sua listagem, se bem que recorrendo a coordenadas de localização absoluta e subordinada a um ordenamento étnico⁵⁹². Sendo assim, embora denotando uma herança transdiscursiva substancial, proporciona uma nova perspectiva sujeita a uma incisiva representação e configuração técnica do espaço e dos territórios.

Os últimos quatro testemunhos que compõem o nosso *corpus* são, em nossa opinião, neste transcurso de representação discursiva da Lusitânia/lusitanos, uma ostensiva marca do que seguirá, acentuando o carácter memorial e, por vezes, efabulado que subjaz à transdiscursividade posterior. Senão vejamos.

Observando Apiano de Alexandria, destacaremos, apenas, algumas breves notas, dado que a sua leitura e representação da Lusitânia/lusitanos mereceu já a atenção de Luciano Pérez Vilatela⁵⁹³. Possuímos poucos dados sobre este autor do século II⁵⁹⁴ mas

⁵⁹² Pilar Ciprés (2016, 103) já havia notado no caso da Tarraconense, que detectamos ser coincidente com a ordem narrativa da Lusitânia: "De este modo la provincia aparece subdividida en *ethne*, que tienen una plasmación sobre el territorio. Su ubicación se hace a partir de referencias espaciales como «más allá de», «más al saliente», «más al poniente», «debajo de», etc. Así, tras partir inicialmente de un referente geográfico bien conocido como el *Promontorio Nerio*, Ptolomeo procede a encadenar los distintos pueblos de la Tarraconense en una sucesión que facilita su localización relativa en el mapa."

⁵⁹³ 2000a, 50-57, a quem se deve parte das ideias aqui expendidas.

⁵⁹⁴ Sánchez Sanz (2013, 2) resume alguns dos aspectos mais notáveis da sua vida: "Acerca de su vida poco se sabe, ya que, aunque hace mención, en los textos que nos han llegado, a la existencia de una biografía sobre ella, esta no nos ha llegado, por lo que su figura nos es muy poco conocida. Sin embargo, sabemos que pudo nacer alrededor del año 95 d.C., en Alejandría (por lo que muy probablemente tuvo acceso a textos y fuentes muy anteriores a su época, cuyas obras quizá se encontraban en la famosa biblioteca de Alejandría, que debieron serle muy útiles a la hora de realizar su obra), lugar en el que parece ser que alcanzó una posición elevada, ya que desempeñó altos cargos administrativos durante el reinado de Antonino Pío, a mediados del II d.C., por lo que también pudo tener acceso a documentación imperial. Más

registamos o facto de ter tido uma notória vida pública, nomeadamente como *procurator Augusti* ou *Augustorum* talvez durante o governo conjunto de Marco Aurélio (imperou entre 161-180 d.C.) e Lúcio Vero (161-169 d.C.)⁵⁹⁵. Interessa-nos, pois destacar o acesso a fontes e documentação privilegiada, decerto condição, em contexto próprio, para a iniciativa de escrever, na linha de outros autores antes analisados, uma *História de Roma*, em 24 volumes, redigida em grego, numa fiel tradição helénica sobre o período que considera⁵⁹⁶. É, pois, com particular atenção que se relata o início e a vitória hegemónica de Roma⁵⁹⁷ mas, quanto a nós, com duas expressivas vertentes que revelam o espírito da sua narrativa: i) destaca-se o interesse memorial e historiográfico que o faz recuar ao relato de uma época e de uma geografia situadas a uma considerável distância do seu tempo; ii) demonstra ter uma clara intenção de integrar a história romana num quadro de articulação com o mosaico étnico que compõe e protagoniza o processo diacrónico da sua formação⁵⁹⁸. A estas duas dimensões associamos o facto de apresentar um discurso de pura narração histórica, sem procurar definir aprofundadamente causas e consequências mas averiguando os contextos, fazendo sobressair os principais protagonistas, alojando uma admiração pela grandeza do Império romano mas assumindo também a desconstrução de uma imagem da sua intocabilidade⁵⁹⁹. É, pois, com Apiano, que retornamos ao relato das Guerras Púnicas e à luta entre Roma e Cartago mas também a um singular discorrer sobre as guerras celtibéricas e lusitanas⁶⁰⁰. Mas a sua maior novidade consiste em apresentar a história de Roma articulada segundo as suas províncias e, no respeito pela herança helénica e num postura anti-anacrónica, aponta sempre para a designação do conjunto tal como à época do relatado designava o espaço (*Iberiké* e não

tarde se trasladó a Roma, donde actuó como abogado en la corte imperial y, finalmente, como procurador del emperador gracias a su influencia".

⁵⁹⁵ González-Conde (2018).

⁵⁹⁶ A redacção da obra andarà em torno de 160 d.C., (*idem, ibidem*). v. Pérez Vilatela, (2000a, 50-51). Chegaram-nos integralmente 11 volumes, entre o quais os livros VI e VII, respectivamente, *Iberia* e *Aníbal*.

⁵⁹⁷ Contemplando desde *Ab Vrbe Condita* até ao ano 35 a.C.

⁵⁹⁸ É nesse sentido que Pérez Vilatela (2000a, 53) salienta que Apiano coincide com uma etnografia antiquada porque busca definir o estado "fossilizado" a que corresponderia a sua configuração antes da presença romana.

⁵⁹⁹ Tal é o caso da sua atenção a Viriato, personagem poderosa, que não cabe aqui ser explorada como já afirmámos, mas onde apesar da sua imparcialidade face a outras figuras da Ibéria e mesmo perante o facto se tratar de um dos grupos étnicos antagonistas, reconhece que se movem por ideais de lealdade e tradição, antepondo a família a outros interesses, e sugerindo que Roma e Cartago estavam dominadas pelo egoísmo pessoal dos seus políticos (ex. os Bárcidas ou Galba), *App, Iber*, 95. v. Pérez Vilatela, (2000a, 57). Viriato é merecedor de uma longa descrição contextual em *App, Iber*, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76.

⁶⁰⁰ A este propósito fixem-se as habituais fontes como Políbio, Rútílio Rufo, Fábio Pictor mas também Salústio, Paulo Clódio, Jerónimo de Cardia, César, Augusto, Caio Asínio Polião, Plutarco, Diodoro, Posidónio, Lívio, Semprónio Aselião. Sobre as fontes de Apiano e a sua influência no discurso histórico e geográfico, v. Pérez Vilatela (op. cit, 50-53), Sánchez Sanz (2013, 2-3).

Hispania) assim como parece parcimonioso em aplicar a terminologia imperial romana posterior, do seu tempo, quando pretende invocar um espaço ou região⁶⁰¹.

Ora é precisamente neste ponto que a invocação da Lusitânia/lusitanos parece ter uma leitura dúbia e discrepante face ao resto do espaço peninsular. Por um lado, apresenta uma Lusitânia de grande escala que consegue recolher todos os acontecimentos dos factos e conflitos relatados⁶⁰². Por outro lado, em harmonia com o longo processo de definição e "invenção" deste território, apresenta algumas remissões que parecem estar de acordo com uma configuração mais afinada com a representação resultante da leitura de um espaço bem definido, de talhe administrativo. Só assim entendemos a própria inquietação de Pérez Vilatela⁶⁰³ ao verificar a existência de uma geografia deste território que considera, segundo o próprio Apiano⁶⁰⁴, necessário distinguir entre grupos lusitanos diferentes em cada margem do Tejo. Os lusitanos surgem, de facto, num vasto território, que inclui quase toda a faixa ocidental da Península, distintos dos vetões⁶⁰⁵, dos cuneos⁶⁰⁶ e dos bastetanos⁶⁰⁷ e incluindo a zona que foi alvo da célebre incursão de D. Junio Bruto⁶⁰⁸, sobejamente referida. Nesta incluíam-se as bacias fluviais que, como vimos,

⁶⁰¹ Por exemplo no relato refere-se a Turdetania ou Beturia e, segundo Pérez Vilatela (*op. cit.*, 54) nunca se recolhe à posterior designação daquele território como província da Bética, revelando um especial cuidado em não cumprir o que era comum em muitas leituras da etnografia e coronímia do período imperial romano que uniformizavam, debaixo de formas latinas, as referências dos autores gregos mais antigos (ex. Hecateu, Heródoto). *App, Iber*, 59, 61, 68. No entanto levantam-se algumas dúvidas sobre este pejo em recorrer à matriz administrativa da sua época a propósito de *App, Iber*, 24 "Sin embargo, cuando se dejó ver Escipión, Magón se retiró a *Baityké* y acampó delante de la ciudad. En este lugar fue derrotado de inmediato, al día siguiente, y Escipión se apoderó de su campamento y de *Baityké*". Colocámos em itálico o termo grego original e que remete, como aliás figura na tradução utilizada para *Baetica*.

⁶⁰² Outras menções das que abaixo assinalamos encontram-se no I Livro das Guerras Civis (*App, Bell. civ.*, 110-111, 112, 114), no contexto do cenário das guerras de Pompeu e Sertório.

⁶⁰³ *Op. cit.*, 54.

⁶⁰⁴ *App, Iber*, 56-57. "Por este tiempo otra tribu de los iberos autónomos, los llamados lusitanos, bajo el liderazgo de Púnico, se dedicaron a devastar los pueblos sometidos a Roma (...) Los lusitanos del otro lado del río Tajo y aquellos que ya estaban en guerra con los romanos, cuyo jefe era Cauceno, se pusieron a devastar el país de los cuneos que estaban sometidos a los romanos y tomaron Conistorgis, una ciudad importante de ellos. Atravesaron el océano junto a las columnas de Hércules y algunos hicieron incursiones por una parte de África y otros sitiaron a la ciudad de Ocilis". Em poucas linhas invoca-se o léxico temático habitual: desde a importância das bacias fluviais para a definição do espaço/território, o valor e a geografia das pessoas que se traduz num quadro humano que articula um conflito, a estratégia de terreno e o determinante que se encontra nos espaços urbanos, a invocação de um dos mais significativos e referenciais acidentes geográficos que modelaram o espaço peninsular (colunas de Hércules), a determinação de um grupo étnico e a sua extensa mobilidade que os leva para fora da Península, enfim a estrutura compósita deste grupo que tinham no Tejo uma das fronteiras de delimitação entre colectivos. Sobre o conceito de bárbaros em Apiano v. Gómez Espelosín (1993).

⁶⁰⁵ *App, Iber*, 58. Vimos em Plínio e Ptolomeu corresponderem à zona interior a Este da Lusitânia.

⁶⁰⁶ *App, Iber*, 57, 58, 68. Especificamente situados no actual Algarve e distintos dos lusitanos mas imediatamente confinantes com estes na sua zona meridional.

⁶⁰⁷ *App, Iber*, 66. V. Pérez Vilatela (2000a, 54).

⁶⁰⁸ Aliás, expedição que recolhe noutra passagem do texto (*App, Iber*, 72) onde se refere um outro étnico específico: "Después de atravesar el río Duero, llevó la guerra a muchos lugares reclamando gran cantidad de rehenes a quienes se le entregaban, hasta que llegó al río Letes, y fue el primer romano que proyectó

configuram a Lusitânia de outros autores e contextos discursivos diversos incluindo, note-se, a expressa menção ao mítico *Lethes* e a extensão do território ao Betis (Guadalquivir)⁶⁰⁹

"Como emulación de los hechos de Viriato, muchas otras bandas de salteadores hacían incursiones por Lusitania y la saqueaban. Sexto Junio Bruto fue enviado contra éstos, pero perdió la esperanza de poder perseguirlos a través de un extenso país al que circundaban ríos navegables como el Tajo, Letes, Duero y Betis". (*App, Iber*, 71).

Ora esta configuração territorial da Lusitânia resultante de uma representação de ampla escala aparece comprometida, como se observa, por uma diferenciação étnica mas também política, pois esta configuração apela já à ideia de que a diferença face aos cuneos e bastetanos envolve uma diacronia de poder e domínio uma vez que estes foram integrados primeiro no império romano do que a Lusitânia e os lusitanos⁶¹⁰.

Mas a história de Roma também se fez de autores que têm sido menos considerados como *Lucius Annaeus Florus*⁶¹¹, historiador latino, autor da *Epitomae de Tito Livio Bellorum Omnium Annorum DCC Libri II*, na qual, em dois volumes, sintetiza sete séculos da história romana, desde a sua fundação até à época de Augusto. Certamente que a sua secundarização no transcurso historiográfico clássico se deve ao facto de ser sobretudo considerado um epitomador, numa linha tradicional, assim como Lívio, por continuar o registo histórico dos *Annales Maximi* para além de Tácito⁶¹² mas também pela sua leitura ostensivamente parcial, claramente elogiosa do poder romano, e pejada de um

cruzar este rio. Lo cruzó, en efecto, y llegó hasta otro río llamado Nimis e hizo una expedición contra los brácaros, que le habían arrebatado las provisiones que llevaba".

⁶⁰⁹ A referência a este rio tem sido polémica entre autores. Sobre o assunto v. Pérez Vilatela (2000a, 55), e ainda a associação, nesta linha de representação territorial, com Estrabão (III, 1, 6, 7, 9).

⁶¹⁰ Pérez Vilatela (*ibidem*).

⁶¹¹ Terá nascido em África (c. 70-75 d.C.) e passou por Tarragona e Roma onde terá morrido por volta do ano de 145. Posadas Sánchez, (2018) salienta: "Estudió en la capital del África romana, Cartago, donde aprendió griego. Posteriormente, durante la década del 90 del primer siglo de la era cristiana, se trasladó a Roma, ciudad que abandonó, al parecer, desilusionado por haberle negado el emperador Domiciano la corona tras participar en los Ludi Capitolini del año 94, debido a su origen provincial. Tras recorrer el Mediterráneo, desde Grecia hasta Egipto, y tras cruzar los Pirineos por tierra, llegó a Tarragona, "feliz ciudad", donde se instaló como profesor o retor. Allí vivió cinco años, seguramente a finales del principado de Trajano. Aunque al principio su profesión no le gustaba, después empezó a considerarla mejor, e incluso a alabarla. Hay en la obra de Floro tantas alabanzas a Hispania que, por eso, se le consideró en otra época persona nacida en esa provincia. Durante los años 122-123, Floro se encontraba ya de vuelta en Roma, donde seguramente abriría una escuela de retórica. Ahí se produjo el célebre duelo poético con Adriano".

⁶¹² Marques (2008, 148).

estilo cheio de artifícios retóricos⁶¹³. Para além das referências que, pontualmente, fomos fazendo a este autor⁶¹⁴, em particular em Tito Lívio e em Plutarco destacamos apenas dois passos da *Epitomae* (...) que revela o carácter antológico da sua transdiscursividade. Assim no Liv. I, XXXIII, intitulado *Res in Hispania gestae*, refere a Lusitânia na habitual menção à campanha de D. Junio Bruto, afirmando que este conquistou um grande território que incluía lusitanos e celtas e todos povos da *Callaecia* e do "*flumen Oblivionis*"⁶¹⁵ para, logo de seguida, referindo-se a Viriato, caracterizá-lo de forma extraordinária, pois a sua elevação decerto tornaria sublime a vitória romana

"The Lusitanians were stirred to revolt by Viriatus a man of extreme cunning, who from being a hunter became a brigand, and from a brigand suddenly became a leader and general, and, if fortune had favoured him, would have become the Romulus of Spain"⁶¹⁶.

Quase metaforizando e justificando a sua própria condição de epitomador, *Florus* compara a história de Roma com as idades do desenvolvimento humano, desde a infância, período da Monarquia, passando pela adolescência, os primeiros duzentos e cinquenta anos da República, a juventude, os últimos duzentos e cinquenta anos da República, chegando à maturidade iniciada com Augusto até à época de Trajano, que elogia

"From the time of Caesar Augustus down to our own age there has been a period of not much less than two hundred years, during which, owing to the inactivity of the emperors, the Roman people, as it were, grew old and lost its potency, save that under the rule of Trajan it again stirred its arms and, contrary to general expectation, again renewed its vigour with youth as it were restored." (*Flor.*, Prol., I, 8).

⁶¹³ Moreno Ferrero, I. (1998, 146). Como fontes da sua obra, para além de Tito Lívio, comparecem César, Salústio e Séneca-o-Velho.

⁶¹⁴ Sabemos que a Hispania tem em Floro uma atenção maior pela sua condição pessoal. Para uma análise deste assunto, v. Hinojo Andrés e Moreno Ferrero (2000, 61-68).

⁶¹⁵ Tal como em Estrabão, *Str.*, III e Tito Lívio, *Liv.*, LV, 10.

⁶¹⁶ Passagem coincidente com as *Periochae* de Lívio (*Liv. Per.*, LII, 8), o que permite tornar mais provável a autoria desta obra por Floro, como supõe Villar Vidal na sua "Introdução" (*Liv. Per.*, 9-10). Aqui Floro acrescenta a comparação a Rómulo, numa excelsa comparação que coloca no mesmo patamar memorial e fundacional o precursor da *Vrbs* e a personagem de Viriato. Floro ainda menciona os lusitanos a propósito da Primeira Guerra Púnica e a figura de *Servius Galba*, num excerto do historiador Pomponio Aticus (*liv. XXV*, I, I-3).

Numa linha de recuperação da memória imperial surge, também, Dion Cássio, historiador⁶¹⁷ que escreve uma história de Roma em 80 volumes, redigida em grego, que pese embora o longo transcurso analisado⁶¹⁸ apresenta liminares referências à Lusitânia, numa imagem estabilizada com repercussões na visão tradicional moderna do território. Duas linhas são reforçadas neste texto: por um lado, a imagem de Viriato, ao qual dedica alguns trechos do Liv. XXII⁶¹⁹, que no seu tempo surge em ascensão meteórica e devidamente enquadrado pelas matrizes de entendimento da cultura romana⁶²⁰; por outro lado, vincula uma representação da Lusitânia que aparentemente se configura como um território definido e delimitado, não obstante o facto do relato se situar cronologicamente no período do final da república e no contexto das guerras civis, quando a sua conformação estava longe de estar consumada. O caso mais evidente foi notado por Amílcar Guerra⁶²¹, a propósito do trecho XXII, 52, 1, quando, a propósito das circunstâncias que levam César, na sua qualidade de *propretor* da Ulterior, a empreender uma campanha para debelar o bandoleirismo dos povos da montanha, Dion Cássio informa que "while these things were happening in the city, Caesar had obtained the government of Lusitania after his praetorship" - ou seja, salientando um território destacado, que pode ser entendido de duas formas não inconciliáveis: ou anacronicamente, faz coincidir a designação com a delimitação autónoma administrativa que, ao tempo da redacção estava sobejamente estabelecida há mais de dois séculos ou, por metonímia valorizadora toma a parte pelo todo, revelando uma Lusitânia que corporiza a identidade da totalidade da província Ulterior. Ora, para um possível entendimento da leitura do autor devemos considerar a menção em LIII, 12, 1⁶²², que, a propósito da atribuição de espaço de jurisdição ao Senado e a César, sugere uma

⁶¹⁷ Segundo Miller (1964, 13), viveu de c. 163/4 a C. 229. Terá desempenhado cargo de funcionário imperial romano e por isso teve acesso a informação privilegiada.

⁶¹⁸ Obra de grande fôlego que cobre um período de 983 anos, desde a fundação de Roma (753 a.C.), até 229 d.C. de Alexandre Severo. Talvez a condição em que nos chegaram explique esta situação. Dos primeiros XXXVII livros apenas restam fragmentos; os livros posteriores, até ao LIV e do LVI ao LX, encontram-se quase todos completos e dos restantes apenas possuímos fragmentos.

⁶¹⁹ *Dion*, 22, 73, 1-4; 78, 2; 75, 1.

⁶²⁰ De obscura origem a ladrão e, depois como chefe dos lusitanos, foi "general": "Viriathus was a Lusitanian, of very obscure origin, as some think, who gained great renown through his deeds, since from a shepherd he became a robber and later on also a general" *Dion* XXII, 73, 1. Segue-se a habitual descrição da sua contrição alimentar, elevada preparação física, imune às temperaturas, entre outras capacidades e lembrando o transcurso de Posidonio, Diodoro e Tito Lívio que atrás analisámos.

⁶²¹ Guerra (2010, 91).

⁶²² "Africa, Numidia, Asia, Greece with Epirus, the Dalmatian and Macedonian districts, Sicily, a Crete and the Cyrenaic portion of Libya, Bithynia with Pontus which adjoined it, Sardinia and Baetica were held to belong to the people and the senate; while to Caesar belonged the remainder of Spain, — that is, the district of Tarraco and Lusitania, — and all the Gauls, — that is, Gallia Narbonensis, Gallia Lugdunensis, Aquitania, and Belgica, both the natives themselves and the aliens among them".

identificação plena entre a Lusitânia e uma das duas partes em que se divide o território peninsular⁶²³.

Por fim, anunciando um discurso memorial sincrético, onde o efabulado e o mítico se conjugam com dados recompilados de fontes antigas, sinal da transição para a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média e que se poderão verificar em autores que já não constam da nossa análise, como Idácio de Chaves, Eusébio de Cesareia, Paulo Orósio, Santo Agostinho ou Isidoro de Sevilha, encontramos Solino. Autor de *De mirabilibus mundi* que circulava com o subtítulo de *Collectanea rerum memorabilium e de Polyhistor*. Sobre a sua vida temos poucas informações, as conjecturas de ser da Gália⁶²⁴ não se parecem confirmar e a sua obra não salienta nenhuma província em particular como acontecia com outros autores (ex. Plínio): a sua atenção vai para Roma, cidade que também não parece conhecer muito bem, tal como Itália, pelas referências pouco precisas. A sua obra terá sido escrita entre os séculos III e IV⁶²⁵, e constitui uma corografia comparada, procedendo à descrição dos lugares e dos povos, em registo etnográfico, coadjuvada por numerosos dados sobre fenómenos curiosos e extraordinários dos reinos vegetal, mineral e animal e adornada com prodígios que fizeram a história do orbe antigo⁶²⁶. a sua arquitectura de discurso discorre na natureza geográfica⁶²⁷ e assenta, em

⁶²³ Acresce, ainda, a menção em *Dion*, LIII, 26, 1, que lhe permite utilizar a mesma nomenclatura para uma representação necessariamente coincidente com a matriz provincial administrativa, quando, noutro contexto, fala da fundação de *Augusta Emerita* por Augusto: "Upon the conclusion of this war Augustus discharged the more aged of his soldiers and allowed them to found a city in Lusitania, called Augusta Emerita".

⁶²⁴ Mócsy, «Zu einigen», pág. 385, *apud* Fernandez Nieto (2001, 12).

⁶²⁵ Segundo Fernandez Nieto (2001, 19) "abría publicado su obra antes de Amiano Marcelino, porque parece probable que Amiano leyó directamente la Colección soliniana y que ambos autores no dependen de una fuente común. En cualquier caso, el término ante quem quedaría establecido en torno al 400 d. C., puesto que Solino pudo contarse entre los modelos de Servio y, sin ningún género de dudas, fue conocido por Agustín y aprovechado en el texto de la Ciudad de Dios (obra compuesta entre los años 413-426). Sabemos también que la primera familia de códices solinianos descende de un ejemplar del siglo v, copiado por intervención personal de Teodosio II (408-450)".

⁶²⁶ Neste ponto em particular parece reproduzir o tipo de informações que contavam, como vimos, dos *Annales Maximi* romanos.

⁶²⁷ A organização é apresentada na Introdução da fonte (2001, 30) "principian en la península itálica (2, 1-54) y las islas anejas, Córcega, Cerdeña y Sicilia (3, 1-6, 3). Fiel al esquema divulgado por Plinio, Solino procede a recorrer el mundo en forma de periégesis o periplo: Grecia y el Mediterráneo oriental, el Helesponto y todas las márgenes del Mar Negro (7, 1-19, 1), el océano septentrional y el Mar Caspio, Escitia, Germania y el norte de Europa, Gália, Britania e Hispania (19,2-23, 12). Y en este punto no deja pasar la oportunidad de describir el estrecho de Cádiz y de evocar la doctrina sobre las propiedades del Mediterráneo y el fenómeno de las mareas (23, 13-22). Reemprende el camino ya desde África, que examina en dirección a oriente partiendo de Mauritania y cruzando Numidia, África Proconsular y Cirenaica, hasta llegar a Egipto y Etiopía (24, 1-32, 44). El tramo final está dedicado a las regiones del Asia: Arabia y Siria (33, 1-36, 3), Mesopotamia, Armenia, Persia y Asia Menor (37, 1-45, 18), Asiria, Media, el Mar Caspio, Asia central, India, Ceilán, Partia y Babilonia (46, 1-56, 3). El libro se cierra mediante un simple esbozo de la ruta

boa parte, no transcurso liviano⁶²⁸. Por essas razões, tendo em conta a autêntica sùmula de conhecimentos que o autor apresenta, vejamos, na íntegra, a sua *laus* retórica no que à *Hispania* e *Lusitania* diz respeito

"De vuelta al continente nos reclaman los asuntos de Hispania. Es una extensión, de tierra digna de comparación con las mejores, y no cede su rango ante ninguna otra ni por sus frutos ni por la fertilidad del suelo, ya se quiera mirar a la cosecha de sus viñas, ya a la producción de los árboles. Tiene en abundancia cualquier, clase de madera, toda aquella que es codiciada por su valor o necesaria por sus aplicaciones. Puedes exigirle plata u oro, y lo tiene; jamás extingue sus minas de hierro; no se muestra inferior en sus viñedos, supera a todas en el olivo. Está dividida en tres provincias y pasó a nuestro poder con la segunda guerra púnica. Nada hay en este país que sea improductivo, nada que sea infecundo. La tierra que niega cualquier cosecha es rica en pastos: incluso las regiones de naturaleza árida, de su esterilidad suministran la materia de los cabos a la gente del mar. Allí no desecan la sal, sino que la extraen cavando el suelo. Limpian en el cinabrio el polvo de oro Tiñen los vellones de modo que embeben el tinte del coscojo hasta alcanzar un color rojo puro. En Lusitania existe un cabo llamado por unos Ártabro, por otros Olisiponense. Este punto separa el cielo, la tierra y los mares. En la tierra, aquí termina un flanco de Hispania. El cielo y los mares los divide de la siguiente forma: a la vuelta del promontorio comienzan el Océano Gálico y la fachada septentrional, dado que terminan el Océano Atlántico y el occidente. Allí se alza la ciudad de Olisipón, fundada por Ulises; allí se encuentra el río Tajo. Se considera al Tajo superior al resto de los ríos por sus arenas auríferas. En las cercanías de Olisipón retozan yeguas de sorprendente fecundidad, pues conciben al aspirar el viento favonio, y cuando están ávidas de machos, se emparejan con el

etíópica, cruzando el océano sur, hacia el Atlántico, en donde ilustra la tradición sobre las islas Górgades, las Hespérides y las Afortunadas (56, 4-19)".

⁶²⁸ Mommsen (1895 *apud* Fernandez Nieto, 2001, 33-34) terá quantificado estas menções e detectou que 3/4 da obra procedem de Tito Lívio, para além de Pompónio Mela, Suetónio e outros como Lucrécio, Cícero, Cornélio Nepote, Valério Máximo, Tácito e Veleio Patérculo. No entanto, Fernandez Nieto (*op. cit.*, 54-56) salienta que "casi nunca toma grandes apartados de Plinio o de Mela y suele limitarse a reproducir breves frases o series de palabras; a menudo las complementa con nuevos datos adquiridos en el mismo autor, pero en diferente libro, o leídos en otra parte; raramente adjunta sus deducciones u opiniones. Pero presenta también un balance positivo, que no parece lícito soslayar. Parte de sus virtudes emergen del mismo fondo material de la Collectanea: proporciona numerosas etimologías, bastante atinadas, que testimonian la preocupación por reforzar sus explicaciones con las raíces de los nombres; introduce pinceladas de ironía y declaraciones de escepticismo frente a algunas observaciones de Plinio o de otra procedencia, cuando no corrige abiertamente los datos; consigue aportaciones personales, la más feliz de las cuales le ha valido a Solino pasar a la posteridad como el creador de la expresión "mar Mediterráneo" (*Sol.* 18, 1); sabe adoptar, por último, razonamientos lógicos y morales". V. *Sol.* 1, 1, 5; 13, 1; 23, 12; 25, 16; 27, 33; 35, 9-11.

soplo de sus brisas. El río Íbero dio nombre a toda Hispania, el Betis a la provincia: uno y otro son célebres. Los cartagineses fundaron, en la región de los iberos, Cartago, que más tarde fue convertida en colonia y, los Escipiones Tarragona: por esa razón es capital de la provincia tarraconense (*Sol.* 23, 1-8).

E destaca, ainda,

Sobre la ceraunia roja: El litoral lusitano contiene en gran abundancia la piedra ceraunia, y se considera superior incluso a las de la India: el color de esta ceraunia es como el del piropo. Su calidad se ensaya mediante el fuego: si lo soporta sin menoscabo, se cree que ayuda a repeler las descargas de los rayos. Las islas Casitérides miran hacia el costado de Celtiberia; abundan en estaño. Y las tres islas Afortunadas, cuyo solo nombre fue ya digno de quedar señalado Ibiza, que dista setecientos estadios de Dianio no cría serpientes: como que la tierra de esta isla ahuyenta a las serpientes. Colubraria, que se halla frente a Sucrón, está llena de culebras. El reino de Bóccoris fueron las Baleares, en otro tiempo ricas, hasta la destrucción de sus cultivos por obra de los animales llamados conejos. En la extremidad de la Bética, donde se encuentra el último confín del mundo conocido, hay una isla alejada 700 pies del continente, a la que los tirios procedentes del mar Rojo denominaron Eritrea y los púnicos, en su propia lengua, Gádir, es decir, "cercado". Muchísimos testimonios demuestran que en esta isla pasó su vida Gerión, pese a que algunos opinen que Hércules sacó las vacas a la fuerza de otra isla, que mira a Lusitania." (*Sol.* 23, 9-12).

Discurso sincrético que anuncia uma Lusitânia memorial fechada sobre si própria, em harmonia com os espaços humanos do medievo - concreção radicada na tradição e ancorada na fixação de um arquétipo identitário que se dirime, a partir desse momento, numa semantização já não de lateralidade geográfica (centro-periferia; Este-Oeste) mas de elevação e profundidade no jogo ontológico das formações políticas peninsulares.

III

A Lusitânia Memorial. Primórdios da Construção Erudita de uma Representação de Unidade Portuguesa

1 - Confluências (con)textuais: o clássico situado

A partir das alterações protagonizadas por Augusto, a história política da Lusitânia é mal conhecida por falta de fontes documentais e deficiente estudo epigráfico, numismático e arqueológico. No entanto sabe-se que a Lusitânia recebeu especial atenção do imperador Cláudio (41-54 d.C.) a quem se deve a municipalização de *Ammaia* com a atribuição de cidadania a vários indivíduos; por seu lado, a política de desenvolvimento económico e urbanístico teve um grande impulso com os Flávios (séc. I d.C.), continuada, com desenvolvimento viário, no tempo de Trajano (98-117 d.C.) e depois de Adriano (117-138 d.C.)⁶²⁹. Em 212 o designado "Édito de Caracala" concedeu a cidadania romana a todos os habitantes do Império, e provavelmente nesta altura há uma aparente e fugaz criação de uma nova província na zona noroeste da Península, correspondendo à zona da *Callaecia*, que teria recebido a coronímia "*Hispania Nova Citerior Antoniniana*". Posteriormente, uma reorganização sob a égide de Diocleciano (284-288) consagra esta mudança no seio de outras alterações nas províncias hispânicas - foram criadas cinco províncias: Tarraconense, Cartaginense, Bética, Lusitânia e Galécia⁶³⁰. A Lusitânia terá mantido a sua configuração, factor que, decerto, contribuirá para uma linha de continuidade e para sua constituição em valor memorial.

Dois últimos factores tiveram um peso fundamental na criação de uma nova e paulatina integração e interpretação política, social e cultural do território. Em primeiro lugar, em 313 d.C., pelo "Édito de Milão", decreta-se a liberdade de culto e, em segundo lugar, em 380 d.C. pelo "Édito de Tessalónica", sob os auspícios do imperador romano Teodósio I, o cristianismo foi adoptado como religião de Estado. Aparentemente as primeiras e mais numerosas comunidades cristãs situar-se-ão nas cidades mais

⁶²⁹ V. evolução do território integrada na política e conjuntura vivencial romanas, passando pela invasão da Mauritânia, invasões bárbaras (séc. III e V), guerras civis e incorporação de outros povos, Alarcão (2002, 28-30).

⁶³⁰ Fabião (1992, 242-243).

romanizadas, na zona meridional e litoral. As fontes para esta matéria são esparsas até ao fim do século III mas no seguinte já dispomos de informação mais consistente. Neste contexto a Lusitânia também se vê envolvida na perseguição aos mártires na altura de Diocleciano, havendo notícia de igrejas cristãs activas nesta província⁶³¹. Desde as primeiras manifestações até à afirmação da ortodoxia face às heresias do fim do século III até ao século V, a Lusitânia meridional parece manter uma surpreendente estabilidade e continuidade na tradição cristã, não obstante a decadência da imagem e do poder que Roma vai deixando subtrair na Península⁶³². Tal não deixará de ser um aspecto crucial para a sedimentação da representação e da valoração deste território.

Realce-se, ainda, um outro factor que se apresenta, cremos, substancial - já no século V (409 d.C.), durante as invasões de povos “bárbaros”, entre os Suevos, Vândalos, Alanos (fixados na Lusitânia) e Visigodos, verificamos uma situação singular que vem destacar o valor do espaço e da forma de gestão do território hispânico. Era habitual que o estabelecimento de povos deslocados no seio do Império se fizesse através de acordo (*foedus*) com a autoridade romana, tornando-os aliados do imperador⁶³³ e “legitimando” a invasão pela integração consumada no território - no caso vertente, Honório não reconheceu, inicialmente, o estabelecimento dos povos invasores na Hispânia, sinal da importância do território no seio da política imperial, apesar de, na prática, o território já estar perdido.

Ora a história subsequente é a das lutas entre Suevos, Alanos e Visigodos, sendo estes últimos os únicos estabelecidos mediante o *foedus*, privilégio que os catapultava, como veremos em seguida, em certos textos da Analística e das primeiras Crónicas da Alta Idade Média para os descendentes directos dos lusitanos e, consequentemente, dos portugueses, tradição que nem todo o Humanismo acolherá.

Como atrás afirmámos, a Lusitânia começa por se definir, historicamente, como designação regional, determinando a sua futura e primordial forma na memória nacional, com a organização administrativa romana e, depois, numa solução de continuidade com a ocupação sueva e visigótica.

⁶³¹ Mattoso (1992, 284-285). Aliás, Mérida está envolvida nas primeiras lutas em torno da contestação contra práticas não ortodoxas (ex. do bispo Marcial, em 254-255), provando que, mesmo não sendo um dos núcleos urbanos do litoral, tem um papel perfeitamente fundamental na centralidade e irradiação de influência política e religiosa, cabendo-lhe desempenhar o mesmo papel que Braga terá na Galécia - as duas províncias “menos civilizadas” (segundo Mattoso) da Hispânia.

⁶³² Confere os acontecimentos que caucionam esta leitura, *idem*, 287-293.

⁶³³ Alarcão (2002, 30); Mattoso (1992, 305-306).

Não cabe aqui a exploração e explicitação sobre a complexa e abundante discussão em torno dos factores que enformam as origens da nacionalidade, nomeadamente o da permanência/alteração de estruturas político-administrativas e da sua evolução, no quadro relacional da geografia física e humana e das características socio-culturais do ocidente peninsular. Aliás porque várias dimensões foram já exploradas e assumiram particular protagonismo em todo o debate. Questões essas que, para o caso vertente, não deixam de constituir um suporte fundamental de inteligibilidade e de enquadramento que ajuda a melhor compreender o significado e o valor do tema em análise. Saliente-se, de forma sucinta, a grande importância de algumas dessas leituras para o presente estudo.

Para o campo da geografia física e humana, no contexto histórico da formação da nacionalidade, contribuindo para melhor compreender o nascimento, formação e desenvolvimento do pensamento relacional que envolve as coordenadas do tempo e do espaço na produção escrita medieval e pré-moderna, são incontornáveis os estudos de Orlando Ribeiro⁶³⁴, complementados pelas incisivas interpretações de José Mattoso⁶³⁵. Estes autores realçaram, ainda, o campo da língua e da sua distribuição dialectal, acompanhando o processo político descrito, conjugando o seu trabalho com os estudos lexicais de Lindley Cintra⁶³⁶. Campo privilegiado para a observação do intenso jogo de consensos mas também de incoerências, fruto do natural evoluir das sociedades que, noutra dimensão, António José Saraiva⁶³⁷ havia salientado, com base, entre outros, na obra de Jorge Dias⁶³⁸, sobre a evolução expressiva e identitária da cultura técnica desde a época pré-romana.

Interessa-nos aqui realçar, por um lado, que fazer coincidir o limite político entre reinos com um limite físico foi sempre, segundo João Carlos Garcia, “um dos objectivos político-militares dos que detinham o poder”⁶³⁹, sendo que ao conhecimento mais detalhado dos territórios a Norte opunha-se o desconhecimento ou deturpação do quadro político-administrativo a sul, sendo as fronteiras naturais o recurso mais utilizado. É o caso do acordo de Pontevedra, entre D. Afonso Henriques e Fernando II de Leão, em 1165, segundo o qual aquele não poderia estender as suas conquistas a sul do Tejo⁶⁴⁰.

⁶³⁴ Particularmente em - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1945, 4ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1986. *A formação de Portugal*, Lisboa, ICALP, 1987. *Introduções Geográficas (...)*, 2ª ed., 2001.

⁶³⁵ *Opera cit.*

⁶³⁶ Entre outros, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1995.

⁶³⁷ *Op. cit.*, 16-19.

⁶³⁸ *Os Arados Portugueses*, Coimbra, 1948, embora já pontualmente ultrapassado.

⁶³⁹ 1986, 110.

⁶⁴⁰ *Idem, ibidem*, 109-110.

Talvez também por isso, a Lusitânia, enquanto memória do espaço e da sua divisão, se reencontre como fórmula discursiva, delimitadora de acção e conquista, nos textos historiográficos que adiante analisaremos. Como afirma Orlando Ribeiro, “é evidente que as divisões da Reconquista não reencontraram, por um acaso pouco explicável, os limites antigos; estes é que não tinham, através dos tempos, perdido o seu valor”⁶⁴¹. Certo é que a relação deste corónimo com o espaço físico e humano revela dúvidas e regista dados difusos, com as bacias fluviais do Douro, Tejo e Guadiana, as vias de comunicação que recortavam a *Hispania* romana e os centros urbanos (nomeadamente as “necessárias” Mérida e Badajoz) a servirem as mais diversas posições e interesses, desde os primeiros textos medievais sobre a memória do reino, até aos dias de hoje, passando pela multiplicidade de referentes assumida pelo Humanismo renascentista, embora aqui, com a unidade política do reino a servir estrategicamente de matriz. Evidencia-se, pois, uma determinante continuidade do léxico temático e de uma determinada ordem narrativa que já vimos proceder do extenso lastro memorial discursivo do período anterior.

Mérida, antiga capital da província da Lusitânia, mantém a sua preponderância, mesmo após a entrada dos árabes na Península (711), assumindo-se como um centro fulcral da actividade económica e da gestão administrativa. Sinal de que a sua perda foi encarada apenas como provisória é o facto de, já no início do século XII, a teoria aceite pela cúria pontifícia ser, ainda, a da atribuição da dignidade de arcebispado a Compostela, como herdeira de Mérida, concessão realizada a título temporal e transitória “*donec videlicet Emeritana Sedes Christianorum potestati et dominio reddetur*“, ou seja, restaurando a memória do espaço jurisdicional⁶⁴².

Por sua vez, Badajoz foi sempre uma ambicionada conquista, quer para Leão (com Fernando II, 1157-1188), quer para os portugueses de D. Afonso Henriques (1139-1185), dado ser um ponto estratégico nas ligações terrestres e pelo seu papel protagonista no seio do poder almóada do ocidente. No palco da Reconquista, o projecto afonsino de Badajoz que culminou no famoso desastre que colhe o nome deste núcleo urbano (1169) assumia uma dupla função: por um lado, a recuperação deste centro de poder que, segundo José Mattoso, havia praticamente substituído Mérida, com a consequente anulação da mais perigosa base muçulmana; por outro, o estabelecimento de um obstáculo ao avanço leonês

⁶⁴¹ *Apud, idem, ibidem*, 113.

⁶⁴² *Apud, Maravall* (1964, 277).

ao sul do Guadiana. Ora, convém aqui notar que, precisamente, este autor reconhece a importância ideológica da Lusitânia no seio da Reconquista e da acção do primeiro rei português, ao considerar que podemos antever este projecto como uma prestigiosa recuperação da antiga província⁶⁴³.

Um outro factor, estritamente ligado com o anterior, remete para as condições de manutenção do nome *Lusitania*, em íntima relação com a evolução e limites das posteriores configurações político-administrativas vigentes no território peninsular medievo, em resultado da sua longa e atribulada trama conjuntural. Sabemos que o nome dos lugares não se desliga das condições históricas e populacionais que os caracterizam⁶⁴⁴. A solução de continuidade atrás mencionada é, no entanto, quebrada, a partir do início do século VIII, pela presença árabe, que, numa leitura de época, constitui uma espécie de pausa no “natural” evoluir da história peninsular. Parece-nos necessário que antecipemos a explicação, ainda que de forma breve. Na verdade, nesse sentido se pronunciam alguns dos registos historiográficos, nomeadamente a *Primera Crónica General de España*⁶⁴⁵ que, expressivamente, concede pouco espaço e importância a este período no seu transcurso discursivo, confirmando o destino inelutável da derrota dos mouros que era, inversamente, o da vitória dos cristãos. A este propósito, Menéndez Pidal afirma que os muçulmanos “son simplemente unos invasores condenados a la expulsión”⁶⁴⁶. Esta dimensão fornecida por este primeiro texto cronístico de escala peninsular permite, antes de mais, aquilatar quer das condições em que se afirma a legitimidade dos poderes e das acções, quer dos processos de construção da memória, ambos configurados em torno de referentes espaciais através da posse, (re)conquista e estabelecimento de fronteiras que diremos mais culturais e mentais, do que políticas e militares. Nesse mesmo sentido, entendemos o peso, na tradição historiográfica cronística hispânica, da identidade goda, a mesma que ficara castrada “pela invasão do infiel” e que assumirá singular protagonismo na discussão humanista⁶⁴⁷.

⁶⁴³ cf. Mattoso (1987b, 24). Veja-se ainda, sobre este assunto, Viana (1993, 59-77).

⁶⁴⁴ Se bem que outros elementos, a que já aludimos, deverão ser considerados, nomeadamente os que resultam de acções de vincada intencionalidade, como os que são revelados pela tradição e afirmação erudita. Para essa dimensão alertava António José Saraiva, à cerca das designações “*Iberia*” e “*Finisterrae*”, *A Cultura* (...), p. 13.

⁶⁴⁵ *Que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba Bajo Sancho IV en 1289*, utilizamos a edição de Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Editorial Gredos, 1955.

⁶⁴⁶ *Op. cit.*, *Estudio sobre la Primera Crónica*, p. XXVI.

⁶⁴⁷ Tarrío (2005, 889-904; 2013, 521-546). De notar que esta remissão para a identidade goda, para além da precursora analítica hispânica, tem um sólido substrato e uma projecção transdiscursiva na cronística posterior através da *De altera vita fideique controversiis adversus Albigenium errores* (1234) do bispo de

Aliás, a precursora produção historiográfica do ocidente (portugalense, primeiro e portuguesa, depois), revela, nesta questão, um particularismo significativo, no seio da problemática da formação da nacionalidade e das condicionantes regionais e senhoriais - inclusive nos círculos próximos do rei, que até à consolidação da sua autoridade era visto como “senhor de senhores” -, com os conteúdos a remeterem para breves alusões, logo suplantada por outras referências territorialmente definidas de acordo com os interesses do centro produtor do registo. A este propósito veja-se a abertura dos *Annales Portucalenses Veteres*, nas suas diversas recensões⁶⁴⁸, com as lacónicas referências à saída dos godos da sua terra de origem ((...) *egressi sunt Gothi de terra sua*), à sua entrada na Hispânia ((...) *ingressi sunt Hispaniam*), fazendo desta a sua terra ((...) *pervenerunt in Hispaniam de terra sua*), sendo depois expulsos, com a afirmação da conquista árabe ((...) *expulsi sunt Gothi de Hyspania (...) Sarraceni obtinuerunt Hispaniam*)⁶⁴⁹. No entanto, embora se reconheça, pelo laconismo, a subtracção do valor do tema no contexto da afirmação do prestígio das famílias monásticas e senhoriais do Entre-Douro-e-Minho⁶⁵⁰ não podemos omitir que a inscrição desta temática, porventura acompanhando o registo habitual dos acontecimentos memoriais mais marcantes, em documentação desta natureza, tem uma expressão significativa, revelando o seu peso na constituição da memória, num quadro de filiação e tradição textual hispânica, que constituía, certamente, a matriz e fonte legitimadora da ligação ao passado pré-muçulmano.

Aliás, trata-se de uma manifestação de pura recriação discursiva. Não só porque a influência árabe foi um facto de indiscutível peso - pela duração, expressão territorial e qualidade das influências - mas também porque a Reconquista, baseada na afirmação do conceito de legitimidade jurisdicional (político-religiosa) sobre o espaço era, na verdade, remetida para o direito ao exercício da autoridade sobre a gestão desse mesmo espaço, não implicando, necessariamente, luta e expulsão, havendo muitos exemplos de coabitação. Ainda, como vimos, uma geografia das pessoas. Segundo João Carlos Garcia, “os “reconquistadores” encontram à sua chegada um espaço, que numa primeira etapa, os

Tuy Lucas (Tudense) e da *Historia Gothica* ou *De Rebus Hispaniae* (c. 1243) do arcebispo de Toledo, Rodrigo Ximénez de Rada. Neste último registo é interessante verificar a forma como a tradição clássica foi digerida pois, entre a habitual invocação genealógica da anterioridade hispânica relata o combate entre Hércules e Gérion, este reinando sobre três reinos que se converterão em *Callaecia*, *Lusitania* e *Baetica*, recuperando-se de Plínio (*Plin.* III, I, 8) a formulação uma etimologia para a *Lusitania* baseada na junção dos jogos (*lusus*) de Liber filho de Júpiter e do rio (*Anas*), v. Cirot, 1905, VII-XI, 32-33.

⁶⁴⁸ Utilizamos a edição de Pierre David, in *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa, 1947, pp. 291-311.

⁶⁴⁹ APV, 291-292.

⁶⁵⁰ Bem demonstrado por Luís Krus em *A Conceção (...), passim*.

antigos habitantes continuam a dominar. Os “reconquistadores” não são colonos. Só os colonos alterarão o espaço”⁶⁵¹. De tal forma, que a concepção de espaço veiculada por uma das primeiras fontes remete para um conteúdo que chamaríamos geo-estratégico, a partir da configuração de vários “centros” de poder fundamentais: os castelos, os centros militares e as cidades⁶⁵². Nesse sentido, também aqui a representação espacial e territorial adequa-se aos parâmetros de representação e ao léxico temático que descortinámos em boa parte da produção discursiva clássica. cremos que, nesta matéria, precisamente a propósito da concepção e gestão do espaço, em particular sobre a solução de continuidade no tocante às estruturas da antiga Lusitânia, há todo um caminho a explorar em trabalhos futuros que deverá passar por uma análise sistemática das fontes árabes. Note-se que, para além das obras que temos vindo a citar e que afloram a questão, haverá que contar, de forma ponderada, com o trabalho de Francisco Javier Simonet⁶⁵³ e com os estudos de José Garcia Domingues⁶⁵⁴, visto que apontam para as designações árabes do espaço cristão e para a manutenção da hegemonia, enquadrada num forte sistema de gestão económico-política, da cidade de Mérida. Segundo este autor, terá mesmo havido um papel activo de forças internas, no seio da presença árabe, marcadas pelas célebres revoltas de Mérida (durante os séculos IX e X), num contexto de “resistência lusitânica”, pretendendo-se constituir um *Estado Lusitânico*, cuja acção levada a cabo, essencialmente, pelos luso-árabes de Mérida, teriam marcado uma posição na futura construção de Portugal⁶⁵⁵.

As centúrias seguintes serão, de facto, ocupadas entre essa mesma Reconquista e a (re)configuração de um novo mapa político da Península, com o que isso implicou na formação de novos e assertivos poderes e na introdução de novas visões e concepções do espaço. A Lusitânia sofre o seu primeiro grande embate. Numa realidade em aberto, em longa, disputada e difícil construção, já não havia lugar para a sua manutenção como

⁶⁵¹ *Op. cit.*, p. 105.

⁶⁵² Cf. Pedro Picoito (1996, 32-36).,

⁶⁵³ Especialmente em *Historia de los Mozárabes de España. Deducida de los Mejores y Más Auténticos Testemonios de los Escritores Cristianos y Arabes*, Madrid, Establecimiento Tipográfico de la Viuda É Hijos de M. Tello, 1897-1903, entre outras, 808-812.

⁶⁵⁴ Especialmente em *O Garb Extremo do Andaluz e “Bortuqal” nos Historiadores e Geógrafos Árabes*, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1960, pp. 327-362. e *O Alentejo Árabe e a sua Integração no Reino de Portugal*, Lisboa, 1958.

⁶⁵⁵ Tese defendida em *O Nacionalismo Luso-Árabe e a sua Contribuição para a Constituição de Portugal*, sep. do tomo VIII do *XXIII Congresso Luso-Espanhol*, Coimbra, 1957, 5-15. Para uma visão recente da continuidade entre a Lusitânia romana e a presença árabe, ver Joaquin Vallvé, 1986, especialmente, 181-223. E para uma visão de conjunto, Picard, 2000.

realidade político-administrativa. Mas tal ideia não foi completamente esquecida, não obstante, em harmonia com a sua condição, não constituísse manifesto interesse, nem assumisse preocupação imediata do ponto de vista político, por parte dos protagonistas e dos reinos em formação. Renasce, então, com a identidade que lhe ficará até hoje: no âmbito da estruturação do discurso historiográfico, vindo mesmo a assumir, mais tarde, contornos de figura alegórica. Mas a sua ligação à realidade não foi descomprometida. A sua invocação narrativa, mesmo que residual, ou mesmo a sua ausência, em tessituras discursivas diferenciadas, só pode constituir-se em significativo sinal de valor. Na verdade, tal como adiante demonstraremos, as variantes na invocação de referentes, em contextos diversificados, projectadas numa semântica historiográfica plural, são um claro sinal da forma de entender e construir a realidade, enfim, demonstrando-se, em última análise, a importância dos textos na percepção do campo mental e do aparelho ideológico dos seus produtores, assim como a sua eventual consideração nos contextos em (e para) que foi configurada.

Voltemos, então, a uma perspectiva que já antes evidenciámos. Falar da Lusitânia, no seu contexto narrativo-simbólico, é também, necessariamente, reportarmo-nos ao complexo entendimento da origem, formação, manutenção e legitimação da nação portuguesa. Os estudos mais recentes que, versando sobre a medievalidade ou a modernidade, invocam esta temática, são unânimes em apontar caminhos complexos e diversos na formação e consciência de nação. As estruturas que formam o “esqueleto” social, os modos de integração, diferenciação e participação, enfim, a dinâmica das sociedades, era substancialmente diferente da actual. Certo que, em harmonia com a condição humana de gregaridade, a identidade colectiva surge, inicialmente, de forma incipiente como uma consciência de grupo, em escala e teor diferente do nacional. O princípio da consciência de pertença ao agregado próximo, coincidente ou não com a família biológica, conferindo os primeiros traços de personalidade social, depois a progressiva adesão pelos valores, sentimentos e crenças – entre eles *a cristandade*, projectada pelos desejos e objectivos conjuntos - enquadrados por formas de expressão linguística comuns, são factores precursores que aproximam os indivíduos. Por detrás, vinculada no processo de socialização e diferenciação social e na progressiva marca da composição erudita, o peso do passado e da memória construída.

Afirmámos que a produção discursiva desta época preenche os prolegómenos da emergência nacional – a complexa construção dos liames entre território e comunidade

humana – valorizando não tanto factores étnicos ou linguísticos como os político-militares que preenchem o contexto do momento da escrita. No entanto, convém frisar que, como poderemos observar, também os discursos deste período estão alinhados com a produção anterior e não perdem, antes vinculam, o léxico temático habitual. Daí que também se verifiquem índices desta natureza nos textos. Disso é exemplo, como adiante veremos, a ponte étnica entre os cristãos da reconquista peninsular e os godos anteriores à ocupação árabe, no registo historiográfico analístico, ou a aproximação entre portugueses e galegos, bem como a significativa remissão para a autonomia e identidade do povo lusitano assente numa matriz espacial de origem étnica na *Crónica General de España*.

Desde logo, não descuremos o valor das identidades comuns em presença, que ultrapassam a dimensão da *natio* (no sentido que a palavra adquire a partir dos séculos XIII-XIV) e se cristalizam em “arquivos” memoriais mais amplos em termos de escala e de tempo. É o caso da identidade cristalizada no termo *patria communis* que permite perceber uma continuidade, mas não a única, entre o império romano e o ideal manifestado na extensa *christianitas*⁶⁵⁶. Para o caso da Península Ibérica, sobretudo desde os estudos de José Mattoso, afirma-se em definitivo a existência de uma pluralidade de poderes e do seu progressivo confronto, no sentido da afirmação da autoridade real e da separação entre a figura do rei e do reino, como entidades dotadas de autonomia e legitimidade próprias⁶⁵⁷. Como consequências imediatas temos, por um lado, a ideia de historicidade da própria noção de identidade, por outro, que será mais correcto, para esta época, a coexistência de vários graus e estruturas identitárias. Mais uma vez, a questão coloca-se no plural⁶⁵⁸ e, com isto, a teia de explicações complexifica-se na proporção inversa da dificuldade de clarificação dos dados em presença.

Apontemos, sinteticamente, alguns aspectos de continuidade e de ruptura fundamentais: i) a necessária consciência de comunidade, no caso português, facilitada pelo confronto com o outro/mouro, com o rei cristão, como chefe dos vassalos, a desempenhar, através do processo de Reconquista, um papel muito activo nesta difusão identitária – processo com novo ênfase a partir da 2ª metade do século XV na divulgação

⁶⁵⁶ Sobre o assunto Claude-Gilbert Dubois, (1991, 36-38).

⁶⁵⁷ Deste autor saliente-se quer a referência da escala intermédia proposta pela designação dos *Hispani* bem ao gosto do contexto de produção clerical (Cf. 1988, vol. II, 207), quer o sentido mais amplo e não menos significativo para a consciência de identidade da visão do mundo e da natureza (Cf. “Breves Reflexões sobre o Início dos Descobrimentos Portugueses”, in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, 295-307, particularmente 301-306).

⁶⁵⁸ Vide Orlando Ribeiro (2001), particularmente em *Introduções Geográficas à História de Portugal*, e ainda José Mattoso (1998).

e legitimação de conteúdos identitários face aos outros interesses europeus face à Expansão mas também na afirmação do confronto com o outro/étnico; ii) a importância dos factores políticos e territoriais na formação da nacionalidade, com as fronteiras estabelecidas desde os finais do século XIII⁶⁵⁹, necessariamente com repercussões no discurso historiográfico e na simbólica adoptada; iii) os públicos receptores deste discurso e simbólica situavam-se: numa primeira fase, perto dos respectivos produtores ou coincidiam mesmo com eles, sendo, no caso do rei, os seus oficiais, a corte e os grupos de apoio (ex. certas camadas do clero e da nobreza); num segundo momento, com o alargamento dos públicos e das novas formas de divulgação, mormente através da tecnologia da imprensa, o tema assume contornos diferentes na sua configuração e na sua expressão (2ª metade do século XV e 1ª metade do século XVI); iv) a difusão do conceito de vassalo “natural”, a partir do século XIII; v) a progressiva associação do significado político de alguns dos elementos da simbólica e do discurso historiográfico com a dimensão cultural, em épocas em que a estratégia de poder já impunha outras necessidades - será precisamente o caso da Lusitânia, enquanto memória das origens, adoptada pelos autores humanistas.

Neste sentido, torna-se imperioso definir um caminho, à luz de alguns significativos factores para que a tessitura supra-citada remete. De facto, analisando e confrontando a bibliografia mais recente que dedica atenção quer à questão do espaço, da memória e da identidade, quer, ainda, embora muito pontualmente, à questão da Lusitânia, consideramos fundamental proceder a uma avaliação do contexto da inserção da problemática desta última, no seio do discurso coevo sobre as origens de Portugal.

Por fim, não queremos deixar de salientar que para os períodos que se convencionou designar de medieval e moderno, a dificuldade de análise é, naturalmente, acrescida pela distância temporal e mental que nos separam e pelas limitações de quantidade e qualidade das fontes que, com frequência, revelam um carácter pouco sequencial e suficientemente aleatório. Características que, aliadas ao facto de parte das obras e documentação se encontrarem em fases preliminares da sua interpretação e estudo e reiteradamente nos chegarem por agentes e vias não originais e em contextos diacrónicos diversos, colocam sérios problemas de tradição e crítica textual, bem como

⁶⁵⁹ Fixando-se o recorte territorial português com a conquista do Algarve por Afonso III.

de avaliação da sua recepção, revelando que nem sempre podem ser incluídas nas convenções que *a posteriori*, anacronicamente, se definem.

2 - A Filologia das Origens - Entre as Conquistas Territoriais e a Legitimação Discursiva: a Historiografia Peninsular da Analística à Cronística

"Le droit de parler au nom du passé impliquait aussi l'exercice d'une contrôle sur ce qui donnait accès au passé - «reliques» par lesquelles le passé continuait à vivre au sein du présent. La conservation de ces reliques, écrites ou matérielles, l'identit  de ceux à qui elles étaient confiées, et qui avaient ainsi le pouvoir de les faire disparaître, était donc des aspects fondamentaux de l'exercice du pouvoir et de l'autorité"

Patrick Geary, *La mémoire et l'oubli (...)*, 24.

As fontes utilizadas neste capítulo são, na essência da sua forma e conteúdo, recorrendo à divisão proposta por Pierre David, de dois tipos: as analísticas e as cronísticas. Demarcação que, para o que nos move, não é de secundarizar. Na verdade, ela revela, numa primeira abordagem, uma identidade cronológica pois, como salientou o referido autor, os registos historiográficos primordiais da cultura europeia asumiram esta forma, remontando os exemplares iniciais ao século VIII, correspondendo à fixação de notas anuais inscritas nas "tábuas pascais"⁶⁶⁰ e transmitindo-se, em forma de estrutura e conteúdos, até às crónicas régias dos séculos XIII a XV⁶⁶¹. Num segundo patamar

⁶⁶⁰ Sobre a importância destas e a sua caracterização contextual na produção memorial cristã veja-se Mário de Gouveia (2012, 188-191).

⁶⁶¹ Pierre David, * tudes Historiques (...)*, 257-259. Veja-se, ainda, Mário Viana, *op. cit.*, 59-60. Saliente-se que mesmo nos séculos seguintes, em que as notícias fixadas remetem para uma fórmula mais desenvolvida e em forma narrativa, ainda assim não perdem a organização segundo tabelas cronológicas. Segundo o autor, o carácter não narrativo destas fontes torna injustificável a terminologia corrente que a designa e caracteriza na historiografia actual. O termo "Cronicon", de tradição que remonta   Renascença e perpetuado por Enrique Florez (*Esp  a Sagrada*, 1747-1773) continua até ao século XIX, sendo que a diferença de estrutura e qualidade no desenvolvimento dos conteúdos deveria impor a separação entre estes dois g neros. Concordamos com esta leitura, no entanto, não querendo dificultar o essencial da presente tese, não cabendo aqui essa discussão, continuaremos a recorrer à designação tradicional, utilizada praticamente por todos, que, aliás, como se vê, nem sequer é coerente no conjunto: *Chronica Gothorum*, *Chronicon Conimbricense*, *Chronicon Lamecense*, *Annales Portucalenses Veteres*, *Annales D. Alfonsi Portugallensium regis*. Aliás, recorreremos, para o efeito, no caso dos três primeiros,   sua publicação por Alexandre Herculano, *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque as quintumdecimum*, vol. I, *Scriptores*, Olisipone, Typis Ademicis – Academiae Scientiarum, 1856 (citaremos

saliente-se que existe uma conformidade de contexto de produção e de uso eminentemente prático, que remete para o meio monástico, preocupado em compilar dados de cariz político, militar e eclesiástico, fixando a memória do que se considerava digno de registo⁶⁶². Note-se, no entanto, que neste grupo de fontes, a par das analísticas, encontramos já formas mais elaboradas na composição e no conteúdo⁶⁶³, embora incipientes, comparando com os registos cronísticos posteriores (século XIII em diante)⁶⁶⁴. Conjunto de registos que abrem, de forma sistemática, a historiografia do ocidente peninsular, produzida a partir da reconquista cristã. Está aqui encontrado o *corpus* a que recorreremos neste segmento da nossa tese. Trabalho de análise que deverá, como sempre nestes casos, ser entendido como provisório, dadas as dificuldades que ainda persistem no quadro de uma necessária e urgente contextualização, delimitação cronológica e estabelecimento da tradição textual de cada um dos registos citados, e da relação/filiação entre eles⁶⁶⁵, deixando para outra ocasião a indispensável comparação situada com a cronística e a narrativa historiográfica dos séculos XIII a XVII⁶⁶⁶.

por *PMH*), com o confronto com a posterior edição de Alfredo Pimenta, *Fontes Medievais da História de Portugal*, 2ª ed., vol. I, *Anais e Crónicas*, Lisboa, Sá da Costa, 1982 (citaremos por *FMHP*) para os dois primeiros registos citados. Para os designados *Annales Portucalenses Veteres*, (citaremos por *APV*) a citada edição de Pierre David, embora depois de confrontada com a de António Cruz, que publica a recensão mais antiga, provinda do Homiliário de 1139, in *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968 (citaremos por *ACMASCC*). Para os *Annales D. Alfonsi (...)* (citaremos por *ADA*), utilizaremos a edição de Monica Blöcker-Walter, in *Alfons I. Von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeit*, Zúrique, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966, 151-161.

⁶⁶² A natureza e arquitectura destes testemunhos encontra-se na prática da historiografia romana, anteriormente referida, organizada em torno dos *Annales Pontifici* e dos *Annales Maximi*.

⁶⁶³ A designada *Historia Silense* recorremos a *Historia Silense*, ed. preparada por Francisco Santos Coco, Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1921 e M. Gomez Moreno, *Introducción a la Historia Silense, con versión castellana de la misma y de la Crónica de Sampiro*, Madrid, 1921

⁶⁶⁴ Referimo-nos a todos os outros textos, não analísticos, de que são exemplo, a *Vita Sancti Theotonii*, (*PMH*, 79-88), a *Translatio et Miracula S. Vicentii*, (*PMH*, 95-101), ou a *Expugnacione Olisiponis A. D. MCXLVII*, (*PMH*, 391-405). No primeiro caso, como na *Vita Tellonis Archidiaconi*, com respectiva tradução do século XV (*PMH*, 62-75, 75-78; *ACMASCC*, 31-42) confrontámos com a edição mais recente de António Cruz, que inclui uma tradução quatrocentista (*op. cit.*, 43-68, 149-164). Registos de tipo hagiográfico ou narrativo cujo teor se apresenta em forma de texto corrido. V. sobre o assunto Luís Krus, *A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII: as origens da analística portuguesa*, Lisboa, Sumário pormenorizado apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História da Arte, policop, 1998.

⁶⁶⁵ Para este conjunto de registos contamos com as edições referenciadas com um amplo leque de estudos posteriores que têm trazido algumas novidades na sua interpretação mas que também têm revelado a dificuldade de enquadramento e de obtenção de dados contextuais. Cite-se, nesta linha de leitura, para o caso dos *PMH*, o artigo de Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, “Les *Chroniques Portugaises* des Portugaliae Monumenta Historica”, 1967, 55-84 e *Chronica Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, in *Verba hispanica številka*, 5, (1995), 67-77.

⁶⁶⁶ A matriz analística no seio do discurso cronístico fora igualmente notada por Menéndez Pidal, na introdução à sua edição da *Primera Crónica*, dado que a variedade de redactores permitiu a inclusão de

A leitura das referidas fontes, revela que a noção de Lusitânia é utilizada com pouca frequência, sendo mencionada em cinco destes textos: na *Chronica Gothorum* (versão extensa e versão abreviada), na *Translatio et Miracula S. Vicentii*, na *Vita Sancti Theotoni*, nos *Annales D. Alfonsi* e no *De Expugnatione Olisiponis A.D. MCXLVII*, concretamente na *Crucesignati Anglici Epistola de Expugnatione Oilisiponis*⁶⁶⁷. Antes de mais, verifica-se, pois, uma subdivisão entre as referências e os silêncios, ou melhor, as ausências. Analisemos. Neste último caso, algumas notas poderão ajudar a entender melhor esta constante. Encontramos aí fontes analísticas e narrativas que se apresentam com várias procedências, cronologias e contextos de produção. No entanto, alguns factores comuns ajudam-nos a agrupá-los e a dar algum sentido ao seu perfil e código discursivos, apesar de conscientes dos perigos que a generalização interpretativa acarreta.

Senão vejamos. Coligindo a pequena dimensão da analística despojada, com frequência de origem e contexto estritamente localizados (se bem que o conteúdo possa ser ampliado em termos de referentes espaciais), de que é exemplo o *Chronicon Lamecense* (redigido por volta de 1262)⁶⁶⁸, onde, apesar de tudo, o(s) autor(es) revela(m) que, a par do interesse local do relato, existe uma matriz espacial cuja representação remete para a organização suévico-visigótica - falando das conquistas cristãs serve-se do verbo *cepit* para referir o caso, certamente referencial e estatutário, no seio da reconquista, de Coimbra e Portucale, em seguida, especificando, cita as *ciuitas* de Lamego e Viseu e aplica o verbo *restauravit* para Braga e Egitânia (Idanha), por via da sua importância religiosa e estratégica. Enfim, no quadro mental do espaço da narrativa, lê-se o seu valor identitário que a reconquista cristaliza. Território recuperado, preenchendo o vazio do espaço de memória⁶⁶⁹.

muitas fontes e estilos, sendo grande parte do texto produzido (até ao capítulo 965) com esse cariz, onde ressalta, apesar de tudo, a escassa unidade do conjunto. *Op. cit.*, XXII.

⁶⁶⁷ Pedro de Azevedo e António José Saraiva (*opera cit.*) haviam notado, resumidamente, algumas das citações do termo mas apenas para as fontes cronísticas dos séculos XIII e XIV. Para este *corpus*, apenas conhecemos o estudo de Mattoso (1988, vol. II, 183-184), no contexto da explicação da evolução político-administrativa do território, onde prevalecerá a designação de Portucale. Essa mesma referência aparece noutro trabalho, já mencionado, (*A Identidade Nacional*, 64). No entanto, parecem ter escapado ao autor, as referências à Lusitânia constantes da *Chronica Gothorum*, e no *De Expugnatione (...)* que, aliás, como adiante veremos, se revelam significativas.

⁶⁶⁸ *PMH*, 19-20.

⁶⁶⁹ Nesse sentido aponta, também, a documentação citada por Jose Antonio Maravall, *El Concepto(...)*, 268-272. Sobre a data de redacção veja-se, ainda, Pierre David, *op. cit.*, 274-275. Neste conjunto incluem-se, ainda, outras fontes dos *PMH*, tais como o *Chronicon Complutense sive Alcobacense*, (17-19), o *Chronicon Laubardense* (20) ou o *Breve Chronicon Alcobacense* (20-22).

Juntando as fontes narrativas, de cariz hagiográfico, com particular atenção aos fundadores ou perpetuadores de tradições regionais, mormente ligados a casas monásticas e sua fundação. Disso são exemplo a *S. Rudesindi Vita et Miracula*, sobre o fundador de Cela-a-Nova⁶⁷⁰, com referências à “*Portugalis Provincia*”⁶⁷¹; ou a *Vita Sancti Geraldi*, arcebispo de Braga, prevalecendo a matriz do *territorio Braccarensi*⁶⁷²; ou mesmo a *Vita Tellonis Archidiaconi*⁶⁷³, pese embora a relação com a fundação do importante mosteiro de S^{ta} Cruz de Coimbra, mas redigido num quadro de tradição de representação espacial que ainda mantém a duplicidade *Portugal cum Culimbria*⁶⁷⁴. Neste contexto, não nos parece descabido incluir aqui o relato posterior (século XIV) da *Vita Sancti Antonii*⁶⁷⁵, que permite já a junção de uma Lisboa periférica pela matriz de representação herdada - espante-se - situada no extremo do fim do mundo, “*in regno portugalie civitas quedam ad occidentalem eius plagam, in extremis mundi finibus sita*”⁶⁷⁶, berço do santo, para mais à frente o designar, numa concepção tipicamente medieval, numa identidade mais alargada, de “*beatissimus pater ac frater noster antonius, natione hispanus, in civitate paduana (...)*”⁶⁷⁷.

Enfim, terminando na omnipresente narrativa de factos políticos e nos relatos de acções militares cuja localização serve o natural enquadramento da própria redacção – evoquem-se o caso de Santarém, *De Expugnatione Scalabis*⁶⁷⁸, ou de Alcácer do Sal, pelo original poema de Gosuino no *De Gosuini De Expugnatione Salacie Carmen*⁶⁷⁹.

Recortado o *corpus*, a delimitação fica, maioritariamente, completa. Neste conjunto, demonstrativo das práticas discursivas da historiografia medieval do ocidente peninsular e das suas condições de produção, destaquem-se dois registos, um do teor analítico, outro do narrativo. Deste último, mencionamos a *III e IV Crónicas Breves de S^{ta} Cruz de Coimbra*⁶⁸⁰, exemplos dos textos que mais se aproximam de uma crónica régia

⁶⁷⁰ PMH, 32-46.

⁶⁷¹ *Idem, ibidem*, 37.

⁶⁷² *Idem, ibidem*, 53-59.

⁶⁷³ *Idem, ibidem*, 62-75, e respectiva tradução do século XV, 75-78.

⁶⁷⁴ *Idem, ibidem*, 63, e respectiva tradução, 75.

⁶⁷⁵ *Idem, ibidem*, 116-130.

⁶⁷⁶ *Idem, ibidem*, 117.

⁶⁷⁷ *Idem, ibidem* 120, sublinhado nosso. José Mattoso havia, precisamente, notado a tendência de identificação com o conjunto amplo dos *Hispani* nos clérigos que estudavam nas universidades italianas ou francesas. Cf. *ibidem*, vol. II, p. 207.

⁶⁷⁸ PMH, 93-95.

⁶⁷⁹ *Idem, ibidem*, 101-104.

⁶⁸⁰ ACMASCC, 130-148.

anterior a meados do século XIV, que nos chegaram por duas cópias manuscritas de meados do século XV⁶⁸¹. Não sabemos, ainda, se se trata de um escrito de Corte ou do próprio mosteiro⁶⁸², mas as suas referências espaciais são já de uma nítida consciência de unidade – a esse propósito, como exemplo, observe-se a titulação que abre a redacção do texto, “Como e donde descenderom os reis de Portugall” e a concepção espacial condensada na fórmula que está por detrás da excomunhão lançada pelo Cardeal, enviado do Papa, a D. Afonso Henriques e “toda sua terra”⁶⁸³.

Mas é no registo analístico dos intitulados *Annales Portucalenses Veteres* que melhor vislumbramos a problemática que nos ocupa, permitindo-nos estabelecer uma necessária ponte para o *corpus* onde encontramos as menções à Lusitânia. Na verdade, depois do estudo de Pierre David⁶⁸⁴, que acompanha a edição do texto, e dos vários contributos posteriores que trouxeram alguns dados de relevância, nomeadamente que os *Annales* se apresentam ou sob uma forma abreviada ou mais longa, sabemos das múltiplas filiações e alterações que, consoante os casos, vai apresentando⁶⁸⁵. A redacção, sem

⁶⁸¹ Cf. Saraiva (1979, 19).

⁶⁸² A dúvida é levantada por José Mattoso, *ibidem*, vol. II, 204. Mais uma vez se demonstra que a origem e contexto de produção são fulcrais na explicação. O facto é que o texto esteve na base, juntamente com a castelhana *Crónica dos Viente Reyes* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, da *Gesta de D. Afonso Henriques* (termo aplicado por António José Saraiva, em *A Épica (...)* e reconhecido, anteriormente, por Lindley Cintra), do conjunto de registos de “cantar ou romance” (Lindley Cintra, *Crónica (...)*, vol. I, CCCLXV) que fixam a imagem e destino de Afonso Henriques, se bem que não constitua uma narrativa seguida dos reis de Portugal (Mattoso, *ibidem*). Sobre a unidade e levantamento das noções e carga simbólica do espaço nesta fonte, ver Mattoso, *passim*, 203-208 e especificamente sobre o assunto, Picoito, *op. cit.* A mesma *IV Crónica Breve* esteve ainda na base do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos*, cf. José Mattoso, *idem, ibidem*. Por sua vez, esta transdiscursividade subjaz à formulação de outras fontes narrativas em português, do género cronístico, a *Crónica de 1344* e a *Crónica de 1419*, Vasconcelos e Sousa, 1992, 24. Estas fontes linhagísticas, onde se inclui o *Livro de Linhagens do Deão*, apesar de terem sido compulsadas, não foram alvo do presente estudo, dada a sua especificidade social e regional do contexto de produção, tendo sido estudadas pelo autor citado e, numa precursora análise sobre concepções do espaço, em Luís Krus, *A Concepção (...)*, 1989 (ed. 1994). Veja-se, ainda, deste autor, o artigo “O tema das origens da nobreza portucalense no relato fundacional da linhagem dos senhores da Maia (finais do século XIII)”, in *Memória da Nação (...)* 71-79.

⁶⁸³ *ACMASCC*, p. 130, 136, respectivamente.

⁶⁸⁴ Neste estudo, o autor atribui a designação pela qual conhecemos a fonte e estabelece o quadro de tradição textual anterior e posterior. Cf., 257-290, 313-340.

⁶⁸⁵ Assim, a recensão breve, do qual não existe um original completo, encontra-se no *Homiliário de S^{ta} Cruz de Coimbra de 1139*, escritos entre 1140 e 1150, cuja notícia mais recente data de 1111 (a mesma publicada, em 1968, por A. Cruz, *op. cit.*) e também em António Brandão, *Monarquia Lusitana*, t. III, 1632, sob o título *Summa Chronicarum*, e em Florez, *España Sagrada*, t. XXIII, p. 315, sob o título *Chronicon Complutense* (David, p. 265). Por sua vez, a recensão longa, é a que consta: da primeira parte da *Chronica Gothorum*, com conteúdo que vai até 1122; do *Chronicon Lamecense*, com conteúdo de 987 a 1168; e do *Cronicon Conimbricense* (aliás título atíbuído por Florez, dado ser anteriormente conhecido por *Livro das Eras* ou *Livro da Noa*. Depois dos *PMH* de Herculano, aceite a designação de Florez, mantêm-se ambas as formas, cf. David, 266), que se inicia com a recensão breve até 1111, e depois segue até 1168. Como adiante

unidade interna, apresenta duas secções, com outros tantos redactores (até 1080 e continuação até 1122)⁶⁸⁶, correspondendo a dois registos originais diferenciados de fixação de memória, do qual, aparentemente, S.^{ta} Cruz terá sido o difusor (com possíveis alterações), no quadro comum à época, da prática de cópia e aproveitamento da tradição textual anterior. A primeira parte, segundo José Mattoso, terá sido redigida no mosteiro de S.^{to} Tirso (e não em Guimarães como apontava P. David), com um contexto de produção onde se destaca a ligação à família dos senhores da Maia, enquanto a segunda (pelo menos entre 1085 e 1111), remete para outro contexto, o da preservação da memória dos senhores do mosteiro de Grijó⁶⁸⁷.

Na verdade, apesar de, no primeiro caso, se registarem as lutas, interna, entre condes e infanções, e externa, entre cristãos e mouros, o quadro espacial está particularmente centrado a Norte do Douro, condição que não é contrariada na segunda parte dos registos, apesar do enfoque se deslocar com maior frequência mais para sul daquela bacia hidrográfica⁶⁸⁸. Visão enraizada, correspondendo maioritariamente ao período de afirmação senhorial, tendo um sinal de dimensão comum às duas partes, na matriz da representação do espaço subjacente à escrita que aponta para um registo, que embora contemporâneo, carece de um sentido de unidade política, falando, ainda em separado, da província portugalense e da cidade de Coimbra⁶⁸⁹. A estas duas partes terá sido acrescentada, por mãos dos cónegos regnantes de S.^{ta} Cruz, uma terceira redacção, que compreende o período entre 1125 e 1168, cujo personagem central é primeiro rei de Portugal, permitindo a P. David designar esta secção de “véritables *Annales du règne d’Alphonse I^{er}*”⁶⁹⁰ e que, significativamente, serão desenvolvidos, no fim do século XII⁶⁹¹, nos *Annales D. Alphonsi (ADA)*, e incluídos na *Chronica Gothorum*, dos quais constituem os últimos dois terços, na versão longa. Chegamos, então, ao *corpus* das referências à Lusitânia. Vejamos caso a caso.

veremos, o contexto de ligação com estes dois últimos registos permitirá, possivelmente, perceber porque estão incluídos no *corpus* das ausências acima descrito.

⁶⁸⁶ Cf. Mattoso, (1979, 44-53 e ainda em 1988, vol. II, 182).

⁶⁸⁷ José Mattoso (1985, 107-108).

⁶⁸⁸ A este propósito veja-se o estudo de Mário Viana, *op. cit.*, 59-67, com especial atenção ao quadro apresentado na pág. 64, comparando a distribuição geral da toponímia entre os *APV* e os *ADA*, e em que se comprova o que acima afirmamos.

⁶⁸⁹ *APV*, pp. 293, 296, 302. Já Pierre David demonstrara o sentido da escrita e do que interessaria particularmente a Portugal, revelando dados surpreendentes, *cf. op. cit.* 271-276. Noutro sentido, também Bernardo Vasconcelos e Sousa aponta para uma dimensão que diríamos quase linhagística, de alguns destes registos *cf.* 1992, 147-154.

⁶⁹⁰ *Op. cit.*, 289.

⁶⁹¹ Mattoso, (1988, vol. II, p. 205).

Como se sabe, a *Chronica Gothorum* (CG) contempla, na sua primeira parte, o conteúdo dos *Annales Portucalenses Veteres* (APV) (no registo até 1122). Mas o que, em nossa opinião, não tem sido devidamente realçado com esta comum afirmação é que as duas redacções apresentam significativas variantes, fruto, certamente, da integração e/ou secundarização de outras fontes⁶⁹². Neste quadro, quase probabilístico, das difusas e complexas tradições textuais, muita coisa se terá perdido, outras, de interesse momentâneo ou estrutural, se revelarão. E é neste contexto que surge a primeira referência à Lusitânia. No quadro de uma lista de reis asturianos, citados laconicamente nos APV (*Livro da Noa II*, 292) o redactor da CG (ed. PMH, 8-9)⁶⁹³ desenvolve a matéria, atribuindo espaço próprio, no lugar de uma breve narrativa, a cada um dos citados reis. Tendência que se revelará noutros pontos desta última fonte, expressando o intuito e a marca das suas intenções e contexto de produção. De facto, a propósito de Afonso III das Astúrias (866-910), e imediatamente antes da menção sobre a entrada de Almançor em Coimbra (CG, *Era MXXVI*), referindo-se à acção daquele no repovoamento da Galiza e na reconquista a Sul, diz-nos

*“Eius tempora Ecclesia creuit, regnumque ampliavit:
urbes quoque iste christianis populantur scilicet Bracharensis,
Portugalensis, Aucensis, Visensis, Eminiensis, et ceteros
Lusitaniae limites gladio et fame consumptos usque Emeritam,
et maris littora heremitavit, atque destruxit”* (CG, 2).

Menção de valor, num contexto de tradição textual, e de referentes de representação espacial que, nesta primeira parte da redacção, privilegiavam as noções possíveis no quadro regional da sua produção, que da escala das cidades passa para a matriz das regiões dominadas por cristãos na altura da escrita⁶⁹⁴, mesmo que descontextualizada e anacrónica face ao período dos eventos relatado, não indo além do conjunto formado pela *Hispania*⁶⁹⁵.

⁶⁹² Já Bernardo Vasconcelos e Sousa notava a alteração e acrescentos de significado para a parte da CG que se inicia, após 1125, com os *Anais de D. Afonso Henriques*. Cf. *ibidem*, pp. 147-148.

⁶⁹³ Segundo P. David, *op. cit.*, p. 293, nota 1, a fonte terá sido a *Chronica d'Albelda*.

⁶⁹⁴ Assinalem-se “*villa Cesari in territorio castelli S. Marie*” (CG, *Era MLXXXIII*, 9) ou “*provincia Bracharensi*” (CG, *Era MLIV*, 9).

⁶⁹⁵ Ex. CG, 8, 10.

A Lusitânia, escala intermédia de leitura espacial, aparece, pelo contexto, num código discursivo de construção da memória, mas dotado de um real valor territorial, ganhando alcance estratégico implícito, como uma marca de legitimidade deixada pela anterior organização do espaço. Daí os restantes limites citados, confinados pela antiga cidade capital – Mérida – mas devidamente antecedida pelos marcos urbanos constituintes da unidade portugalense a Norte. Note-se, ainda, que as citações de espaço parecem assumir novos contornos a partir da *Era MCIII* (10) com Mendo Gonçalves e a remissão à família Trastamires, com um grande poder “*in toto Portugali*”, e com os “*Portugallenses*” a serem o sujeito da acção. No entanto, a alteração mais notória parece dar-se, precisamente, no contexto da inclusão e desenvolvimento dos *Anais de D. Afonso Henriques* (11 ss.), surgindo, desde logo, uma “*civitate Colimbrie*”, que embora separada, forma uma natural ligação com a entidade que se desenhava consistentemente a Norte, ou seja, “*tota Portugallensi regione*”, que se reforça pela evidência das barreiras naturais, dita “*a Mineo usque in Tagum*” (*Era MCLX*, 11)⁶⁹⁶. Noutro lugar, na já citada *Vita Tellowis Archidiaconi*, aparece um registo semelhante, através da fórmula “*Portugal cum Culimbria*”⁶⁹⁷.

Claro sinal de um enredo que permite tornar inteligível todo o contexto de produção e de recepção dos textos. A Norte, citam-se as cidades, sinalizando a unidade portugalense, onde os barões desempenham um papel fundamental na obtenção e manutenção da independência, em significativa simbiose com o Sul, “corpo” identificado pela Lusitânia, onde se inclui Coimbra, que era o motivo da redacção. Uma Lusitânia memorial, sem sombra de dúvida, mas que se recolhe em momentos de vivificação territorial concreta e operante, manifestando na contextura do momento a sua validade na configuração do espaço e alimentando expressivamente a sua reputação como arquétipo ideológico-discursivo. Estas evidências que reforçam a ideia da relação estreita entre os textos e o poder régio, momento em que este se encontrava mais forte do que nunca, vendo reconhecido, pelo valor e peso da memória, o seu papel na conquista e união das cidades a norte e de a unidade regional, escala intermédia, a sul. Quase como se ali, a

⁶⁹⁶ Será necessário proceder-se a um estudo sobre os referentes espaciais do conjunto da fonte em apreço, para conclusões mais seguras. Noutro lugar, na já citada *Vita Tellowis Archidiaconi*, aparece um registo semelhante, através da fórmula “*Portugal cum Culimbria*”, *PMH*, 63.

⁶⁹⁷ *PMH*, 63. Num outro registo, a combinação de Fernando II de Leão com o seu irmão, rei de Castela, em 1158, contemplava a divisão do que se viesse a conquistar em Portugal “*quantum adquisierimus de Portugal*”, pressupondo, como faz notar José Mattoso, que não se tratava da conquista de todo o reino, mostrando uma clara distinção entre Portugal e todo o território a sul do Tejo, referenciado a partir de Lisboa, *cf.* 1993, nota 35, 64.

pulverização do centros populosos e poderosos se complementasse com o que aqui se verifica pela união e manifestação precoce da identidade e consciência "colectiva" - casamento feliz que prenuncia os desígnios da nação.

Em harmonia com esta configuração espacial surge o modelo coronímico e toponímico da representação político-administrativa do território hispânico na leitura da *Historia Silense*⁶⁹⁸. O cenário relatado, em que se move um dos protagonistas, Fernando I de Leão (1037-1065), sugere que foi baseado na *Crónica de Sampiro*⁶⁹⁹, e revela, numa clara remissão a uma concepção de unidade política não compatível com o relato dos acontecimentos coevos, uma identidade espacial hispânica⁷⁰⁰. Esta é, em harmonia com a transdiscursividade da representação espacial anterior, compatibilizada com uma divisão provincial do tempo da presença goda, por sua vez radicada na configuração romana, agora sob a bandeira cristã, mas que apresenta as mesmas seis províncias, como se a estrutura organizativa e administrativa resultante da reconquista fosse assumida como uma categoria mental de ordenamento matriz do espaço, e se apresentasse incólume à sucessão de factos políticos, bélicos e ocupacionais do território

"También los reyes hispanos, desde el Ródano, máximo río de los galos, hasta el mar que separa Europa de África, seis provincias gobernaron católicamente, a saber: Narborenses, Tarraconenses, Bética, Lusitania, Cartaginense y Gallaecia" (*Cr. Sil.*, LXVII).

⁶⁹⁸ Alguns autores preferem designar esta fonte por *Legionense* pelo facto de ser originária da catedral de St. Isidoro de Leão e cujo autor, tornado monge adolescente no cenóbio *Domus Seminis* (Gomez Moreno, 1921, XXII-XXIII, LXVII), parece ter procurado informação nos meios próximos do poder régio. A data *ad quem* (1118) e está assinalada no manuscrito base da tradição textual (na Biblioteca Nacional de Madrid, cópia do séc. XV); v., ainda, Martin (2012, 1-21); Jardim (2013, 1-9). Segundo Gomez Moreno, (1921, XXV-XXVI) conjectura-se a hipótese de ter conhecimento pessoal do território portugalense pelas referências geográficas que faz e pela abundante informação da história árabe e moçárabe.

⁶⁹⁹ Sampiro foi bispo de Astorga entre 1034 e 1041, produziu um relato que cobre os anos de 866, passando por Afonso III das Astúrias e terminando no reinado de Afonso V de Leão (994-1028), que terá morrido durante um cerco à cidade de Viseu. V. Martin (2012, 1-2).

⁷⁰⁰ Referindo-se a Vitiza, rei dos Godos, que perdurava longamente entre os cristãos, a providência divina terá permitido que "gentes bárbaras ocupasen toda España" (*Cr. Sil.*, LXVII).

Mas esta formulação apresenta-se também conjugada com a nomenclatura coeva, permitindo, ainda, uma significativa coincidência entre o território que seria português e as províncias da Lusitânia e da Bética

"Con que, pasado el tiempo invernial a principios de verano, cuando por la abundancia de pastos ya podía trasladarse un ejército, partiendo el Rey [D. Fernando I de Leão, no ano de 1054], de los Campos Góticos marchó a Portugal cuya mayor parte dominaban cruelmente los bárbaros salidos de las provincias de Lusitania y Bética". (*Cr. Sil.*, CXX).

Desta forma, como temos observado, na conjuntura da época e das respectivas fontes, a remissão às províncias da Bética e da Lusitânia⁷⁰¹ parece coincidir com a indesejada presença bárbara (muçulmana), permitindo-nos reforçar a ideia de que o modelo territorial romano e a sua manutenção posterior são convocados e reactivados para o ideário espacial da reconquista cristã, em diversas vertentes: na relação entre estas configurações e o desejo/urgência de conquista; na afirmação dos limites de fronteira; nas potencialidades que esta situação trazia para a formulação identitária, conjugando a referida divisão administrativa e os novos horizontes e valores estratégicos (que Portugal aproveitará) que os sucessivos domínios políticos defendem e assimilam como legítimos e eficazes. Note-se que estes textos, resultado da conjugação da vivência contemporânea do autor, assumem uma outra força, paralela à natureza convencional do discurso historiográfico. Relato de proximidade, revelando as categorias mentais da época da escrita, denotando como se conciliava, na realidade, a prática política e a tradição de organização espacial com as necessidades prementes do presente histórico. Tal situação confere especial significado à representação do espaço, atribuindo-lhe uma dimensão legitimadora e de capital valor estratégico na economia do discurso e, não obstante os seus referentes (ex. Lusitânia) possam parecer anacrónicos, serão conservados e utilizados em contextos de produção erudita e exercício do poder⁷⁰².

⁷⁰¹ Em outras passagens da *Crónica*, ex. *Cr. Sil.*, LXXX, CXXVII.

⁷⁰² Neste contexto é relevante salientar que a construção da memória e a instrumentalização ideológica pelo discurso cronístico hispânico vai apresentando, naturalmente, variantes na sua formulação. Pouco tempo depois da batalha de Ourique e da afirmação régia da autonomia portuguesa, do seu reconhecimento por Afonso VII de Leão (1143) e na altura da tomada de Lisboa, surge na *Chronica Adephonsi Imperatoris* (redigida entre 1147-1149), em idêntico sentido, uma imagem destacada deste reino e do seu monarca. Optando-se por apresentar uma precisão coronímica e uma titulação régia apontada ao registo dos factos coevos e, estrategicamente, livre do suporte ideológico que o substrato anterior proporcionava no caso da

Reveladora é, também a menção da *Cronica Brevis* publicada por Herculano, a par do que aqui analisamos. Mas para isso é necessário situarmo-nos, de forma breve, nesta fonte. Segundo o seu editor, esta constituiria a original fonte da *CG* sendo a versão extensa uma cópia, desenvolvida daquela. No entanto, segundo o estudo de tradição textual e linguística do Pe. Luiz Gonzaga de Azevedo na sua *História de Portugal*⁷⁰³, prova-se exactamente o contrário. A original é a versão longa e a breve terá resultado de uma recomposição com muitas alterações, da autoria do não menos famoso Gaspar Álvares de Lousada, escrivão da Torre do Tombo, falecido em 1634. Os fundamentos de Gonzaga de Azevedo são sólidos e foram adoptados por estudos posteriores⁷⁰⁴.

Cabe aqui notar que a inclusão paralela de uma versão adulterada, de leitura posterior, dos séculos XVI e XVII, aponta para a premência da questão lusitana, em contexto humanista e permite alocar uma singular e notável continuidade transdiscursiva. E foi isso que verificámos, em passos não referenciados por Gonzaga de Azevedo, juntando mais alguns dados à tese acima referida. Analisemos esta questão em dois momentos. Um primeiro, sobre o transcrito acima, em corpo de texto, o exemplar breve, revela a incongruência de ser longo. É que apesar de, estrategicamente, retirar toda a informação sobre Castela, mantém a que se refere às cidades “portuguesas” e à Lusitânia, acrescentando ainda, não só a respectiva tradução para vulgar, como outras, a saber, “*Lamecensis, et Cauriensis, vulgo Coria*” e a fundamental “*Egitanenses, vulgo Idanha, cui successit urbs Goarda*”, (PMH, 9). O acrescento e a tradução do latim apontam, inevitavelmente, para se suceder à versão longa. Mas, não menos significativo é o acrescento, noutra contexto de redacção, sobre o papel protector e defensor dos princípios cristãos, por parte do primeiro rei de Portugal, que apelida de

leitura que gira em torno de Afonso Henriques, como adiante veremos. Assim, a redacção apresenta as menções de “rei português” ou “dos portugueses” e o corónimo “Portugal”. Como *rex Portugalensis* figura onze vezes: CAI I, 46, 74, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 86. Como *rex Portugalensium*, sete vezes: CAI I, 73, 74, 75, 90; II 20, 100; uma referência a D. Teresa como *regina Portugalensium* CAI I, 5 e uma como *Rex Portugali*, *Poema de Almeria*, 201. (Manuel Reglero, 2013, 1-20, n. 55; Ferreira, 2013, 1-20). Sobre a evolução do conceito de *Imperium* associado ao reino de Leão entre os séc.s IX e XII, particularmente com Afonso VII, v. Hélène Sirantoine (2013), *Imperator Hispaniae : Les idéologies impériales dans le royaume de León (ixe-xiie siècles)*, Madrid, Casa de Velázquez.

⁷⁰³ Vol. IV, 1942, 174-198. Ver argumentos no estudo citado.

⁷⁰⁴ Nomeadamente, P. David, *op. cit.*

“*Rex Alfonsus Viriatus christianus, vel primus Hercules Lusitanus*” (*idem, ibidem*, 11).

Mais do que a novidade do dado, perante o relatado na versão longa é o seu conteúdo. Extraordinária esta primeira imagem que convoca todo o lastro erudito e memorial do substrato discursivo antes analisado (pré-romano e romano) e lhe confere uma nova leitura coeva. Afonso Henriques é autorizado, num invertido sincretismo metafórico, convocando a convivência mais elevada entre a suma dignidade do panteão romano, agora concatenado no étnico identificador, com o mítico e resistente herói da Lusitânia, agora limpo da iniquidade pela acomodação cristã - Viriato cristão, ou primeiro Hércules Lusitano, num contexto de determinação de identidade que recorre à Lusitânia, claramente anacrónico, mas que remeterá para a figuração posterior do Humanismo renascentista. Construção de uma imagem mitificada e gloriosa, só com paralelo na adjudicação do mito de Ourique⁷⁰⁵.

Ora esta Lusitânia, do tempo de Afonso III das Astúrias, referente da tradição de memória hispano-romana, terá um enquadramento algo diferente na menção que dela faz o texto, mais à frente, no lugar que podemos associar aos *Anais de D. Afonso Henriques*⁷⁰⁶, redacção com outra matriz coeva, que não a da longínqua *Hispania* dos godos ou das primeiras invasões árabes. De tal forma, que merece aqui o breve reparo sobre a sua consistência no seio da transdiscursividade posterior. É importante notar que, talvez devido ao peso que tem esta secção do texto, no conjunto narrativo, dedicada à época do primeiro rei e eventualmente pela invocação das citadas referências à Lusitânia, a *Chronica Gothorum* foi logo publicada por Fr. António Brandão na sua *Monarchia Lusitana*⁷⁰⁷. Este facto revela o interesse estratégico do tema para os humanistas confirmado pelo facto de, mais tarde, Enrique Florez a incluir na sua compilação cronológica e temática, modificando expressivamente o título para um significativo

⁷⁰⁵ Aliás para este período, as primeiras referências narrativas à ligação entre a Lusitânia, Hércules e Viriato, se farão, embora mesmo assim, de forma apartada, na *Primera Crónica General* (especialmente, 6-11, 27-29) e na *Crónica de 1344*, (15, 22-25, 26-28, 99-101, 104.).

⁷⁰⁶ Acompanhada, em toda a sua extensão pela edição que dela faz Alfredo Pimenta, *op.cit.*, pp. 25-47.

⁷⁰⁷ Apêndice, fls. 271-276.

*Chronicon Lusitanum*⁷⁰⁸, tendo ainda este exemplar passado pelas mãos de André de Resende e de Manuel Severim de Faria⁷⁰⁹.

Nota-se, pois, que a luta é, agora, do rei, devidamente acompanhado, nas suas campanhas a sul contra o infiel (mas também, muitas vezes, contra cristãos *exteris natione* que tentavam invadir o território), sendo um espaço almejado pelo emir de Marrocos, na sua invasão de 1184 que

“cogitauit uenire in Hispaniam, et comprehendere ciuitates, et castella, que aliquando fuerant a Sarracenis possessa, uidelicet Ullixbonam, Sintriam, Santarem, Elboram, Alcacer et omnia alia castella, uel uenire Colimbriam, et sic denique subiugata sibi tota Lusitania usque Dorium” (CG, 16, FMHP, 45).

Continua a ser, certamente, uma marca da memória e da preservação das referidas tradições hispano-romanas, mas apresenta o seu valor de legitimidade no processo de reconquista, agora reconfigurada pelo peso dos novos referentes que são as cidades a sul do Douro. Aliás, como se sabe, na estruturação espacial da reconquista, durante os séculos X e XI, os territórios portugueses mantêm a referência às sedes diocesanas da época suévica e goda, sendo, por outro lado, significativo mencionar que o território portugalense visto de sul para norte, ou seja, em documentos redigidos a sul o Douro, é designado como pertencendo à *Galletia*, até pelo menos ao ano 1100, precisamente na mesma matriz de identidades em que se incluirá, inversamente, a Lusitânia⁷¹⁰.

Sinais do evoluir diacrónico do processo histórico mas, mais importante, no seio de um quadro ideológico em que a memória serve os interesses de fortalecimento do poder régio. Por isso o rei português está em luta, nestes referentes espaciais, cuidadosamente descritos, contra uma força que não esmoreceria nem que

“etsi Rex Francie, et Rex Anglie, et Rex Aragonum, et Rex Castelle, et Rex Galletie, et Rex Portugallis pariter conuenirent et pugnarent” (CG, ibidem)

⁷⁰⁸ Cf. Alfredo Pimenta, na sua introdução à edição citada, 22-23.

⁷⁰⁹ Ver especialmente, Luís Gonzaga de Azevedo, *op. cit.*

⁷¹⁰ Cf., Mattoso (1988, vol. II, 183).

ou seja, o engrandecimento e legitimidade do rei português, defensor de toda a Lusitânia, são projectados por duas vias: quer pela intensidade e perseverança da força inimiga, quer pela igualdade de circunstâncias em que o monarca se encontra face aos outros reis da cristandade. Aposta-se, aqui, num duplo sentido de alteridade que permite lançar as bases de um sentimento de identidade "nacional".

Na verdade, a segunda fórmula utilizada na *CG*, é a mesma que surge nos *ADA* (159), registo que se destaca, no seu conjunto, pelo acentuar das características já mencionadas. Escritos em Coimbra, no fim do século XII (por volta de 1184-1185), por um cónego regrante, tem, por isso, uma origem social próxima do rei, apresentando este como um instrumento da vontade divina e despontando, através do seu conteúdo, para as ideias "nacionais"⁷¹¹. É, de facto, um discurso comprometido ideologicamente, onde o rei assume uma dupla posição, quer de aglutinador das forças em presença, quer, por isso mesmo, de liderança assumida (é o caso da auto imposição das insígnias de cavaleiro, *ADA*, 151-152). Por outro lado, terão sido os cónegos daquele mosteiro, fundado pelo próprio rei em 1131, que melhor entenderam e condensaram os interesses do monarca, em particular no que toca à justificação ideológica da nacionalidade, mormente através da guerra contra os infiéis⁷¹², e, acrescentaríamos, do uso da memória e das funções que, nesse quadro, desempenham as concepções e representações do espaço.

Na verdade, este último parece, tal como a segunda parte da *CG*, constituir-se com sentido de unidade, paralelo aos objectivos do desempenho da função régia, sendo os membros de todo o território apresentados como originários de uma única *natio*. Ao rei destinam-se as funções militares de reconquista e de manutenção das fronteiras, comuns aos restantes senhores, mas acresce, precisamente como atribuição distintiva, a dimensão jurisdicional que advém do repovoamento e organização espaciais. A Lusitânia, que o texto recupera, enquanto sinónimo de espaço a sul do Douro, é o palco privilegiado destas funções, dotado, previamente, do sentido de legitimidade que a tradição lhe imputa⁷¹³. Enfim, a referência assume exactamente a mesma fórmula da *CG* mas, como se pode entender, o seu valor contextual é exponencialmente acrescido.

⁷¹¹ Cf. Mattoso (1988, vol. II, 205).

⁷¹² Cf. Mattoso (1985, 115).

⁷¹³ A presença das referências espaciais neste domínio é atestada pelo mapa da toponímia utilizada no texto, apresentado por Mário Viana, *op. cit.*, p. 77.

Na verdade, podemos, ainda reflectir sobre algumas questões de fundo que ajudam a entender a importância fundamental destas fontes e a sua inexorável função constitutiva e estruturante do quadro mental e procedimento interpretativo das continuidades discursivas e narrativas: quer nas variantes de condição existencial e material, quer na de condição hermenêutica⁷¹⁴.

A condição existencial e material revela-se significativa pois os registos publicados por P. David constituem um dos primeiros manuscritos produzidos no *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra, num suporte que serve a apresentação de um *Homiliário* datado de 1139. Mas não se trata de um registo qualquer, pois quer o contexto social da sua produção, que envolve uma das comunidades religiosas com maior protagonismo no processo de construção mental e definição territorial do espaço que virá a ser português, assim como a sua reconhecida proximidade dos círculos de poder régio na 1ª dinastia⁷¹⁵, quer ainda a sua proeminência numa circunstância de particular carência intelectual e literária, cujas práticas de leitura e escrita se restringiam a meios muito reduzidos e privilegiados do tecido social, apontam para o valor excepcional das opções do que se lia, registava, enfim, perpetuava manuscrito.

Ainda neste ponto, o facto de aparecerem anotações várias na folha de guarda do volume compulsado⁷¹⁶, no início do *Homiliário*, e da relação com uma nota do verso que faz a ponte com o inventário de somas depositadas por Afonso I, relevam a sua possível natureza primordial, prática, estratégica, bem ao jeito das funções deste tipo de registos.

Por outro lado, saliente-se um facto que, em nossa opinião, ilustra bem o eixo explicativo desta tese ao mesmo tempo que invoca a necessidade de estabelecer, no plano metodológico, filiações hermenêuticas na medievalidade revelando o manifesto interesse que a modernidade coloca nestes registos. Neste exemplo verificamos que, ao tempo, estas fontes sugerem um especial protagonismo da sua própria produção discursiva, alimentando, à sua maneira, no fluxo da diacronia, a dualidade de visões e construção da narrativa legitimadora hispânica portuguesa e espanhola⁷¹⁷. A citada recensão dos *APV*

⁷¹⁴ Vejam-se os estudos de Francisco Bautista (2009, 113-190) e de Mário Gouveia (2012, 183-226).

⁷¹⁵ Sobre a importância de Santa Cruz de Coimbra no panorama político e cultural português muitos autores e estudos têm, diversamente, apontado essa dimensão. Refiram-se, como leituras incontornáveis, António Cruz, 1964 e, mais recentemente, Nascimento & Meirinhos, 1997.

⁷¹⁶ Descrição do códice em P. David, 1947, 261-263 e análise codicológica e material detalhada em Nascimento & Meirinhos, 1997, 28-67.

⁷¹⁷ Sobre esta relação entre a medievalidade e a época moderna, com significativas reconstruções discursivas para os movimentos humanistas português e espanhol, consultem-se os estudos de Ana Maria Tarrío, particularmente, 2005, 2014.

que P. David publica surgirá noutro texto do século XIII, no primeiro fólio de um manuscrito do mosteiro de S^{ta}. Maria de Alcobaça, contendo uma colecção de crónicas designada como *Summa Chronicarum*, onde, entre outras, se incluem obras da autoria de Eusébio de Cesareia, Jerónimo de Belém, Agostinho de Hipona, Sulpício Severo, Orósio de Braga, Próspero de Aquitânia, Hidácio de Chaves, Genádio de Marselha, Fulgêncio de Ruspe, Vítor de Tununa, João de Bicláro, Isidoro de Sevilha, Ildefonso de Toledo e Isidoro de Beja⁷¹⁸. Mas o processo é ainda mais revelador pois, como bem o demonstra D. Fortunato de S. Boaventura, na sua *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça* (1827)⁷¹⁹, terá servido de base para a redacção da III parte da *Monarquia Lusitana* do cisterciense Fr. António Brandão⁷²⁰. Depois, nessa altura, terá desaparecido da biblioteca do mosteiro, surgindo então na biblioteca do Colégio Maior de Santo Ildefonso de Alcalá (*Complutum*), vindo a ser publicado por Florez sob o reconhecido título, devidamente ajustado, de *Chronicon Complutense*⁷²¹, acrescentando ainda, significativamente, o relato da conquista de Coimbra por Fernando I, em 1064⁷²², num claro manifesto do valor legitimador e publicitador deste tipo de repositórios textuais.

São, também, originários de meios eclesiásticos outras duas referências à Lusitânia. Um primeiro caso, ainda ligado a S^{ta}. Cruz de Coimbra, na *Vita S. Theotonii* (PMH, 79-88, ACMASCC, 43-68 e tradução quatrocentista, 149-164). De facto, não é de estranhar que este personagem mereça um extenso e pormenorizado escrito hagiográfico, dado o seu papel na fundação do referido mosteiro, e, factor preponderante nesta análise,

⁷¹⁸ Cf. P. David, 1947, 263-264 e Mário de Gouveia (2012, 192).

⁷¹⁹ Cf. 70-72. Apud P. David, 263.

⁷²⁰ *Terceira parte da Monarchia Lusitana: que contem a historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques... / por o Doutor Fr. Antonio Brandão (...)*, Impressa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo, por Pedro Craesbeck, 1632, fls 271-276.

⁷²¹ Enrique Florez, *España Sagrada: teatro geographico-historico de la iglesia de España, Continuacion de las memorias de la santa iglesia de Tuy y coleccion de los chronicones pequeñas publicados e ineditos de la historia de España*, en Madrid: t. XXIII, por Antonio Marin, 1767, 315-317.

⁷²² Florez, *op. cit.*, 329-354. A publicação destes dois documentos por Florez não terá sido, certamente, alheia ao facto de ambos registos apresentarem fórmulas iniciais semelhantes. Na verdade, a primeira parte do *Chronicon Conimbrigense* corresponde precisamente a uma recensão longa dos APV, à semelhança do conteúdo inicial da *Chronica Gothorum*, com notícias que vêm até 1122. Sobre este assunto ver P. David, 1947, 264-265, 266, 268. P. David não refere correctamente as páginas em que Florez associa o referido *Chronicon* com a designação de “libro das Noas, por estar alli los Psalmos de la Nona”, apontando a sua publicação pelo “docto” Caetano de Sousa no primeiro tomo das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Cf. Florez, *idem, ibidem*, 300.

pela sua importância junto de D. Afonso Henriques, de quem foi conselheiro espiritual⁷²³. O redactor deste texto apresenta-nos um engrandecido monarca

“(…) *qui tunc infans dux Portugalis erat, sed processu temporis et diuini muneris largitate, post tocius pene Lusitanie et ex parte Gallecie rex est effectus illustris.*”, (PMH, 83, ACMA SCC, 54).

Impressiona, desde logo, a aplicação dos termos que delimitam o espaço invocado, transmitindo a ideia que o seu uso não era casual e atávico mas que correspondia, na sequência do que vimos para os textos anteriores, a uma memória territorial precisa, aliás, por isso mesmo, necessária para a construção ideológica de legitimidade política que o discurso corporiza. Certo é que, desta forma, a coerência identitária dessa memória não permite, ainda, juntar simplesmente Portugal e a Lusitânia mas, correctamente, fazer radicar os limites através de “parte” da Galiza e “quase toda” a Lusitânia, ou seja, numa fórmula que condensa, para além do mais, o objectivo da reconquista, no sentido da recuperação do espaço e constituição do *regnum*. Justifica-se aqui como significativo o apontamento para cristalização posterior, pois é interessante notar que, na tradução quatrocentista editada por António Cruz, o termo “Lusitanie” é substituído por “Portugal”⁷²⁴, não encontrando, certamente o autor da tradução, fundamento contextual para a manutenção daquela expressão. Por outro lado, não deixaremos de notar que esta alteração posterior aponta já para a definitiva cristalização da identificação entre Portugal (reino) e a Lusitânia.

Aliás, é também esse o sentido do que escreve, entre 1173 e 1185, Estevão, chantre da Sé de Lisboa, quando redige a *Translatio et Miracula S. Vicentii* (PMH, 95-101). As referências à grandeza política e humana e à religiosidade do primeiro monarca abrem a redacção, sendo que desse rol consta o facto da “*Lusitania quoque titulis eius ascribit*”

⁷²³ Mattoso, (1985, 110, 112) que o apresenta como um homem viajado (pela Terra Santa) e culto, que, juntamente com D. Telo e D. João Peculiar trazem manuscritos do estrangeiro e copiam as grandes obras da cristandade, para além do conhecimento e utilização de escritos científicos árabes.

⁷²⁴ Cf. ACMA SCC, 160.

(96). Palavras de um clérigo moçárabe⁷²⁵, que, significativamente já concebe o reino, de forma precursora, como uma entidade autónoma do rei, dotada de sentido. Afinal, é esta relação entre a progressiva afirmação do poder régio e a (re)conquista/formação de um território que vai, certamente, servir de base para formulações posteriores, nomeadamente no código discursivo do Humanismo, que consagram a ligação expressa entre o reino (entidade autónoma) e a Lusitânia. Esta última, sobrevivendo na Idade Média como um conceito historiográfico associado à reconquista, logo, ao processo de legitimação política e, daí, à formação da identidade nacional. Esta noção está preconizada, de forma mais consistente, na última fonte deste *corpus* fundacional. O *De Expugnatione Olisiponis A.D. MCXVII* (PMH, 391-405), apresenta uma outra fórmula, através das palavras invocadas no discurso do arcebispo de Braga, exortando à necessária unidade e concórdia, nem sempre conseguidas, no seio da acção cristã, pois

“Vos ex mauris et moabitis Lusitaniae regnum regi vestro et nostro fraudulenter subripuistis” (398).

Novidade pela introdução do tema no discurso directo, levando-nos a crer pelo menos, senão na eficácia do uso do termo, pelo menos no seu reconhecimento como referencial junto dos receptores, mas também pela plena identificação da Lusitânia com o reino.

Tornou-se pois claro que a noção de Lusitânia, para este *corpus*, correspondente aos primeiros registos da nação portuguesa, aparece associada a uma dimensão de construção da memória régia. Situa-se nesta categoria, não oferecendo, nesta altura qualquer dimensão de eficácia e prática político-administrativa. No entanto, seria estranho se durante a Alta Idade Média, fruto das contingências do evoluir histórico, nomeadamente da presença árabe, o tema se tivesse perdido, quando assistimos a uma recuperação do mesmo, no período final desta época. Seria, mesmo, incongruente. No estado actual dos nossos conhecimentos, podemos afirmar que as referências, afinal constituindo-se numa via de continuidade face a épocas anteriores, surgem no contexto

⁷²⁵ Mattoso, (1985, 24). Não podemos ainda omitir que, para além do papel fundamental dos moçárabes no seio da reconquista, terá sido por ordem do próprio monarca que se foi buscar o corpo do mártir, em 1176, e que se funda o mais importante mosteiro de Lisboa, o de S. Vicente de Fora.

acima mencionado, de proximidade à figura do primeiro monarca português, o que não deixa de ser significativo.

A sua identidade constrói-se, agora, no interior de um código discursivo que institui a prática de preservação da memória. Na economia do discurso a utilização da designação analisada não pode ser comparada, quantitativamente, a outras formas expressão e representação do espaço (ex. Portugal, portucalense(s)), cuja modernidade e eficácia encontram paralelo nas condições conjunturais que promovem uma nova visão e leitura desse mesmo espaço. Mas torna-se imperioso lembrar que, nesta abordagem, o critério de quantidade, embora se constitua como um necessário indicador, é falível. Como vimos, mais do que analisar a citação particular, é necessário olhar para o conjunto das fontes e do seu enquadramento. De facto, também notamos que nem todos os registos produzidos em contextos próximos da corte ou dos clérigos de S^{ta}. Cruz de Coimbra tem, necessariamente, essa menção. O que não deve conduzir a uma leitura em que essas referências sejam interpretadas como uma simples forma de atavismo linguístico, de conservadorismo ideológico ou mesmo por alusões ocasionais, sem futuro promissor, porque lhe falta a referida dimensão concreta de ordenação político-administrativa.

Afinal, percebemos que o problema se coloca, também, numa questão de escala. Tendo origem numa circunscrição político-administrativa de grandes dimensões, é natural que os usos posteriores remetam para essa mesma proporção. Por outro lado, a essência do discurso historiográfico deste período remete para o longo, difícil e complexo processo de reconquista, com os seus avanços e recuos, servindo, entre outros, os interesses adulatorios dos príncipes cristãos, seus protagonistas. Ora, como se sabe, este decurso não foi concretizado por conquistas provinciais. Mas sim por conquista e perda de cidades, castelos, vilas, terras, cujo relato, adaptado ao fluir natural dos acontecimentos que o produtor da memória julgava dignos de registo, não permitia a constante generalização de escala. O uso erudito e parcimonioso do termo revela que a sua aplicação, na mesma proporção da sua dimensão e tradição, engrandecia e nobilitava, quer fosse no registo da acção militar de reconquista, quer na titulação e adscrição do espaço ao reino, quer mesmo, através do registo de alteridade, na expressão do desejo de posse por parte do infiel.

Se redireccionarmos o nosso olhar e acompanharmos o complexo e difuso campo da representação mental e ideológica, lá encontramos, à luz credibilizante das fontes e da sua trama produtiva, a Lusitânia. Sem querer, com isto, dotá-la de uma hiperbólica função

discursiva e/ou ideológica. Mas, como atrás afirmámos, a sua presença ou a sua ausência só podem ser revestidas de valor. A continuidade prova-o. Este é um dos temas que ajudarão a construir, mais tarde, de forma visível e instrumental, a legitimidade e identidade do discurso régio, que, paralelamente, passará a discurso sobre Portugal. Na tessitura estudada podemos antever a proeminência que assumirá a nova nomenclatura, com a criação de um novo código discursivo, apontando esse caminho. O termo aparecerá, vernáculo, alterado de forma mas em continuidade e desenvolvimento de conteúdos e função, nas crónicas régias peninsulares de que são exemplo a *Primera Crónica General de España. (Que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba Bajo Sancho IV en 1289)*, na *Crónica Geral de Espanha de 1344* e, principalmente na *Crónica de 1419*.

Em última análise será o próprio processo de nova construção e representação do espaço, acompanhando a difícil conjuntura da reconquista, que busca essa forma de legitimação e identificação que o passado legara. Sem querermos, com isto, afirmar que se integre em qualquer manifestação de um anacrónico espírito nacional. A Lusitânia, marca da tradição, não morre com o fim da sua eficácia administrativa, mas sobrevive e renasce, com novo alento, devido às necessidades do presente da escrita. Erudita, é certo, mas que corporiza o discurso historiográfico e ajudará a enraizar a memória do *regnum* neste período.

IV

A Lusitânia e o Paradigma Clássico - No caminho do Humanismo e do Epílogo de um Transdiscurso

1 - Dos Fundamentos da Continuidade

Apuradas, como vimos, as condições em que o registo dos conceitos em estudo surge associado ao processo de produção e afirmação das primeiras fontes conhecidas de uma historiografia portuguesa - a analística dos séculos XI e XII e a sua reprodução em textos de edição posterior - resta tentar entender que outras configurações assume como uma fórmula de continuidade ou ruptura que permitam compreender a sua profusa utilização no Humanismo português.

Como já afirmámos, numa linha subsequente da cultura clássica, os períodos medieval e moderno, com origem na sociedade letrada confinante com os círculos de poder, comungam na valorização do passado como legitimador e justificador do presente oferecendo, naturalmente, um substancial protagonismo à historiografia, suporte ideológico e de propaganda. Esta pode assumir-se como um reflexo das lutas de poder pelos grupos dominantes, das contradições sociais internas mas também da afirmação e autonomia de unidades políticas de domínio que coincidem com a formação dos reinos. Acompanhando os primeiros esforços que mencionámos para fixar um discurso em torno do centro de poder régio e do seu território, surgem as primeiras e incipientes fontes cronísticas, nomeadamente a *Primeira Crónica Portuguesa*, compilação parcelar, datada de c. 1270, em torno do reinado de Afonso III de Portugal (1248-1279), escrita em galego-português e que será, posteriormente, preservada através da já mencionada *IV^a Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*⁷²⁶. Expressão que emerge paralela aos objectivos hegemónicos de Castela-Leão e que apresenta uma remissão ao rei fundador (D. Afonso Henriques) como um herói que combate, com divina missão, todo aquele que se alega

⁷²⁶ V. Moreira (2008; 2010b, 33-51); Miranda (2009); Oliveira & Miranda (2010, 295-324). Como nos lembra José Miranda, o trabalho de reconstituição do texto feito por Filipe Moreira parte do desenvolvimento de linhas de investigação que remontam aos trabalhos de Diego Catalán e de Inés Fernández-Ordóñez, sendo que a conhecida *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* constitui testemunho de uma crónica redigida ainda no séc. XIII. É com base nela que é ensaiada a edição crítica do texto da *Primeira Crónica Portuguesa*.

como "o outro" (mouro/opositor peninsular). Testemunho que se apresenta como uma primeira tentativa de criar uma imagem do reino mas essencialmente centrada na figura primordial e nos factos em torno do primeiro monarca português. A estas iniciativas subjazem, certamente, o urgente processo de autonomização identitária do reino português, paralelo ao longo período de combate ao *infiel*, que permitira a reconfiguração do território português.

Contudo, como veremos, será apenas na *Primera Crónica General de España*. (*Que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba Bajo Sancho IV en 1289*), para o caso de Leão e Castela, e na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, para o caso português, esta da responsabilidade do filho bastardo de D. Dinis (1297-1325), D. Pedro, conde de Barcelos (1285-1354), que se materializa uma efectiva e ampla composição. Aliás, consubstanciada em textos que configuram uma leitura espacio-temporal que reproduz a arquitectura discursiva que encontrámos nos discursos historiográficos clássicos e que se prolongará pelo Humanismo. Sinal do manifesto esforço em criar um suporte identitário, consubstanciado numa estratégica produção memorial e ideológica, revelando o labor intelectual e a necessidade que aguçavam o engenho para recriação de um discurso mais elaborado. De facto, nesses testemunhos as matrizes de configuração assentam na escala do reino, que constitui o cenário dos acontecimentos, mas integrado no restante espaço peninsular e numa sequência do relato que reporta a uma leitura estritamente cronológica que se remete ao início dos tempos. Aí, percebemos que a referência à Lusitânia assume uma peculiar expressão pela filiação textual entre ambos os textos mas sugerindo, pensamos, significativas diferenças no tratamento do tema. Nessa sequência, no caso português, o advento da dinastia de Avis (iniciada por D. João I - 1385-1433) e o resultado do confronto com a vizinha Castela (particularmente nos acontecimentos de 1383-85) trouxe, ainda, um novo impulso à historiografia que resultará na *Crónica de Portugal de 1419* que aprofunda o processo de mitificação e legitimação do acto e processo fundacionais do reino português, mas que se revela, para o assunto em análise, numa linha de continuidade, ela própria baseada na *Crónica Geral de Espanha de 1344* e com substancial transdiscursividade nas posteriores redacções de Duarte Galvão (c. 1445-1517), Rui de Pina (1440-1522) e Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1474-1538)⁷²⁷.

⁷²⁷ V. Moreira (2010a, especialmente 10, 231-374).

Seguindo o que observámos nos capítulos anteriores, ousamos propor esta linha de continuidade que enxerta a produção do Humanismo renascentista que recorre ao tema, com a sua idiossincrasia contextual, nas possibilidades que esta produção permite, ao criar um expressivo liame entre Portugal e a Lusitânia. Esta é a oportunidade de surpreender as primeiras manifestações e potencialidades desta relação e de compreender o desenho de linhas de orientação diferenciadas na produção historiográfica peninsular, no que toca à leitura do passado e na concreção desse passado ao presente, num intencional jogo de valorização e selecção. Nessa perspectiva, segundo a nossa leitura, o Humanismo renascentista não cria nada de raiz mas apenas desenvolve a adapta, consoante as circunstâncias, o legado que recolhe na Antiguidade clássica e a orientação que provém das conformidades e afinidades que estes testemunhos possibilitam. É precisamente neste transcurso (entre os séculos XII e XV) que podemos perceber a passagem de uma Lusitânia de escala regional, coincidente com a tradição de circunscrição administrativa do legado romano e suevo-visigótico, para uma acentuada afirmação do comprometimento com a escala do reino em produção e reinvenção, donde se depreende o seu carácter vertebrador na produção identitária portuguesa.

É importante notar a este propósito que o *topos* está essencialmente reservado ao relato que intenta invocar uma unidade territorial de domínio e, maioritariamente, recolhido ao processo da fundação do *regnum*, ficando excluídas do seu uso as invocações cronísticas que assentam num único reinado ou temáticas específicas. Resulta não encontrarmos ocorrências nas obras e modelos discursivos que são sugeridos na produção conhecida dos sucessivos e mais representativos guarda-mores da Torre do Tombo e/ou cronistas régios e no estrito serviço destas funções. Tal sucede com as Crónicas de Fernão Lopes (c. 1380-1460) - *D. João I*; *D. Pedro*; e *D. Fernando* - redacções autónomas seguindo o modelo de reinados⁷²⁸. Da mesma forma, não encontramos referências na produção de Gomes Eanes de Zurara (1410/20-1474) que lhe sucede no cargo em 1454, voltada maioritariamente para as novidades resultantes da conquista e expansão portuguesas - *Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*; *Crónica do Conde D.*

⁷²⁸ Interessante será confrontar com as menções, que veremos adiante, e que encontramos na *Crónica de 1419* (resultantes dos manuscritos que foram publicados sob o título de *Crónica dos Cinco reis de Portugal* e *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*) e no facto da sua possível atribuição a Fernão Lopes (sobre as teses em confronto e autoria provável, v. Moreira, 2010a, 27-65), relato que apresenta uma unidade relevante, embora construído numa sucessão de reinados entre a chegada de D. Henrique à Península Ibérica (final do século XI) e o reinado de D. Afonso IV (1325 – 1357), mas que, na intenção do seu redactor, ou em manuscritos diferentes daqueles que estiveram na origem dos actualmente conhecidos, alcançaria já o reinado de D. João I (1385 – 1433) (*Ibidem*, 27).

Duarte de Meneses; Crónica do Conde D. Pedro de Meneses; e Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do infante D. Henrique. São também omissas as *Crónicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II* da autoria de Rui de Pina, sobre a qual pendeu uma pesada fama de plágio a Fernão Lopes lançada pelo também cronista Damião de Góis, ao publicar a *Cronica do Felicissimo Rei D. Emanuel*, em 1566⁷²⁹.

Acresce que, caminhando para o final do século XV e durante o século XVI, à natural filiação do tema à elocução historiográfica começam a surgir outras configurações associadas a diversas naturezas discursivas, tal como a simbólica, a imagética, o teatro ou a música. Se encontramos uma definição algo incipiente nos primeiros relatos, vemos que se acentua a sua fundamentação, passando o registo humanista a recolher ao próprio fundo clássico e a discutir desde a origem do nome até à configuração geográfica, administrativa e étnica para legitimar posições - retorna-se, pois, de forma definitiva à arquitectura e ao léxico temático anteriores como forma de fundamentação do próprio discurso humanista sobre o tema. Por outro lado, no caso português, o perfil da invocação lusitana surgirá, nessa altura, travestido de uma nova roupagem que expressivamente acentua a sua função legitimadora e identitária - a associação ao espaço e ao valor do império ultramarino. Mas, como veremos, estas linhas de continuidade no recurso ao tema apontam já, nessa altura, a uma decisiva vertente ideológica e propagandística.

⁷²⁹ Aliás, também Damião de Góis, nesse contexto, se revela omissos quanto ao assunto quando, adiante observarmos, é afirmativamente um dos arautos da temática lusitana em pleno humanismo português. Por outro lado, como nos lembra Ana Isabel Buescu (<http://eve.fcsh.unl.pt/content.php?printconceito=1277>), no caso de Rui de Pina, só a *Crónica de D. Afonso IV* foi publicada em 1653, tendo, todas as outras, permanecido manuscritas até ao século XVIII. No caso de Fernão Lopes e Zurara parece, igualmente, relevante o facto das obras em causa não tomarem a forma de letra tipográfica até aos séculos XVII-XVIII, fazendo pensar na sua verdadeira função - certamente, de acordo com a própria finalidade do Tombo régio, asseguravam o registo memorial e oficial dos factos atinentes aos sucessivos reinados mas não comportavam uma natureza propagandística e de divulgação. Essa dimensão ideológica, que veremos surgir também noutras fórmulas discursivas (ex. as orações de obediência), acolhe e promove, com expressiva relevância, o *topos* que nos ocupa. A excepção neste panorama mas coincidente com o estatuto internacional deste humanista, será precisamente a edição de 1566-67 num in-fólio de quatro partes, da referida *Crónica* de Damião de Góis. Excluimos desta análise, por não apresentarem produção significativa nesta matéria, o cronista régio Frei João Álvares (inícios do séc. XV-1490) e o cronista e guarda-mor Vasco Fernandes de Lucena (?-1512) que é referido nas cartas de Cataldo Parisio Siculo (Soares, 2011, 241) e que demonstra, noutro contexto, como veremos, um expressivo recurso ao tema em análise. Sobre o papel e o desenvolvimento do Croniciado-Mor e os seus representantes, v. Serrão (1972; 1989) Azevedo (1989) e ainda em <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/os-guardas-mores-da-torre-do-tombo/>.

2 - Entre o Pretexto e o Texto – o Ser e o Parecer na Representação da Primeira Cronística Hispânica - os argumentos

"Le territoire est object de connaissance, et celle-ci en retour participe à sa définition"

Paul Zumthor, *La Mesure du Monde*, 79

O processo que temos em análise não se pode compreender sem o reconhecimento do facto que o espaço peninsular, no período que decorre entre o século XI e o século XIII, vive um momento fundamental no decurso da consolidação das formações nacionais e da fixação das matrizes territoriais. Matéria que não nos ocupa directamente mas que, nas últimas décadas, tem merecido uma grande atenção da historiografia e registado um significativo avanço no entendimento das motivações, procedimentos, derivações e consequências. Tal situação obriga-nos a considerar os nexos entre as reais condições políticas e sociais do ocidente peninsular, nomeadamente no que toca à definição e estruturação consistente dos poderes vigentes – em particular, o régio – bem como a afirmação das identidades regionais e nacionais, e a construção de um discurso – o historiográfico – sinal de um sólido caminho de representação simbólica⁷³⁰.

Em rigor, ao tempo, os monarcas ibéricos manifestam as suas intenções de autoridade através de formas não totalmente coincidentes e/ou com diferentes procedimentos e valorações, como as que reconhecemos em estruturas e práticas posteriores, identificadas com instituições solidamente estabelecidas e reconhecidas (ex. o Estado). Aliás, por agora têm cada vez maior necessidade de encontrar formas de exercício do poder mais próximas do corpo social sobre o qual pretendem exercer a sua autoridade, privilegiando-se, para obtenção de tal intento, a relevância e eficácia do

⁷³⁰ Sobre real valor em presença do exercício do poder simbólico sobre uma sociedade, manifestado em estruturas consistentes como a linguagem, a religião, os discursos, a arte, veja-se o estudo de Pierre Bordieu (1989, especialmente 7-16).

domínio do território, da definição dos seus limites, enfim construindo o espaço, que o mesmo é dizer, assegurar o controlo sobre as próprias estruturas que sustentam, na expressão de Garcia de Cortázar, “a organização social do espaço”⁷³¹. Este fenómeno, segundo José Mattoso, é paralelo à formação da aristocracia senhorial⁷³² e, definitivamente, em nosso entender, permite concluir da estreita relação entre a realidade e o discurso historiográfico, ao possibilitar que se estabeleçam os limites aos contextos de produção e recepção deste, e o seu grau de adequação e fidelidade àquela. Na verdade, como temos visto, a Lusitânia surgirá cada vez mais no domínio da representação discursiva, ligada à preservação da memória e dos seus detentores. Destacam-se uma minoria de clérigos cultos da corte, cujas ideias sobre o reino e a sua independência teriam limites, já referidos, de difusão, sendo apontados factores mais profundos na formação das nacionalidades ibéricas⁷³³. No entanto, acreditamos que os ditos limites de recepção e circulação das ideias deverão ser, já nesta época, alargados por via dos registos historiográficos promovidos em contexto de corte, de que são exemplo as fontes aqui examinadas, ou em ambientes senhoriais/regionais, de que são exemplo os textos já citados de conteúdo linhagístico.

Na tessitura que enforma os primeiros registos de teor cronístico hispânico a nossa análise recai, em primeiro lugar, sobre o primordial registo ibérico comumente considerado nesta categoria: a *Primera Crónica General de España. Que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba Bajo Sancho IV en 1289*⁷³⁴. Duas razões sustentam a nossa escolha e a singularidade do seu exame. Por um lado, por ser precursora na afirmação e estruturação de um discurso cronístico régio. No entanto, a assunção da sua consistência enquanto manifestação de uma narrativa cronística não pode ser totalmente afirmada, porquanto é evidente, em boa parte do texto, a simbiose de uma arquitectura discursiva e do respectivo conteúdo com a analística anterior. Por outro lado, se demonstra uma identidade espacial e política (castelhana) mais vincada no contexto peninsular, não podemos deixar de notar que a matriz de identidade e afirmação levanta alguma polémica e os contornos do descrito são, eles mesmo, controversos, quando não

⁷³¹ Garcia de Cortázar (1985).

⁷³² Cf. Mattoso (1993, 49-71).

⁷³³ Cf. Mattoso (*ibidem*, 56).

⁷³⁴ Utilizamos a edição da responsabilidade de Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Ed. Gredos, 1955. Doravante a menção a esta fonte far-se-á pela sigla *CGE*.

contraditórios. Sendo assim, importa realçar, para o efeito, algumas notas extraídas do estudo que acompanha a publicação desta fonte.

Um primeiro conjunto de reflexões surge em torno das condições de produção e de recepção da época. É fundamental considerar que o texto da crónica não possui homogeneidade, nem na forma, nem no conteúdo. Na verdade, o reinado de Afonso X (1252-1284) é marcado por vários períodos de actividade científico-literária⁷³⁵, com intervenção de tradutores, “ayuntadores” ou compiladores e capituladores. Para o texto em causa, acresce o trabalho de intervenção directa do próprio monarca⁷³⁶, significativo não só pela coordenação dos trabalhos de cópia, tradução e composição, mas também pela planificação, correcção da linguagem e, principalmente, triagem do certo, justo e verdadeiro suprimindo o supérfluo. Manifestação significativa não só dos interesses pessoais e intelectuais de Afonso X, como sobejamente tem sido afirmado, valendo-lhe o cognome de *o Sábio*, mas, para o que nos interessa, valor acrescido pela quantidade, qualidade e natureza da intervenção, sendo ele próprio, em associação, um incontornável agente do exercício do poder. Que melhor campo para prescrutar os interesses, estratégias, valores e práticas, tudo isto traduzido em raciocínio lógico e argumentativo, corporizado em discurso?

Se as estas questões juntarmos, ainda nas condições de produção dos textos, tudo aquilo que, por essa via, remete para as matrizes: quer intelectuais - na estrutura do pensamento e nas formas de legitimação válidas e aceites – enfim, permitindo compreender os processos de construção discursiva identitária, quer culturais - nos conteúdos e autores valorizados/suprimidos, estamos em melhores condições para avaliar o impacto e valor dos textos na condição real da época. Disso são exemplo as listas de autores que frequentemente aparecem na introdução dos textos.

A este propósito, parece-nos claro que é necessário resguardar o sentido anacrónico de autoria. A época em causa, tal como a anterior analisada, não reconhece, como hoje entendemos, o papel e valor da actividade pessoal e criativa. A *auctoritas* advém de outras formas de legitimação do discurso⁷³⁷, nomeadamente do acompanhamento e apoio pelos autores conhecidos e reconhecidos - com todas as consequências que essa constatação implica para o entendimento da obra como invenção

⁷³⁵ Menéndez Pidal fala-nos de 2 períodos: 1250-1260; 1269-1284, fim do reinado.

⁷³⁶ Este aspecto havia sido notado por Gonzalo Menéndez Pidal, *Como trabajaron las escuelas alfonsíes*, in *Nueva Revista De Filología Hispánica*, nº V, 1951, 367-379, *apud* CGE, p. XVI.

⁷³⁷ Cf. Foucault (2002, 43-45).

colectiva e como instrumento privilegiado de uma prática interventiva, nalguns casos diríamos, verdadeiramente criativa, do copista/compilador. Este fenómeno revela-se, quando analisado atentamente, fundamental para o entendimento da natural e paradoxal relação discursiva entre o ser, manifestado pela real impessoalidade das produções historiográficas⁷³⁸, a par das sucessivas alterações/adultrações permitidas pela condição de autêntico colaborador do copista⁷³⁹, e o parecer, revelado pela formalidade frequente e comum das listas. Daí que seja frequente autores utilizados no corpo de texto não constarem da lista apresentada inicialmente e vice-versa. Mesmo porque, mais do que um hipotético sentido estratégico de triagem de fontes, o prolongar da redacção e a intervenção de várias mãos pode ajudar a explicar essa situação. Para o caso da *Crónica* de Afonso X, já Pidal havia notado que a lista apresentada, lugar-comum de uma erudição situada, era uma cópia integral da *Historia* do Arcebispo toledano Don Rodrigo. Aliás, a mesma que, segundo o autor, no seu estudo, terá sido copiada por Frei Gil de Zamora⁷⁴⁰. Necessariamente, sem pretensões de relação exaustiva, revela-se timidamente o fundo clássico, convocando-se os já aqui analisados Júlio César, Floro, Trogo Pompeu por Justino. Não obstante, Paulo Orósio surge destacado nesta remissão.

Refira-se, ainda, a importância da constatação da existência de várias zonas do reino de Castela com diferentes escolas de tradutores e colaboradores o que nos levou a considerar a possibilidade da influência do meio de produção na concepção/representação do espaço, para além das diferentes abordagens, métodos e concepções do trabalho. Podemos verificar tal facto na sequência e organização do texto e nas diferenças de forma, conteúdo e uso situado da linguagem. Aliás, Pidal refere pelo menos quatro escolas reconhecidas pelo monarca – Toledo, com tradição no campo da tradução do latim para vernáculo; Sevilha, com particular relevância no campo do latim e do árabe; Múrcia e Burgos com particular actividade nas obras Afonsinas⁷⁴¹.

Um segundo conjunto de reflexões aponta dois caminhos que consideramos pertinentes e interdependentes. Por um lado, a sequência discursiva, numa arquitectura de texto que revela uma permanente preocupação em afirmar a dimensão inquestionável, teleológica e legitimadora do fluir diacrónico através do “puzzle” que constitui a

⁷³⁸ O mesmo se passa, para a época, no campo geral da criação científica ou mesmo da produção artística.

⁷³⁹ Processo que não é, certamente, alheio ao que assistimos na promiscua relação entre a oralidade e a fixação escrita dos relatos, já verificado pela proximidade à estrutura analítica, como atrás afirmámos para estes primeiros tempos da consolidação do discurso historiográfico. *Vide supra*.

⁷⁴⁰ Menéndez Pidal, “La Primera Cronica General de España”, in *CGE*, XXII-XXIII, XXXV-XXXVII.

⁷⁴¹ *CGE*, XV-XVI.

identidade histórica dos povos hispânicos, considerados na sua totalidade, mas com ascendência valorativa do reino castelhano-leonês. Na realidade, se diverge face à tradição discursiva anterior do arcebispo Toledano⁷⁴², não podemos deixar de apontar a clara filiação no registo analístico por nós anteriormente analisado, pois à semelhança deste, não apresenta uma sequência específica no discurso para o domínio árabe. E, tal como os primeiros anais portugalenses, marca-se a continuidade entre os godos e os reis das Astúrias, se bem que, muito significativamente, potenciando o valor estratégico do discurso historiográfico, demonstra aqui uma importante variante: naqueles, ao contrário do que acontece na *Crónica*, a presença e o peso, na tradição historiográfica, da identidade goda é rápida e laconicamente suplantada pela necessidade do momento – o da identidade regional portugalense⁷⁴³. Não sendo, certamente, preocupação para Afonso X e seus colaboradores a afirmação perante uma qualquer ameaça externa à unidade hispânica, importa, pois, consolidar a sua individualidade, numa outra escala e configuração identitária, de tal forma que a história de *España* se confundia com a história dos godos. Ora não é este um tema recorrente na cultura humanista castelhana, que teve o seu primordial e maior cultor em Alonso de Cartagena, no século XV⁷⁴⁴?

Na mesma linha de explicação entendemos o peso substancial da presença romana, certamente escorada no substancial repositório discursivo legado mas também numa tradição imposta pela cultura medieval hispânica, através da obra de Santo Isidoro, que terá perdurado até bem tarde, ao fim do século XVI⁷⁴⁵.

Por outro lado, importa tentar perceber se a *Crónica* e, evidentemente, o seu mentor, assumem uma clara posição imperialista ou de pretensa unidade nacional. Nesse sentido se terá pronunciado Pidal⁷⁴⁶, afirmando a sua dimensão precursora no plano das produções cronísticas hispânicas. Mais recentemente José Mattoso, embora referindo-se à real dimensão política e social do monarca, nomeadamente na relação com o reino português, afirma, quer a fragilidade da ideia imperial, mesmo sob os auspícios de Afonso

⁷⁴² Como nota Pidal, *CGE*, XXVI-XXVII.

⁷⁴³ *Vide supra*.

⁷⁴⁴ V. os estudos de Ana Sánchez Tarrío sobre o antigoticismo na cultura humanista portuguesa por oposição ao neogoticismo castelhano, num dirimir de argumentos e leituras da memória e da construção identitária paralela ao que podemos assistir no tocante à Lusitânia/lusitanos (2005, 889-904; 2014, 521-546).

⁷⁴⁵ Já Pidal notava este peso, representando influência directa em 341 dos 1.134 capítulos da *Crónica*. *Vide CGE*, XXXVI-XXXVII, XLVIII.

⁷⁴⁶ *Cf. Estudio sobre la Primera Crónica General, CGE*, LII-LIII:

VII⁷⁴⁷, quer a inexistência de prova da hipótese da unidade hispânica⁷⁴⁸. Para acolher essa realidade seria necessária não a revelação de uma realidade oculta ou preexistente mas a efectiva permanência e interiorização de várias escalas de consciência de pertença e instrumentos eficazes de domínio que permitissem o estabelecimento de uma verdadeira unidade orgânica entre *natio* e *regnum* – só verificada a partir do século XV.

Este é um terreno fértil para a análise discursiva, pois a polémica encontra algumas respostas no referido jogo entre a realidade política e social, o aparelho mental e a representação discursiva. Ora, se é inegável o peso das fontes desta natureza na formação, implementação e legitimação de uma conformidade ideológica, visível nas manifestações do texto em promover uma certa ideia de tradição de vassalagem entre os monarcas portugueses e castelhanos, também não deixa de ser verdade que o texto se revela pontualmente paradoxal e pouco cuidado na suposta manutenção da pretensa unidade, impossibilitando qualquer pretensão imperial.

Se a realidade política assim o exigisse, por conformidade ou pretensão, estranho seria que Afonso X, com um papel reconhecidamente tão interventivo, permitisse as indecisões que adiante revelaremos. Para já, a este propósito, notemos que o texto, no seu longo transcurso, na linha de tradição historiográfica vinculada pelas precursoras fontes clássicas e pelos transdiscursos posteriores, denota as habituais arquitectura do discurso, ordem narrativa e apartados descritivos, dedicando muito espaço a assuntos que não são exclusivamente da história e unidade coeva da Hispânia – disso é exemplo a referida história dos romanos ou ainda o facto de não valorizar a presença árabe na península mas encarecer a sua presença em França. A extensa mobilização de argumentos socio-genéticos de remissão bíblica, a advocação de uma tradição genealógica que absorve a cultura e a história de Roma na Península, digerindo, posteriormente, a presença bárbara pela continuidade goda, conformando uma leitura ontológica da identidade hispânica-castelhana, permite legitimar e acomodar a *potestas* e a *autorictas* das duas entidades protagonistas: o espaço-território (da escala peninsular ao reino) e o monarca. Torna-se evidente a construção de um edifício de sólida erudição recitativa e de transdiscursividade atestando a superioridade *natural* do exercício deste poder adjudicada à reserva de valor ideológico de legitimação e de afirmação cultural.

⁷⁴⁷ Cf. “A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos Séculos XII e XIII”, in *Fragmentos (...)*, 69-71.

⁷⁴⁸ Cf. “As Relações de Portugal com Castela no Reinado de Afonso X, o Sábio”, in *Fragmentos (...)*, 73-93.

Por último, segundo constatámos, o problema da autonomia de Portugal não tem um peso relevante na estruturação do discurso e na formatação dos conteúdos. Analisando o reduzido número de capítulos dedicados exclusivamente a Portugal, verificamos que merecem relatos sucintos, quase lacónicos, em que o referente da acção são quase sempre, os monarcas castelhanos – coincidente com a posição acima descrita de apurar a vassalagem mas sem uma inegável afirmação deste facto. Por outro lado, a forma de tratamento e enquadramento do assunto, a sequência de apresentação dos conteúdos relacionados com o tema afiguram um falso problema, encarado como uma possível estratégia de discurso. Parece unicamente interessar a composição sólida do relato com base nas fontes tradicionais, numa formalidade que produz uma composição que tem efeitos diacrónicos estáveis e transversais. Encontraremos a mesma linha, com flutuações significativas em crónicas posteriores, nomeadamente no século XVI. É o caso da *Descrição do Reino de Portugal* de Duarte Nunes do Leão. Da análise vertente apontamos dois aspectos que consideramos significativos e paradoxais.

Por um lado, o relato sobre o período anterior ao reconhecimento da autonomia portuguesa não aponta para nenhuma necessidade histórica de união política ou de outra natureza, com Castela, havendo mesmo momentos em que parece distinguir, em matriz espacial identitária, o território que mais tarde será Portugal – quer pela distinção vinculativa que a história regional impõe - disso é exemplo a descrição sobre o povoamento da Europa pelos filhos de Japhet (cap. 3), onde menciona a Galiza (com território até Gaia) e o aproveitamento da terra erma entre Minho e Douro, tendo chegado a um “logar que agora llamam Puerto (...) e pusieron le nombre Portugal”⁷⁴⁹ - quer pelo anacronismo com que contextualiza a orgânica espaço-territorial as acções dos seus antecessores - é o caso da acção contra os mouros empreendida por D. Afonso III, o Magno, que foi sobre Coimbra e “poblo en Portugal estas cibdades que eran destroydas de moros: Bragana, Viseo, Lamego, Edanna et el Puerto.”⁷⁵⁰.

Por outro lado, mesmo afirmando os referentes castelhanos de autoridade, ainda assim a *Crónica* reconhece o acrescido valor político e estratégico do território português, na sua formação orgânica, como palco do que verdadeiramente interessa ao discurso – a afirmação da supremacia cristã face ao mouro. Desta perspectiva é exemplo a clara separação entre Portugal e a Galiza, em campanhas contra os mouros em tempo do rei

⁷⁴⁹ CGE, 6.

⁷⁵⁰ CGE, cap. 658, 377-378.

Ramiro III e de Vermudo II (cap. 744, “El capítulo de la muerte del rey don Ramiro, et como corrieron los moros tierra de Portugal et de Gallizia fasta en Sant Yague, et outrossi de como morieron de muerte uil et desonrrada”⁷⁵¹).

Aliás, outra coisa não seria de esperar num discurso que já vimos funcionar com as matrizes espaciais, políticas e ideológicas da época da escrita, certamente com forte influência da visão totalizante do próprio Afonso X. Afirmar, no contexto das relações políticas peninsulares, outra coisa que não a da discreta consideração da naturalidade das autonomias firmadas, seria reconhecer o seu próprio falhanço na imposição de autoridade e poder. Isto que afirmamos encontra ainda justificação na forma silenciosa como o relato trata as referências a Portugal após a sequência cronológica que leva à sua autonomia, pois evita-se a menção do território, como se o mudo destino inelutável se tivesse cumprido. A par reforça-se, claramente, em número de menções e qualidade detalhada dos referentes, a forma como o restante território peninsular é citado – a *España* do título que se constrói com Castela, Leão, Navarra e Aragão. Tal postura permite, aliás, abrir o caminho para uma construção e até legitimação do ideário imperial peninsular.

Diríamos que o texto revela claramente essa tensão permanente entre vários factores - a realidade política e social hispânica, o jogo dos poderes e das alianças, a afirmação das identidades vigentes e reconhecidas, a dualidade do político e estratégia do momento e do homem de cultura, valorizando a verdade ideologicamente comprometida da erudição, enfim, permitindo vislumbrar os nexos entre a representação simbólica da escrita e o mundo que ela reproduz.

Um segundo testemunho que merece a nossa análise reporta-se à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, obra precursora produzida em contexto português⁷⁵², proveniente do meio senhorial pela origem do seu autor, o Conde D. Pedro de Barcelos⁷⁵³, figura que, no entanto, está consanguineamente ligado à corte régia. Este texto constitui uma espécie de réplica à *Primera Cronica* (...) de Afonso X, utilizando-a, e às suas fontes, como base, sem querer propriamente exaltar a monarquia portuguesa mas estabelecendo significativas diferenças⁷⁵⁴, e estando plenamente inserida nas “Crónicas da Escola

⁷⁵¹ CGE, 443.

⁷⁵² Recorremos à edição de Luís Filipe Lindley Cintra, 4 vol.s, INCM, 1951-1990. Identificada como *CI344*. De facto, não se conhece nenhuma crónica régia anterior com esta elaboração.

⁷⁵³ Sobre a autoria veja-se Cintra, *CI344*, I, CXXVII-CLXC; Mattoso (1988, II, 67).

⁷⁵⁴ Mattoso (*ibidem*, 204).

Afonsina⁷⁵⁵, conjunto cuja influência percorre todo os séculos XIV a XVI⁷⁵⁶, com refundições, ampliações, resumos, utilizando-se ou não o mesmo material de base ou totalidade/parte das fontes anteriores⁷⁵⁷. Este transcurso pertence a uma intrincada rede textual que a investigação ainda está, neste momento a explorar⁷⁵⁸, e contextualizada, como demonstra Cintra, pelas fontes da Antiguidade mas também pela *Variante*

⁷⁵⁵ Com influências da citada obra de D. Rodrigo de Toledo. V. Cintra (1992, 21).

⁷⁵⁶ A *Primera Cronica* e a refundição portuguesa da sua *Variante Ampliada* (que esteve na base da primeira redacção da *C1344*), traduzida no início do século XV para castelhano, foram extensivamente utilizadas por vários autores dos séculos XV e XVI, nomeadamente Alfonso de Cartagena (1384-1456), Rodrigo Sánchez Arévalo (1470), e Florião de Ocampo (1541), este marcando uma refundição que vai provocar a sua diluição transdiscursiva. Cintra, *C1344*, CCCXV-CCCXVI.

⁷⁵⁷ Lindley Cintra relembra que a autoria do Conde D. Pedro acolhe a ajuda de um clérigo - Gil Peres e de um mouro - Çoleima (*ibidem*).

⁷⁵⁸ Maria do Rosário Ferreira sintetiza esta complicada contextura da seguinte forma: "O ano de 1951 veio mudar definitivamente o perfil autoral do Conde de Barcelos, trazendo-o à ribalta da produção historiográfica medieval hispânica. Com efeito, Luís Filipe Lindley Cintra defendeu então ser a *Crónica* de 1344 uma obra com redacção primitiva em Português, tendo, além disso, mostrado que o seu autor não poderia ter sido senão o Conde de Barcelos. Porém, o texto original dessa obra estava perdido, dele sobrevivendo apenas uma tradução castelhana, incompleta, em manuscritos do século XV (Salamanca e Escorial). Na ausência de um testemunho português da versão primitiva, Cintra optou por dar a conhecer na sua monumental edição crítica intitulada *Crónica Geral de Espanha de 1344*, o texto português de uma refundição anónima, redigida *circa* 1400, que não corresponde na realidade à *crónica* do Conde. Tal reformulação substitui toda a parte inicial do texto atribuível a D. Pedro, assente numa estrutura de matriz genealógica (a chamada porção "não-cronística", construída segundo um modelo alheio ao esforço historiográfico alfonsino, com muito peso de listas genealógicas. Ver Cintra *C1344*, XXI-XXVI, Catalán 1970, XLIX-LXII), por uma versão muito distinta, compatibilizada com a tradição da *Estória de Espanha*; e reescreve sem grandes modificações narrativas (o que não é equivalente a sem alterações de sentido) o remanescente da obra, que na redacção original se filiava já na escola alfonsina (esta porção da *crónica* teve como fontes principais um testemunho da versão amplificada da *Estoria de Espanha*, entre Ramiro I e Vermudo III, e, subsequentemente, a *Crónica de Castela* e uma *Crónica Particular de S. Fernando*. Ver Cintra *C1344*, CCCX-CCCXVI, Catalán 1962, 305-312, Catalán 1970, XLIV-XLIX). Em 1970, Diego Catalán e Maria Soledad Andrés vêm remediar parcialmente este equívoco, ao darem a público o texto crítico da tradução castelhana da redacção original da *Crónica de 1344*, na porção em que a refundição *circa* 1400 a havia mais profundamente desfigurado. Porém, por essa altura, a colagem da personalidade literária do Conde de Barcelos ao texto editado por Cintra estava já feita, e, na prática, irá prevalecer na opinião culta portuguesa. Quanto à porção da tradução castelhana da redacção original em que a refundição não introduziu alterações de fundo, permanece ainda inédita, na quase totalidade, e virtualmente intocada por estudos específicos. Num tal panorama, estamos ainda longe de dispor de um texto que possa considerar-se representativo da *Crónica* de D. Pedro de Barcelos". (2010, 159-161). Realmente a autora está na base de um projecto - «Pedro de Barcelos y la monarquía castellano-leonesa» Estudio y edición de la sección final inédita de la *Crónica General de España* de 1344 (EXPC/CPC-ELT/1300/2013) que traz a secção final da *C1344* que permanecera inédita, versando sobre Fernando III com uma elaboração específica dos reinados de Afonso X, Sancho IV, Fernando IV e Alfonso XI até à batalha do Salado (1340) (Ferreira, 2014). O resultado deste projecto e a extensa lista de publicações associadas pode ser consultado em <https://pedrodebarcelos.wixsite.com/cronica1344>. Ver, ainda, sobre as questões em torno das redacções da *C1344*, Moreira (2016) e Vindel Pérez (2016).

*Ampliada da Primera Cronica e a Crónica dos Veinte Reis*⁷⁵⁹, pelo *Liber Regum*⁷⁶⁰, pela *Crónica do Mouro Rasis*⁷⁶¹ e pela própria produção do Conde D. Pedro⁷⁶².

Vejamos, de seguida, os conteúdos em presença.

⁷⁵⁹ Cintra, *C1344*, CCCXI-CCCXVI.

⁷⁶⁰ Sobre a importância do *Liber Regum*, uma obra genealógica navarra na formação da Crónica de 1344 e no Livro de Linhagens. Cintra, *C1344*, CXXIV-CXXV. Miranda (2010, 1-2) afirma que a presença do *Liber regum* em Portugal é normalmente associada ao *Livro de Linhagens* ou à *Crónica de 1344*, onde diferentes redacções daquela obra genealógica são extensamente transcritas. Lembra ainda que, baseado nos diversos estudos de Cintra podemos perceber a transdiscursividade do *Liber Regum* e da *C1344* em autores do século XVI e XVII como Cristóvão Rodrigues Acenheiro, André de Resende e António Brandão, este último um dos autores da *Monarquia Lusitana*.

⁷⁶¹ Cintra, *C1344*, CLXXXIX-CLXC. Como se sabe, o processo de afirmação do poder régio português e recurso à produção discursiva promovia iniciativas de suporte como a tradução de Pero Anes de Portel, ordenada por D. Dinis (1279–1325), das obras do mouro Ahmad al-Razi, historiador e geógrafo de Córdoba, condensadas, antes de 1315, pelo mesmo clérigo Gil Peres que fará parte do projecto da *C1344*. A materialização desta acção concretiza-se na *Crónica do Mouros Rasis*, como passou a ser conhecida, onde se faz uma extensa e muito utilizada descrição da *Hispania*, baseada nos modelos clássicos que já analisámos da descrição oro-hidrografia e da geografia humana, mormente da geografia das cidades. v. a edição da *Crónica del Moro Rasis*, Diego Catalán & Maria S. Andres, 1975; e Amado (2000, 188-189).

⁷⁶² Autor de um nobiliário, o *Livro de Linhagens* (publicado por José Mattoso e Joseph Piel, em 1980), sobre o qual assentou toda a produção genealógica peninsular dos séculos seguintes.

3 - Da Lusitânia na *Primera Crónica General de España* e na *Crónica Geral de Espanha de 1344*: exemplos de um discurso fundacional pré-moderno?

A *Primera Crónica* (...) foi concluída sob os auspícios de Sancho IV (1284-1295), filho de Afonso X, tendo-se iniciado, c. de 1270 e estando ainda a ser redigida em 1289⁷⁶³. Constatase uma bipartição, em dois tomos, que mais do que física, corresponde a algo constitutivo da própria *Crónica*, sendo cada tomo referente a cada reinado dos monarcas mencionados. Afonso X revela nas suas fontes e nos conteúdos perpetuados, um significativo gosto erudito pelo passado legitimador.

Não menos significativa se apresenta a divisão interna da obra e a sua dinâmica de produção, feita por partes de desigual tamanho, cada uma referente a cada senhorio que dominou *España*. Os 108 primeiros capítulos, crê-se de vários autores/compiladores, revelam uma falta de unidade e um estilo arcaizante, provavelmente de geração mais velha e, com possível intervenção directa e activa de Afonso X. Na mesma linha, Menéndez Pidal aponta uma continuidade até ao final da história gótica (cap. 565), revelando uma certa unidade material com o grupo anterior. Ainda de salientar que, até ao capítulo 965 (morte de Afonso VI, em 1109, na qualidade de *Imperator totius Hispaniae*), o texto apresenta uma característica própria: a forma de redacção aproximada às fontes anteriores – os anais – sendo, enfim, os últimos 170 capítulos significativamente diferentes, num relato mais contemporâneo, em forma e conteúdo da própria redacção. Aliás, se o rascunho foi ordenado e escrito nas escolas de Afonso X e sob sua direcção – em 1274 estava redigido até ao capítulo 997⁷⁶⁴ - constata-se um gradual empobrecimento compilatório, com maior recurso às fontes poéticas e cessando as fontes árabes e latinas. Acresce ainda que a existência de duas versões (régia e vulgar) aponta para a complexidade dos contextos de recepção e invoca o valor estratégico do texto.

⁷⁶³ A terceira e quarta partes foram concluídas em tempo de Sancho IV, sendo que o capítulo 633 refere a data de 1289.

⁷⁶⁴ Cf. *CGE*, XXIV, XXXV.

No entanto, é interessante verificar que quando analisamos o teor do texto e as matrizes descritivas, facilmente se percebe que os referentes espaciais do discurso se reportam aos da época da redacção e não aos dos acontecimentos. Situação que se verifica em inúmeras passagens do texto afonsino, quer no que se refere à designação de regiões e/ou províncias, quer em registos de menor escala – é exemplo a referência à cidade do Porto em factos relatados em tempo de D. Afonso III, o Magno (866-910).⁷⁶⁵

Neste sentido, façamos uma leitura dos conteúdos e do enquadramento do tema da Lusitânia neste texto. Começaremos por notar que, de acordo com o que atrás afirmámos, se verifica uma alternância entre as fórmulas de fixação do corónimo - “Lusitania”, “Luzenna”, “Luzeña”, “Lucenna” - não só, certamente, devido às múltiplas fontes e compiladores/tradutores, como também às múltiplas influências linguísticas que produziram o vernáculo, com forte influência da oralidade na grafia, particularmente em termos cujo uso quotidiano era diminuído. Comprova-se esta asserção pelo facto da aplicação do termo de origem latina (*Lusitania/Lusitanna*) apenas surgir nos capítulos 7 (10, a propósito da presença e acção povoadora de Hércules) e 77 (56, sobre Sertório e Pompeu), atestando o recurso directo a matéria constante das fontes clássicas, alternando entre a corrente utilização vernácula.

Mas afinal em que contextos discursivos surge o conceito de Lusitânia? A este propósito poderemos estabelecer algumas categorias de uso, respeitando a referida multiforme arquitectura interna da obra que destacámos nas formulações anteriores. Senão vejamos.

No conjunto formado pela divisão apontada (108 primeiros capítulos), deparamos com o uso variado do termo, sendo notória a da origem e identificação do topónimo, marca da tradição clássica que permanecerá em transdiscursividade posterior, nomeadamente em textos historiográficos dos séculos seguintes, (ex. cap.s 3 (6) e 7 (10)) Através desta referência acentua-se uma clara separação entre Portugal e a Lusitânia, com diversos antecedentes histórico-mitológicos, aquele, curiosamente, radicando a origem na Galiza; esta demarcando uma região entre o Guadiana e o Tejo, terra dos Lusios, invocando a presença de Hércules.

Em estreita ligação com o ponto anterior, a afirmação da matriz espacial de origem étnica, contribuindo para a sua leitura como etnónimo - cap.s 3 (6, “Lusios”), 42 (28, “los

⁷⁶⁵ Cf. CGE, cap. 658, 377-378.

de Luzenna”), revelador do sentido delimitador do espaço de formação política em íntima relação com a formação e manutenção das unidades peninsulares regionalizadas. Por isso, acresce a da identidade vincada pela autonomia de “los de tierra de Luzenna” (cap. 39, 27), que merece o propósito do relato do episódio de Viriato (“y era natural de tierra de Luzenna”, cap. 43, 28), aliás remetendo para a categoria de localização de acontecimentos históricos relevantes (*passim*). Validam-se as fronteiras que separam o corpo social pelo peso e legitimidade dos termos herdados da tradição, que transformam as fronteiras em espaços manobráveis e não em linhas rígidas e precisas. Neste caso, à semelhança das múltiplas leituras e indefinição da configuração do território lusitano nas próprias fontes clássicas, a tradição ainda é o que era.

Ora, a unidade material de conteúdos e de forma que se apresenta no conjunto inicial - e coerente até ao capítulo 565 – mantém-se, pela continuação do relato sobre a presença romana na península, permitindo o uso regular da Lusitânia para contextualização de acontecimentos e definição da matriz espacial da identidade peninsular. No entanto, tal abordagem não se faz sem hesitações e incongruências. Apesar de manter firme a divisão entre Galiza e Luzenna⁷⁶⁶, tal como surgira inicialmente, ainda reforçando essa cartografia através da separação com Coimbra (cap. 423, 241), fazendo recuar o limite para sul, recupera da primeira parte (cap. 41, 27) a categoria de circunscrição administrativa, através da noção de “província” e admite a sua coincidência com o Algarve (cap. 366, 209). Para mais à frente redimensionar o espaço e juntar a referência ao Guadiana e a Mérida (cap. 374, 213) e terminar numa significativa “província de Luzenna, que es tierra de Badajoz et dell Algarve” (cap. 417, 239). Esta perspectiva retoma estrategicamente uma parte da concepção clássica (omitindo a que não incluía a zona algarvia - terra dos Cuneos) e é aqui coincidente com uma concepção engenhosa do espaço do sul da península, invocando as suas negociações e delimitações no seio da reconquista⁷⁶⁷.

É também expressivo o *corpus* textual a partir do capítulo 565, que se remete ao fim da história gótica e ao início do ciclo dos reis asturianos que fica, desde logo, marcado por uma significativa menção ao reinado de Afonso III, levando-nos a estabelecer uma ponte com as fontes analísticas já analisadas: os *Annales Portucalenses Veteres* e a sua

⁷⁶⁶ CGE, cap.s 367, 210; 372, 212; 374, 213; 417, 238.

⁷⁶⁷ Sobre o assunto, Mattoso, “As Relações de Portugal com Castela no Reinado de Afonso X, o Sábio”, in *Fragmentos (...)*, 84-89.

apresentação na *Chronica Gothorum*. Fonte de origem regional, propusera, como vimos, uma menção enquadrada por referências espaciais coerentes com o território que viria a ser português, remetendo para a escala de leitura intermédia assumida pela Lusitânia. Na *Cronica General de España* (cap. 658, 377-378), o mesmo assunto e cronologia, tratados, significativamente de modo diferente, abreviado e omissos no que toca, precisamente, à Lusitânia

“[Afonso III] Et poblo en Portogal estas cibdades que eran destroydas de moros: Bragana, Viseo, Lamego, Edanna et el Puerto. (...) Et poblo y otrossi toda essa tierra bien fastal rio de Taio.”

Sinal de uma tradição firme e arreigada, na mais válida linha de transdiscursividade, cujos conteúdos são secundarizados em nome de uma tessitura que se pretende sem mácula para os objectivos e contexto de produção do momento da escrita, configurando o seu evidente peso ideológico.

Aliás, mais do que nunca surgem as incongruências com o texto anterior. Atente-se nos capítulos 673 (385), em que se separa Mérida da “tierra de Luzenna” e 722 (423), em que separa a Galiza de Luzenna pelo rio Douro - quando atrás afirmara ser Luzenna o Algarve. Mas as indecisões continuam, pois logo a seguir distingue a Galiza de Portugal (cap. 744, 443) mas, afinal, ainda consegue demarcar Portugal de Luzenna, sendo esta “tierra de Badaioz et de Mérida”, (cap. 805, 486). Note-se que no fim, coerentemente com as conclusões que acima retirámos das fontes anteriores, a *Primera Crónica* aproxima, pela via da presença árabe, Portugal e a Lusitânia (cap. 815, 495). Como vimos, fora este o contexto e a identidade alocadora que legitimara, na leitura das fontes anteriores, o papel e a acção dos monarcas portugueses, particularmente D. Afonso Henriques, bem como a matriz espacial do *regnum*.

Por último, importa referir que no conjunto dos capítulos finais (a partir do capítulo 965), apenas surge uma breve menção a “Luzenna”, identificada com as ribeiras do Guadiana (cap. 968, 649), situação coerente com um discurso de outra natureza, mais próximo cronologicamente da redacção e consentâneo com um enquadramento espacial definido pela matriz político-administrativa contemporânea da escrita.

Vejam os agora o caso da *Crónica Geral de Espanha de 1344* para compreendermos as proximidades e as diferenças entre ambos os testemunhos, com especial atenção às alterações no que toca ao tratamento do tema em análise. O plano geral da obra aproxima-se do que encontramos da *Primera Cronica*⁷⁶⁸, citando, logo no prólogo (*C1344*, II, 6-7), a importância de "Claudio Tollomeu, que departio do circo da terra melhor que outro saybho ataa a sua sazom" e de "Pompeo Troga" e outras "quantas estórias de Roma pode aver que algumas cousas contassem dos feitos d'Espanha". Segue-se a habitual história genealógica universal das fontes cronísticas que vimos fazer parte da arquitectura discursiva da historiografia e da *argumentatio* clássicas e que perdurará nas fontes modernas como João Vaseu, Floriã do Ocampo, André de Resende, Fernando de Oliveira, Duarte Nunes do Leão ou Frei Bernardo de Brito.

Aqui devidamente enquadrada pelas matrizes cristãs, a genealogia laudatória e legitimadora remonta a Noé e ao Dilúvio, partindo do livro Bíblico do *Génesis* mas apontando para a necessidade de se explicar a divisão do mundo nos três continentes conhecidos (Ásia, Europa e África) e a consequente povoação da *Hispania* onde surge como protagonista e primeiro povoador a figura de Hércules (*C1344*, II, cap. I-XIII, 3-38). No entanto, não procedendo a uma comparação exaustiva, há duas significativas diferenças dignas de menção. Por um lado, a *C1344*, fundamentando o apartado geográfico substrato do seu discurso, apresenta, de seguida, um louvor da Hispânia⁷⁶⁹, com descrição geográfica e uma listagem das suas principais cidades e termos (cap.s II, XIV-XLVII, 39-75)⁷⁷⁰, numa clara interpolação à *Crónica do Mouro Rasis*⁷⁷¹. Por outro lado, na sequência do relato da presença romana (salientando os contextos das guerras púnicas e das lutas da guerra civil com César e Pompeu) e goda, e tendo a *Primera Cronica* subtraído a capítulos liminares e enquadrados na história peninsular a presença muçulmana, a *C1344* confere-lhe outra notoriedade, fruto das fontes utilizadas, apresentando um a extensa redacção sobre a invasão com uma lista dos emires do al-Andalus (II, CXCIX-CCXXXVIII, 324-378). Ora, significativamente, no capítulo

⁷⁶⁸ Para uma descrição do plano da primeira redacção v. Vindel Pérez (2016, 5-7).

⁷⁶⁹ Como observámos anteriormente a propósito de Trogo Pompeu e reconhecendo-se uma notória transdiscursividade com Posidónio, e em Estrabão e Pompónio Mela, prolongando-se pelos autores do Alto Império, a prática da *Laus Hispaniae* assume uma importância fundamental na arquitectura e no léxico temático da formulação discursiva. Nesse aspecto o texto de Rasis não faz mais do que continuar uma tradição que explica, conjunturalmente, muita desta produção; v. Cascón Dorado, (2017).

⁷⁷⁰ Note-se que nesta exposição a cidade que merece mais espaço e atenção do redactor é a cidade de Mérida (cap. XXV, 62-64).

⁷⁷¹ *Crónica del Moro Rasis*, Diego Catalán & Maria Soledad Andres eds., Gredos, Madrid, 1975.

seguinte (II, CCXXXIX, 378-380) ao retomar a história peninsular que ficara em "apneia" pelo transcurso muçulmano, retorna-se, no esteio da singular tradição analítica que referimos, ao último rei godo (D. Rodrigo - 688-711), que perdera a terra para aqueles, mas existe o cuidado de contabilizar os monarcas que reinarão até ao fim do relato e, nesse cômputo separam-se os reis de Portugal.

Observemos no texto, numa análise mais fina, as circunstâncias e ocorrências sobre a Lusitânia. De facto, verificamos uma alteração significativa no redactor da *C1344*, no que respeita ao tratamento do espaço - deparamos com uma preocupação em adequar, de forma precisa e rigorosa, os termos utilizados e em formular uma explicação fundamentada no que toca ao tema em causa⁷⁷². Este surge enquadrado na problemática da origem do topónimo/etnónimo, e daí, naturalmente, ser recurso frequente como matriz de origem étnica e territorial para identificação e localização do relatado, para além de apurar a sua enunciação como circunscrição administrativa. Assim, embora de acordo com a arquitectura discursiva e com o léxico temático da *CGE*, a *C1344* vai introduzindo significativas alterações que, não devendo ser exacerbadas, constituem uma firme revelação do intuito circunscriitor e singularizador do discurso.

Antes de mais, apresenta menor variação nas fórmulas registadas do conceito, sendo uniforme nas suas ocorrências que apresenta sempre na forma vernácula (*Lucena/Luçena*), à excepção da que se reporta à explicação sobre a origem da designação *Lusitania*. Sugere essa designação no capítulo sobre os trabalhos de Hércules e o seu confronto com Gérion (II, VII, 25), do substrato que reconhecemos em Plínio (*NH*, III, I, 8) mas alterando a configuração da história (*CGE*, cap. 7, 10) ao referir-se ao rio *Ana* como *Augua de Dyana*, personagem a quem, supostamente, Hércules teria devotado sacrifícios e, como consequência, pelos jogos e trabalhos que teve, deu o referido nome a essa terra. No entanto, na abertura da redacção já havia referido a mesma inquietação pela correcta explanação dos nomes, com uma formulação que acentua uma outra vertente da formação do étimo - a etnómica. Desde logo, seguindo o relato da povoação e divisão da *Hispania* (II, cap. IV, 15), vai acompanhando o que diz a *CGE* (cap. 3, 6-7): i) a formação do nome de Portugal que deriva do povoamento da zona da Galiza até ao Douro

⁷⁷² Bernardo Vasconcelos e Sousa notou que apesar das Crónicas régias assumirem um maior protagonismo a partir do século XV, com o advento da dinastia de Avis, a anterior *C1344* terá um papel destacado precisamente por assumir um discurso de identidade e poder assente num tópico central da narrativa - o espaço/território, à semelhança do que acontecerá com a *Crónica de 1419*, baseada na clara demarcação do reino português face a Castela e pelo tratamento autónomo da monarquia portuguesa no contexto ibérico, ainda que demonstre concepções atinentes à nobreza feudal (2007, 2).

(Gaya), que é agora Porto, e da invasão dos "Galazes", cuja junção deu "Portugalazes" e acrescenta algo que não consta da *CGE*, caso o leitor tenha dúvidas sobre a identidade do território de que se fala "mas depois o encurtaron e poseronlhe nome Portugal"; ii) mais relevante é o tratamento que merece nesta passagem a questão da Lusitânia - por um lado, reportando-se à presença dos Vândalos que ocuparam a Andaluzia a *CI344* segue a *CGE* quando confina a terra Bética a esta zona da *Hispania* e afirma que a Andaluzia tem de largura entre o Guadiana e o Mediterrâneo, mas significativamente omite o trecho da *CGE* que dá o comprimento entre o Oceano e ao rio Xucar - ou seja, liberta o espaço tradicional da Lusitânia para não haver sobreposição e identificação com a Andaluzia; por outro lado, pode-se afirmar, assim, uma terra de *Luçena* entre Guadiana e Tejo cujo nome, também na relação com os trabalhos de Hércules, deriva aqui dos seus habitantes⁷⁷³ que se chamavam *Luxios*; por fim, não menos relevante é a construção frásica e o tempo verbal que comporta a designação toponímica *CI344* "chamam Luçena" - *CGE* "llamaron Luzenna".

Ao referir-se à condição de circunscrição administrativa o redactor não é menos criterioso na sua aplicação, evitando desnecessários e perigosos anacronismos. Sendo assim, reserva a designação de "província"⁷⁷⁴ para o relato que segue até ao fim da presença romana em território hispânico, correspondendo à fase em que a divisão administrativa estava em pleno vigor. Nas outras invocações ao topónimo é sempre associado o termo "terra de"⁷⁷⁵. Esta questão é, no entanto, merecedora de algumas subtilezas na redacção e associa-se também ao relato de Viriato que é digno de ser referido em quatro capítulos subsequentes⁷⁷⁶: i) na *CI344* (cap. LXIII, 96) relatando a sequência dos acontecimentos em torno de Públio Cornélio Cipião e sobre o levantamento dos povos peninsulares contra Roma, a *CI344* altera o texto da *CGE* (cap. 39, 27) de "terra de Luzenna" para "provincia de Lucena"; ii) adiante, no cap. LXV (99), é ainda mais expressiva a subtileza, pois ao relatar a entrada de Sérgio Galba na Península inverte os

⁷⁷³ A identidade dos habitantes desta terra e a sua singularidade no panorama hispânico está bem patente nos textos pelas referências "os de Lucena" ou ser "natural de Luçena" (ex. LXVI, 99, 100, 101).

⁷⁷⁴ Ex. *C.1344*, II, cap.s LXIII, 96; LXV, 99.

⁷⁷⁵ Ex. *C.1344*, II, cap. XCII, 147, 148; cap.s XCV, 152; CLXVIII, 261; CCXCVI, 470; III, cap. CCCLIX, 103.

⁷⁷⁶ *C1344*, II, cap.s LXVI-LXIX, 99-103. A imagem de Viriato, embora tratado com o putativo julgamento de "ladrom", corresponde à transmitida pela tradição clássica, de Posidónio a Trogo Pompeu, e apresenta-se como natural de *Lucena*. Não obstante, refere-se o célebre episódio frequentemente transmitido na literatura clássica acerca da traição de Sérgio Galba aos lusitanos, que motivara o opróbrio de todos os "Spanhooes" (100) e que, como vimos, levou ao afamado discurso de Catão-o-Velho. A morte de Viriato, à traição, é aproveitada pelo redactor, numa concepção senhorial, para repúdio daqueles que "fezerom em matarem assy a seu senhor Viaraço" (102).

termos - onde se lê na *CGE* (40, 27) "e aquell entro tanto por Espanna fasta que llego a la pronuincia de Luzenna, e alli ouo una grand batalla con los de la tierra (...)" a *C1344* redige "e aquel entrou tanto per Spanha ataa que chegou a terra de Lucena e ally ouve hua gram batalha com os daquela provyncia" - na primeira versão fica claro o comprometimento da província com Espanha, na segunda o entendimento do contexto é protagonizado pela terra e pelos seus habitantes, surgindo a província como um mero enquadramento de época. A terra lusitana ficava, assim, correctamente situada no contexto clássico da presença romana e, valorizando a componente étnica e a identidade guerreira dos seus habitantes, permanecia como território de futura conquista portuguesa, iii) aliás, no capítulo seguinte (LXVI, 99-101), em linha com esta estratégia, a *C1344* altera o título (*CGE*, cap. 42, 28) indicando e ajustando, expressamente, a acção do enviado de Roma, Sérgio Galba à "provyncia de Lucena", reforçando no texto a sua "deslealdade aos de Lucena"; iv) na sequência do que temos assinalado, quando se trata de relatar os factos do rei godo Teodorico (*C1344*, II, cap. XCII, 147), "Teuderigo (...) moveo com suas hostes de Galiza pera terra de Lucena e de Bardorios [Badajoz], e de Algorbe [Algarve]", volta a emendar o texto da *CGE* (417, 239) "Theuderico mouio sus huestes (...) de tierra de Gallizia pora la prouincia de Luzenna, que es tierra de Badaioz et dell Algarve" - libertando, assim, a Lusitânia da carga administrativa romana por se tratar de época posterior além de a eximir de relação territorial com a coeva terra de Badajoz. Gaël le Morvan (2010, 1-17) já havia alertado para o uso desta expressão "terra"/"tierra" quando da sua análise deste conceito no contexto do neo-visigotismo espanhol e concretamente na expressão discursiva, nomeadamente na afirmação navarra do *Liber Regum*, face à ideologia castelhano-lionesa - sendo uma fórmula que deixava em aberto a conquista e a adscrição a uma determinada visão do poder e da identidade por oposição às intenções de Castela-Leão. Transcrevemos as suas expressivas palavras

"Alors que les chroniques chrétiennes du Nord péninsulaire développent le mythe néowisigothique afin de légitimer le pouvoir des rois castillano-léonais et la reconquête contre les Maures, défendant ainsi une continuité ethnique et dynastique entre les Wisigoths, les Léonais et les Castillans, le *Liber regum* s'éloigne de cette idéologie proprement léonaise et assoit le pouvoir de la dynastie du Restaurateur navarrais García Ramírez sur une continuité de la terre et de la gent qui l'occupe. À partir de l'étude du concept de terre, le sens politique du *Liber regum* semble défendre les restaurateurs, et la terre navarraise se

fait ainsi le creuset du territoire hispanique. Ainsi et en conclusion, l'interprétation de l'histoire de l'Espagne propre au *Liber regum* diverge totalement de l'explication néo-wisigothique léonaise. L'emploi du terme « tierra », les multiples élections, le rôle des gens de la terre, l'assimilation entre cette terre et l'Espagne, entre cette terre et la Castille et surtout entre cette terre et la Navarre, et enfin l'ensemble des lignages qui convergent vers la Navarre, permettent d'affirmer qu'il y a bien une « autorité politique de substitution » qui est instituée à chaque rupture généalogique mais que cette autorité est légitimée par une continuité du territoire et de la gent hispanique. Et c'est ici le royaume de Navarre qui est le réceptacle de cette continuité. Le sens du *Liber* s'oriente donc vers ce royaume de Navarre qui hérite de l'espace autrefois dominé par les Romains puis par les Wisigoths et qui est alors perçu comme la terre qui a su résister aux différentes invasions. Par un système d'imbrications complexe et grâce au fil directeur que sont la gent et la terre, les chroniqueurs semblent ici présenter la Navarre comme le véritable creuset du territoire hispanique."⁷⁷⁷.

Sintetizando, a *CI344* apresenta sucessivamente a Lusitânia como província romana, omite a sua condição muçulmana mas refere-se a Mérida, encontra-se de novo como "terra" de reconquista ideologicamente e territorialmente comprometida com Portugal, embora não o expresse directamente.

Ora, um outro aspecto relacionado com os anteriores reporta-se aos limites da Lusitânia, não havendo substanciais contradições sobre esse assunto como vimos acontecer na *CGE*. Pois se afirma, como observámos, os limites entre Tejo e Guadiana (II, cap. IV, 15), faz questão de separar a Lusitânia de Badajoz e do Algarve (II, cap. XLII, 148), de Mérida (II, cap. CCXCVI, 469-470)⁷⁷⁸ e de Badajoz e Mérida que se situavam na Bética (III, cap.s CDLV-CDLVI, 311-316). Enfim, estas últimas passagens merecem a nossa atenção porque, cremos, vem atestar o que temos vindo a assinalar sobre o estratégico e criterioso uso do *topos* - relatando as campanhas contra os mouros de D. Fernando I de Leão (1037-1065)⁷⁷⁹ produz, na redacção, alterações significativas no que toca à leitura dos limites e identidade dos território, assim: i) onde se lê uma provocatória

⁷⁷⁷ 2010, 1-17.

⁷⁷⁸ Referindo-se às campanhas de Ordonho II (Galiza e Leão, 873-924), contra os mouros, afirma as suas campanhas contra Mérida e a terra de Lucena. Esta passagem, separando as duas identificações pode levar a leitura dúbia: ou Mérida é cidade incluída em terra de Lucena ou são duas configurações territoriais diferentes. Esta passagem coincide na totalidade com a da *CGE* (cap. 673, 384-385). De qualquer forma, no relato que citamos a seguir é clara a distinção entre ambas as configurações territoriais.

⁷⁷⁹ Particularmente a tomada de Viseu e Coimbra em 1064 contra as tropas de Almansor.

redacção na *CGE* (cap. 805, 486) "(...) saco su hueste pora yr conquerir Portugal et Luzenna, que es tierra de Badaioz et de Merida, que tienem aun entonces los moros", o discurso da *C1344* (312) aponta que "(...) ajuntou sua hoste muy grande e foi a terra de mouros, convem a saber: a Portugal e a terra de Bitinya, aquella a que agora chamã Merida e Badalhouce"; ii) e coerentemente, onde se lê, sobre o rei mouro, na *CGE* (cap. 807, 488) que era "(...) fuera buen guerrero et destroydor de cristianos que moravam en Luzenna et en Portugal", o redactor português escreve "(...) ca era muy guerreiro e destroydor de cristaãos de terra de Betinya e de Portugal". No mesmo sentido, a *C1344* (III, cap. CDLIX, 319) altera o título deste capítulo que continua a remeter para as campanhas de D. Fernando I, relatando a guerra sobre Sevilha enquanto na *CGE* (cap. 809, 489) o mesmo rei teria corrido sobre "tierra de Luzenna et de Guadalquiuir". Adiante, quando a *CGE* (cap. 815, 495) relatando os feitos de D. Sancho II de Castela (1040-1072) remete o quadro espacial da guerra cristã contra os mouros para Portugal, *Luzenna*, Sevilha, Córdova, Toledo, Celtiberia (!) e Carpetania o relato português (III, cap. CDLXXV, 350) prefere uma abreviada, englobadora e pacífica "correu toda a terra per todallas partes". Aliás, o único momento em que parece haver uma expansão nos limites de leitura territorial (*C. 1344*, III, cap. CCCLIX, 103) corresponde à separação de Lucena pelo rio Douro da Galiza a norte, passagem em tudo idêntica à da *CGE* (cap. 722, 423).

Dois últimos aspectos complementam esta leitura. Por um lado, em harmonia com o que observámos na *CGE*, na última parte da crónica (a partir de IV, cap. DXL) não detectámos mais ocorrências, situação coerente com um discurso de outra natureza, mais próximo cronologicamente da redacção e consentâneo com um enquadramento espacial definido pela matriz político-administrativa contemporânea da escrita. No entanto, como bem demonstraram Bernardo Vasconcelos e Sousa⁷⁸⁰ e Elisa Esteves⁷⁸¹, a parte relativa ao período mais próximo da redacção e particularmente o que diz respeito aos reis de Portugal merece uma especial atenção, o que demonstra o critério que presidiu à selecção e organização das fontes e informações. A título de exemplo, torna-se evidente a tentativa de encontrar elementos para glorificar a imagem de D. Afonso Henriques, representado como autêntico herói épico, e revela-se o incisivo contributo para um aprofundamento dos elementos mitificadores e legitimadores com o relato da batalha de Ourique (*C1344*, IV, cap. DCCVIII, 229), em que o espaço assume um protagonismo necessário, mas aqui

⁷⁸⁰ 1996, 21-31.

⁷⁸¹ 1996, 43-53.

não necessariamente memorial porque vive dos acontecimentos próximos e ricos de pormenores, quer pela defesa do território, quer pelo seu alargamento na luta contra os mouros. Dito de outra forma, o espaço/território está em harmonia com a legitimidade e a identidade política do reino e do exercício do poder, ao assentar a sua validade na produção da conquista e na função guerreira do rei.

Um segundo aspecto remete para a projecção da *C1344* para o período posterior e para a abordagem que faremos, de seguida, da *Crónica de 1419*. Na verdade, um dos manuscritos da *C1344* encontra-se na Academia da Ciências de Lisboa (M.S.A. 1). Sabemos que o texto inicial que se produzira em 1344 pelo Conde de Barcelos foi refundido no século XV e sendo esse exemplar o fruto de uma das redacções (a segunda), que serviu de base da edição crítica que utilizámos, é o próprio Lindley Cintra⁷⁸² que o associa aos "escribas da câmara de D. Duarte e decorado pelos seus iluminadores, nas primeiras décadas do século XV". Ora, como salienta Catarina Tibúrcio⁷⁸³, Fernão Lopes, na altura guarda-mor da Torre do Tombo desde 1418, deve ter iniciado por essa altura a missão que lhe fora cometida por D. Duarte, ainda infante, de juntar todas as notícias respeitantes aos feitos dos reis de Portugal e redigir uma Crónica de Portugal. Sabemos que uma das bases principais desse trabalho foi a *C1344* na sua primeira redacção na parte correspondente à história dos reis de Portugal. Havendo coincidência temporal com a segunda redacção da *C1344* e tendo esta sofrido alterações do seu conteúdo sendo que a visão pró-senhorial e de unificação ibérica que trazia de 1344 foi substituída por uma perspectiva régia portuguesa com uma propensão eminentemente nacionalista, "faz, portanto, sentido que a cópia do texto da segunda redacção da *Crónica de 1344* que deu origem à Crónica de 1344 de Lisboa coincida temporalmente com o "*tempo que nós, o infante, fizemos esta coroniqua*" (Calado, 1998, XXXIX)⁷⁸⁴, a Crónica de Portugal de 1419"⁷⁸⁵. A isto se junta uma linguagem iconográfica riquíssima pois o manuscrito da

⁷⁸² *C1344*, I, CDXCCIV-CDXCVIII.

⁷⁸³ 2016, 88-89.

⁷⁸⁴ Esta citação é retirada do final do cap. XVIII da *Crónica de D. Afonso Henriques*, constante do manuscrito da Casa de Cadaval (965) donde partiu a edição de Silva Tarouca (1952, *Intr.* XXVI; 62). Surge igualmente no exemplar 886 do códice do Arquivo Municipal do Porto que se serviu Magalhães Basto (1945).

⁷⁸⁵ Tibúrcio, 89.

Academia é profusamente iluminado⁷⁸⁶ e com esse factor se complementa a leitura que temos vindo a destacar desta obra e do seu uso ideológico propagandístico⁷⁸⁷.

⁷⁸⁶ *V.* os estudos de Amado (2000, 35-49), Peixeiro (2009, 153-177), Afonso (2013, 3-16).

⁷⁸⁷ Uma das imagens mais marcantes é a de Hércules que abre o códice, figura da mitologia antiga indefectivamente ligado à história e à construção da identidade peninsular, *cf.* estudo em Peixeiro (2009, 157-159.)

4 - A *Crónica de 1419* e o incessível compromisso entre Portugal e a Lusitânia

Voltemos, então, à designada *Crónica de 1419*⁷⁸⁸, chamando a atenção para alguns aspectos formais e de conteúdo que sublinham esta proposta de continuidade até ao período moderno e ao Humanismo renascentista, que preconizamos para o tema da nossa investigação. Como temos visto, os mecanismos de memória, valorizando o passado, a propaganda ideológica e a representação do poder assumem um especial relevo em momentos de crise, legitimidade da autoridade de poder, de sucessão dinástica ou de confronto com o *outro*⁷⁸⁹. O momento revelava a presença de algumas dessas componentes, pois como atrás afirmámos, o advento da dinastia de Avis e o resultado do confronto com Castela, sobretudo com os acontecimentos de 1383-85, impôs uma estratégia a vários níveis (discursiva, memorial, imagética e ritual)⁷⁹⁰. A sua implementação intentava criar as condições que permitissem construir uma imagem de eficácia, legitimidade e valor simbólico, apontando um monarca perfeito, modelar, traduzido em discursos normativos e em práticas que aproximavam o rei dos súbditos, enunciando o poder numa perspectiva moderna, onde a configuração do espaço/território e o próprio monarca, representado nas suas acções e memória, em processo de teologização⁷⁹¹, cada vez mais confundido com o seu próprio reino, constituem o substrato da construção identitária⁷⁹².

Até porque testemunhava-se, em paralelo, ao despoletar da abertura ao mundo, que possibilitará o estabelecimento de novas condições de afirmação de poder, de

⁷⁸⁸ Publicada em edição crítica por Adelino de Almeida Calado (1998) mas antecédida pelas edições parcelares de Artur Magalhães Basto (*Crónica dos Cinco reis de Portugal*, 1945) e de Carlos da Silva Tarouca (*Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, 3 vol.s, 1952-1954). O estudo mais recente e completo pertence a Filipe Alves Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010a.

⁷⁸⁹ Coelho (2012, 242-254).

⁷⁹⁰ Mattoso (1998, 6-12).

⁷⁹¹ Coelho (*ibidem*, 243).

⁷⁹² Adiante voltaremos a esta questão procedendo, mais em pormenor, à reflexão em torno do conceito de espaço político e da sua expressão em contexto de exercício de poder no período moderno, enquadrando o recurso simbólico à Lusitânia.

expressão simbólica e ideológica e de produção e suporte espacial. Por volta da mesma altura, assistimos quer à produção do *Livro dos Arazos* (1416)⁷⁹³, quer ao papel preeminente de Fernão Lopes, ao assumir funções na Torre do Tombo (1418) e, posteriormente, em 1434, por iniciativa da coroa, acumulando o cargo, precursor na Europa, de cronista régio⁷⁹⁴. Momento em que assistimos a um novo impulso dado à historiografia, nomeadamente através da projecção da *Crónica de Portugal de 1419*, que aprofunda o processo de mitificação e legitimação do acto e processo fundacionais do reino português, assim como do primeiro monarca português. Nesta última, os tópicos do território⁷⁹⁵ e do rei assumem um protagonismo constitutivo da imagem que se pretendia difundir da própria instituição monárquica. Mais ainda, associado a este enquadramento, não podemos desprezar o processo transdiscursivo desta narrativa. Como atrás destacámos, não só pela coincidência temporal com a segunda redacção da *C1344* (inícios do século XV) mas também pela consideração de três aspectos que consideramos particularmente significativos: i) provada a substancial transdiscursividade desta última na redacção da *Crónica de 1419*⁷⁹⁶; ii) ponderada a possível atribuição da autoria a Fernão Lopes, por sua vez, autor reabilitado e destacado nos autores do século XVI português, nomeadamente em Damião de Góis e Duarte Nunes do Leão⁷⁹⁷; iii) analisada a posteridade transdiscursiva desta narrativa, nomeadamente nas posteriores redacções de Duarte Galvão, Rui de Pina⁷⁹⁸, Cristóvão Rodrigues Acenheiro e Gaspar Correia (1492-1561)⁷⁹⁹. A estas reflexões juntam-se outros eloquentes factores de tradição textual que

⁷⁹³ Publicado por Aires Nascimento (1977), correspondendo a uma obra, que integra a literatura diplomática e heráldica e fornece uma descrição geográfica da Europa no início do século XV.

⁷⁹⁴ Serrão (1989). A criação deste cargo aponta para uma assumida consciência da eficácia funcional e ideológica que representava a criação de uma historiografia e de um discurso oficiais como parte da estratégia de legitimação política.

⁷⁹⁵ Bernardo Vasconcelos e Sousa afirma mesmo que este é um tema central da narrativa, lembrando que já não se reporta, como na *C1344*, a uma concreção alargada ao território hispânico mas direccionada ao reino de Portugal, sujeito a um tratamento narrativo independente do contexto ibérico (2007, 2).

⁷⁹⁶ Moreira (2010, 99-101). No entanto, nesta "selva" (na expressão de Filipe Alves Moreira) de manuscritos e transdiscursividades também se verifica o contrário: perante uma terceira redacção tardia da *C1344*, correspondente ao mss. P da Biblioteca Nacional de Paris (Cintra, *C1344*, DII-DXVIII, e dos seus derivados - cod. 8650 da Biblioteca Nacional e CV/2-23 da Biblioteca Pública de Évora, Cintra, *ibidem*, DXVIII - DXXI), detectamos que esta utiliza textualmente a *Crónica de 1419* no relato dedicado ao reinado de D. Afonso IV, coincidindo, ainda, com o testemunho de Cristóvão Acenheiro. Moreira, *ibidem*, 240-254.

⁷⁹⁷ Basto (1951); Moreira (2010a, 231-374).

⁷⁹⁸ Por sua vez, as *Crónicas* de Duarte Galvão e Rui de Pina tiveram tal difusão que como confirma Filipe Moreira (*ibidem*, 346), subsistem nada menos que 132 manuscritos com uma ou mais Crónicas de Pina, e 57 com a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão.

⁷⁹⁹ *Idem*, *ibidem*. Note-se ainda que, neste estudo, Filipe Alves Moreira ao tentar compreender a tradição do texto, para além dos códices base que serviram as edições referidas, considera as cópias manuscritas onde se pode identificar, parcialmente, o texto da *Crónica de 1419*. Para o que nos interessa, não é despidendo que duas delas sejam do século XVI (o mss. 848 da Biblioteca Municipal do Porto - entre 1586-1597, oriundo do mosteiro de Santa de Cruz de Coimbra; o Livro 20 do Convento de Santa Clara de Vila

nem sempre têm sido considerados. Silva Tarouca⁸⁰⁰ informa que o códice 995 da Casa de Cadaval que tem a colecção das crónicas dos sete primeiros reis de Portugal constitui um relato que apresenta uma unidade relevante, embora construído numa sucessão de reinados entre a chegada de D. Henrique à Península Ibérica (final do século XI) e o reinado de D. Afonso IV (1325 – 1357), o que por si só demonstra o objectivo do redactor em criar uma imagem de continuidade. Por outro lado, o manuscrito, que se apresenta escrito por várias mãos, é apontado como pertencente ao período de D. Manuel, pelas suas características formais e codicológicas e pela indicação, entre o título e o prólogo, do acto de recebimento solene de Vasco da Gama pelo rei, em 11 de Julho de 1499. O editor ainda se ocupa da comparação com os textos de Rui de Pina e de Duarte Galvão e conclui que a cada passo existe uma estreita relação entre os textos, com frequentes intervenções directas destes cronistas-mores, concluindo que, o "original ou originais de que foi feita esta cópia, deviam estar à livre disposição de Duarte Galvão e de Rui de Pina" (XXIV).

Já no caso da *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, editada por Magalhães Basto e baseada no códice 886 da Biblioteca Municipal do Porto⁸⁰¹, as conclusões não parecem diferentes, apenas se altera o quadro cronológico e a composição do códice. A unidade é ainda mais evidente, destacando-se mesmo o facto do título se apresentar no singular embora apresente a mesma configuração relato assente na divisão por reinados - entre D. Henrique e Afonso III, algumas partes incompletas, falhando o reinado de Afonso II e apresentando as memórias sobre o Infante D. Pedro e os 5 Mártires de Marrocos. Do ponto de vista da cronologia, o estudo formal, codicológico e caligráfico apontam para uma cópia realizada bem entrado o século XVI, posterior a D. Manuel. Isto permite-nos concluir da importância destes textos, do esforço em providenciar registos que cumprissem os desígnios memoriais do centro de produção do poder político, e da longa transdiscursividade que os contextualiza, circulando em cópias manuscritas ainda durante o século XVI, apontando-se o original, como vimos, para a referida data de 1419. Por fim, não menos significativa, pelos conteúdos que adiante destacaremos, parece ser o facto de a *Crónica de 1419* sugerir, entre as suas fontes principais, para além da *C1344*,

do Conde - meados do século) e uma do século XVII (o cod. 11248 da Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa - manuscrito em papel com 66 fólios escritos por, pelo menos, duas mãos, ambas aparentemente do século XVII), atestando o interesse que este testemunho legou aos historiógrafos modernos. V. Moreira (2010a, 20-26).

⁸⁰⁰ 1952, XIX-XXIX.

⁸⁰¹ 1945, *Prólogo*, 9-39.

uma "*Cronica del Rei Dom Affonso*", da segunda metade do século XIV, posterior a 1344, entretanto perdida, e que, na linha de delimitação textual dos níveis de intervenção autoral da crónica quatrocentista, terá sido utilizada para a formulação do episódio de Ourique e da explanação sobre o primeiro rei português⁸⁰². Aparentemente, este discurso apresentava-se como uma extensa compilação sobre D. Afonso Henriques, escrita em português, que acentuava os aspectos simbólicos e lendários do monarca e parecia integrar testemunhos antigos, latinos (ex. *Vita Theotonii*) e vernáculos, nomeadamente da analística e de Santa Cruz de Coimbra. Este afã por recolher os testemunhos das principais figuras que construíram a memória e caucionaram a formação do *regnum*, conferindo um especial interesse aos monarcas e ao círculo de corte mas também às matérias hagiográficas (como se observa na *Crónica de 1419*), numa clara busca genesiológica pelas origens linhagísticas e legitimadoras do poder, manter-se-á como princípio natural da formulação discursiva ao longo do século XVI⁸⁰³, de tal forma que, décadas mais tarde, André de Resende, na Carta a Bartolomeu de Quevedo afirmava ter consultado uma crónica latina da época de Afonso Henriques preciosamente guardada pelos monges de Santa Cruz de Coimbra⁸⁰⁴.

Na sequência destas reflexões estão criadas as condições, cremos, para uma clara contextualização das ocorrências do *topos* na *Crónica de 1419*⁸⁰⁵. De facto, em harmonia com o que temos observado em outros testemunhos anteriormente analisados, existe um recurso parcimonioso ao tema com duas expressivas características: por um lado, integradas no discurso genealógico do reino português, são alocadas quase exclusivamente ao reinado de D. Afonso Henriques e, em concreto, à sua acção contra os mouros; por outro lado, e em conformidade com essa condição, não se acolhe nesse uso

⁸⁰² Sobre a tradição deste texto e as referências na *Crónica de 1419*, v. Lindley Cintra (1957, *apud* Isabel Barros Dias, 2009, 553) e no estudo sobre esta fonte perdida em (Dias, 2009, 552-562); ainda em Moreira (2010a, 75-96).

⁸⁰³ Bastaria lembrar, na diversidade das produções discursivas do século XVI, a unidade, coerência, homogeneidade e urgência estratégica de uma extensa dinâmica de substancial cariz ideológico, manifestada no retorno a momentos chave da construção e exaltação do reino, como o cíclico retomar da figura de D. Afonso Henriques (ex. na *Crónica* de Duarte Galvão, em 1505), no destaque dado aos períodos modeladores e exultantes dos reinados de D. João II (Garcia de Resende - 1530-33 na *Crónica de D. João II*) e D. Manuel (*Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* pela pena de Damião de Góis em 1566 ou *A Vida e Feitos d'El Rei D. Manuel* de Jerónimo Osório, em 1571).

⁸⁰⁴ Publicada, em edição crítica, por Virgínia Soares Pereira (1988, 74).

⁸⁰⁵ Estabelecida a coincidência das passagens do texto entre ambas as fontes base da *Crónica de 1419*, apresentando apenas variantes estilísticas mas mantendo o léxico e a semântica, daremos a versão constante das *Crónicas dos Sete Primeiros Reis* (C7) e remetemos para a variante da *Crónica dos Cinco Reis* (C5). Faremos, ainda, a correlação com a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1505) (CDG) apresentada por Silva Tarouca.

qualquer vertente étnica, pois o espaço estava ocupado pelo *outro*, mas reporta-se unicamente à sua representação espacial/territorial. Sendo assim, provavelmente bebendo na referida compilação dedicada ao primeiro rei de Portugal, a Lusitânia surge como uma natural extensão do território português, palco das lutas da cristandade, não podendo omitir, como atrás salientámos, que existem indícios que a própria presença muçulmana aproveitou e consolidou esta leitura regional do espaço peninsular. Como tal, apresentando-se na sequência dos discursos anteriores, particularmente em consonância com o que observámos na *C1344*, a Lusitânia da *Crónica de 1419*, relevante configuração remanescente de uma persistente herança memorial, aparece consignada aos acontecimentos coevos e, por essa razão, retratada pelo atributo de "terra".

Por outro lado, à sua representação como configuração espacio-territorial não poderia faltar a clara definição dos seus limites, justamente partindo de uma posição de leitura que revela o movimento reconhecido do processo de conquista (Norte-Sul) e considerados os habituais referentes do léxico discursivo que tantas vezes referimos nos textos clássicos (a matriz oro-hidrográfica e a geografia urbana) e que, inclusive, ajudam a perceber a génese das formações coronímic/toponímicas vernaculares que prevalecerão na futura composição e organização do território do reino. A esse propósito, convém notar que a arquitectura do discurso que se vislumbra nestes testemunhos alterou-se e adaptou-se, pois não se trata de alocar a narrativa a uma intangível linha diacrónica genealógica anterior à constituição do reino (ex. como na *CGE* ou na *C1344*, recuando ao *Génese* bíblico) mas identificar o processo da sua fundação e consolidação, não prescindindo de recorrer aos mesmos referentes discursivos e conceptuais que compõem uma linguagem e uma matriz de identificação consolidada e legitimada - a Lusitânia. Daí que, no cap. XII (36; *C5*, cap. 8, 60) D. Afonso Henriques, depois de tomar Leiria e Torres Novas, vendo a sua "fazenda bem aderemçada de corregimento de suas fortalezas", e estando seguro que de Castela (correlato *outro*) não lhe fazia guerra, tendo ele manifesta vontade de "fazer servjço a Deos em guera de Mouros, ouue conselho com os seus de fazerem guera em terra de Lusytanja"⁸⁰⁶, que he Alentejo, e principalmente nas partes de Campo d'Ourjque". Decisão régia concretizada no terreno e que o relator descreve no capítulo seguinte (*C7*, XIII, 38, *C5*, cap. 49, 62), quando o rei "emtrrou em terra de

⁸⁰⁶ *CDG*, cap. XII, 61-63, substitui por "(...) nas terras d'Alenteio".

Lusitania e da grão gente de Mouros que se ajuntou pera pelejar com ele"⁸⁰⁷. Ora, se a narrativa, que invoca os sucessos e as oportunidades que o monarca e o infante D. Sancho obtêm nesta missão de combater o infiel, acolhe a Lusitânia como cenário e terra da mourama⁸⁰⁸, a dada altura, em diferentes passagens, delimita-se o território em harmonia com os referentes apontados na *C1344*, separando claramente da zona de conquista natural de Castela, pois se "Albuyachem juntou grande multidão de Mouros de toda Andaluzia, e atravesarom per terra Lusytanya, que he damtre Tejo e Hudiana" (*C7*, cap. XXIX, 99; *C5*, cap. 31, 110)⁸⁰⁹; ou reforçando "estando el Rey em Cojmbra, e sabendo que em toda sua terra a guera era çeçada, senom tam somente em Lusytania, que he amtre Tejo e Odiana, como ja dissemos em muytos lugares (...)" (*C7*, cap. XXXII, 107; *C5*, cap. 34, 114-115)⁸¹⁰.

Mais ainda, quando o relato inverte a orientação do conflito, movido pela elevada condição estatutária da força opositora, é da Lusitânia que se faz guerra a Portugal, pois o "imperador Miramolim vendo os males que os Mouros aviom reçevido del Rey D. Afonso e do Iffante seu filho, e que de tera de Lusytanja e d outras partes se lhe enviarem a querelar, ja per muytas vezes, do grande mal e estraguo que aviom reçebydo del Rey D. Afonso e o Iffante seu filho, foy movido de fazer guera a Portugal" (*C7*, cap. XXXVII, 132; *C5*, cap. 39, 129-130). Aliás, o estatuto operacional e identitário da configuração territorial lusitana coloca-a, no teatro das operações, na mesma de representação que outros referentes, nomeadamente a Estremadura ou o rio Tejo: "E vyerom [el rey Alboache, el rey Alboazdim e outros catorze reis] per Lusytanya e emtrarom na Estremadura, e pasarom o ryo Tejo hum domingo em dia de Sam Joham Bautista, sete dias por andar de Julho, da Era de MCCXXII anos/." (*C7*, cap. XXXVII, 133; *C5*, cap. 39, 130-131)⁸¹¹.

Por fim, destaque-se a única ocorrência que não se encontra no relato confinado a D. Afonso Henriques mas sim à *Crónica de D. Afonso III* e em que, pela primeira vez, detectamos, de forma afirmativa e expressa, o liame territorial entre Portugal e a Lusitânia. Nesta formulação assenta, segundo a nossa interpretação, toda a concepção que

⁸⁰⁷ *CDG*, cap. XIII, 64-65, substitui por "Como o Primcipe D. Aº. passado o Teio, foi buscar el Rey Ismar que com 4 Reis outros e infmda Mourama ujnha contra ele". Actualização da representação geográfica assente no Portugal coevo de Duarte Galvão.

⁸⁰⁸ *C7*, cap. XV, 51; cap. XXXVII, 132; *C5*, cap. 5, 78-79; cap. 39, 129-130.

⁸⁰⁹ *CDG*, cap. XLVI, 136, substitui por "(...) atravessando todo amtre Tejo e Odiana".

⁸¹⁰ *CDG*, cap. XLIX, 142, substitui por "(...) sem ter reço, salvo damtre Teio e Odiana (...)".

⁸¹¹ *CDG*, cap. LVII, 161-164, substitui por "(...) veheram pellas partes dalem Tejo a emtrar na Estremadura (...)".

temos vindo a observar e que se consolida, sob múltiplas formas, na representação futura deste *topos*. Referência que está integrada na descrição do reinado marcado pelo valor simbólico que constitui o definitivo recorte territorial do reino português com a conquista do Algarve. A propósito de como o Mestre D. Paio Correia conquistou aos mouros Mértola, Aljustrel, Torre de Estombar e Alvor, "E reynando ajnda el Rey D. Sancho /capelo/ seu jrmão, ante tres anos que fose dado por regedor do Reyno de Portugal, ajumtjou o Mestre D. Payo Corea as suas gemtes, e emtrou por aquela terra de Luzitanja, que he da conquista de Portugal, onde auya muytos lugares de Mouros (...)" (C7, cap. IV, 254; C5, cap. 4, 202, alterando o verbo para o passado "(...) que era da conquista de Portugal (...)").

Uma última nota que queremos assinalar prende-se com a relação da *Crónica de 1419* com a *CDG*. Na realidade, uma circunstância particularmente interessante tem a ver com o facto da *CDG* proceder à alteração de todas as passagens da *Crónica de 1419* onde se lê "Lusitânia", omitindo esta referência. Filipe Moreira⁸¹², baseado em Silva Tarouca⁸¹³, considera este caso "menos significativo". É evidente que não podemos concordar com um juízo de valor desta natureza, pois, apontada a coincidência e estreita aproximação entre os dois discursos, esta alteração só pode revelar uma particular e singular relevância. É o próprio Filipe Moreira que afirma "(...) são raríssimos os momentos em que a Crónica de D. Afonso Henriques reescreve o texto da sua fonte principal [C1419], de forma que ultrapasse o nível meramente estilístico"⁸¹⁴ - não obstante o consensual reconhecimento da intenção de Duarte Galvão em actualizar e apurar a linguagem⁸¹⁵ sabemos que foi uma personagem controversa, embora seja reconhecido o seu mérito noutras funções como reconhece Damião de Góis, João Pinto Ribeiro ou Duarte Nunes do Leão⁸¹⁶. Talvez a sua condição de homem de acção e prudência, plenamente integrado na dinâmica internacional, como diplomata e militar de D. João II e D. Manuel (embaixador de D. Manuel ao imperador Maximiliano I, missões no Oriente e Arábia)⁸¹⁷ o levasse a uma visão historiográfica em que se impunha a sua actualidade e modernidade. Também talvez por isso não prosseguiu a missão de prover

⁸¹² 2010a, 312.

⁸¹³ 1947, 22.

⁸¹⁴ 2010a, 312, n. 1019.

⁸¹⁵ *CDG*, Prologo, 5-6.

⁸¹⁶ *CDG*, Prol., 7.

⁸¹⁷ v. João Pinto Ribeiro *apud* *CDG*, 6-7; Charters d'Azevedo, 2014, 105-120.

as crónicas dos reis como lhe demandara D. Manuel⁸¹⁸. Daí, talvez, o único relato que fez em prol da memória do reino, redigindo a Crónica do primeiro rei e a sua opção pela actualização da linguagem. Mas esta questão, devidamente contextualizada, revela uma tessitura mais complexa sobre a tradição da representação da génese do reino. Ora, o trabalho de Galvão na Crónica não terá, certamente, favorecido a sua imagem noutros meios mais conservadores ou que recolhem a tradição memorial em causa. Damião de Góis aponta-lhe, desde logo, problemas e resistências, na sua nomeação para o ofício de cronista do reino, por parte dos próprios Cónegos Regrantes de Santa Cruz⁸¹⁹, como sabemos guardiães de testemunhos proeminentes da genealogia do reino e da proximidade aos círculos de poder "*e durou a demanda muito tempo*" para além de fazer pesar sobre ele a falta de muitas informações nestas matérias e a mácula de se apropriar das Crónicas dos reis de Fernão Lopes⁸²⁰. Cargo de cronista mor que acabou por ser ocupado por Rui de Pina, sucedendo a Vasco Fernandes de Lucena que por sua vez sucedera a Gomes Eanes de Zurara. Décadas mais tarde, Duarte Nunes do Leão, se recorre a Duarte Galvão para a denominação do nome Portugal, considerando-o um "*homem docto*"⁸²¹, ora formula contra ele as dúvidas de uma leitura polémica dos inícios da monarquia⁸²². Mas a imagem mais marcante deste personagem fica registada na *Década III da Ásia* de João de Barros⁸²³, citando o pleito dos conteúdos e pretendendo contribuir, numa alusão ao valor da difusão ideológica, com obra sua, para a sua clarificação na Europa: "*Era homem douto nas letras de Humanidade: compoz per mandado d'El Rey D. Manuel a Chronica d'El Rey D. Affonso Henriques primeiro Rey deste Reyno de Portugal, ou (por melhor dizer) apurou a linguagem antiga, em que estava escrita; e quem quer que foi o primeiro compoedor della, dará conta a Deos de macular a fama de tão illustres duas pessoas, como foram a Raynha D. Tareija, e El Rey D. Affonso Henriques seu filhonas diferenças, que conta haver entre elles. (...) A verdade da vida, e feitos do qual Principe, se a N. Senhor aprouer dar-nos vida, se verá em nossa Europa*".

Com a *Primera Cronica* (...), a *Crónica de 1344* e com a *Crónica de 1419*, a Lusitânia passa a estar definitivamente conformada e adaptada, de novo, a uma

⁸¹⁸ CDG, *ibidem*.

⁸¹⁹ V. *idem*, *ibidem*.

⁸²⁰ CDG, 8-9, Moreira, 2010a, 36-38.

⁸²¹ *Descrição do Reino de Portugal (1610)*, ed. 2002, 146.

⁸²² CDG, Prol. 14-15.

⁸²³ Liv. I, cap. IV.

arquitectura de discurso mais elaborada e a um produtivo modelo de leitura que vinham da Antiguidade - postulando-se a sua integração num léxico étnico (os de *Luçena*) e territorial (*provincia/terra*) -, não obstante as variantes que se encontram nesses testemunhos. Esta situação abre as portas para a discussão sobre a identidade do reino português, integrado na diversidade do espaço hispânico, fundamentado num substrato que surgirá nos transdiscursos posteriores e nas elaborações que se vão afirmando e consolidando, partilhado pelos humanistas, até ao final do século XVI. Não podemos esquecer que a Lusitânia que vimos surgir na Analística estava mais vincadamente associada à figura do próprio rei (D. Afonso Henriques) representado como um *Hércules Lusitano* e, só por extensão, à do território do reino em construção. Paulatinamente, os séculos XV e XVI, acompanhando a evolução das práticas de poder e a superior tendência para a centralização, alinhada com a necessidade de prover, legitimar e evidenciar os mecanismos que a suportam, nomeadamente o território, vão providenciando uma separação entre rei e reino, entre poder e espaço, se bem que acentuando o carácter vinculativo e inalienável entre ambas as realidades. Como observámos, a representação do *topos* que encontramos na *Crónica de 1419* aponta já neste sentido⁸²⁴. Assim, poder-se-á postular e projectar a legitimidade do rei e do exercício do seu poder sobre um espaço/território devidamente delimitado e caucionado pela formulação e definição da sua genealogia territorial, assente na memória do espaço. Daí que o eixo da discussão do tema nas formulações dos séculos XV e XVI se desloque da sucessão histórica da medievalidade, marcada pela presença estruturante do primeiro monarca português, para a Antiguidade, provendo-se a discussão dos limites da Lusitânia Romana e da sua adscrição à configuração do Portugal coevo⁸²⁵. Do mesmo modo, em consonância com este recuo cronológico, o papel do primeiro rei português vai sendo ideologicamente substituído, na sua missão fundadora do fundo étnico da portugalidade, pela figura de

⁸²⁴ Como nos lembra Filipe Moreira (2010a, 47), "a *Crónica de 1419* teve como fonte principal a *Crónica de 1344*, e ela própria foi a base das crónicas do tempo de D. Manuel. Era esse o espaço em branco, o *missing link* entre a historiografia hispanizante do Conde de Barcelos e as posteriores concepções de cariz progressivamente nacionalista".

⁸²⁵ Situação que encontra expressivos ecos na produção castelhana, mormente no registo historiográfico e corográfico, onde se vão destacando vozes contrárias, como a de Rodrigo Sanchez Arévalo, na sua *Historiae Hispanicae* - (1469); a de Lúcio Maríneo Sículo - *De Laudibus Hispaniae* (1497); a de Martin Fernández Enciso - *Suma de Geografía* (1518); a de Cláudio Mário Aretino - *Hispaniae Chorographia* - (1530); a do marcante Floriã de Ocampo - *Los Cinco Libros Primeros de la Cronica General de España* - (1542, ampliada em 1553); a de Ioannis, bispo de Girona - *Paralipomenon Hispaniae Libri Decem* - (1545); a de Pedro de Medina - *Libro de Grandezas e Cosas Memorables de España* - (1548); ou a do humanista João Vaseu nas *Chronici Rerum Memorabilium Hispaniae* - (1551). Adiante daremos conta, em pormenor, destes contextos.

Viriato - que na *CI344* ainda é tratado com relativa indiferença, caracterizado, na linha da formulação clássica, como um ladrão, apesar de se lhe reconhecer superior nobreza por ser alvo de uma indigna traição.

Na *Crónica de 1419*, ao vislumbramos um território separado, mas em incessível nexos, com a figura e a acção do rei, é expressivamente afirmado que a Lusitânia, entre *Tejo e Odiana*, é conquista de Portugal. Consumada a união, ao longo dos séculos XV e XVI, é possível consolidar o feliz encontro entre a Lusitânia da Antiguidade e um resolutivo moderno Portugal, provendo-se o assento dos registos genealógicos do território que historicamente foi de encontro a uma suposta *natural* configuração do reino pela área da sua reconquista, na luta contra o *infiel*. Esta temática do confronto entre o *mesmo* e o *outro* vimos ter origem em contexto clássico, tendo sido peça fundamental na leitura, invenção e representação da própria Lusitânia/lusitanos pelo olhar romano. Sendo assim, vai prevalecer, servindo os intentos identitários e o necessário e paralelo suporte ideológico, que facilmente se transpõe para o papel do reino e dos seus monarcas na luta contra a ameaça turca e na propagação da fé cristã ao gentio, consagrando-se a figura do Império.

Por outro lado, se os séculos XV e XVI revelam uma diminuição do recurso à formulação da Lusitânia no discurso estritamente historiográfico - sendo recuperado nas *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal* de Cristóvão Rodrigues Acenheiro, por volta de 1545 e, mais tarde por Frei Bernardo de Brito na *Monarchia Lusitana*, em 1597, em que Portugal é a Lusitânia -, proporcionam uma profusão do *topos*, pelo seu renascimento (qual *Fénix*), o mesmo é dizer que, efectivo retorno à identidade clássica, constituindo o epílogo de um transcurso. Esta prodigalidade do tema aponta no sentido de uma especialização dos mecanismos de uso, remetido a diversos campos e provocando a sua superior e acirrada inculcação ideológica, fenómeno visível quer no âmbito político e do exercício do poder - de que são exemplo as Orações de Obediência ou as formulações resultantes da subida ao trono de Filipe II -, quer no campo da leitura geográfica - patente nos excursos de Gaspar Barreiros, Damião de Góis, André de Resende, Duarte Nunes do Leão ou Frei Bernardo de Brito -, no gosto pelas antiguidades - de que André de Resende é o expoente máximo -, e ainda, na literatura romance (v.g., *Os Lusíadas* (1572) de Luís de Camões, ou *Poemas Lusitanos* (1598) de António Ferreira), na música (v. g. o extraordinário relato que versa o vilancete *Puestos están frente a frente* que reporta aos acontecimentos de 1578 e da derrota de Alcácer Quibir, em torno da figura de D. Sebastião, apelidado de *O Lusitano*) ou ainda do teatro com o conhecido *Auto da*

Lusitânia (1532) de Gil Vicente, dedicada a D. João III por ocasião do nascimento do seu desejado filho, o infante D. Manuel.

Definidas e consagradas, desta forma, as linhas do pensamento memorial e do discurso historiográfico e tendo em conta que, como já evidenciámos, por contextos diversos, a produção posterior - Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, e Duarte Galvão - não apresenta, nos testemunhos que nos chegaram, marcas dessa representação, e, por outro lado, sabendo da sua intensa profusão na centúria seguinte, de que forma podemos seguir esta linha de afirmação identitária que agora se consumou? Não seria, por natureza, a historiografia o campo privilegiado para observarmos esta formulação? Resistiria ela, na sua essência anamnésica, fora desse *habitat* natural que constitui o conforto da pena do historiador e alimentada pelo substrato clássico e a sua interpretação medieval? Cremos que já fomos provendo a resposta a estas inquietações. A compleição extraordinariamente resistente desta formulação, assente, como vimos, no carácter diverso e construído/inventado remanescente da sua origem clássica, condições fundamentais para a sua pervivência e adaptabilidade, permitem perceber que, se a sua representação proporciona, neste transacto, a difusão pelo discurso historiográfico produzido nos círculos de poder régio em afirmação, a sua efectiva substância identitária portuguesa alcança a própria expressão do poder, idiossincraticamente germinada na composição e concepção do seu exercício, declarada na relação rei/reino e coadjuvada por contextos políticos e socio-culturais favoráveis.

Só assim podemos entender a significativa evolução do *topos*, a sua deflagração no campo das práticas políticas e, conseqüentemente, a sua inculcação ideológica que permitirá considerar, não obstante a sua artificialidade, uma total e assumida coincidência entre o rei/reino/súbditos de Portugal com a Lusitânia e os lusitanos. De tal forma que, em certos círculos próximos do poder, entra na linguagem comum da identificação destes protagonistas e nos conteúdos da sua produção, como, por exemplo, podemos vislumbrar nas missivas entre homens de cultura, historiadores, políticos, que comungaram de uma postura humanista e que, com frequência, prosseguindo uma prática provinda da cultura clássica e replicada no Renascimento europeu, surgem prontamente editadas nos meios coevos⁸²⁶. Sendo assim, devemos reorientar o nosso olhar para essa zona da vivência

⁸²⁶ Muitos são os exemplos que poderíamos citar. Lembramos a correspondência de Cataldo Parísio Sículo, humanista de singular importância para o início deste movimento em Portugal e motivo de numerosos estudos, nomeadamente de Luís de Matos (1954) mas principalmente do seu maior especialista em Portugal,

quatrocentista e quinhentista pois se D. Duarte fora *o eloquente* e deixara ponderoso legado discursivo podemos perceber, pela sua acção e contexto, que terá continuidade em D. Afonso V, D. João II, D. Manuel e D. João III revelando, nos seus reinados, dinâmicas importantes neste sentido que adiante mencionaremos.

Se bem que provisória, por questões de economia de tempo e de discurso, esta análise permite-nos compreender os efeitos da transdiscursividade e a importância de se equacionar o uso situado da linguagem, bem como a representatividade contextual do tema na evolução discurso historiográfico. Remete-nos, ainda, para as condições de produção e de recepção dos textos, invocando estratégias discursivas no seio das várias tessituras de poderes e apela para a necessidade de proceder a estudos mais sistemáticos sobre a linguagem, o espaço e o poder, privilegiando perspectivas comparativas e filiações significativas. Afinal, o peso da tradição, quer na forma, quer no conteúdo afirma definitivamente um discurso mais apontado para o peso da memória, residindo aí a possibilidade de uma original e competente importância da função fundacional dos primordiais discursos cronísticos ibéricos.

Américo da Costa Ramalho (v.g, 1997 (1ª ed. 1969); 1983) - o primeiro volume tem o título completo de *Epistole et orationes quedam Cataldi Siculi* e foi editado em 21 de Fevereiro de 1500 por Valentim Fernandes, em Lisboa. O livro II, *Cataldi epistolarum et quarundã Orationum secunda pars*, surge cerca de 1513, sem data, nem lugar de impressão; com edição fac-simile do mesmo estudioso, pela Universidade de Coimbra, 1988. Também as cartas do Cardeal Pedro Bembo, figura de escala europeia, em *Petri Bembi Card. Epistolarum Familiarium Libri VI. Eiusdem Leonis X Pont. Max. nomine scriptarum Libri XVI. [...]* Venetiis. Ex officina Gualteri Scotti Anno MDLII. Mense Maio; da proeminente figura de Nicolau Clenardo, em *Epistolarum libri duo. Quorum posterior iam primum in lucem prodit.* Antuerpiae. Ex officina Christophori Plantini. MDLXVI. Cum preuilegio; ou de Erasmo de Roterdão, em *Epistolarum opus, complectens uniuersae quotquot ipse auctor unquam euulgauit aut euulgatae uoluit, quibus praeter nouas aliquot additae sunt, et praefationes quas in diuersos omnis generis scriptores non paucas idem conscripsit [...]*. Basileae. Ex officina Frobeniana Anno M.D.XXXVIII; ou, por fim, as inúmeras colectâneas epistolares que provam o gosto e o sucesso deste tipo de publicações; v. edição da *Correspondência Latina de Damião de Góis*, ed. de Amadeu Torres, Coimbra, 2009, esp. 17-32.

5 - A Afirmação da Modernidade - Espaço, Poder e Memória

"Não duvido, porém, de que Vossa Santidade já lhe tenha feito chegar ou mandar vá finalmente varões doutos, bem instruídos nas letras sagradas e nas outras artes, pela doutrina e zelo dos quais, e ao mesmo tempo com a palavra e trabalho de alguns que os sereníssimos Reis de Portugal, Manuel e seu filho João já enviaram, conseguirá que todos os cristãos que vivem na Etiópia e na Índia, paulatinamente se venham à obediência das leis e ensinamentos dos Bispos de Roma (que eles não arreceiam confessar como Vigários de Cristo). Uma vez a nós enfim ligados, por obra vossa, através da Religião verdadeira e unidos a Cristo num só ovelho ao mesmo tempo que sob um pastor único, reconheceremos confirmada sobre todos nós a misericórdia do Senhor, e o Seu reino ser de todos os séculos e o Seu domínio de todas as nações; e então toda a carne bendirá o Seu santo nome para sempre"

Carta Damião de Góis ao Papa Paulo III, Lovaina, 1540⁸²⁷

Apresentado, transcorrido e analisado este longo itinerário de invenção, construção e identificação entre a Lusitânia e Portugal, redefinidos os percursos e estabelecidas novas leituras sobre os mecanismos de representação e as cronologias que enquadram este fenómeno⁸²⁸, cremos ter estabelecido uma rigorosa, se bem que não exaustiva, arqueologia do tema, permitindo a sua melhor compreensão e enquadramento na abundância e diversidade das possibilidades de pesquisa que se apresentam para

⁸²⁷ In Amadeu Torres, *Correspondência Latina de Damião de Góis, Portugaliae Monumenta Neolatina*, vol. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009, 95/97.

⁸²⁸ Lembremos, a título de exemplo, o que genericamente tem sido, de forma errónea, assumido como um *facto* na historiografia e nos estudos sobre a identidade portuguesa. Bastaria recordar o que um dos mais reputados investigadores portugueses que se debruça sobre estas matérias, José Manuel Sobral, afirmava em 2012 (23, 48): "A associação entre os lusitanos e os portugueses e de Portugal com a Lusitânia aparece em finais do século XV e chegará aos nossos dias". Como atrás igualmente referimos, apontem-se duas exceções. Por um lado, Pedro de Azevedo e António José Saraiva (*opera cit.*) haviam notado, resumidamente, algumas das citações do termo mas apenas para as fontes cronísticas dos séculos XIII e XIV. Por outro lado, para a cronologia que propusemos, apenas conhecemos uma fugaz alusão no trabalho de Mattoso (1988, vol. II, 183-184).

períodos posteriores. Resta, pois, na sequência exposta, finalizar o plano inicialmente traçado para esta tese, procedendo à observação da sua memória discursiva no seguimento do século XV e ao longo do século XVI. No entanto, como fica dito, este é um período de extraordinária profusão deste *topos*, obrigando-nos a justificar as opções tomadas e a considerar algumas ponderosas reflexões.

Por um lado, na sequência do que temos observado, antevemos que esta etapa não pode constituir-se como totalmente inovadora, nem mesmo pela recorrência, em composição erudito humanista filológico-essencialista, à herança clássica greco-latina. Nesse sentido, temos insistido em linhas de continuidade discursiva e ideológica, em detrimento de cortes ou rupturas assinaláveis. Assistimos, pois, a localizadas leituras/recepções do tema, integradas nos usos estratégicos que dela se fazem nos contextos de produção coevos. Por outro lado, estando, agora, conscientes do seu percurso, melhor estaremos em condições de descortinar e avaliar esses mesmos usos e contextos de produção, permitindo-nos igualmente apreciar concepções, leituras e representações relativas ao humanismo português e às formas *modernas* de considerar, perceber e valorizar o espaço e o poder. Não obstante a riqueza e proliferação do conceito, entre outros, nos arautos das *humaniores litterae*, fomos obrigados, por questões de exequibilidade deste trabalho e de economia de tempo, a cingirmo-nos a alguns casos, que adiante iremos dando conta.

Desta forma, baseado em pressupostos teórico-metodológicos contemporâneos das Ciências Sociais, diríamos que apostámos, com tudo o que implica assumir qualquer opção, no sentido de potencialidade e de limitação, numa amostra de conveniência. De acordo com a linha de análise que temos vindo a percorrer nesta investigação as opções tomadas remetem: i) para a prossecução da leitura da concepção ideográfica e mitográfica discursivas da construção do espaço do e do poder em Portugal; ii) para a selecção, através desses discursos/autores/formulações, de momentos de expressão e vinculação do fenómeno de identificação entre os conceitos analisados. Enfim, o objectivo não é traçar uma história exaustiva da representação da Lusitânia/lusitanos em contexto humanista mas uma parte dela, cirurgicamente perspectivada pelas orientações acima descritas, às quais estará, em última instância, funcionalmente subordinada. Por último, naturalmente que o tipo e a extensão das informações fornecidas adiante variarão, consoante a sua pertinência em face do objectivo central e do estado actual de conhecimentos, obrigando-nos a um posicionamento de síntese, até porque não teria sentido que nos alongássemos

em considerações sobre contextos tão conhecidos e estudados como as manifestações de centralização de poder régio, as circunstâncias de introdução, consolidação e características do humanismo português e ainda de personagens como Lúcio Maríneo Sículo, André de Resende ou Aquiles Estaço. Enunciemos, ainda, algumas questões que consideramos relevantes pela expressividade com que contextualizam o que adiante expomos.

A percepção e delimitação do espaço português moderno, para recorrer a uma expressão de Joaquim Romero Magalhães⁸²⁹, assim como a sua representação discursiva ou imagética têm, necessariamente, relação com o próprio transcurso de enquadramento hispânico do espaço nacional, com o esforço do seu conhecimento, circunscrição (ex. fronteiras) e gestão (ex. administrativa ou económica) no campo do poder político, destacando-se um complexo jogo de proximidades e diferenças, de (auto)consciência de vários níveis de identidade (pessoal, étnica, espiritual, cultural, política) e da progressiva separação e autonomização rei/reino, não obstante o vínculo incessível que os une⁸³⁰. De facto, a imagem humanista do príncipe virtuoso de Quinhentos que conhecia os súbditos pelo seu nome⁸³¹ não passava de uma projecção ideal, convocando a relação de proximidade e unidade que devia subjazer à comunidade política liderada pelo rei mas que não tinha exequibilidade numa escala nacional e num processo de centralização em afirmação, havendo uma premente necessidade de, como se vai notando gradualmente, obter informação sobre o espaço e a comunidade do reino.

Desse esforço do poder central destacamos alguns aspectos determinantes. Por um lado, do ponto de vista interno, como atrás vincámos, a dinastia de Avis iniciada por D. João I e por D. Duarte demonstraram um especial vigor na concretização de uma política de centralização e na construção e propaganda de uma imagem forte de legitimidade política. Processo que tem continuidade com os monarcas seguintes, de D. Afonso V (1438 - 1481) a D. João III (1521 - 1557), afirmando-se numa europa que, segundo Saúl Gomes, se "metamorfoseava de cristandade medieva em geografia política moderna,

⁸²⁹ 1993, 13. Para uma leitura do espaço político e da produção discursiva histórico-geográfica portuguesas deste período (séc.s XV-XVII), considerando-se paralelamente o seu enquadramento peninsular, a relação com as estruturas políticas de concentração, unificação e equilíbrio e expressão social dos poderes, vejam-se Magalhães (1980, 15-56; 1993, 13-90, 91-113); Subtil (1993, 78-90); Curto (1988; 1993, 127-147; 2007); Ostenfeld-Suske (2014, 9-50), a quem reportaremos nas reflexões aqui expendidas.

⁸³⁰ Considerada a mais natural condição que subjaz ao exercício do poder régio que é do rei que governa um território e sobre uma população. Desta forma se pronunciava Diogo Lopes Rebelo, um dos notáveis pensadores e educador de príncipes, que adiante analisaremos, que dedica a sua *De republica gobernanda per regem* a D. Manuel (1496, 156).

⁸³¹ Curto (1993, 145).

atemorizada pelo galopante imperialismo otomano, pelo colapso bizantino, mas que viu reafirmar-se, mais pujante do que nunca, a relevância do eixo gálico-italico no plano da política internacional, e sobretudo no campo da cultura humanístico-renascentista"⁸³². Estes reinados que coincidem com um período de acentuada modernização dos mecanismos de governação, revestindo-se o poder real de uma autoridade e legitimidade crescentes com uma administração mais eficiente, apoiada na formação especializada de legistas e juristas, acompanhada por instrumentos de suporte (ex. Ordenações Afonsinas e Manuelinas; reforma dos Forais, 1497; início da Leitura Nova, 1504), gerindo uma imagem internacional (diplomacia) e desenhando múltiplas formas de consolidação da identidade nacional⁸³³.

Igualmente em comum, em todos os reinados deste período, sobressai, como uma das áreas fulcrais a gestão do espaço e dos assuntos ultramarinos, coadjuvante e subsidiária desse processo de afirmação do poder régio⁸³⁴. Afinal, "governar é dispor de instrumentos de conhecimento do espaço e dos que o ocupam"⁸³⁵ e só assim podemos enquadrar iniciativas como a de D. Afonso V para saber a população do reino mas que chocaria com a variedade espacial dos poderes em presença, e que só foi concretizado, cerca de trinta anos depois, quando D. João III procede à contagem dos vizinhos do território, no Numeramento Geral do Reino (1527-1532)⁸³⁶, procedendo-se, na sua sequência, a uma profunda reforma do espaço administrativo, com a subdivisão das províncias ou regiões em novas comarcas⁸³⁷, sinal inequívoco da importância que o espaço e a sua apropriação constituíam para o processo de centralização e consolidação

⁸³² 2012, 14-15.

⁸³³ Para além dos discursos narrativos que nos têm ocupado, aponte-se a importância fundamental de outros mecanismos de celebração e inculcação ideológica da monarquia, como sejam as entradas régias e todo o restante cerimonial de corte que impunha uma ordem legitimadora, os momentos de festa, matrimónios e luto, a iconologia e iconografia que acompanham o desenvolvimento de uma imagem de poder. Há uma vastíssima bibliografia sobre estes assuntos, os clássicos *O Processo Civilizacional* (2 vols., de Norbert Elias 1939, ed. portuguesa 1989) e *A sociedade de Corte* (1967, ed. portuguesa de 1987) e, para o caso português e o período em causa, com a respectiva bibliografia, Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas* (s.d.), e *Iconologia do Poder Real no período Manuelino* (1985), Ana Isabel Buescu, *Memória e Poder (...)* (2000), *Na Corte dos Reis de Portugal (...)* (2010) e Fernando Bouza, *Portugal no Tempo dos Filipes* (2000).

⁸³⁴ Para uma síntese - a política africana e internacional de D. Afonso V, em Saul Gomes (*op. cit.*, esp. 109-119; 172-241); a gestão africana e a expansão atlântica de D. João II, em Fonseca (2012, esp. 20-163); os desígnios imperiais e a política atlântica e oriental de D. Manuel, em Costa (2012, esp. 104-115; 145-179; 191-194); o governo de um legado imperial num contexto internacional por D. João III, em Buescu (2012, esp. 224-234).

⁸³⁵ Magalhães (1993, 14).

⁸³⁶ Daveau & Galego (1986); Buescu (2012, 191-192), Alves Dias (1996).

⁸³⁷ Magalhães (*op. cit.*, 37). Da subdivisão das seis comarcas de origem medieval - Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre Tejo e Odiana e Algarve, subdivididas em treze em 1516, saíram, após o Numeramento, em 1536, 27 novas comarcas.

do poder régio⁸³⁸. Neste cenário assume particular relevância a gradual construção de uma capitalidade, centrada na cidade de Lisboa, celebrada desde tempos antigos mas que não impede a frequente deambulação da corte por motivos vários, da salubridade à administração, que entre D. João II e D. João III tem como segunda opção a cidade de Évora⁸³⁹.

Por outro lado, do ponto de vista da afirmação da imagem e poder no cenário internacional, temos dois patamares interdependentes: as relações em contexto ibérico, mormente com a vizinha Castela e a gestão das relações à escala europeia, com protagonismo de Roma. No primeiro caso, reportando-se quer às diversas políticas matrimoniais de aproximação e mais directamente às questões da forma do território e concreção das fronteiras, noção que para os séculos XV a XVII estava ainda longe de ter o sentido concreto e preciso que encontraremos posteriormente. À semelhança do que dissemos a propósito da imposição de *limes* na *Hispania* clássica, ainda observamos neste período a importância do factor económico e militar na configuração do espaço/território, enfim, remetendo para uma geografia das pessoas⁸⁴⁰. Bastaria lembrar que esta condição da circulação entre os dois reinos é exponenciada em determinados níveis sociais

⁸³⁸ Adianta analisaremos, mais em pormenor, o conceito de espaço político e a sua formulação teórica em contexto do exercício do poder na época moderna.

⁸³⁹ Sobre as condições de construção da capitalidade e as deambulações da corte por outras cidades e lugares do reino, entre D. João II e os Filipes, v. Magalhães (*op. cit.*, 50-59), Costa (2012, 124-128). Sobre a centralidade de Évora e a sua importância no período moderno, Teresa Fonseca (2016, 9) lembra-nos: "O siciliano Cataldo Sículo, considerado por alguns autores o introdutor do humanismo em Portugal instala-se em terras lusas a convite do Príncipe Perfeito, como preceptor de seu filho bastardo D. Jorge. Residirá em Évora por várias vezes, com demora de meses e até ano. Nesta cidade, em 1490, pronuncia o célebre discurso de boas vindas à princesa D. Isabel, por ocasião do seu casamento com o malogrado príncipe D. Afonso. E aqui ensina ainda os filhos de colaboradores próximos do rei e vários jovens da alta nobreza, como D. Pedro de Meneses, 3º marquês de Vila Real, e sua irmã, D. Leonor de Noronha, considerados os seus alunos prediletos. O vigor cultural impulsionado por D. João II prossegue e intensifica-se com D. Manuel I e D. João III, contribuindo para converter Évora num dinâmico centro da cultura renascentista. Entre os humanistas frequentadores da corte contam-se vários eborenses, tais como: D. Miguel da Silva, filho do 1º conde de Portalegre e embaixador de Portugal em Roma no tempo áureo do papa Leão X; o humanista judeu Diogo Pires; o pintor maneirista Pedro Nunes, mais tarde bolseiro régio em Itália; o cronista e poeta Garcia de Resende; o cronista e jurista cristão-novo Duarte Nunes do Leão; e o já referido André de Resende". Adiante voltaremos a estas questões.

⁸⁴⁰ Magalhães (*op. cit.*, 20, 24-35) nota que a questão dos contornos do território português mereceu a atenção dos monarcas de Avis, nomeadamente D. João II que, consciente da insegurança dos traçados, admitindo o peso das grandes casas senhoriais que poderiam alterar o frágil equilíbrio, revela um especial cuidado com as defesas e delimitações fronteiriças, mesmo que tal provocasse algum "ruído" diplomático com o reino vizinho. Só o século XVI virá, com os mecanismos referidos a denotar a fronteira, embora ainda grosseiramente, concretização política que se impõe com maior acuidade a partir do reinado de D. Manuel. Este monarca determinou que o seu escudeiro Duarte de Armas registasse as fortalezas de soberania portuguesa junto à raia de Castela (1509-1510). Associadas a estas questões estão o uso das noções de lealdade à pátria (João de Barros, *Década II*, Liv. IV, cap. I), portugueses/Portugal e a assunção histórica de uma legitimidade genealógica fundadora que assenta na tradição lusitana. Ainda em 1537, D. João III ordenou a indagação do correcto traçado da raia com Castela (ANTT, *Demarcações*, n. 295, *apud idem*, 20).

elevados, em particular na nobreza e no clero, em que as possibilidades e vivências transfronteiriças eram uma prática comum.

Num outro campo, o da internacionalização da monarquia portuguesa, se afirmavam os soberanos da dinastia de Avis. Para além da política de casamentos ou a guerra contra o infiel, contavam com uma eficaz rede diplomática, seja no trato comercial ou nas negociações políticas com as cidades do Norte da Europa ou com as repúblicas e senhorias de Itália, particularmente a Santa Sé, que continuava a ter o papel de último reduto da mediação e autoridade transnacional. A isso se junta a política de mecenato e apoio aos bolseiros que estudavam em universidades estrangeiras, nomeadamente em França e Itália⁸⁴¹.

Enfim, tem, neste quadro, significado especial a própria criação do *conceito* de uma dinastia singular - a Ínclita geração de Camões (*Lus.* IV, 50) - coevo dos acontecimentos e que perdurará na leitura posterior⁸⁴² - sinal de que a sua sobrevivência emerge de uma manifesta estratégia que conjuga a monarquia e a família régia, que a partir da segunda metade do século XV também se alimenta das necessidades da sua propaganda externa. Na verdade, perante as transformações permanentes e o difícil equilíbrio verificados no panorama internacional, assumido o protagonismo e o intento de liderança nos descobrimentos e na expansão, os monarcas de Avis encontram-se perante alguns problemas de fundo que constituem sérios obstáculos ao cumprimento dos objectivos delineados. Por um lado, as relações peninsulares, marcadas, entre outras vertentes, por um nítido combate ideológico pela autoridade, legitimação e afirmação de propósitos unificadores, sendo que acresce uma sombra de ilegitimidade na origem da geração⁸⁴³. Assim, desde D. João I, passando por D. Duarte e mais afirmativamente com D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, com notório peso da vertente ultramarina, Castela

⁸⁴¹ Sobre estas questões ver a análise e respectiva bibliografia em Gomes (2012, 109-119; 141-164); Fonseca (2012, 20-24; 135-163); Costa (2012, 145-179); Buescu (2012, 224-244); Luís Adão da Fonseca (2012) destaca que, ainda no século XV, só no reinado de D. Afonso V, até 1474, contam-se 74 missões a países estrangeiros, sendo que Castela ocupa o primeiro lugar (25) e a Santa Sé o segundo lugar (17).

⁸⁴² Veja-se, a título de exemplo, a leitura oitocentista da vinculação psicológica de cada um dos monarcas a uma linha comum, em Oliveira Martins, como nota Fonseca (*op. cit.*, 234). Seguiremos este autor nas reflexões seguintes.

⁸⁴³ Como se sabe, sendo D. Beatriz, filha de D. Fernando e D. Leonor Teles de Portugal, viúva de D. João I de Castela mas ainda viva (1373-1390), na altura dos acontecimentos de 1383-85 que iniciaram a dinastia de Avis, com D. João I, colocava-se a questão da legitimidade no acesso ao trono. A este cenário junta-se o facto de D. João mestre de Avis, ser resultado de uma união não oficial, entre D. Pedro I e Teresa Lourenço. Tal situação demonstra as dificuldades internas ultrapassadas em 1385 mas sobre a qual pesará sempre uma limitação de imagem externa que importava resolver. Era urgente prover a legitimação dinástica em virtude da sombra de bastardia que sobre ela pesava.

transforma-se, de modo crescente, em horizonte e móbil prioritário da diplomacia portuguesa no Sul da Europa, tentando contrariar as pretensões de unificação hispânica ao mesmo tempo que legitimava a singularidade lusitana e caucionava a sua situação dinástica⁸⁴⁴. É, também esse o contexto que mobiliza a emergência de um quadro ideológico que fundamenta, como adiante veremos, as iniciativas diplomáticas com a Santa Sé.

A este propósito torna-se expressiva a leitura de Luís Adão da Fonseca⁸⁴⁵, ao estabelecer três fases para a elaboração teórica de um modelo de legitimação dinástica que delineie a sua imagem interna e externamente, num cenário em que política, ideologia propaganda e cultura surgem em íntima colaboração. Um primeiro momento quando da morte de D. João I e sucessão de D. Duarte (1433-34) com a projecção posterior manipulada, por vontade expressa do rei, em fazer coincidir, com evidente sentido messiânico e de predestinação, a coincidência de datas (óbito do monarca e batalha de Aljubarrota), apontando-se às vésperas da Assunção da Virgem. D. Duarte define uma política de construção ideológica que fundamentará o perfil de unidade dinástica e contribui para a sua função de lugar de memória (Pierre Nora), configurando o modelo, o mito e a imagem. Não será por acaso que, como vimos atrás, Fernão Lopes é nomeado cronista mor do reino e, como demonstrámos na análise do *topos*, a *Crónica de 1419* apresenta uma positiva afirmação da identidade entre Portugal e a Lusitânia. Um segundo momento, entre os anos 50 e 60 do século XV, período áureo de D. Afonso V, quando a monarquia portuguesa, depois do conflito de Alfarrobeira (1449), intervém de forma mais directa na política peninsular, com uma posição pró-castelhana, anos em que os restantes reinos ibéricos viviam dificuldades crescentes (crise castelhana com Henrique IV, problemas na coroa de Aragão com D. João II). Portugal aproveitou para se afirmar no quadro europeu, com a sua posição geográfica de entrada no Mediterrâneo e forte componente económica, apoiando-se também na dimensão propagandística e na exaltação da exemplaridade da família real, aproveitando a fragilidade da imagem dos Trastâmaras castelhanos e aragoneses. Solução que terá continuidade no reinado seguinte. Por fim, o terceiro momento, correspondendo aos primeiros anos do reinado de D. Manuel, com seguimento no reinado de D. João III, na tentativa de manter o equilíbrio

⁸⁴⁴ Fonseca (*ibidem*, 235). D. Manuel continua a política de D. João II e a tradição herdada do Tratado de Tordesilhas (1494) e contou sempre com colaboração dos Reis Católicos nesta questão, Oliveira e Costa, (*op. cit.*, 152).

⁸⁴⁵ *Ibidem*, 234-244.

ibérico, não obstante a continuidade de afirmação de uma forte componente da política nacional e ultramarina⁸⁴⁶, com as preocupações em cumprir uma propaganda, agora de inspiração imperial, que amplia o projecto anteriormente iniciado. Modelo e linha de interpretação que assentam, segundo o mesmo autor⁸⁴⁷, em três vertentes: função legitimadora, carácter de exemplaridade, intencionalidade ibérica. Nesta, em particular, Luís Adão da Fonseca faz sobressair a prática do mecenato cultural destes monarcas e o fomento do bilinguismo, a par da concreta afirmação do vernáculo nacional, por exemplo por D. Afonso V ou pelo condestável D. Pedro, seu sobrinho⁸⁴⁸. Enfim, conclui o autor, todo um programa "muito coerente (...) manifesta-se no esforço real por nacionalizar a dinastia pela via da sua exemplaridade, esforço esse que se desenvolve à volta de três grandes *slogans* atrás enunciados: a família real portuguesa é uma família *unida*, é uma família *santa*, é uma família *culta*. Obedecendo inicialmente a propósitos de *consumo* interno, a partir de meados do século XV, e ao longo de quase toda a segunda metade da centúria, detectam-se indícios de uma preocupação orientada sobretudo para a área castelhana"⁸⁴⁹. Este programa, adaptado ao contexto que o envolve, não deixará de estar presente nos reinados posteriores, até ao cardeal-rei D. Henrique (1580).

Estas considerações remetem-nos, ainda, para um último campo de reflexão, que temos vindo a expor e a desenvolver, que subjaz à nossa análise - o da produção discursiva, política, historiográfica e/ou geográfica, como matéria privilegiada para a observação da recuperação e adaptação de práticas coincidentes com a produção de instrumentos ideológicos e de mecanismos de argumentação, suporte e legitimação de poder. Temos vindo a demonstrar que este processo está presente desde os primeiros registos discursivos analisados e que convocam a importância destes no aparelho de domínio. No caso português, estas manifestações acompanharão e fundir-se-ão com a emergência do humanismo em território nacional, com a singularidade e expressão vinculativa do fenómeno da expansão ultramarina⁸⁵⁰ e com a intencionalidade e manifestações dos sucessivos monarcas e do contexto político da sua acção, como acabámos de ver. A partir do século XV estas práticas foram sendo oficialmente

⁸⁴⁶ Não será por acaso que com Garcia de Resende se revisita o rei da *Boa Memória*.

⁸⁴⁷ Fonseca (*ibidem*, 241).

⁸⁴⁸ *Ibidem*, 243.

⁸⁴⁹ *Idem, ibidem*.

⁸⁵⁰ Sobre a preponderante e interdependente relação entre humanismo e descobrimentos, nomeadamente no que toca à divulgação e instrumentalização pelo poder, Costa Ramalho (1993, 17-36).

caucionadas e não raras vezes suportadas pelo poder régio, decurso visível na referida importância do provimento e institucionalização do cargo de cronista do reino, oferecendo-lhe uma relevante autoridade face a outras manifestações do género, providenciando-se o registo oficial dos acontecimentos e dos seus protagonistas⁸⁵¹. Manifestamente estes discursos, em particular a historiografia, serviam intentos de promoção e propaganda da coroa tendo em vista a consolidação interna de uma pretendida união perante a pluralidade e o regime corporativo dos poderes, assim como subsidiavam a promoção da imagem internacional do reino⁸⁵². Nesse sentido, as complexidades na relação entre os reinos hispânicos de Castela e Leão e Portugal, potenciados pelos interesses particulares na liderança e gestão dos assuntos ultramarinos, manifestar-se-ão igualmente, como adiante veremos, nos propósitos unificadores transparecidos nas formulações retórico-argumentativas, concatenadas na ficção e na lúdica presunção das representações e configurações do espaço e do poder na historiografia castelhano-leonesa. Só o carácter apologetico, preenchido pela inquestionável validade da historiogénese que lhe está associada, permite contextualizar e compreender a motivação política para a utilização destes instrumentos na exaltação, legitimação e suporte da agenda da coroa,

⁸⁵¹ No caso português, vimos que o cargo de cronista estava frequentemente associado ao de guarda-mor da torre do tombo, sendo que entre 1352 e 1378, o arquivo real estabilizou-se, fixando-se em Lisboa na torre albarrã do Castelo de São Jorge e as suas atribuições foram definidas por D. João I em carta dirigida a João Esteves, contador da cidade de Lisboa, comunicando-lhe “ter encarregado a Gonçalo Esteves, seu contador da mesma cidade, pela confiança que dele tinha dever e procurar as escrituras dos Reinos, que estão na torre do Castelo da cidade de Lisboa” (*in* <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/os-guardas-mores-da-torre-do-tombo/>). A função de cronista, atribuída a Fernão Lopes por D. Duarte, a 19 de Março de 1434, apontava para o registo da história dos reis de Portugal e portanto, estava desenhada por referência ao reino - destaque ao território que se ia autonomizando. Para o caso espanhol, certamente pela falta de uma unidade territorial, temos a criação do cargo de “*cronista del rey*”, reforçando o nexo entre a função e o protagonista do poder e não tanto o território. Função oferecida por D. João II de Castela e Leão ao seu secretário de Latim, Juan de Mena (1405-1454), em 1445, igualmente reforçando-lhe (como em Portugal), com um extra no seu provento, pelas novas atribuições de que era incumbido, v. Bermejo Cabrero (1980, 395-409); Tate (1986, 659-668).

⁸⁵² O mesmo processo é, segundo Robert Tate, particularmente intensificado no caso castelhano com D. Fernando e D. Isabel, os Reis Católicos (1474-1516), v. Tate (1951, 137-165; 1994, 97-106). Esta questão insere-se no seguimento da dinâmica de consolidação nacional e da unidade hispânica, através do matrimónio e consequente agregação de Aragão e Castela. Note-se que, como vimos, o discurso da unidade hispânica ficara indelevelmente marcado pela narrativa fundadora de Afonso X que colocara a monarquia, genealogicamente legitimada, e as suas realizações, pretensamente no centro da história peninsular, configurando a importância do seu legado e do seu destino providencial, v. Sánchez Alonso (1947, I, 362-63). Por sua vez, os historiadores oficiais ao tempo dos Reis Católicos continuam este compromisso e comungam destas ambições expansionistas, construindo uma história já com substrato humanista em que o passado da *Hispania* e as glórias coevas entroncavam no legado da Antiguidade. O exemplo mais conhecido é o de Lúcio Maríneo Sículo que escreveu uma imponente *De Hispaniae laudibus* (Burgos, 1497), na melhor tradição da arquitectura discursiva e do léxico temático que vimos estar subjacente à produção discursiva da cultura greco-romana. Mas, como adiante veremos, ainda antes dessa manifestação que comumente ocupa lugar privilegiado na análise da historiografia da época, a legitimação dos interesses castelhano-leoneses far-se-á, durante a segunda metade do século XV, com Alfonso de Cartagena e Rodrigo Sánchez de Arévalo, prosseguindo uma proposta neogotista.

provendo-se a consagração e validação do território do reino e, paralelamente, da expansão para outros espaços fora da Europa⁸⁵³. Mas estas questões, que temos vindo a observar ao longo da nossa análise, com especial incidência no campo da produção discursiva, implicam, neste momento novas condições de entendimento. Vejamos.

Desde meados do século XV verifica-se um maior contacto com as tendências culturais vindas das cortes italianas e com os seus humanistas⁸⁵⁴. Dessa dinâmica é exemplo o caso de Mateus Pisano, famoso humanista italiano, que por volta de 1446 já vivia na corte de D. Afonso V e que o regente D. Pedro chamara precisamente para perceptor do monarca⁸⁵⁵. Não podemos esquecer, a este propósito, a aceção de *barbaridade cultural* que os humanistas italianos atribuíam à *Hispania*⁸⁵⁶, fenómeno perfeitamente enquadrado na interpretação centrada a partir da auto-imagem de legítimos herdeiros da glória e do legado cultural romanos, não longe da representação de uma concepção periférica que, como vimos, os discursos greco-latinos da Antiguidade impuseram na leitura da Península⁸⁵⁷.

Esta consciência de periferia e o desejo de validação e legitimação internacional mobilizou muitas das iniciativas de afirmação e de propaganda dos poderes peninsulares durante este período, definindo estratégias para a restante Europa de manifestação de uma

⁸⁵³ Da mesma forma procederão os Reis Católicos na tentativa de afirmar a sua posição no que toca à expressão de poder e à expansão territorial. Nesta mesma linha continuará Carlos V, aproveitando e consolidando esta relação entre humanismo e política instando Lúcio Sículo a escrever a História de Espanha a partir da Antiguidade, resultando no *Rebus Hispaniae Memorabilis* (1533), onde confluem a pesquisa de obras e documentos antigos, valorizando-se a geografia, a arqueologia e a numismática, v. Tate (1970, 253; 1979, 237-242); Cirot (1905, 76-89); Ostenfeld-Suske (*ibidem*, 15, 17). Para a *Hispania* dos Áustrias, é indispensável a consulta da tese de doutoramento de Tereza Amado (1997).

⁸⁵⁴ Saul Gomes (2012, 141-142) aponta a diferença entre, por um lado, um humanismo cristão do Norte da Europa que, associado à *devotio moderna*, sem prejuízo da erudição e latinização, aposta nas línguas vernaculares e, por outro, o humanismo do Sul mediterrânico, protagonizado por Itália, erudito, latinizado, profundamente arreigado ao legado romano - desta forma, os súbditos de Afonso V, nomeadamente os seus bolseiros, moviam-se entre estes dois meios e frequentemente conciliavam as duas posições.

⁸⁵⁵ Oliveira e Costa (1987, III, 107-109); Serrão (1989, 38-39). Sabemos ainda que Pisano era versado na arte da poesia e filosofia, tendo convivido com Gomes Eanes de Zurara. Da sua actividade emerge o registo, na língua latina, da história da tomada de Ceuta na sua *De Bello Septensi per Reverendum Mathaeum de Pisano, artium Magistrum Poetamque Laureatum*, apenas publicada em 1790, tendo em vista a referida política de propaganda europeia dos feitos dinásticos do reino lusitano e, concretamente, as questões da legitimidade portuguesa na conquista daquela praça.

⁸⁵⁶ Tate (1951, 137-165); Ostenfeld-Suske (2014, 13-14).

⁸⁵⁷ Sobre o humanismo europeu, para além do seu aspecto formal de transmissor da latinidade (Sousa Rebelo, 2002, 121), impõe-se a sua leitura como um complexo fenómeno que envolve todo um intrincado civilizacional e de relação cultural, com diversas expressões e formulações. Luís de Sousa Rebelo (2002, 121-123, 133) lembra que para o caso português tem havido uma tendência marcada por uma vocação sociológica de o relacionar com as questões do centro-periferia sendo a preocupação maior dos nossos humanistas a inserção no processo cultural europeu, sendo que o seu internacionalismo (ex. Damião de Góis) não afecta, diríamos mesmo, é uma consequência, do seu patriotismo. v. Hirsch (2002, esp. 159-228); Costa Ramalho (1983, esp. 1-20), Pina Martins (1989, esp. 7-34); Torres (*passim*, 1982, 2 vols).

urgente reputação de superioridade cultural e política, convocando todos instrumentos disponíveis e apelando ao esforço dos seus humanistas⁸⁵⁸. É, certamente, uma das razões pelas quais os mesmos humanistas de outras nações, oferecem os seus serviços à coroa portuguesa no sentido de ajudarem a construir essa almejada imagem⁸⁵⁹. Nessa intenção detecta-se o jogo estratégico de uma consolidada representação adscrita à identidade portuguesa, afirmando-se o *topos* aqui analisado, em harmonia com a interpretação interna do legado histórico-linhagístico, da respectiva legitimidade e soberana autonomia. Disso é exemplo Ângelo Poliziano para quem D. João II é rei da *Lusitania* e de uma expressiva *Romana multitudo*⁸⁶⁰.

Uma outra questão central reside na questão do poder da língua dado que, apesar da reconhecida competência das línguas vernaculares que se vinham afirmando desde o século XIII, uma boa parte das obras dos séculos XV e XVI, de índole política e especular, historiográfica ou jurídica mantêm o uso do latim. Como destaca López Moreda⁸⁶¹, a solução vinha da difusão do modelo humanista italiano⁸⁶². A norma da boa latinidade fora

⁸⁵⁸ A este nível torna-se interessante o facto de os Reis Católicos estabelecerem, em 1497, a necessidade dos cronistas oficiais terem formação e erudição clássica - este cargo teria como missão escrever, enunciar, copiar e recolher toda informação pertinente "emulando o estilo de Lívio e outros historiadores antigos", embelezando o seu estilo cronístico com interpretações baseadas na "filosofia e doutrina sã", cit. em Bermejo Cabrero (*op. cit.*, 408). Desígnio associado à intencional intervenção e controlo régios, denotadora da importância deste tipo de testemunhos, ao estabelecer que nenhuma obra fosse publicada sem a necessária autorização régia, v. Ostenfeld-Suske (2014, 14). Para uma visão mais abrangente da relação entre política, origem da noção de Estado e cultura, v. Chartier (1985, 490-506).

⁸⁵⁹ Costa Ramalho (1987, III, 109). É o caso de outro humanista com ligações à cultura e à corte portuguesa, Ângelo Poliziano, destacando-se no domínio da história, já que, como é sabido, ofereceu-se a D. João II para narrar, em latim, os sucessos relacionados com as navegações portuguesas. Como lembra Jorge Osório (1993, 468-470), "a sua primeira obra a ser impressa, em 1478, era de natureza historiográfica: *Conjuracionis Commentariolum*. Aliás é nesta linha de pensamento que devemos integrar o facto de alguns humanistas italianos da segunda metade do séc. XV terem estado ligados a projectos de redacção em latim ou de tradução para latim de relatos cronísticos sobre as conquistas e navegações portuguesas. Assim sucedeu no reinado de D. Afonso V com Mateus de Pisano, que redigiu em 1460 o *De Bello Septensi*, no fundo uma refundição, com valorização de ingredientes literários, como descrições e maior abundância de diálogos, da Crónica da Tomada de Ceuta, de Zurara. Nesse sentido foram as ofertas de Flávio Biondo e do próprio Policiano". A literatura sobre o humanismo português é extensíssima; sínteses recentes, com respectiva bibliografia podem encontradas em Soares (2013; 2014, 9-32); André (2013, 17-40). Por sua vez, Policiano foi mestre de humanistas portugueses ilustres como Henrique Caiado (Sánchez Tarrío, 2002, 69), ou do célebre jurista Luís Teixeira que procedeu a uma renovação jurídica em Portugal depois de retornar de Florença (Espinosa Gomes da Silva, 1964, *apud* Sánchez Tarrío, 2002, 71-72).

⁸⁶⁰ Biscetti, "La gloria dei Portoghesi: ancora sulla epistola di Poliziano a D. João II", 1993, 291-303, *apud* Mayer i Olivé, Marc (2009, 79).

⁸⁶¹ 2011, 92-95.

⁸⁶² Também aqui se coloca uma outra faceta da vontade de construção de um novo programa cultural humanista que se reporta à célebre *expulsio barbariei*, com novos critérios de saber e questões de língua, nomeadamente gramaticais no uso do latim, opondo as trevas medievais à luz humanista. A luta contra a barbaridade é, pois, uma guerra de várias frentes. Essa dinâmica foi construída também com polémica em torno das universidades e do seu ensino pejado de dogmas doutrinários. Em Portugal, já de si conotada com outra vertente da barbárie, vários foram os que adoptaram esta posição, começando por Cataldo Parisio Sículo, passando por Henrique Caiado, aluno de Policiano, Estevão Cavaleiro, ou Pedro Nunes. Para uma

determinada pelas *Elegantiarum Latinae linguae libri VI*, de Lorenzo Valla (1407-1457)⁸⁶³, terminadas em 1448⁸⁶⁴, publicadas em 1471 e contando com 59 edições até 1536⁸⁶⁵, onde se traduz a força expansiva, as potencialidades, o sentido de vínculo, a eficiente comunicação e o consenso que a língua podia adquirir na sociedade da época. Na verdade, se atentarmos na simbiose de todas estas vertentes podemos perceber como incorporam a função instrumento perfeito para acompanhar a construção da própria noção de Império. Língua ecuménica que tivera naturalmente um papel preponderante nos mecanismos de produção discursiva e política da Antiguidade greco-romana, contribuindo, sobremaneira, para a definição do perfil identitário das populações e dos territórios a ela submetidos. Recupera-se, pois, a sua concepção como expressão superior em termos jurídicos, religiosos, administrativos e científicos, que já registara um processo de continuidade pela mão da Igreja e do cristianismo ao longo da Antiguidade tardia e do transacto medievo. Só à escala de um império, cujo espaço se constituía em argumento constitutivo, definida a comunicação entre os membros da lúdima comunidade, sob o pretexto da propagação da fé, o ideal imperialista emerge da então virtuosa e fidedigna herança cultural clássica. Esta era, aliás, a base da legitimidade frequentemente invocada pelos poderes hispânicos (Portugal incluído), quando se fazia coincidir, nos textos, o imperialismo luso ou castelhano da época com a política imperialista clássica, provendo-se como arautos e defensores da cultura herdada da Antiguidade, numa anunciada luta contra a barbárie cultural e a gentildade espiritual, chamando a si a liderança do confronto contra o infiel (ex. Turco).

No entanto, o jogo de poderes à época impunha que essa proeminência e projecção exterior fossem caucionadas no interior de cada um dos reinos actuates e pretendentes a assumir esse papel. A língua, instrumento de poder, e a sua expressão vivificada nos discursos foi, igualmente, entendida como o veículo privilegiado para a inculcação ideológica interna e demonstração da validade das acções e políticas dos respectivos monarcas, acompanhando a linha europeia do humanismo vernacular e a sua "Defensão

análise da questão, v. Sánchez Tarrío (2002, 67-73). Sobre Cataldo Parisio Sículo consultem-se os diversos trabalhos de Américo da Costa Ramalho (esp. em 1969; 1983; 1988-2013, vol.s I-V) e na edição fac-similada das suas *Epistolae et Orationes* (1988).

⁸⁶³ Como se sabe, Valla esteve ao serviço de Afonso V de Aragão, senhor de Nápoles, como seu secretário 1437-1448, aproveitando o momento para traduzir Tucídides e Heródoto, e, em harmonia com a prática humanista que temos vindo a observar, escrever a história de Fernando I de Aragão (o de Antequera). Gomes (2012, 144).

⁸⁶⁴ López Moreda (*ibidem*, 92).

⁸⁶⁵ Sousa Rebelo (2002, 127-128).

e Ilustração"⁸⁶⁶. A este propósito, de valor singular para a nossa reflexão, não sendo diferente o caso castelhano, temos a proverbial e famosa expressão de António Nebrija na dedicatória a Isabel, a Católica, da sua *Arte de la lengua castellana* (1492) em que afirma "siempre fue la lengua compañera del Imperio"⁸⁶⁷. No caso português temos vários casos ao longo dos séculos XV e XVI deste cuidado em manter o suporte linguístico necessário e de qualidade, quer seja no registo latino⁸⁶⁸, quer no português⁸⁶⁹, quer ainda na manutenção de uma tradição peninsular de bilinguismo (castelhano-português)⁸⁷⁰ ou de outras línguas. Enfim, soluções e manifestações de um aspecto que traduz a proeminência da língua, tendo as potências políticas deste período consciência do seu substancial poder e valor simbólico, mecanismo de veiculação ideológica privilegiado, conferindo racionalidade actuante e legitimadora às suas acções. Pelo que esta questão estava subjacente às diligências políticas dos monarcas na sua pretensão em conduzir os destinos da *translatio imperii* e, quando em contexto da tradução do latim para língua vernacular, da consequente *translatio studii*, como uma expressão cultural prestigiante desse fenómeno de superioridade e liderança políticas.

⁸⁶⁶ Sánchez Tarrío (2002, 80-84) estuda a questão para o caso do humanista português Pedro Nunes, a sua obra científica e o contexto da época de D. João III mas, cremos, a validade das suas reflexões ultrapassa esses mesmos limites cronológicos.

⁸⁶⁷ *Apud* López Moreda (op. cit., 93). Sobre esta obra e o valor político da língua veja-se o clássico estudo de Eugenio Asensio, *La lengua compañera del Imperio: historia de una idea de Nebrija en España y Portugal*, 399-413.

⁸⁶⁸ Sem concorrente no domínio internacional, nomeadamente no campo da diplomacia, o latim foi cultivado e apoiado pelos sucessivos monarcas portugueses. D. Afonso V tivera intenção de mandar verter para a língua do Lácio a história do seu tempo, de que é exemplo a tradução da Crónica de D. Pedro de Meneses levada a cabo por Mateus Pisano ou a actividade de Frei Justo Balduino, doutor em Leis originário de Pádua (Gomes, 2012, 144-145); esta preocupação também esteve na origem da iniciativa de D. João II em dar continuidade à política de Afonso V em apoiar financeiramente os bolseiros portugueses para o estrangeiro (Fonseca, 241); por sua vez, D. Manuel, não obstante a sua política interna reformista e centralizadora se apoiar no uso do português, situação que, como vimos, está em harmonia com a opção em modernizar a linguagem na *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, continua a apostar no latim nos fóruns internacionais, como se vê na produção diplomática do seu reinado (Oliveira e Costa, 2012, 135); em tempo de D. João III, com clara afirmação do português, o latim continua a ser frequentemente usado nestes expedientes e a assumir a sua importância como língua de cultura e ciência (Buescu, 2012, 248-249; Sánchez Tarrío (2002, 83-84).

⁸⁶⁹ D. Afonso V determinara no seu *Livro Vermelho*, para recurso da sua burocracia, a importância dos "dytados em lynguogagem" (*apud* Gomes (op. cit., 116). Destaque-se, ainda, posteriormente, a importância das primeiras gramáticas: *Diálogo em louvor da nossa Lingoagem*, de João de Barros (1549) e a *Gramática da Língua Portuguesa* de Fernando de Oliveira (1536). Ana Isabel Buescu refere que o papel que inicialmente estava destinado ao latim como idioma de criação e transmissão cultural haveria de ser ocupado pelas línguas nacionais, sendo o reinado de D. João III um excelente exemplo desta mudança (op. cit., 248-249); Sánchez Tarrío refere mesmo a existência de uma política linguística régia que visava apoiar o português, associando uma comunhão de políticos e letrados, ao tempo de D. João III (op. cit., 82).

⁸⁷⁰ Sobre a importância do bilinguismo para este período ver os trabalhos de Ana Isabel Buescu (2000, 49-66; 2004, 13-38; 2012, 248-249).

Para o humanismo português, na sua origem e desenvolvimento, pesou sempre, como dissemos, a consciência da situação culturalmente periférica, num esforço de conciliar os descobrimentos e a sua celebração do vivido e experienciado, com a produção e divulgação da literatura novilatina que serviria para superar essa condição de *finisterrae* e permitir a sua integração nos circuitos culturais e políticos e nos mecanismos de valorização internacional⁸⁷¹. Fusão singular da experiência e da erudição⁸⁷². Adiante veremos três exemplos do pensamento político desta época que apontam, precisamente, para reflexões onde a concepção e função do conceito de espaço político e da sua extensão ultramarina, mediante as justificações apresentadas em cada testemunho, emergem como elemento constitutivo do poder e, por essa via, abria a possibilidade de legitimar um protagonismo, que para o caso português, coincide com a sua função de arauto da guerra justa e da evangelização, assim como da missão de levar a luz à barbárie da gentilidade.

⁸⁷¹ Sousa Rebelo (2002, 125-126) faz notar que, precisamente "nem sempre se tem reparado ou pouco se tem reparado que por detrás da imitação do Antigos se encontra a preocupação medieval da legitimidade do poder: a *translatio imperii*. O poder desloca-se do Oriente para o Ocidente e com ele se opera a deslocação do saber, a *translatio studii*. Babilónia, Atenas e Roma são os pontos do percurso. Eles exercem uma influência eficaz no cerzimento do tecido cultural do humanismo. Têm uma acção irradiadora, podendo alargar a uma vasta área o seu raio de acção. A expansão portuguesa além-mar perturba esta ordenança de pensamento geográfico-cultural".

⁸⁷² Do mesmo modo, num outro plano, mas sempre com intuito de conferir às acções um sentido de utilidade, podemos observar, no seio do humanismo partilhado por Pedro Nunes, uma expressiva imagem desta questão. Este humanista da ciência cosmográfica e matemática também é, significativamente, apelidado de *Hercules Lusitanus* - designação cujo sentido, muito para além do recurso a uma fórmula retórica ou de mera estratégia discursiva, aponta para um "código" humanístico. Sánchez Tarrío (2002, 59-93) apresenta esta extraordinária locação simbólica e nexos com o humanismo, centrando-se neste caso de Pedro Nunes. O mesmo Hércules que, figura de uma genealogia que, como temos visto, estava intrinsecamente ligada à *Hispania* e à construção da sua memória legitimadora, agora em tempos modernos fazia parte da emblemática de Erasmo, da primeira página do *De Orbis Situ* de Pompónio Mela (1519 e 1522), ou também servia para caracterizar a intensiva acção contra as quimeras católicas de Lutero, apelidado de *Hercules Germanicus*. Esta nova interpretação desta figura mítica, segundo aquela autora, deriva da divulgação de um autor grego Luciano, desconhecido pelo medievo ocidental, que apresenta uma relação entre Hércules e os Gállos - obra que será recuperada a partir do fim do primeiro quartel do século XV. A sua difusão e transcurso são notórias (v. *ibidem*, 63-65), surgindo, entre outras, nos *Emblemata* de Alciato (1522). Acima de tudo, esta figuração e representação mítica apelava para um humanismo interventivo e útil para a comunidade, sendo Hércules mais do que a tradicional figura de fortaleza física também uma marca pedagógica, racional e pragmática. Um humanismo mais comprometido com a realidade e as exigências do seu tempo. Nesse sentido, a *utilitas communis* que ressaltava da acção de cada um destes humanistas (Pedro Nunes, André de Resende, Estevão Cavaleiro, Henrique Caiado, Damião de Góis) teria um valor acrescido para a coroa e o exercício do poder, coadjuvando e colaborando na sua acção prática e na sua perpetuação simbólica. Este humanismo cívico (expressão cunhada por Hans Baron, utilizada por Luís Sousa Rebelo (1977, 427) que fazia, por exemplo, Pedro Nunes apresentar soluções imediatas, através da sua obra, para os dirigentes da Expansão, ou de André de Resende em apresentar o registo genealógico e descritivo de uma liminar coincidência entre Portugal e a Lusitânia, permitindo mais do que um discurso "antiquarista", um verdadeiro libelo jurídico ao serviço da coroa. Por último, será conveniente lembrar que, providencialmente e de forma precursora, como vimos atrás, a primeira imagem associada à figura de Afonso Henriques, primeiro monarca português, fora, também a de um *Hercules Lusitanus*.

Incumbência à qual, facilmente, se pode estabelecer - e foi-o, sem dúvida, na época - um paralelo com a gesta romana da Antiguidade.

Deste modo, como já destacámos, construir uma história de substrato humanista, em que o passado da *Hispania* e as glórias coevas entroncavam no legado da Antiguidade e caucionavam a sua proeminência europeia, era relativamente fácil, não obstante a imagem negativa propugnada pelo humanismo italiano, dado que, como vimos em capítulo anterior, os próprios autores da Antiguidade (ex. Estrabão, Tito Lívio, Dión Cássio) consideravam este território um dos mais romanizados da República e do Império⁸⁷³. Um dos procedimentos utilizados e valorizados no humanismo e que vai sendo recorrente na formulação quinhentista, passa por uma tendência "antiquarista"⁸⁷⁴, de recolha de vestígios documentais, arqueológicos, nomeadamente epigráficos, e arquivísticos que se reflectem nos conteúdos e na interpretação e manipulação das representações vinculadas, até bem tarde no século XVI. Como salienta Fernando Bouza⁸⁷⁵, muitos dos membros da corte de Filipe II procuram nos arquivos como se estes fossem "minas de ouro da política"⁸⁷⁶. Há, assim, uma clara preocupação no Humanismo renascentista peninsular em fazer assegurar uma genealogia legitimadora, recuando às fontes originais da Antiguidade, caucionando, com provas atestadas, a validade das posições e argumentos político-territoriais, particularmente perante os desafios que a autoridade régia e o exercício do poder, concatenada com a noção de Império, colocam na segunda metade do século XV e no longo século XVI⁸⁷⁷. Uma das estratégias frequentes dos discursos, manipulando e instrumentalizando o passado em função da produção de memória, está no recurso à comparação explícita ou metafórica entre esse

⁸⁷³ Para uma leitura da produção historiográfica em Portugal na sua relação com o movimento humanista, v. Osório (1993, 461-483).

⁸⁷⁴ Sobre antiquarismo e historiografia humanista veja-se o clássico de Arnaldo Momigliano (1950), *Ancient History and the Antiquarian*, 285-315.

⁸⁷⁵ 1999, 66-68. Também Ostenfeld-Suske (2014, 29-30) destaca a postura de Filipe II quando nos diz que o monarca "personally tasked historians to record officially the "antiquities of Spain," sending them on missions "to collect old [medieval] and ancient manuscripts, and all documents pertinent to the realm," as well as ancient and medieval relics, and transportable remnants of the past, including coins and inscriptions, and to bring them to the new Escorial Library" in José Luis Rodríguez de Diego, "La formación del Archivo de Simancas en el siglo XVI. Función y orden interno," in *El libro antiguo español, IV. Coleccionismo y bibliotecas (siglos XV-XVII)*, ed. María Luisa López-Vidriero, Pedro M. Cátedra and María Isabel Hernández González (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1998), 519-57.

⁸⁷⁶ Em Portugal bastaria atentar na composição das livrarias de reis e príncipes ao longo dos séculos XV e XVI. Vejam-se os estudos de Buescu (2007, 143-170, reeditado em 2010, 53-81; sobre D. Teodósio I (1510?-1563), 2013, 105-126, 2016).

⁸⁷⁷ Essa preocupação, numa rejeição do pensamento e método escolásticos, é comum a outros humanismos europeus, nomeadamente o italiano, que se remete a uma determinada utilização estratégica do passado e da memória, v. Burke (1969) e Burckhardt (1945).

passado glorioso ou fatídico do legado contextual greco-romano e a interpretação dos acontecimentos e protagonistas coevos do discurso⁸⁷⁸. Para esse efeito, procede-se à recuperação de autores como Políbio, Tito Lívio⁸⁷⁹ ou Plínio-o-Velho⁸⁸⁰ que, como vimos, ao conjugarem as práticas de interpretação histórica com a realidade da sua época, invocando a sua função de *exempla* e providenciando funções pedagógicas, adquirem um papel fulcral no desenho da historiografia humanista⁸⁸¹.

Como resultado quer dos procedimentos "antiquaristas", quer da instrumentalização do passado e da validade atribuída aos discursos, estes passam frequentemente a representar autênticos dispositivos de validade jurídica e legal, fornecendo matéria para o confronto e a publicitação da *argumentatio* entre os estados/os impérios, envolvendo os seus monarcas e respectivos territórios. Por essa razão, como adiante veremos, a própria teoria política, assim como a historiografia, acompanham o valor superlativo da geografia do espaço - remetida, à semelhança do tratamento que merecem os protagonistas, para uma legitimidade histórico-genealógica. Esta serve, no complexo humanista, para afirmar e consolidar precedências, posições políticas e clarificar fronteiras. Como destaca John Pocock⁸⁸², a base da autoridade e acção políticas na Europa moderna, nomeadamente na sua expressão jurídica, transferiu-se das "leis da natureza" para "os apelos do passado". De tal forma que a história e o seu estudo, provendo a conservação das genealogias e precedências fundantes, por exemplo fixadas em textos geográficos e historiográficos, assim como nos jurídicos, eram considerados, no século XVI, campos auxiliares fundamentais, constituindo o recurso às fontes primárias mais do que um método histórico uma ordem de validação jurídica⁸⁸³.

É esta a situação que podemos observar quando se trata do panorama diplomático internacional, em que, na perspectiva legalista, dominava a matéria das precedências e das suas provas, permitindo atribuir ao conhecimento histórico-geográfico competentes funções na resolução de conflitos, mormente na questão das disputas e configurações territoriais. Associada à referida falta de rigor, instabilidade e fragilidade adscritas à

⁸⁷⁸ Burke (1969, III).

⁸⁷⁹ Momigliano (1987, 79-98).

⁸⁸⁰ Veja-se, adiante, sobre a primeira edição portuguesa deste autor clássico no *Commentum (...)* do humanista Martinho de Figueiredo (1529). Ostenfeld-Suske (*op. cit.*, 41) refere, ainda, a importância de Cícero e de Tácito.

⁸⁸¹ Para uma competente e abrangente panorâmica do labor de tradução e edição dos clássicos greco-latinos em Portugal nos séculos XV e XVI, com uma extensa lista de autores e bibliografia complementar, v. Díaz-Toledo (2016, 1277-1318).

⁸⁸² 1975, cap. 10, *apud* Ostenfeld-Suske (*op. cit.*, 44).

⁸⁸³ Ostenfeld-Suske (*op.cit.*, n. 139 e respectiva bibliografia).

noção de fronteira ou limite, nomeadamente nos territórios hispânicos e nos espaços ultramarinos que lhe estão associados, durante este período, facilmente entendemos a relevância destas matérias e discursos, assumindo a autoridade que lhes era conferida pela conveniência legitimadora.

Do mesmo modo, como veremos, muitos destes discursos apresentam uma singular característica que, cremos, não tem sido devidamente salientada. A recuperação do legado clássico greco-romano não é só concretizada pelo recurso, assente nos autores dessa época e na sua *autoritas*, aos conteúdos factuais e históricos desse período. As práticas discursivas dos nossos historiadores e geógrafos apontam, com frequência, para uma apropriação e adaptação da própria arquitectura discursiva, da ordem narrativa e do léxico temático que vimos estarem consignados à composição e formulação narrativas da antiguidade. Com essa reabilitação providencia-se a estrutural validade do próprio edifício retórico e argumentativo, assimilando e adequando os factos e personagens centrais do discurso, enfim o seu conteúdo, a um mecanismo de legitimação irrefutável, sublimando-se a sua competência ideológica.

Considerada esta reflexão fundamental salientemos que daqui em diante recorreremos a dois *corpus* textuais que, na nossa perspectiva, se assumem como interdependentes pelo contexto que acabámos de observar⁸⁸⁴, pelo que não os autonomizaremos mas servirão em rede, como um todo, para melhor entendermos o assunto que nos ocupa. De um lado, o que directamente emana do poder ou para ele é direccionado como coadjuvante teórico-prático do seu exercício. Por outro lado, a expressão patente no domínio narrativo historiográfico-geográfico que, apontando sucintamente a vários exemplos, denotam a relevância desse mesmo *topos*. Nessa matéria intentaremos conjugar a diacronia com a gradual consolidação do movimento humanista e com a emergência da polémica de que o tema se reveste, observando quer a produção castelhana quer a portuguesa, culminando na sofisticação argumentativa de André de Resende e na expressiva manifestação imagética da cartografia. Embora com justificada razão, compete ainda informar o leitor/a que, em nenhum caso, se procede a uma análise

⁸⁸⁴ Quer pela relação com a concepção do espaço e do poder, quer pela expressividade que vão assumindo, cada um desses testemunhos, na textura política e ideológica que os envolve, quer por terem em comum, em boa parte deles, o recurso ao índice discursivo aqui examinado.

exaustiva, seja no intento de abarcar a totalidade do número ou qualidade das fontes, seja na pesquisa que cada uma delas poderia (e deveria) sugerir, pela ocorrência do tema⁸⁸⁵.

⁸⁸⁵ Em 1967, na abertura do prefácio à sua marcante obra sobre a figura de Damião de Góis, Elisabeth Feist Hirsch afirmava, e passamos a citar, "Os estudiosos têm prestado relativamente pouca atenção ao humanismo português do século XVI, embora se tenha prontamente reconhecido a influência vital da nação portuguesa na sede humanística do saber" (Hirsch, 1); ao que Pina Martins, na Apresentação que faz dessa mesma obra, em edição de 2002, responde que o que autora na altura escrevera já não era exacto, relembrando os trabalhos entretanto produzidos por nomes como Marcel Bataillon, Mário Brandão, Luís de Matos, Joaquim Veríssimo Serrão, José S. Silva Dias, Américo da Costa Ramalho, Luís de Sousa Rebelo, Amadeu Torres, Jorge Borges de Macedo e Jean Aubin (*ibidem*, VII-VIII). No entanto, reconhecia que muito ainda havia para estudar e investigar. No mesmo ano, Aires Nascimento, escrevendo uma apresentação nas Actas do Congresso sobre Pedro Nunes e Damião de Góis, do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (2002, 19), lembrava que, por exemplo, da *latinitas* goisiana só se conhecia, nesse Centro, os dois volumes sobre a epistolografia deste humanista que constituíra a tese de doutoramento de Amadeu Torres. De facto, muito tem sido produzido por excelentes investigadores cujos nomes temos vindo (e continuaremos) a citar. Mas há uma notória falta de trabalhos monográficos sobre as mais importantes personagens do nosso humanismo e sobre sobre a sua produção, estudando-a em edições críticas. A edição das *Antiguidades da Lusitânia* de André de Resende, por Rosado Fernandes é um excelente exemplo, mas faltam mais iniciativas que ponham os textos ao dispor dos leitores. Basta atentar na extensíssima lista de textos do mesmo autor sem tratamento crítico, que o próprio Aires Nascimento apresentou numa conferência em Budapeste <https://eurhum.hypotheses.org/conferences-plenieres/conference-de-budapest-2008/conference-de-budapest-andreas-de-resende-un-exemple-portugais> e no Congresso *Cataldo & André de Resende* – Congresso Internacional do Humanismo Português (Coimbra, Lisboa, Évora – 25 a 29 de Outubro de 2000), Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2002.

6 - O Espaço e o Poder no Portugal Moderno: Simbiose

"Dicen las letras que sin ellas no se podrían sustentar las armas, porque la guerra también tiene sus leyes y está sujeta a ellas, y que las leyes caen debajo de lo que son letras y letrados. A esto responden las armas que las leyes no se podrán sustentar sin ellas, porque con las armas se defienden las repúblicas, se conservan los reinos, se guardan las ciudades, se aseguran los caminos, se despejan los mares de corsarios; y, finalmente, si por ellas no fuese, las repúblicas, los reinos, las monarquías, las ciudades, los caminos de mar y tierra estarían sujetos al rigor y a la confusión que trae consigo la guerra el tiempo que dura y tiene licencia de usar de sus privilegios y de sus fuerzas; y es razon averiguada que aquello que más cuesta se estima y debe de estimar en más."

Miguel de Cervantes Saavedra, *El Ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*, primera parte, cap. XXXVIII.

Apuradas as condições, vicissitudes e contextos em que nos chega, vindo do tempo longo da Antiguidade Clássica e da medievalidade⁸⁸⁶, o conceito de Lusitânia, contemplemos sobre um outro plano estrutural e diacrónico. O objectivo deste capítulo não é diversificar e multiplicar a informação mas ressaltar os aspectos particulares desta relação, justificando a pertinência destas ocorrências discursivas. Pretendemos, pois, descobrir o encadeamento entre a concepção e o exercício do poder (político), enquadrado pelos fenómenos conjunturais de âmbito económico, social, cultural e mental, particularmente no período habitualmente designado moderno (desde a segunda metade do séc. XV e o início do séc. XVII), permitindo uma melhor percepção e contextualização sobre a manifestação discursiva dos conceitos de Lusitânia/lusitanos. Com isso, queremos definir alguns aspectos significativos e estabelecer um panorama do campo político onde

⁸⁸⁶ Na linha de reflexão que temos vindo a desenvolver, concretamente sobre a evolução, desde o império romano, dos conceitos de *Res Publica* e *Res Sacra*, ponderando sobre as formas que assume a noção abstracta de Estado até ao fim da Idade Média, v. Antunes (2006, 41-65).

os textos são produzidos, circulam e ao quais reportam pela sua condição formal e temática. Esta abordagem será, pois, produzida em função da síntese analítica dos textos, para que esta não tenha uma dimensão abstractizante que impeça a leitura histórica e irredutível da simbiose com os dados concretos situados, eles próprios, no tempo e no espaço.

A particular representatividade estratégica, entendida no seu sentido mais amplo, de uma determinada área geográfica para um Estado poderá visionar-se não só na análise de planos de acção política e administrativa, não necessariamente elaborados *a priori*, cujas etapas se vão paulatinamente concretizando, como também em manifestações diversas, exteriorizadas em interesses económicos e militares, em atitudes conjunturais de duração variável, enfim, em actos correntes de apropriação e/ou patrocínio directo ou indirecto a práticas culturais diversas, conferindo-se ao espaço em causa e à sua representação a importância relativa resultante da atenção que lhe é dispensada por esse mesmo Estado. No caso da Lusitânia/lusitanos, tratando-se de um registo memorial e erudito supostamente sem valor operativo concreto como expressão administrativa, no período que decorre *latu sensu* entre o final do século XV e o primeiro quartel do século XVII, importa conceber essas configurações consagradas como subsidiárias e integrantes de uma noção mais vasta e abrangente de *espaço político*⁸⁸⁷. Partindo da convergência de múltiplos aspectos e possibilidades por ele revelados e sob o prisma de campo onde se

⁸⁸⁷ Concebido, aqui, como conceito operatório cujo conteúdo implica: reconhecer cada território como ponto de convergência e irradiação de interesses, de projectos, de concretizações e de funções estratégicas de domínio; perceber, qual a especificidade da sua estrutura e funcionamento interno que, no período considerado, ganha lógica consoante a intensidade e modalidades de relação com diversas tipologias regionais e periféricas; neste caso, pela consideração estruturante da relação do espaço ultramarino com a metrópole nomeadamente mais ou menos a expressão de autonomia/dependência, a manifestação de intenções/acções, a relação possibilidade/capacidade de resposta às várias solicitações, a exportação de modelos de sociabilidade e de estruturas políticas, económicas e culturais ou ainda a criação de estruturas/vivências próprias; por fim, a possibilidade de analisar essa noção através das diversas representações dos espaços, resultantes das práticas culturais, sendo enquadrados no uso que deles se fazem e determinando os seus objectivos. A aplicação do termo "político" resulta precisamente da concepção de espaço que temos vindo a delinear, privilegiando-se o sentido valorativo da sua construção e tendo em conta por um lado o aprofundamento dessa vertente nos discursos analisados e por outro, o significado estratégico-político que, nomeadamente a Lusitânia, demonstra neste período. Pretende-se averiguar como é que a expressão de poder régio no Portugal Moderno e durante parte da união ibérica, com todas as suas vicissitudes, se repercutem na representação do espaço, numa época de esforço de alargamento da acção do poder central e, simultaneamente, com uma prática que vai revelando estar progressivamente mais assente numa matriz institucional-administrativa, em harmonia a tendência que se verifica no conjunto do panorama hispânico (castelhano).

ção fenômenos de poder, manifestando-se em estratégias institucionais, jurídicas⁸⁸⁸, diplomáticas, militares, económicas e culturais (entendidas como tributárias do vasto domínio do político).

Numa primeira abordagem, ressaltam dois conceitos essenciais que têm estado na base da nossa reflexão: espaço e poder⁸⁸⁹. Impõem-se, agora, breves observações tendo em vista retomar e clarificar a nossa perspectiva teórico- metodológica. Como temos visto, parte-se da recusa das posições positivistas de uma concepção "descritiva e enumerativa"⁸⁹⁰ da geografia - em que espaço é sinónimo de realidade objectiva e natural - para se adoptar uma atitude de relativismo em que o próprio étimo apela para a assunção de algo construído, ou seja, território organizado segundo as vicissitudes dos fenômenos de poder, por oposição à extensão em bruto⁸⁹¹. Como produto da actividade ordenadora do espírito e, por conseguinte, investido de um inalienável significado cultural, o espaço resulta sempre em ordem e classificações, terreno propício à valorização e hierarquização⁸⁹². No campo político, que aqui nos interessa salientar, o recorte do espaço

⁸⁸⁸ Também o Direito sofre alterações estruturais no período moderno e por influência do movimento humanista, que apesar da valorização do direito romano e destacando-se numa linha mais tradicional de juristas "cultos e elegantes" (*mos italicus*) prevalecendo, como influência, em Portugal, assente na continuidade dos comentadores e glosadores anteriores (medievalidade), não se coíbe de discutir a sua interpretação, pondo em causa o *Corpus Iuris Civilis* e a exclusividade dessa expressão como o *Direito* (ex. em Itália - Lorenzo Valla, Policiano, Ferreti e o famoso André Alciato muito citado por Duarte Nunes do Leão; em Portugal - Manuel da Costa, Aires Pinhel e Heitor Rodrigues); uma linha inovadora representada pelo "*mos gallicus*", por se ter afirmado em França e que teve pouca expressão nos juristas e no pensamento hispânico, a não ser pelo residual influxo que denotou naqueles que estiveram fora do país (ex. Luís Teixeira, Luís Álvares Nogueira ou António de Gouveia). Cf. N. Espinosa Gomes da Silva (1992, 329-333) e Nair Soares (2016, 311-313). Esta autora, citando Walter Ullman (1980, 37), destaca um facto fundamental que, em nossa opinião, determina o espírito e os contornos do movimento humanista e das suas realizações e conteúdos: praticamente todos os primeiros humanistas foram juristas. Sobre a importância e as consequências desta dimensão jurídica no humanismo e, concretamente da relação entre o exercício do poder régio e a lei, nomeadamente em Diogo Lopes Rebelo, v. (Nair Soares, *ibidem*, 314-316). Bastaria lembrar a função pedagógica que terão assumido junto dos agentes de poder, socorrendo-se da história e da memória, tal como a obra de Lorenzo Valla e o seu modelo de príncipe assente na perspectiva moralizante da *virtus* clássica, particularmente em *Tres libros de historia de Fernando de Aragón* (meados século XV). v. López Moreda (2004, 401-423).

⁸⁸⁹ Seguimos, aqui, de perto o estudo de António Manuel Hespanha, (1982, 455-510), publicado igualmente com algumas modificações em *As Vésperas do Leviathan (...)* (1994, 85-111).

⁸⁹⁰ Daveau & Ribeiro (1986, 1042-1043).

⁸⁹¹ Orlando Ribeiro afirma, nas *Introduções Geográficas à História de Portugal* (1977, 19): "A terra de um povo já não é um simples dado da Natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação, original e fecunda, de dois elementos: *território e civilizações*".

⁸⁹² A esta concepção está necessariamente adscrita a noção de historicidade, dado que o espaço tem variações de percepção quer na diacronia quer na sincronia (ex. entre os vários grupos que constituem uma sociedade). Em nossa perspectiva, ao estudarmos a forma como a noção de espaço é produzida (resultando da prática social dos homens), encontramos uma íntima ligação com a noção de estratégia política, no sentido atrás definido, levando-nos a privilegiar este binómio (espaço/poder) ao nível dos discursos, do quadro institucional e da acção política concreta. Esta análise é ainda apoiada pelo facto de entendermos que, uma vez concluída a organização do espaço pelos códigos sociais (não se privilegiando apenas a

é correlativo da prática política, ou seja, da maneira segundo a qual o efeito de poder (no sentido de todos os fenómenos de dominação social) é produzido na sociedade⁸⁹³. A interdependência parece-nos clara: as representações ideológicas do sistema de poder no Antigo Regime suportam a percepção do espaço e este contribui para a inculcação ideológica assim como para reforçar as convicções sobre a legitimidade desse poder⁸⁹⁴, ou seja, tornando-se um prolongamento dos mecanismos institucionais. Sendo assim, julgamos pertinente averiguar a importância da noção de *espaço político* na conformação dos discursos, enquanto instrumento de representação e também como forma de exercício do poder simbólico face a áreas de possível ou real intervenção do Estado⁸⁹⁵.

6.1 - A Alteridade do Poder. Espaço e Discurso.

A formação do Estado Moderno não dispensa a dimensão estratégica do espaço, integrada na construção do seu edifício institucional e jurisdicional, quer sob a forma de práticas concretas do exercício do poder, destacando a figura do rei do Estado, quer no recurso a mecanismos ideológicos de suporte, promoção, propaganda, inculcação e

vertente económica), este, imbuído do significado cultural da sua origem, torna-se numa realidade significativa, passando a enformar a mentalidade social e a participar em outros aparelhos culturais, ajudando essa prática social a difundir-se, a manter-se e a legitimar-se (espaço como instrumento de inculcação ideológica). Como veremos ao nível de certos discursos, a formação e difusão de uma determinada percepção do espaço serve igualmente para perpetuar a concepção adoptada pelo poder central.

⁸⁹³ A. M. Hespanha (1982, 460-462). A divisão política do espaço é também um instrumento de poder e, como veremos, ao nível dos textos e do quadro institucional a percepção espacial denuncia claramente o propósito legitimador e perpetuador do poder régio e frequentemente difusor dos valores imperiais resultantes da representação simbólica da monarquia católica.

⁸⁹³ A explicitação dos sistemas de poder é feita com base na tipologia tripartida de Max Weber Cf., *idem*, *ibidem*, 467-471.

⁸⁹⁴ A explicitação dos sistemas de poder é feita com base na tipologia tripartida de Max Weber Cf., *idem*, *ibidem*, 467-471.

⁸⁹⁵ Sobre o conceito de Estado, a sua emergência, configuração e relação com o direito e a identidade, para além das obras referenciadas, seguimos Martim de Albuquerque em *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas* (1974) e em *Estudos de Cultura Portuguesa, maxime, Política, Moral e Direito na Construção do Conceito de Estado em Portugal* (1983, 125-248); e Nuno Espinosa Gomes da Silva, *História do Direito Português. Fontes do Direito* (1992). Como leitura mais abrangente, José Antonio Maravall, *The Origins of the Modern State, in Cahiers d'Histoire Mondiale/Journal of World History/Cuadernos de la Historia Moderna*, 6/4 (1961), 789-808; e o clássico Joseph. R. Strayer, *As Origens Medievais do Estado Moderno*, s.d.

modelação identitárias. No campo teórico os pensadores dos séculos XV a XVII vão preparando o caminho para estas noções se afirmarem de forma mais estruturada, através das noções de separação e origem do poder e de “pacto social”⁸⁹⁶. Mas já desde muito cedo, desde pelo menos o século XIII, estas noções tinham sido dispostas pelas teorias expressas nas metáforas dos “dois corpos do rei” e da pátria ou do conjunto dos súbditos como seu “corpo místico”⁸⁹⁷. O advento dos Descobrimentos e da Expansão, fenómenos que assumirão protagonismo na realidade portuguesa, integrados num contexto humanista, revelarão novos horizontes e possibilidades de projecção e percepção espacial e facilitarão o acesso a meios eficazes de construção dessa noção, quer a nível de conteúdos, com a panóplia de novos conhecimentos, quer a nível da técnica, por exemplo, com o aprofundamento da cartografia⁸⁹⁸. Aliás, nesse período, assistimos ao delinear de uma prática de poder e dos seus mecanismos que assentam, igualmente, em formas paralelas de domínio/concepção do espaço e que reproduzem a tentativa do poder central criar estruturas eficazes de controlo sobre as áreas da sua jurisdição: seja a preocupação com a demografia (ex. os primeiros numeramentos) ou a mobilização de meios discursivos diversificados⁸⁹⁹. Neste último caso, deparamos com uma prática discursiva que vai desde as obras de teoria de poder e do Estado até à literatura propagandística⁹⁰⁰, passando pela expressão e comunicação institucional⁹⁰¹ e onde, numa abordagem que não se pretende exaustiva, podemos perceber a classificação do espaço e a sua relação com o exercício do poder, ao mesmo tempo que se clarificam as bases em que assenta o recorte

⁸⁹⁶ Mattoso (1992, 15).

⁸⁹⁷ Sobre uma leitura actual das teorias políticas da época e da leitura do clássico de Ernst H. Kantorowicz, *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology* (Princeton, NJ, 1957; ver especialmente Jussen (2009, 102-117).

⁸⁹⁸ Barreto (1989, 1218-1229) ressalta precisamente três vertentes do Humanismo para o caso português: i) a correlação da cultura humanista com o poder político-cultural do rei/Estado, sendo a política do poder central que marca os ritmos e fases deste fenómeno dos séculos XV e XVI; ii) a relevante adscrição do humanismo português à dimensão ultramarina; iii) a constatação de duas fases subsequentes que denotam quer um "Humanismo em Portugal" (séc. XV, início do XVI) marcado pela presença de italianos na corte portuguesa e o inverso, quer um "Humanismo português" (situado no séc. XVI), que se sobrepõe e se assume como uma hegemonia cultural, continuando a corte e o Estado e ter um papel determinante. Também Soares (2016, 261) afirma: "Foi na corte, ou à sua sombra, e no mecenatismo régio ao ensino dos nobres que, de sobremaneira, tanto em Portugal como na Espanha, a modernidade no ensino das *humaniores litterae* se impôs definitivamente".

⁸⁹⁹ A título de exemplo vejam-se os trabalhos de Curto (1988; 2007).

⁹⁰⁰ Esta vertente terá, como se sabe, um particular desenvolvimento no processo pós Restauração (1640-1668), quer seja no domínio estritamente político, quer no coadjuvante substrato clerical e moral. Para além da obra Luís Reis Torgal (1981), veja-se a pertinente leitura de João Francisco Marques em *A parenética portuguesa e a Restauração : 1640-1668 : a revolta e a mentalidade*, 2 vol.s, 1983.

⁹⁰¹ É o caso das Orações de Obediência ao Papa.

espacial⁹⁰². Noutro patamar, paralelo e interdependente, situar-se-á uma produção reflectida na historiografia e na geografia descritiva.

Centrando a nossa atenção na percepção do espaço político metropolitano e ultramarino durante o período considerado, salientemos que os autores adiante abordados⁹⁰³ comungam de uma linha de orientação alargada ao "bloco católico europeu"⁹⁰⁴, cuja nota dominante ao nível do pensamento político tradicional por eles representado em Portugal, tal como em Espanha, se pauta por uma razão de Estado cristã, com ligações ao fundo escolástico⁹⁰⁵ e, posteriormente, pelo antimaquiavelismo⁹⁰⁶. Do ponto de vista dos textos centrámo-nos essencialmente nas balizas cronológicas da nossa análise, com breves excursos a autores que se situam dentro deste arco temporal, com o intuito de tentar perceber como, *grosso modo*, se modela e diferencia o pensamento e a prática de poder entre o início e término desse período. Inauguramos com Diogo Lopes Rebelo, português que formula a sua reflexão em torno da época que se pode associar ao início do humanismo em Portugal⁹⁰⁷ e termina com dois nomes fundamentais da produção

⁹⁰² Em nosso entender uma correcta análise da noção de *espaço político* deve comportar uma abordagem da sua representação pelas práticas discursivas, ou seja, da ideia vinculada pelos textos da relação existente entre espaço e poder. Parte-se do princípio que a estes discursos está subjacente um contexto epocal, sendo que reproduzem um olhar acerca do poder, influenciando-o, ao mesmo tempo que exprimem o olhar do poder sobre si mesmo (aprofundando o seu sentido ideológico e racionalizante). Assim torna-se mais fácil perceber como o Estado funciona na concretização estratégica do domínio, a par de se criar uma base que possibilita uma percepção mais clara do processo de produção discursiva em textos sobre a temática em causa.

⁹⁰³ Para a escolha dos autores aqui citados também recorremos à bibliografia e o apêndice anexos à tese de Luís Reis Torgal, que apesar de centrada na Restauração, recua pontualmente até aos séc.s XV-XVI em questões de teorização política, conjugando os aspectos bio-bibliográficos de importância / difusão das obras com a de autores significativos pela sua proximidade do poder central. Temos consciência do limite deste campo de análise mas julgamos ser possível concluir algumas ideias que só um trabalho sistemático sobre a extensa produção discursiva poderia confirmar, *cf.*, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

⁹⁰⁴ A expressão é de Luís Reis Torgal, "Introdução" in João Botero, *Da Razão de Estado* (1992, XVIII).

⁹⁰⁵ A teoria católica de Estado, caracterizada pela tentativa de conciliar a moral cristã com o exercício do poder, irá contribuir para acentuar o cunho político conferido ao espaço, dado que este representa o palco onde se desenrola o campo de ascendência cristã, cujos problemas económico-financeiros, sociais, etc. recebem, nestes autores, um verdadeiro tratamento estratégico-político, o que se repercutirá na percepção do recorte espacial. Convém ainda não esquecer que estas reflexões têm um carácter claramente pedagógico. Sobre a teoria geral do poder político *cf.*, Luís R. Torgal, *Teoria Política (...)*, *ibidem*, em particular os capítulos I e II do volume II (3-92). Sobre a relação da Razão de Estado com as teorias clássicas do poder, v. Peter Burke (1991, 479-498).

⁹⁰⁶ Baseando-se na leitura desenvolvida por Martim de Albuquerque, *cf.*, *op. cit.*, XIII-XIV.

⁹⁰⁷ Embora reconhecendo a importância do longo transcurso medieval no que toca à manifestação e perpetuação da cultura greco-latina, particularmente, para o caso português, nas traduções de latim e na transdiscursividade patentes nos trabalhos dos príncipes da Casa de Avis, a periodização estabelecida por Américo da Costa Ramalho aponta o início do Humanismo em Portugal para 1485, data da chegada de Cataldo Parísis Sículo. As razões para esta posição apontadas pelo autor em *Estudos sobre a Época do Renascimento* (1969, 33-72) e retomados em *Estudos sobre o século XVI* (1983, 1-20). No entanto, esta posição não é consensual, sendo alvo de polémica. Sobre a questão, envolvendo Joaquim de Carvalho, J. S. da Silva Dias, e sobretudo J. V. de Pina Martins que apontam a edição de Plínio no *Commentum (...)* de

de uma verdadeira teoria do Estado sendo o último também português: Giovanni Botero e Pedro Barbosa Homem.

Diogo Lopes Rebelo⁹⁰⁸ redigiu o *De republica gobernanda per regem*, obra que apresenta catorze capítulos de pequena dimensão⁹⁰⁹ editada em Paris na última década do século XV (1496), dedicado a D. Manuel I, e de conteúdo essencialmente ético-político de matriz aristotélica⁹¹⁰.

"Pensando em que espécie de presente devia oferecer a Vossa Ilustríssima Senhoria, nada me pareceu mais belo e mais útil do que definir as instituições e artes com que Vossa Real Majestade poderá mui formosa e felizmente governar o reino" (*De Republica*, 51).

Embora assente maioritariamente numa doutrina de inspiração na teoria política medieval⁹¹¹, quanto à supremacia do poder régio, já sustentada por legistas, canonistas e

Martinho de Figueiredo (1529) como a primeira produção verdadeiramente humanística em Portugal, v. Sánchez Tarrío (2007, 96-97).

⁹⁰⁸ Ignora-se onde tenha nascido mas terá tido um percurso junto do poder político, tendo sido mestre de Gramática do Duque de Beja, futuro D. Manuel I, por ordem de quem foi estudar para Paris, provavelmente em 1497. Sabe-se, pois, que foi bolseiro régio em Paris, onde estudou Teologia terá sido Prior de Clermont e professor de Teologia em Navarra (Reis, 2014, 16).

⁹⁰⁹ Obra integrada numa fase inicial do humanismo português, de natureza política e de reflexão sobre o poder, tem sido, no entanto, dada a sua riqueza de pensamento, caracterizada de vários pontos de vista como uma obra teológico moral (Reis, 2014), ou ético-filosófica (Calafate, 1992) ou como um exemplo de educação de príncipes (Soares, 1994) ou ainda como um verdadeiro "tratado de teoria política que, de forma sistemática, desenvolve temas cuja importância é significativa para apontar o melhor caminho do bom governo da república" (Mesquita, 2004, 208). Segundo Ana Isabel Buescu (1996, 143), publicação que constitui um momento significativo deste tipo de literatura em Portugal porque constitui a primeira obra em português deste género após o *Speculum Regum* (1341-1344) de Álvaro Pais.

⁹¹⁰ Buescu (1996, 143-145).

⁹¹¹ Embora possamos perceber momentos de evolução e diferença entre os autores, este vínculo à tradição medieval e, através dele, ao substrato clássico terá sido umas das características marcantes dos tratadistas sobre o poder que compõem o Renascimento português. v. Soares (1994, 250). Terá recebido influência de Santo Agostinho, S. Tomás, Anselmo, Duns Escoto, das fontes vetero-testamentárias e das Sagradas Escrituras do Novo Testamento para além recorrer ao pensamento greco-latino Platão, Aristóteles, Cícero, Salústio, Virgílio, Séneca e Tácito (Mesquita, 2004, 190). Para Ana Isabel Buescu (1996, 36), podemos verificar uma linha de as obras homónimas como o *De regimine principum* de Tomás de Aquino que são fundamentais para o estabelecimento dos livros de educação de príncipes, recuperando-se a concepção clássica grega do carácter natural e do fundamento humano da comunidade política, entretanto articulada com a concepção cristã de que a ordenação política existe para um fim elevado e transcendente, apontando à salvação das almas. Ainda sobre a importância que os regimentos de educação de príncipes na cultura humanista portuguesa e sobre a sua objectiva implantação e importância na formação efectiva dos agentes de poder, particularmente na dinastia de Avis, v. Soares (2016, 309-311).

teólogos anteriores, a sua obra afirma-se também na modernidade, anunciando o Renascimento, onde veremos evoluir o princípio da soberania absoluta, sobre o qual se constrói a teoria do Estado moderno, assente na concepção do reino-território e da nação. Ao rei compete, pois, considerar o fundamento estrutural do seu governo assente sobre um território e uma população. Para Diogo Lopes Rebelo o poder político é, pois, uma emanção necessária da razão, tendo por isso o seu principal fundamento no direito natural, comum a todas as nações e independente de constituição alguma⁹¹². Desenvolve a sua reflexão de forma polissémica sobre a formação e destino da sociedade humana, sobre o regime político e as formas de governo, dedicando especial atenção ao exercício do poder⁹¹³ e invoca as virtudes necessárias do Príncipe. De facto, prosseguindo o seu destino inelutável a comunidade social pode organizar-se em formas políticas mais ou menos perfeitas, ou seja, pode assumir uma forma política onde existe um poder estruturado. Nesse sentido, a *respublica* moderna, terá a sua formulação mais perfeita no *reino* pois «todos os que vivem no mesmo reino têm os mesmos direitos, leis e instituições, criadas pelo mesmo príncipe ou rei para todos os que militam sob o seu senhor»⁹¹⁴. Na verdade, os membros do reino devem cuidar do seu rei e, conforme ao que diz Platão, na *República* nesse amor à Pátria está compreendido o próprio rei, pai da Pátria⁹¹⁵. Ou seja, revelando já, desse ponto de vista, um *speculum* moral humanista na sua formulação, com valores recolhidos na mais linear tradição da *virtus* clássica. Fica demonstrada, pela natureza das coisas, a existência da república e a necessidade de nela, por direito natural e divino, estar o poder supremo, princípio de ordem e unidade do Estado renascentista⁹¹⁶.

⁹¹² Calafate (1992, 607).

⁹¹³ Desde as questões em torno da guerra e da paz, ao problema da harmonia social e da estabilidade política, passando pela análise da subordinação política, dos tributos e dos impostos.

⁹¹⁴ *De Republica*, 57.

⁹¹⁵ *De Republica*, 155. Deste modo, «a amizade pode existir entre iguais, entre inferiores e entre o senhor e o servo», v. Mesquita (2004, 304).

⁹¹⁶ Uma das vertentes que reflecte a evolução política e o contexto da sua época é o facto de apontar a dimensão directa do poder, aproximando o rei de Deus, consistentemente prenunciando a afirmação de um poder supremo que se encontra já consagrado nas *Ordenações Manuelinas* (1505-1514). Cf., Intr. Moreira de Sá, XXIV-XXV. No entanto, devemos notar que, no plano do debate e da vivência política interna portuguesa, o esforço dos leigos, corpo especializado de agentes ao serviço da causa real, em fazer prevalecer um concepção de poder absoluto apresenta-se num campo conflitual (Albuquerque, 377; Curto, 1993, 141-142). Essa situação corresponde a uma crítica que tem origem no ponto de vista nobiliárquico e que continua activa em meados do século XVI. Nesse sentido, assistimos à convocação de uma componente propagandística-patriótica bem evidenciada pelas historiografias da Expansão e da Arte, nos reinados de D. Manuel e D. João III, com a "participação de um significativo elenco de humanistas portugueses na constituição de um repertório literário especificamente português e de matriz clássica, justificativo ou legitimador da dimensão imperial do reino" (Sánchez Tarrío, 2013, 621-622). Factos relevantes porquanto a mobilização desse movimento que Luís de Sousa Rebelo designa de "Humanismo cívico de cunho

Na sua reflexão sobre a acção política vertida na orientação do comportamento do agente de poder. Baseado nos fundamentos cultura clássica recorre ao princípio das virtudes do príncipe invocando como principais tópicos a sabedoria (73-78), a prudência (79-86), a justiça (87-94), a fortaleza (95-99), a temperança (103-109), a liberalidade e magnificência (111-124) e a amizade (148-155).

De todas interessa-nos, nesta representação de poder, destacar a sabedoria, considerada «a mais perfeita de todas as virtudes»⁹¹⁷ e a prudência que «é a primeira entre as virtudes cardeais». De facto, é aqui que podemos antever, partindo da formulação clássica, a importância da memória nesta reflexão e descortinar um expressivo contexto de produção ideológica, acentuada pela dimensão inexoravelmente prática da prudência que «é a recta razão das coisas agíveis»⁹¹⁸. De facto, segundo Diogo Lopes Rebelo, formam-na três pressupostos: a memória do passado, a discrição (para conhecimento das coisas presentes) e a providência (para consideração das coisas futuras) - pois só possuirá a virtude da prudência quem reunir, na perfeição, estas três qualidades. A discrição, ou seja, alguém ser grave nas palavras e nas obras, é necessária aos príncipes. Por isso, recomenda que o rei deve ouvir os anciãos sábios e experientes do reino para se apoiar nos seus conselhos e sentenças⁹¹⁹. A sua escolha deve, pois, recair nos anciãos e sábios mais idosos para a função de conselheiros, porque seguindo as sentenças dos prudentes e dos mais velhos dificilmente se erra nas palavras e nas acções - «o que é sábio, ouve conselhos. [...] O prudente, tudo faz com conselhos»⁹²⁰. Na verdade, podemos aqui apontar uma relação com o pensamento de Tácito nos seus *Annales* (liv. IV, 33, 2), e, na mesma linha, com as posições defendidas, algumas décadas mais tarde, com Justo Lúpsio (1547-1606)⁹²¹. Aqui o autor português faz a diferença colocando, significativamente, de

nacional" (1982, 195-240) não se desenhava apenas para consumo externo mas também, certamente para a afirmação e legitimação do exercício e equilíbrio interno dos poderes.

⁹¹⁷ *De Republica*, 73.

⁹¹⁸ *De Republica*, 79.

⁹¹⁹ v. Mesquita (2004, 298).

⁹²⁰ *De Republica*, 85.

⁹²¹ Nos seus *Politicorum sive Civilis Doctrinae Libri Sex* (1589) Lúpsio ajuda a vulgarizar Tácito e a sua importância no pensamento político, dedicando-lhe, segundo Peter Burke (1991, 485, *apud* Albuquerque, 2002, 30), um total de 547 citações. Também com uma influência substancial no panorama jurídico e de teoria do direito hispânica, Justo Lúpsio assume uma posição expressiva quanto a esta matéria. Oscilando entre a autoridade e a prudência, a obra de Lúpsio encontra um equilíbrio que permite alguma liberdade política aos súbditos mas invoca, precisamente a este propósito, tal como Lopes Rebelo, aqui como factor estruturante do exercício do poder e da prudência, compatibilizando política e moral. Entre a prudência moral e a prudência como razão de Estado (Albuquerque, *ibidem*, 31) Lúpsio apresenta uma virtude que tem como progenitores o uso, a experiência e a memória das coisas - sendo que esta última se alcança por ouvir dizer ou pela leitura (Liv. 1, c. 8). Nas palavras de Albuquerque (*ibidem*, 33) "se a experiência é mais segura, a memória em alguns casos é preferível por ser mais vulgar e fácil, mais abarcante. Dela é alma a

forma directa, a própria noção de experiência adscrita à memória e à acumulação do saber antigo pela presença dos mais idosos, mais sábios - enfim, consumando a fórmula antiguidade, tempo = validade, legitimidade da acção.

Associado à acção do rei e às virtudes necessárias para o seu *múnus*, harmonizada com o papel da história e da memória emerge, também, a importância e o valor do espaço. Preconizando o princípio da guerra justa, deve ser considerado o recurso à força como último meio lícito de afastar a injúria e a infâmia e de prevenir a vida do reino - «Faça-se, porém, de modo que nada pareça procurar-se, senão a paz. Sejam, todavia, os reis contentes com os limites do seu reino, para que não declarem guerra aos outros pela paixão de dominar e de roubar, pois que estes foram os princípios da guerra»⁹²² até porque: «Pode, também, fazer guerra lícitamente, em defesa de sua real pessoa, da sua Pátria e dos seus, para que reivindique o que de pleno direito lhe pertence, se doutro modo o não puder reaver»⁹²³.

Visão que advoga a guerra legítima na defesa do espaço/território, sendo a definição dos limites uma imposição *natural* dessa condição⁹²⁴. Mais, a guerra serve, ainda, a virtude cardeal (prudência) ao defender "Quão belo não é o príncipe pegar nas armas contra os infiéis, para defesa e exaltação do nome de Cristo, e, com grande força militar, combatê-los e derrotá-los!"⁹²⁵ mas também ao envolver os seus súbditos que defendem a Pátria: "O varão forte, quando enfrenta o inimigo com prudência, aviso e no tempo devido, espera mais a morte do que a evita, porque a deve preferir à escravidão e à infâmia. Em defesa do rei e da pátria, todo o homem deve oferecer-se a procurar a morte, contando que ao rei e à pátria haja de ser útil"⁹²⁶. De facto, numa época em que desponta

História - "*Id est, Historia. quae non aliud, quam anima et vitae Memoriae*" (liv. 1, c. 9). Neste sentido, a História e a memória têm um lugar central na produção e exercício do poder político e no governo da *respublica*. Mais, acentua o seu carácter eminentemente prático, manipulável, como mecanismo de conformação da acção. A História, para Lísio, é teatro, espelho, mestra e exemplo de vida (Albuquerque, *ibidem*, 33-34).

⁹²² *De Republica*, 143.

⁹²³ *Ibidem*.

⁹²⁴ Devemos lembrar, aqui, a importância desta ideia dado, que o mundo medieval que tão próximo estava na sua componente mental e organizacional, era alheio às ideias de fronteira, território, estado e soberania nacional como se definirão, paulatinamente nos tempos modernos e como as definimos hoje. Sobre o assunto, v. Weckmann, (1950, 3, *apud*, Antunes, 2006, 45). Processo e concepções subsidiárias da evolução da noção de *Res Publica* e de Estado, paralelos à ficção jurídica e institucional que configura a extensão do universalismo romano pela ideia de *Imperium*, com a correspondente realidade cristã da *Respublica Christiana*.

⁹²⁵ *De Republica*, 75.

⁹²⁶ *De Republica*, 96. Mais à frente (*ibidem*, 156), apoiando-se em Platão, revela os graus de estima pelos quais os súbditos devem nortear a sua acção: primeiro, a Deus; segundo, à Pátria, "em que devemos

e se afirma a vocação imperial pela expansão do reino em nome da fé cristã, a legitimação da guerra assume-se como matéria de relevo numa obra de teoria de poder e instrução do monarca⁹²⁷. Aspectos que, por outro lado, revelam, com suma clareza, a disponibilidade e a adequação ao contexto socio-político e diplomático envolvente, o que traduz a verdadeira importância destas reflexões e o seu carácter estratégico, numa altura em que por outras formas, Portugal anunciava e afirmava a sua identidade e tradição⁹²⁸. Enfim, o mesmo é dizer que o reino, o rei ou a pátria identificam-se pelo confronto com o "outro" espacial e humano, alocados a um sentimento⁹²⁹.

Pese embora Diogo Lopes Rebelo não aponte directamente à questão do espaço ultramarino, as suas observações são suficientemente englobantes, porquanto tratam das matrizes fundamentais do quadro de concepção e exercício do poder, surgindo a questão da guerra justa e do alargamento da área de influência desse poder, mormente no que toca à dilatação da fé cristã⁹³⁰. Por outro lado, devemos ter sempre presente que a integração

compreender o rei, pai da Pátria"; terceiro, os pais; quarto, aos filhos e à esposa; por fim, aos familiares e parentes.

⁹²⁷ Um outro exemplo desta ideia de guerra justa, mostrando a aproximação, em contexto humanista entre a formulação teórica e a prática política harmonizando a leitura de portugueses e espanhóis, é-nos trazido por Nair Soares (2018, 270). Trata-se de um dos tratadistas espanhóis mais representativos da segunda metade do séc. XVI, Juan Ginès de Sepúlveda (1490-1573) que terá sido capelão e cronista do imperador Carlos V e preceptor de Filipe II. Diz-nos a autora "Pela sua obra histórica é qualificado de Tito Lívio espanhol. O seu tratado, em três livros, *De regno et regis officio* (Lérida, 1571), dedicado a Filipe II, é contemporâneo do *De regis institutione et disciplina* de D. Jerónimo Osório. Os fundamentos teóricos em que se baseiam, os princípios do racionalismo ético aristotélico-tomista aproximam os dois autores que têm, contudo, objectivos diversos nas suas obras. Entre os deveres do príncipe, figura a obrigação de fazer guerras justas. Este tema fora já debatido por Sepúlveda em tratados anteriores, elaborados quando da querela de interesse internacional, que envolveu nomes famosos como Domingo de Soto, Melchior Cano e Bartolomeu de las Casas. Este foi o principal opositor de Sepúlveda. É na terceira parte do *De regno et regis officio* (cap. 15) que, se defende, a este propósito, em termos humanitários, culturais e religiosos a expansão dos Portugueses".

⁹²⁸ Basta atentar nas manobras diplomáticas em torno das questões do Tratado de Tordesilhas (1494) ou as relações com a Santa Sé.

⁹²⁹ Sobre a complexa genealogia da ideia que afirma *rex est pater subiectorum in regno suo* (rei pai dos súbditos no seu reino), v. Curto (1993, 143).

⁹³⁰ A este propósito cabe notar que Luís de Sousa Rebelo (2002, 126) cita o caso de Martinho de Figueiredo, humanista, membro do Desembargo de D. João III, formado em Itália e que, em 1529, publica em Lisboa uma edição, com carta-prefácio da *História Natural* de Plínio - *Commentum super prologum Naturalis Historiae Plinii* (Lisboa, Germão Galhardo), cuja definição do conceito de *Respublica* apresenta a ampliação da extensão do território continental ao ultramar. Segundo Figueiredo a *Respublica* é, assim tanto o território sob soberania da coroa portuguesa como todos os que pertencem à totalidade da *civitas* - outro extraordinário contributo, de origem portuguesa, em que ao dispensar a contiguidade territorial como base do império, consolida um argumento de peso para a legitimidade das aspirações nacionais, revelando um humanismo utilitário e o valor constitutivo que o conceito de espaço/território adquirem na formulação e configuração do poder e da comunidade que lhe está sujeita. Sendo assim, entende-se a proeminência que a Lusitânia/lusitanos adquirem neste complexo humanístico. Sobre Martinho de Figueiredo, a sua obra, e o

e representação do espaço ultramarino decorre, necessariamente, da visão geral do espaço que é sustentada pelos autores. Ora, um dos primeiros aspectos que importa relevar prende-se precisamente com o facto de os discursos adiante analisados implicarem uma concepção espacial e corporizarem um combate ideológico que, assentando numa *argumentatio* anacrónica e transdiscursiva, não deixam de apontar para uma dimensão do espaço assente no binómio área "natural" / área "adquirida"⁹³¹, neste último caso com particular relevância para as "colónias" (segundo Botero) ou conquistas. Daqui facilmente se depreende, na linha do que vimos para Diogo Lopes Rebelo, ser o espaço político, incluindo o periférico/ultramarino, um elemento essencial para a teoria e prática do poder no período em análise. Aliás, não podemos esquecer que mesmo as reflexões teóricas, aqui tratando-se já de uma cogitação sobre a razão de *Estado*, acabam por definir regras eminentemente práticas, contribuindo, em nossa perspectiva, para conferir um claro valor estratégico-político aos elementos estruturais que as definem⁹³². Nesse sentido, João Botero (1544-1617) é um elemento indispensável à nossa análise, dada a sua influência nos autores ibéricos e o de ter sido um dos primeiros arautos da "política católica" mas cristalizando uma representação do espaço e do poder que se vinha afirmando e enraizando, pelo menos, desde o reinado de D. Manuel.

A sua definição de Estado como "um domínio firme sobre povos" e razão de Estado como "conhecimento de meios adequados a fundar, conservar e ampliar um domínio"⁹³³ será reaproveitada (como grande parte das suas ideias políticas), por

círculo humanista português, com influência de Ângelo Policiano, v. Sánchez Tarrío (2007, 95-111) e Costa Ramalho (1987, V, 199-202).

⁹³¹ Esta diferenciação apela para a divisão boteriana entre súbditos naturais e adquiridos, estatuto correlacional à percepção, por parte do poder, do espaço que habitam, *cf.*, João Botero, *Da Razão de Estado* (1589), Liv. V, ed. de Luís R. Torgal, Coimbra, INIC, 1992, 99-102. Botero evidencia uma natureza classicizante na sua leitura, aliás recorrendo a muitos dos autores que fomos citando no transcurso clássico da nossa análise. V. lista de autoridades invocadas por Botero (XCV-XCVII). Sobre a grande divulgação e utilização desta obra em Espanha e Portugal, assim como em todos os ambientes da Europa católica da Contra-Reforma, Xavier & Hespanha (1993, 127-134) e concretamente para a sua substancial influência no pensamento político espanhol, v. Gil Pujol (2005, 971-1022).

⁹³² Somos levados a afirmar que estes textos teóricos cumprem uma função pedagógica concreta, a par da consideração da literatura de educação de príncipes. Sobres estas matérias a bibliografia é vasta, vejam-se os estudos e respectiva bibliografia em Buescu (1996; 2010, 11-51) Soares (1994). Por outro lado, ao abordarmos estes discursos temos de ter sempre presente que estamos perante uma teoria/percepção que resulta, necessariamente, da situação vivencial do próprio autor e de um processo, consciente ou não, de transdiscursividade. Ora, quando nesta altura assistimos à real preocupação com a questão do espaço metropolitano e dos Impérios, estamos em presença da tentativa de dar resposta a um contexto específico. Daí os exemplos recorrentes sobre os espaços portugueses e espanhol. Essas ideias fundamentam uma percepção mais ou menos divulgada e condicionada pelos poderes mas são sempre riquíssimos depósitos de valores de uma época. Sobre a problemática da análise dos discursos *vide*, Chartier (1988).

⁹³³ João Botero, *op. cit.*, 5.

exemplo, pelo português Pedro Barbosa Homem⁹³⁴. Note-se que Estado não é identificado com uma instituição mas sim com o exercício do poder, sinónimo de acção, enquanto a razão de Estado representa, com intuítos pedagógicos, um conjunto de princípios lógicos ao quais essa acção se deve submeter⁹³⁵. Qual será então o papel desempenhado pelo espaço na sua teoria do poder? Na verdade, estes dois conceitos - espaço/poder - surgem profundamente imbricados a ponto de ser difícil a sua distinção. Logo à partida surgem duas vias de concretização desta simbiose. Por um lado, o poder (entenda-se "domínio", segundo a expressão do autor) é ele próprio classificado quer pela dimensão espacial - estados pequenos, médios e grandes⁹³⁶ - reforçando-se uma relação, que adiante desenvolveremos, com a noção de Império, quer pela configuração desse espaço, remetendo para a ideia de continuidade ou descontinuidade territorial⁹³⁷. Por outro lado, a mesma matriz (dimensão/configuração do espaço) está na base da reflexão sobre o problema da afirmação e legitimação desse poder, ou seja, quais são os que permitem a sua manutenção por mais tempo e os mais propícios ao estabelecimento de um controlo efectivo. É precisamente nesta linha que deparamos com o propósito da

⁹³⁴ " (...) en común se puede definir que es una doctrina especial, que por medio de varias reglas hace diestro a un Principe o para mantener en su propia persona los Estados que posee, o para conservar en los mismos Estados la forma, y grandeza original que tienen, o para con nuevos aumentos ilustrar, o acrecentar la antigua masa de que ellos se formam. De la qual diffinicion se face la primeira division que puede hazer de las partes de que esta misma razón de Estado se compone: que en effecto vienen a ser dos: la una se llama conservativa, y respeta las traças con que se defiende lo ya ganado: la otra se llama aquisitiva, y se emplea en los medios con que se procura adquirir lo que aun no es possuido." *Discursos de la Iuridica, y verdadera razon de Estado, formados sobre la vida, y acciones del rey don Iuan el II de buena memoria, rey de Portugal, llamado vulgarmente el Principe Perfecto. Contra Machavelo, y Bodino y los demas politicos de nuestros tiempos, sus sequazes*, articulo I, presupuesto I, Coimbra, Nicolau de Carvalho, 1626. Obra que, na mesma linha do combate ideológico, mecanismo comum no século XVI, responde à publicação de uma obra de política cristã de Pedro Rivadeneyra, com muita divulgação em Portugal - *Contra Machavelo Y Bodino, Y los demás politicos de nuestros tiempos sus sequazes* (Madrid, 1595), v. Torgal, *op. cit.*, XIX.

⁹³⁵ Assim entendemos ser possível afirmar que a razão de Estado pressupõe o estado como matéria e o príncipe como artífice. Poder-se-á mesmo dizer que o próprio título da obra confere aos princípios enunciados uma função reguladora, "racionalizante". Por outro lado, é nessa linha de interpretação que concebemos a utilização do termo "diestro", em relação ao príncipe, na concepção de Pedro Barbosa Homem. Leva-nos à ideia de transmissão de um saber que no caso vertente se aplica ao desempenho de um domínio, contribuindo para acentuar a ideia de que existe uma preocupação não só com o sujeito político e a sua acção mas também com todas as variáveis possíveis que influenciam a esfera da governação. Logo, o espaço adquire virtualidades estratégico-políticas que são essenciais no quadro dessa lógica doutrinal.

⁹³⁶ João Botero, *op. cit.*, liv. I, 5-6, 8-11.

⁹³⁷ *Idem, ibidem*, 12-14. De facto, Botero salienta a importância dos impérios serem unidos ou desunidos, variável com consequências reais para a efectivação do poder, o que implica uma consciência da relatividade das situações políticas da altura. Aliás, Torgal, na introdução à obra deste autor, salienta precisamente que a busca do entendimento das várias práticas políticas é uma originalidade com base em ideias de Jean Bodin (XXXV). Como tal, não será estranho que ao procedermos à leitura do discurso boteriano encontremos alguns exemplos correntes dessas mesmas práticas. Refiro-me às constantes alusões aos impérios português e espanhol. Este é um claro sinal do contexto que envolve a escrita e, aliás, remete para a íntima ligação entre as suas ideias e a Península Ibérica. As suas influências são substanciais junto de autores como Pedro Barbosa Homem ou Manuel Severim de Faria.

legitimação das colónias⁹³⁸, com referências expressas aos meios militares de defesa⁹³⁹, até porque o espaço externo à metrópole, quando bem gerido, revela-se essencial nomeadamente para a actividade comercial da coroa.

É ainda o problema do espaço que está na base da reflexão sobre a adequação do exercício do poder aos súbditos: o capítulo intitulado "Do Lugar dos Países" (liv. II, 41-43) é uma outra forma, na tradição escolástica, que por sua vez já vimos ser preconizada por Plínio, de afirmar o peso do conhecimento do espaço em todas as suas vertentes, salientando-se a relação do clima com a geografia e o perfil psicológico dos habitantes⁹⁴⁰. O mesmo se poderá dizer acerca das suas reflexões sobre o índice populacional e o espaço político (liv. VII, 148-151). Considerações que fizeram parte das considerações providas em contexto de produção discursiva clássica, como Diodoro, Estrabão ou Trogo Pompeu.

Enfim, o mesmo é dizer que as condições do exercício do poder político (desde a sua legitimidade à sua durabilidade) são correlativas das características do espaço onde ele se manifesta. Aliás, Botero sustenta mesmo a ideia que as forças de domínio revelam

⁹³⁸ *Idem, ibidem*, liv. VI, 121-127.

⁹³⁹ A afirmação do poder pela via militar era perfeitamente legítima, tal como se depreende do liv. III (pp. 77-85), liv. IX (pp. 173-212) e liv. X (pp. 213-229). Diga-se que está implícita em toda esta problemática a questão da estratégia política, sendo que a atitude de fomento das fortalezas em espaços de soberania ameaçada foi uma das preocupações reais do governo político deste período. As indicações de Botero nestes capítulos são, no nosso entendimento, dignas de um estratega, fazendo reflectir sobre todos os pormenores. A adopção de uma perspectiva cristã da política não invalidava o uso da força militar. Exemplos desta recorrência são o caso de Pedro Barbosa Homem que dedica onze discursos (tratado I) ao tema, *cf., op. cit.*, fls. 69-235. ou ainda do "católico" António Carvalho de Parada que na dedicatória ao rei D. João IV aponta três instrumentos necessários à conservação do reino: a) o agradecimento e reconhecimento a Deus pelo levantamento do reino, dando por armas os instrumentos da sua Paixão; b) a prudência política acompanhada de uma preocupação em guardar a justiça e em "desterrar o vício"; c) o exercício do poder militar, tendo em vista a defesa do inimigo. Ainda sobre esta legitimidade do uso da força, perfeitamente contextualizada no período pós-1640, este autor afirma no "Prólogo ao Assunto" a importância da "(...) conservação de um Estado, que tanto depende do governo militar como do político", *cf., Arte de Reynar. Ao Potentíssimo Rey D. Joam IV Nosso Senhor Restaurador da Liberdade Portuguesa*, Bucelas, Paulo Craesbeck, 1643-1644. O tema das obras militares e da sua relação com a conjuntura política deste período é tratado em Rui Bebião, "Literatura Militar da Restauração", *Penélope*, nº 9/10, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, 83-98.

⁹⁴⁰ Esta abordagem é recorrente em vários autores dos séculos XVI e XVII, nomeadamente em Pedro Barbosa Homem a propósito da inumanidade natural dos sítios e dos povos *cf., op. cit.*, fl. 312; em Luís Mendes de Vasconcelos ao notar a salubridade de Lisboa, *cf., Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, diálogo II, 85-86; em João Pinto Ribeiro ao afirmar "que como os Reynos são diversos, o são também as naturezas, & condições dos vassallos, & a este compasso devem de ser diversas as acções do Principe em seu governo, & mando. Por esta razão encomendão os bons politicos tanto aos Principes a vista dos seus Reynos", *cf., Discurso sobre os fidalgos, e soldados Portugueses não militarem em conquistas alheas desta coroa*, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1632, fl. 1v.; em Sebastião César de Menezes, *Summa Política*, Fac-Símile da edição de Amesterdão, na Tip. de Simão Soeiro Lusitano, 1650, 96-100 e em Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitania, Historia da Guerra Brasileira*, Década Primeira, Lisboa, Of. de João Galram, 1675, pp. 18-22. Devemos realçar que neste tópico uma das metáforas mais interessantes é feita por João Pinto Ribeiro que compara o rei a um piloto (citando Plutarco), manifestando um claro sentido estratégico do conhecimento do espaço e das gentes para uma correcta e eficaz adequação do poder. Sobre a importância concreta do conhecimento do espaço para o poder central veja-se ainda o estudo de Curto (1988, 175-177).

o seu potencial consoante a natureza do espaço que as suporta: as forças marítimas (espaço-oceanos) são essenciais mas não dispensam o apoio das terrestres (espaço-continente/colónias), ilustrando a sua ideia com o exemplo português na Índia e as diferenças entre os projectos de Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque⁹⁴¹.

Tal como já salientámos algumas destas ideias são reaproveitadas em outros contextos doutrinários, concretamente em autores peninsulares que revelam, antes de mais, um manifesto sentido estratégico no seu discurso através de uma maior aproximação, certamente paralela a um real desejo de intervenção, ao contexto político da altura. Nessa linha de pensamento encontramos Pedro Barbosa Homem que aprofunda a relação proporcional entre espaço e poder, fundamentando-se na ideia aristotélica da hierarquização entre o imperfeito (sinónimo do espaço-familiar) e o perfeito (espaço-império)⁹⁴². Tal como em Botero, conseguimos discernir na análise do discurso daquele autor uma perspectiva onde a noção de espaço suporta e influencia o exercício do poder. A sua descrição e classificação dos "sítios", que "entre los medios universales de las empresas, claro esta, es uno de los mas importantes"⁹⁴³, revela a preocupação com o tipo de ocupação e com a estrutura da organização da presença nos vários espaços onde se exerce o poder⁹⁴⁴. No entanto, se poder e espaço são interdependentes, revelando-se neste a importância da dimensão e da configuração, notamos uma abordagem mais específica neste último item, em relação ao autor italiano.

Na verdade, sobre a configuração espacial não se generaliza sob o tópico da continuidade/descontinuidade mas concretiza-se o problema, partindo da divisão entre sítio "natural" e "artificial", sendo o estatuto do primeiro dado pela vizinhança e/ou pela facilidade da viagem. Assim, a representação do espaço assenta sobre o problema da distância/proximidade, sendo que os sítios vizinhos são úteis pelas facilidades concedidas

⁹⁴¹ João Botero, *op. cit.*, liv. X, pp. 221-224.

⁹⁴² O poder, segundo o autor, divide-se em temporal e espiritual, ambos instituídos por Deus mas com fins diferentes, sendo que o primeiro identifica-se, na sua expressão máxima, com a noção de império. A relação com o espaço faz-se de forma cumulativa, iniciando-se na "casa", passando ao "burgo", depois à "vila", "cidade", "reino" e conjunto de reinos ou "império", *cf.*, Pedro Barbosa Homem, *op. cit.*, fls. 2v.-3. No entanto, convém salientar que a ideia de império temporal colhe algumas limitações, como adiante veremos.

⁹⁴³ A classificação, tendo em conta as operações militares do Estado em expansão, continua da seguinte forma: "Y en cada empresa de por si se consideran de modos de sitio: uno fixo, y siempre uno, otro movable, y vario. El primero, es el de tierra, ó Reyno, de que ha de sahir el exercito, ó armada (...). El segundo, es el que el exercito marchando, ó navegando la armada, va tomando, conforme las ocasiones, ó para para proseguir con mejor comodidad su jornada, ó para aloxarse mas utilmente, ó para mejor ofender, ó defenderse", *idem, ibidem*, fl. 235.

⁹⁴⁴ Na definição de "sítio" Pedro Barbosa Homem denota a importância do espaço na configuração e efectivação do poder recorrendo ao exemplo do império português na Índia e das diferenças entre Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, tal como fizera João Botero, *idem, ibidem*, fls. 235v.-236.

à acção de domínio e o grau de facilidade da viagem torna-se fundamental, dizendo respeito essencialmente às terras que se alcançam por mar⁹⁴⁵. Esta objectivação é pertinente na época e no contexto ibérico da Expansão, dados os problemas que se punham à comunicação e, por conseguinte, ao controlo efectivo das áreas imperiais⁹⁴⁶.

Se até aqui vemos que, nestes textos, o espaço (em termos físicos) é profundamente politizado, situação decorrente de ser encarado como aparelho de poder, adaptado ou configurando este mas sempre a ele agregado, tal perspectiva será aprofundada e renovada após 1640, utilizando-se o espaço como verdadeira arma política, correspondendo à sua total instrumentalização. Mas essa situação corresponde a um outro enquadramento que não desenvolvemos nesta tese.

Por fim, um último tópico de análise, reportando-se com os textos comentados, prende-se com a questão da defesa da noção de Império português⁹⁴⁷. Importa aqui esclarecer certas vicissitudes deste termo e da sua ligação à realidade política portuguesa. António Manuel Hespanha aponta como factores nucleares à ideia de Império na época medieval a unidade, a catolicidade e a eminência suprema, privilegiando-se as relações entre o uno e o bom, justificando a preferência pelo governo monárquico e fundamentando o carácter perfeito do Império como comunidade política católica⁹⁴⁸. Esta imagem encontra o seu fundamento no facto de, posteriormente à extinção da dignidade imperial no Ocidente em 476, a ideia de *Imperium* continuar a ser uma aspiração da Cristandade, concretizando-se em 800 na coroação de Carlos Magno, com a "*translatio imperii*" a ser promovida pela própria Igreja⁹⁴⁹. No entanto, a supremacia imperial parece não ter resultado no espaço peninsular, dado que desde a reconquista os reis de Leão são

⁹⁴⁵ Sobre a importância do espaço oceânico e da facilidade da viagem aponta-se mesmo uma política estratégica baseada no Atlântico: "Esta comodidad, les metio à estes dos coronas [Portugal e Espanha] en casa, el señorío de todas las islas adyacentes, que sembradas por el Oceano, por largo espacio de leguas, respetan à España: luego toda la costa de Guinea, y adelante mas el largo, y rico Estado del Brasil, y al cabo de todo esto, los dos assi immensos, como ricos Imperios de las Indias Orientales y Occidentales, que con razon se cuentan por dos mundos nuevos." *idem, ibidem*, fl. 237.

⁹⁴⁶ Concluimos, pois, que a problemática contextualizada do binómio distância/proximidade é outro dos factores recorrentes nos autores ibéricos, embora Botero já a tivesse subentendida a propósito da unidade ou fragmentação dos impérios. A este aspecto se referem ainda Luís Mendes de Vasconcelos, precisamente vinculando a importância do espaço atlântico, *cf., op. cit.*, pp. 77-81; Diogo Ramada Curto coloca este problema da atlantização do espaço como inserida num dos modelos de argumentos sobre o Império e sua diversidade, *cf., op. cit.*, pp. 179-180.

⁹⁴⁷ Já anteriormente nos referimos ao carácter específico do humanismo português no que concerne à sua estreita ligação aos fenómenos da Expansão e Descobrimentos. Nessa matéria vejam-se as obras clássicas de Costa Ramalho (1993, 17-36) *Humanismo e Descobrimentos* e Luís de Matos (1991), *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*.

⁹⁴⁸ *Cf.*, 1995, *Ascensão e Queda do Imaginário Imperial*, 31-32.

⁹⁴⁹ Sobre a formação do *Sacro Império* e a relação entre a autoridade temporal e espiritual v., Nuno Espinosa Gomes da Silva, 1991, 167-170.

designados pelo termo *imperator*, num claro intento de desvinculação dos imperadores romano-germanos⁹⁵⁰. Por sua vez, uma análise cuidada permite concluir que em Portugal, embora a representação imperial esteja presente ao nível do poder régio nunca os monarcas utilizaram a fórmula jurídica adscrita ao Império⁹⁵¹. De facto, aquilo que comumente se designa por império português não corresponde à estrutura clássica do império europeu. Quando no século XVI assistimos à verdadeira recuperação do título imperial por Carlos V, num sentido próximo do ideal medieval, já "o mito clássico do Império Universal é substituído então pelo mito revolucionário da soberania das nações" no dizer de Álvaro D'Ors⁹⁵². Nessa altura, embora a extensão territorial do Império Hispânico abarcasse o "Novo Mundo", a base de enquadramento jurídico do título reportava-se ao espaço europeu⁹⁵³. É, certamente, por essa razão que o grande debate de

⁹⁵⁰ Segundo Martim de Albuquerque os monarcas Afonso VI e Afonso VII advogam uma verdadeira concepção imperial, sendo este último coroado solenemente imperador em 1135, tentando igualmente o reconhecimento por parte dos soberanos cristãos da Península ao assumir-se como o chefe da guerra contra o Islão. Depois de Afonso VII o título é usado apenas por Fernando III e por Afonso X, este em virtude das suas pretensões ao trono da Alemanha. Espinosa Gomes da Silva afirma mesmo que o título, no espaço peninsular, teve um carácter regional e apontava, juridicamente, para a suserania, *cf.*, Martim de Albuquerque (1964), *Portugal e a "Iurisdictio Imperii"*, 5-59; Silva, *op. cit.*, 171.

⁹⁵¹ Aliás, Portugal foi, segundo Menendez Pidal, um gravíssimo obstáculo à unidade hispânica medieval, mostrando-se firme na manutenção da sua independência e, desta forma, afirmando o contraposto à ideia hegemónica, sintetizado no princípio *rex est imperator in regno suo*, *Apud*, Martim de Albuquerque, *op. cit.*, 8, 15. O recurso às insígnias imperiais no espaço português é visível não só no uso de fórmulas significativas do estatuto régio supremo, como sejam o "pela graça de Deus" ou "pela providência de Deus" e, posteriormente, com D. Sebastião na aplicação do título de Majestade, como também pela adopção de uma simbólica de poder ligada ao Império, nomeadamente a coroa cerrada dos imperadores (apropriada igualmente por este monarca) e, num sentido diferente, a esfera manuelina. Em nossa perspectiva, devem-se apontar dois aspectos essenciais para o que julgamos ser a base da ideia imperial em Portugal. Por um lado, apesar do recurso a elementos estruturais da noção de império clássica o pensamento político português, através quer de canonistas (ex. Pedro Hispano ou João de Deus) quer de tratadistas (ex. Álvaro Pais ou Francisco Eximenis) ou juristas (ex. Fr. Serafim de Freitas ou Velasco de Gouveia), mantém uma concepção fortemente nacionalista, utilizando-se entre os argumentos principais, o de território conquistado, que se aplicará ao território ultramarino. Por outro lado, o sentido da representação da esfera manuelina é baseado na ideia cristã do símbolo perfeito, à semelhança e imagem de Deus, mas a virtualidade de emblema imperial foi, segundo Martim de Albuquerque, atribuída retrospectivamente, como se ela encerrasse "um anúncio profético do seu [monarca] destino pessoal". A esfera passa, assim, a comportar um sentido imperial destacando-se a missão ecuménica de Portugal, sinal de uma grande acção marítima (a dilatação política ao serviço da Fé), deixando de ser o símbolo do Duque de Beja para ganhar uma dimensão nacional, *idem, ibidem*, 20-49. Ou seja, diríamos que se revela como sinal de uma nova construção jurídico-política baseada não num domínio absoluto mas num poder cuja dimensão e a força se reportam ao espaço onde se exerce.

⁹⁵² *Apud, idem, ibidem*, 7.

⁹⁵³ J. Vicens Vives (1988, 130-133, 183-187) salientou precisamente a importância do espaço europeu com Carlos V, nomeadamente o seu desejo de cruzada contra o Turco. O mesmo autor nota ainda que no reinado de Filipe II o Mediterrâneo desempenha um papel primordial na organização dos interesses estratégicos no Velho Continente. A Europa continua a ser o palco dos grandes acontecimentos e projectos imperiais. A este propósito, Ana Sánchez Tarrío (2013, 619-630, particularmente 626-627) apresenta uma interessante leitura da "inquietante polissemia" (termo recuperado de Paulo Pereira) do termo *Imperium* em Damião de Góis e do contexto que este humanista se move. Partindo, precisamente, da contrastante representação deste conceito e dos "contrastivos" humanismos peninsulares, analisa o *imperium* de Góis e a paralela vinculação da imagem europeia de "único imperador" de Carlos V. No caso castelhano diz-nos esta autora: "A história

teólogos e juristas espanhóis dos séculos XVI e XVII não se centrou no domínio imperial europeu, cuja manutenção dependia agora mais da força político-militar do que da argumentação jurídica, mas tenta aplicar essa teoria ao espaço novo conhecido⁹⁵⁴. Quando Filipe II ascende ao trono e títulos da monarquia espanhola, esta estava já comprometida com uma estratégia política pan-europeia⁹⁵⁵, vindo a influenciar Portugal em virtude da união dinástica.

Pelo contrário, o caso português parece-nos estruturalmente diferente. O contacto da política portuguesa com a noção de Império foi sempre muito mais restrita pois, se à partida afastou a tentativa de supremacia política na medievalidade, cria, com o fenómeno da Expansão, uma realidade imperial desligada, aprioristicamente, da noção clássica⁹⁵⁶.

da recepção europeia do conceito antigo de *imperium* em contexto das Descobertas dividira-se de facto em Castela, já por volta de 1519, num *imperium* de conteúdo ibérico, castelhano, ligado directamente ao Novo Mundo, e num *imperium* “alemão”, o império universal de matriz medieval gibelina, cujo centro geopolítico era a Itália, teorizado pelo mais decisivo ideólogo político do imperador, Mercurino Gattinara. Este definira claramente o império de Carlos como a unidade política e eclesiástica do conjunto transnacional da Cristandade” para, depois, expressivamente, concluir: “No quadro desta bifurcação do termo *imperium* na própria Península cabe entender melhor a “pacífica” coexistência peninsular da imagética do *imperium* de Carlos com a do *imperium* português”. Por último convém lembrar que a ficção político-jurídica deste fenómeno, do ponto de vista conceptual e matricial, assenta no legado do Império Romano.

⁹⁵⁴ Os conceitos mais debatidos no caso espanhol - *dominium* e *imperium* - estavam orientados para a problemática da acção do poder no espaço americano. A par da discussão sobre os direitos de propriedade o Estado Espanhol preocupou-se em defender a aplicação do título àquela área, tanto por uma necessidade de afirmar a sua legitimidade como porque a ideia de Império assentava numa perspectiva católica, de defesa da cristandade universal, logo, com um claro propósito ideológico de manter esse papel no ultramar, de acordo com os princípios éticos recomendados. Com a abdicação de Carlos V em 1555 e a separação do Império Sacro-Romano, o problema imperial, diríamos, mantém o seu propósito europeu (ex. salientando-se como base a teoria de Campanella de uma monarquia espanhola universal) mas o espaço ultramarino obtém um peso próprio neste debate. Face às ameaças das outras potências europeias e assistindo-se à falência da ideia imperial clássica, o objectivo principal tornara-se a defesa das posições oceânicas. Sobre a importância do imperialismo espanhol no campo do debate político, com particular relevância para o papel de Tommaso Campanella, vide, Anthony Padgen (1991). Sobre a decadência da ideia imperial vide, A. M. Hespanha, *op. cit.*, 34-37.

⁹⁵⁵ Segundo R. A. Stradling (1983, 43-53) a política de Estado espanhola assentava em dois conceitos chave, a saber, “reputação” e “conservação”. O primeiro diz respeito à auto-estima espiritual da monarquia assim como a sua consideração externa entre os restantes países da Europa. Ambos estes aspectos dependiam do impulso confessional que proporcionava uma missão religiosa - a preservação da cristandade católica. A “conservação” utilizava-se essencialmente no plano da estratégia territorial, estritamente associada com o dever transcendental da coroa conservar a herança, de que era guardião de Deus. Assim, do ponto de vista da actuação política os argumentos espirituais e temporais misturavam-se, sendo naturalmente difícil a Filipe II desligar a relação entre o imperialismo cristão e a acção estratégica a nível do espaço herdado, mormente a nível europeu.

⁹⁵⁶ Referindo-se à simbologia da esfera manuelina, Martim de Albuquerque, avança com a ideia que tal emblema alcança um sentido novo de significado imperial, pois de início não exprimiu qualquer ideia política de supremacia, *cf.*, *op. cit.*, 46-50. Pensamos que esta novidade surge paralelamente no seio da própria noção de Império, dado que, como o autor reconhece, durante os séculos XVI e XVII a ideia imperial andava no ar e era referida continuamente não no sentido de poder (*gubernatio*) mas no sentido de largos domínios. No mesmo sentido se pronuncia Ana Sánchez Tarrío (2013, 628-629), quando procede à análise, em contexto das diferenças peninsulares entre a apropriação do conceito de *imperium*, do recurso aos mecanismos emblemáticos e imagéticos, invocando a *Sphera Mundi* do lado português, herança de D. João II (em paralelo com o *In hoc signo vinces*, de D. João III) contrastando e convivendo com a divisa

Em nossa perspectiva, o estatuto territorial e imperial português resulta, no essencial, da condição espacial obtida. É precisamente esta ideia que julgamos estar na base da resolução do paradoxo epocal da sustentação doutrinária da ideia imperial em Portugal. De facto, baseando-nos na tipologia apresentada por Madalena da Câmara Fialho⁹⁵⁷ e reaproveitada por Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves⁹⁵⁸ a expansão territorial não foi, em nossa perspectiva, um mero critério valorativo mas sim a base onde assentou a concepção de império português que, por sua vez, ganhou conteúdo com a inclusão de algumas das características do império clássico, nomeadamente a catolicidade manifestada no propósito fundamental da propagação da fé ou a ideia unificadora que se traduziu, como no caso espanhol, mais por uma tendência agregadora do que totalitária⁹⁵⁹.

Aliás, Pierre Chaunu chamou a atenção para a organização dos impérios (oceânicos) do período moderno como construções paralelas à edificação dos Estados⁹⁶⁰.

imperial de origem borgonhesa *Plus Ultra* (adornada com as expressivas e anteriormente citadas Colunas de Hércules, remanescentes do fundo memorial clássico).

⁹⁵⁷ Esta autora baseada, por sua vez, no trabalho do Marquês de Lozoya, *Imperio Español del siglo XVI-XVII como ambicion ecumenica*, aponta três características sem as quais não se concebe a ideia de império: a) a extensão territorial; b) a tendência unificadora de elementos diversos (políticos, raciais, etc.); c) uma alta valorização do ideal militar; *cf.*, "Os Conceitos de Império e o Imperialismo Português", 1946, 223-224.

⁹⁵⁸ *Cf.*, "Da Cruzada ao Quinto Império", 1991, 100-101.

⁹⁵⁹ Esta concepção da unidade agregada surge igualmente na sequência da ideia imperial medieval. Tal como salienta A. M. Hespanha, ontologicamente o todo não consumia as partes, sendo o império uma realidade política plural e compósita, em que cada comunidade mantinha um certo grau de autonomia, *cf.*, *As Vésperas (...)*, 33-34. O caso português parece-nos modelar dado que desde o início os projectos imperiais dos monarcas mantiveram esta característica medieval mas, como nota Luís Filipe Thomaz, num quadro espacial que ultrapassa largamente os horizontes anteriores. Mais uma vez, o que marca a diferença parece ser uma nova concepção do espaço. Este último autor, ao analisar o projecto imperial-oceânico de D. João II, nota que a nível institucional o monarca português aspira mais à suserania do que à soberania, tornando-se de facto, senão de título, imperador no sentido medieval, ou seja, "rei de reis", *cf.*, 1989, 81-98. Em nossa perspectiva, embora a soberania efectiva seja conforme ao estatuto imperial, a suserania contribui igualmente para fundamentar essa posição. Tanto jurídica como ideologicamente a ideia imperial portuguesa encerra esse sentido, aliás, diga-se, o único possível perante a tecnologia existente ao alcance do poder para controlar um espaço das dimensões do seu império.

⁹⁶⁰ Diz-nos este autor: "Le processus de diffusion de L'Extrême Occident chrétien à travers du monde aboutit nécessairement à une construction politique. L'Etat est present au moment de l'exploration et de la conquête. Elle [l'expansion] ne conserve que ce qu'il prend en charge. (...) Du début du XV siècle à la fin du XVIII, on assiste donc à une montée régulière de l'Etat européen hors d'Europe", *Conquête et Exploitation du Nouveaux Mondes*, 1969, 213. Não obstante concordarmos com esta leitura de Chaunu não deixamos de ter presente o que José Mattoso (1992, I, 11) afirma sobre a necessidade de estarmos conscientes das potencialidades e limitações que a visão estrutural proposta pelos *Annales* impunham à leitura do espaço, das suas matrizes de percepção e ao próprio conceito de fronteiras políticas (ignorando-as ou mostrando a sua arbitrariedade). Sabendo que, nessa mesma linha, Pierre Chaunu faz uma leitura em que a unidade espacial era a dos grandes conjuntos geográficos (Europa-unidade continente/Atlântico-grandes rotas oceânicas), não podemos deixar de considerar a útil observação dos fenómenos do tempo longo e das permanências seculares, das amplas regiões coadunantes e comunicantes, desde que conjugadas com a leitura das vicissitudes das alterações do Poder e do Espaço, no tempo "médio" e "curto". Aliás tessitura explicativa que, em nossa opinião, enquadra e promove o entendimento do tema da Lusitânia, que como temos oportunidade de defender, apresenta uma índole estreitamente estrutural e de conteúdo eminentemente ideológico.

O caso português não é excepção dado que os projectos imperiais com base no espaço ultramarino são anteriores a D. Manuel, recuando até D. João II. A constatação do Atlântico como zona politicamente nova e com importantes funções no campo do equilíbrio diplomático continua a fundamentar a ideia que o império português tem também uma definição própria, encerrando elementos da concepção clássica, e cuja unidade deve ser mantida a todo o custo. Portugal, no complexo jogo das nações europeias, assenta a sua força no espaço político ultramarino, fazendo a necessária distinção entre o imperialismo europeu e oceânico⁹⁶¹. Portugal lutou sempre para manter essa noção do espaço ultramarino, reserva ideológica estratégica, aliás conservada no período entre 1580 e 1640, servindo para caucionar a manutenção do ideal independentista. Teria este quadro vivencial da realidade espacial/imperial correspondência ao nível dos discursos ?

Mais uma vez, os discursos acompanham e legitimam o contexto político que os enforma. Mesmo no caso de Botero ou de Pedro Barbosa Homem mantemos algumas reservas quanto à ideia de uma crítica estrutural da ideia de império, senão vejamos. O autor italiano cria certos entraves para a manutenção do espaço imperial não pela sua legitimidade político-ideológica mas por um prisma essencialmente prático, baseando-se na dimensão e configuração desse espaço, tendo em atenção as condições do exercício do poder⁹⁶². Daí resulta que este pode adquirir a dimensão imperial (como no caso português)

⁹⁶¹ Só assim se explica o importante papel da "particularidade atlântica" na dialéctica com o conceito de "Nação" e "Império" nas considerações de Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, [s.d.], 148-161.

⁹⁶² Logo aqui assistimos à confirmação de que a ideia de império assenta essencialmente na noção de espaço, mas Botero vai mais longe ao colocar a questão de saber qual seria a melhor obra: ampliar ou conservar um Estado. Perante a sua afirmação que "sem dúvida, a maior obra é conservar (...)", advogando as virtualidades dos Estados Médios, poderíamos ser levados a pensar que o autor coloca de parte o projecto imperial, *cf.*, João Botero, *op. cit.*, 8-10. Nessa linha se manifestou Diogo Ramada Curto salientando que mesmo nos textos portugueses essa ideia sofre um desgaste de sentido apontando para a "falência dos impérios", *cf.*, *op. cit.*, p. 182. No entanto, parece-nos que o discurso boteriano deve ser relativizado pois não renega essa noção mas integra-a no contexto político da altura (daí os exemplos português e espanhol), demonstrando uma consciencialização profunda das condições do exercício do poder, ao mesmo tempo que a submete ao seu quadro de regras ético-jurídicas. Ou seja, o que está em causa é saber da possibilidade do domínio se exercer no seio da legitimidade católica. Depreende-se que apenas se critica o imperialismo desenfreado, tal como já notara Luís R. Torgal, *cf.*, vol. I, 330-333. Só assim se entende que Botero ao analisar quais os impérios mais duráveis o faça assentando numa base geográfica, optando pelos médios, mas salientando que o problema da ampliação não se prende com a legitimidade desse acto (que fundamentaria claramente a crítica à realidade imperial) e sim com o facto dos grandes estados terem em si elementos que conduzem à destruição e à inveja, sobressaindo falhas ético-políticas internas. Aliás, acaba por reconhecer que os estados médios duram pouco porque há sempre uma tendência para aumentarem. Por outro lado, ao abordar a questão da configuração espacial (união ou desunião) para a manutenção dos Estados a sua posição fica ainda mais clara. Se inicialmente crítica a desunião pela falta de meios para enfrentar os inimigos externos (problema perfeitamente contextualizado nos exemplos a que o autor recorre) e a união num grande império como sinónimo de destruição intrínseca, acabará por concluir em

desde que a razão de Estado "católica" não seja pervertida. No seu seguimento, Pedro Barbosa Homem estrutura uma noção cumulativa do espaço cujo topo é ocupado pelo império, como já anteriormente referimos, sinónimo de perfeição. O seu enfoque no contexto peninsular é ainda mais significativo e legitimador da doutrina advogada. Se coloca limites à ideia de império, estes vão precisamente apontar quer para os limites ético-políticos manifestados por Botero, quer para o sentido clássico imperial de *gubernatio*⁹⁶³.

Face ao que acima fica exposto, fica claro que nestes autores existe uma íntima relação entre espaço e poder, aquele condicionando a forma como este se exerce mas sendo condicionado pela condição católica do segundo. Tal perspectiva assinala a necessidade da busca constante, por parte do poder político, de um equilíbrio que suporte a sua acção. Assim como o território pode ser adequado, pelas suas virtualidades estratégicas, ao exercício do poder⁹⁶⁴, este acaba sempre por construir o seu espaço, dando-lhe um recorte que deverá estar submetido a uma prática cristã, não se prescindindo mesmo do elemento estrutural que a Igreja representa⁹⁶⁵, e atendendo a condicionalismos resultantes (no espaço ultramarino) da condição de zonas adquiridas até aos traços de

favor destes últimos, desde que, como o português e o espanhol, a desunião espacial contribua com as forças autónomas para a manutenção desse espaço (o ataque a uma área não desagregará o domínio), com a vantagem das discórdias internas nunca se espalharem com facilidade; conclui de forma significativa: "(...) ainda mais agora que Portugal se uniu a Castela e estas duas nações, indo a primeira de Ocidente para Oriente e a segunda para Ocidente, encontram-se e juntam-se nas ilhas Filipinas e em tamanha viagem encontram por todo lado Ilhas, Reinos e Portos à sua disposição, porque ou pertencem ao Domínio, ou a Príncipes amigos, ou a clientes ou a confederados seus.", *cf.*, João Botero, *op. cit.*, 14. Por último note-se ainda que o discurso segue precisamente com os pressupostos católicos da acção política (aquilo que verdadeiramente interessa) e que em capítulos seguintes, como já afirmámos, dá muita importância às conquistas e à consequente necessidade de adequação do poder

⁹⁶³ Segundo este autor o Império Universal "seria en effecto una potestad monstruosa, seria una jurisdiccion confusa, y indigesta, seria un gobierno, no solo en todo, y por todo imperfecto, y diminuto", *cf.*, *op. cit.*, fls. 11v.-12. Esta crítica insere-se perfeitamente na ideia de falência da noção clássica e europeia de império (apoiada no discurso por citações de S. Jerónimo), que a doutrina não mais recuperará, mas deixa o caminho aberto para a defesa do império assente no espaço político ultramarino. Como tal, mais à frente defende acerrimamente os impérios português e espanhol, através da argumentação sobre a legitimidade dessas conquistas na África, Ásia, Brasil e América, ao nível da razão de Estado pelo trabalho daquelas nações, nomeadamente na propagação do Evangelho (fl. 57v.).

⁹⁶⁴ O caso de Luís Mendes de Vasconcelos é modelar, pois a natureza do discurso impõe, necessariamente, uma valorização da noção de espaço estratégico. Na argumentação ressalta as qualidades de Lisboa para capital do Império, recorrendo-se mesmo à antropomorfização daquela categoria para ilustrar a relação entre as partes e o todo comandados pela cabeça-metrópole, *cf.*, *op. cit.*, 23-41.

⁹⁶⁵ No caso do espaço ultramarino, o seu valor e conservação passa sempre (na doutrina e, como veremos, na prática) pela actuação religiosa-cultural do Estado. O factor missão surge como elemento imprescindível no seio da implantação do poder. O próprio Botero refere o emprego de meios "subtis" de afirmação de domínio, procurando-se "cativar" através da religião e da língua, utilizando mesmo o exemplo dos jesuítas no espaço imperial português. A gramática de acção política ao nível da teorização do Estado apoia e legitima as armas do poder, *cf.*, João Botero, *op. cit.*, Liv. V, 99-103.

relativismo na teoria dos climas⁹⁶⁶. Este posicionamento doutrinal está em perfeita sintonia com a noção que o poder tem (no caso português) do estatuto imperial e dos problemas por ele suscitados. Face a uma realidade em que a extensão territorial servia de suporte a um aparelho político, a grande barreira a ultrapassar seria encontrar os meios de legitimação, adaptação e eficácia de domínio. A suserania surge, aqui, como a alternativa possível às limitações do poder e do espaço, com a coroa a reivindicar a validade do quadro da tradição e os textos a aprofundarem o cunho político daquele último⁹⁶⁷, nem sempre correspondendo a um real valor estratégico-económico conjuntural.

Como tal, a realidade oceânica compósita⁹⁶⁸, assente sobre a noção de espaço político ultramarino e subscritora da dicotomia soberania/suserania, fundamenta um novo conceito imperial cuja manutenção no espaço português se prolonga para além do período considerado, sugerindo um paradoxo aparente com a falência doutrinal da ideia de império clássica. Antes a reconverte e revifica, adaptando-a, plano que também conta com a reconfiguração do *topos* da Lusitânia.

Resta questionar de que modo o outro *corpus* discursivo compulsado configura uma representação que sirva e acompanhe os mecanismos de poder que se afirmavam neste período. Poderemos antever uma continuidade entre a invocação e conformação ideológica da Lusitânia/lusitanos na representação do espaço político?

Por último, tendo em conta esta situação, convém notar uma outra vertente positivamente edificante e ontológica do período moderno: toda esta contextura remete para estreita ligação entre o movimento humanista e o poder, convocando-se o direito, a ciência política, a história e a memória, assentes no lastro anamnésico da Antiguidade e

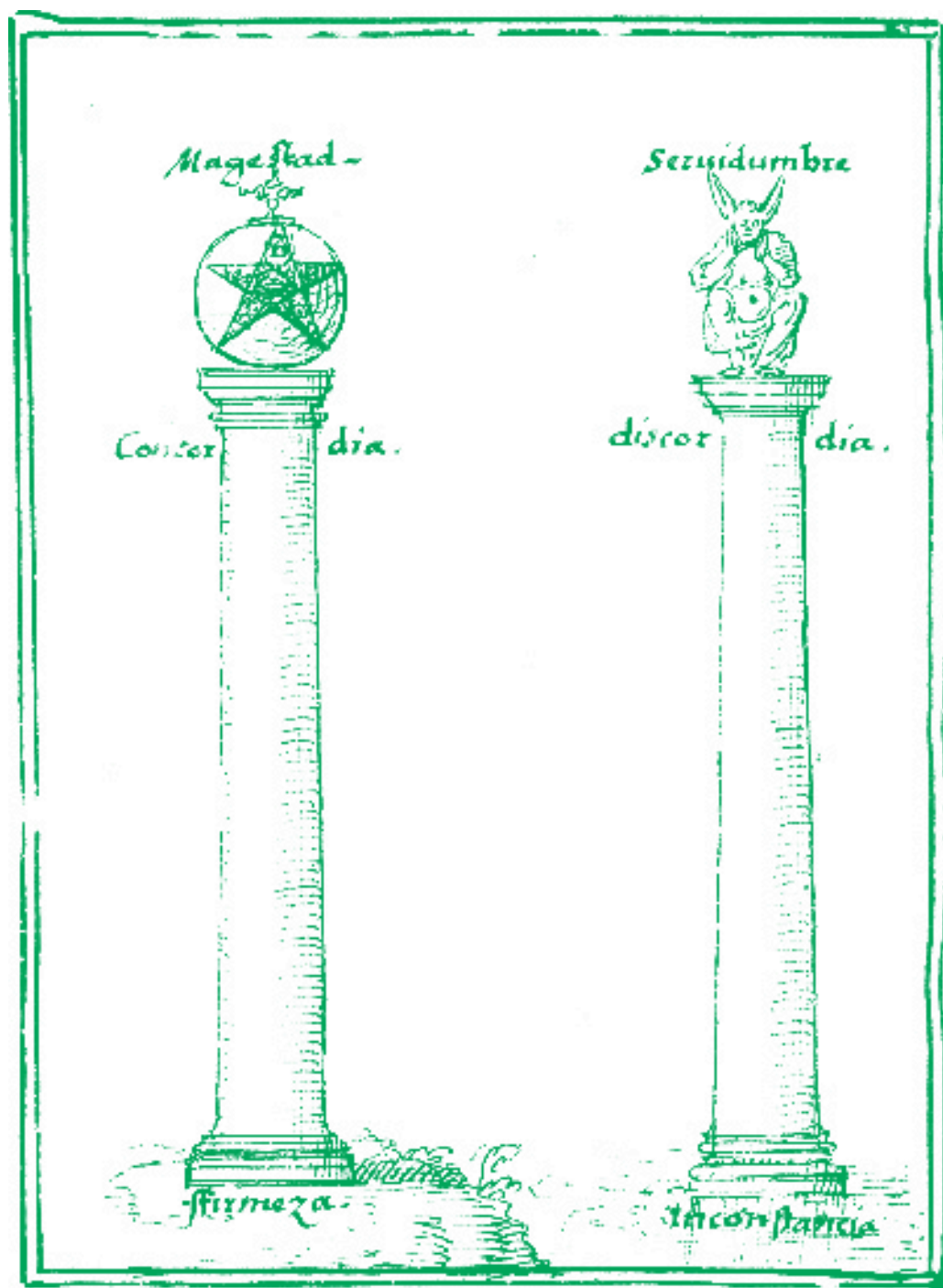
⁹⁶⁶ Teoria que provinha do transdiscurso clássico e que foi digerida por S. Tomás de Aquino, Dante, Marsílio de Pádua, Eneias Sílvia, Jean Bodin ou Maquiavel (Martim de Albuquerque, *A expressão de poder* (...), 1988, 122-123), será adaptada em contexto discursivo português, alocando o perfil social de um povo à sua tradição e costumes, subsidiárias do substrato étnico e territorial (Lusitânia/lusitanos), por exemplo em Duarte Nunes do Leão.

⁹⁶⁷ Nos autores acima citados o recorte espacial recorre essencialmente a coordenadas estratégico-políticas, sem menosprezar a vertente mercantilista.

⁹⁶⁸ O papel do Atlântico (ou já vários atlânticos) na política externa portuguesa havia adquirido uma importância fundamental desde o reinado de D. João II, ao criar um poder marítimo demarcado pelas Ilhas, a costa ocidental africana e a rota da Mina. Através desta valorização do oceano o dito monarca terá conseguido uma das principais armas diplomáticas, retirando daí capacidade para proceder a pressões internacionais e enfrentar o país vizinho. Com D. Manuel o Índico assume protagonismo mas o Oceano continuará a gozar de valor singular, com a paulatina emergência do Brasil. Essa linha de afirmação parece ter continuidade, sendo, por outro lado, a montante, adoptada igualmente de forma estratégica por D. João IV, *cf.*, Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, 153-154.

digeridos pela cultura cristã. A Lusitânia é uma peça fundamental deste jogo, na fusão entre o clássico (Humanismo) e o Renascimento (no sentido da modernidade). Sendo uma representação fruto da memória e tradição clássicas, vai ser integrada nos discursos e representações da modernidade, por via dos textos de identidade e de afirmação nacional e cultural, seja o texto resendiano ou a gesta poética camoniana, ou ainda a sua contextualização em descrições do papel de Portugal no mundo ou mesmo na reedição/renomeação desse novo mundo (ex. Nova Lusitânia). Ou seja, não surge desligada da realidade concreta dos tempos coevos. Não sem levantar a polémica que outras formas de ler, integrar e apropriar o espaço levantam, nomeadamente no contexto do vizinho reino de Castela.

7 - A *Lusitania* na Memória Humanista Hispânica: Metamorfoses de um Conceito,
entre a *Discordia* e a *Plenitudo Imperii*



" ¡Oh, cuántas excelencias [f. 255v] de nuestro esclarecido príncipe denota la columna y no se cómo comience a referirlas! Porque su mucha abundancia empobrece mi ingenio, y no me puedes negar que ser columna y sustento de la cristiandad no sea soberano título y renombre.

Lusitano: Bueno por cierto, y yo confieso que Su Majestad lo es.

Bético: Vengamos a sus excelencias, y no me puedes negar que Su Majestad no sea rey pacífico y muy celoso de la quietud y prosperidad de sus reinos. Y el ejemplo lo tenemos en la mano de este reino, pues perteneciéndole de derecho, os procura atraer al conocimiento de lo bueno por muchos medios de paz y ofrecimiento de muchas mercedes [f. 256]. Y cuanto mayor es su poder, tanto mayor se muestra su humanidad y clemencia, por manera que para engrandecer en sus reinos este templo de la Iglesia, ha procurado siempre ser pacífico, semejante a Salomón, y es sustento y columna de este templo, para mayor defensa suya, como otra columna del templo de Salomón, cual ésta que aquí se te figura [f. 256v]

[f. 257r] Cuya longitud es de diez y ocho codos, y el chapitel que sobre ella está asentado es de cinco codos redondo, que consta de dos hemisferios, todo labrado de cuadrados y en ellos figuradas las armas de Su Majestad, con las de ese Reino, y en lo alto el glorioso estandarte de la cruz. Pues qué piensas, portugués, que son los diez y ocho codos de longitud, sino vuestros diez y ocho reyes que han tenido el señorío de este Reino, contando desde el conde don Enrique, primer señor, hasta el rey Cardenal, y Su Majestad, que se figura en el capitel redondo de esta columna, ha de ser ahora rey vuestro decimonono, y a este número corresponden diecinueve excelencias tuyas, que por su orden te quiero [f. 257v] yo referir en breve epílogo (...)

La décima nona corresponde a la sucesión de este reino, que denota el capitel redondo: es la majestad con que hinche la redondez de la Tierra oriental y occidental, y sobre todo esto tiene la cruz, con que representa a la defensa de la fe, de quien ha procedido y procede toda su gloria y dignidad, y ésta es, portugueses, columna de concordia, y con estas excelencias sustenta [f. 259] sus reinos en paz y sosiego y es amado de los buenos y temido de los malos, y se celebra su nombre en la redondez de la Tierra. Y como la basa de esta columna es de firmeza, así está asentada sobre tierra firme".

Diálogo llamado Philippino donde se refieren cien congruencias concernientes al derecho que su Magestad el Rei D. Phelippe nuestro señor tiene al Reino de Portugal, Congruencia 55, fl. 257⁹⁶⁹.

⁹⁶⁹ *Dialogo Filipino, in Derecho y cultura política en el siglo XVI*, e. de Pedro Luis Lorenzo Cadarso, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2017, 237.

Quando, em 1579, num contexto de particular tensão entre reinos peninsulares em torno das pretensões de Filipe II ao trono português, o Licenciado Lorenzo de San Pedro escreve o *Diálogo llamado Philipino donde se refieren cien congruencias concernientes al derecho que su Magestad el Rei D. Phelippe nuestro señor tiene al Reino de Portugal*⁹⁷⁰, produz uma das mais destacadas e visuais obras da polémica em torno de 1580, não tanto pela qualidade dos seus fundamentos mas por outras duas características. Como nota Bouza Álvarez⁹⁷¹, o uso que o autor faz das imagens vai além da mera ilustração para se imiscuir integralmente na *argumentatio* expositiva, determinando conceitos e autorizando a congruência do discurso. Sendo assim, o texto aparece, como o próprio título indica, sob a forma de diálogo, opção tão cara à arquitectura narrativa literária do humanismo, protagonizada por duas personagens de transfiguração identitária simbólica étnico-geográfica de raiz clássica, que conversam num casario fora de Lisboa: o *Bético*, que tenta convencer um fidalgo, de nome *Lusitano*, para que deixe o seu "doloroso llanto por el sereníssimo Rey don Sebastián" e reconheça a legitimidade do filho de D. Isabel de Portugal⁹⁷². Sinal de que o tema da Lusitânia, embora figurado em fórmula simbólica, tinha expressão identitária e validade conceptual no contexto de expressão de poder⁹⁷³. Associa-se ainda, a ideia de união dos reinos, sob os auspícios das *virtus* clássicas (*Concordia*, *Iustitia*, *Clementia*, *Re tributio*), devidamente apresentadas sob figuração imagética⁹⁷⁴, que para além da referida importância na construção do texto,

⁹⁷⁰ *Apud* Bouza Álvarez (2000, 77-83). Sobre os exemplares existentes em Madrid e na Biblioteca do Escorial (*ibidem*, 310, n. 71, 311, n. 85). Edição recente em *Dialogo Filipino, in Derecho y cultura política en el siglo XVI*, e. de Pedro Luis Lorenzo Cadarso, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2017.

⁹⁷¹ *Ibidem*, 79.

⁹⁷² Cerca de quatro décadas antes também Cláudio Mário Aretino utiliza a mesma estratégia de diálogo entre três personagens *Lodovicus*, *Prudencia* e *Calipho*, para descrever a *Hispania* e negando, com base em Ptolomeu e Plínio, a almejada coincidência entre Portugal e a Lusitânia, na sua *Hispaniae sitvs, a Mario Aretio Patritio Syracvsano, in Dialogi Modvm Conscriptvsi-* (1530) - public. em Andreas Schott - *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii* (1603), I, 2-6.

⁹⁷³ Aliás, quando Filipe II assume a coroa portuguesa, foi necessário mudar, com urgência, o título real nas moedas, selos e gravuras, como o retrato gravado por Agostino Carraci a partir do desenho de Antonio Campi, em Cremona (1582, 1585), sendo que a primeira emissão apresentava "PHILIPPSVS II AVSTRIVS REX CATHOLICVS" e foi alterada para o definitivo "PHILIPPSVS II HISPANIAR. ET LVSITANIAE REX DIVI CAROLI V IMP. F. MED. DUX". *Cf.*, Bouza Álvarez (2000, 310).

⁹⁷⁴ *V. Ibidem*, fig. 8-15, 18; 2012, fig. 4 a 4i. Esta situação remete-nos para as condições e mecanismos identitários e o que realmente contaria para essa consciência. Ao longo da nossa análise fomos reflectindo sobre a forma como esses fenómenos, devidamente contextualizados e cronografados, se podem ler e interpretar. Os séculos XV e XVI vão assistindo a uma intensificação dos dispositivos de concreção territorial identitária, afirmando-se a escala do reino, e de produzir, imaginar e gerir a comunidade política, nomeadamente pelo reforço do poder da coroa, pelo controlo da justiça e do sistema fiscal e pelo recurso a meios simbólicos e de inculcação ideológica. Sobre a evolução da concepção de *naturalidade* (só consolidada nos séculos XVII e XVIII), convivendo com a de *vassalo/súbdito* (relação vertical com o rei) *vizinho, estrangeiro, republica christianitas* (relação horizontal entre membros de uma mesma sociedade), em processo associado à territorialização da comunidade, construção do conceito de *nação* e aos circuitos transterritoriais em determinadas camadas sociais (ex. nobreza e clero), v. Tamar Herzog (2006, 2011) e

revela o efectivo valor do simbólico pois um das primeiras exigências que se põe na boca dos portugueses teria sido que as armas das quinas ficariam em primeiro plano e na zona direita do escudo real⁹⁷⁵. Por outro lado, são particularmente interessantes duas das imagens que o texto exhibe, representando a monarquia de Espanha como uma mão onde cada dedo corresponde a um dos cinco antigos reinos cristãos: Castela, Leão, Aragão, Navarra e Portugal. A este cabe o dedo médio, o do coração⁹⁷⁶, que se encontrava recolhido à palma da mão, impedindo a unidade hispânica e o senhorio universal.

Ângela Barreto Xavier (2015), com respectivas remissões bibliográficas. Não esqueçamos, ainda, como nos diz Nair Soares (2018, 270-271) "a ideia de pertença a uma casa comum – assente na herança greco-latina e judaico-cristã –, assumida por diferentes sectores de decisão política e económica, pelas elites culturais, pelo programa humanista, pelo emprego do Latim como língua erudita das comunidades universitária, científico-sapiencial e religiosa, pela mobilidade de alunos e professores no espaço europeu (...). A expressão latina ou portuguesa “nós os espanhóis” é usada, entre outros, por Duarte Pacheco Pereira, Damião de Góis, Luís de Camões, para designar a pertença à Hispânia-Ibéria" o que não impede a convivência com "a crescente importância dos diferentes estados, o reforço do poder central, os conflitos entre estados-reinos dinásticos, a afirmação da sua presença no palco do teatro do mundo, a que servem de suporte as línguas vulgares e sua dignificação através de gramáticas. E ainda, no que toca designadamente à Península ibérica, o orgulho nacional na gesta de um povo e o impulso dado à historiografia monográfica, dinástica e nacional". Um exemplo particularmente interessante para o caso português reporta-se à inclusão e identificação do Algarve que, como vimos, fora sempre espaço singular na descrição clássica do território, assim como da sua posterior progressiva inclusão no reino de Portugal. O estudo de Maria da Graça Ventura (2018, 194-217) sobre os contratados para a carreira das Índias revela bem essa condição e as potencialidades/limites do sentimento de identidade à escala do reino ou da integração de interesses de outra natureza (económicos) na configuração de afinidades relacionais; segundo esta autora: " Os marinheiros portugueses, considerados estrangeiros apesar da União Ibérica, ocupavam o segundo lugar nas frotas da Carreira das Índias, logo a seguir aos andaluzes. Dos portugueses, cerca de 70% dos marinheiros procediam do Algarve. Resulta que o recrutamento de marinheiros do Algarve constituía parte importante do mercado laboral necessário à Carreira das Índias o que é evidenciado por medidas legislativas excepcionais. O Algarve tinha, na verdade, uma relação especial com a Andaluzia, fruto da continuidade geográfica e das cumplicidades fronteiriças. “No somos portugueses, sino del Algarve” foi o argumento usado por muitos algarvios quando os oficiais da Casa da Contratação de Sevilha ou os fiscais e ouvidores nas Índias os importunavam e ameaçavam de expulsão das Índias por serem estrangeiros. A mesma alegação é frequente nos processos de restituição dos bens de defuntos aos seus familiares no Algarve. (...) a invocação da condição de natural por o “Algarve pertencer ao reino de Castela” constitui o argumento mais surpreendente. Esta reivindicação de pertença legal a Castela situa-se no contexto político da União Ibérica, embora a legislação filipina reiterasse, com aplicação mais ou menos flexível consoante as necessidades da navegação e do comércio, a condição de estrangeiros atribuída aos lusitanos, incluindo os algarvios." (194-195).

⁹⁷⁵ *Diálogo* (...), fl. 27r., *apud*, Bouza Álvarez (2000, 77).

⁹⁷⁶ *Ibidem*, 78-79.



Diálogo llamado Philippino (...) apud, Bouza Álvarez (2000, fig. 8).

Na outra imagem, sob o lema "*Ex concordia plenitudo imperii*", surgem duas mãos que se apertam, simbolizando a almejada aliança mas também o sinal de milhão na aritmética popular, invocando a infinitude como horizonte possível neste quadro político de união. Expressivo testemunho onde confluem substancial matéria simbólica e ideológica e concepções de espaço e de poder que apontam a concretização de um antigo desejo hispânico que realizasse uma efectiva unidade peninsular, sob o signo do *imperium*.



Diálogo llamado Philippino (...) apud, Bouza Álvarez (2000, fig. 9).

Mas este desígnio unitário, envolvendo singularmente Portugal, que aqui vemos concretizado por Filipe II, já transcorrido quase todo o século XVI, repousa, como vimos anteriormente, nos artífices de uma extraordinária concepção de poder que recua aos primeiros testemunhos da analística e cronística hispânicas, onde emerge um modelo genealógico da herança goda que projecta na primordial monarquia leonesa e nas sucessoras dinastias castelhanas os legítimos herdeiros da *translatio imperii*. Produção discursiva que, debaixo de uma anacrónica leitura actual que frequentemente a remete para o domínio da cultura, na verdade, alimenta os contornos da formulação jurídica e identitária destacando-se o seu valor político. Enfim, questões que, não podemos deixar de, sucintamente, observar porque não são alheias, no seu conteúdo e cronologia, à formulação portuguesa que vimos afirmar-se na cronística portuguesa analisada e ajudam a contextualizar, em nossa opinião, a sua representação futura.

O conceito de Espanha e a sua personalidade cultural⁹⁷⁷, ao longo do período tardo medieval até final do século XV, apresenta um difícil equilíbrio no mosaico político entre dissensões civis internas, crises dinásticas, estratégias políticas matrimoniais e a aproximação entre Aragão e Castela. Mas, como nota Ana Sánchez Tarrío⁹⁷⁸, é precisamente durante o século XV, diluindo-se no século seguinte que, assente numa longa tradição historiográfica, se mantém, consolida e projecta um suporte memorial discursivo identitário e edificador, onde prevalece o neogoticismo castelhano que depois se integrará, pleno da verve humanista, numa representação centrada na cultura greco-romana⁹⁷⁹.

Tarefa que é levada a cabo, entre os séculos XV e XVI, por um numeroso corpo de cronistas encabeçado por Alfonso de Cartagena, seguido, entre outros, por Rodrigo Sánchez de Arévalo, seu discípulo, Fernán Pérez de Guzmán e Alfonso de Palencia, aos quais se associa no seu seguimento Mosén Diego de Valera e Pedro Mexía cronistas dos Reis Católicos e de Carlos V, respectivamente, a que se juntam, nesta vertente os humanistas estrangeiros ao serviço dos monarcas, como o italiano Lúcio Marineo Sículo e o flamengo João Vaseu. Neste quadro, onde convergem a produção discursiva, a ideia de união hispânica, o nascimento do humanismo peninsular, as acções políticas e o exercício dos poderes, a proeminência multiforme das conquistas e expansão ultramarina e a singularidade lusitana, destaquemos para já, a título de exemplo, duas figuras⁹⁸⁰.

Alfonso de Cartagena (1384-1456) evidencia-se pela defesa dos interesses castelhanos junto do papado⁹⁸¹, a sua actividade política e jurídica e pela sua obra, que

⁹⁷⁷ Maravall (1964, 346-348).

⁹⁷⁸ 2005, 889-904; 2014, 521-546.

⁹⁷⁹ Villa Prieto (2010, 145).

⁹⁸⁰ A escolha baseou-se no facto de entendermos que estes autores acumulam aspectos pertinentes: i) são precursores numa produção que acompanha uma nova fase e programa político hispânicos, que terá seguimento com a monarquia dos Reis Católicos, o Império de Carlos V e as ambições filipinas no que toca a Portugal; ii) marcam uma efectiva transição para a leitura humanística hispânica, pois afirmando-se como expoente máximo do neogoticismo revelam, paralelamente, um recurso proeminente aos autores da cultura greco-romana, alocando aspectos da própria presença romana, e uma arquitectura do discurso, uma ordem narrativa e um léxico temático que, recolhendo ao substrato clássico, terá desenvolvimento em discursos/autores posteriores; iii) reconhecemos que, no cômputo final desta abordagem, encontramos o ambiente e a tessitura necessários para explicar as ocorrências testemunhais sobre o *topos* em contexto português, após a marca indelével deixada pela *Crónica de 1419*; iv) por último mas não menos importante, não sendo nosso intuito, como já o afirmámos, proceder a uma confrontação sistemática e exaustiva com fontes espanholas, não implica que não reconheçamos a sua liminar pertinência e a necessidade de, pontualmente, o provermos.

⁹⁸¹ Também Rodrigo Sánchez de Arévalo (1404-1470), terá assumido protagonismo como legado da coroa em numerosas embaixadas europeias, e no concílio de Basileia. Cf. Villa Prieto, 2010, 193 e Ruiz Vila 2013, 11-12 y López Fonseca & Ruiz Vila 2011, 10-20 *apud* Alvar Nuño, 2014, 225. Ambos redigem, cada

cristaliza as suas posições⁹⁸². Particularmente em *Anacephaleosis* - escrita entre 1454-56⁹⁸³ -, ampara-se na tese, com efeitos jurídicos e de supremacia de poder, da *translatio imperii* romana para os godos e Pelágio, ascendentes directos dos monarcas castelhanos⁹⁸⁴ que assumiam, assim, prerrogativas hereditárias, de conteúdo memorial e linhagístico. A *Anacephaleosis*⁹⁸⁵ assume-se como uma apologia da função preeminente e congregadora de Castela, baseada na interpretação da *Historia Gothica*⁹⁸⁶, manipulando e instrumentalizando fórmulas geográficas e identitárias que provinham da antiguidade⁹⁸⁷,

um, uma *Historia Hispaniae*, em latim, para serem divulgadas na Europa. Do mesmo modo Diego de Valera (1412-1488) que tem um importante papel na divulgação da imagem castelhana em Itália e na Alemanha.

⁹⁸² Envolvido nos acontecimentos do reinado de D. João II de Castela (1407-1454), caracterizado pelas lutas entre grupos nobiliários e pela regência inicial de sua mãe Catarina de Lencastre assim como pela crise no seio da igreja católica, com o papado de Bento XIII estabelecido em Avinhão, que obrigou a convocar o Concílio de Constança (1415-1418), assistimos a uma pujante actividade. Desde logo (1414) como membro titular do Conselho Real, assistiu a deliberações em consequência da ocupação, por parte de Portugal de Ceuta (1415). Com a maioria do rei (1419) denota diversas actividades políticas, literárias e eclesiásticas, tendo sido nomeado durante o pontificado de Martinho V (1417-1431), núncio pontifício em Castela e colector geral da Câmara Apostólica em várias dioceses. Mas a sua importância, neste contexto, resulta de ter sido embaixador real para a corte portuguesa (1421) com a missão de obter tréguas entre ambos reinos. Durante a sua permanência escreveu o *Memorial de Virtudes* (*Memoriale Virtutum*, 1422) dirigido ao príncipe D. Duarte, e traduziu para castelhano a obra de Cícero *De Senectute*. Ainda teve um papel muito activo no seio da Igreja de Roma, participando no Concílio de Basileia (1431-1437) convocado por Eugénio IV. Como membro da delegação castelhana, confrontou-se perante a questão da proeminência sobre Inglaterra e da bula papal concedendo as Canárias a Portugal para evangelização. Para isso baseou as suas alegações, em latim, na História de Espanha, ao tentar demonstrar a maior antiguidade da monarquia castelhana e ainda, revigorando a teoria goticista, defendeu, seguindo a teoria de Santo Isidoro de Sevilha, que a província de Tânger fora parte do reino visigodo (Tingitania) sendo natural herdeira Castela. Questão que se prolonga e só será resolvida no Tratado de Toledo (6 de Março de 1480) quando Portugal abandona definitivamente qualquer pretensão sobre este arquipélago, depois de, no ano anterior, ter reconhecido a soberania castelhana das ilhas pelo Tratado de Alcáçovas (1479). Existe uma tradução portuguesa das alegações da responsabilidade de António José Saraiva pelo Instituto para a Alta Cultura, 1944. Sobre o *Memoriale Virtutum* ver estudo de Martínez Gomez (2015). Sobre a vida e obra de Alfonso de Cartagena, v. Tate (1970, 55-73); a tese de doutoramento de Fernández Gallardo (1998) e *idem* (2010, 317-353); sobre a leitura da linhagem régia v. Nogales Rincón (2016, 233-257).

⁹⁸³ Publicada em Andreas Schott, *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii* (1603), I, 246-291. Consta de um total de 94 capítulos que se estruturam em dois grandes blocos: do capítulo I ao VII procede-se a uma breve descrição da geografia peninsular e da sua história até à queda de Roma; do cap. VIII ao XCIV relata os reinados desde Atanarico a Henrique IV - a partir do cap. XLIV inicia-se o ciclo dos soberanos asturo-leoneses. Notória a vinculação da representação gótica pelo peso desta matéria no cômputo geral da obra.

⁹⁸⁴ Tarrío (2005, 902), seguindo a Maravall (*op. cit.*, 302, 303, 444, 470) recorda que apenas prolonga uma tradição régia antiga, já utilizada por D. Urraca em 1110 quando esta se designava *tocius Ispanie Regina*.

⁹⁸⁵ Esta obra historiográfica, a primeira em latim neste género, depois da tradição iniciada em vernáculo pela *Primera Cronica* de Afonso X (séc. XIII) (Alvar Nuño, 2014, 224-225), teve recepção imediata e foi traduzida para castelhano, em 1463, por Pérez de Guzmán e Juan de Villafuerte com o título de *Genealogía de los reyes de España*, nome pelo qual Alfonso de Cartagena intitula a segunda parte do seu discurso (Villa Prieto, 2010, 133).

⁹⁸⁶ Tate (1970, 72). Comparando o neogoticismo em Alfonso de Cartagena e Sánchez Arévalo v. ainda Villa Prieto, (2010, 123-145).

⁹⁸⁷ Tal como nas crónicas analisadas anteriormente, recupera-se o imaginário efabulado clássico em harmonia com a representação cristã, sempre acentuando o valor sociogenético e linhagístico castelhano, que aponta definitivamente a linha de interpretação humanista. Retomamos as palavras de síntese de Villa Prieto, (2010, 136): " Con esta exposición se da pie a las leyendas sobre los orígenes míticos de Hispania, que narran cómo un villano llamado Geryón que señoreaba la península ibérica fue derrotado por Hércules en uno de sus doce trabajos; Yspán, uno de sus acompañantes en el periplo, se quedaría desde entonces en

provendo não só uma legitimidade de carácter histórica mas também uma dimensão providencial, cumprindo um plano divino, pela continuidade da luta em prol da fé cristã e pelo papel na Reconquista⁹⁸⁸. Neste contexto, a questão da divisão do território hispânico é apresentada na linha da herança clássica, sugerindo a divisão em três províncias - *Tarraconense*, *Betica* e *Lusitania*. Esta última, colhida numa estratégica leitura, confina a sua adscrição a Portugal numa "pequena parte", restrita à zona entre as bacias do Tejo e do Guadiana, sendo a restante área coincidente com a coeva Estremadura

"Lusitania continet partem Portugalliae quae intra Tagum & Guadianam, necnon etiam particulam illam quae citra Tagum & ultra Doriem est, aliasque huius regni terras quas Extrematuram dicimus". (Anacephaleosis, cap. II, 249).

vertido em português,

"A Lusitânia contém a parte de Portugal que se encontra dentro dos limites do Tejo e do Guadiana, aquela pequena parte, além disso, que está aquém do Tejo e do outro lado do Douro, e as outras terras deste reino que chamamos Estremadura".

Por outro lado, Rodrigo Sánchez de Arévalo (1404-1470), eclesiástico que também representou João II e Henrique IV (1454-1474) de Castela na cúria pontifícia e esteve à frente de vários episcopados como Oviedo, Zamora ou Palência⁹⁸⁹, discípulo de Cartagena, publica a sua *Libellus de situ et descriptione Hispaniae* (conhecida por

la región y daría nombre a la misma, como explica en la *Anacephaleosis*: «España toma su nombre del Rey Hispano; llamabase primero Iberia, del río Ebro que la baña». No obstante, la génesis de la corona hispana estaría relacionada con Tubal, hijo de Japhet/Lamec según narra el Antiguo Testamento, que tras el diluvio universal y la caída de la torre de Babel puebla Galicia junto a su hermano Gomer; juntos tendrían como descendencia a los primeros españoles. Se debe advertir que, con estas premisas, se retoma la disertación asociativa entre la historia universal y la nacional, un discurso que había comenzado a abandonarse desde la *Estoria de España* de Alfonso X. Además, no solo se está vinculando la monarquía castellana con la visigoda, sino también con los linajes más pretéritos con el fin de beneficiarse de los honores que suponía con vistas a la comunidad internacional el formar parte de uno de los reinos más antiguos del continente". Pelo que atrás expusemos quanto à formação do etnónimo e corónimo de raiz *Iber*, e da sua profusão nos autores antigos, percebemos a origem remota da leitura de Cartagena. Sobre o papel dos estudos clássicos em Cartagena e uma polémica com o humanista italiano Leonardo Bruni, v. Pérez Vilatela (1993-41-54).

⁹⁸⁸ Não esqueçamos a questão de Granada que apenas encontra uma solução a partir de 1492 com os Reis Católicos. A obra termina com uma oração a Deus, como Senhor do exército do Antigo Testamento, para que ajude a expansão castelhana sob o estandarte da Santa Cruz (*Anacephaleosis*, 290).

⁹⁸⁹ Villa Prieto, (2010, 130).

Compendiosa historia hispánica), em 1470⁹⁹⁰, e pode ser considerado um dos expoentes máximos do neogoticismo. No entanto, como notou Alvar Nuño⁹⁹¹, a sua leitura forja já a identidade moderna e incorpora elementos que anunciam a cultura humanística, tal como o facto de ser escrita em latim, de recorrer com frequência ao uso erudito da citação dos clássicos, de apresentar um prólogo de recorte humanista⁹⁹² e, por fim, significativo para o que nos interessa, o destaque que dá à descrição geográfica no contexto do seu relato.

Na verdade, a estrutura da obra, remetendo-se aos conteúdos de um relato que pretendia legitimar a história genealógica castelhana coeva, apresenta uma arquitectura de discurso e uma ordem narrativa dividida em quatro partes, consonante com a que vimos ser frequente na historiografia greco-romana (v.g. Políbio, Diodoro ou Tito Lívio) quando se pretendia exaltar a história de Roma: i) providencia, antes de mais, uma ampla introdução, ao jeito de uma geografia descritiva da *Hispania* (cap.s I-XVII, 121-140) característica em comum com a leitura de Cartagena, mas, em harmonia com a perspectiva humanista, exponencialmente ampliada face a este autor; ii) aí apresenta uma *Laus Hispaniae* na melhor tradição de alguns autores clássicos que analisámos, recorrendo a Ptolomeu, Pompónio Mela, Plínio, Justino, Solino, Heródoto, Políbio e Estrabão, oferecendo-nos um espaço abundante e rico em relação à restante Europa, invocando o léxico habitual que vimos nascer na cultura discursiva greco-romana - a descrição oro-hidrográfica, os recursos animais, vegetais, minerais e até humanos,

⁹⁹⁰ Embora sem nenhuma edição moderna, surge publicada na imprensa alemã em 1470 e em 1545 é de novo reeditada por Nebrija numa antologia que reunia também a obra de Alfonso de Cartagena, Joan Margarit i Pau e Ximénez de Rada. A segunda obra que se difunde nestes meios é de Lúcio Maríneo Sículo *De laudibus Hispaniae libri VII*, cerca de 20 anos depois. (*ibidem*, 133).

⁹⁹¹ 2014, 223-230.

⁹⁹² O autor (225-226) faz notar, com base em Villalba Álvarez (2009), que os proémios metaliterários tornaram-se um tópico na historiografia durante a primeira metade do século XV e continuarão como marca humanista. No caso da obra de Arévalo, o prólogo dedicado a Henrique IV conta com uma exaltação da imagem da *Hispania*, dando resposta a uma polémica revelada numa discussão entre Leonardo Bruni e Alfonso de Cartagena, tendo aquele afirmado que a *Hispania* estava numa esquina do mundo e que pouco importava o que ali sucedia. Arévalo utiliza, para o efeito, um recurso retórico moderno, argumentando a partir de uma citação de Salústio. Ver caso relatado em Tate (1970, 81-82). Esse desdém de Bruni é compatível com uma imagem autocentrada no humanismo europeu do *Quattrocento*, repousando, como já analisámos, numa representação geográfica e civilizacional da Península que vem da cultura clássica como uma periferia, e revela a importância que representa o esforço do humanismo peninsular, nomeadamente português, em transmitir e veicular uma imagem de cosmopolitismo e valor, pela consciência da situação culturalmente periférica, em contraste com a importância e projecção dos reinos ibéricos e dos descobrimentos. É o caso de Pedro Nunes e Damião de Góis com extraordinária repercussão europeia. A este propósito ver os trabalhos reunidos nas *Actas do Colóquio do V Centenário do Nascimento - Pedro Nunes e Damião de Góis. Dois rostos do humanismo português*, coord. de Aires Augusto Nascimento, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, 2002.

recuperando e destacando vetustas leituras⁹⁹³ que apontam características físicas e morais como a resistência, ligeireza, a média estatura ou também a sua lealdade, resiliência, o engenho aguçado sendo conhecidos e apreciados em todo o mundo; iii) adaptando ao objectivo da obra, circunscreve os reinos peninsulares e a analisa a sua formação (cap.s XI-XVII, 136-140) - Navarra, Aragão, Portugal⁹⁹⁴, Granada - partindo da perspectiva fundadora e primordial de Leão e Castela e de como, no seu tempo, estes últimos foram responsáveis pela união sob o próprio nome de *Hispania*; iv) as restantes partes do discurso dividem-se pela extensa história dos reis godos (II parte, cap. s I-XXVII, 141-154), pela genealogia gótica e história a partir de Pelágio (III parte, cap.s I-XL, 154-191) e pela história castelhana-leonesa de Afonso X a Henrique IV (IV parte, cap.s I-XL, 191-246).

Será precisamente no contexto da descrição do território peninsular que Arévalo recorre à geografia histórica peninsular, apontando inicialmente à divisão tripartida da Antiguidade romana imperial que faz coincidir com os reinos coevos - *Betica* com Andaluzia e Granada; *Lusitania* que tem a parte de Portugal entre Douro e Guadiana, *Tarraconense* com restantes reinos - para depois harmonizar esta leitura com a divisão hispano-goda que continua a de Diocleciano, *Tarraconense*, *Cartaginense*, *Betica*, *Lusitania*, *Galiza* e a estratégica *Mauritania Tingitana*, onde se pode ler os interesses da agenda expansionista em relação a Portugal⁹⁹⁵.

Assim, partindo da descrição da *Hispania* e da geografia histórica⁹⁹⁶, consolida-se a legitimidade das pretensões territoriais e unificadoras da coroa castelhana,

⁹⁹³ Recorre à imagem da braveza e ferocidade dos lusitanos no capítulo sobre Portugal (I parte, cap. XIV, p. 138).

⁹⁹⁴ No caso de Portugal é significativo que inicie o capítulo (I parte, cap. XIV, p. 137) adjectivando como um reino "nouissime" remetendo para D. Afonso VI, "rex Hispanie" que recuperou Toledo das mãos dos sarracenos e "filiam suam bastardam, nomine Therasiam", casada com um nobre Conde D. Henrique, consanguíneo do Imperador, que veio da Gália. Ou seja, reforça-se a condição bastarda de D. Teresa, e o carácter estrangeiro de D. Henrique. Já Tarrío (2015, 901) havia notado que esta mesma linha de interpretação estava patente em Lúcio Maríneo Sículo (*De las Cosas Memorables de España*) num capítulo dedicado à "sucession de los Reyes de Portugal".

⁹⁹⁵ Villa Prieto (2012-215-216), faz notar que Cartagena já havia especificado que o território luso também integrava parte da Extremadura ocidental e que, antigamente, a zona portuguesa entre o Douro e Minho pertencia aos galegos. Delimitações que, podendo residir nas diversas leituras que a antiguidade nos legou sobre o conceito de Lusitânia - lembremos as "aparentes" contradições do discurso estraboniano - encaixa, na perfeição, nos objectivos destes discursos e nas pretensões políticas dos círculos de poder donde provêm.

⁹⁹⁶ Não podemos concordar com a leitura de Alvar Nuño, (2014, 227) quando afirma que terá sido Cartagena, continuado por Arévalo, a recuperar, para a historiografia peninsular, a alusão às províncias romanas, algo que se havia perdido em toda a Idade Média. Como tivemos oportunidade de mostrar, as províncias ou a identidade que elas suportam são usadas, como vimos, desde os primeiros registos historiográficos quando se refere a Lusitânia. Nas crónicas posteriores (*Primera Cronica (...), C1344 e 1419* vemos mesmo uma utilização estratégica deste conceito e da sua substituição pela noção de "terra". Ou

desenhando uma harmonia que partindo do fundo mítico (Hércules), fundador da realeza hispânica, entronca na linhagem goda e apresenta muitos dos monarcas com o epíteto de *Rex Christianissimus*⁹⁹⁷, insistindo no seu valor na acção da Reconquista, em nome de Deus. Desta forma, a inclusão de uma geografia descritiva, apoiada na recuperação da própria configuração romana, permite dotar a *Hispania* de uma expressiva unidade territorial, caucionando as ambições do programa político de Castela. Não podemos, ainda, esquecer que, desta forma, Arévalo afirmando os interesses da coroa castelhana a nível interno da Península, ainda consegue, nos meios internacionais em que se move, subtrair a imagem periférica que sempre recolhera a este território, pela sua plena integração nos mitos e atributos genealógicos fundadores do mundo greco-romano e no paralelismo com a história triunfante do império de Roma.

Ora, esta representação do passado, credora de uma determinada concepção de espaço e poder no panorama hispânico, prossegue ainda com o mito goticista e com Mosén Diego de Valera (*Crónica de España*, 1493)⁹⁹⁸, no tempo dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, facto a que não será estranha a importância que assumiu o fim da Reconquista peninsular com a tomada definitiva de Granada (1492) e pela estratégica aliança na prática do exercício e na concepção de poder destes monarcas, com a consolidação do providencialismo monárquico. Esta situação é exponenciada no reinado de Carlos V, com a afirmação da natureza imperial do poder, na vertente *translatio imperii*, com a crescente valorização do legado romano e enquadrado pela valorização da expansão ultramarina. Assim, o programa político de luta pela união peninsular permanece intacto, sendo que a presença de Portugal será um sério obstáculo que se pretende solucionar de várias formas.

seja, as províncias romanas estavam, nestes textos, totalmente integradas e transmutadas, através dos discursos, na identidade e continuidade do território. No caso de Cartagena e Arévalo o que podemos ver é o ressurgimento, na linha do humanismo, das configurações administrativas romanas deslocadas para o seu próprio contexto de criação, como *topos* no léxico discursivo e na *argumentatio*, com intuítos estratégicos e manipuladores, dotando-as, como aliás, vimos acontecer nos textos clássicos, de funções políticas e identitárias. Enfim, não é novidade a utilização das províncias romanas como mecanismo de justificar pretensões territoriais ou identitárias peninsulares - a Lusitânia é disso exemplo - o que é novo é o retomar a própria história da presença romana na Península como forma de arquitectar um relato e colocá-la ao serviço de realidades políticas e identitárias coevas da escrita. Este será a grande diferença que o humanismo vem propor pois o legado clássico greco-romano, sob várias formas, transmutações e transdiscursos, nunca abandonou a cultura e civilização ibéricas.

⁹⁹⁷ Nieto Soria (1993, 195), *apud* Alvar Nuño, (2014, 228).

⁹⁹⁸ Sobre a obra de Valera como elemento propagandístico fundamental da monarquia dos Reis Católicos, vincando três conceitos políticos: a superioridade de Castela, goticismo e continuidade da linhagem e legitimidade dinástica, v. Moya Garcia (2008, 145-166).

Paralelamente, devemos notar que existe, do ponto de vista dos textos, uma notável regularidade da arquitectura discursiva, da ordem narrativa e do léxico utilizados. Não obstante a sua semelhança com o caso português nessa matéria, podemos observar que apenas se vão invertendo os argumentos. A novidade que o Humanismo confere, desde meados do século XV e acentuada após Henrique IV de Castela (1454-1474), resulta na progressiva secundarização da leitura genealógica goda em proveito do recuo cronológico da *argumentatio*, fazendo recair a responsabilidade fundadora e legitimadora da unidade peninsular no transcurso greco-romano e na figura hispânica, posterior em termos diacrónicos, de Pelágio, para além de afirmar a importância estruturante da geografia histórica e descritiva, como se pode observar em Lúcio Maríneo Sículo (*De laudibus Hispaniae libri vii*, 1496) e em Joan Margarit i Pau (1421-1484, bispo de Girona e embaixador dos reis católicos em Roma que escreve *Paralipomenon Hispaniae Libri Decem* publicado por Sancho Nebrija em 1545)⁹⁹⁹.

Dedicando a sua obra latina aos Reis Católicos, Joan Margarit i Pau (1421-1484)¹⁰⁰⁰, enquadra-se, decididamente, na expansão do humanismo italiano em Espanha e propõe uma interpretação da sua linhagem histórica associada à presença romana¹⁰⁰¹. Aliás, transcurso determinante, que ocupa do livro IV ao X (48-120)¹⁰⁰², concluindo com a época de César Augusto e tendo deixado a obra por terminar¹⁰⁰³. Mas um dos aspectos que ressalta é a preocupação em caucionar o seu discurso, ancorado essencialmente nas autoridades antigas, conjugando a história, a filosofia e a geografia, "*autores antiquissimos, tam Philosophos, quam Geographos*" (*Paral.* 8), assunto com que, após o proémio, abre o discurso, explicando as partes e capítulos em que se divide a obra e citando, entre outros, os nossos conhecidos Trogo Pompeu, Hiparco, Eudoro, Eratóstenes, Xenofonte, Dionísio, Cláudio Ptolomeu, Plínio, Pompónio Mela, Políbio, Artemidoro, Posidónio, Estrabão, Diodoro, Tito Lívio, Trogo Pompeu.

⁹⁹⁹ Mayer i Olivé (2009, 75-78), Villa Prieto (2010, 143-145).

¹⁰⁰⁰ Sobre o seu percurso v. Robert Tate (1970, 1976) que estudou a obra deste humanista com muito pormenor. Para uma leitura actual do tema e da bibliografia sobre a matéria, v. Conde Salazar (2009, 14-37). Destacamos a sua brilhante carreira eclesiástica tendo estudado na Universidade de Bolonha e sido nomeado cardeal, pelo papa Sisto IV, em 1483 e participado no conclave de 1484 que elegeu Inocêncio VIII. Estava, portanto, no centro dos assuntos da Santa Sé, ligado à diplomacia castelhana, na época em que Portugal apresenta a *Oração de Obediência* que adiante analisaremos.

¹⁰⁰¹ Recorremos à edição publicada em Andreas Schott, *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii* (1603), I, 7-120. Utilizamos a abreviatura *Paral.*

¹⁰⁰² O liv. I (9-35) é dedicado a uma extensa leitura de geografia, corografia e etnografia: o liv. II e III (35-48) remetem à época mítica iniciada, como habitual, na figura de Hércules, e pré-cartaginesa.

¹⁰⁰³ Conde Salazar (2009, 15).

A preocupação com a geografia histórica é evidenciada pela evolução da narrativa que, sempre apoiada nos autores citados, avança, em harmonia com a representação periférica peninsular dos autores greco-latinos, partindo de uma escala da Europa, de Oriente a Ocidente, terminando na *Hispania* (*Paral.* 9-10). Quanto à divisão das províncias, partindo da secção tripartida baseada em Ptolomeu, Mela, Plínio e Estrabão sugere a evolução e subdivisão por Constantino, Godos e Árabes, estando a Lusitânia incluída entre Tejo e Guadiana mas frisando a separação entre as duas *Hispanias*: Citerior e Ulterior (*Paral.* 10). Torna-se evidente que esta organização apontava para uma relação com o espaço a sul do território português, que tivera acolhimento, como vimos, em alguma historiografia clássica e veio a constituir a extensão de conquista de Portugal.

Arrumada a provisão administrativa interna pode, então, passar à descrição dos limites naturais, dos Pirenéus ao litoral Oceânico e mediterrânico, continuando a recorrer à matriz da dupla divisão hispânica e aí concatenando os reinos e espaços coevos, conjugando com outras circunscrições, nomeadamente as posteriores sedes de bispados (*Paral.* 10-14), ao surgimento das designações *Iberia* e *Hispania* (*Paral.* 15) e à fundação genealógica do território e dos seus habitantes, servindo-se das clássicas figuras de Gérion e Hércules (*Paral.* 15-20) que irá desenvolver no livro II (*Paral.* 35-41). Mas, consciente das mutações que o tempo impôs, oferece, com pormenor, as alterações que afectaram as províncias e os nomes dos lugares, dos montes, dos rios e das cidades, reproduzindo um léxico temático clássico (*Paral.* 21-32). No caso da Lusitânia que o rio Ana (Guadiana), atravessando o meio da Hispânia Ulterior e o reino de Castela em direcção à cidade de Calatrava, influi no oceano junto aos confins de Portugal (*Paral.* 26) e que até ao Douro estavam estabelecidos os lusitanos, segundo Estrabão (*Paral.* 27)¹⁰⁰⁴.

Por fim, assinalem-se dois tópicos importantes. Por um lado, concede destaque à figura de Viriato, que apelida de "*Hispanorum Dux*", *hispanus ex Lusitania*, assimilando a sua primordial identidade a uma escala político-territorial mais ampla, recuperando a sua imagem da tradição clássica, citando Cícero (*De Officiis*, liv. II) e claramente remetendo à descrição de Justino (*Historiae Philippicae*, Iust., XLIV, 2,7, *Viriato Dux*) e de Eutrópio (*Breviarium*, IV, 16)¹⁰⁰⁵ - o pastor, ladrão que passou a general, comandou

¹⁰⁰⁴ Não obstante referir a visão de Estrabão, a concepção de Lusitânia essencialmente circunscrita à zona entre Tejo e Guadiana, fica também subliminar a outra passagem referindo que "a cidade de *Munda* (que é chamada Coimbra pelos nossos) existiu no reino e na região que agora é Portugal e que pelos antigos foi denominada Galécia" (*Paral.* 116).

¹⁰⁰⁵ Flavius Eutropius.

grande número de homens, defensor da *Hispania* e acabou morto à traição, situação que nunca poderia acontecer a um general romano, ser assassinado pelos seus soldados. Por outro lado, retornamos à dedicatória da obra, pela matéria significativa revelada numa passagem que epitomiza o discurso e o seu conteúdo político

"Quum descripsissem libris decem obliterata Hispanie, quibus illa dignius consecrare potui, quam vobis Ferdinando et Elisabethae Regi et Reginae Castellae et Aragonum qui, succedentes paternis et avitis regnis, ipsa conjugali copula utriusque Hispaniae citerioris et ulterioris unionem fecistis, quae a Romanorum et Gothorum temporibus semper divisa, nunquam sub eodem imperio perstiterunt" (Paral. 7)

traduzido para português

"Visto que descrevi em dez livros os assuntos da Hispânia que tinham sido entregues ao esquecimento, a quem os pude dedicar de forma mais digna do que a vós, sereníssimos reis de Castela e Aragão, Fernando e Isabel, que, sucedendo aos reinos paternos e ancestrais, fizestes, com a própria cópula conjugal, a união da Hispânia Citerior e da Ulterior? As quais, tendo estado sempre divididas desde os tempos dos Romanos e dos Godos, nunca permaneceram sob o mesmo império".

palavras de abertura, com a pompa e circunstância que merecem os destinatários, portadora de uma estratégica visão assente no projecto político renascentista da união das *Hispaniae*, ao qual a coroa portuguesa não seria alheia. Da real cópula, consumada no lúdimo amparo proporcionado pela inviolabilidade da dúplice soberania territorial antiga, despontava agora um novo império. A Lusitânia, entidade singular e distinta, qual filho pródigo, era agora mais apetecível. E para cumprir o desígnio familiar não se nega a sua existência mas delinea-se o caminho para a casa comum. Não obstante o facto de esta obra ter conhecido a edição apenas em 1545, sinal da actualidade e valor do tema durante o século XVI, certo é que o contexto da sua produção remete para a relevância e urgência dos assuntos políticos emergentes.

As questões dinásticas internas dos reinos peninsulares, da sua relação soberana e das aspirações que, entre eles, assomavam, considerada a expansão ultramarina, surgem destacadas num documento propaganda política escrita, em castelhano no tempo dos Reis Católicos, estudada por István Szászdi Leon-Borja e Katalin Klimes-Szmik¹⁰⁰⁶. Obra curta, redigida com incisivo estilo argumentativo, cujo teor sugere a origem portuguesa do seu autor. Identificaram-se os seus promotores em torno do núcleo de portugueses exilados em Castela, designadamente com a Casa de Bragança. As suas intenções são também expressas com suficiente nitidez pois incita a rainha Isabel I, numa conjuntura marcada pela proximidade do tratado de Tordesilhas, a reclamar direitos à coroa portuguesa, expondo a fundamentação histórico-jurídica desses direitos. Os argumentos foram resumidos por Filipe Moreira¹⁰⁰⁷ e revelam, quanto a nós, a importância da configuração histórico-genealógica, envolvendo noções de espaço e poder e remetendo para a relevância das questões da identidade

"são basicamente três os argumentos através dos quais o autor do Memorial defende os direitos de Isabel, a Católica, ao trono português. O que mais espaço ocupa é a ilegitimidade da dinastia inaugurada por D. João I, bastardo que, segundo o texto, cingiu a coroa sem apoio em qualquer norma sucessória juridicamente válida; afastados também os direitos de D. Beatriz, filha de D. Fernando, ao trono (devido à suspeita legitimidade do casamento de seu pai com Leonor Teles), e rejeitado igualmente o casamento de Pedro I com Inês de Castro, a sucessão teria que passar pela descendência de D. Maria, filha legítima de D. Afonso IV e esposa de Afonso XI de Castela; é nessa qualidade que D. Isabel tinha, de acordo com o Memorial, todo o direito a reclamar para si o trono português. O outro argumento é de ordem histórica. Segundo ele, é a própria autonomia de Portugal que deverá ser posta em causa, pois os seus reis teriam começado por ser vassalos dos reis de Leão e Castela, sem que se tenha alguma vez verificado uma verdadeira quebra desses laços de subordinação. Finalmente, e é aqui que, como argutamente viu Olivera Serrano (2005, 431), «se condensa todo el rencor de la nobleza exiliada en Castilla desde 1483», porque o actual ocupante do trono português (D. João II), é, para além de um rei ilegítimo, um rei tirano que deve ser deposto".

¹⁰⁰⁶ *El Memorial Portugués de 1494. Una alternativa al tratado de Tordesillas*, Madrid, Ministerio de Cultura, 1994, *apud*, Moreira, 255.

¹⁰⁰⁷ *Ibidem*, 255-256.

Retomando o que atrás afirmámos, a história e a memória constituíam-se, no período analisado, como matéria de formulação jurídica associada à prática de poder.

Na Península ibérica da segunda metade do século XV e início do século XVI consolidava-se uma historiografia cada vez mais inspirada nas tendências humanistas, revelando uma singular manifestação das identidades diversas dos reinos que compõem a sua geografia política e da respectiva gestão das soberanias. Desse ponto de vista, a obra de Lúcio Maríneo Sículo¹⁰⁰⁸ é, para o tema em apreço, incontornável - o *De laudibus Hispaniae libri vii* foi editada em Burgos, 1496, com nova versão em 1530 com o título *De rebus Hispaniae memorabilibus* - sendo este humanista, de origem siciliana, na altura da primeira versão do seu livro, professor em Salamanca¹⁰⁰⁹. Discurso plenamente integrado num humanismo pragmático e utilitário, Maríneo Sículo organiza a narrativa de forma singular e diferenciada face ao que vimos anteriormente. É nesse aspecto, um precursor para a sua época, embora recuperando boa parte das práticas e da formulação discursiva dos autores clássicos greco-latinos. Vejamos quatro tópicos que fundamentam esta nossa asserção.

Um primeiro, sintomático nessa perspectiva, o facto de o autor assentar a sua formulação e validação quer em dados recolhidos, em primeira mão, nas suas viagens¹⁰¹⁰,

¹⁰⁰⁸ Terá nascido em 1444 e, Vizzini, Sicília tendo estudado artes liberais na Catânia, Palermo e Roma, tenso assumido funções de professor de gramática. Juntando-se ao Almirante de Castela veio para Espanha e obteve lugar de professor de oratória e poética em Salamanca, não sendo personagem pacífica. São famosas e estudadas as suas disputas com outro célebre professor dessa Universidade, António de Nebrija e com outros humanistas espanhóis (sobre o assunto v. Jimenez Calvente, 1998, 187-206 e 2012, 537-581 e respectiva bibliografia). Em 1497 foi chamado à corte pelos Reis Católicos e aí permaneceu, sendo capelão real e cronista dos reis. Por sua vez, as relações com o outro siciliano protagonista na Península, já referido, ligado à coroa portuguesa - Cataldo Parísio Sículo - não parece ter sido das melhores, havendo mesmo um corte de relações por volta da transição do século; assunto estudado por Costa Ramalho (*Duas versões de uma carta de Cataldo, in Para a História do Humanismo (...),* II, 1994, 83-94.) Maríneo Sículo faleceu em 1536, v. Rivera Martin (2000, VII-XX), António Laborda (2004, 1-4). Romero Magalhães (1980, 24) atribui-lhe um papel precursor, numa interpretação da evolução dos discursos da historiografia e geografia peninsulares dos séculos XV e XVI, afirmando que "introduz a geografia descritiva na Península". Esta visão seguiria o género descritivo geográfico de Flavio Biondo que, em 1453, apresenta uma *Italia Illustrata*.

¹⁰⁰⁹ Recorremos à edição crítica e filológica de José Rivera Martin, *Estudio Filológico Sobre de Rebus Hispaniae Memorabilibus libri i-v de Lucio Marineo Sículo*, Tesis doctoral, Univ. Complutense de Madrid, 2000; *De las Cosas Memorables de España*, Libri I-III, ed. de António Laborda, Madrid, Hoja del Monte, 2004. A obra teve nova versão em 1530 na imprensa de Manuel de Enguia de Alcalá de Henares e nesse mesmo ano, denotando o interesse e divulgação, surge pelo mesmo editor a versão castelhana. Foi ainda alvo de uma reedição em 1533. Utilizaremos a sigla *Reb. Hisp.*

¹⁰¹⁰ Acompanhando a corte itinerante, v. Laborda (2004, 3).

como que recuperando o princípio da *autopsia* de Políbio, quer consubstanciando a *argumentatio* numa profusa base de autoridades da Antiguidade greco-romana que, regularmente, vai citando e com os quais consegue a distância de uma leitura, por vezes crítica, quando se trata de alocar fundamentos efabulados para os fenómenos descritos. Disso é exemplo

"A su vez Apiano comenta: "También la tierra de Hispania es copiosa en trigo, vino, aceite, oro, plata, piedras preciosas y todos los metales; engendra además hombres muy guerreros y caballos muy veloces". Varrón también refiere que en España conciben del viento Varrón también refiere que en España conciben del viento algunas yeguas. A éstas los españoles las llaman cebras por el viento Céfiro, que suele soplar por el oeste. Son éstas en verdad salvajes, silvestres e indómitas. Pero yo pienso que Varrón escribió esto por la rapidez de los caballos españoles, que parecen engendrados por el viento, y no sin motivo, pues son muy veloces. Tanto es así que Justino escribe que esta leyenda surgió de la fecundidad de los caballos, de la multitud de manadas y de su extremada velocidad" (*Reb. Hisp.* 26).

Esta formulação suscita algumas observações e sintetiza questões de não menos relevância no perfil discursivo comprometido analisado: i) Maríneo Sículo não só referencia como cita directamente as fontes clássicas, sinal do erudito substrato que subjaz à reflexão e da preocupação em validar as suas afirmações em provas documentais; ii) partindo do exame da obra de Apiano¹⁰¹¹, como atrás salientámos, verifica-se que esta é, ela própria, uma efabulação discursiva de Maríneo Sículo, dado que em *Iberia* (III, LXII, LXVII) existem menções sobre as riquezas da Península mas nenhuma corresponde à citação do autor de Alexandria; iii) neste, por sua vez, incide-se numa Península cheia de riquezas, na existência de cavalos velozes e realça-se em concreto a figura de Viriato ao utilizar estes animais; iv) ora, a lacuna da menção de Viriato na citação expressa em Sículo está em consonância com outra importante omissão: a da Lusitânia como um dos locais de origem desta tradição - assunto que atrás distinguimos em vários discursos, nomeadamente em Justino (*Iust.*, XLIV, 1, 4-10)¹⁰¹² que exhibe um considerável elogio à figura do caudilho lusitano; v) por último, o humanista faz alocar esta fortuna ibérica dos

¹⁰¹¹ Situação também detectada em Rivera Martin (2000, 26).

¹⁰¹² A matéria da tradição sobre as éguas e o vento favónio foi estudada por Canto (2009, 165-217).

extraordinários equídeos, não obstante questionar a sua origem efabulada, a uma escala que prossegue a ideia de uma indistinta unidade hispânica.

Ainda assim, não se coíbe de aceitar e difundir imagens míticas, como aquela que destacámos no contexto da formulação historiográfica antiga, ao referir-se à alusão, interpretação e valorização dos poemas homéricos sobre a *Hispania* e a sua fertilidade, adjudicando-lhe a responsabilidade de aí situar os Campos Elíseos:

"Homero, padre de todas las ciencias y no desconocedor de la fertilidad y salubridad de España, cantó en muchos versos que en ella era muy larga la vida humana y asequible el alimento, y que allí estaban los campos Elíseos. De ellos me ha parecido bien ofrecer estos pocos: "Ninguna tierra hay más fértil que la hispana, donde la vida, fácil para los hombres, perdura mucho tiempo. No es grande el rigor del invierno, no hay temporales de nieve, sino que no deja de enviar los estridentes sopíos de los Céfiros el enorme Océano, grato alivio para los hombres. Allí donde siempre llegan, a su nutricia tierra, los resplandecientes rayos del sol portador de la oscura noche. Después, tan pronto como el sol ha atravesado con sus rayos los campos y ha escapado a las tranquilas aguas del profundo Océano, se precipita en el Océano la brillantísima luz del sol, que trae detrás la negra noche y las estrellas que traen el rocío" (*Reb. Hisp. Liv. I, 29*)¹⁰¹³.

Um segundo tópico remete para a questão do plano geral da obra, dividida em XXV livros, com os primeiros cinco dedicados a uma descrição detalhada do território, os restantes, até ao XXIV, à história dos reis de Aragão e Castela, e o último, que não consta da edição de 1533 por desejo expresso de Carlos I¹⁰¹⁴ consiste de uma lista de varões e algumas mulheres ilustres de Espanha¹⁰¹⁵. Sendo assim, os cinco primeiros livros, que maior interesse têm para a nossa análise, revelam-se um autêntico guia de viagem, anunciando aspectos históricos, etnográficos, culturais, gastronómicos, recursos naturais (flora, fauna e minerais), terminando (nos livros IV e V) com uma destacada

¹⁰¹³ Rivera Martin (2000, 29) faz notar que apenas uma pequena parte desta formulação consta das *Odisseia* de Homero (IV, 563-568). Também Estrabão (*Str.* 2,13) oferece a mesma notícia, provavelmente a fonte de Maríneo Sículo.

¹⁰¹⁴ Laborda (2004, 2).

¹⁰¹⁵ Esta tradição da invocação de personagens ilustres teve precursor na perspectiva de biografia individual propagada, como vimos atrás, nas *Vidas Paralelas* de Plutarco. No entanto, no caso de Maríneo Sículo fica, igualmente, registada nos Livros IV e V. Ainda de notar que, curiosamente, Duarte Nunes do Leão seguindo este modelo, na sua *Descrição do Reino de Portugal*, também apresenta uma parte dedicada às mulheres portuguesas e às suas virtudes.

abordagem etnográfica e hagiográfica da Espanha coeva, em quantidade e pormenor¹⁰¹⁶. Esta fórmula recupera, em nossa opinião, um conceito congregador de várias arquitecturas discursivas que fomos encontrando nos autores greco-romanos, reproduzindo uma composição englobante, consubstanciada pelo léxico temático habitual nessa ordem do discurso. Um dos exemplos que melhor representa semelhante postura enciclopédica é, como observámos, a *Naturalis Historia* de Plínio-o-Velho. Com efeito, este vem a constituir-se em considerável substrato da narrativa de Maríneo Sículo, situação corroborada pela abundância de citações e referências ao longo do texto mas também pelo facto de o humanista ter sido comentador desta obra e autor, tendo mesmo alcançado a cátedra de Plínio, em Salamanca, em 1509¹⁰¹⁷.

Um terceiro tópico relaciona-se com a natureza e as características dos dois prólogos da obra¹⁰¹⁸, revelando uma prática já habitual dos prólogos-ensaios da literatura renascentista e humanista, neste caso ambos dedicados aos Reis Católicos. Salientamos, no primeiro, a projecção que o autor faz da sua própria obra, num discurso elaborado, remetendo-a expressivamente para o domínio da *Laus Hispaniae*. Reflexão em harmonia com o que exhibe no seu interior e com a tradição de apresentação das listas de figuras notáveis, nomeadamente no campo hagiográfico, na linha de Santo Isidoro ou Eusébio de Cesareia

"Yo, en cambio, alumno de la pobreza y muy deseoso de vuestro elogio, ofrezco a vuestra majestad, porque carecía de

¹⁰¹⁶ Pela relevância da matéria citamos o resumo de cada livro, na edição crítica utilizada: *Livro I* "Dividido en quince capítulos, aborda primero Marineo el estudio sobre los nombres de España así como la situación y forma de la península, para posteriormente adentrarse en aquello que abunda en España: metales, frutos, vino, árboles, ganado, caza, pesca, salinas, baños, vasijas, fuentes, ríos y montañas."; *Livro II*: "Lo componen tres capítulos, en el primero de los cuales el autor hace un breve comentario sobre la división de España, realizando a continuación un largo itinerario por los diferentes pueblos y ciudades de la Bética (cap.2) y la Lusitania (cap. 3), haciendo una mención especial de Toledo y su catedral."; *Livro III*: "En este libro sigue su itinerario geográfico por el resto de villas y ciudades de España: en el capá recorre Galicia, en el cap.2 la Tarraconense, en el cap.3 Layetania y por último en el cap.4 Cartagena."; *Livro IV*: "sobre las colonias de los Romanos en España, con una mención especial de los apellidos españoles procedentes de los Romanos (cap.1) . A lo largo de los cap.2-17 enumera los prelados y grandes de España, así como las magistraturas más importantes. En el cap. 18 comenta las costumbres y el carácter de los antiguos españoles, en el cap. 19 la constancia y lealtad de los mismos, y por último en el cap.20 nos habla sobre su lengua."; *Livro V*: "Último libro de esta introducción, comienza con un estudio etnográfico (cap.1—5) en la misma línea que en los últimos capítulos del libro IV, pero ahora son objeto de su análisis los españoles de su tiempo. A lo largo de los cap.6—57 pasa revista a los santos y mártires de España, acabando el libro con una reseña especial de las casas sagradas y lugares religiosos de la península."

¹⁰¹⁷ Rivera Martin (2000, VIII, XVI).

¹⁰¹⁸ Para uma abordagem mais extensa e aprofundada da forma e do conteúdo destes proémios, v. a análise de Rivera Martin (2000, XXI-XLI).

otras cosas, el libro que he escrito en alabanza de España y en memoria de vuestros progenitores" (*Reb. Hisp. Prol.* 16).

No segundo prólogo - *Prólogo Segundo del Mismo Sículo sobre las Alabanzas de la Historia a los Mismos Príncipes* - aproxima-se mais do modelo da historiografia latina clássica, quase chegando ao extremo em que, por momentos, parece que lemos os textos de Cícero, Salústio, Tito Lívio ou Tácito¹⁰¹⁹. Faz uma considerável cogitação sobre o conceito e uso da história, acentuando, na linha de Políbio ou Tito Lívio, o seu valor pedagógico. Esta tem procedência não só como *vitae magister* mas também como alicerce do exercício do poder

"Así pues, con grandes alabanzas debe ser celebrada la historia como espejo muy claro de la vida humana. De su clara fuente, como de un venerable sagrario de todos los bienes, copian los soberanos reyes y los valientes príncipes la humanidad, la clemencia, la justicia, la prudencia, los consejos y todas las demás virtudes; los grandes generales y los valientes soldados adquieren la experiencia y la fuerza propias de la milicia; los gobernadores de las provincias recogen sanciones muy útiles para gobernar; los magistrados de las ciudades y los jefes del Estado extraen ejemplos de virtud y de humanidad; finalmente, los grandes comerciantes aprenden a guardar una fe inviolada y a cultivar la amistad y alianza de los demás. Ciertamente, nada es para los hombres ni más útil ni más necesario que la historia, sobre todo para los que están colocados en la cumbre." (*Reb. Hisp. Prol.* 18).

Um quarto tópico reporta à carta de Baltasar de Castiglione incluída na abertura do *De rebus Hispaniae memorabilibus*. O célebre autor de *O Cortesão* (editada em 1528), ilustre humanista e homem de Estado, fora nomeado cardeal pelo papa Leão X e enviado para Espanha, em 1524, como bispo de Ávila e embaixador do sumo pontífice junto de Carlos V. Terá escrito a missiva¹⁰²⁰ demonstrando um particular interesse por conhecer "las cosas memorables del extranjero, sobre todo las españolas", que Maríneo Sículo publica com a sua obra, numa prática frequente, promovendo-a e reservando-lhe uma

¹⁰¹⁹ *Idem* (XXXII).

¹⁰²⁰ Em torno de 1527, dado que começa por afirmar na carta que havia chegado a Espanha fazia três anos (*Reb. Hisp.*, 6)

imagem de elevação pela qualidade do emissário. No entanto, mais do que vicissitudes protocolares são as questões que o embaixador coloca que se revelam decisivas para a nossa análise. Vejamos a passagem

"Ahora bien, las cosas que ante todo deseo conocer son unas catorce. Ante todo, como al parecer las Españas son dos, la Citerior y la Ulterior, de la Citerior, que comienza en los Pirineos, me gustaría saber hasta dónde llega; además, las ciudades de España que son Colonias de los patricios romanos: igualmente dónde están las columnas de Hércules, el fin de sus trabajos ; cuál es la cordillera Castulonense; dónde estuvo Numancia, dónde Sagunto, y si existen hoy; dónde el monte que se llama Sacro y el río Leteo; dónde Bilbilis, la patria de Marcial; dónde la fuente que deshace los cálculos renales y otra que detiene la hemorragia; dónde el lago profundo que cría peces negros y que con un gran murmullo anuncia la lluvia inminente; en qué región pacen las yeguas salvajes que, según se dice, conciben del viento". (*Reb. Hisp.*, 6-7)

Extraordinária síntese do léxico temático para o qual temos vindo a solicitar a atenção do leitor/a, duplamente relevante dado o contexto destas duas personagens e a habitual circulação de pessoas e ideias entre a Península Ibérica e Itália. De facto, Castiglione, para além da sua fama como humanista, é um exemplo distinto desta elite erudita que transitava nos corredores do poder, mormente considerada a sua condição protocolar e diplomática face a Roma e ao poder de Carlos V¹⁰²¹. Não serão, pois, irrelevantes as preocupações que denota. São, aliás, uma singular oportunidade para percepcionarmos, sob o ângulo da recepção, as oportunas matérias e reflexões que, seguramente, constituíam assuntos pertinentes, circulando e povoando a interpretação e o imaginário sobre a *Hispania* nestes meios, permitindo apreciar a sua *forma mentis*.

Mistura de conhecimento histórico, com o habitual protagonismo da memória da presença romana neste território e das suas consequências posteriores, com questões de natureza político-administrativa e geográfica, envoltas em lucubrações de ordem mítica, percorrendo a oro-hidrografia que vimos plasmada nos discursos da Antiguidade greco-romana. Enfim, ponderações que continuavam a estar presentes, como temos visto, na

¹⁰²¹ Para uma visão da importância deste humanista, da sua biografia e da excepcional repercussão da sua obra, Peter Burke (1997).

produção narrativa coeva. Sublinhemos três pontos. Desde logo, pretende saber sobre a configuração espacial e administrativa do território, destacando a divisão entre Citerior e Ulterior, tema de relevante importância pois por aí passava boa parte da discussão em torno da legitimidade das soberanias e respectivas identidades hispânicas, concatenadas na argumentação memorial linhagística, envolvendo a questão da Lusitânia. Adiante veremos a significativa expressão desta matéria precisamente em manifestações discursivas de poder e propaganda, procedentes da coroa portuguesa, nas embaixadas enviadas aos sucessivos papas¹⁰²².

O outro assunto, em íntima relação com o primeiro, prende-se com questões de geografia humana, centrada nas cidades e o estatuto histórico-jurídico que lhes estava subjacente, tópico que o autor refere apoiando-se, naturalmente, em Plínio (*Reb. Hisp.* Liv. IV, I, 75-77) e que, quase um século depois, será retomado por Duarte Nunes do Leão (*DRP*, cap.s V-VIII, 148-157)¹⁰²³. Por fim, pretende saber a região em que existem os já referidos equídeos, tema que o autor, como vimos, havia remetido, ao arrepio das próprias fontes clássicas para uma ampla *Hispania*. Nesta sequência sigamos então o texto de Maríneo Sículo para destacar algumas notas.

A abertura da obra, apoiada em Plínio, Horácio, Diodoro Sículo, Lucano, Apiano, Plínio e Justino, remete para a habitual ponderação em torno da explicação da coronímia de origem grega e latina do território (*Iberia/Hispania*). Esta introdução tem um natural seguimento no relato da configuração geográfica da Península, seguindo logo para a descrição da sua abundância: metais, vinho, árvores e fruta, gado, caça, peixes, salinas, banhos e águas, artesanato de barro, fontes de água memoráveis, terminando com o destaque dos rios e das montanhas. Notamos que, consubstanciando uma arquitectura recuada, nestes últimos dois casos, emerge deste conhecido léxico temático um extenso rol de menções que tem a particularidade de apresentar uma orientação em harmonia com a visão romano-cêntrica herdada da antiguidade. A mesma que resultara da entrada a nordeste dos romanos, em 218 a.C.: inicia no Ebro/Pirenéus, procedendo a uma leitura que conjuga Norte-Sul e Este/Oeste, valorizando todas as incidências em território não português. Ora, moldada a descrição geográfica e esculpida a corografia peninsulares

¹⁰²² Em especial, atente-se na *Oração de Obediência* de 1485, protagonizada por Vasco Fernandes de Lucena.

¹⁰²³ Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, ed. Orlando Gama, António Borges Coelho, João Carlos Garcia, Suzanne Daveau, Amílcar Guerra, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002. Utilizamos a sigla *DRP*. Obra que, sem fazer menção a Maríneo Sículo apresenta, na arquitectura discursiva, uma notável paridade.

pode, então o autor, ao abrir o Livro II, falar das regiões, ao abrigo de uma concatenação memorial, sugerindo que a configuração apresentada evidencia validade operacional e administrativa. Quer no modo como apresenta as fontes, quer nos conteúdos e matrizes de leitura espacial, as suas afirmações são pertinentes

"Pomponio Mela, que era español y un escritor excelente, dividió toda España en tres partes: la Tarraconense, la Bética y la Lusitania. Otros en cambio, cuya clasificación seguiré, añadieron a las anteriores la de Galicia y la de Cartagena, llamada por algunos Carpentaria. El alejandrino Apiano pretendió que la Tingitana, que está en África, fuese provincia española, pues en otro tiempo tuvo por costumbre solicitar leyes de la Bética. Yo, en cambio, he dejado aparte a ésta y voy a hablar de las cinco restantes, y en primer lugar de la Bética. Pero como las Hispanias son dos, la Citerior y la Ulterior, he pensado que no debía permitir en este lugar que el lector ignorase que a una de la otra las separa la Cordillera Castulonense que, como dijimos anteriormente, se llama en latín Cordillera Mariana y en lengua vulgar Sierra Morena". (*Reb. Hisp.*, Liv. II, 45)

Socorrendo-se da *auctoritas*, repare-se na subtilidade com que trata a identidade de Mela, a quem atribui o mérito de evidenciar a distribuição territorial nas três partes - Tarraconense, Bética e Lusitânia - mas, convenientemente, convinha lembrar a Tingitania, com tanta expressão na historiografia castelhana desta época, pelas questões de polémica com Portugal à cerca de Ceuta e da expansão no norte de África. Por outro lado, não podia deixar de invocar a recorrente dupla divisão que se sobrepõe - em Ulterior e Citerior - correspondendo à primitiva demarcação do território em tempo da república. Realça os limites naturais entre ambas, situado bem dentro do território castelhano (Serra Morena). O cenário estava traçado. Restava, agora, sancioná-lo com as evidências da corografia de cada parte. Sendo assim, prossegue com a descrição da Bética, onde não falta a referência memorial aos já mencionados Tartessos pela invocação do seu célebre e provector rei - Argantónio. De seguida apresenta um longo capítulo onde individualiza a Lusitânia.

"Antes de que entremos en la Lusitana paréceme cosa necesaria decir algo deste nombre y cual región en Espana sea: por desengañar a los que llamam Lusitania solamente al reino de

Portugal¹⁰²⁴. La Lusitania, de la que Plinio dice que recibió su nombre tanto del juego de Libero, como de sus capitanes Lisa y Pan, abarca desde el mar del oeste hasta las cercanías del Ebro en dirección este, y casi en la mitad de España se une a la Tarraconense. Otros, en cambio, prefieren la derivación de Luso, uno de los primeros reyes de España, como veremos más adelante. Es la Lusitania aquella parte de España contenida entre los ríos Tajo, Duero y Guadiana. Casi en su mitad se halla la ciudad de Toledo, en el ombligo de toda España. Realmente es grande la Lusitania: separada de la Bética por el Guadiana y de Galicia por el Duero, su longitud es aproximadamente de quinientas millas y su anchura de trescientas cincuenta". (*Reb. Hisp.*, Liv. II, 48)

Aponta, desde logo, a polémica relação entre Portugal e a Lusitânia, separando essas entidades e desenganando quem nelas persiste. Sugerindo a etimologia efabulada do território, apresenta-o de seguida numa estratégica ampla configuração que vai até ao Ebro, a Este, incluindo a coeva capital, Toledo no centro do espaço peninsular, e conjugando com os rios Guadiana e uma confusa concreção ao Douro e ao Tejo. Certamente fruto da também perplexa configuração que, vimos, surge na tradição herdada dos vários autores da Antiguidade. E conclui, com o rigor dos números, sinal que a recuperação da literatura clássica se fazia também pelo valor da geografia. Não obstante a posição assumida, adianta uma leitura, certamente sustentada pela mencionada orientação geográfica, em que concede a Portugal ser cabeça da Lusitânia

"Como el reino de Portugal es cabeza de la Lusitania, por ahí empezaremos. Hay allí una ciudad ilustre y memorable: algunos la llaman Regia, otros Lisboa" (*Reb. Hisp.*, Liv. II, 48).

Enfim, não recusando a ligação do território português a uma parte da Lusitânia, prefere uma interpretação em que urge delimitar esta região pelo Douro/Tejo (?) e pelo Guadiana, fazendo daquele reino *apenas* o seu princípio. Representação que confirma mais à frente quando diz

¹⁰²⁴ Este trecho consta do exemplar R 2496 Da Biblioteca Nacional de Madrid, ed. de Laborda (2004, 44).

"Así pues, dejando el Reino de Portugal que, como anteriormente comentamos, es el principio de la Lusitania, en la ribera del Tajo está la villa de Alcántara, renombrada por su admirable puente" (*Reb. Hisp.*, Liv. II, 49)¹⁰²⁵.

E, na verdade, se a descrição da parte da Lusitânia atinente a Portugal lhe leva cerca de uma página, a restante exposição das cidades e espaços confinantes em território hispânico lusitano ocupa-lhe umas longas oito páginas, com especial relevo para a narração de Toledo. Falsa controvérsia, pois se de um lado se dirimiam argumentos histórico-geográficos para apoiar posições e ambições políticas, do outro os mesmos argumentos serviam para acentuar uma soberana identidade portuguesa. Vejamos como tal se apresenta.

¹⁰²⁵ Esta imagem da Lusitânia como cabeça da Europa, por via da interpretação do espaço e orientação que lhe subjaz no transcurso humanista tem uma relevante dimensão iconográfica como adiante veremos.

8 - A Memória do Espaço no Discurso Político do Humanismo - a Lusitânia e o Império Ultramarino Português

"Da Província da Lusitânia dos Reinos de Portugal, onde é situada a muito antiga e excelente cidade de Lisboa, metropolitana de nossa pátria, donde nós Duarte Pacheco, autor, somos natural, por mandado e licença do Sereníssimo Príncipe el-rei D. Manuel, nosso senhor, o primeiro deste nome que nos ditos reinos reinou, em sua frota e naus costumamos navegar as Etiópias Baixas de Guiné e assi as Altas, que os opulentíssimos Reinos da Índia são chamados; nas quais cousas precedemos tôdalas gerações."

Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis* (1508), I parte, cap. XXIII, 83-84¹⁰²⁶.

Perante as circunstâncias contextuais que temos vindo a observar o próximo *corpus* discursivo assume uma extraordinária relevância. Tal situação deve-se a questões de ordem política, cultural, jurídica e de concepção de espaço e de poder, aspectos que demonstrámos estar em harmonia com uma produção discursiva, nas fontes nacionais anteriormente analisadas, que denotam a formulação de um Portugal/portugueses progressiva e afirmativamente assimilado à Lusitânia/lusitanos, ao que se associa uma clara oposição ideológica e de forte pendor político, acerca desta matéria, em fontes castelhano-leonesas.

As Orações de Obediência tal como são conhecidas¹⁰²⁷, constituem, nesta análise, um conjunto que, apresentando a natural diversidade de testemunhos produzidos em

¹⁰²⁶ *Esmeraldo de Situ Orbis*, introd. e anot. históricas Damião Peres, 3ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988.

¹⁰²⁷ A designação advém da própria titulação que estes actos e respectivos documentos ostentavam, correspondendo, como se sabe, a um procedimento que conforma a estreita, protocolar e estatutária relação do poder político temporal com a autoridade papal, estratégica simbiose do laico e do espiritual, expressa sobre a forma de uma oração. Se atentarmos, o intuito dessas manifestações, carregadas de encómios e de argumentos de legitimidade e merecimento, se bem que pleno das mundanas benesses que daí adviriam,

contextos diversos, sugerem uma prodigiosa unidade, entre outros factores, quer pelos fins a que se reportam, quer pela sintomática ocorrência do *topos*¹⁰²⁸. As *Orações de Obediência* eram pronunciadas perante o papa, sempre que este mudava, ou mudava o rei¹⁰²⁹, sendo documentos da mais alta importância¹⁰³⁰ pela sua natureza de discurso político idiossincraticamente comprometido com a concepção e prática do poder e do espaço¹⁰³¹. Mesmo produzidas por uma elite culta e erudita¹⁰³², gravitando em torno da coroa, projectando a sua imagem oficial, contudo reflectem a ideia que o poder tinha de si mesmo¹⁰³³. Permitem, desta forma, alocar com uma expressividade singular o léxico discursivo, os conceitos, os princípios orientadores, as convicções, as formas de auto-identificação, as prioridades, no âmbito que lhes subjaz - o do panorama internacional, consignando uma representação externa do rei e do reino. São, por isso, ocasião de crucial e significativa relação entre o plano interno e externo do corpo da nação, de quem os dirige, momentos únicos para averiguar o pulsar da sociedade, da interpretação identitária que a alimenta e sustém e da construção simbólica do poder assim como da sua prodigalidade e concatenação ideológica. Do ponto de vista dos seus conteúdos,

podem associar-se a uma oração de espiritual intercessão. Segundo Costa Ramalho (2000, IV, 28), “uma oração de obediência era pronunciada perante o papa, sempre que este mudava, ou mudava o rei”.

¹⁰²⁸ Recorremos à edição da responsabilidade de Martim de Albuquerque, *Orações de obediência dos Reis de Portugal aos Sumos Pontífices*, com traduções do latim por Miguel Pinto de Meneses, 1988. De assinalar que nesta tradução alterou-se o texto original adoptando Portugal/portugueses no lugar de Lusitânia/lusitanos. Recorrência que, para o caso vertente, representa uma alteração substancial.

¹⁰²⁹ Costa Ramalho (2000, IV, 28).

¹⁰³⁰ Albuquerque (1988, I, 1), salienta a sua validade como fontes para a “história diplomática, ideológica, geográfica, dos descobrimentos, das *bonae litterae*, da *latinitas*, da *humanitas* em Portugal. Para uma visão abrangente deste tipo de testemunhos e da sua evolução e valor histórico e literário, v. *ibidem*, I, 1-12; Pereira (1991, 47-63).

¹⁰³¹ Belmiro Pereira, responsável por um dos estudos mais completos sobre as *Orações*, particularmente as proferidas por Aquiles Estação, lembra que “as orações de obediência que chegaram até nós são verdadeiros documentos oficiais sujeitos à aprovação do rei ou pelo menos elaboradas a partir de uma minuta régia. Eram pronunciadas no âmbito de uma embaixada, não raro extraordinária, sujeita a um cerimonial próprio. São, pois, excelentes documentos da óptica oficial que enquadra a construção do império” (1991, 58).

¹⁰³² Nesta questão Belmiro Pereira (*ibidem*, 49) lembra, o impulso dado pelo invento de Gutenberg e o forte substrato humanista destas *Orações*, relacionado com “um importante condicionamento formal, a redescoberta das obras de Cícero. É a vez de conhecerem de novo a luz os tratados de retórica, o *De Oratore*, o *Brutus*, o *Orator*. (...) Tal como a oratória sagrada também os discursos obedienciais seguem o paradigma ciceroniano. Imitam-se os períodos, as cláusulas métricas, os giros frásicos, o vocabulário de Cícero. De quando em vez segue-se a disposição em cinco partes prescrita pelos tratados de retórica. E, na Cúria Romana, eram apreciados estes exercícios de eloquência (...). A Cúria romana pretende instituir o paradigma do bom gosto e do rigor latino”.

¹⁰³³ Costa Ramalho (2000, IV, 28) lembra que “a corte papal era uma espécie de fórum internacional onde os países cristãos se encontravam, aproveitando cada um deles a cerimónia de obediência para expor os serviços prestados à cristandade e o seu direito ao reconhecimento colectivo”. Mesmo considerando que o papado não teria já a influência que tivera em épocas anteriores face ao poder temporal dos *regna*, no caso português, de forte pendor religioso e associado ao fenómeno da expansão ultramarina e luta contra o infiel, a autoridade papal assumia-se como uma *auctoritas superlativa*, ou seja, como árbitro internacional, Albuquerque (*ibidem*, I, 2).

constituem fontes diferentes do discurso histórico-geográfico mas incorporam, em regime de suporte de legitimação e justificação, elementos desta natureza. Dada a sua cronologia, permitem, ainda, uma interessante perspectiva de vários reinados e épocas, evidenciando relevantes linhas de continuidade¹⁰³⁴.

No último quartel do século XV, na véspera das calendas de Setembro de 1481, D. Garcia de Meneses, bispo de Évora¹⁰³⁵, profere, na basílica de S. Paulo, em Roma uma *Oração* em latim¹⁰³⁶, ao papa Sisto IV, que foi logo publicada nesse ano "por processo calcográfico"¹⁰³⁷. Não sendo uma oração obediencial, pois não corresponde a nenhum momento de acesso ao trono de nenhum Sumo Pontífice, revela a importância destas embaixadas, comungando de um léxico temático que será comum às restantes e invoca um momento de particular significado, envolvendo diversos acontecimentos¹⁰³⁸. D.

¹⁰³⁴ Daqui em diante daremos a localização da passagem citada, no corpo de texto, entre parêntesis, com o volume e a página, referindo-se à edição da responsabilidade de Martim de Albuquerque atrás citada.

¹⁰³⁵ Era filho de D. Duarte de Meneses e neto de D. Pedro de Meneses, primeiro governador de Ceuta e primeiro conde de Vila Real, a quem Gomes Eanes de Azurara dedica crónicas particulares a cada uma destas figuras: *Cronica de D. Pedro de Meneses* e *Cronica de D. Duarte de Meneses*, para além das referências na *De bello Septensi* de Mateus de Pisano. Teria estudado nas melhores universidades italianas, nomeadamente em Perugia, a par de diversos outros humanistas portugueses como Aires Barbosa, Henrique Caiado, D. Garcia de Meneses, Martinho de Figueiredo, João Rodrigues Sá de Meneses e era considerado, segundo Nair Soares, "paradigma do ideal de intelectual e de guerreiro, figura da hierarquia eclesiástica e diplomata régio junto da Santa Sé, que avulta pela sua cultura e pela coragem do seu braço armado contra o turco". Terá ficado famoso entre as elites intelectuais da cúria romana pelo seu discurso (2018, 249-250, 302). Outras informações sobre a sua vida, nomeadamente a sua morte em 1484, na cisterna do castelo, de Palmela, acusado de traição por estar implicado na conspiração do Duque de Viseu, D. Diogo, primo de D. João II, em Albuquerque (1988, I, 9-10).

¹⁰³⁶ Segundo Costa Ramalho (2013, 17), esta *Oração* corresponde à segunda obra produzida em latim, no campo dos textos literários da Expansão portuguesa.

¹⁰³⁷ Informação que consta de uma carta de Gaspar Barreiros, dirigida de Évora, a Jorge Coelho, em 28 de Abril de 1553. Esta foi publicada em apêndice na *Chorografia* (1561) com o seguinte título: *Hua Oraçam que fez dom Garcia de Meneses bispo d'Euora, ao Papa Sixto quarto em Roma na igreja de sanct. Paulo extra muros, onde foi publicamente recebido, indo por capitam de hua armada que elrei dom Affonso ó quinto de Portugal mandou, em socorro da cidade de Ottranto que os Turcos tinham tomado no regno de Napoles*. e consta do I volume (fac-símile e tradução, 14-32) da colectânea de Martim de Albuquerque. Gaspar Barreiros conta a Coelho que o Cardeal Jacopo Sadoletto lhe oferecera «espontaneamente uma coisa que há muito procurava com empenho», isto é, a «oração pronunciada mais ou menos há oitenta anos por D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, perante o Sumo Pontífice Sixto IV, e impressa no mesmo ano em Roma pelo processo calcográfico». Nessa mesma carta Barreiros revela o assombro que o humanista Pompónio Leto teria demonstrado perante a qualidade erudita e retórica do embaixador português, questionando "Santo Padre, quem é este bárbaro que fala tão bem?". Passe a referência à *barbaridade* de D. Garcia de Meneses, credora da auto-imagem do humanismo italiano, já referida, a publicação desta missiva por Gaspar Barreiros é indiciadora dos interesses que movem a cultura de corte, mormente em torno do humanismo centrado na cidade de Évora.

¹⁰³⁸ Factos como a pretensão de D. Afonso V ao trono de Castela, iniciando um período de guerra peninsular (1575-1579) com os Reis Católicos, a sequência da Batalha de Mérida (1579) em que o próprio D. Garcia de Meneses fora derrotado na luta contra os castelhanos, ano que também fica marcado pela reafirmação de Portugal em Ceuta com a eleição do humanista italiano Frei Justino Balduino para essa diocese e assinatura do Tratado das Alcáçovas, que estabelece o senhorio português sobre a Guiné, arquipélagos atlânticos e conquista do reino de Fez, ficando a Espanha as Canárias e o direito da conquista de Granada.

Garcia de Meneses revela um extremo cuidado na forma como apresenta a sua exposição, organizando-a de forma a cumprir as cinco partes preconizadas pela tessitura retórica clássica, propondo, logo a seguir a um breve intróito, uma necessária narração, seguida de proposição, confirmação, confutação e terminando na conclusão. Trabalho de reconhecido valor, com repercussão na audiência¹⁰³⁹, cujo mérito é apontado não só às brilhantes capacidades do orador mas também porque tal acto decorre de avolumadas dificuldades que logo se apressa a denunciar.

Salienta-se o facto de se apresentar perante a cúria papal, vindo da onerosa guerra em Otranto, na Apúlia, como legado "do Íncrito Rei da Lusitânia [D. Afonso V] e Capitão-Mor da Armada Real contra os Turcos", pela sua obediência aos seus antepassados e "amor da pátria e dos pais", que o forçaram a revestir das armas necessárias a honra e das armas voluntárias o zelo da fé cristã, estando ele exausto na saúde e na fazenda pela guerra de Espanha (II, 27). Relata, em seguida, seguindo a ordem retórica da narração, todos os acontecimentos que levaram Afonso "rei dos lusitanos, que sempre superou os outros príncipes deste tempo" (II, 27), apenas movido pelo "incrível ardor de dilatar a fé católica e pela singular devoção a um Deus imortal", a tomar a iniciativa de actuar contra os "crudelíssimos bárbaros". Na verdade, o diplomata faz notar, pelo uso frequente de adjectivação superlativa quando se refere ao monarca, que o rei e o seu "dulcíssimo" (II, 28) filho apenas actuaram com conhecimento e consentimento do papa, enviando vinte navios (precisando o termo vulgar "caravelas"), sendo esta uma obrigação de todos os reis e repúblicas cristãs, por se tratar de uma causa comum.

Esta prefiguração do poder, que enlaça mas também separa o rei e a comunidade que este lidera, em harmoniosa aliança com uma concepção de Estado, é acentuada pelas dificuldades que se viviam no reino, à altura dos acontecimentos, estando as cidades marítimas da Lusitânia, nomeadamente Lisboa, a debater-se com a peste, o que não impediu que, perante a exortação do próprio papa, a armada saísse e se verificasse um envolvimento da comunidade enviando homens, não mercenários mas carregados das mais úteis virtudes que considera na formação humana - "insignes pelo sangue, pela educação e pelo valor" (II, 28).

Este tratado só foi ratificado por Portugal, em Setembro de 1480 e confirmado pelo papa em Junho de 1481. Por outro lado, o rei vinha manifestando o seu desejo de combater o Turco, v. Gomes (2012, 324-325),

¹⁰³⁹ V. carta atrás citada.

Segue, então, através de uma longa explanação, que compreende a proposição e a confirmação, para o tema central, com as suas evidências e assumida urgência - aqui a escala deixa de ser a do reino para se centrar na expressiva identidade da extensa *christianitas* perante a guerra "grave e calamitosa" (II, 28) dos Turcos. Situados nesta matriz espacial Meneses prossegue invocando a queda de Constantinopla (1453) (II, 29) e lembra as imensas atrocidades cometidas contra toda a comunidade, desde os prelados, às crianças, donzelas e jovens que foram fruto da maior ignomínia ao nome cristão. Mais, recorre, entre o adorno da linguagem e o empenho emocional, a um artifício retórico que implica a superiorização do inimigo contribuindo para sublimar a vitória cristã - o bárbaro não alcançou o triunfo pela cobardia dos povos mas pelo seu próprio valor. Guerra que não é fácil, pois será a "mais atroz perigosa e funesta das que alguma vez surgiram contra a fê de Cristo Jesus, contra a Igreja Romana" (II, 30). Ora, consumada a terrível encenação cabia, agora, capitalizar a coreografia e, para isso, só existe, segundo D. Garcia, um caminho - o exemplo. Aquele que o próprio papa e respectiva cúria, assim como o orador, devem assumir como princípio norteador da sua acção. Afastando a inércia deveriam comprometer-se totalmente neste objectivo, se desejarem que "imperadores, reis, e repúblicas abram mãos dos seus tesouros para esta causa da fê" (II, 30). Assim, eles próprios, observando o exemplo que vem da longa história da luta contra a seita de Maomé na Europa, farão, em triunfo, a própria história, assumindo-se como modelo, aliás, de acordo com o valor que era, frequentemente, conferido à prática historiográfica na cultura clássica, que devia ser o exemplo, preenchendo uma vertente pedagógica e moralizante. De tal maneira que serão desvalorizadas as pouco acreditadas e habituais práticas simbólicas do múnus pontifício, pois não serão precisos "letras nem selos de chumbo a que já os ouvidos dos povos são insensíveis" (II, 31), perante o valor da presença efectiva, a voz e a face do Santíssimo Padre. Momento certo para oferecer o que "Afonso, rei da Lusitânia" e o Príncipe seu filho, "dois solidíssimos baluartes contra os gentios" (II, 32) permitem: a experiência nestas matérias, que não há quem os vença ou iguale, mas nem sequer os imite. Comentário da história, que cauciona e legitima o presente, servindo de exemplo, o bispo de Évora passa rapidamente aos tempos coevos, onde mais facilmente defende e suporta a preponderância do monarca lusitano, desenrolando as conquistas e guerras de África, passando o clássico estreito Gaditano, onde encontramos Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger, Arzila, denotando o que tem sido feito nos últimos setenta anos. Afunilando a escala espacial, chega à Península e, mesmo calando os méritos da Lusitânia, que são "tantos e tamanhos" (II, 33), finalmente

retornamos ao seu rei: "é ele o célebre conquistador de África", cuja acção, pela tomada de Ceuta e a defesa do estreito Gaditano, que importava assegurar, impede maiores tormentos para umas expressivas e plurais "*Espanhas*". E, em consonância com a tradição de configuração espacial e a matriz identitária que perdurara desde a Antiguidade, consagrada nas crónicas anteriores, remete a presença peninsular da seita de Mafoma, em Granada, para uma destacada Bética, que, naturalmente, seria área afectada e terreno de conquista de uma singular "*Espanha*". A confutação, momento que se segue, aponta para uma solução que estava já contida na *argumentatio* exposta: só a experiência dos lusitanos poderia tomar as rédeas desta difícil missão. Para isso, ainda desmerece a falta de experiência dos italianos, britânicos, germanos, panónios e franceses cujo actuação se resume à força de infantaria, por oposição ao perfil lusitano que assenta na sua capacidade oceânica e na dos seus navios - enfim, numa simbiose perfeita entre a assumida identidade lusitana e a sua vocação marítima que constitui já um prolegómeno da propensão imperial portuguesa.

Tendo D. Afonso V falecido três dias antes da *Oração* apresentada por D. Garcia de Meneses, sem que este tivesse informação do acontecido quando expunha o seu relato perante a cúria papal, na altura em que Vasco Fernandes de Lucena¹⁰⁴⁰ ora perante Inocêncio VIII (1484-1492), no ano de 1485, já reinava em Portugal D. João II. Personagem de distinta e singular erudição, Lucena destacou-se no humanismo português por ser, segundo Nair Soares¹⁰⁴¹, "um dos tradutores mais activos dos autores clássicos, ao serviço dos ideais pedagógicos dos príncipes de Avis". É, pois, com estratégico

¹⁰⁴⁰ Desconhece-se a data de nascimento, oriundo de Lucena, na Andaluzia, tendo chegado a Portugal ainda jovem com a sua família e teria falecido em 1499. A sua vida e extraordinário e ilustre percurso, ao serviço de quatro monarcas - D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel - permitiu-lhe actuar em vários campos e missões, nomeadamente como diplomata, jurista e homem de letras, com evidente substrato humanista. Já terá assistido ao Concílio de Basileia (1435), tendo proferido uma oração de louvor a Eugénio IV. Foi presidente do Desembargo do Paço e cronista-mor do reino (Serrão, 1989, 47-51). Ficou também conhecida a *Oração* que pronunciou na abertura das cortes de Évora de 1481 e que foi referida por Garcia de Resende na *Crónica de D. João II* (ed. 1991, cap. XXVI, 32), v. ainda o autor e a *Oração de Obediência* aqui analisada em Fontoura da Costa (1936, 54-91); Martim de Albuquerque (1988, I, 4, 10), Costa Luís (2013), Nair Soares (2018).

¹⁰⁴¹ 2018, 185, 204, 245, 251. Traduziu do humanista italiano Pier Paolo Vergerio, *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae*, a pedido do infante D. Pedro, obra com notória influência de Plutarco (com edição moderna de Pádua, 1918). Traduziu, ainda, para português, os tratados de Cícero e o *Panegírico* de Trajano de Plínio-o-Moço, que difundem o ideal do orador e de estadista. Nair Soares revela ainda o seu gosto "da correcta e elegante expressão na língua do Lácio, tão característica do Humanismo renascentista. Prova-o a sua correspondência com Poggio Bracciolini, no sentido de melhorar o estilo de latim, a sua arte oratória. A orientação a seguir, aconselha o humanista italiano, era a leitura assídua de Quintiliano e, sobretudo de Cícero". Pela sua notável obra será ainda referido na correspondência de Cataldo.

sentido, que os humanistas servem os interesses régios no *palco do mundo*¹⁰⁴² que é Roma. De facto, Lucena apresenta-nos uma exposição, ao melhor estilo das *humaniores litterae*, cumprindo o rigor sugerido pelo suporte retórico e preenchendo os seus argumentos com uma verdadeira síntese interpretativa da história lusitana, onde não falta a alusão ao milagre de Ourique e ao primeiro rei, D. Afonso Henriques. Este é também um exemplo modelar de como o discurso historiográfico sobre as origens da nação, integrando estratégicas noções de espaço e soberania, recorrendo ao *topos* analisado e vertido em *ars eloquentiae*, pode ser assimilado ao discurso de poder, configurando pressupostos de validade jurídica. Não será por acaso que o diplomata conjuga estas duas competências da melhor forma pois apresenta-se, desde logo, como "letrado em ambos os direitos", fazendo realçar a sua formação jurídica ao serviço do rei de Portugal¹⁰⁴³, para logo, no intróito, elogiando a figura papal, realçar a importância fundamental dos estudos e da alta sabedoria, assim como dos méritos nesse campo, para se aceder à possibilidade de discursar em tão distinta instância. Naturalmente que o passo seguinte é diminuir-se para se elevar, pois haveria certamente "na roda dos letrados lusitanos outro mais idóneo que eu, pois nenhuns ornatos de erudição me ilustram" (III, 19) mas cumpre o ónus imposto pelo seu rei.

Acompanhemos a sua exposição inicial. E como começar a falar da obediência que vem prestar? Através de "um breve excursus sobre os méritos da casa lusitana e sobre a virtude e religião do dito Rei" (III, 20). Essa casa, o *locus* que hospeda a identidade da comunidade que representa, e donde ele procede, "fatigado da longa viagem mas intacto na devoção", é significativamente situado numa concreção geográfica nossa conhecida, provinda da configuração da *Hispania* romana dos discursos analisados (v.g. de Artemidoro ou Estrabão), coadunante com a leitura excêntrica do eixo que parte da *Vrbs* onde se situa a cúria papal - "nós vindos dos últimos confins da Espanha Ulterior". Essa mesma periferia que a condição de localização última a remete para a fronteira com o Oceano, que, nas mãos desta dinastia e desta conjuntura, não era um limite mas uma substancial e relevante potencialidade. Mas a polémica assunção identitária não se fica por aí. Certamente herdeiros da Lusitânia mas tendo um oneroso jugo - na verdade, o início da

¹⁰⁴² Albuquerque (1988, I, 2).

¹⁰⁴³ Nesta Oração, tal como nas restantes, apenas se utiliza o termo Portugal quando se invoca, mesmo na versão abreviada, a titulação régia. Sendo assim, para além da epígrafe inicial do texto, noutras passagens encontramos a titulação simbólica régia, coincidente com a extensão geográfica da soberania da coroa lusitana - "João II, Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África e Senhor da Guiné" (III, 19, 26).

história que se quer relatar aponta para a invasão muçulmana, os "mais acerbos inimigos da religião cristã" que apenas entraram na Península por duas razões: a traição do conde Julião governador em Ceuta e "a culposa inércia de Rodrigo, último rei godo de ambas as Ibérias de então"¹⁰⁴⁴ (III, 20).

Retórica de mestre com alusões que tinham, necessariamente, de ser entendidas por quem ouvia. Afinal, reportava-se a um léxico temático que era comum à história romana e à presença na *Hispania*, matérias que estariam, mais do que nunca, presentes nos eruditos espíritos da época. Destemida acção, pois numa tirada anula, em seu favor, duas questões que estavam acesas na disputa do espaço e do poder, enfim, da identidade dos reinos ibéricos de Portugal e Castela: i) Ceuta, praça contestada pelo reino vizinho, por a considerar área natural da sua conquista, como vimos em Cartagena e Arévalo - *a Tingitania* do tempo dos godos - era, agora, extensão lusitana com a legitimidade de ter sido perdida por uma traição provinda desse contexto; ii) mas a maior afronta é culpar a inércia de tão sublimada genealogia que, na linha goticista castelhana, fazia as honras linhagísticas e identitárias do reino vizinho. Referindo-se aos godos lembra que foi então que "toda a Espanha submeteram ao feio e terrível jugo da servidão" durante muitos anos.

Mas foi, messianicamente, por permissão divina, que nasceu nesta época Afonso, o primeiro príncipe portugalense que veio a governar "a mais pequena província da Lusitânia, nessa altura uma estéril e pobre gleba que se estendia entre Douro e Minho". Lucena não foge à configuração de uma Lusitânia mais antiga que, como sabemos, já Posidónio, Artemidoro ou mesmo Estrabão haviam apresentado. E vai pormenorizar, adulterando a conhecida tradição filológica do topónimo coevo: *Portugal* porque os seus habitantes lhe puseram o nome devido ao *porto* de *Gaia*, na foz do Douro; pouco depois esta região deu nome ao reino inteiro (III, 20). Ora, foi Afonso "varão de ânimo e conselho genial" que depois conquistou, em harmonia com o léxico temático dos textos antigos, as cidades. Prosseguindo o código de leitura herdado, a geografia humana a constitui-se como matriz indispensável da leitura espacial. Mas atente-se: entre as várias cidades conquistadas e nomeadas, está Lisboa, destacada porque estatutariamente relevante e estruturante, cuja condição resulta de ter sido, aos olhos deste erudito jurista, prosseguindo uma fórmula que vimos cristalizada em Ptolomeu e terá repercussão na matriz de interpretação de outro homem de leis - Duarte Nunes de Leão -, "outrora

¹⁰⁴⁴ Sobre a divisão do espaço peninsular em duas áreas Ulterior e Citerior e a utilização do termo *Iberia* de nítida tradição grega na historiografia latina, ver *supra*, I parte.

município de cidadãos" (III, 20). E se já consignava no seu discurso, além das cidades, o espaço a outro não menos expressivo elemento do léxico clássico - os rios - fala agora do Tejo e do inevitável Guadiana, zona "não menos feliz pela uberdade do solo que pelos seus homens de armas" (III, 20). Oportunidade para um apontamento regional de relevo, preponderante no reino lusitano através da exaltação da "Évora magnífica cidade real e glória do velho Lácio". Geografia apontada ao estratégico uso do espaço que lhe permite, então, descrever, com fino pormenor, os acontecimentos divinos e premonitórios, passados nos "Campos de Ourique", onde revela a singular e ínclita vitória de D. Afonso Henriques sobre os bárbaros, pela qual, em harmonia com a imagem deste rei, que provinha das fontes analísticas e cronísticas, "distinguiu as insígnias e armas dos reis da Lusitânia" (III, 20). Entre os factos ocorridos e a celestial simbólica que passa a estar consignada ao reino e aos seus monarcas, adianta que, desta forma, pode o papa avaliar da piedade, constância de ânimo, das artes, da fortaleza do instituidor do reino e do povo que o acompanhou. E, em definitivo, para que não restassem dúvidas, concretiza a configuração do território, recorrendo, como na geografia estraboniana e ptolomaica, aos pontos cardeais, numa habilidosa construção discursiva que, sem aparente contradição, partindo da *parte* chega a um expressivo *todo*, fazendo recolher os limites coevos do reino a uma apropriada antiga província romana

"Com efeito, os seus sucessores em breve tempo expulsaram os Mouros, conquistando muitas e fortíssimas cidades, daquela parte da Lusitânia que é limitada ao norte pelos cimos dos montes, ao sul pelo Oceano, a oriente pela embocadura do rio Guadiana, e a ocidente pelo Promontório Sacro, a qual o povo ainda agora designa com uma palavra púnica Reino do Algarve, de tal sorte que muito poucos reis dos lusitanos bastaram para recobrar toda a Lusitânia, vencer e afugentar os mais acirrados inimigos do nome cristão, repelindo-os para África donde haviam atravessado o mar para dominar ambas as Espanhas" (III, 21).

Ocasão para, mais uma vez, apontar as culpas aos outros príncipes das Espanhas, que se tivessem demonstrado igual empenho e esforço, estariam agora, na Península, livres desses trabalhos, numa clara alusão à situação andaluza e Granada. Aliás, os ínclitos reis da Lusitânia continuavam a dar cartas neste confronto, tendo mesmo D. Afonso IV acedido ao pedido do genro, Afonso XI de Castela, para lutar contra os mouros vindos de

Ceuta, pelo Estreito Gaditano, socorrendo-o, de acordo com a geografia preconizada por Lucena, no seu espaço de conquista: a divisão romana que correspondia à Bética (III, 21). Nesta alusão recupera a gloriosa memória do vitorioso triunfo da Batalha do Salado (1340), permitindo-se continuar o relato do extraordinário louvor dos reis lusitanos. Chegando à Ínclita Geração iniciada por D. João I, por esta via, são comparados a Cipião, o general romano, apelidado o *Africano*, celebrado nas fontes historiográficas da História romana. Este digno conquistador e fundador de uma *Hispania* sob os auspícios da *Vrbs*, tem, como seus herdeiros os reis lusitanos, na luta contra os púnicos, que assimila aos bárbaros sarracenos, pela sua origem geográfica (norte de África) (III, 22). Serviços e dedicação de excepcional valor, nos trabalhos africanos, na luta contra os mouros e na difusão da fé, factos que relata extensivamente, com pormenor, pois foram continuados por D. Duarte, pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, D. Afonso V e chegando a D. João II que presentemente "reina por desígnio de Deus na Lusitânia" (III, 23)¹⁰⁴⁵. Individualiza, destacando, a passagem a África com a navegação da "costa da Etiópia"¹⁰⁴⁶ e as descobertas das ilhas atlânticas "mal conhecidas dos próprios geógrafos"¹⁰⁴⁷ (III, 23).

Sucedem-se os feitos em África de D. Afonso V, pai do monarca reinante, e demonstração das potencialidades que a Lusitânia representa nas navegações, exploração, fortuna, comércio, luta contra o Turco e difusão da fé. Visão complementada com uma adequada descrição, da figura do próprio D. João II, curiosa simbiose do homem lusitano com a *virtus* romana, assente nos moldes clássicos e no melhor compêndio de educação de Príncipes, preenchendo os ditames físicos hercúleos necessários e possuindo um *simposium* completo de virtudes: estatura elevada, postura distinta, grandeza de alma, liberalidade, vida integérrima, moderação, lealdade, valor militar, justiça na administração do reino, prudência, temor de Deus, piedade com o reino e com os súbditos, astúcia e determinação, fortaleza de ânimo (III, 25). Ora, sendo assim, se o papa recém-

¹⁰⁴⁵ Na sua exposição, cita Crispo Salústio (86 - 34 a.C.), por duas vezes, revelando o peso da sua erudição e da necessidade de enquadrar os acontecimentos e as figuras lusitanas protagonistas deste relato, remetendo-as para uma comparação com as Guerras Púnicas, aproveitando para, a cada momento solicitar a prestimosa geografia territorial hispânica romana, para ir diminuindo o valor dos outros reinos hispânicos, ao não conseguir debelar o problema "do reino de Granada, ocupado no coração da Bética" (III, 23). Mesmo assim, considera que os sucessos romanos neste transe não igualam o que os lusitanos têm almejado e triunfado desde Afonso Henriques. (III, 23, 25).

¹⁰⁴⁶ Sobre o valor do Preste João e da Etiópia, nome que ficará indelevelmente ligado à costa da Guiné do Cabo Verde (*Etiópia Menor*), ver Gama (1997).

¹⁰⁴⁷ Denotando o recurso ao conhecimento geográfico, sugere, ainda, mais à frente, os importantes acontecimentos coevos, reveladores do valor português, abrindo a possibilidade dos lusitanos, pelas suas navegações, estarem quase a chegar ao Golfo Árábico e à Ásia - proeza que, realmente, três anos depois, em 1488 torna-se possível com a expedição de Bartolomeu Dias -, factos que haviam previsto "os mais autorizados geógrafos" (III, 24).

eleito será benéfico para a Igreja e para toda a *christianitas*, em particular, já propondo uma geografia política actual, para a Espanha e a República Lusitana, também não há dúvida possível que o monarca preenche todos os requisitos para merecer a atenção e a indulgência de Roma¹⁰⁴⁸. Poderá fazê-lo na sua missão de luta contra o Turco e na atribuição de uma liderança, pois não só este rei "será dificilmente igualado, mas não de certeza superado" (III, 25)¹⁰⁴⁹ como coloca à disposição do papa "tudo o que ele vale com o seu império" (III, 27) - preconizando uma noção de espaço e poder assentes numa interpretação que, não vigorando *de iure*, era entendida *de facto*¹⁰⁵⁰. Aliás, esta posição de preeminência é reforçada pela citação bíblica que acompanha o final da *Oração*, plena de sentido messiânico¹⁰⁵¹. Esta *Oração* é, pois, marcante e um repositório extraordinário do léxico clássico sobre o *topos* aqui analisado, perfeitamente integrado e assimilado pelo discurso coevo da defesa dos na óptica da coroa e vertebrador da identidade portuguesa.

Desta forma, alguns anos mais tarde, em 1493, quando D. Fernando de Almeida, bispo de Ceuta¹⁰⁵², profere a Oração de Obediência ao papa Alexandre VI (1492-1503)¹⁰⁵³, em nome do mesmo monarca, D. João II revemos boa parte do léxico temático

¹⁰⁴⁸ A finalidade da embaixada enviada, para além do âmbito protocolar, visava, segundo Adão da Fonseca (2012, 81) a obtenção da renovação da bula de cruzada, prioridade compreensível nos projectos africanos do monarca. Segundo João Silva Marques (*apud* Costa Luís (2013, 44-45): "ser-lhe-ia concedida, em 18 de Fevereiro de 1486, a bula *Orthodoxae fidei*. O Príncipe Perfeito obtinha a tão desejada Cruzada, arrecadando pelo período de três anos uma percentagem das rendas eclesiásticas. Este diploma vem no seguimento da bula *Carissimus in Christo*, do ano anterior, por via da qual o sumo pontífice exortou os crentes a auxiliarem o líder português na sua luta em África, facultando aos que se alistassem no exército real as indulgências que era costume atribuir aos combatentes que se dirigiam à Terra Santa. É de aditar que as bulas não deixariam de ser vir instrumento de promoção do Reino no concerto das nações da Europa, ajudando, naturalmente, a estabelecer a sua missão e estatuto".

¹⁰⁴⁹ Não podemos esquecer que esta imagem de afirmação e superioridade para o exterior e aproveitando os recursos intelectuais existentes, parece estar associada a outras iniciativas, nomeadamente o caso de Cataldo Parísio Sículo, que terá chegado a Portugal, no ano de 1485 e começara a compor antes da vinda o poema *Arcitinge*, poema latino sobre a tomada de Arzila e Tânger e onde celebrados o rei D. Afonso V e o seu filho, futuro D. João II, v. Costa Ramalho (1994, II, 9-10).

¹⁰⁵⁰ Luís Filipe Thomaz fala mesmo de um "projecto imperial joanino" (1994, 149).

¹⁰⁵¹ Erradamente a edição de Martim de Albuquerque (III, 27) aponta o Salmo LXXI, situação que reitera na edição da Oração de 1496 (IV, 18). Na verdade Lucena cita os versículos 8-11, do significativo Salmo LXXII (8-11), pelo rei ideal, atribuído a Salomão: "E dominará de mar a mar, e desde o rio até aos confins da redondeza da terra. Diante dele prostrar-se-ão os Etíopes, e os seus inimigos beijarão a terra. Os reis de Társis e as ilhas oferecer-lhe-ão dons; os reis da Arábia e de Sabá trar-lhe-ão presentes. E adorá-lo-ão todos os reis, e todas as gentes o servirão".

¹⁰⁵² Oriundo de uma das famílias mais prestigiadas de Portugal, filho dos primeiros condes de Abrantes, nasceu em 1459 e era irmão do bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida e do primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida, Albuquerque (1988, I, 10). Significativo o facto de, na continuidade dos princípios norteadores da política régia qua já fomos assinalando, e da sua política africana e de luta contra o infiel, seja escolhido o bispo de Ceuta para representar Portugal. Mais tarde, após a *Oração*, D. Fernando de Almeida será nomeado assistente ao solo pontifício e núncio apostólico junto de Luís XI de França.

¹⁰⁵³ Oração também logo publicada, talvez no mesmo ano, Albuquerque (1988, IV, 1).

apresentado por Lucena, inclusivamente citando a mesma passagem bíblica (IV, 18). A diferença está na sua dimensão muito mais abreviada e da qual apenas salientamos a sua natureza pragmática e sistemática do que, entretanto, já fora pronunciado por Lucena. Sendo assim, mantém, tal como anteriormente, a titulação régia associada ao termo "Portugal", a qual aparece na epígrafe da sua exposição, recorrendo, depois, sistematicamente à expressão Lusitânia/lusitanos. Ora, segundo o diplomata, foi muito difícil fazer chegar a embaixada a Roma, devido à peste e, depois, a um naufrágio, obrigando a comitiva a regressar "à Pátria" (IV, 17), sinais que exponenciam o valor dessa missão. Não obstante as dificuldades e mesmo invocando, na abertura, a figura de Sócrates, cumpre o mandato do rei dos lusitanos, João II, e apresenta-se para saudar o novo pontífice.

E volta à estratégia de Lucena, caracterizando sumariamente o monarca, porque não se sente com a "facúndia e eloquência de um orador mais consumado". Esta imagem da importância de capacidades singulares para o desempenho destas missões, tema recorrente nestas exposições, permite-lhe abreviar a intervenção. Não sem antes, com clareza, evidenciar aspectos fundamentais, reveladores da estratégia elaborada para estes actos e das temáticas pertinentes à coroa. Assim, voltamos às dificuldades e urgência da luta contra o Turco, relembrando-se a participação lusitana na campanha de Otranto. Por outro lado, o orador manifesta a preocupação com dar a conhecer uma estratégia geografia, onde não deixa de figurar a escala da orbe conhecida e a exactidão dos valores da extensão do território lusitano, recorrendo à medida tradicional dos geógrafos clássicos (Estrabão e Ptolomeu) - 48000 estádios que correspondem ao aumento da República Cristã e difusão da Cruz, "levou e pôs a adorá-la os crudelíssimos bárbaros que a desprezavam" (IV, 17). Resta pois afirmar que o "pientíssimo Rei" (IV, 18), na sua vontade de prover a evangelização, pode oferecer ao papa espaço e poder, em alusão imperial: "oferece o seu reino, as suas províncias, regiões, ducados, condados, cidades, vilas, castelos, todas a sua armada e tudo o que possui em terra e mar" (IV, 18).

Todos estes aspectos que temos observado nas *Orações* anteriores estão presentes e alguns vêem-se exponenciados nas duas exposições protagonizadas pelo mesmo orador, Diogo Pacheco¹⁰⁵⁴, ao serviço do rei D. Manuel. Os tempos eram outros e os contornos

¹⁰⁵⁴ Reconhecido Doutor em leis, filho do Doutor Álvaro Pires, Corregedor da Corte e Chanceler da Casa do Cível, e de Isabel Pacheco, v. Albuquerque (1988, I, 11).

da relação com o reino de Castela, a afirmação de Portugal no panorama internacional, e a projecção de uma imagem coadunante com uma configuração imperial, obrigavam a acentuar certas questões e a reforçar a participação nestes actos como forma de demonstrar a soberania e identidade portuguesas. Nesse contexto, tornou-se famosa a triunfal entrada na Roma renascentista da embaixada portuguesa, em 12 de Março de 1514¹⁰⁵⁵, acompanhada de substancial aparato e exotismo, franqueador das glórias de uma nação que se estendia de Ocidente a Oriente¹⁰⁵⁶. De facto, a historiografia tem acentuado o aspecto simbólico e imagético destas manifestações mas tem relegado para segundo plano a leitura do próprio texto das *Orações*. Atentemos.

Logo na primeira embaixada, a 4 de Junho de 1505, por ocasião da eleição de Júlio II (1503-1505), notamos que se retorna à vinculação do termo Lusitânia em título régio que segue a epígrafe do texto, recuperando o que acontecera na oração de D. Garcia de Meneses¹⁰⁵⁷. Acresce que Diogo Pacheco revela uma especial interpretação da história pátria e dos seus protagonistas, consignando uma curiosa simbiose entre a tradição clássica e cultura cristã. Tal sincretismo resulta numa sublimação dos factos e intervenientes a quem dedica a sua atenção, mormente a D. Manuel, recorrendo para a sua caracterização aos *loci* retóricos e aos valores morais e políticos da Antiguidade¹⁰⁵⁸. Desde logo, encontra a razão do seu discurso no "celebérrimo orador" Péricles "em cujos lábios a deusa Pito pôs a sua morada" (V, 15), exagerando o encómio ao sucessor de Pedro, a quem se dirige, metaforizando e metamorfoseando o desconhecimento da

¹⁰⁵⁵ Oliveira e Costa (2012, 297).

¹⁰⁵⁶ Para uma visão global deste contexto e da sua relação com as manifestações do Humanismo v. Nair Soares (2018, 375-402); Deswarte (1993, 126-150). Por outro lado, a embaixada de 1514 foi precedida por uma carta de D. Manuel (6 de Junho de 1513) ao sumo pontífice, analisada por Nair Soares (*op. cit.*) e que, segundo a autora, foi construída segundo os princípios da retórica, podendo considerar-se uma carta erudita, que privilegia os géneros deliberativo e epidíctico (*ibidem*, 380), reflectindo a mundividência da corte manuelina, assente em pressupostos jurídico-políticos, tendo por objectivo a divulgação e a propaganda da gesta portuguesa, na cúria Romana. Sobre os contornos da embaixada de 1514, o seu impacto na corte papal e as memórias que se registaram, nomeadamente o *Tratado que hum criado do duque de bragança escreueo pera sua senhoria dalgumas notauees cousas que vio hindo pera Roma. E de suas grandezas E Jndulgenças, E grandes aconteçimentos que laa socçederam em espaço de sete años que hi esteue*, de um anónimo fidalgo de Chaves (em Roma desde 1510-1517), v. Lopes (2013), os testemunhos posteriores de Damião de Góis, Paulo Jóvio e D. Jerónimo Osório v. Paulo Lopes (2016, 147-172; 2017, 88-118). Ver ainda a questão da carta de Aldo Manuzio dedicada ao papa Leão X sendo o protagonista da mesma um expressivo *Emanuel rex Lusitaniae* e o contexto de concepção da ideia de *imperium* em Sánchez Tarrío (2013, 622-623).

¹⁰⁵⁷ O mesmo se passará no texto de 1514, acompanhado de frontispício com as armas de Portugal e pela titulação régia "*Emanuelis Lusitani: Algarbior: Africae Aethiopiae Arabiae Persiae Indiae Reg. Invictiss: Obedientia.*" (*fac-simile* em Albuquerque, 1988, VI).

¹⁰⁵⁸ Nair Soares (2018, 362) lembra, por exemplo, que o paralelismo com os valores e os heróis paradigmáticos da Antiguidade se torna um verdadeiro *topos* no humanismo português, tanto nas obras em prosa, como na poesia, destacando as *Orações de Obediência*.

religião cristã do pregador grego que o levava a fazer votos aos deuses em igual missão da sua responsabilidade perante o "porteiro da aula celeste" (V, 15). Essa superiorização dos dotes retóricos sublimava não só os traços formais da exposição como também dos conteúdos nela remanescentes. Nessa linha, entre outros feitos exaltados na figura do papa, não se coíbe de postular que o "Pai Omnipotente" é também "soberano supremo do Olimpo" (V, 15), o que permite alocar, com fidedigna e legítima autoridade, o legado clássico às exigências dogmáticas da igreja católica. Segue com a habitual concreção geográfica, pois admite provir dos "últimos confins da Lusitânia", como se a condição periférica fosse proporcional à elevação do acto e dos factos relatados. E continua afirmando, não diria que vem em nome de "toda a Lusitânia" ou em nome do "Sereníssimo Rei" ou do "mui prudente, justo e moderado Príncipe", mas em representação "(e o nome diz o suficiente) de Manuel" (V, 16). É, pois, com justa, legítima e natural dignidade que, aquele que, pela Graça, vem em nome de Deus, se apresenta ao sumo pontífice.

Todo o texto se envolve, de seguida, em figuras retóricas e eloquência poética, citando mesmo as *Bucólicas* de Virgílio, tendo em vista exaltar as duas figuras referidas, o papa e o rei português. Mas, chamado por Manuel, abandona os líricos enlevos e volta à sua missão que consta, também, de apresentar "não coisas vulgares e triviais mas novas e nunca antes oferecidas por outrem e a outrem" (V, 16). Utilizando um comum artifício retórico, que consiste em dizer do que não vai falar, acaba por referir tudo o que pretende, cumprindo o léxico temático habitual: desde os reis da Lusitânia e as suas gestas, à luta contra o infiel, a passagem a África o que permitiu "a segurança a toda a Espanha" (V, 17), seguindo-se, pormenorizadamente, todos os feitos ultramarinos da Índia à Etiópia, citando cidades, impérios submissos, nações e reis, batalhas, pois "circundámos quase todo o orbe" (V, 17) - feitos que, naturalmente, encontram a sua razão e motivação na dilatação da fé e na luta contra o bárbaro infiel.

Discurso comprometido com a figura do rei e do reino, termina oferecendo, como também já vimos atrás, o espaço e o poder, numa geografia valorativa

"Recebei, então, Santíssimo Padre, em primeiro lugar Manuel. Recebei a vossa Lusitânia, e não apenas Lusitânia, mas também grande parte de África. Recebei a Etiópia e a imensa vastidão da Índia. Recebei o mesmo Oceano, embora indignado e ferido pelos nossos remos. Recebei tantos golfos,

promontórios, litorais, portos, ilhas, vilas, cidades, reis, numerosíssimas nações como que encarceradas numa só mão e que nem sequer pela fama eram de nós antes conhecidas. Recebei a obediência oriental (...). Recebei, enfim, o próprio mundo. O mundo? Não, outras terras, outro mar, outros mundos, outras estrelas." (V, 18).

Discurso que aponta a identificação plena da Lusitânia com um império de escala planetária.

Por sua vez, na *Oração de Obediência* proferida em 1514¹⁰⁵⁹, por ocasião da eleição de Leão X (1513-1521), D. Diogo Pacheco retorna às mesmas formulações mas com uma argumentação mais fundamentada e extensa, acentuando alguns aspectos. De um lado, nos pormenores formais, quer antepondo um frontispício que destaca as armas e o título régio lusitanos quer fazendo, pela primeira vez, acompanhar a publicação do relato de elogios e louvores de vários humanistas internacionais - M. Casanova, João Jacobo Cipello, Blósio, P. Cúrsio Carpinet, Lancelloto Polito, B. Dardano, Jano Vital Panormitano e Camilo Pórcio - numa clara intenção propagandística. Por outro lado, nos conteúdos expressos, vai sublinhar, mais uma vez, a sua falta de eloquência mas acompanhada de forte uma imagem negativa de si próprio, em harmonia com a habitual noção de periferia da sua origem, pois a sua exposição é "rude ainda, com um áspero e cediço sotaque transalpino, e nascido (como se diz) num meio tacanho" (VI, 25).

Mesmo assim, intenta apresentar o seu rei munido dos imprescindíveis atributos, justo e pio, denotando as suas funções e qualidades mais importantes. Enfim, o princípio é recorrente - diminui as suas capacidades como orador, admitindo a falta de eloquência e o peso da sua origem; exponencia o valor e as virtudes do ouvinte, sublima o acto diplomático e os seus conteúdos - o protagonista (rei) e o contexto (espaço e poder - reino). Na dúvida que o auditório não conhecesse a figura de D. Manuel carrega-lhe, assimilando à sua figura, as principais *virtutes* clássicas, pormenorizando cada uma: *Justiça, Clemência, Prudência, Fortaleza, Temperança, Gravidade, Benignidade, Frugalidade, Liberalidade*, a que acrescenta *Devoção e Regra Puríssima*. Extraordinária

¹⁰⁵⁹ Conhecem-se pelo menos três edições quinhentistas, uma do próprio ano (1514) outra incluída numa miscelânea *Opus Historiarum* (1541) e outra no *De Rebus Hispaniae* (1592), liv. 30, cap. 23 de João de Mariana, v. Albuquerque (1988, VI, 1).

composição civilizacional que faz sobressair o benefício de que goza o laureado. Daí em diante, partindo da ideia desenvolvida na *Oração* anterior da dicotomia entre o antigo/usual e o novo/maior que agora se apresenta, invoca o habitual e prolixo arrazoado das conquistas, guerras, obras divinas e mundanas em que os lusitanos e os seus reis se envolveram, esperando-se que o sumo pontífice decida decretar "a santa expedição contra os inimigos de Cristo, no sacro Concílio de Latrão" (VI, 27).

Evidenciem-se três tópicos: i) a exposição está assente em factos concretos das viagens e conquistas lusitanas, apontando-se o rigor da geografia de um império que já conta, agora, segundo o orador, com 100000 estádios de extensão; ii) manifesta um particular cuidado em concatenar o substrato coevo dos factos, sem diminuir a qualidade histórica da nação, formulando, pelo discurso humanista, um vigoroso sentido de utilidade; iii) a sua prédica afirma um sentido de império, onde concilia harmoniosamente o espaço e o poder lusitanos mas com a virtualidade de introduzir os três ângulos da acção cristã, adscrevendo-os aos territórios onde se materializam - a fraternidade do reencontro pela figura do Preste João da Etiópia; a evangelização empreendida na Índia; a cruzada, expressão de luta contra o Infiel, pela recuperação da Terra Santa. Momento para voltar a citar o já célebre Salmo LXXII (8-11) e, de seguida, numa imagem poética, antecipando a primeira estrofe (canto I) do poema camoniano, valendo-se de um curiosa imagem da hidrografia, exorta à unidade da igreja sob os auspícios deste império

"De facto, que há a esperar senão que aquela praia Oriental, onde mal chegara a fama do nome cristão, ligada à nossa Ocidental e trazida para a fé e culto do verdadeiro Deus, preste dentro em breve nova obediência e a devida homenagem a V. Santidade, óptimo pastor da grei cristã, por forma que, juntando-se, por assim dizer, no mesmo leito o Indo e o Ganges, o Tejo e o Tibre, e fluindo harmoniosamente sob os vossos auspícios, se faça um só ovil e um só pastor?" (VI, 28).

Desta forma, a assimilação da identidade lusitana à realidade política e às concepções de espaço e poder da época foi feita com grande facilidade, pela conjugação de uma forte componente memorial que teria permitido uma linha de continuidade manifestada, também, por esse fundamento espaço-étnico identitário genealógico. Acresce o facto de o império preconizado por D. Manuel, não obstante uma dimensão de modernidade, particularmente em termos de planeamento e de coordenação conduzidos pela Coroa, de

intervenção à escala quase planetária, controlando uma vasta rede de comunicações, assentava numa relevante concepção territorial e preservava um substrato assente na tradição medieval cristã - desde o espírito cruzadístico, a mitos como o do Preste João, ao providencialismo, ao objectivo secular de destruição do Islão, de fartura e de paraíso terreal, à esperança de um ecumenismo efectivo com a participação dos chefes cristãos e na recuperação da Terra Santa¹⁰⁶⁰.

¹⁰⁶⁰ V. Oliveira e Costa (2012) e Thomaz (1990, 35-103).

9 - A Caminho do Rigor: a Tradição e a Disforia Discursiva entre a Historiografia e Geografia

- 1 *As armas e os Barões assinalados
Que da Ocidental praia Lusitana
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;*
- 2 *E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da Morte libertando,
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.*
- 3 *Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.*

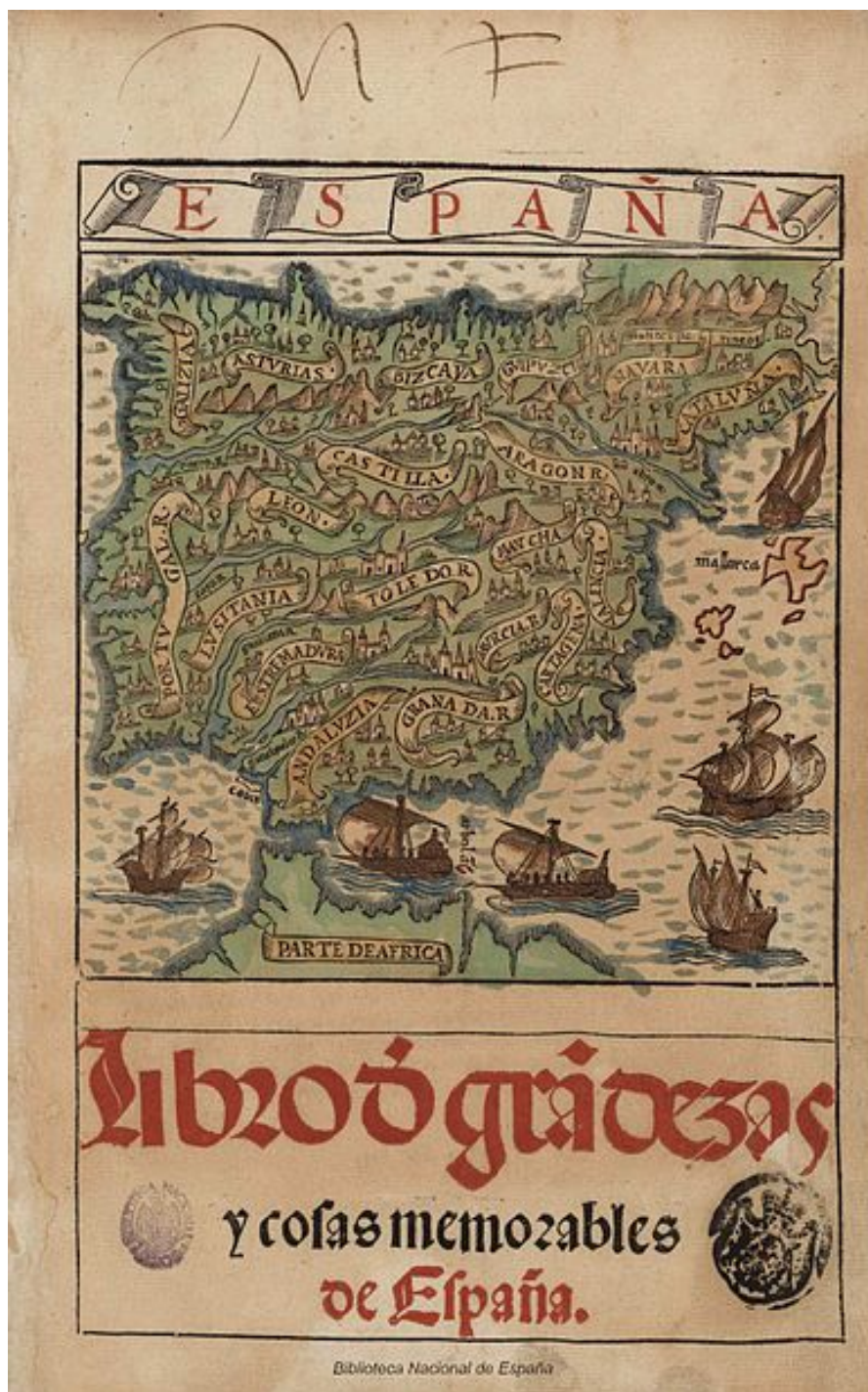
Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, I, 1-3

Mas esta imagem que Portugal tenta difundir e afirmar fora dos seus limites não tem, como temos visto, igual acolhimento em todos os públicos, muito menos na vizinha Castela. Poderíamos multiplicar aqui os exemplos de discursos subsequentes em que tal se verifica, reforçando-se a posição castelhana contextualizada pela concepção de unidade hispânica e formulação imperial do poder, face às invectivas manifestações da soberania e identidade portuguesas. Disso são exemplo: i) Martín Fernández Enciso

(1470-1528) e a sua *Suma de Geografia* (1518, fls. 23-26, 67-69), que, não obstante remeter para a afirmação do saber astronómico, na linha da recuperação humanista do conhecimento geográfico de Ptolomeu, ainda refere a antiga divisão hispânica em três províncias, que não nomeia, cingindo a sua perspectiva aos seis reinos coevos, cuja matriz de separação são a nossa conhecida rede hidrográfica; mesmo assim, ainda se ocupa de uma breve lista e descrição diacrónica dos monarcas hispânicos, iniciando-a no inevitável Pelágio; ii) Cláudio Mário Aretino na *Hispaniae Chorographia* (1530, 1-6)¹⁰⁶¹, apresenta uma pequena obra singular pelo recurso à narrativa sob a forma de diálogo entre três personagens - *Ludovicus, Prudentia e Calipho* - cabendo, naturalmente, à *Prudentia*, incitada pelos interlocutores, a espinhosa missão pedagógica de prover a verdadeira história da divisão e descrição da Península; agora enquadrada por um discurso assente no rigor das medições ptolomaicas (milhas e estádios) e no recurso às noções de latitude e longitude, a *Hispania* aparece-nos totalmente distribuída de novo em quatro partes, Bética, Lusitânia, Galécia e Tarraconense, se bem que "*Romani nanque in tres vltiorem Hispaniam, vtius facilius diceretur, diuifere, antiquissimi licet in duas per longitudinem*" (*Hisp.* 2), traduzido, "sendo que os romanos, com efeito, dividiram em três a Hispânia Ulterior para mais facilmente se exercer a lei, embora os mais antigos a tenham dividido em duas através da longitude"; evidente é a sua leitura da Lusitânia, na qual se demora em particular, averiguando os seus limites com usual recurso às cidades, rios e montanhas, para concluir "*Nec illius quideni regionem (vt multi delusi credunt) tantum modo fuiiffe Lufitaniam adfirmo: quoniam ea Lufitaniae pars, quae mari ad fixa, esse Portugallense regnum certum habeo tantum, ita quod pars erat, & non tota Lusitania*" (*Hisp.* 4), traduzido "Nem sequer afirmo que a região daquela foi a Lusitânia somente (como muitos acreditam deludidos): visto que tenho como certo apenas que o reino português é a parte da Lusitânia que se encontra pegada ao mar; em consequência, era parte, e não toda a Lusitânia"; e deixa um recado para os detractores do rigor do mestre de Alexandria pois "*At Ptolemaei forte sententia alicui si non satisfacit, eo quia montes, vbi ipsa Segouia, & illis proximi quos Guadaramae nunc vocant, alii que etiam in ipsa visuntur Lusitania: ego de illis qui digni erant, quorum mentio fieret, Ptolemaeum esse locutum, respondeo*" (*Hisp.* 4), traduzido "Mas, se talvez a opinião de Ptolomeu não satisfaça alguém, porque os montes, onde está a própria Segóvia, e os próximos daqueles, que chamam de Guadarrama, e outros também parecem estar situados na própria Lusitânia: eu respondo

¹⁰⁶¹ Publicado em Andreas Schott, *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii* (1603), I, 1-6.

que Ptolomeu falou sobre aqueles que eram dignos de menção". iii) Pedro de Medina (1492/93-1567) no *Livro de grandezas y cosas memorables de España*¹⁰⁶² (1548, cap LIX, fl. 65-73, "De la Provincia de Lusitania y reino de Portugal")¹⁰⁶³, que fornece este expressivo mapa no frontispício da sua obra



¹⁰⁶² [Seuilla], En casa de Dominico de Robertis. Publicado também em *Obras de Pedro de Medina*, Madrid, CSIC, 1944.

¹⁰⁶³ V. a tese de doutoramento de Pablo Sánchez Ferro, *El Tiempo Mítico y la esencia de la nación en Pedro de Medina*, Madrid, Unversidad Autonoma, 2015.

Portugal merece uma extensa sùmula da relação histórica desde o mítico Tubal, dedicando espaço considerável a Viriato e à relação das suas virtudes, baseado na leitura de Lúcio Floro (*Epitomae de Tito Livio*), até ao momento da redacção do texto, terminando com D. Isabel, mulher do Imperador Carlos V; apesar de relacionar Portugal com a Lusitânia não lhe atribui, como habitualmente, todo o território daquela circunscrição, pois "en esta prouincia Lusitania es el reyno de portugal: cuyo nombre y principio de reyno començo en esta manera (...)" (*Livro de grandezas (...)* fl. 65v.) - e iniciando o relato afirma que o Porto foi edificado por "ciertas gentes Andaluzas"....; prosseguindo um objectivo corográfico, apresenta uma lista de 67 cidades portuguesas e destaca, em capítulos próprios, o Algarve, a cidade de Lisboa, o rio Tejo, as cidades de Setúbal, Hircania, Viseu, Coimbra e a vila de Guimarães; iv) Florião de Ocampo (1499-1558), cronista-mor de Carlos V, em *Los cinco libros primeros de la crónica general de España que recopila el maestro Florián de Ocampo, criado y cronista del emperador rey nuestro señor por mandado de su magestad cesárea* (1542, com reedição em 1553)¹⁰⁶⁴, obra de grande porte, de "tradicionalíssimo título"¹⁰⁶⁵, com uma arquitectura discursiva e um léxico temático já antes manejado mas com um carácter inovador pela forma com trata os mesmos assuntos de sempre - o longo transcurso histórico da Península e da sua organização coeva são desenvolvidos com o rigor e a precisão que temos visto consolidar-se nesta expressão; é pois, com exactidão que desenha, no capítulo III (fl. 13) uma Lusitânia antiga entre o Douro e o Guadiana, com o limite Ocidental no Oceano, cingindo-a a oriente, com as matrizes modernas, pelo rio Pisuerga, Vila Nueva de la Serena, ribeiras do Guadiana; sendo assim, o coevo reino de Portugal só tem parte da Lusitânia antiga¹⁰⁶⁶

"El reyno de Portugal tiene por aledaños, ò linderos, ò limites, ala parte del medio dia, y Occidente, la costa de Lusitania vieja, que (como ya enel capitulo precedente dixen) fue desde la parte donde toma la mar el rio Guadiana, hasta la boca del rio Duero" (fl. 14)

¹⁰⁶⁴ Recorremos ao fac-simile da edição de Alcalá, En casa de Iuan Iñiguez de Lequerica, 1578.

¹⁰⁶⁵ Magalhães (1980, 41).

¹⁰⁶⁶ Nesses mesmos termos se pronunciará, como adiante veremos, André de Resende nas suas *Antiguidades da Lusitânia*, Liv. I

para depois acentuar

"bien sea verdad, que sobre la buelta del Levante, tenia la Lusitania harto mayor espacio, segun lo podrá quienquiera sentir, cotejando las rayas Orientales deste reyno, con las Orientales dela Lusitania, que primero señalamos" (fl. 14)

ainda reforça, no cap. XXV (fl. 35)

"De manera que cotejando lo de los tiempos antiguos con lo presente quedo claro por algunos apuntamientos de la escriptura passada, que toda la comarca que oy día llamamos Estremadura, quanto a lo que se contiene entre Guadiana y Duero entraua em la Lusitania vieja. El reyno de Portugal otrosi, casi todo, sino fuesse la comarca que llamam entre Duero y Minnio, con otra provincia del mesmo reyno, llamada de tras los montes. Ocupaba tambien la Lusitania buen espacio del reyno de Leon quanto cae desde Duero contra medio dia."

Produção assertiva e substancial contrária à afirmação da imagem identitária que o poder régio português incorporara e difundia.

A figuração de Portugal travestido de Lusitânia naquele primeiro conjunto de discursos proferidos no palco diplomático internacional, com continuidade singular, como adiante veremos, nas *Orações de Obediência* de Aquiles Estação e António Pinto, constitui, pois, uma marca fundamental da auto-imagem do poder e da coroa portuguesa. Em associação com o que atrás observámos na restante produção discursiva hispânica podemos antever que o contexto vinha gerando alguma controvérsia.

Por um lado, vinculando-se uma interpretação externa com repercussões na forma como a Península e, em particular, Portugal são conhecidos e representados junto das outras nações europeias. Por outro, alimentando-se as necessidades internas do Estado em construção e as diferentes visões e interesses que se vão manifestando. Assim, a geografia e, particularmente a corografia (geografia descritiva) assume uma relevante função, que temos vindo a denotar, surgindo com notável consistência remissões

discursivas para os autores que dela se ocuparam de que são exemplo Plínio (*Naturalis Historia*), Ptolomeu (*Geographia*) ou Pompónio Mela (*De Chorographia*), e afirmando-se de forma recorrente, o rigor e precisão das medidas e dos números como argumento de incisiva e superlativa prova.

Em Portugal, como bem demonstrou Romero Magalhães¹⁰⁶⁷, a delineação da identidade nacional, do ponto de vista interno, assim como as necessidades financeira e de afirmação de poderes locais e/ou dos senhores, também se vai servindo desta linha de produção discursiva, ora assumindo uma vertente mais regional, como é o caso do *Tratado sobre a provincia d'Amte Douro y Minho e sua avondanças*, escrito em 1512 por Mestre António, cirurgião natural de Guimarães¹⁰⁶⁸ ou da *Descrição do terreno ao redor da cidade de Lamego duas léguas*, redigido por Rui Fernandes, em 1531-32, cidadão dessa cidade e tratador de lonas de el-rei¹⁰⁶⁹, ora assegurando uma interpretação à escala do país, não sem alocar uma visão também ela parcial - mas que se pretendia aglutinante e unificadora - desse conjunto.

Neste ponto, e porque a *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, que já referenciámos, aponta num sentido distinto, destaca-se a obra de Cristóvão Rodrigues Acenheiro¹⁰⁷⁰, que por volta de 1535, já reinando D. João III, se assume como cronista ao pretender fazer um relato

¹⁰⁶⁷ 1980, 15-56; 1992, 13-24.

¹⁰⁶⁸ Autor prolífico no seu transdiscurso, reutilizado, entre outros, pelo Doutor João de Barros, André de Resende, João Vaseu ou Duarte Nunes do Leão.

¹⁰⁶⁹ Fernandes, Rui, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*, edição, estudo introdutório e apêndice documental de Amândio Jorge Morais Barros, Casal de Cambra, Ed. Caleidoscópio, 2012.

¹⁰⁷⁰ Pouco se sabe deste cronista a não ser os dados que o próprio fornece na obra (*Acenh.* 1, 12, 116). Informa que à data, 1535, sendo Bacharel em Évora, tinha 61 anos. Curioso o *colofon* onde revela as suas fontes, aliadas à vivência pessoal como testemunha da época e o desejo de prosseguir o trabalho das crónicas: "Esta suma abreviação de sete Caronyqvas dos sete Reis de Portugal, a saber, do primeiro Rei Dom Affõso Emriquez, e do segãdo Dom Samcho seu filho, e do terceiro Dom Affõso segundo do nome, e do quarto Dom Samcho Capello segũdo do nome, e do quinto Dom Affõso que foi Conde de Bollonha, irmão d'EllRei Dom Samcho Capello, e do seisto Rei Dom Denys que foi filho do Cºmde de Bollonha, e do seitimo Rei Dom Afonso do Sallado: Estas dytas e mais a do Comde Ymfãte Dom Emrique, filho d'EllRei d'Umgria, com o prolleguo e abreviação, tudo fiz eu Bacharel Cristovão Rodriguez Acenheyro, morador nesta cidade d'Evora, vemdo todas Caronicas velhas symco Portugezas, e as novas do reino, e outra Gallega até á batalha do Sallado, que foi o seitimo Rei de Portugal: de todas tyrei a sustancia da verdade, e escrevi em breve o melhor que pude; e e pero em Deos, ainda em (c) mays breve estillo, escrever a oitava d'EllRei Dom Pedro, e d'EllRei Dom Fernão nono, e d'EllRei Dom Joam da boa memoria deicimo Rey, e d'EllRei Duarte homzeno Rei, e d'EllRei Dom Affõso dozeno Rey, e d'EllRei Dom Joam o segundo. Estas seis Caronicas ponho segũdo as achei sumadas, por me bem parecerem, soo pus nellas allgũas eras em que hiam desfallecidas e allgũas adiçois, que per letra poerei e per cotas: e asim sam treze Caronicas. E o que pasou d'Ell Rei Dom Manoel, e d'Ell Rei Dom João terceiro, que tudo vi pollo olho, escrevi o que vi em meus dias. Esta decraratoria ponho, que se saiba meu trabalho, e nom tome louvor alheio". (*Acenh.* 116).

"Da breve cryaçam donde tem seu oryiginal os serenicymos Reis de Portugal, e dytos Macabeus por sua valemia que quer dyzer deffemçores; como elles deffenderam e ganharam parte destes Reinos aos Mouros, isto pera começo dos sumarios e allembrança das Coroniquas dos Reis de Portugal: e he o regimte todo copilado e allembrado em este volume per o Bacharel Cristovam Rodriguez Acenheiro procurador, morador e natural da Cydade dEvora, e nella fes esta breviaçam em Mayo de mil e quinhentos e trimta e sinco anos, bom Reinamte em Portugal Rey Dom Yoam terceiro do nome, quimzeno dos Reis de Portugal." (*Acenh. Prol.*, I)¹⁰⁷¹

Testemunho na linha directa da cronística anterior, particularmente da *Crónica de 1419*¹⁰⁷² Acenheiro produz um relato em que a informação histórica aparece mesclada com comentários pessoais e uma visão em que frequentemente estabelece comparações entre a diacronia memorial portuguesa e a história sagrada, acompanhado de cogitações morais e éticas sobre as personagens e sobre o cumprimento da lei de Deus (ex. Guerra Santa) e questões de virtude como a lealdade ou cooperação¹⁰⁷³. Insere-se, pois, plenamente num transdiscurso que reportava à principais fontes da memória portuguesa, acentuando a dimensão providencial e linhagística da coroa, na senda do que observámos sobre toda a dinastia de Avis. Relato comprometido com a agenda política que se vinha desenhando desde a segunda metade do século XV, bem plasmada nas Orações de Obediência, remetendo para as questões de afirmação do poder, do valor da pátria, da vontade de prosseguir, na linha dos antepassados, a luta contra o inimigo da fé - enfim contexto moderno, tímido substrato clássico em processo de continuidade de pensamento e acção.

A habilidade retórica de Acenheiro está, para nós, na sua capacidade de transformar esse legado em fértil terreno onde medra a raiz lusitana. Assim, propõe uma imagem da fundação do reino e da sua concatenação linhagística que prima pela subtiliza

¹⁰⁷¹ A obra ficou manuscrita e apenas teve uma edição em 1824, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal (1535)*, in *Inéditos de História Portuguesa*, Tomo V, Lisboa, Real Academia das Sciencias de Lisboa. Utilizamos a sigla *Acenh.*

¹⁰⁷² Tal como demonstrou Filipe Moreira (2010a, 346-362): "numa visão global da forma como Acenheiro usou a C1419: elegeu-a como fonte principal das suas Sumas, foi-a resumindo ou copiando e inseriu no texto assim constituído informações complementares vindas de outras fontes, especialmente das «Crónicas novas do reino», como ele próprio designa as obras de Rui de Pina e Duarte Galvão" (*ibidem*, 355).

¹⁰⁷³ *Ibidem*, 357.

de introduzir um elemento até aí desconhecido, quando insiste que o pai de D. Henrique era «Dom Estevão Samto Rey de Humgria, e primeiro della Rey Christão» (*Acenh.* 13)¹⁰⁷⁴. Mais, esta chave de leitura tem o mérito de fazer entroncar Portugal numa matéria muito sensível - a da descendência goda que esteve adscrita às propostas historiográficas castelhanas. Vai então contradizer a forma como os discursos do reino vizinho propugnavam a bastardia de D. Teresa (*Acenh.*, 3-4) e afirmar peremptoriamente, revelando a proeminência e urgência destes assuntos, a soberania e lusitanidade portuguesas

"E porem o Papa Pio Silvio Eneas, grande orador, renovando as genologias das terras fortes de Christãos, dyxe na carta que escreveo a Mafamede Rey dos Turcos lhe dyxe; nom sabes estremada Humgria e a valemte Espanha, a estas dote de gramdeza: destas costas dyzem hé serto que decedem os Reis de Portugal, e allem dEspanhois sam Luzitanios, Hé visto notoriamente os Reis de Portugal serem delRei de Umgria e delRei d'Espanha que sam Umgraos e Espanhois; por quamto as coroniquas de Castella, que sempre contrariarão Portugal, dizem que esta fi lha Dona Tareza era bastarda (...)" (*Acenh.* 3)

Narrativa inflamada, à qual não falta o necessário suprimimento identitário lusitano, que abre a sua obra e continua com um longo excurso provando a legitimidade da descendência de D. Teresa e D. Henrique. Dentro desta interpretação não poderia faltar o episódio glorificador de Ourique (*Acenh.* 23-24) assim como, por outro lado, a Lusitânia surge em várias ocorrências do texto (ex. *Acenh.* 21, 22, 46) todas elas coincidentes com o que lemos na *Crónica de 1419* - a Lusitânia essencialmente ligada à figura do primeiro rei português, como *terra* de conquista entre Tejo e Odiana. Parece, pois, confirmar-se

¹⁰⁷⁴ Como bem observa Filipe Moreira, " rigor dedicado ao Conde D. Henrique e à ascendência dos reis de Portugal, assenta maioritariamente na C1419 (capítulos 1 - 4), que Acenheiro várias vezes transcreve *ipsis verbis*. Algumas passagens têm, porém, outra origem. Assim, a precisão segundo a qual o pai de D. Henrique era «Dom Estevão Samto Rey de Humgria, e primeiro della Rey Christão» (p. 13), apesar de aparentemente atribuída a «coronicas amtiguas de Portugal» (p. 13), não aparece na C1419 (nem em Duarte Galvão), que se limita a referir um vago «rei da Hungria». Que esta associação, particularmente carismática, da ascendência dos reis de Portugal a esse Santo monarca não foi invenção de Acenheiro demonstra-o, no entanto, claramente o facto de ela surgir também na chamada *Genealogia do Infante D. Fernando*, obra-prima de iluminura renascentista que por volta de 1530 foi encomendada a António de Holanda e Simão Bening. Foi esta, aliás, seguramente a fonte de Acenheiro" (*ibidem*, 347). Sobre a relação da monarquia portuguesa com a Hungria, v. José Maria Rodrigues, *Fontes dos Lusíadas*, 1979, 18 e Zoltán Rózsa, *Camões na Hungria, in Relações Luso-Húngaras* (Estudos, Bibliografia, Textos), 1987, 23-29, *apud*, Garcia, 1995, 149.

uma transdiscursividade, relevante em matérias susceptíveis de configurar a matriz identitária, que, como se depreende, está particularmente centrada na produção em torno da cidade de Évora e da corte régia¹⁰⁷⁵.

Entretanto convém notar a existência, em Portugal, de dinâmicas opostas e de outra orientação, não obstante o carácter protagonista e apologético desta formulação prestigiante entre o reino a antiga entidade memorial lusitana. O dirimir de argumentos em torno da utilização e interpretação da história pré-romana e da presença romana na Península e, especialmente, no território português, bem como a invenção de uma dignidade e legitimidade fundacional e linhagística para o reino não se resume a esta concatenação. Parece, aliás, situar-se num contexto muito mais complexo e vasto que envolve questões como a expressão identitária regional, a sua precedência jurisdicional, a projecção, imagem, influência e protagonismo de áreas territoriais junto dos círculos de poder e a configuração de uma rede centro-periferias, esta última em construção.

Todos estes aspectos, devidamente situados no nosso texto, em particular nas reflexões em torno dos contextos do espaço, poder e Humanismo renascentista, que abriram esta parte da tese, têm merecido a nossa atenção. E é precisamente nesta trama que emergem sinais de antagonismos que não são mais do que a recorrente manifestação de enraizados orgulhos locais e regionais, na esperança de uma notoriedade e ascendente junto do centro de decisão, cada vez mais olhado como indiscutível centro de poder - a coroa e o seu rei. Vejamos um significativo exemplo. Na verdade, como atentamente demonstrou Ana Sánchez Tarrío¹⁰⁷⁶, verifica-se uma clara intenção de manipulação da memória partindo do carácter problemático de uma inscrição epigráfica (*CIL* II 2422) de transmissão unicamente textual, em meios humanistas ligados ao norte português, invocando uma descontextualizada antiga *Callaecia*, que aparece como dedicante a um dos filhos adoptivos de Augusto. Tal situação tinha em vista não só estabelecer uma argumentação em favor da coesão histórico-geográfica do Noroeste peninsular desde a Antiguidade (como imagem prestigiante de Portugal face a Castela) como também pretendia concorrer, no plano interno, com a *restauratio* resendiana da *Lusitania*.

¹⁰⁷⁵ Adiante veremos que também André de Resende recupera esta linhagem húngara dos monarcas portugueses.

¹⁰⁷⁶ 2010, 179-200.

Sendo assim, explorando o contexto que rodeia a figura do arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, que desenvolveu uma importante intervenção cultural, entre 1505 e 1532, tendo em vista uma *restauratio* humanística da cidade pelo modelo italiano, a autora salienta a intenção do prelado se imiscuir, em paralelo, nos direitos herdados da sede metropolitana e na recuperação de uma autonomia na jurisdição dos direitos cíveis. Ou seja, fazendo uso do passado romano e medieval, para sustentar argumentos de natureza jurídico-eclesiástica da proeminência, autonomia e unidade de uma região, de resto um "pequeno estado" dentro da nação portuguesa com um alto nível de rendimentos¹⁰⁷⁷. Revelam-se, pois, questões de centralidade e jurisdição, num mosaico de poderes em que a própria coroa ainda não dispunha de todos os meios para se fazer valer da sua soberania¹⁰⁷⁸. Neste caso discutia-se a primazia eclesiástica de Braga, face a Lisboa, a que o referido arcebispo, incitando o rei, lançava a mácula do peso histórico de uma dependência desta última a Mérida-Santiago e a possibilidade de perda de primazia para Toledo. Questões que, num contexto político ibérico de afirmação de soberania, não seriam de secundarizar.

A este cenário vem juntar-se a figura do Dr. João de Barros, autor da *Geographia d' Antre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, escrita em 1548¹⁰⁷⁹, um trabalho que havia iniciado havia décadas, quando fora designado "pelo irmão do monarca D. João III, o Cardeal-Infante D. Henrique, para realizar funções de catalogação de fundos monásticos no Norte, que, por outro lado, era a sua região de origem"¹⁰⁸⁰. Esta obra, recorrendo ao material recolhido pelo arcebispo, acentua a concatenação da região à antiga *Callaecia* e, embora com carácter vincadamente regional, ignora qualquer alusão à *Lusitania* que fazia um longo caminho, como temos visto, na *argumentatio* sobre a fundamentação e legitimação do reino, mormente face a Castela. Embora reconhecendo que este testemunho esteja associado à contestação do mito godo castelhano, como a autora já notara em outros trabalhos¹⁰⁸¹, Sánchez Tarrío conclui, que

¹⁰⁷⁷ *Ibidem*, 183-184.

¹⁰⁷⁸ Lembramos, como já observámos, que ainda em 1527-32 se procedia ao Numeramento Geral do Reino.

¹⁰⁷⁹ Publicada pela primeira vez, numa edição moderna, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, em 1919.

¹⁰⁸⁰ Sánchez Tarrío (*op. cit.*, 186).

¹⁰⁸¹ 2005, 889-904; 2014, 521-546.

"pelos anos 1532-1537, época em que os monarcas se instalaram em Évora, Barros já se encontrava junto da corte, isto é, mais de uma década antes dos trabalhos de publicação impressa da sua *Geographia*. No entanto, a prestigiosa *Lusitania* resendiana e a sua moderna revitalização constituem a mais clamorosa ausência desta obra. Ele escreve com o entusiasmo de um natural da terra, mas em todo o caso não cabe duvidar de que está perfeitamente a par da concentração em Évora e na Lusitânia da restauração humanística de Portugal, processo que encontrará consagração nas *Antiguidades da Lusitânia* de André de Resende e na *Geographia Antiga da Lusitânia* de Bernardo de Brito (...). Porque a antiga inserção da região quinhentista de Entre Douro e Minho na Gallaecia romana constituía obstáculo principal do ponto de vista da identificação de Portugal com a Lusitânia romana, já problemática pelo seu óbvio anacronismo geográfico. O silêncio de Barros sobre a *Lusitania* sugere, por um lado, uma forma de prudente concorrência com outra actividade antiquária do humanismo pátrio que se desenvolvia contemporaneamente no Sul do reino, com importantes apoios no Paço. A dedicatória a D. João III desta obra revela a vontade de chamar a atenção sobre uma região que parecia perder, na agenda simbólica palaciana centrada na *Lusitania*, o seu marcante protagonismo medieval"¹⁰⁸².

Ora, o arcebispo de Braga morre em 1532 e conseguira concretizar um dos projectos da *restauratio* de Braga, a criação de uma escola humanista, que mereceu a intervenção do Cardeal-Infante D. Henrique e contou com mestres estrangeiros como Nicolau Clenardo. Mas o irmão de D. João III continuava a centrar a sua atenção no mesmo processo de *restauratio* da cidade de Évora, junto da corte régia, firmando-se no círculo humanista onde assumia protagonismo André de Resende.

¹⁰⁸² *Op. cit.*, 188-190.

10 - O humanismo eborense de André de Resende e a definitiva celebração das núpcias entre Portugal e a Lusitânia

A Lusitânia fala a Resende (...)

*Assim eu agora me proclamo muito feliz
E grandemente ditosa, ó Resende, honra do nosso povo,
Pelo facto de os teus escritos me engrandecerem com vetustos títulos
E, reivindicando a minha glória desde remotas origens,
Desvendares monumentos que testemunham os meus louvores.
Bravo! Tu não inventas, em meu proveito, honras vãs
Ou amplias os meus elogios com palavras de enfeite;
Mas, seguindo a verdadeira cronologia e fidelidade históricas,
Descobres coisas ocultas aos Romanos, em seus anais, e ocultas
Aos Gregos, e revelas coisas desconhecidas de muitos,
Narrando os feitos gloriosos dos meus Lusíadas
E os valorosos chefes que outrora o poder de Roma
Experimentou, tão invencíveis na guerra como fiéis na paz.
Por isso, eu própria conseguirei, para os séculos vindouros, um nome
Ilustre e sempre serei celebrada por teu intermédio
Nos tempos futuros, enquanto o aurífero Tejo passar pelo meio dos meus
Campos e descer para o mar em corrida veloz,
E enquanto o Sol mergulhar os seus carros fatigados nas minhas praias*

Versos de Diogo Mendes de Vasconcelos em louvor de Lúcio André de Resende,
in As Antiguidades da Lusitânia, 82

A centralidade política de Évora fica marcada pela frequente presença dos vários monarcas da dinastia de Avis. Bastaria lembrar que D. Afonso V permanece nesta cidade em 27 dos 32 anos de governação (1448-1481)¹⁰⁸³, D. João II circula pelo Alentejo e transforma Évora na sua “cidade preferência”¹⁰⁸⁴, D. Manuel I totaliza 11 anos do seu reinado (25 anos) nesta cidade, por vezes nela ficando durante vários meses¹⁰⁸⁵ mas será

¹⁰⁸³ Saul Gomes (2012, 298-307).

¹⁰⁸⁴ Fonseca (2012, 30-31).

¹⁰⁸⁵ Oliveira e Costa (2012, 267-268, 283-285).

D. João III (1521-1557) que a elege como capital *de facto*, principalmente a partir de 1531 até 1537, fugindo ao sismo de Lisboa¹⁰⁸⁶.

Não será, pois, estranho que vários eborenses e humanistas do tempo, como Garcia de Resende (1470-1536) ou André de Resende (1498/1500-1573) acalentem a esperança de verem a cidade promovida a capital do reino, exigindo os mesmos privilégios de Lisboa. De facto, quando das entradas da princesa Joana, filha de Carlos V, noiva do Príncipe João, em 1552, no reinado de D. João III e decorridos dezassete anos, em 1569, a de D. Sebastião, filho destes príncipes João e Joana, que entrava na cidade de Évora como rei em exercício, André de Resende, encarregado de proferir ambas as orações solenes, manifesta a aspiração de Évora vir a ser elevada a capital do reino, à semelhança da Espanha de Filipe II, que transfere definitivamente a corte de Toledo para Madrid¹⁰⁸⁷. Aliás, tratava-se de pretensões com efeitos de precedência jurisdicional pois nas cortes de 1535, nessa mesma cidade, Évora alcança o segundo lugar nos assentos da primeira bancada, categoria há muito reivindicada pelo Porto, que se viu assim preterido, apesar de já ter ultrapassado em população a urbe alentejana¹⁰⁸⁸.

Associada a esta questão está uma intensa vida e difusão pedagógica, cultural e artística¹⁰⁸⁹. D. João III, o seu irmão o Cardeal-Infante D. Henrique (1512-1580) e o Cardeal D. Afonso (1509-1540), tiveram um papel precursor, contribuindo com ideias reformadoras e patrocinando essa vivência eborense. O rei terá mesmo encarregado André de Resende de trazer os humanistas belgas Nicolau Clenardo e João Vaseu, reputados professores do Colégio Trilingue de Lovaina¹⁰⁹⁰ que acabaram, depois de

¹⁰⁸⁶ Buescu (2012, 18, 116-117, 153, 156, 162, 164, 167, 222, 242).

¹⁰⁸⁷ Nair Soares (2018, 300-301).

¹⁰⁸⁸ Fonseca (2016, 2).

¹⁰⁸⁹ A bibliografia sobre a importância e centralidade de Évora, remetendo para a o círculo humanista e a *restauratio* romana, artística e monumental, é muito extensa. v. com respectiva bibliografia, Rafael Domingues Moreira (1991), *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia e o Moderno e o Romano*, tese de doutoramento, Lisboa, FCSH; Susana Matos Abreu (2004), *De Roma a Évora, com André de Resende: Cidade e "Património" na História da Antiguidade da cidade de Évora, in Património Esquecido / O Recuperar da Memória*, @pha.Boletim, 1-18; Teresa Fonseca (2016), *Dinâmicas territoriais na Évora Moderna*, CIDEHUS; Nair Soares (2018), *Mostras no Sentido do Fluir*, esp. 203-242; 299-326).

¹⁰⁹⁰ Nair Soares (2018, 230-231). Essa reforma profunda do ensino é levada a cabo pelo rei D. João III, em várias cidades do país e designadamente em Coimbra, para onde transferiu a Universidade em 1537 e onde fundou o Colégio das Artes, em 1548. A autora salienta neste mecenato a acção pedagógica de D. Henrique: "o mecenatismo régio é secundado pelo de outras figuras, como o cardeal Infante D. Henrique, que protege o Colégio de S. Paulo em Braga, onde é Arcebispo. Neste colégio ensina Clenardo cerca de um ano os rudimentos da língua latina, enquanto Vaseu, não chega de Salamanca. Clenardo fica mais ligado à pessoa do Cardeal, João Vaseu é nomeado para a cadeira de Retórica. Transferido D. Henrique para a mitra de Évora, os humanistas belgas acompanham-no. A capital alentejana beneficiaria agora da sua acção pedagógica, que se vinha juntar à de André de Resende (...) Em Évora, exerceram o seu magistério junto

passar por Braga, por ficar em Évora. Assim, a par destas manifestações de uma actividade promocional local, os humanistas que acompanham a corte recebiam incentivos para um debate cultural mais abrangente alargando-o ao discurso político, com função de legitimar o poder régio e o seu processo de afirmação e consolidação. Decurso que tem o seu retorno pois estes mesmos humanistas dinamizam e sustentam a própria actividade cultural da corte e dos membros da família real. Também aqui André de Resende assume um notável protagonismo com a sua esfera de influências junto dos círculos mais altos do poder, pois, segundo Rafael Moreira¹⁰⁹¹, este humanista assiste os interesses dos Infantes, irmãos de D. João III, orientando-os nas suas colecções - D. Afonso, de quem Resende foi criado, D. Henrique, de quem foi criado após a morte de D. Afonso, e D. Luís, pupilo do mestre antiquário, desenvolveram gosto pelo coleccionismo de fragmentos escultóricos e outras peças arqueológicas. Nesse meio circulavam, ainda, outros estudiosos das antiguidades, como o cónego Gaspar Barreiros, ou até o jovem pintor Francisco de Holanda, cujos conhecimentos de epigrafia haveriam de ser muito elogiados pelo mestre André de Resende¹⁰⁹².

Mas a participação cívica destes eruditos implica-os numa constelação de poderes e manifestações diversas que vão de encontro a uma dinâmica cultural, paralela a evidentes propósitos de propaganda ideológica. Terá sido entre 1540 e 1543 que André de Resende é chamado, pelo município de Évora, para assumir a tarefa de investigar a história da cidade, visando a intervenção e *restauratio* partindo do modelo da *Vrbs*

de príncipes e nobres ou em escolas públicas, André de Resende, Clenardo, Vaseu e Diogo Sigeu. Diogo Sigeu de Toledo veio para Portugal em 1543 e foi, na corte, além de secretário da correspondência latina, mestre de retórica do Príncipe João e outros moços fidalgos, entre os quais avultam D. Teodósio de Bragança e seus irmãos".

¹⁰⁹¹ *Op. cit.*, 240.

¹⁰⁹² Nair Soares (2018, 310) aponta as funções de Resende na corte, que partir de 1533, surge como mestre de príncipes e como teólogo, vindo a ter, pela sua *auctoritas*, um papel importante na nova orientação do ensino em Portugal. Esta importância da difusão cultural e do ensino fica ainda marcada pela «Academia feminina portuguesa» da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel, que "acolhia na corte, no seu Círculo, jovens de grande perfil intelectual e sólida cultura: Luísa Sigeia e a sua irmã Ângela, filhas de Diogo Sigeu, Paula Vicente e Joana Vaz" (*ibidem*, 317-318). Aliás, André de Resende imprimiu, juntamente com o discurso proferido em 1551, uma composição de louvor à Infanta D. Maria, em que elogia também Joana Vaz e Luísa Sigeia. Terá sido em Évora a dita Infanta recebeu a sua formação latina, tendo por mestre Rodrigo Sánchez, humanista do séquito da rainha D. Catarina. Trata-se do discurso de Resende L. Andr. Resendii *Oratio habita Conimbricæ in Gymnasio regio, anniuersario dedicationis eius die Quarto Calendas Iulij, M. D. LI., p. Cvº: Possum enim ostendere Lusitanos et philologos esse, et intra quinquaginta, proximos hos annos non pauciores triginta floruisse, etiam scriptis editis, qui ueteribus quum dictionis elegantia tum rerum grauitate, possint iure conferri. Possum mulieres quoque ostendere, quae cum omni uetustate certent eruditione, ac in primis Mariam Regis nostri sororem*. Cf. a edição moderna, *Oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551*. Reprodução fac-similada, leitura moderna, tradução e notas de Gabriel de Paiva Domingues, Coimbra, 1982.

aplicada a esta *civitas*. A redacção da *História da Antiguidade da Cidade de Évora*¹⁰⁹³, terminada por volta de 1547, conhecerá pronta edição em 1553 na oficina de André de Burgos, na mesma cidade, dando assim origem à primeira monografia impressa inteiramente dedicada a um município na Península, destacando-se e promovendo-se o estudo sobre as antiguidades¹⁰⁹⁴.

É o próprio humanista que reconhece a utilidade dos trabalhos e estudos pois, "hos homeens de leteras, com leteras servem a hos Reis e principes"¹⁰⁹⁵. Esta obra apresenta uma notável unidade na interpretação da temática da história da Antiguidade, em todas as outras produções de Resende. Partindo e incorporando os clássicos - Plínio, Estrabão, Mela, Suetónio, Antonino Pio e Ptolomeu, os mesmos autores que citará nas *Antiguidades da Lusitânia*, procede-se à glorificação de Sertório como "valeroso capitão" e caudilho dos Lusitanos, a quem dedica todo o capítulo terceiro, descrito segundo o paradigma do herói romano e a quem se se deve, na sua leitura, a fundação da cidade, fazendo sobressair o seu estatuto jurídico de colónia romana privilegiada. Centro urbano de condições excelentes que, depois, terá continuidade nos tempos cristãos, recorrendo às figuras de S. Manços, dos santos mártires Vicente, Sabina e Cristétis (fl.s 21v.-23v.) e de Giraldo sem Pavor, na altura da Reconquista. Daí a cidade ser "nobilissima ha qual non soamente era flaminica de Evora, mas tambem de toda a Lusitania" (fl. 17v.)¹⁰⁹⁶. O facto é que, por

¹⁰⁹³ Edição de Ivo Carneiro de Sousa (1993).

¹⁰⁹⁴ Sousa (1993, 18-19); Susana Abreu (2004, 2) lembra que, na altura da publicação desta obra "André de Resende é já uma figura conceituada nos movimentos culturais europeus, de pesada bagagem académica adquirida em Portugal e nos centros universitários de Paris, Salamanca e Lovaina. Viajante incansável, havia rumado a Itália antes de se fixar definitivamente em Évora no ano de 1534. Nesta rara oportunidade para o estudo de anticalhas de várias localidades de Espanha, André de Resende havia frutificado a sua observação em centenas de inscrições latinas coligidas no manuscrito *Antiqua Epigraphica*, que oferecera ao cardeal-Infante D. Afonso, em Outubro de 1533. Ainda entre Novembro e Dezembro deste mesmo ano, André de Resende fora a Salamanca com a real missão de chamar a Évora o célebre humanista Nicolau Clenardo, com o qual travara então conhecimento (...). Ainda em 1540, André de Resende partira de Évora em peregrinação a Guadalupe, demorando-se a estudar as ruínas de Mérida e de Medellín. Será, porém, o conjunto do legado escrito de André de Resende que afirmará o seu autor, e para a posteridade, não só como polígrafo, exegeta, filólogo ou poeta (de acordo com a polivalência deontológica humanista), mas ainda epigrafista, coleccionador, arqueólogo e antiquário de notáveis créditos".

¹⁰⁹⁵ *História da Antiguidade (...)*, fl. 1v.-2.

¹⁰⁹⁶ Susana Abreu (2004, 8) faz notar que os argumentos de Resende, no que toca à valorização do património, assentam todos nesta teoria da fundação da cidade por Sertório: "o texto da *História* de Resende é objectivo quanto ao efeito fundacional (ou re-fundacional) do facto urbano que advém da fixação de Sertório na cidade transtagana. Resende ignora o nome do primevo fundador do povoado [fl. VIII], mas é firme quanto à primazia de Sertório no despontar da sua vocação para verdadeira cidade. E isto, note-se, Resende justifica-o com apenas três construções que reputa da iniciativa de Sertório V, todas elas, porém, de altíssimo significado na perspectiva do modelo romano, não só do morfológico da *urbs*, mas do renascentista da *Civitas*: a construção do palácio do fundador, o levantamento das muralhas da cidade e do aqueduto da Água de Prata [fls.9-10v]. Neste arrumado e conciso leque de exemplos ressaltam, a par da obra particular, certas "obras públicas" que atestam a magnanimidade do soberano, uma prática cada vez mais valorada na senda do Renascimento a partir do exemplo da Roma papal".

intervenção régia e municipal, procede-se à reabilitação urbana, visível na inauguração, em 1537, do polémico Aqueduto da Água da Prata¹⁰⁹⁷. É, pois, de diversa forma e em múltiplas escalas que o poder régio manifesta a sua consolidação.

A importância destes humanistas estava no potencial intelectual que ofereciam como armas eficientes e socialmente reconhecidas, num determinado sistema simbólico de poder, para justificar, legitimar e validar posições. Nesse aspecto, André de Resende estava muito bem preparado para desempenhar as tarefas e trabalhos que a pátria e a sua transtagana cidade lhe exigiam¹⁰⁹⁸. Nascido em Évora (1498/1500), no seio de uma respeitada família, sendo seu pai André Vaz de Resende, cavaleiro da Ordem de Cristo, e sua mãe, Leonor Vaz de Góis, terá feito um caminho exemplar ingressando adolescente na Ordem de S. Domingos. As suas qualidades terão sido desde cedo apreciadas "pelos mestres do mosteiro de Évora, em breve por autorização e proposta dos mesmos foi para Alcalá de Henares, onde teve como professor a António de Nebrissa, cuja fama era então pública, e depois ao Português Aires Barbosa, mestre que em Salamanca ensinava o Grego"¹⁰⁹⁹. Prosseguiu estudos superiores nas Artes Liberais em Salamanca, seguidos de trabalhos de Teologia e daí partiu para frequentar a Universidade de Paris, onde depois de alguns meses transitou para a de Lovaina "onde D. Pedro Mascarenhas¹¹⁰⁰, fidalgo de alta estirpe e que em Bruxelas era embaixador do rei português junto de Carlos V, o

¹⁰⁹⁷ Este monumento, que segundo Nair Soares (2018, 319) "foi celebrado em prosa e em verso por autores como Diogo Pires, judeu eborense no exílio e inspirado poeta neolatino. E também por João de Barros, no *Panegírico de D. João III* – que elege este tema como *exemplum* na sua *Gramática da língua portuguesa*", foi motivo de acesa polémica sobre a sua antiguidade, nos anos de 1533-34, entre André de Resende e o conhecido humanista da mesma cidade, D. Miguel da Silva (1480-1556), que foi bispo de Viseu (1526) e o destinatário d' *O Cortesão*, do já referido Baltasar Castiglione, que o considerava um modelo de urbanidade (Nair Soares, *op. cit.*, 265). O motivo era a adscrição da antiguidade a Sertório ao que D. Miguel da Silva replicava com a necessidade da verdade histórica. Sobre esta distinta figura eborense, que fora embaixador de D. Manuel em Roma em 1515 e nomeado escrivão da puridade por D. João III (1525), v. Sylvie Deswarte (1989).

¹⁰⁹⁸ O campo de estudos sobre a vida e obra de André de Resende é demasiado vasto para ser, aqui, elencado. Nomes como Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Francisco Leitão Ferreira, Anselmo Braamcamp Freire, Américo da Costa Ramalho, Virgínia Soares Pereira, Jorge Osório, Raúl Rosado Fernandes, Nair Soares ou Aires Augusto Nascimento, dedicaram muitas páginas a esta personagem. Veja-se uma boa resenha nos trabalhos Congresso Internacional do Humanismo Português "Cataldo & André de Resende", CEC, 2002; em Fernandes & Pinho (2009) e em Nair Soares (2018). Sobre o seu nome v. Costa Ramalho (1983, 203-213). Não nos ateremos à sua biografia particularmente completa em F. Leitão Ferreira, que A. Braamcamp Freire editou, anotou e corrigiu, «Vida de André de Resende. Biografia Inédita», in *A. H. P.*, VII (1909), 339-417; VIII (1910), 62-69; 161-184; 338-366; IX (1914), 177-334 (Fernandes & Pinho, 2009, 400). Salientamos, apenas, alguns aspectos relevantes para análise que se segue e apoiamo-nos na biografia que acompanha o *LQAL* da responsabilidade de Diogo Mendes de Vasconcelos (*LQAL, Vida*, 54-68), seu editor e amigo próximo. Sobre a proximidade destes dois humanistas e a publicação do *LQAL* v. Fernandes & Pinho (2009, 11-14).

¹⁰⁹⁹ *LQAL, Vida*, 54.

¹¹⁰⁰ Embaixador entre 1533-1539, v. Fernandes & Pinho (2009, 400).

convidou para sua casa"¹¹⁰¹ e a quem proporcionou aulas de Latim. É nessa altura que ocorrem dois factos relevantes. Por um lado, como nos conta Diogo de Vasconcelos, num choque para toda a cristandade, o rei turco Solimão cercou a cidade de Viena de Áustria (1529-1532), sendo que o referido embaixador português, participando na expedição de socorro, fez-se acompanhar de Resende que não só pôde experienciar a dureza do campo de batalha, como teve a oportunidade de se destacar como "homem de grande erudição e de bons costumes, começou também por diligência de seus amigos a tornar-se notado junto do imperador [Carlos V]"¹¹⁰².

Por outro lado, o humanista, aproveitando os extraordinários festejos realizados em Bruxelas para celebrar o desejado nascimento do príncipe D. Manuel (1 de Novembro de 1531), filho de D. João III¹¹⁰³, prepara um extenso poema de 900 versos, em latim, glorificador do desejado herdeiro - *Genethliacon*¹¹⁰⁴. Estes festejos, que contaram com a presença do imperador Carlos V, tiveram lugar a 20 e 21 de Dezembro desse mesmo ano, por iniciativa do embaixador. O poema é publicado no ano seguinte, em 1532, em Bolonha, e é dedicado a D. João III, a quem Resende se dirige como "O fortíssimo D. João, rei dos Portugueses (*Lusitanorum rex*), triunfador máximo sobre os povos da África, das regiões do Atlas, Etiópia, Pérsia, Índia e Taprobana."¹¹⁰⁵. Aliás, todo o poema se destina a descrever o evento e a projectar internacionalmente a imagem da *Lusitania* (Portugal), à semelhança das *Orações de Obediência*, firmando uma representação do poder, riqueza e do valor do império lusitano. O fausto e o brilho das celebrações, banquetes e encenações estavam impregnados das marcas desse mesmo império: a abundância de especiarias "que não era lenha o que ardia, mas canela (*cinnama*) e todas as outras especiarias que, através dos maiores perigos, aos confins da Índia vai buscar o audacioso comerciante, arrostando as iras de Neptuno, ao sulcar num errante e breve lenho as ondas do mar e ao expor a vida às furiosas procelas do céu e do pélago" (vv. 274-281); iguarias, tapeçarias, adereços, jogos para nobres, encenações.

Como destaca Virgínia Soares Pereira "A adesão do público é enorme. Todos comungam da alegria e da glória de tão grandiosas celebrações, que se prolongaram por dois dias. E o povo, que fora do palácio assistiu e participou nos festejos e nos jogos, por

¹¹⁰¹ LQAL, *Vida*, 56.

¹¹⁰² *Idem*, *ibidem*.

¹¹⁰³ Buescu (2012, 165-166); Pereira (2012, 2-3). O Infante D. Manuel morreria no ano seguinte.

¹¹⁰⁴ Editado em António Guimarães Pinto (s.d.), *Genethliacon*, Versão portuguesa e notas de (...), in *Algumas obras de André de Resende*, vol. II (1529-1551), 137-189.

¹¹⁰⁵ *Apud* Pereira (2012, 2).

vezes de forma truculenta – Resende não deixa de relatar, qual atento repórter, cenas de pancadaria e bebedeira –, agradece, percorrendo as ruas de Bruxelas e gritando *Bona Lusitania!* ('Viva Portugal!')"¹¹⁰⁶. Manifestação de grande porte com a curiosidade de revelar um exemplo do contacto, recepção e participação do povo no capital simbólico do poder português - a Lusitânia¹¹⁰⁷.

No mesmo ano de 1532, em Lisboa, onde a corte do rei português se estabelecera temporariamente, Mestre Gil Vicente (c. 1465-1536) leva à cena uma não menos expressiva *Farsa da Lusitânia* "representada ao muito alto e poderoso rei dom João, o terceiro deste nome em Portugal, ao nascimento do muito desejado príncipe dom Manoel, seu filho"¹¹⁰⁸. Alegoricamente, a trama, recheada de peripécias, termina com o casamento entre uma jovem e virtuosa Lusitânia com um forte e encantador Portugal, dado aos prazeres cinegéticos, pois o famoso cavaleiro anda à caça – é «caçador / generoso» (II, 397)¹¹⁰⁹. Portugal surge com uma expressiva origem na Grécia (e não na posterior Roma...) mas estaria, ao tempo de vir para o território português, "em Hungria"¹¹¹⁰. Pela mesma época, como atrás vimos, Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1535), formulava semelhantes nexos e representações nas suas *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*.

¹¹⁰⁶ Pereira (2012, 3).

¹¹⁰⁷ Não podemos esquecer que, segundo Luís de Sousa Rebelo (1982, 259), também será André de Resende um dos primeiros humanistas a dar a conhecer as conquistas e feitos dos portugueses na sua expansão pelo mundo, recorrendo à língua internacional da época - o latim. Como nota Virgínia Pereira (2012, 4), refere-se "à versão para latim, por Resende, da carta de D. Nuno da Cunha, a *Epitome Rerum Gestarum in India a Lusitanis*, vinda a lume em Lovaina, no ano de 1531. Trata-se de uma tradução / adaptação para latim de um "relatório" apresentado em 1530 ao rei D. João III por D. Nuno da Cunha, Governador da Índia, sobre as vitórias portuguesas no Oriente, junto ao Mar Vermelho". Nair Soares (2018, 319, *passim*) coloca-o a par de outras iniciativas de propaganda e defesa da imagem lusitana e do seu império ultramarino, como Diogo de Teive (*Commentarius de rebus a Lusitano in India apud Dium gestis*, 1546) e Damião de Góis (*De bello Cambaico Vltimo commentarii tres*, 1549 e *Hispania*, 1541).

¹¹⁰⁸ Gil Vicente (1984, II, 547); Buescu (2012, 165).

¹¹⁰⁹ Osório (2005, 122).

¹¹¹⁰ Diz-nos Gil Vicente (*ibidem*, 561-562) no intróito da segunda parte da sua *Farsa*: "Naquela cova Sebilária, muito sábio e prudentíssimo senhor, o autor foi ensinado que há três mil anos que ãa generosa ninfa chamada Lisibea, filha de ãa rainha de Berbéria e de um príncipe marinho, que a esta Lisibea os fados deram por morada naquelas medonhas barrocas que estão da parte do sol ao pé da serra de Sintra, que naquele tempo se chamava a serra Solércia. E como per vezes o Sol passasse polo opósito da lustrante Lisibea e a visse nua sem nenhũa cobertura, tam perfeita em suas corporais proporções como fermosa em todolos lugares de sua gentileza, houve dela ãa filha tam ornada de sua luz que lhe puseram nome Lusitânia, que foi diesa e senhora desta província. Neste mesmo tempo havia na Grécia um famoso cavaleiro e mui namorado em estremo e grandíssimo caçador que se chamava Portugal, o qual estando em Hungria ouviu dizer das diversas e famosas caças da serra Solércia e veio-a buscar. E como este Portugal todo fundado em amores visse a fermosura sobrenatural de Lusitânia filha do Sol emproviso se achou perdido por ela. Lisibea sua madre de desatinada ciosa morreu de ciúmes deste Portugal. Foi enterrada na montanha que naquele tempo se chamava a Félix deserta, onde depois foi edificada esta cidade, que por causa da sepultura de Lisibea lhe puseram nome Lixboa".

Mas voltemos a André de Resende. Terá regressado a Portugal entre 1533-1534 e estabeleceu-se em Évora, junto da corte. Diogo Mendes de Vasconcelos, o seu primeiro biógrafo, lembra a sua humildade ao mesmo tempo que realça as altas esferas de poder em que sempre circulou, pois "efectivamente, de tal maneira desprezava as riquezas e o luxo e tão dotado era de costumes nobres e puros, acompanhados de uma certa e distinta liberalidade de espírito, que, tendo sempre vivido na privança do imperador Carlos V, na do rei D. João III de Portugal e de outros príncipes, lhes foi sempre caro entre os primeiros, muito embora dispusesse de modesta situação financeira e não aspirasse aos mais altos graus das honrarias nem à ambição das riquezas: sempre foram seu deleite a poesia e o trabalho literário"¹¹¹¹. Essa postura e qualidades intelectuais teriam sido, segundo o seu biógrafo, motivo da sua permanência junto da corte o que remete para a proximidade e a valorização do ensino e educação nas altas esferas eborenses, pois "em Portugal não houve nenhum membro da família real, dos fidalgos e poderosos, bem como dos homens cultos, que não o tivesse acarinhado em estreita simpatia e familiaridade, enquanto viveu"¹¹¹². Fala-nos, então, do apreço pelos vários membros da família real, em particular pelo cardeal D. Afonso, pelo cardeal D. Henrique, "que o elevou a alguns cargos sacerdotais e o admitiu no número de seus familiares"¹¹¹³. Por outro lado, nesta escrita laudatória, acentua também as aulas que ministrava na corte e o círculo de intelectuais em que se movia Resende, apontando à sua proeminência pois, "usufruiu igualmente da amizade de estrangeiros ilustres na sua maioria e que eram recomendados pela fama da sua erudição"¹¹¹⁴. Aulas com alunos que se tornarão ilustres eruditos como Gaspar Barreiros e Aquiles Estaço¹¹¹⁵, autor de duas importantes *Orações de Obediência*. Com autorização do sumo pontífice trocou o hábito da Ordem Dominicana pelas vestes seculares, sendo já de meia-idade e "depois de o ter envergado durante cerca de trinta anos"¹¹¹⁶ e terá falecido na sua cidade natal em 1573. Revelando uma intensa e produtiva actividade¹¹¹⁷, alguma inacabada, o cardeal D. Henrique confiou ao mesmo Diogo de

¹¹¹¹ LQAL, Vida, 56.

¹¹¹² LQAL, Vida, 60.

¹¹¹³ Idem, Ibidem.

¹¹¹⁴ Idem, Ibidem.

¹¹¹⁵ LQAL, Vida, 68.

¹¹¹⁶ LQAL, Vida, 68.

¹¹¹⁷ Virgínia Pereira destaca as duas facetas discursivas de André de Resende. Por um lado, a que é baseada na sua experiência, vivência, ou na factualidade coeva, como o *Genethliacon* ou a *Epitome Rerum Gestarum in India a Lusitanis*. Por outro lado, "já no tocante à preservação da memória do passado do reino de Portugal, merecem especial referência: o já mencionado poema épico-hagiográfico *Vincentius, Leuita et martyr*, em dois livros, sobre o martírio de S. Vicente (Livro I) e a trasladação dos seus restos mortais para Lisboa (Livro II). Vindo a lume em 1545, mas na forja já desde 1532, o poema regista uma das primeiras

Vasconcelos, "a história das antiguidades desta província [Lusitânia/Portugal], que o rei D. Henrique, depois da morte dele, me confiou para emendar e acabar, como pode ver-se pela carta que lhe escrevi e pus no início desta obra"¹¹¹⁸.

Será, pois, nas *Antiguidades da Lusitânia*, obra postumamente publicada em Évora, em 1593, por Diogo Mendes de Vasconcelos, mas que vinha sendo preparada havia décadas, que mestre André de Resende colocará toda a sua erudição ao serviço do poder e da pátria e consolidará, de forma definitiva, o nexos que nos ocupa - Portugal / Lusitânia. Testemunho que entendemos constituir uma espécie de epílogo do transcurso que temos vindo a analisar, não no sentido de ser uma última manifestação deste *topos* mas porque consuma, de forma irreversível, o que vinha sendo uma promessa e uma possibilidade. É um facto que a obra, editada em tempos modernos com uma atenta edição crítica, tem sido manejada e utilizada em várias lucubrações científicas, e é comumente apontada como provecta revelação de uma singular expressão de identidade nacional portuguesa. No entanto, apesar de algumas reflexões de Rosado Fernandes, responsável pela edição crítica, e presentes na *Introdução*¹¹¹⁹ que precede o texto resendiano, desconhecemos quem tenha, realmente, ensaiado a forma como o erudito eborense procede na sua formulação e constrói a sua *argumentatio*.

Do ponto de vista diacrónico e da singularidade de um discurso apontado exclusivamente à entidade lusitana, revela-se a originalidade e o efeito precursor e vertebrador da sua produção que constituem uma das mais sofisticadas e complexas propostas de representação desta relação entre Portugal e a Lusitânia. Também por isso,

ocorrências do termo *Lusiades*, e nisso espelha uma atitude muito peculiar de Resende e que se afirmará nas obras posteriores: a de dar a Portugal a importância que a história mítico-lendária lhe confere. A questão da naturalidade do santo – se é de Saragoça (como querem os Espanhóis), se de Lisboa (como defendem os Portugueses) – é retomada mais tarde, com maior veemência, na *Epistula ad Bartholomaeum Kebedium*, de 1567, uma extensa carta-tratado – dirigida a Bartolomeu de Quevedo, sacerdote da Igreja de Toledo – que, pelo conteúdo, se revestia da maior importância para a história do reino, por tratar de matérias atinentes à Lusitânia, como é dito na carta-dedicatória ao rei D. Sebastião. No título da carta, *L. Andr. Resendii Pro sanctis Christi martyribus Vincentio, Olisiponensi patrono, Vincentio, Sabina et Christhetide, Eborensibus ciuibus, et ad quaedam alia responsio*, estão postos em evidência os dois temas de mais acalorada defesa: o da história das peripécias da trasladação das relíquias de S. Vicente de Lisboa, e o caso dos santos Vicente, Sabina e Cristeta, cidadãos de Évora e mártires. É no âmbito desta defesa que se insere uma veemente acusação dirigida à megalomania castelhana, que sempre desejava apoderar-se do que lhe não pertencia, na opinião do Eborense" (2012, 6-7; 1988, 23-48).

¹¹¹⁸ *LQAL, Vida*, 58. A referida carta, datada de 15 de Janeiro de 1580, dezasseis dias antes da morte do Cardeal-Rei (31 de Janeiro de 1580), consta das missivas iniciais que acompanham a publicação do *LQAL*, 74-81.

¹¹¹⁹ Fernandes & Pinho (2009, 6-38 e notas).

a mais difícil e elaborada de escrutinar, não só pelas múltiplas e cruzadas referências e alocações ao intrincado substrato discursivo clássico, como também pelas subtilezas interpretativas, quando não confluem em argutas manipulações. Anote-se que nos centramos na questão nuclear desta investigação, embora reconhecendo a evidente riqueza analítica e as múltiplas possibilidades que esta fonte nos oferece - talvez outros o venham a fazer como monografia? -, podendo interessar, entre outros, a historiadores, filólogos, geógrafos e arqueólogos. Sendo assim, apenas observamos os dispositivos e mecanismos que Resende emprega na configuração deste inelutável nexos entre Portugal e a Lusitânia. É disso que nos ocuparemos nas próximas linhas.

Lembra André de Resende, na sua carta-dedicatória *Ao Cardeal D. Afonso, filho do Rei D. Manuel*¹¹²⁰, datada de 1 de Outubro de 1533, promovendo o seu próprio labor com expressivos argumentos que encontrariam, certamente, reconhecido entendimento no ilustre receptor, que

"Há que ter prudência e imitar o que agradou à época mais culta, o que constantemente encontramos. Acresce depois outra vantagem e não pequena, por exemplo, quando nelas lemos muitas vezes nomes de cidades, de que há menção em livros e que porventura são agora ignoradas. Porque não só há muitos factos que ajudam à cosmografia e sobretudo aos que vão escrever em latim, como também há outro factor agradável; é que os factos ligados à história nos fornecem muitas vezes instrumentos para embelezar o estilo e para ornamento da pátria".
(*LQAL*, 72)

De facto, como adiante veremos pelas ligações a D. Francisco de Melo e ao célebre Códice de Hamburgo, o cardeal D. Afonso, assim como o próprio rei, D. João III ou o cardeal D. Henrique¹¹²¹, seus irmãos, parecem estar particularmente interessados e orientados para obter um efectivo conhecimento do território relativo à coroa portuguesa, munindo-se dos instrumentos necessários para o desenvolvimento de competências de domínio e afirmação, expondo as suas concepções de espaço e poder. Mesmo por isso o humanista só fez o que lhe encomendaram

¹¹²⁰ *LQAL*, 70-72.

¹¹²¹ Que aliás, recebe a outra carta-dedicatória, atrás mencionada, datada de 15 de Janeiro de 1580, já da responsabilidade do editor Diogo de Vasconcelos, na primeira tentativa de edição póstuma deste trabalho do mestre Resende, *LQAL*, 74-81.

"Eu, porém, obedeci às tuas ordens, meu Príncipe, e desejo tornar ilustre toda a Lusitânia e dar a conhecer ao mundo, como que ressuscitadas, as suas antigas colónias". (*LQAL*, 72)

No entanto, como vimos atrás, quis o destino que a obra fosse postergada para uma edição tardia, em 1593, já com carta-dedicatória, datada de 1 de Dezembro de 1592, do seu editor ao *Ao mui poderoso e invencível rei Filipe de Espanha, segundo deste nome*¹¹²², a quem Diogo de Vasconcelos exorta numa simbólica mas expressiva enunciação, dado o contexto polémico e identitário desta entidade (Lusitânia) nas relações entre reinos e na legitimação de concepções de soberania

"Recebe, pois, ó rei invencível, esta tua Lusitânia, que de nova e actual se tornou em velha e antiga, e da mesma maneira que amas e proteges, com certa benevolência especial, a Lusitânia que hoje floresce sob o teu reino e que abunda em todas as prosperidades, assim também, na medida da tua autêntica grandeza de alma e generosidade, digna-te proteger, amar e abraçar a antiguidade da outra, cujos monumentos foram arrancados das trevas, melhor direi, das fauces do próprio tempo". (*LQAL*, 52)

Pelas datas apresentadas, percebemos que o pedido foi prontamente aceite e uma dignificante *Lusitania*, agora cantonada sob a unidade hispânica, emerge como simbólica expressão do triunfo castelhano. A destacada imagem discursiva do reverso diacrónico aponta o peso dessa responsabilidade, pois de nova (e desejada...) passou a velha e antiga, enfim, trazendo consigo e carregando um definitivo, sublime e legítimo passado, investido de dignificante memória, que o mestre eborense havia consagrado nesta obra.

Factos incontornáveis, pois, os reais patrocinadores e supostos interessados foram desaparecendo - D. Afonso em 1540, D. João III em 1557, D. Henrique em 1580 - e André de Resende morrera sem deixar obra pronta e antes de ver o prelo¹¹²³. Os materiais fora-

¹¹²² *LQAL*, 52-53.

¹¹²³ Certamente que todo o intrincado processo das regências na menoridade de D. Sebastião e os diversos interesses que aí se projectavam não constituíam terreno favorável para tal empresa. Depois o singular reinado de D. Sebastião com a sua abrupta morte (1578) não teve melhores resultados. Já Rosado Fernandes (*LQAL*, *Intr.*, 16) lembrava, o cenário após 1578: "Algumas referências particulares aos factos da história antiga fazem de facto lembrar que o território português sempre esteve sujeito à possibilidade de invasões,

os coligindo e utilizando, em outras produções, mas a investigação das antiguidades da Lusitânia ocupava boa parte da sua vida de humanista e erudito. Prova-o a referida carta-dedicatória ao cardeal D. Afonso e o testemunho do seu editor, na carta ao cardeal-rei D. Henrique, não obstante deixar antever a curta duração do tempo de redacção que Resende lhe dedicou, motivo das dificuldades em dar ordem a tantos escritos, quando diz

"Foi André de Resende o primeiro que começou a investigar os monumentos antigos que os Romanos deixaram em Portugal, e conquanto o fizesse com toda a diligência durante quase 50 anos (como consta de suas próprias cartas), quando lhe era possível no meio de outras ocupações; nunca, todavia, tentou abertamente e a sério escrever sobre o assunto, a não ser quase quatro anos antes do dia da sua morte. Decidira que esta obra sobre as antiguidades viria a compreender dez livros, dos quais deixou quatro já acabados, mas ficaram eles tão cheios de rasuras, com tantos comentários nas margens, marcados e apagados com asteriscos e obeliscos, que cheguei a suspeitar estar a mãos com tarefa sem solução, enquanto me esforço por restituir a obra ao seu esplendor depois de limpas as suas manchas e de os conduzir à sua ordem"¹¹²⁴. (*LQAL*, 76)

o que não é de desligar da realidade histórica de então, em que as ligações a Castela tornavam sempre potencialmente frágil a continuação dinástica em mãos portuguesas, sobretudo numa altura em que o rei D. Sebastião tinha morrido sem deixar descendência e o país estava a ser governado por um Cardeal-Rei de provecta idade e que por definição também não teria filhos. Conhecida como era a tendência da rainha-mãe, castelhana de gema e com influência política, Resende dá a entender por todos os signos que pode inventar que a coragem lusitana é o sustentáculo possível para a independência, e que poderá servir ainda melhor se fizer parte integrante de uma consciência nacional". Processo de intensa e polémica relação transfronteiriça que vinha de longe pois como lembra, adiante o mesmo editor "Resende procura, neste ambiente que sem exagero poderíamos intitular de certa promiscuidade de nacionalidades, dar o seu a seu dono, tanto mais que do lado de lá da fronteira os seus rivais e colegas humanistas e eruditos reivindicavam sem dó nem piedade tudo o que era português, como se castelhano fosse, partindo do velho princípio de que *Hispani omnes sumus*, verdade incontestável, se se partir da tradição legada pelos escritores da antiguidade clássica. Não há por isso pormenor mais íntimo de características portuguesas que Resende não tente reivindicar para Portugal, ao mesmo tempo que pretende, com certa desenvoltura, portugalizar o que a ambas as nações pertencia, não sem primeiro valorizar historicamente o assunto". Sobre as regências do reinado de D. Sebastião v. o imprescindível trabalho de Maria do Rosário Themudo Barata, 2 vol.s, 1982.

¹¹²⁴ Reforça o editor Rosado Fernandes (*LQAL*, *Intr.*, 10): "Seja como for ou venha no futuro a ser descoberto, pode desde já concluir-se que a obra tardia de Resende, que o consagrou como antiquário no mundo erudito do seu tempo, tem a sua génese na época em que frequentou os grandes centros culturais europeus, uma vez que ao chegar a Portugal em 1533 já oferece a um dos seus patronos eborenses os resultados, impressos ou não, do seu esforço de coleccionador de antiguidades, sobretudo de documentos epigráficos, que 60 anos depois, quando da publicação por Diogo Mendes de Vasconcelos do seu legado erudito, constituirão um monumento de consulta de primeira grandeza quanto às antiguidades romanas em território português, mal-grado alguns óbices quanto à probidade científica do humanista (...)"

E a ordem do discurso não é de menosprezar. Nela reside um dos esteios da fundamentação resendiana para o *topos* em causa. De facto, não temos ideia do que se seguiria aos quatro livros (mais seis livros?...) que o humanista deixara terminados, mas perante o que restou podemos imaginar a profundidade e o cuidado posto no tratamento das questões. Não se tratava de reduzir o passado de Portugal a umas quantas páginas e cogitações, numa linear diacronia legitimadora. Mas, ao contrário do que vínhamos assistindo na produção anterior, o objectivo é muito claro e está definido *a priori*, condicionando a arquitectura e a ordem do discurso, assim como o tratamento que confere ao habitual léxico temático. Embora siga o dispositivo discursivo estrutural clássico, remetendo-se igualmente à validade que dele emana em termos de forma e conteúdo, processo que temos visto ser comum nesta análise de textos e sinal que está naturalmente integrado no seu tempo, assumindo-se como um dos maiores arautos do movimento humanista português, Resende confere-lhe uma nova interpretação, manipulando-o e alterando a ordem narrativa em seu proveito. Desde logo, convém assinalar que assenta a sua formulação em duas matrizes bem nossas conhecidas, que procurámos demonstrar neste trabalho constituírem reiterados *parâmetros de representação* do tema - a concatenação geográfica e a leitura étnica. Nestas linhas resolve a sua configuração do *topos* e concede-lhe um sublime protagonismo, modelador da consciência nacional, que perdurará, em diversos matizes, até hoje. E para dar conta da organização e sequência dos livros e conteúdos, desprezamos as nossas palavras e adoptamos as do seu editor, embora extensas, que na mencionada carta ao cardeal-rei D. Henrique sente necessidade de sintetizar a obra, tendo em vista a sua publicação, com a vantagem de denotar a sua leitura pessoal, entre o elogio e até alguma ponta de crítica:

"No primeiro livro, estabelece e discute a etimologia do nome da Lusitânia e qual teria sido o seu autor e qual a sua origem. Depois determina os termos e regiões limítrofes desta província, que os geógrafos lhe atribuíram. De passagem toca nalguns problemas de menos importância e um pouco obscuros, compreendidos por autores mais modernos com sentido variado e contraditório, ao mesmo tempo que são interpretados Plínio, Estrabão, Ptolomeu e outros autores de ciências geográficas. Também trata neste mesmo livro das diversas gentes, povos e nações que habitavam a Lusitânia sob o domínio romano, tais como os Turdetanos, os Celtas, os Túrdulos, os Vetões, os Pesuros ou Pesures, os velhos Túrdulos, os Ciscudanos e Transcudanos, os Tamacanos e especial e especificamente os Lusitanos e quais foram outrora os costumes dos Lusitanos. Acaba este primeiro livro depois de acrescentar abundante e

elegante descrição de todos os montes que são atribuídos pelos antigos escritores a esta província, como sendo os principais e os mais elevados. No segundo, enumera os antigos e novos nomes dos rios e assim também os nomes mais comuns. Quando trata do rio Guadiana, intercala pequena digressão não desagradável acerca do peixe esturjão, a que vulgarmente chamamos suilo ou solho, aduzindo várias opiniões dos modernos acerca do nome pelo qual os autores antigos, gregos e latinos, chamaram esse género de peixe. O livro terceiro tem o seguinte título: “Que Povos Outrora Dominaram na Lusitânia”; contém a narração difusa, que se relaciona com os historiadores gregos e romanos, acerca dos acontecimentos históricos, que parecem dizer respeito a esta província e aos chefes que se distinguiram na arte da guerra e que ela outrora possuiu. Também acrescentou bastante acerca dos povos Godos e dos Getas e depois de juntar um compêndio sobre as vias militares dá este livro por acabado. No quarto, começa a tratar das cidades e ópidos e são estas as palavras com que o inicia: «Agora começarei a tratar das cidades, parte não desprezível do meu intento». Depois trata com pormenor de algumas utilizando em parte os nomes antigos ou os nomes correntes, quando os antigos faltam. Descreve quinze ou, quanto muito, dezasseis ópidos e, depois de apresentar antigas inscrições que nelas encontrou, dá por findo este quarto e último livro dos que escrevera. O quinto livro, começou-o a escrever numa pequena folha, na qual restam tão só vinte e cinco linhas, tal como segue: “Comecei este livro por Évora, de que sou natural, mas de forma a que possa agora falar mais sucintamente, visto que em tempos publiquei em língua portuguesa uma pequena história acerca da sua antiguidade e reuni muitos materiais acerca do mesmo assunto no Apologético dedicado a Francisco Nunes de Beja e bastantes coisas no livro dedicado a Quevedo Toledano””. (LQAL, 79-80)

Ou seja, dos quatro livros completos (o quinto resume-se a um embrião) transparece uma expressiva ordem: inicia com a habitual reflexão etimológica e filológica, afinando os seus fundamentos, passa aos limites da Lusitânia logo acompanhada pela índole do povo que a habita e dos montes que determinam o território - este primeiro livro sintetiza o argumento central da representação, assimilando a geografia física e política ao perfil etnográfico - estabelece, assim, as condições para o lídimo nexa entre a Lusitânia/lusitanos e Portugal/portugueses. Pode, pois, seguir para outras vertentes: os rios abrem o segundo livro mas deles retira, essencialmente, a sua riqueza e a abundância que proporcionam - o fundamento a que se reporta é, enfim, o da *Laus Hispaniae*, transformada em *Laus Lusitaniae* e daí que termine o livro com um capítulo que intitula de "A fertilidade da Lusitânia". Só chegados ao livro terceiro entra, objectivamente, na história da província mas apresenta-a sem as habituais remissões remotas a Gérion ou Hábis, desconfiando da sua real existência pois "penso eu que sempre existiram por toda

a Hispânia, em diversos locais, muitos reis, ou melhor, régulos, tais como Gargor, Hábis, Argantónio e Gérion" (*LQAL*, 206) - faz recuar a história ao período que realmente interessa, na sua perspectiva, a presença cartaginesa e romana, em contexto de guerras púnicas e a diacronia que se segue durante o domínio latino, onde pode fazer realçar a figura de Viriato e Sertório. Em separado, dedica um capítulo aos Godos, cuja função é libertá-los de qualquer influência na Lusitânia, o seu eixo temático; termina este livro com as vias romanas que preenchem a Lusitânia a partir do Itinerário de Antonino Pio, mostrando uma pretensa unidade do território e a importância do seu conhecimento, não hesitando em apontar os erros da fonte e corrigi-los, nomeadamente no que toca à distância entre Lisboa e Mérida, que aumenta exponencialmente. Por fim, o livro quarto apresenta a geografia urbana da Lusitânia ao que parece, incompleta, pois apenas fornece, significativamente, cidades até ao limite do Tejo, numa prefiguração da antiga Lusitânia, "entre Tejo e Odiana". Atentemos, ainda, em algumas questões em particular, seguindo a lógica que subjaz à ordem narrativa.

André de Resende não descarta nenhum aspecto que lhe permita consolidar a sua *argumentatio*. Provê uma sólida construção intelectual que se apresenta com notável coerência e unidade. Ao iniciar o relato com a reflexão em torno da etimologia¹¹²⁵ "do nome Lusitânia" recorre, de imediato, a Plínio, autoridade que terá em grande apreço, não obstante adiante o corrigir, solicitando a célebre passagem onde cita Varrão sobre a origem desta designação¹¹²⁶. Nada de novo dado que este trecho, como temos visto, era frequentemente utilizado no transcurso humanista. A novidade está no facto de Resende desconstruir esta ideia alicerçando-se, por um lado, na noção esclarecida que o uso da designação latina não podia ser "ouvida" no tempo da lenda de Baco¹¹²⁷ - "parece não se terem apercebido antes de que a província não podia ser denominada naquele tempo por palavra latina provavelmente nunca ali ouvida". (*LQAL*, 92) - afastando, ainda, as hipóteses que a associavam a etimologias impróprias (*ludus*, jogos ou *lusio*, brincadeira). Por outro lado, depois de discorrer sobre as variantes *Lysa*, *Lyssa*¹¹²⁸, o

¹¹²⁵ Sobre o recurso à etimologia em André de Resende, v. Fernandes (1988, 237-250).

¹¹²⁶ *N.H.*, III, I, 8. Ver *supra* em Plínio-o-Velho.

¹¹²⁷ Neste aspecto Resende parece ter uma ideia correcta dos problemas que esta etimologia coloca. V. *supra* o capítulo "Entre a Etimologia e a Filologia - Breves notas para um percurso".

¹¹²⁸ Adiante (*LQAL*, 94), invoca as variantes do nome nos autores gregos e romanos "As obras latinas referem constantemente o nome de *Lusitânia*, forma que também aparece nalguns autores gregos, como Ptolomeu e Estêvão. A forma *Lysitânia* é usada por Díon, Estrabão e Ateneu, que a tomaram de Políbio". Lembramos ainda que André de Resende foi precursor no aparecimento da palavra *Lysiades*, *Lusiades*, no

humanista chega ao ponto central da sua interpretação e conclui: Luso e Lysa tiveram real existência e daí partiu o nome que vira a ser atribuído à província

"Todas estas explicações, todavia, fraquejam, se não recusarmos a velha informação [mítica] e não considerarmos que Luso e Lysa foram seres humanos e se não nos repugnar que Lusitânia tivesse recebido o nome de Luso e a Lysitânia de Lysa. Pelo menos o autor do Pseudoberoso identificou Luso com o homem que afirma ter reinado na Ibéria nos tempos de um tal Ascátide, rei da Babilónia, em cuja época, segundo os Gregos, foi descoberta a videira, ao que se diz, aliás, por Dioniso. Assim contribuem Dioniso, o inventor da videira, e Luso, para que seja viável, pela relação cronológica, que Luso possa ter ligação com Dioniso, ou seja, com o pai Líber". (*LQAL*, 92)

Etimologia relevante, para seres humanos existentes, que na abertura da obra se apresentam como legítimos fundadores da genealogia de um povo - registo memorial que recua à simbólica descoberta da videira e a um Luso que, repare-se, reinava na *Iberia*, relatada pelos gregos, ou seja, anterior à *Hispania* romana.

Resolvida a questão etimológica, enxertada como videira, de sedutoras aduções genealógicas, havia um outro obstáculo, de grandes dimensões, maior do que um nome, pois engloba todo um território, para ultrapassar e unificar. E este era suficientemente complexo e espinhoso pois carregava uma longa e diversa polémica no panorama hispânico, como temos visto, conduzida pela reconhecida validade da produção discursiva e a subsequente interpretação jurídica dos direitos de soberania e autonomia. Resende, destemido, lança-se então, logo a seguir ao referido primeiro capítulo, a essa hercúlea tarefa. Como seria possível negar, perante a própria leitura herdada da *auctoritas* clássica uma extensa *Lusitania*, que tinha Mérida por capital? Como fazer coincidir os limites de Portugal com os limites da Lusitânia? O humanista utiliza uma estratégia subtil, reveladora do profundo conhecimento que possuía das fontes antigas e, principalmente, das suas fragilidades. Senão vejamos como prossegue a sua formulação. Propõe, desde

Carmen eruditum et elegans Angeli Andreae Resendii Lusitani, adversus stolidos politioris iitteraturae oblatratores, publicado em Froben, de Basileia em 1531, tal como demonstrou Costa Ramalho (1983, 221-236) que nota ainda "posteriormente, em 1545, no *Vincentius levita et martyr*, sobre o santo padroeiro de Lisboa, poema escrito possivelmente à roda de 1531 também, pois os versos em que ocorre a palavra *Lusiadae* foram recitados publicamente, na Universidade olisiponense, em 1534, o humanista volta a empregar a palavra. Além disso, em duas notas ao poema, a 24 e a 48 do canto II, explica ele, respectivamente, a origem mitológica de «Lusitânia» e a filológica de «Lusíadas»" (*ibidem*, 222-223).

logo, um longo capítulo com o título "Os Limites da Lusitânia". Atitude temerária, mas a melhor defesa é o ataque. Abre o texto com esta frase liminar

"Por outro lado, verificámos que, de autor para autor, sobretudo para os Gregos, assim variavam os limites atribuídos à Lusitânia e a algumas outras províncias". (*LQAL*, 96)

De uma vez só coloca ordem na casa. Descredibiliza-se a literatura latina, sobre a história de Roma, promovida por autores gregos. Se atentarmos nos capítulos que nos precedem e em que analisámos a Lusitânia nesse transcurso, diríamos que o nosso eborense questionava, entre outros, figuras como Estrabão, Artemidoro ou Ptolomeu. Bom, não será tanto assim pois aproveita-os em outros momentos do texto, nomeadamente quando se refere à leitura que estes autores proporcionam quanto à localização etnómica (ex. Ptolomeu sobre os Turdetanos, *LQAL*, 110, ou Estrabão sobre os Vetões¹¹²⁹, *LQAL*, 118). Por outro lado, consolida a sua posição ao constatar a confusão e contradições que se podem observar nos vários testemunhos que da Antiguidade nos chegaram concretamente sobre este tema. Também aqui, somos forçados a concordar com o autor, tal é a definitiva conclusão que podemos retirar do imenso lastro memorial da Lusitânia clássica - bastaria lembrar o caso de Estrabão que, como vimos, apresenta no mesmo texto pelo menos duas formulações diferentes para a configuração da Lusitânia. Resende sabe-o e avança com toda a sua "artilharia intelectual".

O primeiro autor que invoca é...grego...Estrabão. Em quatro parágrafos dissecar, em nossa opinião de modo correcto, o texto deste autor, em harmonia com a análise que atrás observámos. Transcreve e observa excertos que já conhecemos: i) um primeiro em que o autor de Amásia circunscreve o espaço da Lusitânia, numa concepção mais antiga, com o Oceano a Norte e o Tejo, serve-se dos pontos cardeais mas também recorre à matriz étnica como paralela e assumidamente legítima e válida na referenciação topográfica (*Str.*, III, 3, 3; *LQAL*, 96) - e o que retém deste passo? "Exclui, sem dúvida, desta província a região entre o Tejo e o Guadiana (...) Delimitando a Lusitânia a oriente com os Carpetanos, os Vetões, os Vaceus e os Galaicos, situa-os fora da Lusitânia, como é

¹¹²⁹ No entanto, limita-se a falar da sua localização e omite o que já observámos sobre Estrabão em relação aos Turdetanos, enfatizando, face a outros povos bárbaros, montanhese, a sua civilização coadunante com a matriz cultural da sua leitura (*Str.*, III, 2, 15)

evidente (...) Dos Vetões, voltaremos a falar."; ii) prossegue, reafirmando "Por agora é suficiente verificar que Estrabão, sem o provar, considera alguns destes povos, Carpetanos, Vetões, Vaceus e Galaicos, hoje todos desaparecidos, como não Lusitanos" - então não falamos de limites, perguntamos nós? Resende percebeu claramente que a geografia da Lusitânia, lida e interpretada pelos autores do tempo antigo, como aliás ainda a sua, remete para a matriz etnómica/humana; verificámos isso na observação das fontes desse período; iii) ainda reforçando, volta a lembrar o leitor/a que, da mesma passagem do texto e estritamente observando os limites da geografia física "Também convém lembrar que Estrabão estende a Lusitânia até aos Ártabros, embora não esconda que, no seu tempo, muitos já chamavam os Galaicos de Lusitanos"; iv) e para ir já delimitando o território a Sul do Tejo, embora não cite, aproveita o trecho de Estrabão (atrás transcrito - *Str.*, III, 4, 20) em que *Augusta Emerita* é citada mas ainda não a faz coincidir expressamente com *uma* capital - concatenada com os povos situados a Este - isto permite a Resende concluir: "Vetões, Vaceus e igualmente dos Túrdulos, que se estendiam entre o Tejo e o Guadiana e em cujo território situa Mérida. Tal região, para ele, não pertence à Lusitânia, visto que esta é delimitada a sul pelo rio Tejo"; v) por fim, cita o último passo de Estrabão (*Str.*, III, 4, 20), correspondente, como vimos, a uma Lusitânia mais recente, coeva do autor, com o Douro e a Bética como fronteira e em que *Augusta Emerita* é citada mas ainda não a faz coincidir expressamente com *uma* capital - Resende, entende essa subtilidade e apresenta a sua leitura do que diz o autor grego

"Traça assim os verdadeiros limites da província pois diz que se chama Lusitânia à região que no seu tempo tem esse nome e na qual se situa a cidade de Mérida e que a parte restante, aliás a maior parte da Ibéria (ajudemos os autores que traduziram do Grego com menos facilidade), ficava sob a autoridade do chefe consular (...) (*LQAL*, 98)

é que também convém assinalar que a Lusitânia ficou na dependência directa do Imperador, sinal de distinção; e termina "São estes, pois, os limites da Lusitânia na obra de Estrabão". Enfim, reconhece a dupla leitura estraboniana na delimitação da província e aproveita o que melhor lhe serve. O cerco à Lusitânia portuguesa, mesmo recorrendo a um autor grego, menos considerado, já se cingia. Por enquanto, reserva.

Passa então a Ptolomeu. Como sublinhámos, a recuperação deste geógrafo e as suas sucessivas edições desde o final do século XV¹¹³⁰, faziam dele um sucesso na leitura e interpretação do espaço. Vimos como a produção castelhana lhe dava protagonismo (ex. Fénandez Enciso ou Floriã do Ocampo). Pois o eborense dedica-lhe um curtíssimo parágrafo, embora recolhendo deste autor (*Ptol. Geog.* II, 5, 1-2) uma leitura correcta em que o alexandrino

"delimita o lado austral da Lusitânia pelo Guadiana e o lado setentrional pelo Douro. No que diz respeito à região de Entre Douro e Minho dos Galaicos Brácaros, anexa-a à província da Tarraconense, tal como Plínio. Difere ainda de Estrabão, porque inclui na Lusitânia os Vetões da parte Oriental, como sem dúvida era o caso, mas se estes se estendiam tão amplamente a ponto de incluírem Salamanca no seu território é o que julgaremos mais adiante. O testemunho dos Romanos é, porém, muito mais abalizado e crível". (*LQAL*, 98)¹¹³¹

Resende não consegue esconder a sua discordância com esta delimitação, não só pela forma assertiva como termina o parágrafo (Estrabão incluído...) como também não lhe agrada o "arco" territorial que, realmente, existia ao tempo de Ptolomeu na circunscrição (baseada nas medições de Agripa) da província da Lusitânia. E denuncia-se, anacronicamente, remetendo para uma referência do seu tempo - alargar o território provincial até à coeva Salamanca? Nem pensar. Seca-se a fonte grega, vamos à romana.

Resolve visitar outro nosso conhecido, Pompónio Mela, hispânico romanizado e a sua *De Chorographia*

"Pompónio, escrupuloso e eloquente além de profundo conhecedor das coisas da sua terra, como hispânico que era, dividiu a Hispânia concisa e correctamente nas três províncias que então existiam: "Está diferenciada por três nomes – segundo diz –, sendo uma parte chamada Tarraconense, outra Bética e outra Lusitânia. A Tarraconense toca, numa extremidade, as Gálias, noutra, a Bética e a Lusitânia, oferece os flancos ao mar,

¹¹³⁰ A 1ª edição da *Geographia* ptolomaica, com mapas, publicara-se em Bolonha em 1477, v. Garcia, 1995, 138.

¹¹³¹ Sobre a inclusão de Vetões e Carpetanos na obra de Ptolomeu e a extensão do seu território, v. Montero Vitores (1991).

ao Nosso Mar, na parte meridional, mas ao Oceano Atlântico, nas que olham para o Norte. Estão elas divididas pelo Guadiana"" (*Mel.*, II, 79; *LQAL*, 98).

Sobressai uma Lusitânia que se identifica nos limites hidrónomos (Anas) e marítimos (Atlântico e Mediterrâneo). Neste passo, ao revelar o Guadiana como fronteira entre a Lusitânia e a Bética, Pompónio Mela aproxima-se da leitura que Plínio-o-Velho denotará.

E, de facto, é Plínio quem lhe merece mais atenção. Não, certamente, por acaso. A sua imagem de autoridade incontestada advém-lhe, para o humanismo peninsular, não só da natureza, mais abrangente, enciclopédica e de temática variada que surge na sua monumental *Naturalis Historia*, com 37 volumes, tendo também marcado presença na *Hispania* no exercício de gestão provincial, na *Citerior Tarraconense*, não obstante ser evidente o desconhecimento directo sobre a Lusitânia, por contraste com o que revela conhecer daquela outra província. Nada que perturbe o nosso humanista. Afinal tinha, como vimos, conferido uma especial atenção à descrição da Península Ibérica, permitindo-lhe que constitua a abertura e o encerramento dos livros III e IV balizando e configurando o seu discurso sobre a Europa. Resende delinea o seu plano de abordagem: começa por citar duas passagens (*N.H.*, III, 1,6; IV, 21, 113), de forma correcta, que se reportam à divisão da província pelo Guadiana e pelo Douro e logo abordam a sensível questão da separação provincial na *Hispania Ulterior*

"Plínio diz aproximadamente o mesmo no cap. primeiro do livro terceiro: "A Ulterior", ou seja, a *Hispania Ulterior*, "divide-se no sentido longitudinal em duas províncias, visto que pelo lado norte da Bética se estende a Lusitânia, da qual está separada pelo rio Guadiana"; e no cap. vigésimo primeiro do livro quarto: "A Lusitânia começa a partir do Douro". Quando chegamos ao passo de Plínio em que se trata deste assunto, exige o cuidado que ponderemos os dois parágrafos deste autor, os quais consideramos da maior importância para a compreensão correcta da situação da Lusitânia". (*LQAL*, 98/100)

É então que discorre longamente nos trechos de Plínio em que descreve o Ocidente peninsular e refere o cabo Finisterra ou promontório Ártabro¹¹³². Demora-se em curiosos pormenores de edição textual coeva, em torno de exemplares do texto de Plínio que encontrara em Toledo e Salamanca e que tinham estes passos adulterados, situação que discutiu com o humanista Fernando Pinciano¹¹³³. Apresenta, em seguida, exemplos de autores que perseveraram neste erro de Plínio - Solino, Marciano Capela e Santo Isidoro e conclui

"Todos estes factos, que puderam ser aqui trazidos pela leitura dos códices de Toledo e Salamanca e que puderam ser sujeitos a críticas, já não podem ser recusados se dissermos simplesmente que Plínio liga ao cabo da Roca tudo o que diz sobre os Ártabros. (...) Que havemos pois de dizer a não ser que Plínio identificou erradamente o cabo Finisterra com o da Roca? Poder-se-á, porém, reduzir grande parte da sua culpa, na medida em que não afirma que o Finisterra é esse promontório, mas sim que alguns autores assim o designaram e que aí localizaram os Ártabros, em erro manifesto, segundo diz, pois foi povo que nunca existiu em tais paragens." (*LQAL*, 102/104)

Enfim, desculpa-se Plínio por apenas citar outros e restaura-se a sua autoridade, expurgando-o de todas as eventuais limitações. O humanista não perde, sequer, a oportunidade de se valorizar porque chega a propor uma nova redacção do texto de Plínio, com as alterações convenientes à correcta alocação deste acidente natural¹¹³⁴. Está, pois, em condições de recorrer, em pleno, à sua interpretação do Ocidente peninsular e da Lusitânia. E é o que faz. Apresenta um capítulo que tem por título "Do Capítulo XXI do

¹¹³² *H.N.*, IV, 20, 111-112; IV, 21, 113; IV, 22, 113-114. Já atrás notámos esta questão e afirmámos, que a transdiscursividade entre os autores clássicos terá ainda que ser alvo de muita investigação de detalhe. Há uma notória confusão sobre a designação deste acidente geográfico em Plínio (IV, XXII, 113-114) quando afirma que, segundo outros autores, que não identifica, designa-se o *promunturium Magnum* (cabo da Roca) de *promunturium Artabrum* ou *Olisiponense*. Para esta questão v. Amílcar Guerra (1995, 33, 85, 87) e Pilar Ciprès (2016, 97-98). Também Rosado Fernandes refere a questão (Fernandes & Pinho, 2009, 406, n. 31) quando diz: "o erro geográfico consiste em confundir o cabo Finisterra (Ártabro) com o cabo da Roca (Olisiponense), erro gritante e quase ridículo para os modernos, mas que acontecia nos geógrafos antigos, muitos dos quais não tinham visitado as regiões que descreviam, como parece ser o caso de Estrabão, fonte respeitada e citada sobretudo depois do séc. V d. C.".

¹¹³³ Fernandes & Pinho (2009, 406, n. 28) "Hernán Nunez de Guzmán, o «Pinciano», era conhecido também como «O comendador grego», viveu de 1475? a 1553 e publicou as suas *Observationes Ferdinandi Pintiani... in loca obscura, aut deprauata, historiae naturalis C. Plinii*, Salamanca, 1544, com edições em Antuérpia, 1574, Francoforte, 1593 e Lião, 1593".

¹¹³⁴ Fernandes & Pinho (2009, 407, n. 41) designa-a de "intervenção violenta no texto de Plínio".

Livro IV de Plínio"¹¹³⁵. E para o leitor/a não ter dúvidas transcreve-o integralmente, na parte respeitante à Lusitânia. Recordando o que assinalámos quando tratámos do texto de Plínio, configura-se a Lusitânia a partir do Douro e prolonga-se até ao *Anas* (Guadiana), numa acepção que reporta à delimitação que também encontrámos em Estrabão (III, 4, 20). Esta configuração parece estar em harmonia com outras referências do texto pliniano, nomeadamente quando alude ao facto do rio Douro constituir uma fronteira entre Vetões e as Astúrias e entre Galaicos e a Lusitânia, que independentemente da efectiva localização deste último etnónimo, funciona como um claro contraponto de *Lusitania*¹¹³⁶.

A este propósito, levantámos a questão, problemática ainda hoje, na interpretação do texto pliniano sobre esta província incluir a Astúria e a Galécia, o que não é, de modo nenhum pacífico. Mas para Resende, tal dúvida nem se coloca. Assim, configura, como vimos, com base no autor latino, uma Lusitânia, com as suas cidades de diferentes estatutos jurídicos, dividida nos três conventos (o Emeritense, o Pacense e o Escalabitano), incluindo das duas zonas a norte os povos que Plínio longamente enumera e apresenta uma fronteira no Douro rumando ao Sul, aí separada da Bética pelo Guadiana.

Entretanto, para não se perder o sentido da sua exposição, apresenta

"também os limites da Lusitânia dos nossos dias, se bem que agora se lhes deva chamar fronteiras de todo um reino e já não de uma Lusitânia" (*LQAL*, 108).

Destaca que o reino está para lá do Douro, a Norte

"abrangendo os Galaicos Brácaros, não apenas os que estão cercados entre Douro e Minho e entre o Geres e o Marão, mas ainda os que estão para lá destes montes, passando a fronteira pelos Aquiflavienses, Tameganos e restantes povos que pertenciam ao Convento Bracaraugustano. A fronteira corre depois até ao rio Sabor e à povoação do Soutelo, atravessando alguns povos, outrora os Astures" (*LQAL*, 108).

E depois prossegue a descrição para Sul, onde se assinala

"Depois de passar para lá do rio, abrange famosas praças fortes a partir da região dos Célticos da Bética que confinavam

¹¹³⁵ *H.N.*, IV, 21, 113; IV, 22, 113-118.

¹¹³⁶ *N.H.*, IV, XX, 112.

com a Lusitânia, como Olivença, Mourão, Moura, Serpa e, espalhados por perto do rio, os castelos de Murtigão e Noudar, que devem ser situados mais a interior da Bética, junto às nascentes do Ardila e do Chança, cursos de água sem importância, que deslizam por algumas aldeias desconhecidas. Esta região, que delimitámos, é o chamado Reino de Portugal de acordo com o costume da época" (*LQAL*, 108).

Enfim, percebemos que Resende aproveita as matrizes do discurso clássico, nomeadamente o pliniano, remetendo as fronteiras da Lusitânia e de Portugal para um compromisso entre as barreiras naturais e a composição étnica. Em face disto, pode, então, concluir que Portugal e a Lusitânia coincidem; não com uma reconhecida Lusitânia mais antiga, "verdadeiramente dita" (entre Douro e Guadiana), mas aquela que inclui a composição étnica que a seguir explora, que até tinha a facilidade de incluir, em Estrabão ou na dita leitura polémica de Plínio, a zona a Norte do Douro. Vejamos, pois, a sequência de citações do texto de Resende, que embora extensas, sintetizam a sua leitura e ajudam-nos a situar esta complexa trama discursiva, integrada na sequência do relato que se segue

"Dizia eu que o todo a que chamamos Portugal abarca duas partes da verdadeira Lusitânia propriamente dita; da província da Tarraconense os Brácaros, alguns Astures para lá do Marão e do Geres e certo número de Vetões; a zona que referimos para além do Guadiana. Em face disto, se déssemos a Portugal só o nome de Lusitânia, por ser este o da maior parte da região, existiria hoje uma Lusitânia a Sul e a Norte bastante mais extensa e mais larga, é verdade, mas muito mais estreita, do que a antiga, a Oriente junto dos Vetões, quase todos separados dos nossos compatriotas. Habitam, portanto, a região entre Douro e Guadiana, a verdadeiramente dita Lusitânia, povos tais como os especialmente designados por Lusitanos, os Turdetanos, os Célticos, os Túrdulos, os Vetões, os Barbáries, os Pesuros e os Túrdulos Velhos. De modo algum podemos discriminar com exactidão as suas fronteiras e confins, no meio de tão grandes trevas que envolvem as coisas antigas, e no meio dos testemunhos discordantes dos autores. Que ninguém incorra em erro ao basear-se nos números de Ptolomeu, que, por sua natureza, são susceptíveis de deturpação, pois mesmo que estivessem como quando foram anotados, ainda assim não mereciam crédito absoluto, porque o autor não tirou estes números da sua observação no local, mas da narração. Sendo assim, pôde facilmente ter deslizes, e nas cartas geográficas desenhadas e lançadas por ele são mais as coisas que há a rejeitar

do que aquelas em que se deva ou possa acreditar" (*LQAL*, 108/110)¹¹³⁷

Mais uma vez termina criticando fortemente Ptolomeu mas não se coíbe de o ir utilizando quando, logo a seguir se apressa a estudar e apresentar, individualmente, cada povo citado neste excerto. Todos são facilmente incluídos na Lusitânia, recorrendo-se ao testemunho dos autores antigos, à exceção dos Vetões, no qual se demora particularmente, estudando mesmo a sua etimologia e a sua localização histórica, solicitando o léxico temático habitual - a oro-hidrografia e as afinidades étnicas mas também, como demonstraram Huebner e José D' Encarnação, inscrições forjadas¹¹³⁸. Como vimos, Resende já havia dito atrás que iria voltar a este povo. Assim o faz longamente, pois consegue, apoiando-se, entre outros, em Plínio, César, Estrabão, Tito Lívio e, mais uma vez, refutando Ptolomeu, separá-los dos lusitanos e ástures, e remetê-los para Hispânia Citerior, relacionando-os com Mérida

"Comparadas entre si, lado a lado, as palavras de ambos [Plínio e Estrabão], ver-se-á que falam os dois da Hispânia Citerior e que situam os Vectões fora da Lusitânia, como também fez César no primeiro comentário *Sobre a Guerra Civil* (...). Portanto, os Vectões estavam fora da Lusitânia." " (*LQAL*, 114/116)

E adiante

"Se pudéssemos concluir desta confusão que os Vetões estão parcialmente espalhados pela Hispânia Citerior nas proximidades dos Carpetanos e Vaceus, que habitam o Douro do lado contrário ao dos Ástures, que de tal maneira ficaram dominados pelos Túrdulos que sobressaiu tão-só o nome de Vetões até ao Guadiana, sendo daí que Emérita foi chamada a "ilustre colónia" dos Vetões pelo tão casto e ao mesmo tempo tão sabedor Prudêncio (...)." (*LQAL*, 124)

¹¹³⁷ Também na Carta a Bartolomeu Quevedo (1567, ed. Virgínia Soares Pereira, 1988, 133), Resende explica que a parcela maior do reino de Portugal é a antiga Lusitânia, estendendo-se do Douro ao promontório Sacro; o termo Portugália ficara reservado para a zona entre o Minho e o Douro, pelo que, usualmente, por extensão e identificação do território se chama à totalidade do Portugal coevo, Lusitânia.

¹¹³⁸ "*C.I.L.*, II, 18 é uma inscrição forjada, segundo E. Huebner. Aparece numa inscrição de Beja o cognome Vettonianus, J. Encarnação, *Insc. Rom. Conv. Pac.*, n.º 248; «Da Invenção de Inscrições Romanas pelo Humanista André de Resende», *Biblos*, LXVII (1991), p. 208 ss", *apud* Fernandes & Pinho (2009, 409, n. 80); ver Encarnação (1998, 29-56; 2002, 305-310; 2008, 213-218).

Arrumada a questão dos Vetões e dos outros povos, sinal da concatenação etnómica do seu discurso, Resende consegue mais facilmente adjudicar limites provinciais à Lusitânia que se ajustem à configuração pretendida, coincidente com Portugal. Por isso, no livro terceiro, ao falar da história da presença romana e da sua percepção e gestão da *Hispania*, relembra

"As Hispânias foram, portanto, divididas mais tarde em seis províncias: a da Bética, a Lusitânia e a Galécia foram transformadas em consulares, e em presidiais a Tarraconense, a Cartaginense Insular e a Tingitânia que, do outro lado do estreito, foi anexada à Hispânia. Finalmente a Lusitânia foi dividida em duas províncias, uma das quais, evidentemente a maior parte da antiga província, conservou para si o nome de Lusitânia, enquanto a outra foi chamada Vetónia como referimos extensamente no primeiro livro". (*LQAL*, 124)

Ou ainda, na abertura do livro quarto, sobre as cidades da Lusitânia, tendo consciência do que atrás relatara sobre as fronteiras de Portugal e o pormenor de não coincidirem escrupulosamente com o limite apresentado por Plínio, apressa-se a reconhecer as quatro povoações que foram retiradas aos célticos da Bética (*LQAL*, 108)¹¹³⁹

"Comecemos por aquela parte da Bética, que é agora um apêndice da Lusitânia e onde, conforme lembrámos no livro I, estão Olivença, Mourão, Moura, Mortigão e Noudar." (*LQAL*, 302)¹¹⁴⁰

Concluamos a questão dos limites, que vai longa. Pelos argumentos e sequência apresentados, assentes na *auctoritas* pretérita e na adaptação da arquitectura discursiva e léxicos temáticos herdados, André de Resende converge numa complexa configuração em que conjuga o espaço/território, a divisão provincial e o mosaico étnico para

¹¹³⁹ Se bem que, ultrapassa-se a questão provincial por uma "unidade" étnica céltica.

¹¹⁴⁰ Não foi esta raia, particularmente Olivença, motivo de prolongada disputa com o reino vizinho, até à época contemporânea?

definitivamente fazer coincidir Portugal e a Lusitânia. Arrumada esta questão, singularizado o território e o étnico lusitanos, está, pois, o autor em condições de explorar e consolidar outros campos aos quais nos vamos referir sucintamente, embora tal não signifique que tenham menos relevância na formulação resendiana - aliás, porque ocupam o resto do primeiro livro e os restantes. Mas porque, cremos, com as reflexões atrás produzidas, mais fácil será contextualizar essas linhas sem entrar nos extensos pormenores e desenvolvimentos que o humanista lhes atribui, podendo vir a ser melhor explorados em trabalhos futuros.

Talvez consciente que, mesmo assim, as suas razões, no domínio das alegações em torno do território e seus limites possa não ser pacífico, Resende exponencia a sua lucubração por via do vínculo étnico genealógico lusitano, que aliás, fornece a copiosa matéria que constitui a sua perenidade até à actualidade. Mais do que a ligação entre Portugal e a Lusitânia, recrudescer o mito da ligação entre portugueses e lusitanos. De facto, Resende, após a análise dos povos citados e que serviram a sua delimitação provincial e territorial, segue para um expressivo capítulo que nomeia "Qual a Índole do Povo Lusitano" (*LQAL*, 132).

"Apresentámos sumariamente a Lusitânia com as três diferentes fronteiras e disse-se o suficiente sobre os povos que a habitaram outrora antes da enxurrada dos Godos, da qual falaremos mais adiante. Exige a ordem que revelemos que espécie de gente foi esta e que costumes teve. Que foi um povo valente não o calaram de resto os antigos escritores, para não pormos em primeiro lugar os nossos tempos."

E assim, em longo capítulo, percorre muitas autoridades, a maioria que já atrás referimos, remetendo-se às suas descrições e características étnicas - Diodoro Sículo, Tito Lívio, Estrabão, Catão, Júlio Obsequente, Dión Cássio, Floro, Pompónio Mela, Júlio César, Plínio-o-Velho, Paulo Orósio, entre outros - mas como vemos, atendo-se ao período áureo da sua acção durante a presença romana, antes da "enxurrada" dos Godos, qualificativo que não parece abonar a sua entrada na Península¹¹⁴¹. Descreve o seu perfil psicológico, exaltando-o e glorificando-o, onde se assinala, por exemplo, a coragem, a

¹¹⁴¹ Também aqui Resende apresenta uma subtil leitura da presença Goda, remetendo-a para a província Citerior e concatenando os Suevos, e posteriormente os Alanos à Lusitânia.

resposta firme ou a valentia, sempre enquadrando a informação com a descrição dos acontecimentos e confrontos que caucionam essa leitura. E, para isso, não hesita em questionar e criticar autores a que recorre, de que é exemplo Tito Lívio quando descreve a suposta retumbante vitória das tropas romanas lideradas por Públio Cornélio Cipião sobre os lusitanos, pois

"Com estas injúrias pouco terá desacreditado os Lusitanos, conhecedores da disciplina militar, pois por aquela mesma narração mostra que não houve entre eles espíritos cobardes ou medíocres. Lívio, na terceira, quarta e quinta Décadas narra muitos combates travados contra Lusitanos com diferentes resultados, apesar de, com razão, se poder considerar suspeita a boa fé dos escritores romanos." (*LQAL*, 132/134)

Interpelando o autor, com muitas questões, em discurso directo, de que é exemplo

"Quem não achará abertamente suspeito, ó Tito Lívio, que, num combate de cinco horas e de resultado duvidoso, em que, segundo tu dizes, os primeiros desorientados foram os Romanos passado algum tempo as forças se equilibrassem; que o propretor, no momento crítico, promettesse jogos em honra de Júpiter, o que sem dúvida costumavam fazer os que desesperavam completamente da vitória (...) ? Se os Romanos estavam tão invulneráveis a combater, se os Lusitanos tinham os gládios tão enfraquecidos e as forças esvaídas, porque esteve o resultado a batalha incerto durante cinco horas seguidas?" (*LQAL*, 132/134)

Reforça ainda com a crítica que vem de dentro do próprio poder romano, aludindo à célebre acusação de Marco Pórcio Catão contra Sérgio Galba, ao trair a confiança dos lusitanos e que vimos ser tema de transcurso em vários testemunhos da historiografia da época (*LQAL*, 138). Neste contexto, entende-se como a sobrelevação do povo lusitano é proporcional à diminuição do poder romano na península. Momento para a primeira, de

muitas, alusões às figuras de Viriato e Sertório, sérios opositores ao poder da *Vrbs*, representando o *outro* e o *mesmo*, unidos no mesmo destino¹¹⁴²

"No entanto, todas as vezes que, da parte contrária, havia chefes que não ignoravam a ciência militar, já os Romanos não se gabavam tanto. Que sirvam de exemplo, no tocante a Lusitanos, quer Viriato, o Rómulo da Hispânia, no dizer do mesmo Floro, caso a fortuna o tivesse permitido, quer Sertório. Justino, por seu lado, faz-se engraçado no último livro, quando diz: «Em tão grande fiada de séculos não tiveram nenhum grande chefe além de Viriato, que durante dez anos atormentou os romanos com diversas vitórias. As suas qualidades estão mais próximas das dos animais que das dos homens». Vejamos, Justino, porque consideras as qualidades dos nossos mais próximos das dos animais que das dos homens? Porque durante dez anos atormentaram os Romanos? Porquê? Considerá-las-ias, creio, mais próprias de deuses do que de homens, se fossem os Romanos a atormentarem os Lusitanos com vitórias duvidosas." (*LQAL*, 138/140)

Assertiva interpretação do passado linhagístico português, integrada na relevante polémica político-históriográfica, que temos observado, pela anterioridade e legitimidade de cada reino e das respectivas comunidades. Por via da ligação a Viriato, Resende desferia um duro golpe à leitura castelhana (romana ou goda), implicando o substrato português num perfil mais antigo e autóctone, compatível com o território lusitano-português que delineara.

E, por isso, termina com a descrição dos costumes lusitanos, associando os povos atrás descritos, num relato etnográfico, assistido pelas interpretações de Estrabão, Júlio César, Dión Cássio, Plínio, Pompónio Mela e aproveitando para lembrar os limites de uma certa Lusitânia, que agora era Portugal, obrigando-o a que "faamos também daquela parte da Galécia, que anteriormente recordámos estar anexa à Lusitânia, a dos denominados Brácaros, evidentemente por causa da capital desse povo." (*LQAL*, 142)

¹¹⁴² Mas será, no livro terceiro que, enveredando por um discurso afinado com o relato histórico, e reportando-se aos "Povos que Dominaram Outrora na Lusitânia", retorna às figuras de Viriato e Sertório de forma mais extensa e aprofundando a imagem de oposição a Roma. Sobre o destaque destas duas figuras no discurso resendiano, ver o estudo introdutório da responsabilidade de Raul Rosado Fernandes Fernandes & Pinho (2009, *Intr.*, 25-29).

Os últimos capítulos do primeiro livro e o segundo livro, remetem, como vimos, para a descrição situada e contextualizada, pelos autores clássicos e pela sua experiência pessoal, dos montes e rios, que constituem a Lusitânia, cumprindo o habitual nestes discursos. Anote-se, por fim, que na descrição das cidades (livro quarto) André de Resende encontra o espaço para consolidar a linhagem portuguesa da Lusitânia, destacando e relatando o episódio de Ourique (*LQAL*, 334-342) e filiando a genealogia do primeiro rei, D. Afonso Henriques, em D. Sebastião, que teria mandado erguer um arco no local da vitória (*LQAL*, 342/344). Nessa descrição, apontada para a tradição historiográfica que analisámos, o humanista preenche novo requisito deste enleio, procedendo à inscrição de Portugal na Lusitânia em harmonia com esse discurso memorial, não fosse esse transcurso desviar a atenção e pôr em causa a legitimidade dessa união. Não se exime de tentar branquear a solução de bastardia de D. Teresa proposta pela historiografia castelhana, ou de aludir à raiz húngara de D. Henrique e, por fim, de fazer emergir uma Lusitânia como espaço de conquista

"Afonso o Grande, rei da Hispânia que tomou Toledo e que recebeu o nome de Imperador, teve de diferentes esposas três filhas, Elvira, Teresa e Urraca. É verdade que Rodrigo de Toledo, pouco imparcial para com os Portugueses, e os que a ele aderiram, diz que Elvira e Teresa eram filhas da amante Ximena Múnio, mas tenho em minha casa um cronicão na velha língua espanhola feito setenta anos antes de Rodrigo, no qual a mesma Ximena é apresentada claramente, não como amante mas como mulher legítima e rainha. Escrevi a este respeito, e em verdade extensamente, a João de Barros. Por conseguinte, para junto do Imperador Afonso que se encontrava em dificuldades porque a Hispânia estava a caminho de ser tomada, acorriam homens ilustres que tinham dedicado a Cristo os seus feitos de armas. Salientaram-se entre eles Raimundo, conde de Sto. Egídio, e Henrique, conde de Lorena, segundo filho da irmã de Raimundo e do rei da Hungria com quem ela era casada. Pensou Afonso em ligar estes a si casando-os com as filhas para que, com a amizade de tais homens, reforçasse mais estreitamente a sua posição. Deu, pois, Elvira em casamento ao conde de Sto. Egídio, Teresa a Henrique, conde de Lorena, e Urraca, segundo escrevem uns a mais velha das três, segundo agrada a outros a mais nova, filha de Constança, sua mulher depois da morte de Ximena, a Raimundo, conde ou da Borgonha ou de Tolosa. Com efeito, os próprios historiadores de Espanha não estão bem de acordo entre si. Passando por alto as opiniões destes, falaremos apenas de Henrique a quem deu Teresa, sua filha muito querida. E, para ter

por um laço mais apertado o grande homem por assim dizer à mão, confiou-lhe a título de dote os Bracarenses, parte da Galiza que vai do Minho ao Douro e toda a zona que era então designada pelo vocábulo bastante recente de Portugal e que ia do Douro até Coimbra, cidade da Lusitânia; deu-lhe a liberdade de reconquistar pelas armas a Lusitânia aos Sarracenos e de a juntar à região que estava sob o seu domínio e autoridade." (*LQAL*, 336)

A representação de André de Resende define, pois, um patamar de consolidação e de consignação inovador e com continuidade em práticas discursivas posteriores, como é o caso de Frei Bernardo de Brito, embora noutro contexto. A novidade não está propriamente na união indefectível de Portugal e a Lusitânia, *topos* que já vinha emergindo, como vimos, desde os primeiros registos analísticos, mas na forma como monta a complexa trama argumentativa e na subtileza com que faz essa ponte, promovendo, de uma só vez, a relação espaço/território e comunidade, projectando uma fórmula nítida de consciência nacional.

A chave da sua leitura é, pois, a relação entre o espaço/território e os grupos étnicos e comunidades (geografia humana) que, dinamicamente, os ocupam, partindo das *suas* leituras que sobressaem das fontes antigas. Até porque, como salientámos, o humanista tinha percepção do debate e da polémica sobre esta questão e das dificuldades em fazer coincidir os limites de Portugal com os da antiga Lusitânia. Ele próprio estabelece, numa frágil e insustentável interpretação, uma espécie de "duas Lusitânias", uma antiga, que incluía Mérida (de Augusto?) e outra que sairia da reorganização administrativa posterior (de Diocleciano?), com divisão em seis zonas, esta que já excluiria boa parte do arco da fronteira Oriental, excluindo Mérida, concatenada com os Vetões, e assim coincidente com os limites do reino coevo.

A prova do que dizemos está em duas linhas que poderão ainda ser desenvolvidas em termos de investigação futura e para as quais apenas deixamos algumas breves notas. Uma primeira que reporta ao contexto erudito e de poder que rodeava o eborense, através de figuras como Gaspar Barreiros e João Vaseu, sinais contrários à representação que acabámos de analisar. A outra, vinculada à representação e configuração discursiva resendiana e, significativamente sustentada e difundida pelo poder régio, em nome da nação, sobressai nas últimas *Orações de Obediência* que nos propusemos observar e na sua relação com a cartografia. Atentemos.

Gaspar Barreiros (1515-1574), distinto humanista, igualmente erudito e antiquário, nascido em Viseu, sobrinho do historiador João de Barros, foi discípulo de Resende e circulava na elite culta eborense¹¹⁴³, é autor de duas obras reveladoras da importância do espaço e do seu conhecimento. Na verdade, muito do que representa o projecto resendiano nessa questão, nomeadamente no que toca à descrição das cidades e ao recurso à epigrafia estão patentes na obra de Barreiros. De tal modo que Resende, consciente dessa questão, acusa-o de latrocínio de informações¹¹⁴⁴. Independentemente de quem usurpou matéria relevante, o facto é que Barreiros apresenta uma *Chorographia* (publicada em 1561) e deixou o manuscrito da *Suma e Descripçam de Lusitania*, com evidentes filiações ao texto resendiano. Mas a sua concepção de Lusitânia é, em ambas as obras, assumidamente provinda da leitura de Ptolomeu e, nessa medida, em mais próxima com a projecção da historiografia castelhana. No primeiro capítulo da sua *Chorographia* (1v.) sentindo necessidade de esclarecer a sua posição em tal polémica, diz

"Assi que começando hum pouco de mais longe, faremos nosso principio na diuisam de Hespanha. A qual Cláudio Ptolameo & os outros geographos diuidem em tres prouincias principaes, Tarraconense, Baetica & Lusitania, ou para mais breuidade e Citeror & Vltior, á Citerior contem á Tarraconense á Vltior contem a Baetica & á Lusitania, os termos da Lusitania segundo ó dicto Ptolameo sam estes. Da parte do Norte ó rio Douro, que á diuide da Tarraconense, da parte do mêo dia ó rio de Guadiana que á diuide da Baetica, da parte do Occidente tem ó mar Oceano, & da parte de Leuante tem á dicta Tarraconense."

¹¹⁴³ Autor da *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno de MDXXXVJ começado na cidade de Badajoz em Castella te á de Milam em Italia; co algumas outras obras cujo catalogo vai scripto com os nomes dos dictos lugares na folha seguinte*. - Em Coimbra, por Ioã Alvarez, & por mandado do doctor Lopo de Barros do Desembargo d'el rei nosso senhor & conego da Se d'Euora, 1561, publicada em facsimile, pela Universidade de Coimbra, 1968; e de uma *Suma e Descripçam de Lusitania*, que permaneceu manuscrita, BNP, Cod. 8457, até à edição da responsabilidade de Justino Mendes de Almeida, Coimbra, 1984. Segundo o próprio, doutorou-se em Teologia na Universidade de Salamanca, onde também estudou Retórica e Aritmética, tal como Resende. Foi fidalgo da Casa do cardeal infante D. Henrique e, por ele, foi enviado a Roma, onde esteve entre 1543 e 1548, como seu embaixador e agente de negócios de Portugal, tendo privado com os cardeais Pedro Bembo e Jacobo Sadoletto. Regressado a Portugal, foi em 1549 feito cónego doutoral da Sé de Évora e inquisidor desta cidade.

¹¹⁴⁴ Tal acusação surge na carta a Quevedo, ed. Soares Pereira (1988), 133, n. 85; Sobre a proximidade entre estes dois humanistas, v. Fernandes & Pinho (2009, 17, 32-34, 398).

Na *Summa* (...) (125-127), mais extensamente,

"Auendo descrever os termos da Lusitania na mor parte da qual estam oje os regnos de portugal E do Algarve, diremos tão bem os termos dos ditos regnos, pera que o lector entenda que couza he Lusitania, E que couza he portugal , E te donde se estendem os termos dambos. // Toda Espanha segundo Ptolomeo E todos os outros geografos, he divisa em tres provincias principaes ss. . Bartica (sic), Lusitania, E Tarraconente (sic), quanto aos termos da Baetica o dixemos em seu lugar, E todas estas tres provincias comprehendem elles em duas ss. Citirior, e Vltior; A Citirior contem toda a Tarraconense. A Vltior contem A Baetica E a Lusitania; os termos da Lusitania segundo os ditos Autores sam os seguintes. Da parte do norte o rio Douro E da parte do meyo dia o Rio de Guadiana, da parte do occidente e o mar occiano, E do Oriente a Tarraconense. E pera sabermos quaes são os termos do oriente te onde ella Corria dambas as partes do norte, e do sul per dentro dos ditos rios, Douro, e Guadiana faremos hõa mais particular descripsam; Estes dois Rios correm quasi de leste oeste, salvo que Guadiana, quando chega a Cidade Merida deixa o Curso que levava occidental, e faz a volta contra o meyo dia entrando no mar oceano austral, entre as Villas de Castomarim (sic), E de Aymonte, Esta do reino de Castella, e aquella do reino de Portugal, E começando a Escrever da parte de Guadiana // corria esta provincia de Lusitania por dentro do Dito Rio da dicta villa de Crastomarim per Alcoutim, Mertola, os Pedrogos, Gerumenha, Elvas, Merida, Medelim (que naquelle tempo estava da banda de Lusitania), E dali por diante te chegar aos termos de Calatrava a velha chamada dos geografos Oreton germanorum Antre a qual E calatrava a nova (onde esta o convento da milicia que chamão Calatrava) se mete no meyo o Rio de Gaudiana (sic) , E daqui cortando sul ao norte por hũa linha Direita a Comarca da Cidade da villa inclusive, chamada de ptolomeo obila Vltimo lugar du (sic) Lusitania te o Rio douro qual linha se estrema da Tarraconente da parte oriental, E dali tornando a voltar per dentro do dito Rio Douro Ribeira abaixo te a villa de Guaya fronteira da Cidade do Porto, da (sic) tal maneira, que toda a terra que se contem dentro desta dita linha da parte oriental de Rio a rrio. s s . do de Guadiana te o Douro, e dentro dos ditos Rios, E mar oCeano se chamava Lusitania".

Prossegue, ainda com uma lista de todos os lugares da Lusitânia que estão, no seu tempo, em território castelhano e os que estão fora da Lusitânia, pertencentes à antiga Bética e que eram de Portugal. E, expressivamente, conclui,

"de maneira, que nem toda Lusitania he portugual esta na Lusitania, porque pellas bandas do norte, E do sul passou Portugual o pe alem dambos os ditos Rios, Douro e Guadiana, termos da Dita Lusitania, E polla parte oriental se foi encolhendo, E afastando dos termos orientais da Lusitania ficando mais estreito; Sesa isto quanto a discripçam sumaria E Vniversal (...)"

Interpretação mais rigorosa das fontes antigas, comprometida com Ptolomeu, que não implicaria, certamente, que o termo fosse já entendido como um epónimo territorial. Até porque as cidades que descreve estão todas nos limites do reino de Portugal.

Do mesmo modo, João Vaseu (1511-1561), humanista flamengo que ensinava em Lovaina e que o próprio Resende fora buscar, juntamente com Nicolau Clenardo, a pedido do cardeal D. Henrique¹¹⁴⁵, publica, em 1551, as suas *Chronici Rerum Memorabilium Hispaniae*, dedicadas ao mesmo cardeal. Longo relato, numa arquitectura de discurso que remete a um sincretismo da tradição historiográfica analística e cronística. Relato que contempla, na abertura um capítulo dedicado à "*Brevis Descriptio ac diuisio Hispaniae*" (VIII, 586-589), a que se segue um "*De laudibus Hispaniae*" (IX, 589-593), prosseguindo com a diacronia a partir do Dilúvio e Tubal até ao nascimento de Cristo (cap. X, 594-XXI, 634), momento em que procede a uma reformulação na contagem temporal - de *ab Vrbe Condita* para *Anno Domini* - e a partir daí o relato segue em contínuo, sem capitulação, até ao ano de 1012 (725). No lugar da divisão da *Hispania*, Vaseu é peremptório

"*Portugalliam improprie Lusitaniam appellant, cum alioqui nec tota Portugallia Lusitaniae finib. circumscripta sit, nec totam Lusitaniam complectatur: illud tamen negari non potest, potioem Lusitaniae partem Portugalliae regi patere. Diuiditur vero Portugallia in Transtaganam, Cistaganam, &*

¹¹⁴⁵ Várias vezes citado nos *LQAL*, o humanista eborense chega a qualificá-lo como "homem sabedor e escrupuloso" (*LQAL*, 220).

Interamnem. Transtagana Baeticae partem carpit, eam scilicet quae ab Ana vsque ad regni limites porrigitur. Interamnis tota extra Lusitaniam est, nisi repudiata descriptione posita, Straboni magis accedamus, qui ait lib.3. maximam Lusitanorum partem Callaicos appellatos." (cap. VIII, 587-588)

vertido para português

"Chamam Portugal de modo impróprio Lusitânia, visto que, em geral, Portugal não se encontra circunscrito pelos limites da Lusitânia, nem abrange toda a Lusitânia. Isto, no entanto, não pode ser negado: a melhor parte da Lusitânia obedece ao rei de Portugal. Por outro lado, Portugal divide-se em regiões transtagana, cistagana e interamnense. A região transtagana toma parte da Bética, aquela, evidentemente, que se estende desde o Anas até aos limites do reino. Toda a região interamnense encontra-se fora da Lusitânia, a não ser que, repudiando a descrição estabelecida, nos aproximemos mais de Estrabão, que diz, no seu terceiro livro, que a maior parte dos Lusitanos são chamados Galaicos."

Estrito rigor no recorte do território e na aceção da soberania jurisdicional, alicerçada na exegese das fontes clássicas. Mas desenganemo-nos. Trata-se de um processo de hiperbolização da exactidão numa época em que se procura a precisão astronómica e matemática, assim como a sua expressão imagética na figuração cartográfica do espaço e do poder. Afinal o epónimo territorial e a sagração do vínculo entre Portugal e a Lusitânia estavam consumados. É o próprio Vaseu que demonstra, em vários momentos do seu discurso, essa realidade que é sem o ser - pois na *Laus Hispaniae* fala de um "*Lusitanorum imperium*" (591) referindo-se à extensão global do território português; ou da famosa humanista do seu tempo, Luísa Sigeia, na "aula Lusitana" (593); ou, adiante, quando apresenta uma lista de bispos, refere a cidade de Coria "*Hodie Coria in Lusitania*" (623); ou aludindo à cidade de Lagos, aponta o facto de "*Lusitanica lingua dicitur à Lagoa*" (626); ou, por fim, na pública aprovação da obra como "*totius Hispaniae & Lusitaniae virorum testimonium*" (726). O rigor cedia à tradição que se vinha consolidando.

Numa outra linha, essa mesma representação era inculcada. A luta pelas ambições políticas, revestida de preciosos sentidos identitários, emerge, pois, em várias escalas de espaço e de poder. Lembremos o que atrás assinalámos sobre o esforço do poder régio no reforço da sua modernização e centralização, patrocinando todas as formas de conhecimento e apropriação do espaço do reino - disso são exemplo o numeramento de 1527-32¹¹⁴⁶. Neste contexto aponte-se o famoso Códice de Hamburgo¹¹⁴⁷ que apresenta uma lista de 1.531 topónimos de Portugal, ordenados alfabeticamente, começando em *Almada* indo até *Zoio*. São cidades, vilas, aldeias, lugares, províncias, montanhas e rios, com cada linha dividida por 3 colunas: uma com o nome, e as duas outras com a longitude e a latitude, expressas em graus e fracções. Suzanne Daveau¹¹⁴⁸ estudou e publicou um extenso estudo sobre este códice e Rafael Moreira¹¹⁴⁹, utilizando esta investigação, acrescentou alguns dados relevantes¹¹⁵⁰.

O que está em causa, afastadas as diversas hipóteses de autoria não confirmadas - António de Ataíde (c. 1500-1563, Pedro Margalho (1474-1556), João de Barros (1496-1570) ou Pedro Nunes (1502-1578) - e proposto ser da lavra de D. Francisco de Melo (1490-1536)¹¹⁵¹, é o facto do códice, datado de c. 1525, ter sido oferecido ao infante D. Afonso (1509-1540), irmão mais novo do rei D. João III, a seu próprio pedido¹¹⁵². Não menos importante é a personagem de D. Francisco de Melo prestigiado matemático

¹¹⁴⁶ Daveau & Galego (1986).

¹¹⁴⁷ Codex 136 *in scrinium* da Staats-und Universitat Bibliothek de Hamburgo, descoberto em 1935. Rafael Moreira (2015, 436) descreve-o desta forma: "trata-se de um pequeno manuscrito de grande luxo in-octavo constituído por 55 fólios do mais fino pergaminho, iluminado a ouro, azul ultramarino e verde esmeralda, com a caligrafia a negro e forte vermelho, com um palmo de altura (22 cms): uma minúscula jóia, avaliada em 3 milhões de Euros".

¹¹⁴⁸ (2010) *Um Antigo Mapa Corográfico de Portugal (c.1525): Reconstituição a partir do Códice de Hamburgo (...)*.

¹¹⁴⁹ (2015) *Reflexos albertianos no Renascimento Português: a descriptio urbis romae, o matemático Francisco de Melo e um mapa virtual de Portugal em 1531*, 427-442.

¹¹⁵⁰ Nomeadamente sobre o círculo humanista de Évora e a relação de D. Francisco Manuel com a obra do famoso arquitecto florentino Leon Battista Alberti e a sua obra *De Re Aedificatoria* (1485). Segundo Moreira (*op. cit.*, 441) este tratado "encomendou-o [D. João III] ao mestre latinista André de Resende, que acabou de o traduzir em 1547, em que o levou em mãos ao palácio de inverno em Almeirim: lembra-o na Dedicatória ao Rei da sua *História da Antiguidade da Cidade Évora* (sic) de 1553, e relembra-o no seu testamento, onde refere o *Livro de Arquitetura*, ou *tradução da Arquitetura de Leão Baptista*, de que deixa cópia ao filho".

¹¹⁵¹ Daveau (2010, 146).

¹¹⁵² O mesmo Infante que vimos ter incitado, segundo palavras do próprio André de Resende, à produção das Antiguidades da Lusitânia para "a dar a conhecer ao mundo", *LQAL, Carta ao Cardeal D. Afonso (...)*, 72.

formado nas Universidades de Lisboa e Paris e reconhecida personalidade pertencente ao círculo humanista de Évora¹¹⁵³.

Contexto significativo que revela o interesse pelo conhecimento do território e que terá sido feito com base num mapa, nunca encontrado, que antecede o até agora considerado primeiro mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco, datado de 1561¹¹⁵⁴. Como salienta Maria Fernanda Alegria, o mapa terá sido construído a partir de técnicas de medição de distâncias em léguas, compiladas ao longo de alguns dos itinerários mais percorridos, o que enfatiza a importância da cartografia terrestre no século XVI¹¹⁵⁵ e denota, como temos vindo a assinalar, esta urgência de conhecer, interpretar e controlar o território de poder¹¹⁵⁶. A conclusão de Rafael Moreira é significativa, não obstante desvalorizar a questão do mapa e do livro como índice deste. Aponta também, o próprio conteúdo da referida lista, pois servia

"(...) o objeto [códice] dos esforços de Francisco de Melo para descrever por uns quantos números e palavras, sem a ajuda do desenho, a geografia de Portugal: uma carta corográfica virtual, em que se pudesse localizar qualquer topónimo unicamente recorrendo às suas mais exatas coordenadas

¹¹⁵³ Rafael Moreira (*op. cit.*, 434-437) sintetiza os seus dados biográficos e a produção do códice desta forma: "Francisco de Melo era um fidalgo de alto nível da nobreza de Évora, da família dos Melo, uma das mais importantes do Reino, filho mais novo do alcaide-mor de Olivença. Formado em Matemáticas pela Universidade de Lisboa, recebeu do rei D. Manuel uma bolsa para continuar seus estudos em Paris, de 1514 a cerca de 1520, onde obteve no Collège de Montaigu os mais altos graus em Matemáticas, Artes, Filosofia e Teologia com os mestres mais reputados, como Gaspar Lax, Jean Fernel – que já difundia o *Comentariolus* de Nicolau Copérnico e sua teoria heliocêntrica (por exemplo, na *Cosmotheoria* que dedicou em 1528 a D. João III) – e Pierre Brissot, que veio morrer a Évora a 1522 e foi amigo de Oronce Finé, autor em 1525 do primeiro mapa corográfico da França (...). Datam de 1514-17 as suas obras mais conhecidas: os *Comentários sobre a perspectiva e a especulária de Euclides* e um *Comentário ao De Incidentibus in Humidis de Arquimedes*, uns 150 in-fólios encadernados em 1521 para oferecer ao seu protetor D. Manuel (...). Eis um facto que mostra bem o interesse de Francisco de Melo pela arte do Renascimento, o recente *modo ao romano*. Nascido e criado no mais antigo palácio de Évora – o castelo medieval da cidade doado em 1390 à sua família (hoje pertença dos Duques de Cadaval), aumentado e muito embelezado por jardins “à italiana” pelo seu avô, o Conde de Olivença, que também fundou ao lado a igreja dos monges de Santo Elói, ou Lóios (1485) -, frequentou o círculo erudito de artistas e amadores de arte animado pelo cónego parisiense Jean Petit e pelo humanista André de Resende, em que pontificava o maior escultor renascentista do país, o normando Nicolau Chanterene (...). Suzanne Daveau mostrou que a única pessoa em Portugal em condições de realizar os estudos e observações conduzindo à sua elaboração – executado no *scriptorium* real de iluminura e caligrafia, onde brilhariam António de Holanda e seu filho Francisco - não podia ser outro senão o cientista, recém-chegado de Paris e mestre de matemáticas do Infante: o próprio Francisco de Melo em pessoa. A obra corresponderia, assim, a um pedido, ou desejo, do Cardeal, que as fontes descrevem como “muito estudioso e sério” apesar de sua idade, e com “uma prudência de velho””.

¹¹⁵⁴ Ferreira, Morais, Silveira, Girão (1956-57).

¹¹⁵⁵ 2011, 124.

¹¹⁵⁶ Logo na abertura do livro surge uma rica iluminura, que é ao mesmo tempo dedicatória e marca de posse: aí se lê em baixo, em belas capitais latinas a ouro, sobre fundo verde, a cor do Cardeal D. Afonso, arcebispo de Évora (1523-40), Moreira, *op. cit.*, 436-437.

possíveis, sem ser preciso abrir um enorme mapa de vários metros de dimensão, difícil – senão impossível – de abrir, desdobrar, e debruçar-se sobre ele. Temos aí um facto de significado capital: o livro substitui o desenho. A escrita e os números (de que Suzanne Daveau conseguiu, com admirável inteligência, decifrar a notação algo enigmática das frações) tomam o lugar do gráfico ou pintado. Dir-se-ia que Francisco de Melo “digitaliza” em signos binários e intelectuais, apenas pelo uso da razão abstrata, as formas visíveis em desenhos e cores de uma carta geográfica. Ele informatiza em dados escritos a forma e as relações espaciais dos lugares referenciados, literalmente traduzindo a imagem por palavras/números como num programa de computador, substituindo o visual pelo verbal e sua sequência numérica. O Códice de Hamburgo é, em si mesmo, o mapa mais completo e fácil de ler do país inteiro. Fica-se estupefacto, mais do que surpreso, perante uma tão extraordinária modernidade”¹¹⁵⁷.

Certo é que, como demonstrou Suzanne Daveau¹¹⁵⁸, Fernando Álvaro Seco, eventual discípulo de D. Francisco de Melo¹¹⁵⁹, utilizou esta informação para o seu diplomático e estratégico mapa de 1560, que na edição de Gerard Jode de 1565 representa um expressivo *Portugal quae olim Lusitania*¹¹⁶⁰, e para onde transportou o mapa do ilustre eborense, de que copia o contorno da costa e rios, bem como o desvio para Leste do litoral a norte do Mondego e numerosos topónimos do Códice de Hamburgo.

Ora, mais tarde, quando D. Sebastião foi aclamado rei em Junho de 1557, preparou-se desde logo, sob a coordenação da regente Catarina de Áustria, uma embaixada a Roma¹¹⁶¹, sendo embaixador na cúria papal Lourenço Pires de Távora (1510-1573). Nessa cidade estava, ao tempo, o humanista Aquiles Estaço (1524-1581), discípulo de João de Barros e de André de Resende, também notável latinista e que foi bibliotecário de Guido Ascânio Sforza (1518-1564), Cardeal de Santa Fiore e Camerlengo do Papa, protector dos interesses portugueses na Santa Sé. Sendo assim, a 20 de Maio 1560 é lida a *Oração de Obediência* que o dito humanista redigira e que adiante analisaremos à qual se junta uma oferta muito expressiva e especial - um mapa de Portugal, preparado por

¹¹⁵⁷ *Op. cit.*, 437-438.

¹¹⁵⁸ 2010, 198.

¹¹⁵⁹ Moreira (2015, 440).

¹¹⁶⁰ *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. Armando Cortesão *et.al.*, vol. II, estampa 198.

¹¹⁶¹ Sobre o mapa de Fernando Álvares Seco e seu contexto, v. João Carlos Garcia (1995, 137-153; 2010, 363-368), a quem seguimos nas reflexões aqui expendidas.

Fernando Álvares Seco (fl. 1560)¹¹⁶², cartógrafo de quem pouco ou nada se sabe, entre finais de 1558 e início do ano seguinte¹¹⁶³. Sinal da urgência de afirmar e consolidar o conhecimento e projecção do espaço lusitano, nomeadamente no palco da diplomacia internacional, onde se jogavam interesses da mais alta relevância. Com uma orientação com o Oeste no topo, a interpretação é significativa - em contexto erudito, em harmonia com a habitual centração que caracterizara os discursos da Antiguidade o ponto de observação parte de Leste (Roma), em perspectiva, a fachada ocidental da península ibérica, “perde-se” no horizonte, para Oeste: a *Finis Terrae*¹¹⁶⁴. Duas notas sobressaem, em nossa opinião, desta imagem de Portugal/Lusitânia e que estão em total consonância com tudo aquilo que temos vindo a observar na produção discursiva. Por um lado, são dois os principais fenómenos figurados: o povoamento (a geografia humana) e a rede hidrográfica, que juntamente com a nomeação das serras de Portugal, diríamos que corporiza imagetivamente a arquitectura de discurso e o léxico temático habituais dos

¹¹⁶² V. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. Armando Cortesão *et.al.*, vol. II, estampas 197, 198, 199; pp. 79-81; 83-86.

¹¹⁶³ Suzanne Daveau in Maria Fernanda Alegria *et al.*, 2007: 1039-1041, *apud* Garcia (2010, 363). Sobre o mapa e suas edições diz-nos João Carlos Garcia "do mapa manuscrito original não se conhece o paradeiro mas, a partir dele, Sebastiano di Re (fl. 1557-1570) gravou e Michele Tramezzino (fl. ca. 1546-1562), conhecido editor veneziano preparou uma versão reduzida (36 x 66 cm), na escala de ca. 1:1.340.000, impressa em Veneza mas difundida em Roma, com privilégio do Papa e do Senado de Veneza, datada de 20 de Maio de 1561. Os irmãos Michele e Francesco Tramezzino tinham então lojas nas duas cidades, onde comerciavam a sua produção gráfica, como o mapa da Hungria, de Lazarus, de 1558, ou o do Reino de Nápoles, de 1557, gravado pelo citado Sebastiano di Re, famoso pelas suas plantas de Roma, de 1557, e de Nápoles, de 1560, todos contemporâneos do de Álvares Seco. Em 1565, Gerard de Jode, famoso cartógrafo e editor, provavelmente com base no original ou sua cópia, com simplificações e lapsos em relação à imagem de 1561, publicou em Antuérpia uma outra versão de maior escala, ca. 1: 750.000, em quatro folhas (60 X 96 cm), gravada por Jan van Doetichum (fl. 1558- 1601) e Lucas van Doetichum (fl. 1558-1579), que refere a data de 20 de Maio de 1560. De Jode incluirá o mapa o seu atlas *Speculum Orbis Terrarum* nas edições de 1578 e 1593. A partir dos exemplares de 1561 e de 1565, Abraham Ortelius coordenou uma nova imagem, próxima da de Tramezzino, que conhecerá justa fama internacional, como folha do celebrado atlas *Theatrum Orbis Terrarum*, com sucessivas edições desde 1570, e Baptista van Doetecum regravará a imagem para o grande atlas de Gerard Mercator, de 1600."

¹¹⁶⁴ Na leitura do mapa é significativo o que nos diz João Carlos Garcia (*op. cit.*, 365), primeiro sobre a orografia: "Ptolomeu referira que na Lusitânia não existiam montanhas e, com raras excepções, o relevo não está figurado por simbologia própria; mas são muitos os nomes de lugar que identificam e localizam as “serras” de Portugal."; depois sobre o povoamento e sobre a hidrografia: "contando muitas centenas de topónimos, entre cidades, vilas e aldeias, é mais denso no Portugal atlântico e menos coeso no Portugal mediterrâneo. (...) Se parece ser o fim da mancha de povoamento que estabelece a marcação da linha de fronteira, não é apenas aquela, mas também a rede hidrográfica, que constitui o segundo grande tema do mapa. Com excepção do Minho, do Tejo e do Guadiana, que se prolongam um pouco para o interior da Península, todos os outros cursos de água parecem nascer em Portugal. O Douro, como os seus caudalosos afluentes, “secam” com a aproximação da fronteira. A unidade do país que assim se representa é sublinhada pelas armas da Galiza, do Reino de Leão e do Reino da Andaluzia, que circundam Portugal, uno e coeso sob o escudo dos castelos e das quinas. Na versão erudita de Tramezzino encontramos, numa mais reduzida dimensão, as “Antigas Armas de Portugal”, a cruz de São Jorge, vermelha em campo branco. Na variante de 1565, as armas de Portugal inscrevem-se no escudo empunhado por Neptuno, que cavalga um monstro marinho e proclama a glória das conquistas portuguesas no mar, versão iconográfica do texto da dedicatória a Sforza."

textos analisados. Por outro lado, na cartela que ilustra e legenda o mapa temos um relevante texto em latim, solidário com a expressão que encontramos na *Oração de Obediência* respectiva. Traduzido para português¹¹⁶⁵

"A Guido Ascânio Sforza Cardeal Camareiro da Santa Igreja Romana, Aquiles Estaço, Saúde

Guido Sforza: dedicamos-te, devido à protecção dispensada à nossa gente, a Lusitânia descrita pela arte de Fernando Álvares Seco. Dela partindo, homens de incrível valor e felicidade atingiram todas as partes do orbe terráqueo, reduziram à condição de província grande parte de África, foram os primeiros a descobrir e ocupar ilhas inúmeras, das quais era conhecido, ou só o nome, ou nem o nome sequer. Obrigaram a Ásia, terra riquíssima, a pagar-lhes tributo, instruíram os mais remotos povos no culto da religião de Jesus Cristo. Adeus. Em Roma, 20 de Maio de 1561".



Seco, Fernando Álvares, fl. ca 1559-1561, BNP CC950v. [Portugal] / Vernandi Alvari Secco; Sebastianus a Regibus Clodiensis in aere i[n]cidebat; Michaelis Tramezini formis, cum Summi Pontificis ac Veneti Senatus privilegio. - Escala [ca 1:1340000]. - Roma: Michaelis Tramezini, 1561. - 1 mapa: gravura, p&b; 35,30x51,50 cm

¹¹⁶⁵ Recorremos à tradução, da edição de 1561, em *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. Armando Cortesão *et.al.*, vol. II, 79.

Notável síntese do programa ideológico português, suportado por uma renascida Lusitânia que agora se estendia por um imenso império. A imagem e a palavra. Vamos a esta última.

As *Orações de Obediência* de Aquiles Estaço (1560 e 1574)¹¹⁶⁶ são das mais conhecidas e estudadas¹¹⁶⁷. Por essa razão remetemos para a bibliografia que acompanha esta análise e daremos conta, apenas, dos aspectos que consideramos não estarem devidamente destacados. Pelo meio (1566) encontramos a *Oração* de António Pinto a Pio V (1566-1572)¹¹⁶⁸. Têm em comum apresentarem um manifesto substrato humanista, pela distinta retórica a que recorrem adoptando, ainda ambos a auto-proclamação como "*Lusitanus*", sinal da evidente recorrência do uso do termo nos círculos cultos e eruditos¹¹⁶⁹. É, pois desta forma que Aquiles Estaço se identifica e pronuncia a *Oração*

¹¹⁶⁶ Sobre a vida de Aquiles Estaço (1524-1581) e sobre a sua família, v. Albuquerque (1988, I, 11), Costa Ramalho (1978, 239-252) e Pereira (1991, 11-27). Salientamos o facto de ter passado uma boa parte da sua vida em Roma, tendo sido discípulo de João de Barros e André de Resende, a quem ofereceu as edições comentadas do *De Optimo Genere Oratorum* e de Catulo, respectivamente (1991, 20-21). Na cidade eterna foi protegido do papa Pio IV, desde 1560, e secretário e bibliotecário do cardeal de Santa Flor, Guido Ascanio Sforza cardeal protector do reino português a quem Aquiles Estaço dedicou em 20 de Maio de 1561 a famosa carta de Portugal por si encomendada a Fernão Álvares Seco, depois incluída em vários atlas, nomeadamente no celebrado *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraão Ortélio (1991, 20). Segundo Belmiro Pereira, "Aquiles Estaço é, sem dúvida, um dos maiores expoentes do Humanismo português. As orações obedienciais, que pronunciou, revelam quer a felicidade da sua expressão latina, quer o muito apreço que, pela sua distinção pessoal, obteve entre os poderosos do tempo. No entanto, mais do que uma manifestação da *latinitas* de Aquiles Estaço, as orações de obediência são um índice da realidade portuguesa contemporânea. Informam sobre os progressos e as vicissitudes da aventura ultramarina; dão-nos conta da ideologia que enforma o projecto expansionista; permitem-nos entrever os ingredientes que, finalmente, concorrem para a gestação de uma peculiar mundividência portuguesa" (1991, 74-75). Sobre a relação de Aquiles Estaço com outros humanistas e o estudo da epigrafia, v. Mayer i Olivé & Guzmán Almagro (2000, 523-530).

¹¹⁶⁷ Belmiro Pereira detectou uma terceira *Oração* da autoria de Aquiles Estaço, também publicada no seu estudo (86-93) mas que foi proferida (1566) em nome da Ordem de Malta na sequência da exposição de Frei Pedro de Monte, Prior de Cápuia e que não tem elementos relevantes para a nossa análise.

¹¹⁶⁸ Segundo Albuquerque (1988, I, 11-12) é das biografias mais problemáticas em virtude das homónimias. Sabe-se que foi Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra e Desembargador dos Agravos (1575), sendo secretário de embaixadas a Roma, nomeadamente acompanhando Lourenço Pires de Távora e D. Fernando de Meneses.

¹¹⁶⁹ Bastaria atentar nos múltiplos exemplos que emergem da epistolografia. A título de exemplo veja-se a carta que Belmiro Pereira (1991, 17-18) publica, *Martinus ab Azpilcueta Doctor Nauarrus, Achilli Statio Lusitano uiro eruditissimo multisque nominibus suspiciendo.* (Martinho de Azpilcueta, Doutor Navarro, a Aquiles Estaço Lusitano, varão de eminente cultura e a muitos títulos digno de admiração.) Veja-se ainda o exemplo das várias missivas de Damião de Góis, publicada na *Correspondência Latina de Damião de Góis*, série *Portvgaliae Monvmenta Neolatina*, vol. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009; ou as cartas que o conhecido jurista Justo Lúpsio trocou com vários portugueses da sua época publicadas em 1613, *Epistolarum Selectarum Centuria Singularis Ad Italos et Hispanos, quive in iis locis*, Antuérpia, Ex Officina Plantiana podem ler-se em apêndice em Martim de Albuquerque, *Um Percorso da Construção*

de 20 de Maio de 1560, em nome de D. Sebastião¹¹⁷⁰, Rei de Portugal¹¹⁷¹, a Pio IV (1559-1565). Curta mas plena significado, demonstra, desde logo, no intróito a inclusão do discurso directo e do questionamento que reflecte e sintetiza a *argumentatio* pragmática de um humanismo utilitarista¹¹⁷². Não será, pois, por acaso, que o próprio embaixador Lourenço Pires de Távora é apresentado com as necessárias habilitações, que incluem a nobreza, a competência nas artes da guerra e da paz mas também a prudência e a experiência (VII, 13).

Um dos factores que Aquiles Estaço faz sobressair é o facto dos reis lusitanos assumirem a tarefa de "criar Escolas Públicas e Humanidades" mesmo na extensão do seu império (VII, 14). Este, por sua vez, é tratado com a habitual relevância, singularizando-se além da capacidade guerreira, o proselitismo que sempre se manifestou, pois "não tenhais dúvida sobre o que, por certo, sucederá, facilmente vos pode levar a memória dos tempos passados, pois, por mais longe que se recue no tempo, nunca a gente Lusitana se apartou da fê e da autoridade desta Santa Igreja de Roma ou se afastou de algum sumo pontífice" (VII, 13). Resta lembrar a importância da (velha) luta contra o Turco, neste caso centrada na figura de Solimão¹¹⁷³, e que a Lusitânia pretende debelar, não ficando aquém dos maiores (VII, 14)¹¹⁷⁴.

António Pinto, na sua *Oração* com o embaixador D. Fernando de Meneses, datada de 22 de Abril de 1566, regressa à tradição das *Orações* anteriores na forma e no conteúdo, apenas invertendo a ordem do léxico habitual. Sendo assim, depois da necessária saudação e intróito laudatório das virtudes e esperanças do recém-eleito pontífice, apresenta um D. Sebastião, adjectivado superlativamente, com "uma dedicação

Ideológica do Estado, 2002, 187-201. Sobre a importância da prática epistolar para o humanismo, v. Cristina Araújo (2005, 119-145).

¹¹⁷⁰ A titulação completa reportaria à fórmula *Sebastianus Dei gratia Portugalliae et Algarbiorum citra et ultra mare in Africa Rex: Dominus Guineae, ac conquestae nauigationis comertii Aethiopiae, Arabiae, Persidis ac Indiae etc*; no entanto era habitual a redução da extensa denominação em epígrafe (Pereira, 1991, 109).

¹¹⁷¹ Na mesma linha das Orações anteriores o uso de Portugal/portugueses é substituído por Lusitânia/lusitanos, à excepção da fórmula constante da titulação régia.

¹¹⁷² Sánchez Tarrío (2002, 73-79).

¹¹⁷³ Solimão, o Magnífico, foi o sultão dos Turcos (1520-1566) que elevou o império otomano ao seu máximo esplendor (Pereira, 1991, 111).

¹¹⁷⁴ Da resposta dada pelo consistório e assinada por António Lavellino saliente-se o reconhecimento e percepção de uma geografia imperial lusitana que abarca "o vastíssimo Oceano em admirável e por todos os séculos inaudita navegação, quase dos extremos limites do Ocidente até aos últimos confins da Índia, se alcançou que muitas e grandes nações da África e da Índia, e um número quase incontável de ilhas" (VII, 15), terreno fértil para a divulgação da fê.

superior à dos outros" (VIII, 17), de tal forma que, após a notícia da eleição, ordenou imediatamente "preces públicas por todas as partes do reino" (VIII, 17). E para que não se distraíssem os espíritos ouvintes, antes de desenrolar a memória do reino lusitano e da luta contra os sarracenos, oferece logo, em nome do "ótimo e obsequentíssimo filho", o espaço e o poder - "os seus reinos, bens, riquezas, nações, vassalos e suas vontades, e muito deseja vos persuadais de que a sua pessoa e todas as suas províncias ficam ao vosso inteiro dispor" (VIII, 18). Enuncia a cronológica extensão e feitos lusitanos por África, "a incrível navegação do mar Oceano" (VIII, 18), o Oriente, a Etiópia e, finalmente, no topo das preocupações, a luta contra o Turco. Este périplo pela memória do reino termina com o tempo próximo e presente de D. Sebastião, salientando-se a participação no Concílio de Trento (1545-1563) e os recentes acontecimentos de Mazagão¹¹⁷⁵, que tiveram ampla repercussão europeia, oferecendo, no relato, a precisão do extraordinário número de homens envolvidos entre lusitanos e muçulmanos, e termina com as sempre necessárias virtudes do rei.

Por último, a segunda *Oração* obediencial de Aquiles Estaço em representação do rei da Lusitânia foi proferida em 28 de Setembro de 1574 e dirigida ao papa Gregório XIII (1572-1585). Deste testemunho referiremos apenas três aspectos que consideramos relevantes para o contexto em análise. Um primeiro, relacionado com a tentativa de evitar um incidente diplomático com a Santa Sé, dado que a embaixada, chefiada por João Gomes da Silva, apenas se apresentava a saudar o sumo pontífice dois anos depois da sua eleição. Nesse sentido, Aquiles Estaço reverte habilmente esse contratempo, logo na abertura e justificação da sua Oração, em favor do rei lusitano. Lembra o papa que o referido embaixador, muito experimentado e ilustre, "brilhante nos estudos das nossas Letras" (IX, 31), esteve, até então junto do rei da Gália por se viverem tempos de guerra civil naquele país¹¹⁷⁶, apoiando o monarca. E acrescenta que mesmo havendo a tradição dos reis lusitanos serem dos primeiros a saudar os novos pontífices, o papa conhece bem as provas da abnegação e devoção lusitanas à Sé Apostólica por "outros exemplos passados, perpetuados pelos monumentos literários e de que muitas vezes se ouviu falar"

¹¹⁷⁵ O célebre cerco de Mazagão por Mulei Mahamet, que se iniciou a 3 de Março de 1562 e terminou, com uma forte resistência portuguesa, a 7 de Maio com a manutenção da praça, mobilizou muitos meios e foi acompanhada de "uma onda de fervor patriótico", Cruz (2012, 93-94).

¹¹⁷⁶ Como se sabe de 1562 até 1598 a França viveu numa quase contínua guerra civil. Certamente que Aquiles Estaço se referia ao famoso massacre dos protestantes na noite de 23 para 24 de Agosto de 1572, que ficou conhecido como massacre da noite de S. Bartolomeu.

(IX, 31)¹¹⁷⁷, certamente destacando a propaganda e as várias realizações discursivas que permitiam divulgar os feitos da nação.

Em segundo, comprometido com os interesses do rei português, volta às questões do poder turco mas, curiosamente, omite qualquer referência ao célebre acontecimento de Lepanto (1571)¹¹⁷⁸, e volta-se para as velhas sombras incitadas pelo *infiel*, inquietação provocada por Solimão¹¹⁷⁹ e para a luta que os portugueses empreendiam na Índia, nomeadamente em Goa, revelando os elevados números de homens e navios envolvidos (IX, 32-33).

Em terceiro, termina com o regresso a África, objectivo de D. Sebastião. Percurso que invoca uma Lusitânia devota e incansável, que por todo o orbe dilata a fé. Duas últimas notas, referentes a duas publicações, reforçam estas leituras. A edição desta *Oração*, impressa no mesmo ano em Roma¹¹⁸⁰, era acompanhada de dois outros opúsculos do autor que, certamente, complementariam o discurso obediencial. Um primeiro, a *Monomachia navis Lusitanae*¹¹⁸¹ que relata extensivamente os acontecimentos em torno de confrontos na zona de Malaca¹¹⁸², por Mendo Lopes, negociante que saíra de Cochim, numa nau, para ir negociar naquela zona. Tendo sido abordado pelos turcos e depois de muitas diatribes, o referido capitão, na iminência de perder o controlo da situação, pondo em risco as posições portuguesas na zona e perante a enorme força do inimigo, entregou tudo ao destino de Deus. Premonitoriamente, uma criança de dez anos que vinha na nau, exortou Lopes à serenidade e confiança no auxílio divino e este, com um longo discurso de valor pátrio, exorta a sua tripulação. O resultado foi uma retumbante vitória lusitana, "sem dúvida divina" (IX, 40). Aquiles conclui que "o Senhor Jesus" continua a aumentar cada vez mais o rei D. Sebastião, engrandecido com tantas vitórias.

¹¹⁷⁷ Adiante volta a insistir no assunto: "Com efeito, por escrito ou de viva voz, muitos lhe afirmavam que, por leituras, ou por diligentemente o perguntardes, conheceis melhor do que ninguém os feitos dos Lusitanos, e que era vosso costume congratular-se com a Igreja de Deus por eles trabalharem antes de tudo pela sua propagação e aumento" (IX, 32).

¹¹⁷⁸ Não podemos esquecer que essa fora uma vitória Santa Liga, formada pela República de Veneza, Reino de Espanha, Cavaleiros de Malta e Estados Pontifícios sob o comando de João da Áustria, meio-irmão de Filipe II, tendo representado o fim da expansão turca no Mediterrâneo.

¹¹⁷⁹ Solimão, o Magnífico, o sultão otomano (1520-1566).

¹¹⁸⁰ Albuquerque (1988, IX, 1).

¹¹⁸¹ *Monomachia duma Nau Lusitana (com uma grossa armada do Rei de Daquém)*, trad. de Miguel Pinto de Meneses (in Albuquerque, 1988, IX, 35-40).

¹¹⁸² Malaca havia, com efeito sofrido vários ataques e cercos, desde 1568, levados a cabo pelo sultanato do Achém. Entre os momentos de maior tensão, com o cerco da zona, estão 1572 e 1574, v. Polónia (2012, 287-288); Cruz (2012, 137, 194, 220, 246).

Testemunho inovador pela introdução de elementos de descrição literária e retórica, baseado na experiência e valor dos feitos coevos lusitanos, quase um relato jornalístico, mas impregnado de sentido messiânico e providencial, legitimando a proeminência portuguesa e, certamente, complementando a urgência da sua situação numa luta contínua pela dilatação da fé, num extenso império, em harmonia com relato que havia sido fixado na exposição ao papa. Não será, pois, por acaso que o segundo documento apenso à publicação da *Oração* seja a *Insignia Regum Lusitaniae uersibus descripta*¹¹⁸³. O opúsculo abre com um frontispício que revela, em síntese, o seu conteúdo - apresenta as armas reais, com a inscrição "A frente desta página mostra as insígnias dos nossos reis vindas tão-só do Alto Céu". Finalmente toda a redacção, na melhor *verve* humanista, designando os portugueses de "Lysiadum"¹¹⁸⁴, gira em torno do milagre de Ourique e da imposição das armas ao nosso primeiro rei. Relato de eloquente e distinto valor, não só pela relação que preconiza, na linha da tradição que temos observado, entre a Lusitânia e D. Afonso Henriques, como pela sua inserção no contexto internacional, vinculando uma singular imagem do rei e do reino coevos, o reinado de D. Sebastião, que agora deveria continuar e honrar essa nobre herança e "acrescentar novos reinos aos reinos já alcançados" (IX, 45). Irrevogável e pertinente é, por fim, o idiossincrático nexos, que como vimos, vinha sendo formulado e vinculado pela dinastia de Avis, entre a Lusitânia, Portugal e a noção de Império, caucionado pela divina origem: "Foi Ele [Jesus Cristo] também que a partir dos estreitos limites do reino formou um grande império e o estendeu pela terra e pelo mar (...)" (IX, 45)¹¹⁸⁵.

¹¹⁸³ Insígnias dos Reis da Lusitânia, trad. de Miguel Pinto de Meneses (*in* Albuquerque, 1988, IX, 43-45).

¹¹⁸⁴ Sobre a origem da palavra *Lysiadae* em latim, com autoria do mestre de Aquiles Estaço, André de Resende, v Costa Ramalho (1983, 221-236.)

¹¹⁸⁵ As evidências que destacámos no recurso ao termo Lusitânia/lusitano nos discursos de Aquiles Estaço ficam ainda consolidadas quando analisamos a *Oração* que teve de recitar em nome de Filipe II, em público consistório, a 18 de Março de 1581 (publ. em anexo por Albuquerque, 1988, I, 35-40; Pereira, 1991, 103-105). Exposição de estratégia política, de reduzida dimensão, escassa nas palavras, claramente dita com desafeição. Várias passagens demonstram, sob a sua eloquência humanista, o protesto e o sentido patriótico, mandando o rei, com citações bíblicas, tomar o exemplo dos reis lusitanos anteriores e que deve conservar os preceitos do pai (Carlos V) *mas não largar a lei da mãe* "a mais religiosa e virtuosa Princesa da Lusitânia" (I, 40) (Imperatriz Isabel, irmã de D. João III e D. Henrique). O monarca castelhano teria, pois, que honrar a identidade que lhe fora atribuída como "Rei Filipe da Lusitânia" (I, 39), mais do que nunca, uma simbólica afirmação da identidade portuguesa. O mesmo sentido encontraremos na carta que Diogo Mendes de Vasconcelos, editor de André de Resende escreve Filipe II de Espanha, a 1 de Dezembro de 1592, estando pronto para entregar o material, coligido e redigido por Resende, à tipografia, aconselhando o Rei a proteger, amar e abraçar a Lusitânia "Recebe, pois, ó rei invencível, esta tua Lusitânia, que de nova e actual se tornou em velha e antiga, e da mesma maneira que amas e proteges, com certa benevolência especial, a Lusitânia que hoje floresce sob o teu reino e que abunda em todas as prosperidades, assim também, na medida da tua autêntica grandeza de alma e generosidade, digna-te proteger, amar e abraçar a antiguidade da outra, cujos monumentos foram arrancados das trevas, melhor direi, das fauces do próprio tempo" (*LQAL*, 52).

Desta forma, completando todas as vertentes possíveis, a formulação de André de Resende configura uma representação consolidada do *topos* na relação com Portugal que vai tendo as suas consequências. Aquela que perdurará como marca indelével na formação da consciência nacional portuguesa¹¹⁸⁶. Por outro lado, outras manifestações como o mapa de Fernando Álvares Seco ou as *Orações de Obediência*, vão projectando a imagem de um Portugal identificado com a Lusitânia. Daqui em diante assistimos à sua diversa utilização, concordante ou discordante, quer no contexto específico da união ibérica - com Fernando de Oliveira (1507-1581)¹¹⁸⁷, Duarte Nunes do Leão (1528/1530-1608)¹¹⁸⁸ ou Frei Bernardo de Brito (1569-1617)¹¹⁸⁹ - quer a profusa sedimentação do

¹¹⁸⁶ Albuquerque, 1974.

¹¹⁸⁷ Na sua *História de Portugal* (1580), Fernando Oliveira refere que "o nome de Portugal, alguns homens novos e pouco lidos o têm por nome novo (...) Geralmente todos os homens doutos e vulgares desta terra e nossos vizinhos atribuem a Portugal o nome de Lusitânia, tanto que lhes parece que o nome de Portugal é muito vulgar e que não quadra aos homens doutos falar senão por Lusitânia, e chamam aos Portugueses Lusitanos, E outros que se querem vender por mais sabedores chamam-lhes *Lysíadas*, dizendo que tomaram este nome de *Lysias*, companheiro de Baco." (fl.s 4-5v., *apud* Franco, 2000, 106).

¹¹⁸⁸ Na linha de Fernando Oliveira escreve uma *Descrição de Portugal* (1599, publ. 1610), passando a Lusitânia para o interior do seu relato. Como já postulámos, o discurso de Leão está, na arquitectura discursiva, na ordem narrativa e no léxico temático muito próximo de Lúcio Maríneo Sículo. Diz-nos o autor sobre a concatenação de Portugal com a Lusitânia: "A Lusitania parte pelo Septentrião com o Douro desd'a foz d'elle até Simancas. Do Occidente confina com aquella do mar Athlantico, que vai desd'o Douro até o Cabo de sam Vicente. Pelo meo dia confina com aquella parte do mesmo mar, que vai do dito Cabo até a bocca de Guadiana, que se mette no mar entre Castro Marim, & Aia monte. Do meo dia parte com a Betica pelo rio mesmo de Guadiana, que diuide huma prouincia da outra. E pela parte do Oriente, & Septentrião se diuide desd'a bocca do mesmo rio atee a cidade de Badajoz da Prouincia Tarraconense lançando huma linha de Calatraua a uelha até a ponte de Simancas. De maneira que os limites da Lusitania são o mar Athlantico, o Douro, Guadiana, & o Tejo a corta pelo meo correndo entre Guadiana, & o Douro. O reino de Portugal toma a maior parte desta Prouincia, & por isto se chamão Lusitanos os Portugueses como gente, que occupa quasi toda a prouincia. Mas isto não he propriamente, porque de Lusitania ficão fora de Portugal as cidades de Merida, Coria, Plazencia, Ciudad Rodrigo, Salamanca, Auila, Segouia, & as villas de Albuquerque, Oropesa, Calatraua a uelha, Alcantara, Talauera, Medina do campo, & algumas mais de Castella a noua. /img. 35 - fl. 3/ De maneira que todos os pouos sobreditos se[ndo] da Lusitania não são de Portugal. Mas o que Portugal não toma da Lusitania, t[o]ma da Prouincia Tarraconense, & da Betica, po[r]que pela Tarraconense entra em Galiza, & toma to[da] a terra, que vai desd'a cidade do Porto atee dar n[o] Minho que são dezoito legoas as mais fertiles, & rendosas, & habitadas de mais gente, que ha em Hespanha: que se pode com razão chamar hum reino per si. E assi toma outra prouincia que se diuide da de entre, Douro, & Minho, que se chama Tras los montes mui fertil de pão, & vinho, & criações. Alem destas terras que Portugal toma da prouincia Tarraconense, toma da Betica alguns lugares, que stão alem de Guadiana, scilicet, as notauéis villas de Moura, Serpa, Oliuença, & Noudar, & Mourão, & outros lugares a ellas adjacentes." (ed. de 2002, 131). Tenta, pois, ser rigoroso na sua leitura do legado clássico mas não se coíbe de proceder, em harmonia com a sua formação em direito, noutras partes do texto, a uma relação de Portugal com a Lusitânia por vias do estatuto jurídico das cidades colónias romanas e das suas congéneres coevas. Para uma visão mais completa deste relato ver os estudos introdutórios de Orlando Gama, António Borges Coelho, João Carlos Garcia e Suzanne Daveau, na edição do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, 9-92; e ainda Orlando Gama e Alexandra Soares Rodrigues, edição do Círculo de Leitores, 2018, 24-43.

¹¹⁸⁹ O frade alcobacense configura um discurso historiográfico de peso, inserido na linha de Florião de Ocampo e da produção mais tradicional. Relato que será continuado por António Brandão, Francisco Brandão e Rafael de Jesus. É, no entanto, no primeiro volume, significativamente relegado para o fim, num opúsculo de 8 fólios que apresenta uma *Geographia Antiga da Lusytania* (1597). O assunto foi

tema na conjuntura da Restauração. Na sequência do que vimos sobre a sua conjugação com a concepção imperial portuguesa, surge uma "Nova Lusitânia"¹¹⁹⁰, agora consignada ao território brasileiro e à luta pela sua soberania na coroa portuguesa.

competentemente estudado por João Carlos Garcia (1995, 137-153). No entanto, devemos notar que quer a arquitectura discursiva (nome, serras, rios, gentes) quer o conteúdo estão muito próximos da leitura resendiana. Aliás, bastaria analisar as fontes citadas entre elas, com assídua frequência, o próprio André de Resende, para verificarmos a proximidade das duas concepções.

¹¹⁹⁰ *Nova Lusitania, historia da guerra brasilica...* / Por Francisco de Brito Freyre. Decada primeira. - Lisboa, na officina de Joam Galram, 1675. Para uma análise da relação da Lusitânia com o Brasil no discurso historiográfico e na cartografia dos séculos XVII e XVIII, v. Orlando Gama, *Imagens Cartográficas do Brasil na Historiografia Setecentista*, in *A Nova Lusitânia (...)*, CNCDP, 2001, 81-106.

Epílogo ou Antelóquio Final

O estudo que agora termina teve como objectivo proceder, num amplo arco cronológico e numa singular concepção de espaço e poder, a uma indagação em torno dos processos de criação, invenção, construção e pervivência de um *topos* - a Lusitânia/lusitanos - que se constitui como matéria estruturante da configuração identitária do território e do corpo social português. Investigação que consideramos inovadora ao intentar preencher os vários campos e formas da sua manifestação, passando pela expressiva diversidade da formação etimológica e filológica, a prolixidade semântica e conceptual, as diversas e intrincadas enunciações (trans)discursivas, a observação de processos de composição política, social, geográfica e identitária, enfim, o que terá permitido a perenidade desde a sua formulação geográfico-étnica administrativa (corónimo e etnónimo) até se sedimentar como figura memorial, nominal e alegórica (epónimo), de relevante valor constitutivo para Portugal.

Recordemos algumas questões que foram sendo levantadas ao longo da tese: de que falavam as fontes quando falavam de Lusitânia/lusitanos? De que modo se expressavam? Haverá espaço para reflectir a identidade de uma comunidade peninsular e a sua transformação (auto-identificação do *outro*)? Ou apenas os mecanismos que outra sociedade, distante no espaço ou no tempo, criou para a identificar (interpretação do *mesmo*)? Em que moldes se deu o processo de sobrevivência do conceito de Lusitânia e qual o sentido que lhe é conferido, posteriormente à sua formação, pelas leituras e interpretações registadas nos discursos entre a Antiguidade Clássica e o Humanismo? Doutra forma, como se constitui como índice discursivo e ideológico? Estas e outras inquietações que fomos colocando ao longo do trabalho foram fundamentais para situar e interpretar os textos em causa e, por consequência, a sua relevância como lastro memorial e edificante no plano da leitura e representação transdiscursiva do tema que nos ocupa.

Procurámos operacionalizar uma metodologia de análise textual, daí estabelecemos os *índices fundamentais de leitura*, as *modalidades de abordagem* e os *critérios de análise*¹¹⁹¹ e dividimo-los, em cinco campos interdependentes, que apresentámos assumidamente como credores de uma esquematização teórico-científica

¹¹⁹¹ V. capítulo *Das origens da Lusitânia como Topos discursivo*.

actual: i) geografia física; ii) geografia económica iii) geografia humana; iv) factor etnológico; v) organização político-administrativa. Por outro lado, introduzimos vários períodos subsequentes, numa diacronia que pretendeu acompanhar e fazer emergir as coerências nessa representação do tema. Desde o substrato pré-romano, às fontes clássicas, divididas em contextos específicos (República e Império), prosseguindo para as possibilidades de manutenção do *topos* numa fase de transição memorial, na adjudicação a uma construção erudita da configuração de unidade portuguesa, nas primeiras fontes medievais. Assistimos, depois, à evolução pela cronística tardo-medieval que sugere a posterior continuidade e compromisso, consumado no século XVI com André de Resende, da identificação entre Portugal e a Lusitânia.

O pressuposto fundamental que orientou a nossa pesquisa, dado que se trata de uma formulação que remete para um corónimo e um etnónimo, foi o de que o espaço geográfico e os territórios não existem por si mesmos mas são, na perspectiva que nos interessa, o resultado de um processo intelectual levado a cabo por cada sociedade para perceber, integrar e gerir o meio físico que subjaz à sua actividade social. No caso da Península Ibérica e dos territórios e povos que a habitavam antes dos primeiros registos (gregos e romanos) que os trazem para a luz da história, temos muito pouca informação, para além das hipóteses formuladas pelos dados fornecidos pela arqueologia.

Desta forma, os primeiros discursos que sobre ela versam, independentemente da sua natureza e substrato contextual, denotam um primeiro esboço matricial, porque portadores de uma representação ancorada na leitura de quem chega (o *mesmo*) que se constituirá em estruturante substrato ontológico do observado (o *outro* território/ o *outro* étnico). Desde as primeiras fontes que assistimos à "invenção" e criação de um mapa e de uma representação do extremo ocidental da *oikumene*, fruto de um processo lento e progressivo, que integrava a leitura dos territórios e da sua moldura humana num exercício de classificação dos dados que iam sendo coligidos.

Verificámos que nesta abertura transdiscursiva, a concepção de um substantivo passado alegórico, sincronia do real e do mito, não serve apenas a especificidade de um reduto narrativo ou de um género particular, nem reproduz uma paráfrase identitária que se recolhe nas origens de uma qualquer diacronia discursiva. Tivemos oportunidade de assinalar nos textos, à semelhança do que acontece no caso do discurso fundacional de Heródoto de Halicarnasso c. 484-425 a.C.), que todas estas alusões, em momentos e transfigurações diferenciadas e localizadas (como vimos para os tartessos e o seu rei Argantónio, os cinetes, ou o povo Túrdulo), assumem um papel gerador de sentido,

verdadeiras linhas estruturantes da invenção de um espaço e da identidade de quem o habita. Um sinal da “naturalidade” dessa propensão surge, como se pode observar, pelo recurso constante a esses *topoi*, nos textos de muitos séculos posteriores, como é o caso da *Crónica de 1419* ou de André de Resende (1500-1573), e pela atribuição de funções referenciais para a formulação identitária da comunidade, assim como no seu imaginário, suporte de um lastro memorial fundante. Tal como no caso das colunas de Hércules, da criação e atribuição de corónimos/topónimos (*Hispania e Iberia; Lusitania, Olisipo...*) e etnónimos (lusitanos, celtiberos...), ou ainda na conotação significativa do território (v.g., pela dita referência telúrica ao mítico reino tartesso ou nas sucessivas invocações de episódios históricos relacionados com a Lusitânia ou com os seus protagonistas, como Viriato ou Sertório).

De facto, segundo a imagem que as fontes clássicas nos oferecem da península e da Lusitânia, estas realidades resultam numa "criação"¹¹⁹² a partir de uma realidade percebida como um objeto de conquista e anexação. Utilizando as informações providas da actividade militar e do poder político, de outras fontes, ou da experiência pessoal, completam-se discursos descrevendo o fim da *oikumene*, incorporando no seu vocabulário uma série de conceitos novos, integrando características oro-hidrográficas, climáticas, e o respectivo enquadramento humano/etnográfico, com os seus perfis sociais e culturais. Os textos e os acontecimentos no terreno revelam, pois, a articulação e estruturação do território peninsular, dotando-o de identidade própria. Por essa razão, no processo de análise atendemos às condições de produção, recepção e interpretação dos textos, apontando, na pesquisa que fomos efectuando, à fixação dos designativos (etnónimo/corónimo), à indagação dos processos de leitura do sistema de localização geográfica e dinâmica étnica e territorial, à eventual alusão a processos de contacto/relação com entidades étnicas vizinhas, à relação proporcional de grandeza entre a progressão do conhecimento geográfico e etnográfico nos discursos produzidos. Sempre tendo em atenção que os *parâmetros de representação* têm a particularidade de distorcer a realidade observável, ou melhor, de revelar mais o pensamento de quem representa do que de quem é representado.

O mapa peninsular vai-se modificando ao longo dos séculos e a sua formulação identitária ganha corpo e conhece importantes matrizes, que apurámos e que cremos ter demonstrado que constituírem um substrato fundamental da própria formulação

¹¹⁹² Pilar Ciprés, 2006, 177-180.

discursiva que encontramos nos períodos medieval e moderno. Tal como deixam antever os textos clássicos, a natureza destes espaços não é exclusivamente geográfica, pois para delimitá-los privilegiam-se a oro-hidrografia e a composição étnica (geografia humana), criando uma arquitectura discursiva e um léxico temático habitual que terá decisivas repercussões na produção narrativa e representação posterior. Disso são exemplo, entre outros autores que abordámos, os discursos precursores, em diferentes momentos da Antiguidade, de Políbio, Estrabão, Plínio-o-Velho, Ptolomeu ou Apiano, num frequente sincretismo entre lucubração geográfica e histórica. Fomos, por isso, detectando e estabelecendo vertentes da análise dos textos atinentes à ordem formal (arquitetura do discurso, ordem narrativa, apartados descritivos) e de conteúdo (léxico temático), contemplando os aspectos revelados pelos próprios discursos: etnológicos - quando se diferenciam os grupos e o seu perfil pela descrição etnográfica; culturais (quer como matriz diferencial (bárbaro/civilizado), quer como matriz de escalonamento (em função do grau de barbárie)); topográficos sendo (ou não) consideradas como limites; históricos - com a diacronia do tempo grego e/ou romano e o fluxo dos acontecimentos a formarem a trama do discurso e a matriz do relato geográfico. Todos estes aspectos serão recuperados, individualmente ou em conjunto (parcial ou total), nos discursos da medievalidade e da modernidade para justificar e legitimar posições e argumentar identidades e soberanias.

Foi também nossa preocupação salientar que, sendo Roma o núcleo de partida, numa relação centro-periferia e orientada, dessa forma, a perspectiva de leitura, é daí que se criam e inventam os espaços, adaptados em função dos interesses e dos objectivos de cada autor e do seu contexto. Desta forma, a individualização da Lusitânia nestes textos, a sua sequência e complexidade interpretativa diversa, sempre associada às circunstâncias históricas da sua evolução no panorama peninsular, está definitivamente vinculada ao conhecimento que do território vai emergindo. Por sua vez, o exercício do poder militar e político sobre o espaço tiveram as suas consequências; promovendo diversas fórmulas de ordenamento desse território, de que nos fomos ocupando, primeiro durante a República (ex. divisão peninsular em Ulterior e Citerior), depois durante o Império (divisão em três, seguida de seis províncias, com as suas subdivisões em *conventus*), ao que acresce a dificuldade de concepção e imposição destes limites, assim como da sua artificialidade. Não fizeram com que as regiões e os grupos étnicos que nelas se desenham perdessem a sua importância pois se não adquirem um papel operativo do ponto de vista

administrativo, funcionam ao nível identitário, de uma perspectiva exterior mas também para a própria comunidade.

Não obstante as sucessivas alterações e leituras de significado associadas à Lusitânia, chegando a exhibir limites e estatutos diferenciados ao longo do tempo e consoante a interpretação de cada testemunho, o facto é que se vai construindo uma representação que engloba aspectos tão diversos como são exemplo a pobreza e aridez que convive com o louvor efabulado e mítico e a fertilidade ou o carácter rude e bárbaro a par da valorização do comportamento autónomo, resistente e digno do perfil social dos seus habitantes. Disparidades confluentes e harmónicas numa representação discursiva multiforme. O que nos ficou, numa fase histórica (memorial) posterior foi a periferia (*Hispania*) a fazer seu um discurso que o centro sobre ela produziu.

Perante um extenso espaço em construção nesta zona da Ulterior que vai desde a zona meridional, pelo interior e também em fachada atlântica até ao norte, com o Douro de fronteira ou não, com a presença no palco destes conflitos dos lusitanos, é natural que a Lusitânia seja um território em construção, dinâmico que avança e recua compreendendo-se as adaptações dos autores e épocas dos discursos à realidade do momento, com a presença sempre mantida e a necessidade do recurso à tradição e legitimidade dos predecessores. Até porque os próprios autores, perante este longo e atribulado contexto, nem sempre estarão conscientes e totalmente informados do real valor e estabilidade do que representa uma determinada conquista/conflito e/ou negociação e/ou aliança, aliás, num quadro administrativo, político e militar tão frágil e mutante, que não podem correctamente avaliar a situação do ponto de vista do rigor da concepção e delineação administrativa-territorial e geográfica.

O texto, tal como o encontro entre o *mesmo* e o *outro* no terreno, procede da contingência do momento e do vínculo entre uma geografia autóctone e uma geografia do ocupante, enfim, como já dissemos, uma geografia dos indivíduos. Sem que, paradoxalmente, a geografia tenha um papel primordial na definição prévia de estratégias de conquista, não obstante a construção e invenção de uma geografia política que remete para a afirmação do poder romano, para a criação de uma história nacional e de uma identidade política imperial.

Não devemos, ainda, esquecer que as fontes clássicas não são um mero reflexo fidedigno da realidade humana peninsular, como se as entidades étnicas fossem personalidades culturais e políticas muito bem definidas. Como afirmámos, a presença

romana afectou profundamente essa realidade humana que devemos entender, nas palavras de Beltrán Lloris (2012, 490), "como construcciones sociales desprovistas de funciones políticas y basadas en una afinidad más bien cultural, que deben ser explicadas no sólo desde una perspectiva *emic* o interna, como entidades surgidas de la propia dinámica de las comunidades hispánicas, sino también a partir de un punto de vista *etic* o externo, condicionado por la acción política de Roma, y de las que los autores geográficos proporcionan una panorámica mediatizada por los objetivos que persiguen sus obras, entre los que el establecimiento de un mapa etnográfico de la Península Ibérica no es en absoluto prioritario". Esta tessitura de extrema complexidade e compreensão, tem levado a moderna historiografia a reportar-se injustamente a "contradições" nos autores da Antiguidade mais do que tentar entender as reais condições de produção/recepção dos textos, na relação com a sua natureza e os seus objectivos.

A nós interessou realçar alguns aspectos do contexto conjuntural e diacrónico que permitam entender essa transdiscursividade e a construção dinâmica e problemática do conceito de Lusitânia, que terá consequências nas leituras de épocas posteriores. E como procurámos demonstrar, é precisamente porque não existe um plano prévio, uma geografia de suporte, uma representação preconcebida que, desse fluir contingente, surge uma extraordinária possibilidade de afirmação de realidades e entidades étnico-políticas individualizadas, construção e invenção do espaço, interpretação territorial, enfim expressiva manifestação identitária que sustenta, no caso da Lusitânia, a sua perenidade e relevância.

Reafirmemos nestas páginas finais, uma ideia fundamental. O período clássico não é, para o tema da Lusitânia, por tudo o que fomos provendo neste trabalho, um mero excursus erudito e ilustrativo. Constitui a substancial matéria de que os textos posteriores se servem para configurar e representar a sua própria *argumentatio* e, daí, projectarem leituras de espaço, poder, soberania e identidade. E não se socorrem deles apenas nos conteúdos, como habitualmente se pensa, mas como demonstrámos, também frequentemente se apropriam do formato e da estrutura de abordagem, reproduzindo as mesmas sequências e fórmulas narrativas, enfim, toda uma gramática discursiva: os temas, a organização e sequência textual, a natureza do discurso (histórico/geográfico), o acentuar de perspectivas regionais na leitura do espaço (geografia regional), a manutenção da dicotomia *Hispania/Lusitania*, o valor conferido ao mito, ao fabuloso e às riquezas (*Laus Hispaniae*), a relevância do argumento étnico, a manutenção do léxico temático (ex. as referências topográficas).

Só conhecendo as condições de produção e a diversa e abundante invenção e interpretação discursiva sobre a Lusitânia/lusitanos (devidamente integrada na escala da *Hispania*), na sua emergência e no seu percurso primordial, na Antiguidade, correspondendo ao primeiro extenso *corpus* de textos analisados (pré-romano ao final do Império), se poderá compreender como foi possível esses mesmos aspectos serem utilizados mais tarde (e como), na medievalidade e na modernidade/humanismo, como argumentos e fundamento da discussão e polémica em torno da adscrição de Portugal a esta entidade memorial. Basta lembrar, por exemplo, a escolha deste ou daquele autor que sustenta, com a sua aceção, uma determinada posição sobre a coincidência dos limites políticos entre Portugal e a Lusitânia e da consequente legitimidade e anterioridade linhagística que daí advinha - disso é exemplo Floriã do Ocampo, cronista de Carlos V, quando valoriza Ptolomeu ou, pelo contrário, André de Resende que menoriza este autor e acentua a importância de Plínio-o-Velho. Este entendimento resulta da forma como o *topos* emerge da literatura clássica e revela as suas contradições e/ou coerências, num longo mas expressivo processo que o adjudica ideologicamente a Portugal. Esta elaboração e interpretação é, em nossa perspectiva, inovadora. Não porque se desconhecesse, efectivamente, o resultado, visível ainda hoje em dia, que aponta para esse nexos identitário, mas porque não havia quem o tivesse examinado de forma contínua e estabelecendo uma arquitectura explicativa e as coerências necessárias.

Paralelamente, procurámos estabelecer o fio condutor desse vínculo Lusitânia-Portugal. Derivada de uma positiva afirmação sugerida quer por linhas de continuidade da organização, concepção e administração do território desde o fim do Império romano, passando pela presença de povos oriundos do Leste europeu e pela invasão muçulmana, quer pela força dessa representação memorial nos textos. Desta forma, os primeiros registos memoriais analíticos e cronísticos ligados ao território que virá a ser Portugal chama a si o nexos com antiga Lusitânia e os lusitanos, cristalizada na figura do primeiro rei português. Tal união nunca mais foi abandonada, ganhando a ideia tal força que a historiografia peninsular que se vai desenvolvendo, de que são exemplos a *Crónica General de España* de Afonso X e *Crónica de 1344*, desenha e provê esta matéria, eruditamente, em harmonia com os poderes políticos autónomos do espaço peninsular, projectando distintas representações, com a Lusitânia a assumir protagonismo na construção e invenção da identidade portuguesa. Manifestação incipiente mas firme de uma crescente polémica que envolveria importantes questões de soberania. Precisamente na *C1344* e, substancialmente, na *Crónica de 1419*, embora não se postule que Portugal

é a Lusitânia, abre-se definitivamente a porta a essa ideia ao afirmar que a Lusitânia - antiga circunscrição administrativa e território étnico, província que agora era "terra" herdeira da identidade antiga - era *conquista* de Portugal. Ora, a historiografia hispânica que se segue (ex. Alonso de Cartagena, Sánchez Arévalo, Joan Margarit i Pau), progressivamente demonstrando uma perspectiva humanista de recuperação do legado erudito antigo, sugere, com variantes, uma *Hispania* e, concretamente, uma *Lusitania*, mantendo-as na linha de uma tradição de história romana na península e da sua evolução posterior (Godos), circunscrevendo-as a uma representação territorial e a limites definidos em função da sua interpretação de autores clássicos seleccionados.

Vimos também que, entretanto, em Portugal, a historiografia de consumo interno (*Crónicas* de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina), não parece ter tido interesse em cingir a questão. Mas a sua relevância em questões de afirmação externa era evidente e significativamente vai ser trazida para o palco da polémica, de forma assertiva - Portugal/portugueses identificados com Lusitânia/lusitanos. Não no relato historiográfico, embora este se sirva abundantemente da história e da memória, mas no discurso emanado directamente do poder régio - as *Orações de Obediência* - com tudo o que isso implicava, do ponto de vista da construção, consolidação e difusão da imagem externa mas também interna, de que serão exemplo as *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal* de Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1535). Relembre-se a expressiva e ostensiva *Oração* humanista de Vasco Fernandes de Lucena (1485).

De tal forma, que do lado castelhano o humanista Lúcio Maríneo Sículo (*De laudibus Hispaniae*, 1496) afirma uma Lusitânia bem demarcada e com uma abordagem autónoma no seu relato - a atenção e extensão que lhe concede são singulares, sinal da pertinência da matéria. Mas a memória do espaço no discurso político e diplomático português do humanismo confere uma importância inusitada à Lusitânia, integrada numa formulação em que emerge o império ultramarino, contrariando a disforia discursiva que apostava num certo rigor da leitura do legado clássico - seja no panorama internacional, com Martín Fernández Enciso, Cláudio Mário Aretino ou Pedro de Medina, seja no plano interno, com o expressivo silêncio do Dr. João de Barros, autor da *Geographia d'Antre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, escrita em 1548.

Finalmente, no epílogo do transdiscurso, capitalizámos o humanismo eborense de André de Resende e a definitiva celebração das núpcias entre Portugal e a Lusitânia. Extraordinária reinterpretação de um extenso e complexo legado clássico, manipulado e orientado para fazer coincidir essas entidades, numa perspectiva antiquarista, cumprindo

a totalidade do exigido - concorre a identificação do território e do étnico com o reino e a comunidade coevas. A sua relevância advém de ter proporcionado uma elaborada lucubração que servirá a posteridade, consumando uma imagem que estava definitivamente enxertada e frutificava no substrato identitário português. Contextualizado noutras interpretações, como a que vimos em Gaspar Barreiros ou João Vaseu, o tema segue consolidado e ganha novos contornos, em contexto da união ibérica, da Restauração e de uma *Nova Lusitânia* (Brasil) que nasce fora de portas. Mas isso são outras narrativas que deixaremos para o futuro, pois não se prevê a dissipação dessa representação.

Post Scriptum

Em 1544, o humanista português de projecção internacional, Damião de Góis, publicou, em Lovaina, um volume com vários opúsculos seus - *Aliquot Opuscula* - onde constava um pequeno impresso datado de 1542, em latim, intitulado *Hispania*¹¹⁹³, dedicado ao seu amigo Pedro Nânio, insigne professor de Latim na mesma cidade. A obra, segundo o próprio escrita em pouco tempo, é inspirada pelo fervor nacional, celebrando Portugal e os seus feitos¹¹⁹⁴. É uma espécie de ensaio descritivo estatístico que invoca dados sobre a Península, contemplando os reinos, as igrejas, dioceses, bispos, ordens militares, grandes e varões ilustres, separados pelos respectivos títulos, santos, universidades, capitães, Imperadores, pontífices e mercancias. Extenso arrazoado que, visivelmente, pretende dar uma imagem da relevância deste espaço na Europa e segue um padrão discursivo nosso conhecido - de Lúcio Marineo Sículo, que, aliás, cita "Falámos dos reinos; diremos agora do clero. Para cômputo das suas rendas seguiremos a autoridade do Siciliano Lúcio Marineu, que expôs melhor este assunto que o das rendas dos Príncipes" (*Hisp.* 96).

O seu interesse para o *topos* da Lusitânia, não resulta tanto do seu conteúdo que pretendia ser da maior actualidade e assertividade propagandísticas¹¹⁹⁵, mas de se inscrever numa famosa polémica com Sebastião Münster (1488-1552), sobre os erros que este reunira sobre a Península na *Geographia* de Ptolomeu, publicada, em Basileia¹¹⁹⁶, dois anos antes (1540). Por outro lado, na *Cosmographiae* (1ª ed., 1544) do mesmo autor alemão, terão surgido falsidades sobre as gentes da *Hispania*. Góis censurava Münster pela sua desonestidade intelectual e fazia-lhe ver a realidade extraordinária que havia e de que provia a Europa a sua terra. A controvérsia prolongou-se¹¹⁹⁷ e revela que havia rivalidades entre os humanistas, associadas a questões de ordem política e de propaganda ideológica.

¹¹⁹³ Recorremos à edição e tradução de Dias de Carvalho, Porto, 1945, 93-122.

¹¹⁹⁴ Sobre este texto e a conjuntura intelectual e factual em que se insere ver o estudo de Elisabeth Hirsch (2002, 160-173).

¹¹⁹⁵ Faz uma divisão dos reinos pelos nomes coevos e sugere poucas ocorrências do tema. É, no entanto, expressivo que inicie a sua lista de capitães com um "Viriato, chefe dos lusitanos cujos feitos a história romana largamente celebrou" (*Hisp.*, 108).

¹¹⁹⁶ Garcia (1995, 139).

¹¹⁹⁷ Ver o seguimento do pleito em Hirsch, *op. cit.*

Entronca, aqui um aspecto particularmente significativo da cartografia antropomórfica¹¹⁹⁸. De facto, tornou-se usual no século XVI o recurso a mapas antropomórficos, seguindo o mito fenício da Europa como uma rainha, sendo o arquétipo precursor o mapa de Johannes Putsch (1516–1542), um tirolês, que o produz para acompanhar uns poemas de glorificação da Casa de Habsburgo e o imperador Carlos V (Paris, 1537). O mapa é depois reutilizado por Heinrich Bünting (ca. 1545 – 1606), um protestante alemão que escreveu um compêndio geográfico para acompanhar a leitura da Bíblia - *Itinerarium sacrae scripturae. Das ist: Ein Reisebuch über die gantze heilige Schrift* (Helmstedt, Jacobus Lucius, 1581), onde muita informação política já desaparece mantendo-se a informação geográfica pedagógica, claramente sonhando a dimensão glorificadora de Putsch. Por sua vez, na edição de 1588 da *Cosmographiae* de Münster, pelos seus editores, surge uma versão ainda mais reduzida e conteúdo da mesmo mapa¹¹⁹⁹. Uma outra versão, ricamente preenchida e decorada vem no mapa de Matthias Quad (1557–1613), um experiente gravador dos Países Baixos, publicado avulso (Cologne, 1587) com o editor Johann Bussemacher (1577-1616). Como se pode observar, numa orientação Este-Oeste, harmoniosa com a perspectiva discursiva clássica, surge, à excepção do mapa de Münster, à cabeça a *Hispania*, numa significativa imagética simbólica do poder a *Lusitania*. A transcendência e o valor da cabeça e da coroa, capitalizando o sentido imperial de proeminência, liderança e precedência, carregada de expressiva iconografia da riqueza e da cristandade denotam o substrato ideológico. A Lusitânia, encerrada num rico diadema no topo da imagem, conhece, assim, outra forma de consagração.

¹¹⁹⁸ Seguimos a Peter Meurer (2008, 355-370).

¹¹⁹⁹ Mapa que será continuamente publicado nas edições até 1628, v. Meurer (2008, 13-15).



Heinrich Bünting's, *Itinerarium sacrae scripturae* 1587 ff. (Coleção Privada - Alemanha), *apud*, Meurer (2008).

xli

436

Fontes e Bibliografia

Fontes

- Acenheiro, Cristóvão Rodrigues, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal (1535)*, in *Inéditos de História Portuguesa*, Tomo V, Lisboa, Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1824.
- Alfonso Garcia de Santa María (Alfonso de Cartagena), *Alphonsi de Carthagenae Episcopi Burgensis. Regum Hispanorum, Romanorum Imperatorum, Summorum Pontificum, necnon Regum Francorum Anacephalaeosis, publicada en Aelii Antonii Nebrissensis Rerum a Fernando & Elisabe Hispaniaru[m] foelicissimis regibus gestar[um] decades duas. Necno[n] Belli Nauariensis libros duos. Annexa insuper Archiepi[scopi] Roderici Chronica, aliisq[ue] historijs antehac non excussis*, Apud inclytam Granatam: Xanthus Nebrissensis, 1454-56, public. em Andreas Schott *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii*, I, Francofurti, Apud C. Marnium et haeredes J. Aubrii, 1603, 246-291.
- *Alegações de D. Afonso de Cartagena, Bispo de Burgos, contra os direitos dos portugueses às Ilhas Canárias*, trad. portuguesa de António José Saraiva, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944.
- Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, edição de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968. Publ. III e IV *Crónicas Breves de S^{ta} Cruz de Coimbra*, *Homiliário de S^{ta} Cruz de Coimbra de 1139*
- Annales Portucalenses Veteres*, ed. de Pierre David, in *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, [s.n.], 1947, 291-311.
- António, Mestre, *Tratado sobre a Provincia D`Amtre Douro y Minho e suas avondanças*, 1512, publ. por Luciano Ribeiro in *"Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António"*, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXII, Porto, 1959, 441-460.
- Apiano, *Sobre Iberia y Aníbal*, ed. e trad. F. Gómez Espelosín, Madrid, Alianza Editorial, 1993.
- Aretino, Cláudio Mário, *Hispaniae Chorographia*, 1530, public. em Andreas Schott *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii*, I, Francofurti, Apud C. Marnium et haeredes J. Aubrii, 1603, 1-6.
- Athenaeus, *Deipnosophistae*, Kaibel, in *Aedibus* B.G. Teubneri, Lipsiae, 1887, consultado em <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2013.01.0001>.
- Avieno, *Ora Maritima*, in Adolf Schulten, *Fontes Hispaniae Antiquae*, I, 1922.

- Barreiros, Gaspar, *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno de MDXXXVJ começado na cidade de Badajoz em Castella te á de Milam em Italia; co algumas outras obras cujo catalogo vai scripto com os nomes dos dictos lugares na folha seguinte*, Em Coimbra, por Ioã Aluarez, & por mandado do doctor Lopo de Barros do Desembargo d'el rei nosso senhor & conego da Se d'Euora, 1561, publicada em facsimile, pela Universidade de Coimbra, 1968.
- *Suma e Descripçam de Lusitania* (BNP, Cod. 8457), edição de Justino Mendes de Almeida, Coimbra, 1984.
- Barros, Dr. João de, *Geographia d'Antre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1919.
- Barros, João de, *Décadas da Ásia por Joam de Barros [...], Primeira Década*, Lisboa, INCM, 1988.
- Blöcker-Walter, Monica, *Alfons I. Von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeit*, Zúrique, Fretz und Wasmuth Verlag, 1966, 151-161.
- Botero, João, *Da Razão de Estado*, coordenação e Introdução de Luís Reis Torgal e tradução de Raffaella Longobardi Ralha, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Sociedade da Universidade de Coimbra, 1992.
- Brandão, Frei António, *Monarquia Lusitana*, t. III, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1632.
- Brito, Frei Bernardo, *Geografia antiga da Lusitania*, I, Alcobaça por Antonio Alvares 1597, edição fac-similada, intr. A. da Silva Rego, notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves, INCM, 2004.
- *Monarchia Lusitana Parte Primeira que contem as Historias de Portugal desde a Criação do mundo té o nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo. Dirigida ao Catholico Rey D. Filippe 2. do nome Rey de Espanha, Emperador do novo mundo*, no insigne Mosteiro de Alcobaça, por Alexandre de Siqueira, e Antonio Alvares, e acabada a 10. de Janeiro de 1597, edição fac-similada, intr. A. da Silva Rego, notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves, INCM, 2004.
- Camões, Luís Vaz de, *Os Lusíadas*, leitura, prefácio, e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, 4ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 2000.
- *Os Lusíadas*, introdução à vida e obra e vocabulário d'Os Lusíadas de Arnaldo de Mariz Rozeira, Lisboa, Guimarães Editores, 2001.
- Cervantes Saavedra, Miguel de, *El Ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha*, Edicion Monumental Fac-Simile, Barcelona, Espasa Hermanos, 1860-1877

- César, Júlio, *Guerra Civil, (Guerra Civil, Guerra de Alejandria, Guerra de África y Guerra de Hispania)*, Introd. Pere J. Quetglas, Madrid, Gredos, 2005.
- Cícero, Marcus Tullius, *De Officiis*, Ed. Walter Miller, Cambridge, Harvard University Press, 1913.
- Cronica Adefonsi Imperatoris*, ed. y estudio de Luis Sanchez Belda, Madrid, CSIC, 1950.
- Crónica de Cinco Reis de Portugal*, Artur de Magalhães Basto, ed. Porto, Livraria Civilização, 1945.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*, Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), 4 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1951-1990.
- *Edición crítica del texto español de la Crónica General de España de 1344, que ordenó el Conde de Barcelos Pedro Alfonso*, prep. Diego Catalán e Maria Soledad Andrés, Madrid, Gredos, 1971.
- Crónica de João de Santarém (Biclarense)*, ed. crítica de Carmen Cardelle de Hartmann, comentário histórico de Roger Collins, Lisboa, Colibri, 2002.
- Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, ed. crítica de Maria Desamparado Cabanes, Valência, Anubar Ed., 1964.
- Crónica del Moro Rasis*, Diego Catalán & Maria Soledad Andres (eds.), Gredos, Madrid, 1975.
- Crónica de Portugal de 1419*, Adelino de Almeida Calado (ed.), Aveiro, Universidade, 1998.
- Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Carlos da Silva Tarouca (ed.), 3 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952-1954.
- Diodoro Sículo, *Biblioteca Historica*, 4 vol.s, trad. e notas de Francisco Parreu Alasà e Juan José Torres Esbarranch, Madrid, Gredos, 2001-2008.
- Dion Cassius (*Cassius Dio*), *Roman History*, 9 vol.s, Loeb Classical Library Greek texts and English translation by Earnest Cary & H. B. Foster (1917), Harvard University, 1994.
- Epitome de la Historia de Tito Livio*, introducción, traducción y notas de Gregorio Hinojo Andrés e Isabel Moreno Ferrero, Madrid, Gredos, 2000.
- Estaço, Aquiles, *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*, ed. de Belmiro Fernandes Pereira, Coimbra, INIC e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991.

- Estrabão, *Geografia. Livro III*. Introdução, tradução do grego e notas Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2016.
- Eutropius, Flavius, *Breviarium historiae Romanae*, edição e tradução de Roger Pearse, consultada em <http://www.tertullian.org/fathers/index.htm>
- Fernandes, Rui, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*, edição, estudo introdutório e apêndice documental de Amândio Jorge Morais Barros, Casal de Cambra, Ed. Caleidoscópio, 2012.
- Férnandez de Enciso, Martin, *Suma de Geografia* (1518), ed. facsimilada, José Ibañez Cerdá, Madrid, Gráfs. Estades. Joyas Bibliográficas. Col. Serie Principal. Dirigida por Carlos Romero de Lecea. 1948.
- Floréz, Enrique, *España sagrada. Theatro geographico-historico de la iglesia de España. Origen, divisiones, y terminos de todas sus provincias. Antigüedad, traslaciones, y estado antiguo y presente de sus sillas, en todos los dominios de España, y Portugal*, t. XXIII, Madrid, Imprensa de Pedro Marin, 1767.
- Floro, Lucio Anneo, *Epitomae de Tito Livio Bellorum Omnium Annorum DCC Libri II*, trad. by Edward Seymour Forster, m.a., Cambridge, Massachusetts Harvard University Press, London William Heinemann Ltd, 1947.
- Fontes Hispaniae Antiquae*, ed. de A. Schulten, 6 vol.s, Barcelona, 1922-1949.
- Fontes Medievais da História de Portugal*, ed. de Alfredo Pimenta, 2ª ed., vol. I, *Anais e Crónicas*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.
- Freyre, Francisco de Brito, *Nova Lusitania, Historia da Guerra Brasilica*, Década Primeira, Lisboa, Of. de João Galram, 1675.
- Galvão, Duarte, *Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques por Duarte Galvão*, ed. de Gonçalves Pereira, Biblioteca de Clássicos Portugueses, segundo a edição de Miguel Lopes Ferreira (1726), Lisboa, Escriptorio, 1906.
- Garibay y Zamalloa, Esteban de, *Los LX libros del Compendio historial de las chronicas y universal historia de todos los reynos de España*, escrito entre 1556-1566, impreso por Cristóbal Plantino en Amberes, 1571.
- Góis, Damião de, *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905.
- *Crónica do Príncipe D. João*, ed. crítica de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, FCSH-UNL, 1977.
- *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte I, nova edição conforme a primeira de 1566, ed. de Manuel Carvalho e David Lopes, 4 vols., Coimbra, por ordem da Universidade, 1949.

- *Correspondência Latina de Damião de Góis, Portugaliae Monumenta Neolatina*, ed. de Amadeu Torres, vol. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.
- *Hispania or Hispaniae Urbis Ubertia et Potentia* (1541), in *Opúsculos Históricos*, ed. Dias de Carvalho, Porto, Livraria Civilização, 1945, 93-122.

Herodotus, *The Histories*, English translation by A. D. Godley. Cambridge. Harvard University Press. 1920, consultado em <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0126>

- ed. portuguesa, vol. V, Introdução, tradução do grego e notas de Maria de Fátima Sousa e Silva e Carmen Leal Soares, Lisboa, Ed. 70., 2007; vol. VIII, Introdução de Carmen Leal Soares, versão do grego e notas de José Ribeiro Ferreira e Carmen Leal Soares, Lisboa, Ed. 70, 2002.

Historia Silense, ed. preparada por Francisco Santos Coco, Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, 1921.

- *Introducción a la Historia Silense, con versión castellana de la misma y de la Crónica de Sampiro*, edição preparada por M. Gomez Moreno, Madrid, 1921.

Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure, ed. crítica de Aires Augusto Nascimento, Lisboa, Colibri, 1988.

Homem, Pedro Barbosa, *Discursos de la Iuridica, y verdadera Razon de Estado, formados sobre la vida, y acciones del Rey don Iuan el II. de buena memoria, Rey de Portugal, llamado vulgarmente el Principe Perfecto. Contra Machavelo, y Bodino y los demas politicos de nuestros tiempos, sus sequazes*, Coimbra, Nicolau de Carvalho, 1626.

Homero, *Odisseia*, 5ªed., trad. de Frederico Lourenço, Lisboa, Cotovia, 2004.

Jiménez de Rada, Rodrigo, *Historia de los hechos de España*, introducción, traducción, notas e índices de Juan Fernández Valverde, Madrid, Alianza Editorial, 1989.

Justino, Marco Juniano, *Historiae Philippicae, (Abrégé des Histoires Philippiques de Trogue Pompée)* texte établi et traduit par Marie-Pierre Arnaud-Lindet, *Corpus Scriptorum Latinorum*, consultado em <http://www.forumromanum.org/literature/justin/trad44.html#n1>.

Leão, Duarte Nunes do, *Descrição do Reino de Portugal*, ed. Orlando Gama, António Borges Coelho, João Carlos Garcia, Suzanne Daveau, Amílcar Guerra, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

- *Descrição do Reino de Portugal*, edição crítica e coord. de Orlando Gama e Alexandra Soares Rodrigues, in *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, vol. 6, dir. de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017

- Lívio, Tito, *Ab Vrbe Condita*, 7 vol.s, introd. de Ángel Sierra, trad. y notas de José Antonio Villar Vidal, Madrid, Gredos, 2007-2008.
- *Titi Livi Periochae omnium librorum ab urbe condita*, introd., trad. y notas de José Antonio Villar Vidal, Madrid, Gredos, 2008.
- tradução francesa em <http://remacle.org/bloodwolf/historiens/Tite/index.htm>
- *Titi Livi Fragmenta*, introd., trad. y notas de José Antonio Villar Vidal, Madrid, Gredos, 2008.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols, J. Piel & J. Mattoso eds., *Portvgaliae Monvmenta Historica*, n. 2, Academia das Ciências, Lisboa, 1980.
- Livro dos Arautos, De Ministerio Armorum, Script. anno MCCCCXVI. ms.lat. 28*, J. Rylands Library (Manchester), estudo codicológico, histórico, literário, linguístico, texto crítico e tradução por Aires Augusto Nascimento, Dissertação Doutoramento em Linguística Latina apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1977.
- Lopes, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2 vol.s, intr. vol. I, Humberto Baquero, vol. II, Moreno, M. Lopes de Almeida e A. Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1994.
- *Crónica de D. Pedro*, 2ª ed., ed. crítica, intr. de Giuliano Macchi, Lisboa, INCM, 2007.
- *Crónica de D. Fernando*, 2ª ed., ed. crítica, intr. de Giuliano Macchi, Lisboa, INCM, 2004.
- Margarit i Pau, Joan, *Paralipomenon Hispaniae Libri Decem*, publ. por Nebrija em 1545, em Andreas Schott, *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii*, I, Francofurti, Apud C. Marnium et haeredes J. Aubrii, 1603, 7-120.
- Medina, Pedro de, *Libro de Grandezas e Cosas Memorables de España*, [Seuilla], En casa de Dominico de Robertis, 1548.
- *Obras de Pedro de Medina*, Madrid, CSIC, 1944.
- Mela, Pompónio, *De Chorographia*, consultado em <http://www.thelatinlibrary.com/pomponius2.html>. e em <http://clasicoshistoria.blogspot.com.es/>
- *Pomponius Mela's Description of the World*, ed. F.E. Romer, University of Michigan Press, 2001.
- Menezes, Sebastião César de, *Summa Política*, Fac-Símile da edição de Amesterdão, na Tip. de Simão Soeiro Lusitano, 1650

- Mexía, Pedro de, *Historia imperial y cesarea: en la qual en summa se contienen las vidas y hechos de todos los cesares emperadores de Roma desde Julio Cesar hasta el Emperador Carlos Quinto / la qual compuso el magnifico cavallero Pero Mexia, vezino de Sevilla*, 1ª ed., Sevilla, D. de Robertis, 1547.
- Morales, Ambrosio de, *Las antigvedades de las civdades de España*, Alcalá de Henares, Juan Iñíguez de Lequerica, 1575.
- Münster, Sebastião, *Sei Libri Della Cosmografia Vniuersale, ne quali secondo che n'hanno parlato i piu ueraci scrittori son disegnati, I siti de tutte le parti del mondo habitabile & le proprie doti: Le Tauole topographice delle Regioni. Le naturali qualita del terreno, onde nascono tante differenze, & uarieta dicose, & animate & non animate. Le nature, & le dipinture degli animali pellegrini. L'imagini, & descrittioni della citta piu nobili: I principij de Regni, gli accrescimenti, é tramutamenti. I costumi di tutti le genti, le leggi, la Religione, i fatti. Le mutationi: le genealogie altresì de Re, é de principi*, Autore Sebastiano Munstero. - [Basileia]: stampato a spese di Henrigo Pietro, 1558.
- Münzer, Jerónimo, *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, prólogo de Manuel Gómez-Moreno, traducción de José López Toro, Madrid, Colección Almenara, 1951.
- Vasconcelos, Basílio de, *"Itinerário" do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.
- Obsequens, Iulius, *Liber Prodigiorum*, introd., trad. y notas de José Antonio Villar Vidal, Madrid, Gredos, 2008.
- Ocampo, Florián del, *Los cinco libros primeros de la crónica general de España que recopila el maestro Florián de Ocampo, criado y cronista del emperador rey nuestro señor por mandado de su magestad cesárea*, 1542, ampliada em 1553, fac-simile da edição de Alcalá, En casa de Iuan Iñíguez de Lequerica, 1578, Valladolid, edições Maxtor, 2011. Obra continuada em 1574 por Ambrosio de Morales
- Oliveira, Fernando, *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal (c. 1579-1580)*, ed. José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000, 495-522.
- História de Portugal (1580-81)*, ed. José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000, 349-494.
- Orações de Obediência, Séculos XV a XVII*, ed., intr., notas de Martim de Albuquerque, tradução de Miguel Pinto de Meseses, 10 vols., Lisboa, Inapa, 1988.
- Oratorum Romanorum Fragmenta ab Appio inde Caeco et M. Porcio Catone usque ad Q. Aurelium Symmachum*, ed. de H. Meyer, Turici, typis Orelli, Fuesslini et sociorum, 1832.
- Oratorum Romanorum Fragmenta*, ed. de E. Malcovati, Torino, Paravia, 1955.

Osório, Jerónimo, *Da Vida e Feitos d'El Rei D. Manuel (1566)*, trad. de Francisco do Nascimento, ed. de Joaquim Ferreira, 2 vols. Porto, Livraria Civilização, 1944.

— *Opera Omnia. Epistolografia*, T. II, *Portvgaliae Monvmenta Neolatina*, vol. XV, estabelecimento do texto latino do Sebastião Tavares de Pinho & António Guimarães Pinto, introdução, tradução, notas e comentários de António Guimarães Pinto, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2015.

Ovídio, *Metamorfoses*, ed. de Paulo Farmhouse Alberto, Lisboa, Cotovia, 2007.

Parada, António Carvalho da, *Arte de Reynar. Ao Potentíssimo Rey D. Joam IV Nosso Senhor Restaurador da Liberdade Portuguesa*, Bucelas, Paulo Craesbeck, 1643-1644.

Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, introdução e anotações históricas pelo académico de número Damião Peres, 3.^a ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988.

Pina, Rui de, *Crónicas de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, intr. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977.

Plínio-o-Velho, *Naturalis Historia*, ed. de A. Fontán, A. Moure Casas *et al.*, Madrid, Gredos, 1995-2010.

— *Histoire Naturelle*, cons. em <http://remacle.org/bloodwolf/erudits/plineancien/index.htm>.

Plutarco, *Vidas Paralelas*, vol.s III, VIII, Introducciones, traducción y notas de Aurelio Pérez Jiménez y Paloma Ortiz, Madrid, Gredos, 2006.

— *The Parallel Lives*, vol.s II, VI, VII, VIII, XI, Loeb Classical Library, Harvard Press, 1914-26.

Políbio, *Histórias*, 3 vol.s, introducción de A. Díaz Tejera, traducción y notas de Manuel Balasch Recort, Madrid, Gredos, 1981-1983.

Portugaliae Monumenta Cartographica, ed. Armando Cortesão & A. Teixeira da Mota, vol. II, Lisboa, (Comissão das) Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 2.^a ed., introdução de Alfredo Pinheiro Marques Lisboa, INCM, 1987.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque as quintumdecimum, ed. de Alexandre Herculano, vol. I, *Scriptores*, Olisipone, Typis Ademicis, Academiae Scientiarum, 1856. Publ. *Chronica Gothorum*, *Chronicon Conimbricense*, *Chronicon Lamecense*, *Vita Sancti Theotonii*, *Translatio et Miracula S. Vicentii*, *Expugnatione Olisiponis A. D. MCXLVII*, *Vita Tellonis Archidiaconi*, *Chronicon Complutense sive Alcobacense*, *Chronicon Laubardense*

Breve Chronicon Alcobacense, S. Rudesindi Vita et Miracula, Vita Sancti Geraldi, Vita Sancti Antonii, De Gosuini De Expugnatione Salacie Carmen.

Primera Crónica General de España Que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba Bajo Sancho IV en 1289, edição de Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Editorial Gredos, 1955.

Ptolomeu, Cláudio, *Traité de géographie de Claude Ptolémée*, M. L'Abbé, Halma, Paris, Collegue Royal de France, 1828.

— *Ptolemaeus, Geography, Books 2-6.11*, translated or transliterated by Brady Kiesling from the Greek texts of Karl Nobbe (1843) and Karl Müller (1883), disponível em <https://topostext.org/work/209>.

Rebelo, Diogo Lopes, *De Republica Gubernanda per Regem (Do Governo da República pelo Rei)*, com tradução de Miguel Pinto de Meneses e introdução de Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1951.

Renan, Ernest “*Qu'est-ce qu'une nation?*”, Conférence prononcée le 11 mars 1882 à la Sorbonne, direction de Philippe Forest, in *Qu'est-ce qu'une nation? Littérature et identité nationale de 1871 à 1914*, Paris, Pierre Bordas et fils, Éditeur, 1991.

Resende, André de, *Aegidius Scallabitanus. Um diálogo sobre Fr. Gil de Santarém*, Estudo introdutório, edição crítica, tradução e notas de Virgínia Soares Pereira, Lisboa, FCG / FCT, 2000.

— *As Antiguidades da Lusitânia*, Introdução, tradução e comentário R. M. Rosado Fernandes, Estabelecimento do texto latino Sebastião Tavares de Pinho, *Portvgaliae Monvmenta Neolatina*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.

— *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, Introdução, texto latino, versão e notas de Virgínia Soares Pereira. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos/INIC, 1988.

— *Epitome rerum gestarum in India / Narração de feitos praticados na Índia*, fixação do texto latino e versão portuguesa de António Jorge Silva, in Manuel Cadafaz de Matos, *Algumas obras de André de Resende*, vol. II (1529-1551). Lisboa, Edições Távola Redonda, [s.d.], 201-299.

— *Genethliacon*, versão portuguesa e notas de António Guimarães Pinto in *Algumas obras de André de Resende*, vol. II (1529-1551), Edição, introdução e estudo de Manuel Cadafaz de Matos, Lisboa, Edições Távola Redonda, [s.d.], 137-189.

— *Libri Quattuor De Antiquitatibus Lusitaniae a Lycio Andrea Resendio olim inchoati & a Iacobo Menoetio Vasconcello recogniti atque absoluti. – ACESSIT liber quintus de antiquitate municipii Eborensis ab eodem Vasconcello conscriptus, quo etiam autore, secundus tomus quinque alios libros continens, cito, deo opt. max. fauente, in lucem prodibit....Excudebat Martinus Burgensis academiae typographus, Eborae anno 1593.*

- *Obras Portuguesas*. Prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1963.
 - *Oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551*. Reprodução fac-similada, leitura moderna, tradução e notas de Gabriel de Paiva Domingues, Coimbra, 1982.
 - *Vincentius Leuiya et Martyr*, fac-simile, Introdução de J. Vitorino de Pina Martins, Braga, Barbosa e Xavier, 1961.
- Resende, Garcia de, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, vol. II, Lisboa, INCM, 1990.
- *Crónica de D. João II e Miscelânea*, reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973, nova ed. 1991.
- Espejo de la vida humana*. Introducción, edición crítica y traducción, Madrid. López Fonseca, Antonio & Ruiz Vila, Jose Manuel, Deberes y funciones de generales, capitanes y gobernadores, Madrid, 2013.
- San Pedro, Lorenzo de, *Dialogo Filipino, in Derecho y cultura política en el siglo XVI*, ed. de Pedro Luis Lorenzo Cadarso, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 2017.
- Sánchez Arévalo, Rodrigo, *Libellus de situ et descriptione Hispaniae - Roderici Sanctii Episcopi Palentini Historiae Hispanicae Partes Quattuor, en Rerum hispanicarum scriptores aliquot, quorum nomina versa pagina indicabit / Ex Bibliotheca Dn. Roberti Beli Angli; Nunc accuratius emendatisque recusi, & in duos tomos digesti, adiecto in fine Indice copiosissimo*, 1470), public. em Andreas Schott, *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii*, I, Francofurti, Apud C. Marnium et haeredes J. Aubrii, 1603, 121-246.
- *Espejo de la vida humana*, Introducción, edición crítica y traducción de J. M. Ruiz Vila, Madrid, Escolar y Mayo, 2012.
- Seco, Fernando Álvares, fl. ca 1559-1561, BNP CC950v.
[Portugal] / *Vernandi Alvari Secco; Sebastianus a Regibus Clodiensis in aere i[n]cidibat*; Michaelis Tramezini formis, cum Summi Pontificis ac Veneti Senatus privilegio. - Escala [ca 1:1340000]. - Roma: Michaelis Tramezini, 1561. - 1 mapa: gravura, p&b; 35,30x51,50 cm.
- Seco, Fernando Álvares, fl. ca 1559-1561, BNP CC400v.
Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio / auctore Vernando Alvaro Secco. - Escala [ca. 1:1300000]. - Roma: [s.n.], 1560 [i.é. 1561]. - 1 carta: gravura, aguarelado, color.; 33,90x51,00 cm, em folha de 33,70x51,00 cm.
- Sículo, Cataldo Parísio, *Duas Orações*, prólogo, tradução e notas de Maria Margarida Brandão Gomes da Silva, introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho,

Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974.

— *Epístolas*, I parte, ed. de Américo da Costa Ramalho, INCM, 2010.

Sículo, Lúcio Maríneo, *De Rebus Hispaniae Memorabilibus libri I-V*, in Rivera Martin, José, *Estudio Filológico Sobre De Rebus Hispaniae Memorabilibus libri i-v de Lucio Marineo Sículo*, Tesis doctoral, Univ. Complutense de Madrid, 2000.

— *De las Cosas Memorables de España, Libri I-III*, ed. de António Laborda, Madrid, Hoja del Monte, 2004.

Silva, José Justino Andrade e (ed.), *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa*, 7 vol.s,[s.l.], [s.n.], 1854-56.

Solino, *Collectanea rerum memorabilium (Polyhistor)*, introducción, traducción y notas de Francisco J. Fernandez Nieto, Madrid, Gredos, 2001.

Tácito, *The Annals*, ed. por Alfred John & William Jackson Brodribb, Dover Publications, 2006.

— *Histories, in Complete Works of Tacitus (1873)*, ed. Alfred John Church, Jackson Brodribb, Sara Bryant, Perseus, New York, Random House, Inc. Random House, reprinted 1942.

Tranquillus, Suetonius, *The Lives of the Twelve Caesars*, An English Translation, Augmented with the Biographies of Contemporary Statesmen, Orators, Poets, and Other Associates, Ed. J. Eugene Reed, Alexander Thomson, Philadelphia, Gebbie & Co, 1889.

Testimoniae Hispaniae Antiquae (1994), *Avieno, Ora Maritima*, vol. I, introd. de D. Plácido y J. Mangas, Madrid, Ediciones Historia, 2000.

Vasconcelos, Luís Mendes de, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, organização e Notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.].

Vaseu, João, *Chronici Rerum Memorabilium Hispaniae* (1551), public. em Andreas Schott, *Hispaniae Illustratae seu rerum urbiumque Hispaniae scriptores varii*, I, Francofurti, Apud C. Marnium et haeredes J. Aubrii, 1603, 572-727.

Vicente, Gil, *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*, intr., normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, 2 vol.s, Lisboa, INCM, 1984.

Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*, ed. de Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

— *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. de Larry King, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1978.

- *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do infante D. Henrique*, 2 vols., ed. de Torquato de Sousa Soares, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997.

Bibliografia

- AAVV (1988), *Arqueologia do Estado, I^{as} Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, História e Crítica.
- AAVV (1992-1993), *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol.s 1-4, Lisboa, Círculo de Leitores.
- AAVV (1998), *A História: entre Memória e Invenção*, Cursos da Arrábida, coord. de Pedro Cardim, Publicações Europa-América.
- AAVV (2002), *Actas do Congresso Internacional do Humanismo Português "Cataldo & André de Resende"*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos.
- AAVV (2002), *Cataldo & André de Resende Actas do Congresso Internacional do Humanismo Português*, Coimbra, Lisboa, Évora (25 a 29 de Outubro de 2000), Lisboa, Centro de Estudos Clássicos.
- AAVV (2003), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida/Bordéus.
- AAVV (2006), *A Antiguidade Clássica e nós. Herança e Identidade Cultural*, Actas, org. de Virgínia Soares Pereira, Ana Lúcia Curado, Braga, CEH - Universidade do Minho.
- AAVV (2011), *Quando Portugal era Reino de Leão: estudos sobre cultura e identidade antes de D. Afonso Henriques*, coord. de Paulo Farmhouse Alberto e Rodrigo Furtado, León, Universidad de León/Centro de Estudos Clássicos da FLUL.
- AAVV (2013), *Portugal Na Monarquia Hispânica Dinâmicas de Integração e de Conflito*, org. Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa-Évora, CHAM, CIHCS.
- AAVV (2015), *Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos*, org. de António carvalho, José Maria Álvarez Martínez, Carlos Fabião, Lisboa, INCM.
- AAVV (2015), *Repensar a Identidade o Mundo Ibérico nas Margens da Crise da Consciência Europeia*, org. de Pedro Cardim, David Marcos Martín, Jose María Iñurritegui, Lisboa, CHAM.
- AAVV (2018), *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, nº 6,125, consultada on-line, 17/1/2019
- Abreu, Susana Matos (2004), "De Roma a Évora, com André de Resende: Cidade e "Património" na História da Antiguidade da cidade de Évora", in *Património Esquecido / O Recuperar da Memória*, @pha.Boletim, 1-18.

- Afonso, Luís Urbano (2013), "A essência do *medium*: um estudo sobre as iluminuras marginais da *Crónica Geral de Espanha 1344* da Academia das Ciências de Lisboa", in *Cadernos de História de Arte*, 1, Lisboa, 3-16.
- Aguiar, Miguel (2018), *As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV*. *Medievalista*, 23 (Janeiro – Junho 2018). [Em linha] [Consultado 23.01.2019]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA23/aguiar2304.html>
- Alarcão, Jorge (1988a), *Roman Portugal*, 3 vol.s, Waminster, Aris & Phillips.
- (2001), "Novas Perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)", in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, n. 2, 293-349.
- (2002), *O Domínio Romano em Portugal*, (trad. do 1º vol.), Mem-Martins, Europa-América.
- (2007), "Portugal: um Estado não Predestinado", in *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Coimbra, Universidade de Coimbra, 9-15.
- (2010), "A costa portuguesa em Artemidoro", in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 13, 107–123.
- Alarcão, Jorge & Santos, Ana Isabel (coord.) (1996), *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa.
- Alberto, Paulo Farmhouse (1996), *Viriato*, Lisboa, Inquérito.
- Albertos Firmat, María Lourdes (1966), *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, Salamanca.
- Albuquerque, Luís de, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª ed., [s.l.], Public. Europa-América, [s.d.].
- (1985), *Os Descobrimentos Portugueses*, [s.l.], Alfa.
- (1987), *As Navegações e a sua Projecção na Ciência e na Cultura*, Lisboa, Gradiva.
- Albuquerque, Martim de (1964), "Portugal e a «*Iurisdictio Imperii*»", sep. da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XVII, Lisboa, Universidade de Lisboa, 5-59.
- (1968), *O Poder Político no Renascimento Português*, Lisboa ISCSP.
- (1974), *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História de História das Ideias Políticas*, Lisboa, ed. do autor.
- (1983-2000), *Estudos de Cultura Portuguesa*, 2 vol.s, Lisboa, INCM.

- (1988), *A Expressão de Poder em Luís de Camões*, Lisboa, INCM.
 - (2002), *Um Percurso da Construção Ideológica do Estado. A recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*, Lisboa, Quetzal.
- Albuquerque, Pedro (2008), *Camões e Tartessos: leituras em torno de dois excertos d'Os Lusíadas*, SPAL, 17, 137-168.
- (2009), *Algumas considerações em torno da construção de Tartessos em Heródoto*, *Gerión*, 27, núm. 1, 91-125.
 - (2013), *Tartessos e Tartéssios, de Estesícoro a Éforo*, in *Arqueologia em Portugal, 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
 - (2014), *Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica: um estudo comparativo*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Arqueologia, Universidade de Lisboa.
- Alcoff, Linda & Mendieta, Eduardo (2003), *Identities. Race, Class, Gender and Nationality*, Oxford, Blackwell.
- Alegria, Maria Fernanda (1998), "Arcaísmos e progressos na evolução do conhecimento cartográfico do mundo (séculos XV a XVIII)", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 12, Lisboa, Edições Colibri, 267-291.
- (2011), *O códice de Hamburgo desvenda o primeiro mapa de Portugal?*, in *Finisterra*, vol. 46, n. 42, Lisboa, CEG, 123-127.
- Alegria, Maria Fernanda & Daveau, Suzanne & Garcia, João Carlos & Relaño, Francesco (2007), "Portuguese Cartography in the Renaissance", in Woodward D (ed.) *The History of Cartography*, III, *Cartography in the European Renaissance*, 1, 975-1068.
- Alegria, Maria Fernanda & Garcia, João Carlos (1994), "Imagens de Portugal na Cartografia dos séculos XVI e XVII: leituras de uma exposição", in *"Cartografia Impressa dos séculos XVI e XVII: imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas. Exposição"*, coord. Maria Teresa Resende, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 9-25.
- Almeida, Fortunato de (1903), *História das Instituições em Portugal*, 2ª ed., Porto, Livraria Magalhães & Moniz.
- Almeida, José Carlos (2004), *Portugal, o Atlântico e a Europa. A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia*, Lisboa, n.º 107, 2.ª Série, IDN, 147-172.
- Almeida, Maria José de Melo Henriques de (2017), *De Augusta Emerita a Olisipo por Eborac: uma leitura do território a partir da rede viária*, Lisboa, Tese de

Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Alonso-Núñez, Jose Miguel, (1986), "Les conceptions politiques de Florus", in *Les Études Classiques*, 54, 178-180.
- (2010), *Reflexiones sobre el imperialismo romano en Hispania*, in *Studia Historica: Historia Antigua*, [citado 18 Outubro 2018]; 7(0), <http://revistas.usal.es/index.php/0213-2052/article/view/6260>.
- Alvar Nuño, Guillermo (2014), "Rodrigo Sánchez de Arévalo y la Historiografía en el siglo XV", in *Ardua cernebant iuuenes*, EClás, Anejo 2, 223-230.
- Alves, Ana Maria (1985), *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, INCM.
- (s.d.), *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Amado, Maria Teresa (1988), "A Noção de Campo Político", in *AAVV, Arqueologia do Estado, Comunicações das I^{as} Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XII-XVIII*, vol.2, Lisboa, História & Crítica, 669-684.
- (1997), *A Língua do Ver na Espanha dos Áustrias: criação de memória e fixação de ideais*, Évora, Tese de Doutoramento em História, apresentada à Universidade de Évora.
- Amado, (1999-2000), "As Imagens e o Texto Manuscrito Iluminado da *Crónica Geral de Espanha 1344*", in *Ariane, Revue d'études littéraires françaises*, 16, Paris, 35-49.
- (2000), "Crónica do Mouro Rasis", in *Dicionário da Literatura Medieval*, Giuseppe Tavani e Giulia Lanciani (coord.), Lisboa, Caminho, 188-189.
- Ames, Cecilia & Leoni, Alvaro (2013), "Construcción, representación y legitimación del poder: el paradigma de Julio César", in *Saberes e poderes no Mundo Antigo. Estudos ibero-latino-americanos*, vol. II, *Dos Poderes*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 11-32.
- Anderson, Benedict (2005), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.
- André, Carlos Ascenso (2013), "O humanismo português, a sua identidade e as suas contradições, in Humanismo", *Díaspóra e Ciência*, Porto, Universidade de Aveiro/Biblioteca Pública Municipal do Porto, 17-40.
- Antunes, José (1998), "O príncipe ideal cristão nos *Annales Domni Alfonsi Portugallensium Regis* (1185)", in *Humanitas*, vol. L, Coimbra, 437-440.

- (2007), "Portugal, no seu dealbar histórico, face à unidade Hispânica", in *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Coimbra, 39-51.
 - (2010), "O Iberismo Político Medieval e a *Bula Manifestis Probatum* como marco jurídico de divisão", in *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra, 17-37.
- Antón, Beatriz (2006), "La *linguae continentia* de Tácito: los Antoninos e Hispania, in Cuadernos de Filología Clásica". *Estudios Latinos*, 26, n. 1, Universidad Valladolid, 77-99.
- Arnaud, Pacal (2007), "Introduction: la Géographie Romaine Impériale, entre Tradition et Innovation", in *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*, Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P., eds., Málaga-Madrid, 13-46.
- Asensio, Eugenio (1960), "La lengua compañera del Imperio: historia de una idea de Nebrija en España y Portugal", in *Revista de Filología Española*, Madrid, Universidad Complutense, 43, 399-413.
- Astray, Manuel José (1996), *Orígenes de la Reconquista en el Occidente Peninsular*, Coruña, Universidad de Coruña.
- Aubin, Jean (1975), *Duarte Galvão, sep. dos Arquivos do Centro Cultural Português*, IX, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Avelar, Ana Paula (2002), "A cronística portuguesa da Expansão: modelos e práticas discursivas: narrativas de um poder em questão", in *Actas Colóquio Internacional Discursos de Legitimação*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Azevedo, Luís Gonzaga de (1942), *História de Portugal*, 6 vol.s, Lisboa, Bíblion, 1935-1944.
- Azevedo, Pedro de (1922), *O nome Lusitania em romance*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- (1989), *Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*, Ed. fac-simile, Lisboa, AN/TT/Livros Horizonte.
- Azevedo, Ricardo Charters d' (2014), "Duarte Galvão, Alcaide-Mor de Leiria", in *Cadernos de Estudos Leirienses*, nº 1, 105-120.
- Bancalari Molina, Alejandro (1995), "Fabio Pictor: El padre de la historiografía romana", in *Valorización, Tiempo y Espacio*, Universidad del Bío-Bío, vol. 5, 75-85.
- Barreto, Luís Filipe, *Caminhos do Saber no Renascimento Português. Estudos de História da Cultura*, Lisboa, INCM, [s.d.].

- [1983], *Descobrimentos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*, 2ª ed., Lisboa, INCM.
- (1989), *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma Análise Sociocultural*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva.
- (1989b), *Portugal Mensageiro do Mundo Renascentista*, Lisboa, Quetzal Editores.

Barthes, Roland (1984), *Mitologias*, Lisboa, ed. 70, 1984.

Basto, Artur Magalhães (1951), *A tese de Damião de Góis em favor de Fernão Lopes. A posição da Crónica de Cinco Reis em face dessa tese*, Porto, Publicações do Centro de Estudos Humanísticos.

- (1960), *Estudos. Cronistas e Crónicas Antigas. Fernão Lopes e a "Crónica de 1419"*, Coimbra, Universidade.

Bautista, Francisco (2009), "Breve historiografía: Listas regias y Anales en la Península Ibérica (Siglos VII-XII)", in *Talia Dixit*, 4, Cáceres, Universitat de Extremadura, 113-190.

- (2015), "Historiografía y poder al final de la edad media: en torno al oficio de cronista", in *Studia historica*, Historia Medieval, Salamanca, 33, 97-117.

Bebiano, Rui (1993), "Literatura Militar da Restauração", in *Penélope*, nº 9/10, Lisboa, Edições Cosmos, 83-98.

Bejarano, Virgilio (1987), *Hispania antigua según Pomponio Mela, Plinio el Viejo y Claudio Ptolomeo*, Barcelona, Instituto de Arqueología y Prehistoria.

Belissa, Marc *et al.* (org.) (2005), *Identités, appartenances, revendications identitaires*, Paris, Nolin.

Beltrán Lloris, Francisco (2007), "Locorum nuda nomina? La estructura de la descripción pliniana de Hispania", in *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*, Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P., eds., Málaga-Madrid, 115-160.

- (2008), "De etnia a provincia: identidades colectivas en la Lusitania antigua", in *F. Oliveira (ed.), Espaços e paisagens. Antiguidade clássica e heranças contemporâneas*, VIIº congresso internacional da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, Évora/Coimbra, APEC, 33-51.
- (2012), "Plinio versus Ptolomeo. Geografía y etnicidad en la Hispania del Principado", in *Romanización, fronteras y etnias en la Roma Antigua; el caso hispano*, I, Juan Santos Yanguas y Gonzalo Cruz Andreotti (eds.), M. Fernández Corral y L. Sánchez Voigt (cols.), Departamento de Estudios Clásicos Ikasketa Klasikoen Saila, Vitoria-Gasteiz, Universidad del País Vasco I Euskal Heniko Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua, 477-498.

- Bermejo Cabrero, José Luis (1980), "Orígenes del oficio de cronista real", in *Hispania*, nº 40, 395-409.
- Bethencourt, Francisco (1991), "A sociogénese do sentimento nacional", in *A Memória da Nação*, Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 473-503.
- (2017), "Norbert Elias: a contribuição da Sociologia para a História europeia", in *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n. 4, 11-36.
- Bianchetti, Serena (2008), "Geografia e cartografia dell'estremo occidente da Eratostene a Tolomeo", in *Mainake*, XXX, 17-58.
- Biscetti, Rita (1993), "La gloria dei Portoghesi: ancora sulla epistola di Poliziano a D. João II", in *Humanismo Português na época dos Descobrimentos*, Congresso Internacional (Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991), Coimbra, 291-303.
- Blázquez, Jose Maria (2006), "La Hispania en época de Augusto vista por los escritores contemporáneos", in *Gerión*, 24.1, 237-249.
- Boissellier, Stéphane (1999), *Naissance d'une Identité Portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, INCM.
- Bouiron, Marc (2014), *L'Épitomé des Ethniques de Stéphane de Byzance comme source historique: l'exemple de l'Europe occidentale*, Thèse de Doctorat en Archéologie et Préhistoire, Université Nice Sophia Antipolis.
- Bouza Álvarez, Fernando Jesús (1987), *Portugal en la Monarquía Hispanica (1580-1640. Felipe II, las cortes de Tomar y la genesis del Portugal Catolico*, Madrid, Universidade Complutense, Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História Moderna da Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense.
- (1998), "Para no olvidar y para hacerlo. La conservación de la memoria a comienzos de la Edad Moderna", in *A História: entre Memória e Invenção*, coord. de Pedro Cardim, Lisboa Europa-América, 129-172.
- (1999), *Communication, Knowledge and Power in Early Modern Spain*, trans. Michael Agnew and Sonia López, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- (2000), *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, Lisboa, Cosmos.
- (2012), *D. Filipe I*, 8^a ed., Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

- Bourdieu, Pierre (1980), "L'identité et la représentation. Eléments pour une réflexion critique sur l'idée de région", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 35, Paris, 63-72.
- (1989), *O Poder Simbólico*, 2ª ed., Lisboa, Difel.
- (1994), *Esprits d'État. Genèse et Structure du Champ Bureaucratique*, in *Raisons Pratiques: sur la Théorie de l'Action*, Paris, Éditions du Seuil, 116-133.
- Bosch-Gimpera, Pere (1932), *Etnologia de la Peninsula Ibérica*, Barcelona.
- Bran García, Francisco (2010), *Fuentes de la Historia Natural: presencia de Virgilio en la obra de Plinio el Viejo*, in *Dylces Camenae. Poética y Poesía Latinas*, coord. por Jesús Luque Moreno, María Dolores Rincón González, Isabel Velázquez, 65-73.
- (2014), "Tras el rastro de Plinio el Viejo en el Renacimiento tablas astronómicas en la *"Pliniana anni diuisio in partes octo"* de Federico Bonaventura", in *Manipulus studiorum* en recuerdo de la profesora Ana María Aldama Roy / María Teresa Callejas Berdonés (ed. lit.), Patricia Cañizares Ferriz (ed. lit.), María Dolores Castro Jiménez (ed. lit.), María Felisa del Barrio Vega (ed. lit.), Antonio Espigares Pinilla (ed. lit.), María José Muñoz Jiménez (ed. lit.), 2014, 127-137.
- Brandão, José Luís & Oliveira, Francisco de (coord.) (2015), *História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Braudel, Fernand (1986), *L'Identité de la France*, Paris, Flammarion.
- Bravo Bosch, Maria José (2008), La reorganización administrativa de Hispania con César y Augusto, in *Revue Internationale des droits de l'Antiquité LV*, Paris, 107-137.
- Bruner, Michael Lane (2002), *Strategies of Remembrance: The Rhetorical Dimensions of National Identity Construction*, University of South Carolina Press.
- Buescu, Ana Isabel (1987), *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, Lisboa, INIC.
- *Rui de Pina*, consultado em <http://eve.fcsh.unl.pt/content.php?printconceito=1277>.
- (1996), *Imagens do Príncipe – Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*, Lisboa, Cosmos.
- (2000), *Memória e Poder. Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Ed. Cosmos.
- (2004), "Aspectos do Bilinguismo Português-Castelhano na Época Moderna", in *Hispania*, LXIV/1, n. 216, 13-38.

- (2007), "Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas", in *eHumanista*, vol. 8, 143-170.
 - (2009), "Corte, Poder e Utopia: O Relox de Príncipes (1529) de Fr. Antonio De Guevara e a sua Fortuna na Europa do Século XVI", in *Estudios Humanísticos*, Historia, n. 8, 69-101.
 - (2010), *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, Lisboa, Colibri.
 - (2012), *D. João III*, 8ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
 - (2013), "Os santos na Corte de D. João III e de D. Catarina", in *Lusitania Sacra*, 28, Julho-Dezembro 2013, 49-72.
 - (2016), *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, BNP.
 - (2017), "O lugar da História na livraria de D. Teodósio I, duque de Bragança", in *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 12, 29-50.
- Burckhardt, Jacob (1945), *The Civilization of the Renaissance in Italy* (1860), London, Phaidon.
- Burke, Peter (1969), *The Renaissance Sense of the Past*, London: Edward Arnold.
- (1991), *Tacitism, Skepticism and Reason of State*, in *The Cambridge History of Political Thought*, ed. J.H. Burns and Mark Goldie, Cambridge, Cambridge University Press, 479-498.
 - (1992), *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, Lisboa, Difel.
 - (1997), *As Fortunas d'O Cortesão*, S. Paulo, UNESP.
- Cabrero Piquero, Javier (2009), "La visión de Hispania en las fuentes clásicas", in J. Andreu, Cabrero, Roda (eds.), *Hispaniae. Las provincias hispanas en el mundo romano*, Tarragona, 17-28.
- Calafate, Pedro (1992), "Diogo Lopes Rebelo", in *Logos-Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol. IV, Lisboa-São Paulo, Verbo, 607-608.
- Candau, Joel (1998), *Mémoire et Identité*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Canto, Alicia Maria (1989), "Colonia Iulia Augusta Emerita consideraciones en torno a su fundación y territorio", in *Gerion*, n. 7, 149-206.
- (1990), "Las tres fundaciones de Augusta Emerita", in *Stadtbild und Ideologie die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*, Kolloquium in Madrid vom 19. bis 23. Oktober 1987 / coord. por Walter Trillmich, Paul Zanker, 289-298.

- (2009), "Um "mito" homérico en Ibéria: *Zephyrus* y las yeguas de Olisipo. Nuevos textos y ensayo de explicación desde la Genómica", in *Lusitânia Romana: entre Mito e a Realidade*, Jean-Gérard Gorges, José D'Encarnação, Trinidad Nogales Basarrate, António Carvalho (ed.s), Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 165-217.
- Cardete del Olmo, María Cruz (2004), "Ethnos y etnicidad en la Grecia clásica", in G. Cruz Andreotti & B. Mora Serrano, coords., *Identidades étnicas – Identidades políticas en el mundo prerromano hispano*, Málaga, Universidad, 15–29.
- Cardoso, Pedro Miguel (2011), "Patrick J. Geary, O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo", in *Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 28, Coimbra, 283-286.
- Carvalho, Cláudia (1999), "Constante Identidade e intimidade: Um percurso histórico dos conceitos psicológicos", in *Análise Psicológica*, 4 (XVII), 727-741.
- Carvalho, Helena Paula Abreu de (2010), "A Construção do Espaço Ibérico em Época Romana. Conceitos, Escalas e Modelos de Desenvolvimento", in *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra, 7-23.
- Cascón Dorado, Antonio (2017), "*Affectus Hispaniae* en la historiografía del Alto Imperio", *Gerión*, vol. 35, 41-60.
- Cassirer, Ernst (1953), *The Philosophy of Symbolic Forms* [1923], New Haven, Yale University Press.
- Castells, Manuel (1999), *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3, São Paulo, Paz e terra.
- Catalán, Diego (1962), *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Gredos, Madrid.
- (1992), *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y evolución*, Seminário Menendez Pidal - Univ. Complutense de Madrid / Ed. Gredos.
- Cattaneo, Angelo (s.d.), *Geografia de Ptolomeu (Claudius Ptolemaeus, séc. II A.D.)*, in <http://eve.fcsh.unl.pt/content.php?printconceito=923>.
- Cavero Domínguez, Gregoria (2018), "El discurso de la Crónica silense: San Isidoro y el panteón real", *e-Spania* [En ligne], 14 | décembre 2012, mis en ligne le 05 janvier 2013, consulté le 05 mars 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/21612> .
- Centeno, Rui (2016), "A Torre de Hércules e as emissões monetárias de D. Fernando I de Portugal na Corunha", in *Terra e Água, Escolher sementes, Invocar a deusa, Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*, Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 467-479.

- Chartier, Roger (1985), "Construction de l'état moderne et formes culturelles: perspectives et questions", in *Culture et Idéologie dans la genèse de l'État Moderne*, Rome, Ecole Française de Rome, 490-506.
- (1988), *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel.
- Chassignet, Martine (2003), *L'annalistique romaine. Tome I, Les annales des Pontifes, L'annalistique ancienne (fragments)*, Paris: Les Belles Lettres.
- (2004), *L'annalistique romaine. Tome III, L'annalistique récente, Autobiographie politique (fragments)*, Paris, Les Belles Lettres.
- Chaunu, Pierre (1969), *Conquête et Exploitation des Nouveaux Mondes*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Chun, Allen (2006), "On The Geopolitics Of Identity", in *Culture in Context: Pragmatics, Industries, Technologies, Geopolitics*, Institute of Ethnology, Academia Sinica, 1-22.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1992), "A visão do mundo nas Crónicas da Escola Afonsina", in *A Imagem do Mundo na Idade Média, Actas do Colóquio*, Lisboa, ICALP, 21-24.
- (1995), *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- (1999), "Sobre a Formação e Evolução da Lenda de Ourique (até à *Crónica de 1419*)", in Isabel Hub de Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 159-198.
- Ciprés, Pilar (ed.) (2017), *Plinio el Viejo y la construcción de Hispania Citerior, Anejos de Veleia*, 14, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, Vitoria.
- (2006), "La geografía de la guerra en Celtibera", in Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P. (ed.s), *La Invención de una Geografía de la Península Ibérica. I. La época Republicana*. Málaga-Madrid, CEDMA, 177-197.
- Cirot, Georges (1905), *Les Histoires Générales d'Espagne: entre Alphonse X et Philippe II (1284-1556)*, Burdeos, Feret & fils éditeurs.
- Claval, Pierre (1987), *Geografia do Homem*, Coimbra, Almedina.
- (2006), *História da Geografia*, Lisboa, Ed. 70.
- Coelho, Maria Helena da Cruz (2012), *D. João I*, 8ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores.
- Collares, Marco António (2010), *Representações do senado romano na Ab Urbe Condita Libri de Tito Lívio: livros 21-30*, São Paulo, Editora UNESP.

- Conde Salazar, Matilde (2009), "La obra y la biografía de Julio César en los *Paralipomenon Hispaniae Libri X* de Joan Margarit", in *eHumanista*, vol. 13, 14-37.
- Connerton, Paul (1993), *How Societies Remember*, Cambridge, Cambridge University Press, (trad. portuguesa da Celta, com o título *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993).
- Corominas, Joan (1976), "Acerca de algunas inscripciones del Noroeste", in *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Iberica*, Jordá Cerdá, Francisco & Michelena, Luis & Hoz, Javier de (ed.s), Salamanca, Universidad de Salamanca, 363-385.
- Correia, António Mendes (1924), *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, Casa Editora Figueirinhas.
- Costa, Abel Fontoura da (1936), *Às Portas da Índia em 1484*, Lisboa, Imprensa da Armada.
- Costa Ramalho, Américo (1978), "Notas sobre a formação de Aquiles Estação", *Biblos*, n. 54, Coimbra, 239-252.
- (1997), *Estudos sobre a Época do Renascimento* (1969), 2ª edição, Lisboa, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian.
- (1980), *Estudos sobre o Século XVI*, Lisboa, INCM.
- (1983a), *A palavra Lusíadas*, in *Estudos Sobre o Século XVI*, 2ª ed., Lisboa, INCM, 221-236.
- (1983b), "*Lucius Andreas Resendius. Porquê Lucius?*", in *Estudos Sobre o Século XVI*, 2ª ed., Lisboa, INCM, 203-203.
- (1985), *Latim Renascentista em Portugal (Antologia)*, Coimbra, INIC e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- (1993), *Os Humanistas e a Divulgação dos Descobrimentos*, Sep. de Congresso Internacional Humanismo Português na época dos Descobrimentos, Coimbra, FLUC, 17-36.
- (1988-1998/2013), *Para a História do Humanismo em Portugal*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda; 5º vol., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013.
- Counillon, Pierre (2007), "La Représentation de l'Espace et la Description Géographique dans le *Livre III de la Geographie de Strabon*", in G. Cruz Andreotti, P. Le Roux y P. Moret (eds.). *La invención de una Geografía de la Península Ibérica. II. La época Imperial*. Actas del Coloquio Internacional-Casa de Velázquez Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, Málaga, 65-80.

- Cruz, António (1964), *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, Porto, s.n.
- Cruz, Maria Augusta Lima (2012), *D. Sebastião*, 8ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Cruz, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo (1992), "Para a História da Europa no século XVI: tipologia de Regime e Instituições", in AAVV, *Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992, 199- 225.
- (1992b), *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Cruz Andreotti, Gonzalo (1993), "Estrabón y el pasado turdetano: la recuperación del mito tartésico", in *Geographia Antiqua II*, 13-31.
- (1994), "La visión geográfica de Gades en Estrabón: la elaboración de un paradigma geográfico", in *Dialogues d'Histoire Ancienne*, 20.1, 57-85.
- (1995), "La Península Ibérica en los límites de la ecúmene: el caso de Tartesos", in *Polis*, 7, 39-75.
- (2002), "Iberia e iberos en las fuentes histórico-geográficas griegas: una propuesta de análisis", in *Mainake*, 24, 153-180.
- (2004a), *La construcción de los espacios políticos Ibéricos entre los siglos III y I a.C., Algunas cuestiones metodológicas e históricas a partir de Polibio y Estrabón*, in *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, Universidad de Málaga, 35-54.
- (2004b), "Una contribución a la etnogénesis ibérica desde la literatura antigua: a propósito de la geografía de iberia y los iberos", in J.Mª. Candau, F.J. González Ponce & G. Cruz Andreotti, (eds.), *Historia y Mito. El pasado legendario como fuente de autoridad*, Málaga, CEDMA, 241-276.
- (2004c), "Polibio y la geografía de la Península Ibérica: la construcción de un espacio político", in J. Santos & E. Torregaray, (eds.), *Polibio y la Península Ibérica*, Vitoria-Gasteiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad del País Vasco.
- Cruz Andreotti, Gonzalo & Le Roux, Patrick & Moret, Pierre, (eds.) (2006-2007), "La invención de una geografía de la Península Ibérica", vol. 1, *La época republicana*, vol. 2, *La época imperial*, Madrid, Casa de Velásquez.
- Cunha, Luís (1991), "A nação e o império: a (re)invenção do lugar de Portugal no mundo", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 4, n. 6-7, Braga, ICS-UMinho, 221-227.
- Curto, Diogo Ramada (1988), *O Discurso Político em Portugal*, Lisboa, Projecto Universidade Aberta.

- (1993), "Língua e Memória. Historiografia e Memória", in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 356-373.
 - (2007), *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII*, Lisboa, ICS.
- Dahlheim, Werner (1977), *Gewalt und Herrschaft. Die provinzielle Herrschaftssystem der römischen Republik*, Berlin/New York, W. de Gruyter.
- Daveau, Suzanne (1998), "O Novo Conhecimento Geográfico do Mundo in Gravura e Conhecimento do Mundo", in *O Livro Impresso Ilustrado nas colecções da Biblioteca Nacional*, coord. Joaquim Oliveira Caetano, Lisboa, Biblioteca Nacional, 127-197.
- (2000), "A Rede Hidrográfica no Mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560)", in *Finisterra*, Lisboa, vol. XXXV, 69, 11-38.
 - (2001), "A descrição territorial no Numeramento de 1527-32", in *Penélope*, Lisboa, vol. XXV, 7-39.
 - (2003), "Conhecimento Actual da Representação Corográfica de Portugal no século XVI", in *Olhar o Mundo, Ler o Território. Uma viagem pelos mapas (colecção Nabais Conde)*, coord. António Campar et al., Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos/Centro de Estudos Geográficos – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 33-37.
 - (2010), *Um Antigo Mapa Corográfico de Portugal (c.1525): Reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Daveau, Suzanne & Galego, Júlia (1986), *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, nº 9, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Daveau, Suzanne & Ribeiro, Orlando (1986), "Conhecimento actual da história da geografia em Portugal", in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, nº 2, Lisboa, Academia das Ciências, 1041-1060.
- David, Pierre (1947), *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Coimbra, [s.n.].
- Deswarte, Sylvie (1989), *Il 'perfetto cortegiano' D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni Ed.
- (1993), "Un âge d' Or. La gloire des Portugais à Rome sous Jules II et Léon X", in *Humanismo Português na época dos Descobrimentos*, Actas do Congresso Internacional, Coimbra, 9-12 de Outubro de 1991, 126-150.
- Dias, Isabel de Barros (2003), *Metamorfoses de Babel: a historiografia ibérica (sécs. XIII–XIV), construções e estratégias textuais*, F.C.G./FCT, Lisboa.

- (2007), "Cronística afonsina modelada em português: um caso de recepção activa", in *Hispania. Revista Española de Historia*, 67, 227, 899-928.
 - (2008), "A cronica del rei dom affonso, fonte perdida da *Crónica de 1419*", in *Anais*, VII EIEM, Encontro Internacional de Estudos Medievais (2-6 de Julho, 2007), *Idade Média: permanência, atualização, residualidade*, org. Roberto Pontes e Elizabeth Martins, Fortaleza/Rio de Janeiro, 552-562.
 - (2010a), "Entre Linhagens e imagens: a escrita do conde de Barcelos", em <http://www.seminariomedieval.com>.
 - (2010b), "O Liber regum e a representação aristocrática da Espanha na obra do Conde D. Pedro de Barcelos", in *e-Spania*, 9, <http://e-spania.revues.org/19675>.
 - (2010c), "D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico", in *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV (homenagem a Diego Catalán)*, Cadernos de Literatura Medieval, Imprensa da Universidade, Coimbra, 81-106.
 - (2011), "A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens", in *e-Spania*, 11, <http://e-spania.revues.org/20273>.
- Dias, João José Alves (1996), *Gentes e Espaços (em torno da População Portuguesa na Primeira Metade do Século XVI)*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Dias, Jorge, *Os Arados Portugueses*, Coimbra, 1948.
- Dias, José Sebastião da Silva (1981), *Camões no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- (1988), *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, 3ª ed., Lisboa, Presença.
- Díaz-Montexano, Georgeos, (2017), Comentarios al artículo de Esther Rodríguez González, 'Tartessos vs. La Atlántida: un debate que trasciende al mito', in *ArqueoWeb*, nº 18, 15-30, em <https://www.academia.edu/38160406/>.
- Díaz-Toledo, Aurelio Vargas (2016), "La traducción de los clásicos grecolatinos en Portugal durante los siglos XV-XVI: notas para un catálogo", in *Antes se agotan la mano y la pluma que su historia. Magis deficit manus et calamus quam eius hystoria*, Homenaje a Carlos Alvar, vol. II, Siglos de Oro, Cilengua, San Millán de la Cogolla, 1277-1318.
- (2016b), "La cuestión de la capitalidad en la obra de Luís Mendes de Vasconcelos: *Do sítio de Lisboa (1608)*", in *Limite Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía*, vol. 10.2, Universidad de Extremadura, 109-122.

- Domingues, José Garcia (1957), *O Nacionalismo Luso-Árabe e a sua Contribuição para a Constituição de Portugal*, sep. do tomo VIII do XXIII Congresso Luso-Espanhol, Coimbra, 1957, 5-15.
- (1958), *O Alentejo Árabe e a sua Integração no Reino de Portugal*, Lisboa.
- (1960), *O Garb Extremo do Andaluz e “Bortugal” nos Historiadores e Geógrafos Árabes*, sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa.
- Dubois, Claude-Gilbert (1991), "Mythologies des Origines et Identité Nationale", in *Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 31-48.
- Durkheim, Émile (1991), *As Regras do Método Sociológico* [1895], 4º ed., Lisboa, Presença.
- Duverger, Maurice (1983), *Sociologia da Política*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Elias, Norbert (1987), *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa.
- (1989-1990), *O Processo Civilizacional*, 2 vol.s, Dom Quixote.
- Encarnação, José d' (1991), "Da invenção de inscrições romanas pelo Humanista André de Resende", in *Biblos*, 67, 193-221.
- (1998), "Politicamente Falsários, in *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, Minerva, 29-56; reprodução do artigo *Da invenção de inscrições pelo humanista André de Resende*, in *Biblos*, 67, 1991, 17-205.
- (2002), "André de Resende, Epigrafista", in *Cataldo & André de Resende - Congresso Internacional do Humanismo Português*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 305-310.
- (2008), "Uma inscrição romana de Évora forjada por André de Resende", in *Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, II Série, nº 7, 213-21.
- (2011), "Identità e Autonomie nella Lusitania Romana Occidentale", in *Identità e Autonomie nell Mondo Romano Occidentale*, Faenza, Fratelli Lega Ed., 65-77.
- (2011b), "Reflexões em torno do livro “Lusitanos no Tempo de Viriato”, de João Luís Inês Vaz", in *Revista Portuguesa de Arqueologia* volume 14, 195–202.
- (2014), "Augusto e a Lusitânia Ocidental: uma nótila", in *Stydia Historica Historia Antigua*, vol. 32, Ediciones Universidad de Salamanca, 197-208.
- Esteve, Cesc (2008), "Orígenes, causas e inventores en la historiografía del Renacimiento", in *Talia Dixit*, 3, 77-103.
- Esteves, Elisa Nunes (1996), "O retrato de Afonso Henriques na *Crónica Geral de Espanha de 1344*", II Congresso Histórico de Guimarães, in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, 43-53.

- Fabião, Carlos (1992), "O passado proto-histórico e romano", in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I, *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, 77-300.
- (2005), "Arqueologia militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais", in Pérez-González, C.; Illarregui, E. (Eds.) *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*, Salamanca, Junta de Castilla y León / Universidad Sek de Segóvia, 53-73.
- (2009), "A Dimensão Atlântica da Lusitânia: Periferia ou Charneira no Império Romano?", in *Lusitânia Romana – entre o mito e a realidade*, Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana, coord. de Jean Gérard Gorges, José d'Encarnação, Trinidad Nogales Basarrate, António Carvalho Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 53-74.
- (2015), "A Lusitânia no contexto da globalização romana", in *Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos*, Lisboa, INCM, 194-197.
- Fabião, Carlos & Guerra, Amílcar (1998), "Viriato: Em torno da iconografia de um mito", in *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, n. 3, Mito e símbolo na História de Portugal e do Brasil, Cascais, 33-79.
- Faust, M. (1966), *Die antiken Einwohnernamen und Völkernamen auf -itani, -etani*, Göttingen.
- Fialho, Madalena da Câmara (1946), "Os conceitos de Império e o Imperialismo Português", in *Rumo*, nº 2, [s.l.], 222- 240.
- Febvre, Lucien (1991), *A terra e a evolução humana. Introdução geográfica à história* [1922], Lisboa, Cosmos.
- Fernandes, Paulo Manuel Quintas de Almeida (2016), *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal séculos VIII-X*, Coimbra, tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Fernandes, Raúl Rosado (1967), "O Episódio dos 'Trezentos Lusitanos Contra os Romanos' e a sua possível explicação", in *Ocidente*, LXXII, 278-284.
- (1981), "O Vento, as Éguas de Lisboa e os Humanistas do Ocidente Peninsular", in *Primera Reunión Gallega de Estudios Clasicos*, Santiago de Compostela, 369-388.
- (1983), "Os ventos, as éguas da Lusitânia e os autores gregos e latinos", in *Euphrosyne*, 12, Lisboa, CEC, 53-77.
- (1984), "Méthodologie et Histoire dans le *De antiquitatibus Lusitaniae* d'André de Resende", in *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Paris, 59-76.

- (1985), "Ulisses e Lisboa", in *Euphrosyne*, 13, Lisboa, CEC, 139-161.
 - (1988a), "André de Resende e o Humanismo Europeu", in *Humanismo Português, 1500-1600*, II Centenário da Academia de Ciências, Lisboa, 1988, 593-616.
 - (1988b), "Etimologia e sua Finalidade em André de Resende, *De antiquitatibus Lusitaniae*", in *Homenagem a Joseph M. Piel*, Tuebingen, 1988, 237-250.
- Fernández Albaladejo, Pablo (2015), *El Tiempo Mítico y la esencia de la nación en Pedro de Medina*, Madrid, Tesis Doctoral, Universidad Autónoma.
- Gloël, Matthias (2017), "The Tubal figure in early modern Iberian historiography, 16th and 17th century", in *Imago Temporis. Medium Aevum*, XI, 27-51.
- Fernández Gallardo, Luis (2008), *Alonso de Cartagena. Iglesia, Política y Cultura en la Castilla del siglo XV*, Madrid, Tesis Doctoral, Complutense.
- (2010), "Idea de la historia y proyecto iconográfico en la *Anacephaleosis* de Alonso de Cartagena", in *Anuario de Estudios Medievales*, 40/1, 317-353.
- Fernández Nieto, Francisco (2001), "Introducción", in *Solino Collección de Hechos Memorables o el Erudito*, Madrid, Gredos, 7-112.
- Fernández Ordóñez, Inés (2006), "La composición por etapas de la *Chronica latina regum Castellae (1223-1237)* de Juan de Soria", *e-Spania* [En ligne], 2 | décembre 2006, mis en ligne le 02 septembre 2010, consulté le 05 juin 2017. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/283>
- Ferreira, António Alves & Morais, Custódio de & Silveira, Joaquim da & Girão, Amorim (1956-1957), "O Mais Antigo Mapa de Portugal (1561)", in *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, n.s 12-13, 1-66 e 14-15, 10-43.
- Ferreira, Francisco Leitão (1914), "Notícias da vida de André de Resende, Publicadas, anotadas e aditadas por A. Braamcamp Freire", in *Arquivo Histórico Português*, vol. IX, 177-285.
- Ferreira, Maria do Rosário (2010), "Entre Linhagens e Imagens: A Escrita do Conde de Barcelos", in *Estudios sobre la Edad Media, el Renacimiento y la temprana modernidad*, coord. por Jimena Gamba Corradine, Francisco Bautista Pérez, 159-167.
- (2011), "Afonso Henriques: Do Valor Fundacional da Desobediência", in *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, 34, 55-70.
 - (2013), "O reino de Portugal na *Chronica Adefonsi Imperatoris*", *e-Spania* [En ligne], 15 | juin 2013, mis en ligne le 15 juin 2013, consultado 09 Junho 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/22317> .

- (2014), "Proyecto «Pedro de Barcelos y la monarquía castellanoleonesa», *Atalaya* [En ligne], 14 | 2014, mis en ligne le 01 juin 2015, consulté le 02 février 2018.
URL : <http://journals.openedition.org/atalaya/1372> .

- Ferreira, Paulo Bruno Rodrigues (2016), *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908 - 1931)*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Ferreira, Suelda de Albuquerque Ferreira (2008), "A Identidade no processo de construção da nova identidade", in *APEC: La producción del conocimiento y los desafíos (in) sostenibles del mundo contemporáneo*, XIII Seminário Apec, Lisboa/Barcelona, 5-16.

- (2010), "A Identidade no Processo de Construção da Nova Identidade", in *Revista Inter-Legere*, revista em open-access, consultada em 17/7/2018, <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4675/3847>

- Ferrer Albelda, Eduardo (2012), "Un fenicio apócrifo de época romana. Pomponio Mela", in *La etapa neopúnica en Hispania y el Mediterráneo centro occidental: identidades compartidas*, coord. por Bartolomé Mora Serrano, Gonzalo Cruz Andreotti, Universidad de Sevilla, 59-74.

- Figueiredo, Fidelino de (1987), *A Épica Portuguesa no Século XVI*, Lisboa, INCM.

- Fonseca, Fernando Venâncio Peixoto da (1995), "Chronicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra", in *Verba hispanica številka*, 5, 67-77.

- (1967), "Les Chroniques Portugaises des *Portugaliae Monumenta Historica*", in *Revue des langues romanes*, vol. 77, 55-84.

- Fonseca, Luís Adão da (2012), *D. João II*, 8ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

- Fonseca, Teresa (2016), "Dinâmicas territoriais na Évora Moderna", *e-Working Papers*, n. 2, Évora, CIDEHUS.

- Foucault, Michel (1997a), *A Ordem do Discurso* [1970], Lisboa, Relógio d'Água.

- (1997b), *O que é um Autor* [1983], 3ª ed., Lisboa, Vega; (2002), 4ª edição, Lisboa, Vega.

- (2005), *A Arqueologia do Saber* (1969), ed. de Coimbra, Almedina.

- Franco, José Eduardo (2000), *O Mito de Portugal: a Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey/Roma Editora.

- Frighetto, Renan (2004), "Da antiguidade clássica à idade média: a ideia da Humanitas na antiguidade tardia ocidental", in *Temas Medievales*, 12, 147-163, cons. 31 de julho de 2018, de

http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0327-50942004000100007&lng=es&tlng=pt .

Gallazzi, Claudio & Kramer, Barbel & Settis, Salvatore (2008), *Il papiro di Artemidoro*. Milano.

Galinsky, Karl (2005), "Vergil's Aeneid and Ovid's *Metamorphoses* as World Literature", in *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*, Cambridge University Press, 340-358.

Gama, Orlando Miguel Pina (2001), "Imagens Cartográficas do Brasil na Historiografia Setecentista", in *A Nova Lusitânia. Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 81-106.

— (2006), "A Memória do Espaço no Espaço da Memória: notas sobre a Lusitânia no discurso historiográfico medieval", in *Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A.A. Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri, 661-679.

— (2010), "A Memória do Espaço no Espaço da Memória: entre a analítica e os primórdios da cronística medieval", in *Espaços e Paisagens Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*, vol. 3, coord. de Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira, Manuel Patrocínio, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 205-210.

— (2017), "Memória e Identidade no Imaginário Social Português - O Transdiscurso das Origens ao Século XVII", *Eduser - Revista de Educação*, [S.l.], v. 8, n. 2, jan. 2017. ISSN 1645-4774. Disponível em <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/69> .

Gama, Orlando Miguel Pina & Rodrigues, Alexandra Soares (2018), "Antilusitanismo", in *Dicionário dos Antis. A Cultura Portuguesa em Negativo*, vol. II, Lisboa, INCM, 1173-1176.

Garcia, João Carlos (1986), *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 109-110.

— (1995), "As fronteiras da Lusitânia nos finais do século XVI", in *"Miscellanea Rosae. Tanulmányok Rózsa Zoltán 65. születésnapjára/Estudos em homenagem de Zoltán Rózsa"*, org. Rákóczi István, Budapeste, Mundus Magyar Egyetemi Kiadó, 137-153.

— (2001), "A Harmoniosa Figura: Interpretações Geográficas Sobre a Formação de Portugal", in *Colóquios. Uma Tensão Entre o Global e o Local*, 265-271.

— (2010), "A Lusitânia para o Cardeal Guido Sforza: Um Mapa de Portugal de 1561 na Biblioteca Nacional", in *Revista da Faculdade de Letras - História - Porto*, III Série, vol. 11, - 2010, 363-368.

Garcia Alonso, Francisco (2006), *Roma, Cartago, Íberos y Celtíberos*, Barcelona, Ariel.

- García Alonso, Juan (2003), "La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo", Universidad del País Vasco Euskal Herriko Unibertsitatea, Vitoria.
- (2006), " - Briga Toponyms in the Iberian Peninsula", *e-Keltoi* Volume 6, *The Celts in the Iberian Peninsula*, 689-714.
- (2007), "La Geografía de Ptolomeo y el *Corpus* Toponímico y Etnonímico de Hispania", in *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*, Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P., eds., Málaga-Madrid, 173-193.
- García y Bellido, Antonio (1978), *España en la Biblioteca Histórica de Diodoro Sículo*, Granada, Universidad.
- García de Cortázar, Jose Angel (dir.) (1985), *Organización Social del Espacio en la España Medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, Ed. Ariel.
- García García, Alicia María (2009), "El Informe de Juba II sobre las *Fortunatae Insulae* (Plinio el Viejo, *Hn*, Vi, 202-205)", in *Revista Tabona*, 17, 141-164.
- García Moreno, Luis (1987), "Presupuestos ideológicos de la actuación de Roma durante el proceso de la conquista de Hispania", in *Gerión*, 5, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 211-243.
- García Quintela, Marco (1999), *Mitología y Mitos de la Hispania prerromana*, Madrid, Akal.
- (2009), "Estrabón y la etnografía de Iberia", in Cruz Andreotti, G., Gómez Espelosín, J., García Quintela, M.V., *Estrabón Geografía de Iberia*, Madrid, Alianza, 67-112.
- García Riaza, Enrique (1998), "La presencia cartaginesa en Hispania (237-206a.C.): aspectos diplomático-militares", in *Mayurqa*, 24, 17-31.
- (2002), *Celtíberos y lusitanos frente a Roma. Diplomacia y derecho de guerra*, Vitoria.
- García y Bellido, Antonio (1958), "Las colonias romanas de la provincia Lusitania", in *Arqueologia e História*, 8ª série, vol. VIII, 13-23.
- (1960), "La colonización cartaginesa desde sus comienzos (fundación de Ibiza, 654 a. C.), hasta la conquista cartaginesa (237 a. C.)", in *Historia de España* de Ramón Menéndez Pidal, *España Protohistórica - La España de las invasiones célticas y el mundo de las colonizaciones*, Espasa Calpe, vol. II, Madrid, 337-361.
- Garrido, Daniel Rueda Garrido (2019), "Tartessos Sive Atlántida. Reflexión crítica sobre el artículo de Esther Rodríguez González, 'Tarteso Vs. La Atlántida: Un Debate Que Trasciende Al Mito'. <https://www.academia.edu/38521609/> .

- Geary, Patrick J. (1996), *La Mémoire et l'Oubli à la Fin du Premier Millénaire*, France, Aubier.
- (2008), *O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva.
- Gellner, Ernest (1993), *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva.
- (1998), *Dos Nacionalismos*, Lisboa, Teorema.
- Gil Pujol, Xavier (2005), "Las fuerzas del rey. La generación que leyó a Botero", in *Le Forze del príncipe. Recursos, instrumentos y limites en la práctica del poder soberano en los territorios de la monarquía hispánica*, ed. Mario Rizzo and José Javier Ruiz Ibáñez, Murcia, Universidad de Murcia, 971–1022.
- Gleason, Philip (1983), "Identifying Identity: a Semantic History", in *The Journal of American History*, vol. 69, nº 4, 910-931.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1991), "O Naufrágio da Memória Nacional e a nação no horizonte do marketing", in *A Memória da Nação*, org. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 15-28.
- (2004), *Portugal, a Emergência de uma Nação*, Lisboa, Colibri/FCSH-UNL.
- Gomes, Saul António (2012), *D. Afonso V*, 8ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Gómez Espelosín, Francisco (1993), "La imagen del bárbaro en Apiano. La adaptabilidad de un modelo retórico", in *Habis*, nº 24, 105-124.
- Gómez Espelosín, Francisco & Pérez Largacha, Antonio & Vallejo Girvés, Margarida (1995), *La imagen de España en la Antigüedad Clásica*, Madrid.
- Gonçalves, Ana (2000), "A Construção da Imagem do Outro: Romanos e Germanos nas Fronteiras do Império; uma Análise da Germânia de Tácito", in *Phoenix*, n. 6, Rio de Janeiro, 51-62.
- González-Conde, Maria Pilar (2018), "Apiano", <http://dbe.rah.es/biografias/9956/apiano>
- Gouveia, Mário de (2012), "O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI-XII)", in *Lusitania Sacra*, 25, Lisboa, Universidade Católica, 183-226.
- (2018), "O *Chronicon Conimbricense* e o Arquétipo Bíblico de Realeza Sagrada no Portugal do Século XII", in *Revista de História das Ideias*, vol. 36, 2ª Série, Coimbra, 83-95.
- Gray, Vivienne (2002), "Herodotus and the rhetoric of otherness", in *American Journal of Philology*, Baltimore, 116 (2), 185-211.
- Grinberg, León & Rebeca (1998), *Identidade e Mudança*, Lisboa, Climepsi.

- Guarde-Paz, César (2019), *Tartessos vs. Atlántida: una identidad largamente reconocida*, em <https://www.academia.edu/38160151/> .
- Guerra, Amílcar (1995), *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, Edições Colibri.
- (2010), "A propósito dos conceitos “lusitano” e “Lusitânia”", in *Serta Palaeohispanica J. de Hoz*, Zaragoza, 10, 81-98.
 - (2010b), "A Lusitânia no tempo de Ovídio: Metamorfoses de uma província", in Pimentel, M. C. de S.; Rodrigues, N. S. (eds.), *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 201-220.
 - (2015), "O Olhar do Outro: Lusitânia pré-romana", in *Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos*, Lisboa, INCM, 24-33.
 - (2015b), "O Oriente Mediterrânico e a Hispânia", in *História de Roma*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 201-232.
 - (2016), "Lusitanos e Vetões: Algumas questões histórico-epigráficas em torno de um território de fronteira", in *Terra e Água: Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*, Lisboa, Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, 425-437.
 - (2017), "Nomes de povos e de lugares da Lusitânia: 25 anos de investigação", in *IX Mesa Redonda Internacional de Lusitânia*, Mérida, 155-176.
- Guerra, Amílcar & Fabião, Carlos (1992), "Viriato: Genealogia de um mito", in *Penélope*, n. 8, 9-23.
- Guichard, Pierre (2000), *Al-Andalus 711-1492. Une Histoire de L'Andalousie arabe*, Paris, Pluriel.
- Gundel, Hans Georg (1968), "Viriato, lusitano, caudillo en las luchas contra los Romanos, 147-139 a. C.", in *Caesaraugusta*, n. 31-32, 175-198.
- Guzmán Guerra, Antonio & Gómez Espelosín, Francisco Javier & Guzmán Gárate, Íñigo (eds.) (2007), *Iberia. Mito Y Memoria*, Madrid, Alianza Editorial.
- Halbwachs, Maurice (1925), *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, PUF, (ed. recente, Albin Michel, 1994).
- (1950), *La Mémoire Collective*, Paris, PUF (ed. crítica por Gérard Namer, Albin Michel, 1997).
- Haley, Ewan (1991), *Migration and Economy in Roman Imperial Spain*, Barcelona.
- Hartog, François (1991), *Le miroir d'Hérodote. Essai sur la représentation de l'autre*, 3ª ed. revue et augmentée [1ª ed., 1980], Paris, Gallimard.

- Hartung, Fritz & Mousnier, Roland (1955), "Quelques Problèmes Concernant la Monarchie Absolue", in AAVV, *Relazioni del X Congresso Internazionali di Scienze Storiche*, vol.IV, *Storia Moderna*, Florença, G.C. Sansoni Editore, 3-55.
- Hen, Yithzhak & Innes, Matthew (2000), *The Uses of the Past in the Early Middle Ages*, Cambridge, University Press.
- Herculano, Alexandre (1980-1983), *História de Portugal*, ed. de José Mattoso, 4 vol.s, Lisboa, Bertrand.
- Hermet, Guy (1996), *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Hernández Martínez, Pedro (2013), "La memoria de la historia oficial: Crónicas y cronistas en la España de los Reyes Católicos", in *Revista EPCCM*, n. 15, 235-268.
- Hertz, Frederick (1966), *Nationalism in History and Politics: A Psychology and Sociology of National Sentiment and Nationalism* [1944], London, Routledge & Kegan Paul.
- Hespanha, António Manuel (1982), *História das Instituições: épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina.
- (1982b), "L'Espace Politique dans l'Ancien Régime", in *Boletim da Faculdade de Direito. Estudos de Homenagem aos Professores Doutores M. Paulo Merêa e G. Braga da Cruz*, vol.II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 455-510.
- [1984], "Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime", in António Maunuel Hespanha (ed.), *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de Textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 7-90.
- (1986), "Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime", in *Ler História*, nº6, Lisboa, Edições Salamandra, 35-60.
- (1989), "O Governo dos Áustria e a «Modernização» da Constituição Política Portuguesa", *Penélope*, nº 2, Lisboa, Edições Cosmos, 1989, 49-73.
- (1992), *Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de Estudo*, cadernos Penélope, Lisboa, Edições Cosmos.
- (1994), *As véperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII*, Coimbra, Almedina.
- (1995), "Ascensão e queda do imaginário imperial", *Penélope*, nº 15, Lisboa, Edições Cosmos, 31-38.
- Hirsch, Elisabeth Feist (2002), *Damião de Góis*, 2ª ed., prefácio de J. de Pina Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Hobsbawm, Eric (1983), "Introduction: Inventing Traditions", in E. Hobsbawm & T. Ranger (eds) *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- (1996), *A Era dos Extremos*, Lisboa, Ed. Presença.
- (2004), *A Questão do Nacionalismo*, Lisboa, Terramar.
- Hobsbawm, Eric & Terence, Ranger (1984), *A invenção da tradição*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Holub, Robert (1989), *Teoria della Ricezione*, Torino, Einaudi.
- Huizinga, Johan (1984), *Men and Ideas: History, the Middle Ages, the Renaissance*, New Jersey, Princeton University Press.
- (1985), *O Declínio da Idade Média*, 2ª ed., Lousã, Ulisseia.
- Hutchinson, John (1994), *Modern Nationalism*, London, Fontana Press.
- Jackson, Lady (2007), *A Formosa Lusitânia. Portugal em 1873*, trad. e notas de Camilo Castelo Branco, Lisboa, Caleidoscópio.
- Jardin, Jean-Pierre (2012), "La tradición manuscrita de la Historia Silense: algunas cavilaciones", *e-Spania* [En ligne], 14 | décembre 2012, mis en ligne le 20 janvier 2013, consulté le 05 mars 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/21672>.
- Jenkins, Richard (1995), *Nations and Nationalisms: Towards more open models*, *Nations and Nationalism*, 1 (3), 369-390.
- (2008), *Social identity*. Third edition, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Jiménez Calvente, Teresa (1998), "Lucio Marineo Sículo y Antonio de Nebrija: crónica de una relación difícil", in *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos*, n. 14, Servicio de Publicaciones, Madrid, Complutense, 187-206.
- (2012), "Las oraciones de Lucio Marineo Sículo (con unas notas sobre epístolas panegíricas y discursos epistolares)", *eHumanista*, vol. 22, 537-581.
- Jussen, Bernhard (2009), "The King's Two Bodies Today", in *Representations*, vol. 106, n. 1, University of California Press, 102-117.
- Kantorowicz, Ernst Hartwing (1957), *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*, Princeton, NJ.
- Kohn, Hans (1944), *The Idea of Nationalism: a Study in its Origins and Background*, New York, The Macmillan Company, 1944.

- Kramer, Bärbel (2006), "La Península en la Geografía de Artemidoro de Éfeso", in Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P. (ed.s), *La Invención de una Geografía de la Península Ibérica. I. La época Republicana*, Málaga-Madrid, CEDMA, 97-114.
- Krus, Luís (1994), *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994, edição da Tese de Doutoramento em História, policopiada, apresentada à FCSH da UNL em 1989.
- (1991), "O tema das origens da nobreza portugalense no relato fundacional da linhagem dos senhores da Maia (finais do século XIII)", in *Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 71-79.
 - (1994), "Os Heróis da Reconquista e a Realeza Sagrada Medieval Peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*", in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo, Patrimonia, 129-142.
- Le Goff, Jacques. (s.d.), *Os Intelectuais na Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva.
- (1988), *Histoire et Mémoire* [1977], Paris, Gallimard.
- Le Morvan, Gaël (2010), "Le concept de «tierra» espagnole et le néo-wisigothisme dans le *Liber regum*", *e-Spania* [En ligne], 9 | juin 2010, mis en ligne le 18 décembre 2013, consultado 02 de Fevereiro 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/19830>
- Le Roux, Patrick (2006), "L'invention de la province romaine d'Espagne Citérieure de 197 a.C. à Agrippa", in G. Cruz Andreotti, P. Le Roux y P. Moret (eds.). *La invención de una Geografía de la Península Ibérica. I. La época republicana*. Actas del Coloquio Internacional-Casa de Velázquez Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, Málaga, 117-134.
- (2010), *La Péninsule Ibérique aux époques romaines (fin du VIe s. av. N. E.-Début du VIe s. de N. È.)*, Paris, Armand Colin.
 - (2015), "A Criação Romana da Lusitânia", in *Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos*, Lisboa, INCM, 92-99.
- Leal, João (2000), *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- (2001), "Las Tesis Lusitanistas. Arqueología y Antropología en Portugal", in *Complutum*, 12, Madrid, Universidade Complutense, 297-309.
 - (2006), *Antropologia em Portugal: mestres, percursos, transições*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Lefebvre, Henri (2000), *La production de l'espace*, 4eme ed., Paris, Anthropos.

- Leitão, Henrique Sousa (2002), "Pedro Nunes, leitor de textos antigos e modernos", in *Pedro Nunes e Damião de Góis, Dois Rostos do Humanismo Português*, Actas do Colóquio, Coord. Aires Augusto Nascimento, CEC-FLL, 31-58.
- Leite, Mariana Soares da Cunha (2012), *A General Estoria de Afonso X em Portugal: As múltiplas formas de receção do texto alfonsino*, Tese de Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lévi-Strauss, Claude, (1985), *Mito e Significado*, Lisboa, Edições 70.
- Llobera, Josep R. (2000), *O Deus da Modernidade. O Desenvolvimento do Nacionalismo na Europa Ocidental*, Oeiras, Celta.
- Lopes, Paulo Catarino (2013), *Um Agente Português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates.
- (2016), "Entre o céu e o inferno: um olhar inédito sobre as embaixadas de obediência enviadas por D. Manuel I ao papa no início de Quinhentos", in *Ao tempo de Vasco Fernandes*, Rui Macário (coord.), Viseu, Edição DGPC/Museu Nacional Grão Vasco/Projecto Património, 147-172.
- (2017), "A centralidade romana nos alvares da construção de uma imagem imperial por parte do reino de Portugal", in *História Revista*, 22 (1), 88-118.
- López Moreda, Santiago (2003), *Damião de Góis, historiador: entre la Edad Media y el Renacimiento*, in *Actas do Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, UCP, 639-657.
- (2004), "El modelo de *princeps* en la obra histórica de Lorenzo Valla", in *Humanitas*, Coimbra, nº 56, 401-424.
- (2011), *Un siglo de historiografía hispano lusa renacentista (1450-1550)*, in *Revista de Estudios Latinos*, nº 11, Madrid, Universidad Complutense, 91-116.
- Lourenço, Eduardo (1990), *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, INCM.
- Lowe, Benedict (2009), *Roman Iberia. Economy: society, culture*, London, Duckworth.
- Luís, Alexandre António da Costa (2013), *O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de Obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485*, LuSofia, Covilhã.
- Macedo, Jorge Borges de (1979), *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Editorial Verbo.
- [s.d.], *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, [s.l.], ed. da Revista "Nação e Defesa".
- Machado, Diogo Barbosa (1965-1967), *Bibliotheca Lusitana*, reed. da edição de 1741, 4 tomos, Coimbra, Atlântida Editora.

- Magalhães, Joaquim Romero (1980), "As Descrições Geográficas de Portugal, 1500-1650. Esboço de problemas", in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 5, 15-56.
- (coord.) (1992), *História de Portugal*, vol. III, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mantas, Vasco (2004), "A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana", in *Conimbriga*, 43, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 63-83.
- (2015), "Conflitos civis em Roma: dos Gracos a Sula", in *História de Roma*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 313-362.
- Maravall, Jose Antonio (1961), "The Origins of the Modern State", in *Cahiers d'Histoire Mondiale/Journal of World History/Cuadernos de la Historia Moderna*, 6/4, 789-808.
- (1964), *El Concepto de España en la Edad Media*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- (1972), *Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII)*, 2 vol.s, Madrid, Revista de Occidente.
- Marcotte, Didier. (2000), *Géographes grecs. Tome I. Introduction générale. Pseudo-Scymnos. Circuit de la terre*, Les Belles Lettres, Paris.
- (2006), "De la Ibérie à la celtique: Géographie et chronographie du monde occidental avant Polybe," in G. Cruz Andreotti, P. Le Roux y P. Moret, (eds.). *La invención de una Geografía de la Península Ibérica. I. La época republicana*. Actas del Coloquio Internacional-Casa de Velázquez (3-4 Marzo, 2005), Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, Málaga, 31-38.
- (2007), "Ptolémée et La Constitution d'une Cartographie Régionale", in *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*, Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P., eds., Málaga-Madrid, 161-172.
- Marín Martínez, Antonio Pedro (2012), *Los itinerarios de Polibio en Hispania y su visión de la actividad guerrera de los pueblos peninsulares* in G. Bravo y R. González Salinero (eds.), *Ver, viajar y hospedarse en el mundo romano*, Signifer Libros, Madrid/Salamanca, 2012, 447-462.
- Marincola, John (1999), "Genre, Convention, and Innovation in Greco-Roman Historiography", in Kraus, I.S. (ed.), *The Limits of Historiography. Genre and Narrative in Ancient Historical Texts*, Leiden, Boston, Köln, Brill, 283-324.
- Marques, João Francisco (1986), *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto.

- (1989), *A Parenética Portuguesa e a Restauração (1640-1668)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Universidade do Porto.

- Marques, Juliana Bastos (2007), "Políbio", in Fábio Duarte Joly. (Org.), *História e retórica. Ensaio sobre historiografia antiga*, São Paulo, Alameda Casa Editorial - FAPESP, 45-63.

- (2007b), *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*, Dissertação de Doutorado em História, São Paulo.

- (2008), "Mecanismos de legitimidade e tradição na Historiografia Latina", in *Historia Revista*, Goiania, v. 13, nº 1, 139-155.

- (2012), "Públio (Gaio) Cornélio Tácito", in *Os Historiadores: Clássicos da História*, Maurício Parada (Org.), vol. I, Rio de Janeiro, Maurício Parada, PUC-Rio/Vozes, 88-106.

- Martí-Aguilar, Manuel Alvarez (2005a), *Tarteso. La construcción de un mito en la historiografía española*, Málaga, CEDMA.

- (2005b), "El orientalizante peninsular como problema historiográfico", in S. Celestino Pérez & J. Jiménez Ávila, eds., *El Periodo Orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental (Añejos de AEsPA XXXV)*, 227-235.

- (2007), "Arganthonius Gaditanus. La identificación de Gadir y Tartessos en la tradición antigua", in *Klio*, Berlin, 89 (2), 477 - 492.

- (2009), "Identidad y Etnia en Tartessos", in *Arqueología Espacial*, Zaragoza, 27, 79-111.

- (2010), "Tartesios: un etnónimo de la Iberia Púnica", in *Mainake*, Málaga, 33 (1), 395-406.

- Martin, Georges (2012), "La *Historia legionensis* (llamada *silensis*) como memoria identitaria de un reino y como autobiografía", *e-Spania* [En ligne], 14 | décembre 2012, mis en ligne le 24 mars 2015, consultado 05 Março 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/21740> .

- Martineau, Bénédicte & Tranoy, Alan (2000), "Migrations et courants migratoires dans le conventus Scallabitanus", in *Sociedad y Cultura en Lusitania romana*, Mérida, 229-239.

- Martínez Gázquez, José (2004), "Livio y Hispania", in *Hispanité et romanité*, coord. Jean Marie André, Madrid, Casa de Velázquez, 177-187.

- Martínez Gómez, Cristina (2015), *Aproximación a una edición y traducción del Memoriale uirtutum de Alfonso de Cartagena*, Madrid, Tesis Máster.

- Martinez Mera, Josefa (1998), "Las ciudades Hispanas ante la Guerra Civil", in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua*, t. 11, 307-333.
- Martins, Moisés de Lemos (1991), "O discurso da Identidade e o modo de enunciar a periferia", in *Revista de Ciências Sociais*, n. 33, Lisboa, 203-215.
- Matos, Luís de (1991), *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matos, Sérgio Campos de (1990), *História, mitologia, imaginário nacional (1895-1939)*, Lisboa.
- (1998), *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa.
- (2002), "História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea", in *Lusotopie*, 123-139.
- (2008), *Consciência histórica e nacionalismo. Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- (2006), "Iberismo e identidade nacional (1851-1910)", in *Clio*, Nova Série, 14/15, 2006, 349-400.
- (2007), "Conceitos de iberismo em Portugal", in *Revista da História das ideias*, vol. 28, Coimbra, Imprensa de Coimbra, Lda., 169-193.
- Mattoso, José (1979), "A Ascensão da nobreza minhota na origem do Estado português", in *Revista de História*, 3, Lisboa, Sá da Costa, 1979, 44-53.
- (1985), *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, IMCM.
- (1987), "Da comunidade primitiva ao município. O exemplo de Alfaiates", in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 35-48.
- (1987b), "A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII e XIII", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, INIC, 1987, 13-37.
- (1988), *Identificação de um País*, 3ª ed., 2 vol.s, Lisboa, Estampa.
- (1992), *História de Portugal*, vol. I, *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- (1993), *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa.
- (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- (2007), *O essencial sobre a Formação da Nacionalidade*, 3ª ed., Lisboa, INCM.

- (2009), "A primeira Crónica Portuguesa", *Medievalista* [Em linha]. nº6, (Julho de 2009). Consultado 22.05.2017. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>.
 - (2011), *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, 2ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores.
 - (2012), *D. Afonso Henriques*, 8ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores.
- May, Stephen (2001), *Language and Minority Rights: Ethnicity, Nationalism and the Politics of Language*, London, Longman.
- Mayer i Olivé, Marc (1998), *Hispania: el Legado de Roma*, Zaragoza, Ministerio de Cultura, 383-394.
- (1998b), "Notas sobre la contribución hispana a las traducciones italianas de los clásicos latinos", in *Cuadernos de Filología Clásica - Estudios Latinos*, n. 15, 541-548.
 - (2009), "Política, Mito y Realidad. La Historiografía de la Lusitania Antigua", in *Lusitânia Romana – entre o mito e a realidade*, Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana, coord. de Jean Gérard Gorges, José d'Encarnação, Trinidad Nogales Basarrate, António Carvalho Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 75-108.
- Mayer i Olivé, Marc & Guzmán Almagro, Alejandra (2000), "Relaciones humanistas en la Roma del XVI a través de la epigrafía: Aquiles Estaço y Antonio Agustín", in *Profesor Basilio Losada: Ensinar a pensar con liberdade e risco*, Barcelona, 523-530.
- Mayorgas Rodríguez, Ana (2007a), "La memoria de Roma. Oralidad, escritura e historia en la República romana", *Oxford, BAR international series*, 16-41.
- (2007b), "Antes de la historia: Anales Máximos, escritura y memoria", in *Gerión*, 25 (1), 263-284.
 - (2014), "Los bárbaros hispanos de Livio en la Segunda Guerra Púnica", in *XI Coloquio de la AIER. Conquistadores y conquistados: relaciones de dominio en el mundo romano*, G. Bravo y R. González Salinero (eds.), Signifer Libros, Madrid, 255-268.
- Mendonça, Manuela (1995), *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.
- Menéndez Pidal, Gonzalo (1951), "Como trabajaron las escuelas alfonsíes", in *Nueva Revista De Filología Hispánica*, nº V, 367-379.
- Mesquita, Amílcar (2004), "Diogo Lopes Rebelo e o *De Republica Gubernanda per Regem*", Real Monasterio de el Escorial la Ciudad de Dios, 218, 189-209.

- Meurer, Peter (2008), "*Europa Regina*. 16th century maps of Europe in the form of a queen", *Belgeo*, 355-370. [En ligne], 3-4 | 2008, mis en ligne le 22 mai 2013, consultado 21 Julho 2018. URL <http://journals.openedition.org/belgeo/7711>.
- Millar, Fergus (1964), *A study of Cassius Dio*, Oxford, Clarendon Press.
- Miranda, José Carlos (2009), "Na génese da Primeira Crónica Portuguesa", *Medievalista*, 6, <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>
- (2010), "Do Liber regum em Portugal antes de 1340", *e-Spania* [En ligne], 9 | juin 2010, mis en ligne le 10 mars 2013, consulté le 02 février 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/19315> ; DOI: 10.4000/e-spania.19315.
- Miranda, José Carlos & Oliveira, António Resende de (2010), "Da «Historia Compostelana» à «Primeira Crónica Portuguesa»: o discurso historiográfico sobre a formação do Reino de Portugal", in *Marsupii Peregrinorum. Circulación de Textos e Imágenes Alrededor del Camino de Santiago en la Edad Media*, Actas del Congreso Internacional, Santiago de Compostela, 24-28 marzo 2008/ coord. Esther Corral Díaz, Firenze, Edizioni del Galluzzo, Per la Fondazione Ezio Franceschini, 295-324.
- Momigliano, Arnaldo (1950), "Ancient History and the Antiquarian", in *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 13, 285-315.
- (1987), "Polybius' Reappearance in Western Europe", in *Essays in Ancient and Modern Historiography*, Middletown, Connecicut, Wesleyan University Press, 79-98.
- (2004), *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*, São Paulo, EDUSC.
- Montero Vitores, Jesus (1991), *Carpetanos e Vettones en la Hispania de Ptolomeo. Ciudades y vias romanas en Carpetania y Vettonia en la epoca Alto Imperial*, Madrid, Dissertação de Doutoramento História, Universidad Complutense.
- Monteiro, João (2015), "As Guerras Púnicas", in *História de Roma*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 145-200.
- Morais, Rui (2015), "De Sula ao "1º triunvirato": o legado de Crasso e Pompeio Magno", in *História de Roma*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 363-388.
- Moreira, Filipe Alves (2008), *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Estratégias Criativas, Porto.
- (2010a), *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*, Dissertação de Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- (2010b), "A Historiografia Régia Portuguesa Anterior ao Conde de Barcelos", in *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV (homenagem a Diego Catalán - Cadernos de Literatura Medieval)*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 33-51
- (2013), "A «Crónica de Portugal de 1419»: fontes, estratégias e posteridade. Tese de Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Janeiro 2011. Orientação do Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda", *Medievalista* [Em linha], 13.
- (2016), "A *Crónica Geral de Espanha de 1344* e a literatura historiográfica sobre Afonso XI", *e-Spania* [Online], 25 | octobre 2016, Online since 01 October 2016, connection on 27 January 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25888>

Moreira, Rafael Domingues (1991), *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia e o Moderno e o Romano*, Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.

- (2015), "Reflexos albertianos no Renascimento Português: a *descriptio urbis romae*, o matemático Francisco de Melo e um mapa virtual de Portugal em 1531", in *Na Génese das Racionalidades Modernas II, Em torno de Alberti e do Humanismo*, ed. Mário Krüger, Coimbra, Imprensa da Universidade, 427-442.

Moreno Ferrero, Isabel (1998), "Configuración de la obra de Floro (Epítome de Tito Livio), estructura y léxico", in *IX Congreso Español de Estudios Clásicos*, Madrid, 27 al 30 de septiembre de 1995, coord. por Francisco Rodríguez Adrados, vol. 5, 145-150.

Moret, Pierre (2004), "Ethnos ou ethnîe? Avatars anciens et modernes des noms de peuples ibères", in G. Cruz Andreotti & B. Mora Serrano, coords., *Identidades étnicas – Identidades políticas en el mundo prerromano hispano*, Málaga, Universidad, 31-62.

- (2004b), "Sobre la polisemia de los nombres íber e Iberia en Polibio", in J. Santos & E. Torregaray, (eds.), *Polibio y la Península Ibérica*, Vitoria-Gasteiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad del País Vasco, 279-306.
- (2006), "La Formation d'une Toponymie et d'une Ethnonymie Grecques de L'Ibérie: Étapes et Acteurs", in Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P. (ed.s), *La Invención de una Geografía de la Península Ibérica. I. La época Republicana*, Málaga-Madrid, CEDMA, 39-76.
- (2010), "La Lusitanie d'Artémidore", in *Palaeohispanica. Revista sobre lenguas y culturas de la Hispania Antigua*, nº 10, 113-131.
- (2012), "La figure de l'Ibérie d'après le papyrus d'Artémidore: Entre tradition hellénistique et mise en place d'un schéma romain", in C. Gallazzi, B. Kramer S. Settis (ed.s), *Intorno al Papiro di Artemidoro II. Geografia e Cartografia*, Atti del

Convegno internazionale del 27 novembre 2009 presso la Società Geografica Italiana, Villa Celimontana, Roma, Nov 2009, Roma, Società Geografica Italiana, Italie, LED Edizioni, 33-84.

- Moya García, Cristina (2008), "La producción historiográfica de Mosén Diego de Valera en la época de los Reyes Católicos", in *La Literatura en La Época de los Reyes Católicos*, Ed.s Nicasio Salvador Miguel y Cristina Moya García, Universidad de Navarra, Iberoamericana, Vervuert, 145-166.
- Muñoz Martín, María (1976), *España en la Biblioteca Histórica de Diodoro Sículo*, Granada, Universidad de Granada.
- Nascimento, Aires Augusto (1978), *O Milagre de Ourique num Texto Latino-Medieval de 1416, sep. da Revista da Faculdade de Letras*, IV série, n.º 2, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- (1995), "O Mito de Hércules: Etimologia e Recuperação do Tempo Antigo na Historiografia Medieval Hispânica", in *Humanitas*, vol. XLVII, Coimbra, 671-684.
- (2002), "Pedro Nunes e Damião de Góis, Dois Rostos do Humanismo Português (razões de um Colóquio)", in *Pedro Nunes e Damião de Góis, Dois Rostos do Humanismo Português*, Actas do Colóquio, Coord. Aires Augusto Nascimento, CEC-FLL, 9-27.
- Nascimento, Aires Augusto & Meirinhos, José Francisco (1997), *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- (2008), "Mito e identidade: André de Resende, um catalisador de memória", in *Mythos, A tradição Mitográfica Portuguesa, Representações e Identidade, Séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, pp. 7-19.
- Nogales Rincón, David (2016), "La Genealogía de los reyes de España de Alonso de Cartagena: linaje e imagen regia en la Castilla del cuatrocientos", in *Revista de Poética Medieval*, nº 30, 233-257.
- Nogueira, Bernardo de Sá (2008), *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal: Génese e Implantação 1212-1279*, Lisboa, INCM.
- Nora, Pierre (coord.) (1997), *Les Lieux de Mémoire*, 3 vol.s, Paris, Gallimard.
- Oliveira, António de (1990), *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel.
- (2007), "Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)", in *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Coimbra, 17-37.
- (2011), "O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos", *e-Spania*, 11, <http://espania.revues.org/20374> .

- Oliveira, Francisco (1994), "Lusitânia rural em Plínio o Antigo", in Gorges, J.-G.; Salinas De Frías, M. (eds.), *Les campagnes de Lusitanie romaine*, Madrid/Salamanca, Casa de Velázquez/Universidad de Salamanca, 31-44.
- (2015), "Consequências da expansão romana", in *História de Roma*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 233-311.
- Oliveira e Costa, João Paulo (1989), "D. João II e a Cristianização de África, in Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época", vol. I, *D. João II e a Política Quatrocentista*, Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 405-416.
- (2000), "D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II", in *D. João II: o Mar e o Universalismo Lusíada*, Actas do III Simpósio de História Marítima, Lisboa, Academia de Marinha, 39-61.
- (2012), *D. Manuel I*, 8ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Orejas, Almudena, Sánchez-Palencia, Javier (2002), "Mines, territorial organization, and social structure in roman Iberia: Carthago Noua and the peninsular Northwest", in *American Journal of Archaeology*, vol. 106, 581-599.
- Osório, Jorge Alves (1987), "O Humanismo: a intersecção da história cultural com a história literária", in *Problemáticas em história cultural*, Porto, 209-231.
- (1993), "Humanismo e História", in *Humanismo Português na época dos Descobrimentos*, Coimbra, 461-483.
- (2003), "Em torno dos dois *"De Bello Cambaico"* de Damião de Góis", in *Máthesis*, 12, 165-181.
- (2005), "Solteiras e Casadas em Gil Vicente", in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n. 2, Porto, 113-136.
- (2005b), "Do Cancioneiro *"ordenado e emendado"* por Garcia de Resende", in *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XXII, Porto, 291-335.
- Ostenfeld-Suske, Kira Kalina von (2014), *Official Historiography, Political Legitimacy, Historical Methodology, and Royal and Imperial Authority in Spain under Phillip II, 1580-99*, PhD Dissertation, Columbia University.
- Pagden, Antony (1991), *El Imperialismo Español y la Imaginación Política*, [s.l.], Planeta.
- Parodi Alvarez, Manuel, (2012), "La Navegación Interior Ibérica Según Pomponio Mela. Una Visión Económica de la Hispania Romana desde el Fretum Gaditanum:

Ríos Atlánticos Peninsulares", in *Espacio y Tiempo, Revista de Ciencias Humanas*, Madrid, n. 26, 137-156.

- Parroni, Piergiorgio (2007), "La Spagna di Pomponio Mela, La invención de una geografía de la Península Ibérica", II. *La época imperial*, Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P., eds., Málaga-Madrid, 81-93.
- Pastor Muñoz, Mauricio (2000), "La figura de Viriato y su importancia en la sociedad lusitana", in *Sociedad y Cultura en Lusitania romana*, IV Mesa Redonda Internacional, coord. de Jean-Gérard Gorges, Trinidad Nogales Basarrate, Mérida, 35-52.
- (2009), "Viriato: Historia Compartida, Mito Disputado, in Lusitânia Romana – entre o mito e a realidade", in *Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*, coord. de Jean Gérard Gorges, José d'Encarnação, Trinidad Nogales Basarrate, António Carvalho, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 129-148.
- (2011), "Viriato y las ciudades de La Bética", in *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, Historia Antigua, t. 24, 405-436.
- Pédech, Paul (1964), *La méthode historique de Polybe*, Paris.
- (1976), *La Géographie des Grecs*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Peixeiro, Horácio (2009), "Imagem e Tempo: Representações de Poder na Crónica Geral de Espanha", in *Revista de História da Arte*, 7, 153-177.
- Perea Yébenes, Sabino, (2017), "Julio César y el joven Octavio en Hispania en el año 45 a.C. La cuestión del itinerario cesariano y las apelaciones de los saguntinos en Carthago Nova según Nicolás de Damasco Βίος Καίσαρος, 23-27", in *Hispania Antiqua. Revista de Historia Antigua* XLI, 68-106.
<https://doi.org/10.24197/ha.XLI.2017.68-106> .
- Pereira, Belmiro Fernandes (1991), *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, INIC e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- (2008), "Antigos e Modernos: o humanismo norte-europeu nas retóricas peninsulares do séc. XVI", in *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 5, Porto, 93-101.
- Pereira, Maria da Conceição Meireles (1995), *A questão Ibérica: Imprensa e Opinião (1850-1870)*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- (2010), "Iberismo e nacionalismo em Portugal da Regeneração a República. Entre utopia e distopia", in *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra, Faculdade de Letras, 257-284.

- Pereira, Virgínia Soares (1986), "Os Castelhanos segundo André de Resende", in *Diacrítica*, 1, 147-166.
- (1987-1988), "Uma carta de André de Resende reconstituída", in *Humanitas*, Coimbra, 211-232.
- (1993), "André de Resende e os Portugueses segundo Bartolomeu de Albornoz", in *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, Faculdade de Letras, 91-107.
- (2002), "As cartas-prefácio de André de Resende: Retórica e Mensagem", in *Cataldo & André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 275-293.
- (2003), "Celebrando Portugal: Bruxelas, 1531, e o Genethliacon de André de Resende", in *Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 879-902.
- (2006), "A Torre de Augusto em um poema atribuído a André de Resende (B.N. Madrid, MS. 3610, fol. 260r)", in *Humanitas*, vol. 58, Coimbra, 333-346.
- (2012), "*Bona Lusitania!* Aspectos da celebração de Portugal em Resende e Camões", in *AA.VV., Camões e os contemporâneos*, Braga, CEHUM, 2012, 597-606.
- Pérez Vilatela, Luciano (1989), "Notas sobre la Jefatura de Viriato en Relacion con la Ulterior", in *Archivo de Prehistoria Levantina*, vol. XIX, Valência, 191-204.
- (1990), "Estrabon y la Division Provincial de Hispania en el 27 a.C.", in *POUS, Revista de Ideas y formas políticas de la Antigüedad clásica*, 2, 99-125.
- (1993), "Primitiva zona geográfica de aplicación del corónimo Iberia", in *Faventia* 15, 1, 29-44.
- (1993b), "El papel de los Estudios Clásicos en la paideia de Alfonso de Cartagena", in *Myrtia*, n. 8, 41-54.
- (2000a), *Lusitania. Historia e Etnologia*, Madrid, Real Academia de la Historia.
- (2000b), "De la Lusitania independiente a la creación de la provincia", in *Sociedad y Cultura en Lusitania romana*, IV Mesa Redonda Internacional, coord. de Jean-Gérard Gorges, Trinidad Nogales Basarrate, Mérida, 73-84.
- (2003), "Polibio (III, 33, 9) y la administración territorial cartaginesa de Iberia", in *HAnt*, 27, 7-42.
- Peris, Manuel (1926), *La Lusitania primitiva*, *Bolletín de la Sociedad Castellonense de Cultura*, IV, Castellón de la Plana, 65-74.

- Petitier, Paule (1997), *La Géographie de Michelet. Territoire et modèles naturels dans les premières oeuvres de Michelet*, Paris, Harmattan.
- Picard, Christophe (2000), *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose.
- Picoito, Pedro (1996), "Espaço e Poder na Épica Medieval", in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 5, Guimarães, CMG/Universidade do Minho, 32-36.
- Pilar Ciprés, Maria (2016), "Los datos geográficos en la descripción de Hispania en la *Naturalis Historia* de Plinio", in *Revista de Historiografía*, n. 25, 9-109.
- Pina Martins, José Vitorino de (1989), *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal: les deux regards de Janus*, Lisboa, FCG.
- Pina Polo, Francisco (2009), "Hispania y su conquista en los avatares de la República Tardía", in *Hispania: las provincias hispanas en el mundo romano*, coord. por Javier Andreu Pintado, Javier Cabrero Piquero, Isabel Rodà de Llanza, 223-236.
- Pineda, Victora (2007), "La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antología de textos", in *Talia Dixit*, 2, 95-219.
- Pinheiro, Joaquim (2013), *Tempo e Espaço da Paideia nas Vidas de Plutarco*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos.
- Pinho, Sebastião Tavares de (2003), "Damião de Góis e André de Resende: dois caminhos cruzados", in *Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 863-878.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações Sobre a Produção Social de Identidade", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, nº 32, 217-231.
- Pita, Luiz Fernando Dias (2016), "Do Mito para a Ciência: a presença de criaturas míticas ou imaginárias em *De Chorographia*, de Pompônio Mela", in *Principia*, [S.l.], nº 30, p. 1-8, Disponível em <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/principia/article/view/21039> . Acesso em: 22 maio 2018.
- Pocock, John (1975), *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Polónia, Amélia (2012), *D. Henrique. O Cardeal-Rei*, 8ª ed., Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Posadas Sánchez, Juan Luis (2018), "Lucio Anneo Floro", consultado em 20.01.2019. Disponível em <http://dbe.rah.es/biografias/9731/lucio-anneo-floro> .
- Prontera, Francisco (2006), "La Península Iberica nella cartografia ellenistica", in G. Cruz Andreotti, P. Le Roux y P. Moret (eds.). *La invención de una Geografía de la Península Ibérica. I. La época republicana*. Actas del Coloquio Internacional-

Casa de Velázquez Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, Málaga, 15-29.

- (2007), "Strabone e la Tradizione della Geografia Ellenistica", in G. Cruz Andreotti, P. Le Roux y P. Moret (eds.). *La invención de una Geografía de la Península Ibérica. II. La época Imperial*. Actas del Coloquio Internacional-Casa de Velázquez Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, Málaga, 49-63.

Ramos Maldonado, Sandra (2013), "La *Naturalis Historia* de Plinio el Viejo: lectura en clave humanística de un clásico", in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 15, 51-94.

Ramos, Manuel (2009), "Os membros da Geração de Avis: amizades, inimizades e falta de exemplaridade", in *Symbolon I*, Amor e Amizade Coleção, FLUP e-Dita, 91-113.

Ramos, Odete (1996), "A memória de D. Manuel nas Crónicas", II Congresso Histórico de Guimarães, in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Câmara Municipal de Guimarães, 289-304.

Rebelo, Luís de Sousa (1982), *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

- (1998), "Literatura, Intelectuais e Humanismo Cívico", in Diogo Ramada Curto (dir.), *O Tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, DIFEL e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Comissariado para o Pavilhão de Portugal – Expo' 98, 113-133.
- (2002), "Damião de Góis e o Humanismo português", in *Pedro Nunes e Damião de Góis, Dois Rostos do Humanismo Português*, Actas do Colóquio, Coord. Aires Augusto Nascimento, CEC-FLL, 121-134.

Reglero de la Fuente, Carlos Manuel (2013), "Visión y construcción del espacio en la *Chronica Adefonsi Imperatoris*", *e-Spania* [En ligne], 15 | juin 2013, mis en ligne le 15 juin 2013, consulté le 07 avril 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/22367> .

Rei, António (2002), *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Dissertação de Mestrado em História apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

- (2007), *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*, dissertação doutoramento em História apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- (2011), "A *Laude Spaniae* de Isidoro de Sevilha na Cronística Medieval Peninsular (séculos VIII-XIV)", in *As relações entre História e Literatura no Mundo Antigo e Medieval*, Costa, Ricardo da (coord.), in *Mirabilia*, 13, 315-346.

Revel, Jacques (1990), *A invenção da sociedade*, Lisboa, Difel.

- Ribeiro, José Cardim (2013), "Ptolomeu, *Geogr. II 5, 6: XPHTINA ou *APHTINA?*", in *Vir bonvs peritissimvs aeqve. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*, Maria Cristina Pimentel, Paulo Farmhouse Alberto (ed.s), Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 343-379.
- (2015), "A inscrição lusitana de Arronches" in *Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos*, Lisboa, INCM, 34-39.
- Ribeiro, Orlando (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945), 4ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- (1987), *A formação de Portugal*, Lisboa, ICALP.
- (2001), *Introduções Geográficas à História de Portugal*, 2ª ed., 2001.
- Ricoeur, Paul (1976), *Teoria da Interpretação. O Discurso e o Excesso de Significação* [1965], Lisboa, Ed. 70.
- (1985), *Temps et Récit*, III, *Le temps raconté*, Paris, Seuil.
- (2000), *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*, Paris, Seuil.
- Rivera Martin, José (2000), *Estudio Filológico Sobre de Rebus Hispaniae Memorabilibus libri i-v de Lucio Marineo Sículo*, Tesis doctoral, Univ. Complutense de Madrid.
- Rocha Pereira, Maria Helena (1984), *Estudos de História da Cultura Clássica*, vol. II, Lisboa, FCG.
- (2009), *Entre a História e a Lenda: a figura de Viriato*, in *Lusitânia Romana – entre o mito e a realidade*, Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana, coord. de Jean Gérard Gorges, José d'Encarnação, Trinidad Nogales Basarrate, António Carvalho, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 11-23.
- (2015), *Estudos sobre Roma Antiga, a Europa e o Legado Clássico*, Fundação Calouste Gulbenkian/Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rodrigues, José Maria (1979), "Camões e André de Resende", in *Fontes dos Lusíadas*, Prefácio de Américo da Costa Ramalho, 2.ª edição, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 9-32.
- (1979b), *Fontes dos Lusíadas*, 2ª ed., Lisboa, Academia das Ciências.
- Rodrigues, Nuno Simões (1999), "Camões e a História da Roma Antiga", in *Actas I Congresso da Apec. Raízes Greco-Latinas da Cultura Portuguesa*, Coimbra, 183-218.

- Rodríguez González, Esther (2017), "Tartessos vs. La Atlántida: un debate que trasciende al mito", *ArqueoWeb* 18, 15-30. <https://www.academia.edu/35737386/>.
- Rodríguez González, Julio (1998), "As legiões romanas no vale do Douro na época de Augusto e da dinastia Júlio-Cláudia (31 a.C.-68 d.C.)", in *Douro - Estudos e Documentos*, vol. III (5), 29-48.
- Rodríguez Somolinos, Helena & Gangutia Elícegui, Elvira & Plácido Suárez, Domingo & Mangas Manjarrés, Julio (1998), *La Península Ibérica en los autores griegos: de Homero a Platón*, Madrid, Fundación de Estudios Romanos.
- Rucquoi, Adeline (1993), *Histoire Médiévale de la Péninsule Ibérique*, Paris, Éditions du Seuil.
- Saldanha, António Vasconcelos de (1990), "Conceitos de Espaço e Poder e seus Reflexos na Titulação Régia Portuguesa da Época da Expansão", in Jean Aubin (dir.), *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 105-129.
- (1997), *Iustum Imperium. Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente.
- Salinas de Frías, Manuel (1999), "De Polibio a Estrabón: Los celtas hispanos en la historiografía clásica", in M^a A. Alonso Ávila *et alii* (eds.), *Estudios de Historia Antigua: Homenaje al Profesor Montenegro*, Universidad de Valladolid, 191-203.
- (2006), "Geografía real y ficticia de la epopeya sertoriana", in Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P. (ed.s), *La Invención de una Geografía de la Península Ibérica. I. La época Republicana*. Málaga-Madrid, CEDMA, 153-174.
- (2012a), "Los lusitanos y los problemas de definición étnica en el Occidente peninsular", in *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*, Santos Yanguas, J., Cruz Andreotti, G. (eds.), *Revisiones de Historia Antigua VII*, Vitoria, 335-357.
- (2012b), "Territorio y etnias en construcción: la Lusitania y los lusitanos", in *Romanización, fronteras y etnias en la Roma Antigua; el caso hispano*, I, Juan Santos Yanguas y Gonzalo Cruz Andreotti (eds.), M. Fernández Corral y L. Sánchez Voigt (cols.), Departamento de Estudios Clásicos Ikasketa Klasikoen Saila, Vitoria-Gasteiz, Universidad del País Vasco I Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua, 335-358.
- Sánchez Alonso, Benito (1947), *Historia de la historiografía española*, I, Madrid, J. Sánchez de Ocaña.
- Sánchez Moreno, Eduardo (2002), "Algunas notas sobre la guerra como estrategia de interacción social en la Hispania prerromana: Viriato, jefe redistributivo (y II)", in *Habis*, 33, 169-202.

- (2006), "*Ex pastore latro, ex latrone dux...* Medioambiente, guerra y poder en el Occidente de Iberia", in T. Ñaco, I. Arrayás Morales (Eds.), *War and territory in the Roman World*, Oxford, 55-79.
 - (2015-2016), "Revisitando un *topos*: algunas notas sobre el bandolerismo lusitano (y el imperium de Roma)", in *Isimu*, 18-19, 349-360.
 - (2017), "Las Guerras Celtibérico-Lusitanas (114-93 a.C.) y su dimensión geopolítica", in *Roma en La Península Ibérica Presertoriana. Escenarios de Implantación Militar Provincial*, Jordi Principal, Toni Ñaco del Hoyo, Montserrat Duran, Imma Mestres (eds.) Barcelona, Edicions Universitat, 59-77.
- Sánchez Moreno, Eduardo & Aguilera Durán, Tomás (2013), "Bárbaros y vencidos, los otros en la conquista romana de Hispania. notas para una deconstrucción historiográfica", in *Debita Verba*, Estudios en Homenaje al Profesor Julio Mangas Manjarrés, Rosa María Cid López y Estela García Fernández (editoras), Ediciones de la Universidad de Oviedo, 225-244.
- Sánchez Moreno, Eduardo & García Riaza, Enrique, (2012), "La interacción púnica en Iberia como precedente de la expansión romana: el caso de Lusitania", in *L'Africa Romana. Trasformazione dei paesaggi del potere nell'Africa settentrionale fino alla fine del mondo antico*, vol. II, Roma, Carocci editore, 1249-1260.
- Sánchez Sanz, Arturo (2013), "Aspectos relacionados con la Península Ibérica en Apiano: sobre Iberia y Anibal", in *Revista de clases historia*, 2-14.
- Sánchez Tarrío, Ana María (2002), "Pedro Nunes e os humanistas do seu tempo", in *Pedro Nunes e Damião de Góis, Dois Rostos do Humanismo Português*, Actas do Colóquio, Coord. Aires Augusto Nascimento, CEC-FLL, 59-93.
- (2005), "La Memoria de los Godos en João de Barros (*Geographia d'Entre-Douro-e-Minho*)", in *Actas do IV Congresso Internacional do Latim Medieval Hispânico*, Lisboa, 889-904.
 - (2007), "O *Commentum* de Martinho de Figueiredo (1529) e as lições plinianas de Poliziano (*Naturalis Historia*, Bodleian Library Auct.Q.1.2)", *Os clássicos no tempo: Plínio o Velho e o Humanismo Português*, Lisboa, 95-110.
 - (2009), "Fernando Oliveira, Columela e a crise da agricultura no século XVI", in *Fernando Oliveira. Um humanista Genial*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 329-348.
 - (2010), "Memória e intencionalidade na transmissão humanística de material epigráfico. A propósito de uma inscrição da *Gallaecia* na *Geographia* do Dr. João de Barros (*CIL II 2422*)", in *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* 8, 179-200.
 - (2013), "*Plus ultra e Sphera Mundi*. A propósito do termo imperium em Damião de Góis. Para uma abordagem contrastiva dos humanismos peninsulares", in *Vir bonvs peritissimvs aeqve. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*,

- Maria Cristina Pimentel, Paulo Farmhouse Alberto (ed.s), Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 619-630.
- (2014), "Del antigoticismo en la Península Ibérica: los godos en la cultura portuguesa", in *Wisigothica*, After M. C. Díaz y Díaz, Florença, 521-546.
- Sanmartín, Joaquín (1994), "Toponimia y antroponimia: Fuentes para el estudio de la cultura púnica en España", in González Blanco, A., Cunchillos Ilarri, J.L., Molina Matos, M., coords, *El mundo púnico Historia, sociedad y cultura*, Murcia: Editora regional de Murcia, 227-247.
- Santos Yanguas, Juan & Cruz Andreotti, Gonzalo (eds.) (2012), *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*, Vitoria-Gasteiz.
- Santos Yanguas, Juan & Torregaray Pagola, Elena (eds.) (2003), *Polibio y la Península Ibérica*, Universidad del País Vasco, Vitoria.
- Santos Yanguas, Narciso (1980), "Los celtíberos en el ejército romano de época republicana", in *Celtiberia*, 60, 17-31.
- (1982), "Los lusitanos y la Guerra Sertoriana", in *Braccara Augusta*, 36, 221-236.
- (1983), "Los celtíberos y la aventura de Sertorio en España", in *Celtiberia*, 65, 59-88.
- Saraiva, António José (1979), *A Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, ICALP.
- (1982), *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, Livro I, Lisboa, Bertrand.
- Schmoll, Ulrich (1959), *Die Sprachen der vorkeltischen Indogermanen Hispaniens und das Keltiberische*, Wiesbaden.
- Schulten, Adolf (1940), *Viriato*, Porto.
- (1958-59), *Geografía y etnografía antiguas de la Península Ibérica*, 2 vols., Madrid.
- Schmidt, Joël (1985), *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Lisboa, Ed. 70.
- Sebastiani, Breno (2010), "Políbio contra Timeu ou o direito de Criticar", in *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6547>.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1972), *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, vol. I – séc.s XII-XVI, Lisboa, Verbo.
- (1989), *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*, 2ª ed., Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação e Cultura.

- (1993), *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- Shills, Edward (1992), *Centro e Periferia* [1974], Lisboa, Difel.
- Simões, Catarina, "Gomes Eanes de Zurara", consultado em <http://eve.fcsh.unl.pt/content.php?printconceito=1115>.
- Silva, Espinosa Gomes da (1991), *História do Direito Português. Fontes de Direito*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, Suiany Bueno (2015), "Usos do passado em Tito Lívio: a construção de uma memória romana à época de augusto (século I a.C.)", in *Revista Estadual Filosofia e História da Antiguidade*, n. 29, Campinas, Universidade de Campinas.
- Silva, Tiago Queimada (2015), "Chronicle-Composition in Medieval Portugal. A General Outline", in *Mirator*, 15, 1, 33-47.
- Silvano, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço*, Oeiras, Celta.
- Silvério, Carla Alexandra Serapicos de Brito (1991), "A imagem da realeza na analítica medieval portuguesa dos séculos XI e XII", in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Câmara Municipal de Guimarães, 35-41.
- Simonet, Francisco Javier (1897-1903), *Historia de los Mozárabes de España. Deducida de los Mejores y Más Auténticos Testemonios de los Escritores Cristianos y Arabes*, Madrid, Establecimiento Tipográfico de la Viuda É Hijos de M. Tello.
- Sirantoine, Hélène (2013), *Imperator Hispaniae: Les idéologies impériales dans le royaume de León (ixe-xiie siècles)*, Madrid, Casa de Velázquez.
- Smith, Anthony (1991), *The Ethnic Origins of Nations*, London, Blackwell.
- (2003), *Chosen Peoples: Sacred Sources of National Identity*, Oxford, Oxford University Press.
- (2006), *Nacionalismo*, Lisboa, Teorema.
- Soares, Nair de Nazaré Castro (1993), "A história antiga no humanismo renascentista português", in *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (1990)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 279-306.
- (1994), *O Príncipe Ideal no Século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- (2016), "Os Humanistas e o poder. Direito e Ciência Política no Contexto do Renascimento", in *Pólis/Cosmópolis. Identidades Globais & Locais*, coord. de Carmen Soares, Maria do Céu Fialho & Thomas Figueira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 303-318.

- (2018), *Mostras de Sentido no Fluir do Tempo: Estudos de Humanismo e Renascimento*, Série Humanitas Supplementum - Estudos Monográficos Coimbra, Imprensa da Universidade.

- Soares, Torquato de Sousa (1962), *Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras.

- Sobral, José Manuel (1996), "Nações e nacionalismo: algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa ocidental e o caso português", in *Inforgo*, 11, Dezembro, 13-41.

- (2003), "A Formação das Nações e o Nacionalismo: Os Paradigmas Explicativos e o caso Português", in *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165, Lisboa, ICS, 1093-1126.

- (2005), *Pierre Bourdieu e o estudo da identidade nacional*, Lisboa, ICS, 1-30.

- (2006), *Memória e Identidade Nacional*, Working Paper, Lisboa, ICS.

- (2012), *Portugal e os Portugueses: Uma Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Sousa, Bernardo Vasconcelos e (1996), "D. Afonso Henriques nas Primeiras Crónicas Portuguesas", in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Câmara Municipal de Guimarães, 21-31.

- (1992), "A imagem do Mouro nos Anais de D. Afonso Henriques", in *A Imagem do Mundo na Idade Média*, *Actas do Colóquio*, Lisboa, ICALP, 147-154

- (2007), "Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power", *e-JPH*, Vol. 5, nº 2, 1-7.

- Sousa, Ivo Carneiro de (1993), *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora*, Estarreja, Casa do Livro.

- Stradling, Robert (1983), *Europa y el Declive de la Estructura Imperial Española. 1580-1720*, Madrid, Editorial Cátedra.

- Strayer, Joseph Reese (s.d.), *As Origens Medievais do Estado Moderno*, Lisboa, Gradiva.

- Suárez Piñeiro, Ana (2002), "Galicia, en la *Ora Maritima* de R.F. Avieno?", in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XLIX, Fascículo 115, Santiago, 9-26.

- Tamar Herzog (2006), *Vecinos y extranjeros. Hacerse español en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial.

- (2011), "Naturales y extranjeros: sobre la construcción de categorías en el mundo hispánico", in *Cuadernos de Historia Moderna*, X, 21-31.

- Tate, Robert (1951), "Italian Humanism and Spanish Historiography of the Fifteenth Century", in *Bulletin of the John Rylands Library*, 34/1, 137–165.
- (1970), *Ensayos sobre la Historiografía Peninsular del siglo XV*, Madrid, Gredos.
- (1976), *Joan Margarit i Pau cardenal i bisbe de Girona. La seva vida i les seves obres*, Barcelona, Curial.
- (1982), "La geografía humanista y los historiadores del siglo xv", in E. Bustos Tovar (coord.), *Actas del IV Congreso Internacional de Hispanistas*, II, Salamanca, 691-698.
- (1986), "El cronista real castellano durante el siglo quince", in *Homenaje a Pedro Sainz Rodríguez*, n. 3, Madrid, Fundación Universitaria Española, 659-668.
- (1994), "La historiografía del reinado de los Reyes Católicos", in *Antonio de Nebrija: Edad Media y Renacimiento*, ed. Carmen Codoñer and Juan Antonio Gonzáles Iglesias, Salamanca, Universidad de Salamanca, 97–106.
- Tente, Catarina & De Man, Adriaan (2016), "O fim da Lusitânia: fragmentação e emergência de poderes no território de Viseu", in *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*, José d'Encarnação, M. Conceição Lopes, Pedro C. Carvalho coord., Coimbra, Universidade de Coimbra, 375-395.
- Thollard, Patrick (1987), *Barbarie et Civilisation chez Strabon. Étude critique des livres III et IV de la Géographie*, Paris, Belles Lettres.
- Thomaz, Luís Filipe Reis (1989), "O Projecto Imperial Joanino", in *Actas do Congresso Internacional «Bartolomeu Dias e a sua época»: D. João II e a política quatrocentista*, vol. I, Porto, Universidade do Porto/ Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 81- 98.
- (1990), "L'Idée Impériale Manuéline", in *Aubin, Jean (dir.), La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 35-103.
- (1994), *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha, DIFEL.
- Thomaz, Luís Filipe Reis & Alves, Jorge Santos, "Da Cruzada ao Quinto Império", in *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, 81-169.
- Tibúrcio, Catarina (2016), "O manuscrito da *Crónica Geral de Espanha de 1344 da Academia das Ciências de Lisboa. Problematização em torno das questões da origem e da execução*", in *O Fascínio do Gótico. Um Tributo a José Custódio Vieira da Silva*, coord. de Joana Ramôa e Luís Urbano Afonso, Lisboa, Artis-Instituto de História da Arte Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, 87-104.

- Torgal, Luís Reis (1981), *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vols. I e II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade.
- (1993), "Restauração e «Razão de Estado»", in *Penélope*, nº 9-10, 1ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 163-167.
- Torregaray Pagola, Elena (2013), "Legationes cívicas y provinciales: la comunicación política entre Hispania y Roma en época imperial", in *Magistrados Locales de Hispania*, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua, 309-331.
- Torregaray Pagola, Elena, Santos Yanguas, Juan (coord.) (2005), *Polibio y la Península Ibérica*, Editores, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, Servicio de Publicaciones.
- Torres, Amadeu (1993), "Os descobrimentos portugueses nos escritos latinos goisianos", in *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, Faculdade de Letras, 37-45.
- Traina, Giusto (2007), "La géographie entre érudition et politique: Pline l'Ancien et les frontières de la connaissance du monde", in *La invención de una geografía de la Península Ibérica. II. La época imperial*, Cruz Andreotti, G., Le Roux, P., Moret, P., eds., Málaga-Madrid, 95-114.
- Traverso, Enzo (2012), *O Passado, modos de usar*, 2ª ed., Lisboa, Edições Unipop.
- Valladares, Rafael (2016), *Por toda la Tierra. España y Portugal: Globalización Y Ruptura (1580-1700)*, Lisboa, CHAM-FCSH.
- Vallvé, Joaquin (1986), *La División Territorial de la España Musulmana*, Madrid, CSIC.
- Valverde, Luis Amela (2004), "Sobre Salacia y otras apreciaciones acerca de algunas cecas de la Hispania occidental", in *Revista Portuguesa de Arqueologia*.vol. 7, n. 2, 243-264.
- (2016), "Las Colonias "Cesarianas" Del Mediodía Peninsular", in *Hispania Antiqua XI*, Univ. Valladolid, 85-117.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1920), "André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis", in *o Archeólogo Português*, XXIV, Lisboa, Imprensa Nacional, 177-193.
- Vasconcelos, José Leite de (1988), *Religiões da Lusitânia [1897]*, 3 vol.s, Lisboa, INCM.
- Vaz, João Luís (2009), *Lusitanos no tempo de Viriato*, Lisboa, Ésquilo.
- Ventura, Maria da Graça Mateus (2018), "No somos portugueses sino del Algarve", in *La Sevilla lusa La presencia portuguesa en el Reino de Sevilla durante el Barroco A presença portuguesa no Reino de Sevilha no período Barroco*, Fernando Quiles,

Manuel Fernández Chaves, Antónia Fialho Conde, coords., Évora/Sevilha, E.R.A. Arte, Creación y Patrimonio Iberoamericanos en Redes / Universidad Pablo de Olavide CIDEUS / Universidade de Évora, 194-217.

Viana, Mário (1993), "A Memória Regional na Analística Portuguesa dos séculos XI e XII", in *Estudos Medievais*, nº 10, Porto, 59-77.

Vigil Montes, Néstor (2018), "'El maestre Davis que se fazia llamar rey de Portugal' – La imagen propagandística de D. João I de Portugal en la fuentes castellanas", *Medievalista*, 23 (Janeiro - Junho 2018). [Em linha] [Consultado 23.01.2019]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA23/montes2310.html>.

Villa Prieto, Josué (2010), "La ideología goticista en los prehumanistas castellanos: Alonso de Cartagena y Rodrigo Sánchez de Arévalo. Sus consideraciones sobre la unidad hispanovisigoda y el reino astur-leonés", in *Territorio, Sociedad y Poder*, nº 5, 123-145.

— (2012), "El saber geográfico en una época de transición: La representación de Europa en los tratados españoles del cuatrocientos", in *Territorio, Sociedad y Poder*, nº 7, 191-220.

Vinces Vives, Jaume [1984], "A Estrutura Administrativa Estadual nos Séculos XVI e XVII", in António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de Textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 201-230.

— (1988), *Historia General Moderna*, 3ª ed., Barcelona, Ediciones Vicens Vives.

Vindel Pérez, Ingrid (2016), "Primera redacción de la *Crónica de 1344*: texto, contenido y fuente", *e-Spania* [En ligne], 25 | octobre 2016, mis en ligne le 01 octobre 2016, consultado 02 Fevereiro 2018. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/25921>

Walbank, Frank William (1972), *Polybius*, Los Angeles & Berkeley, University of California Press.

White, Hayden (1994), *Trópicos do Discurso. Ensaio sobre a Crítica da Cultura*, São Paulo, USP.

Xavier, Ângela Barreto (2015), "«Natural, ou nom natural de nossos reynos». Inclusão e exclusão, mobilidade e trabalho no Portugal da época moderna", in Cardim, P., Martín Marcos, D, María Iñurritegui, J (2015), *Repensar a identidade. O mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*, Lisboa, CHAM, 19-48.

Xavier, Ângela Barreto & Hespanha, António Manuel (1993), "A Representação da Sociedade e do Poder", in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coord. António Manuel Hespanha, Lisboa, Estampa, 121-155.

Zecchini, Giuseppe (2016), *Storia della storiografia romana*, Bari, Laterza & Figli.

Zumthor, Paul (1993), *La Mesure du Monde*, Paris, Seuil.